**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

FERNANDA THOMAZ

**A Coletivização Agrícola em Questão:
Comparação entre a produção coletiva do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Cooperativas de
Produção Agropecuárias de Cuba**

São Paulo

2016

***Este exemplar é uma versão corrigida do texto original**

FERNANDA THOMAZ

**A Coletivização Agrícola em Questão:
Comparação entre a produção coletiva do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Cooperativas de
Produção Agropecuárias de Cuba**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos

São Paulo

2016

*Este exemplar é uma versão corrigida do texto original

“de acordo”: _____

Prof^a Dra. Valéria de Marcos

FERNANDA THOMAZ

A Coletivização Agrícola em Questão:

Comparação entre a produção coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Como pequena contribuição ao reconhecimento de que, sem o campesinato, não
há mundo melhor

Agradecimentos

Uma pesquisa como essa, envolvendo dois países, jamais poderia ter sido realizada sem o apoio, a compreensão e o esforço conjunto de muitas pessoas. Certamente os nomes aqui expressos não revelam a quantidade de pessoas que a tornou possível, e com a consciência dessa deficiência, expresso não só a minha gratidão, mas o reconhecimento a todos que participaram direta ou indiretamente desse doutorado.

Ao Departamento de Geografia da USP que desde a graduação me forma no caminho do conhecimento crítico, buscando tornar a universidade uma aliada na luta contra as desigualdades do Brasil.

À Prof^{ra}. Dra. Valéria de Marcos por caminhar comigo em mais essa etapa, orientando-me paciente e criteriosamente na direção de um profundo compromisso com a ciência.

Ao Laboratório de Geografia Agrária, ao grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Valéria, e aos grupos de pesquisa orientados pelos demais professores da área de geografia agrária da USP, pela possibilidade de ampliar meu horizonte de análise, desenvolver novas ideias, rever as já antigas, e sentir-se muito bem acompanhada no eterno caminho do fazer científico.

À Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) pela oportunidade de participar do intercâmbio Procad-Casadinho, trocando experiência, vivência, conhecimento e propiciando a pesquisa em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse Estado.

A todo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela coragem de existir e lutar em um país de profundas desigualdades, como o Brasil.

Ao MST do Estado de São Paulo pela oportunidade de participar do conhecimento da luta diária pela reforma agrária. Especialmente à Janaína Ramos, cuja convivência iniciada no mestrado, frutificou no doutorado, ao ponto de nos tornar membros da mesma família, com o nascimento do meu afilhado Rian.

Ao MST do Estado do Pará por ter me aberto as portas da dura realidade da luta pela terra nesse Estado. Em especial à Ulisses Manaças, Ednilson Monteiro, Fabiano de Oliveira Bringel, Maria dos Anjos, Jorge Neri, Vanderly G. Carvalho, que me possibilitaram todas as condições para realizar a pesquisa nos assentamentos do MST do Pará, convivendo em um ambiente de luta, idéias, ideais e ações constantes.

Ao departamento de Geografia da Universidade de Havana pela oportunidade de estudar em Cuba e conhecer uma universidade voltada para o desenvolvimento do país.

Ao Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento Regional e Local da Faculdade de Geografia da Universidade de Havana, pelo acolhimento, convivência frutífera e oportunidade de conhecer os estudos realizados nessa temática.

À Prof. Angelina Herrera Sorzano, à Profa. Wendy Castañeda Abad e ao Prof. Roberto González Sousa pelo precioso apoio à minha ida à Cuba e a realização da pesquisa.

Ao Prof. João Cleps Junior pelo inestimável auxílio sem o qual jamais a pesquisa em Cuba poderia ter sido realizada, e ao Prof. Reinaldo Sousa pelo total apoio ao meu tempo de pesquisa em Cuba.

Ao Ministério da Agricultura de Vinhales (MINAG) pela oportunidade de trabalhar com uma equipe altamente responsável, solidária e companheira, dando-me a oportunidade de intercambiar experiências de pesquisa e conhecimento entre Brasil e Cuba.

À Delegação do MINAG composta pelos engenheiros Diógenes Terrero Matos, Urbano Cairo Camacho, Juan Rodríguez Pinto e Roberto Álvarez Martínez pelo fundamental apoio à pesquisa, propiciando a troca de conhecimento e o desenvolvimento da minha temática de pesquisa em Cuba.

Ao Alfredo Monterrey Dias, agrônomo do Ministério da Agricultura de Vinhales, companheiro de estrada, cuja existência tornou possível a pesquisa nas Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba.

À duas pessoas fundamentais pela paciência em me apoiar com a elaboração dos mapas, Mateus Sampaio, e elaboração dos gráficos, Cristina Thomaz.

À um grupo de pessoas-suportes de amor, carinho, compreensão, incentivo e apoio constante: Atílio Thomaz, Rosa Maria Ribeiro Thomaz, Leonardo Thomaz, Adriano de Siqueira, Liliana Aparecida Martins, Eloisa Aragão Maues, Giane Amanda Medeiros, Jefferson Fernandes Galdino Borges e Omar Diaz Pedroso.

À Profa. Niurka Perez Rojas do Departamento de Sociologia da Universidade de Havana, por me tornar uma neta da revolução cubana.

Ao povo cubano por sua profunda simpatia, solidariedade, acolhimento, sabedoria e coragem de realizar uma experiência histórica de superação do capitalismo.

Aos camponeses e proletários do Brasil, que com seu suor diário financiou toda a pesquisa, dando-me referência e força para guiar meu estudo na luta constante por um mundo mais justo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado no Brasil, e de doutorado sanduiche, em Cuba, sem as quais não teria sido possível realizar a pesquisa.

Resumo

THOMAZ, F. *A Coletivização Agrícola em Questão: Comparação entre a produção coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba*. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente pesquisa de doutorado teve o objetivo de analisar o modelo socialista de produção agrícola coletiva implantado através das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), tanto em Cuba, a partir do início da década de 1970, quanto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, a partir de meados da década de 1980. Nas CPAs a lógica de vida e produção camponesa são transformadas para dar lugar ao trabalho agrícola na lógica socialista. O trabalho antes realizado pela família camponesa, visando a satisfação das suas necessidades, passa a ser realizado pelo trabalhador cooperado, visando o aumento da produção, produtividade e eficiência.

A coletivização agrícola é decorrente de um debate histórico no interior do marxismo sobre a necessidade de transformações nas relações de produção e propriedade visando a superação do capitalismo. A perspectiva teórica que a fundamenta é a marxista-leninista, que vê o campesinato como classe em extinção no capitalismo, e sem lugar no socialismo. A principal tese que a sustenta é a superioridade da grande produção agrícola em detrimento da pequena produção camponesa.

No Brasil, a pesquisa de campo foi realizada em assentamentos do MST do Estado do Pará, e em Cuba, no município de Vinhales, província de Pinar del Río. Uma contradição semelhante a ambos os casos é que a agricultura coletiva, como grande unidade produtiva, demanda investimentos e recursos permanentes, que nem sempre as cooperativas são capazes de arcar. Com isso há perda de autonomia sobre a produção e os resultados econômicos podem não ser os esperados. Em decorrência, tanto no MST, quanto em Cuba, há um movimento de reflexão sobre as contradições da produção agrícola coletiva, e um considerável retorno dos cooperados à condição camponesa, trazendo à tona novamente o debate sobre o papel do campesinato na construção de um mundo melhor e mais justo.

Palabras-chave: Formas Alternativas à Produção Camponesa, Agricultura Socialista, Coletivização Agrícola, Cooperativas de Produção Agropecuárias, Agricultura Cubana, Campesinato.

Abstract

THOMAZ , F. *Agricultural Collectivization in question: Comparing the collective production of the Landless Workers' Movement (MST) and the Agricultural Production Cooperatives of Cuba.* (Doctorate in Human Geography) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences , University of São Paulo, São Paulo, 2015 .

The doctoral research this aimed to analyze the socialist model of collective agricultural production implemented through the Agricultural Production Cooperatives (CPAs), both in Cuba, from the beginning of the 1970s, and by the Rural Workers Landless Movement (MST) in Brazil since the mid-1980s CPAs In the logic of life and peasant production are transformed to make way for agricultural labor in the socialist logic. The work done before the peasant family in order to satisfy their needs, is now held by the cooperative worker, aimed at increasing production, productivity and efficiency.

The agricultural collectivization is due to a historical debate within Marxism on the need for changes in production and property relations aimed at overcoming of capitalism. The theoretical perspective underlying it is the Marxist-Leninist, you see on the peasantry as a class endangered in capitalism, and no place in socialism. The main thesis that sustains it is the superiority of large agricultural production at the expense of small peasant production.

In Brazil, the field survey was conducted in the state of Para MST settlements, and Cuba in the town of Vinales, Pinar del Río. A similar contradiction to both cases is that collective farming, as large manufacturing plant, investment demand and permanent resources that are not always cooperatives are able to afford. Thus, there is a loss of autonomy over production and economic results cannot be expected. As a result, both the MST, as in Cuba, there is a reflection movement on the contradictions of collective farming, and a considerable return of the cooperative to the peasant condition, bringing up again the debate on the role of the peasantry in building a world better and fairer.

Keywords: Alternative Ways to peasant production, Socialist Agriculture, Agricultural Collectivization, Cooperative Agricultural Production, Cuban Agriculture, Peasantry.

Índice de Figuras

Tabela 1 – Evolução das Cooperativas de Crédito e Serviços em Cuba	125
Tabela 2 - Evolução das Sociedades Agropecuárias em Cuba.....	127
Tabela 3 - Implantação das CPAs em Cuba 1977-1984.....	135
Tabela 4 - Evolução das CPAs Produtoras de Cana-de-Açúcar.....	138
Tabela 5 - Evolução das CPAs Produtoras de Tabaco, 1979-2006	139
Tabela 6 - Evolução das CPAs Produtoras de Café, 1979-2006	141
Tabela 7- Evolução das Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba 1977-2013	147
Tabela 8 - A Cooperação no Município de Vinhales em 2013	153
Tabela 9 - Evolução da República de Chile (1973-2014)	167
Tabela 10 - Evolução da CPA Ruben Lopez (1978-2014).....	174
Tabela 11 - Evolução da CPA Fidel Rodriguez (1978-2014)	181
Tabela 12 - Evolução da CPA Camilo Cienfuegos (1980-2014)	196
Tabela 13 – Comparação do Número de Sócios das CPAs de Vinhales.....	211
Tabela 14 – Comparação da Área das CPAs de Vinhales.....	212
Tabela 15 – Núcleos de Famílias – Assentamento Palmares II – ano de 2004	270
Tabela 16 – Itens obtidos pelos assentados da Palmares II para o desenvolvimento da coletivização	273
Tabela 17 – Propriedade da terra pelas diversas formas de produção em Cuba	388
Tabela 18 – Superfície Agrícola ocupada pelas Formas de Propriedade da terra em Cuba (2006 e 2013).....	389
Tabela 19 – Superfície cultivada pelas formas de propriedade da terra em Cuba.....	389
Tabela 20 – Superfície Cultivada por formas de Propriedade da terra em Cuba	390
Tabela 21 – Produção Agrícola pelas diversas formas de propriedade da terra em Cuba	390
Foto 1 - Placa localizada na entrada da via de acesso à República de Chile.....	157
Foto 2: Pacho, Fundador e Primeiro Presidente da CPA República de Chile.	158
Foto 3 - - Quadro pendurado na parede da casa de Pacho, primeiro presidente da CPA República de Chile, com.....	160
Foto 4 – Primeiros edifícios construídos na CPA República de Chile.....	160
Foto 5 – Outras moradias da CPA República de Chile	161

Foto 6 – Interior de um apartamento da CPA República de Chile –	161
Foto 7 - Casas ainda não tituladas na CPA República de Chile, não pertencentes aos conjuntos anteriores.....	162
Foto 8 – Escola da CPA República de Chile	164
Foto 9 – Alunos da escola da CPA República de Chile	164
Foto 10 – Cafetería da CPA República de Chile	165
Foto 11 – Consultório Médico da CPA República de Chile	165
Foto 12 - Farmácia da CPA República de Chile	166
Foto 13 – Banana produzida entre os prédios de moradias dos sócios e aposentados da CPA República de Chile. Fernanda Thomaz – 14/01/2015	171
Foto 14 – Casinhas construídas entre os prédios de moradia, pelos sócios e aposentados da CPA República de Chile para guardar ferramentas e criar galinhas.....	171
Foto 15 – Porco criado entre os prédios de moradia da CPA República de Chile, para servir de alimentação e comercialização dos sócios e aposentados da CPA.....	172
Foto 16 – À esquerda, oficina de Direção da CPA Camilo Cienfuegos; à direita, casa de um membro da CPA.	194
Foto 17 – Interior da Oficina de Direção da CPA Camilo Cienfuegos.	194
Foto 18 – Título de Reconhecimento da Produção de Gado dado à CPA Camilo Cienfuegos no ano de 2014.	198
Foto 19 – <i>Pueblo</i> (agrovila) originalmente construído pelos membros da CPA Santos Cruz, e atualmente pertencente à CPA Camilo Cienfuegos.	205
Foto 20 – Outra vista do <i>Pueblo</i>	205
Foto 21 – Placa localizada na entrada do Assentamento Mártires de Abril.....	289
Foto 22 – Exemplo de rua do assentamento Mártires de Abril que fica intransitável no período de chuvas.	295
Foto 23 - Vista de uma rua da agrovila do assentamento Mártires de Abril	302
Foto 24 - Casa sem morador na agrovila do assentamento Mártires de Abril.	308
Foto 25 – Reunião entre os assentados do Mártires do Abril para discussão do problema das casas sem morador.	310
Foto 26 – Reunião entre os assentados do Mártires do Abril.....	310
Foto 27 - Capa da Libreta.....	405
Foto 28 – Alimentos distribuídos durante dois meses pela <i>libreta</i> de abastecimento..	405
Gráfico 1 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013.....	145

Gráfico 2 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba – Número de Sócios, 1979-2006	146
Gráfico 3 - Distribuição da Superfície Total de Cuba por Formas de Propriedade da terra - 2006.....	215
Gráfico 4 - Distribuição da Superfície Total de Cuba por Formas de Propriedade.....	216
Gráfico 5 – Superfície agrícola ocupada pelas diversas formas de propriedade da terra, Cuba, 2006 (por mil hectares)	217
Gráfico 6 - Superfície agrícola por formas de propriedade da terra, Cuba, 2013 (por mil hectares).....	217
Gráfico 7 – Superfície cultivada por formas de propriedade da terra, Cuba – 2006 (por mil hectares)	218
Gráfico 8 - Superfície cultivada por formas de propriedade da terra, Cuba – 2013 (por mil hectares).....	218
Gráfico 9 – Superfície cultivada pelas diversas formas de propriedade da terra em....	220
Gráfico 10 - Superfície cultivada pelas diversas formas de propriedade da terra em relação à sua própria superfície agrícola, Cuba, 2013 (%)	220
Gráfico 11 – Superfície ociosa pelas diversas formas de propriedade da terra em relação à sua própria superfície agrícola, 2006 (%)	221
Gráfico 12 - Produção de cultivos temporários por formas de propriedade da terra - 2006	222
Gráfico 13 – Produção de arroz por formas de propriedade da terra - 2006	223
Gráfico 14 – Produção de cultivos vários por formas de propriedade da terra - 2006	223
Gráfico 15 – Produção de tabaco por formas de propriedade da terra – 2006	224
Gráfico 16 – Produção de Viveiros e Sementeiras por formas de propriedade da terra - 2006	224
Gráfico 17 – Produção de cultivos permanentes por formas de propriedade da terra – 2006	225
Gráfico 18 - Produção de cana-de-açúcar por formas de propriedade da terra – 2006	226
Gráfico 19– Produção de café por formas de propriedade da terra – 2006.....	227
Gráfico 20 – Produção de plátanos por formas de propriedade da terra – 2006	227
Gráfico 21 – Produção de cítricos e frutas por formas de propriedade da terra – 2006	228
Mapa 1 – Divisão Político-Administrativa de Cuba.....	155
Mapa 2 – Província de Pinar del Río	156

Mapa 3 – Localização das Cooperativas de Produção Agropecuárias do Município de Vinhales	156
Mapa 4 – Localização do estado do Pará no território brasileiro	254
Mapa 5 – Localização do Assentamento Palmares II.....	266
Mapa 6 – Localização do Assentamento Mártires de Abril	290
Mapa 7 – Localização da COPAVA na Agrovila III do Assentamento Pirituba	341

Sumário

Introdução.....	17
Capítulo 1. A Superação do Capitalismo no Pensamento Socialista e a Transformação das Relações de Propriedade e Produção na Agricultura.....	27
1.1 A Agricultura nas Internacionais dos Trabalhadores.....	41
1.2 A Experiência da Produção Coletiva no Mundo	53
1.2.1 - URSS: os kolkozos.....	54
1.2.2 - Bulgária.....	65
1.2.3 – A ex-Tchecoslováquia.....	69
1.2.4 – Hungria.....	72
1.2.5 – A ex-Iugoslávia	75
1.2.6 – Polônia.....	78
1.2.7 – A ex-República Democrática Alemã.....	81
1.2.8 – Romênia	87
1.2.9 – Contradições da coletivização dos Kolkozos e das Cooperativas Agrícolas de Produção do Leste Europeu	89
1.3 Comunas Populares Chinesas	96
Capítulo 2. As Cooperativas de Produção Agropecuárias e a Socialização da Agricultura Cubana.....	107
2.1 O Campo anterior à Revolução Socialista	109
2.2 A socialização da agricultura no setor estatal – as Cooperativas de Cana-de-Açúcar.....	112
2.2.1 As Granjas del Pueblo e as Unidades Básicas de Produção Agropecuária (UBPCs).....	115
2.3 Agricultura cooperativa nas terras camponesas.....	118
2.3.1 Associações Camponesas.....	120
2.3.2 Cooperativas de Crédito e Serviços	121
2.4 Agricultura Coletiva	126
2.4.1 Sociedades Agropecuárias.....	126
2.4.2 Cooperativa de Produção Agropecuária.....	128
2.4.3 CPAs Produtoras de Cana-de-Açúcar, Tabaco e Café	137
2.5 Funcionamento Interno das CPAs Cubanas.....	148

2.6 As CPAs do Município de Vinhales	152
2.6.1 CPA República de Chile	157
2.6.2 CPA Ruben Lopez.....	173
2.6.3 CPA Fidel Rodriguez	180
2.6.4 CPA Camilo Cienfuegos	193
2.6.4.1 CPA Santos Cruz.....	204
2.7 Contradições das CPAs cubanas	209
Capítulo 3. A Coletivização do Trabalho Agrícola do Movimento dos Sem Terras....	232
3.1 O MST, a Questão Agrária e a Cooperação.....	233
3.1.1 As CPAs do MST	241
3.1.2 Os Laboratórios Organizacionais de Campo.....	247
3.2 A Territorialização do MST no estado do Pará	254
3.3 O Assentamento Palmares II e a Coletivização do Trabalho Agrícola.....	266
3.4 O Assentamento Mártires de Abril e a Coletivização do Trabalho Agrícola	289
3.5 Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST	331
3.5.1 Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA)	332
3.5.2 Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA)	337
3.5.3 Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI).....	350
3.6 Contradições da Produção Coletiva do MST.....	357
Capítulo 4. Uma Análise da Coletivização Agrícola no Brasil e em Cuba	370
Considerações Finais	392
Bibliografia.....	396
Anexo	404

A propriedade do solo é a fonte original de toda a riqueza e tornou-se o grande problema de cuja solução depende o futuro da classe operária
(Karl Marx, extraído do texto – *A Nacionalização da Terra*, escrito em 1872)

Introdução

Confrontando-se com uma estrutura social, econômica e política desfavorável e hostil para a pequena produção agrícola, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde meados da década de 1980, vem discutindo alternativas à organização do trabalho agrícola, visando o fortalecimento da produção agropecuária e a permanência das famílias nos assentamentos. Como o MST é um movimento que se inspira na experiência histórica socialista, importantes parâmetros da organização do trabalho são originários das experiências históricas implantadas em países que realizaram a revolução socialista como a ex-URSS, a China e Cuba.

Em todos esses países socialistas a cooperação agrícola foi implantada inicialmente em diversos níveis visando a construção e a consolidação do socialismo. O objetivo, contudo, era alcançar a coletivização agrícola, visando a transformação total das relações de propriedade e produção na agricultura. A forma utilizada pelos Estados Socialistas para pôr em prática a produção coletiva foi o estabelecimento de cooperativas agrícolas, onde as terras dos cooperados eram unidas para dar origem a uma maior área de produção, realizada o mais possível com racionalidade científica e técnicas modernas.

A ex-URSS foi o primeiro país a implantar esse modelo agrícola, sobretudo a partir de 1929, com a coletivização nos kolkoz, seguido pelos países do leste europeu que ficaram sob o seu domínio no pós Segunda Guerra Mundial, tais como Bulgária, ex-Tchecoslováquia, Hungria, ex-Iugoslávia, Polônia, ex-República Democrática Alemã e Romênia. China e Cuba implantaram a produção coletiva após a revolução socialista, e o Brasil conheceu essa forma de organização da produção, através de assentamentos do MST. Em todos esses casos, as cooperativas agrícolas coletivas receberam denominações diferentes. Na ex-URSS as cooperativas coletivas foram chamadas kolkoz. Nos países do leste europeu foram chamadas cooperativas agrícolas de produção (Flavien; Lajoinie, 1977). Na China foram denominadas Comunas Populares. Em Cuba, Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), denominação também adotada pelo MST, no Brasil.

A característica fundamental das cooperativas coletivas é a transformação das relações de produção camponesas, que visa a satisfação das necessidades da família, para dar lugar ao trabalhador coletivizado socialista, cujo objetivo é atingir o máximo de eficiência

produtiva. Também há transformação das relações de propriedade, havendo desde os casos em que os cooperados permanecem com a propriedade jurídica da terra, que é colocada à disposição da cooperativa para a produção, até os casos onde ao ingressar em uma cooperativa de produção coletiva, os cooperados perdem o direito à propriedade da terra, como é o caso de Cuba (Minag, 2013). No MST, o camponês que ingressa em uma CPA geralmente permanece com a concessão ou propriedade da terra em seu poder. De acordo com o próprio MST (2008), já há casos no Sul do Brasil em que o título foi emitido em nome da CPA. Essa é uma questão controversa, contudo, que não conseguimos averiguar.

A produção agrícola coletiva tem sido encarada como a mais complexa forma de cooperação, através da qual se constrói e se consolida o socialismo. Pelo MST é encarada como o objetivo máximo de cooperação que deve ser atingido nos assentamentos, como forma de fortalecimento da produção agropecuária, e a semente de outro modo de produção (Fabrini, 2003).

É fundamental compreender que os parâmetros da coletivização agrícola estão assentados em discussões realizadas na Europa durante todo o século XIX, no interior do marxismo, acerca de propostas de transformação da sociedade e superação do capitalismo que visavam responder às seguintes indagações: através da análise científica é possível afirmar a superação do capitalismo e o exercício da vida humana em bases mais justas e igualitárias? Como seria essa nova sociedade? Quais classes sociais a comporiam? Quais as relações de produção e propriedade agrícolas vigentes nessa nova sociedade? Haveria lugar para o campesinato?

Buscando respostas a essas indagações, distintas perspectivas desenvolveram-se no interior do marxismo. A posição hegemônica em relação à agricultura, contudo, foi a marxista-leninista, e sua análise abrange um período de aproximadamente 170 anos, considerando a divulgação de dois manuscritos de Marx (1818-1883), pilares do pensamento socialista desde então. O primeiro texto é *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, escrito em 1848, onde ele expôs as bases gerais do que viriam a se tornar as principais diretrizes do programa agrário socialista dos partidos marxistas, como a nacionalização da terra e a realização da produção agrícola em larga escala, com métodos científicos modernos. O segundo, *A nacionalização da terra*, escrito em 1872, onde ele reafirma esses princípios e opõe-se de forma conclusiva à propriedade camponesa da terra e

sua lógica de trabalho familiar. Aos argumentos de Marx somaram-se os de Lenin (1870-1924), que no livro – *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899, ao analisar o modo como o capitalismo se desenvolvia no campo russo, desenvolveu a tese da diferenciação social do campesinato, segundo à qual, diante da concorrência no mercado capitalista, à produção camponesa somente haveria dois caminhos. Ou ganharia a competição, e os camponeses se tornariam capitalistas. Ou perderia a competição, e os camponeses se tornariam proletários.

Outro teórico fundamental para o desenvolvimento dessa perspectiva marxista-leninista foi o alemão Karl Kautsky (1854-1938). Em seu livro, *A Questão Agrária*, publicado em 1899, após analisar as tendências gerais da agricultura sob o capitalismo, fez duas afirmações categóricas. A primeira era que a grande exploração agrícola era superior à pequena unidade camponesa. Pois, o aumento numérico das pequenas unidades de produção, verificado pelas estatísticas, não revelavam a sua superioridade, mas um agravamento da condição camponesa, porque demonstravam a fragmentação dessas unidades. A segunda afirmação categórica era a impossibilidade de se passar ao socialismo diretamente da comunidade rural. Em seu entendimento, os camponeses deveriam passar primeiramente pela proletarianização, para que fosse combatida a barbárie das suas condições de miserabilidade. Em consequência, argumentou que qualquer tentativa de apoio aos camponeses seria uma posição reacionária que representaria os interesses dos latifundiários.

De acordo com Hegedus (1984) com base nesses argumentos econômicos, sociais e políticos, a ortodoxia marxista, mesmo às custas de polêmicas e tentativas de revisão, vem historicamente se opondo às reivindicações do campesinato, decretando em seu lugar a produção em larga escala e em grandes extensões de terra, com a implantação de trabalho assalariado e coletivizado. Nessa perspectiva o campesinato passou a ser encarado como um aliado necessário à tomada de poder pela vanguarda proletária, porém perigoso pela sua aspiração a tornar-se proprietário de terras, devendo ser observado de perto e controlado. Essa perspectiva contra a produção camponesa e em favor da grande unidade produtiva predominou nas Internacionais dos Trabalhadores, palcos privilegiados para a generalização das ideias e diretrizes acerca da superação do capitalismo e construção do socialismo.

De acordo com Rizzi (1985), na ausência de novas discussões sobre a validade universal desses pressupostos, compreende-se porque nos vários congressos realizados no

âmbito da Terceira Internacional dos Trabalhadores (1919-1943), pós-revolução socialista na ex-URSS, as seções destinadas ao debate sobre a agricultura e o campesinato ocorreram com poucos membros, carecendo de pesquisas e análises fundamentadas na complexa realidade agrária de cada país participante, pouco ou nada acrescentando à ortodoxia marxista-leninista sobre as medidas destinadas a organizar o trabalho no campo¹.

Apoiados nessa perspectiva teórica, ainda hoje, os dirigentes do MST, em seu VI Congresso Nacional realizado em Brasília, entre 10 e 14 de fevereiro de 2014, centraram o debate no apoio do campesinato às lutas urbanas para a construção da aliança operário-camponesa para o enfrentamento do capital². Nessa concepção teórica, a luta não é pela democratização da terra, mas contra todo o modelo econômico do capital.

Apoiados nessas discussões e concepções, os socialistas vêm defendendo a organização do trabalho agrícola realizado em grandes unidades produtivas com a aplicação de métodos científicos e racionais, para possibilitar a produção de alimentos para toda a sociedade. O trabalho agrícola deve ser realizado através da cooperação entre os trabalhadores, buscando a máxima produtividade e eficiência. Com isso, toda a lógica das relações de produção e propriedade camponesa deve ser transformada, como a produção agrícola realizada com a família e a propriedade parcelada da terra. A coletivização da produção agrícola é a expressão dessa perspectiva teórica e política.

A coletivização da produção agrícola foi implantada pela primeira vez na história, na ex-URSS pós-revolução socialista de 1917. De acordo com Salomoni (1985), até maio de 1929, a coletivização foi implantada gradualmente, respeitando o desejo dos camponeses nas diferentes experiências de produção coletiva, como o toz, o artel e a comuna. A partir de junho de 1929, a coletivização passou a ser realizada aceleradamente. Nesse momento o campo soviético viveu um período de terror, que conhecido na história como *coletivização forçada*, culminando na morte de 12 milhões de camponeses que resistiram ao processo de coletivização.

De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), a partir de 1929, a coletivização da produção agrícola passou a fazer parte dos planos quinquenais do Estado Soviético. O objetivo era tornar a agricultura fornecedora de matérias-primas e alimentos a baixos custos

¹ Os participantes alegavam falta de militantes para realizar pesquisas nas áreas rurais de cada país participante, juntamente com a dificuldade de percorrer as várias extensões de terra (Rizzi, 1985).

² A autora da presente pesquisa participou desse Congresso.

para uma industrialização acelerada e um proletariado crescente, possibilitando a acumulação socialista primitiva, a consolidação do socialismo e a competição com o mercado capitalista.

O modelo soviético de coletivização foi materializado nos kolkozos. De acordo com Marcos, Fabrini (2010), após a Segunda Guerra Mundial esse modelo foi seguido por países socialistas do leste europeu, que ficaram sob o domínio soviético pós Segunda Guerra Mundial, seguido pela China e Cuba, pós revoluções socialistas, guardadas as peculiaridades de cada país.

De acordo com Valdes (1990) e Sorzano (1999), a coletivização da produção agrícola em Cuba iniciou-se a partir da década de 1970. Nesse momento, o setor estatal cubano possuía 80% das terras agrícolas sob seu controle, e o setor camponês e cooperativo possuíam juntos 20% das terras agrícolas, o que representava 1,5 milhões de hectares de terra. O objetivo do Estado Cubano era organizar em bases coletivas essas terras em poder dos camponeses. Para isso, em 1973, Fidel Castro fundou a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária em Cuba, a República de Chile, no município de Vinhales, Província de Pinar del Río. Esse processo consolida-se em 1978, atinge o auge em 1983, com 1472 CPAs, quando o número de CPAs começa a declinar. Com a crise dos anos 90, causada pela queda do bloco soviético, as CPAs cubanas estão vivendo um período de forte crise de produção, cuja análise é objeto de estudo da presente pesquisa.

De acordo com o MST (2008), a coletivização da produção agrícola é decorrente de debates ocorridos entre os anos de 1980 e 1985, sobre a necessidade de fortalecimento da luta das famílias pela permanência nos assentamentos. Para o MST (2008), processo de desenvolvimento do capitalismo levava a uma outra concepção da realidade. Essa concepção estava fundamentada na perspectiva marxista-leninista de que a lógica camponesa de trabalho e de vida não permitia a sobrevivência do camponês havendo a necessidade uma transformação total para formas de organização mais eficientes e racionais. Essas formas deviam permitir um maior volume de produção e a agregação de valor às matérias-primas produzidas nos assentamentos, com a instalação de agroindústrias, de forma a possibilitar a disputa no mercado.

De acordo com o MST (2008), era por meio da cooperação agrícola, realizada em diversos graus, que se viabilizaria esse projeto de desenvolvimento e resistência para os assentamentos, e se chegaria inclusive a outro projeto de sociedade. A coletivização da

produção agrícola realizada através das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) é a expressão máxima dessa perspectiva de desenvolvimento.

O interesse pelo estudo da coletivização agrícola iniciou-se durante o curso de graduação em geografia. Durante os trabalhos de campo realizados nos acampamentos e assentamentos do MST foi possível tomar contato real com a preocupação do movimento em implantar formas de organização da produção agrícola que levassem ao enfrentamento com o capital e o fortalecimento da luta nos assentamentos. Como a coletivização da produção agrícola, por meio da implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), era a expressão máxima dessa perspectiva, como dissemos, visando compreender as suas contradições, limites, obstáculos e avanços realizamos a pesquisa de mestrado na Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA³). Esta CPA foi fundada em novembro de 1993, por 27 famílias assentadas na agrovila III, do assentamento Pirituba, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do estado de São Paulo. No período de realização da pesquisa, entre 2007 e 2010, a COPAVA organizava a produção em nove setores (agrícola, pecuária, suinocultura, horta de verduras, bar e padaria, máquinas e oficina mecânica, ciranda infantil, segurança e administração) visando a satisfação das necessidades dos cooperados, através da produção de arroz, feijão e leite, e a produção de soja para comercialização. A produção de soja era viabilizada por contratos realizados com empresas capitalistas como a Agropen, que adiantava o necessário à produção, e cobrava em sacas de soja. Através da coletivização, a COPAVA garantia o abastecimento anual de pão, leite, arroz e feijão dos cooperados. Porém, uma contradição do modelo era que o aumento da produtividade da soja, o cultivo principal destinado à comercialização, não se refletia em aumento na renda dos cooperados. Os altos custos de manutenção e ampliação da infraestrutura, e os contratos firmados com as empresas capitalistas, que se apropriavam de parte expressiva da renda dos cooperados, impediam tal aumento⁴.

Buscando aprofundar as contradições da coletivização, na presente pesquisa de doutorado ampliamos o universo de análise através do estudo das experiências de coletivização implantadas pelo MST, em assentamentos do estado do Pará. A viabilidade

³ O exemplo da COPAVA será apresentado e discutido no Capítulo III da presente tese.

⁴ Tal discussão encontra-se na dissertação de mestrado – O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços – estudo de caso da Copava. O texto pode ser acesso via online através do banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo.

dessa pesquisa deveu-se ao Procad-Casadinho, firmado entre os Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade de São Paulo (USP). Através desse convênio foi possível realizar quatro meses de pesquisa de campo, no período de 10 de setembro de 2012 a 10 de janeiro de 2013.

De acordo com lideranças do MST (informação oral, dezembro de 2012), a experiência da coletivização se deu pela formação de núcleos coletivos nos assentamentos. O objetivo era que esses núcleos posteriormente chegassem à formalização jurídica de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Contudo, a coletivização não se consolidou, e nunca se conseguiu fundar uma CPA no estado do Pará. De qualquer maneira, a tentativa de implantação da coletivização e o seu declínio constituiu-se em uma rica oportunidade de estudar as contradições da produção coletiva no contexto da questão agrária brasileira. As pesquisas de campo foram realizadas em dois assentamentos do MST, o Palmares II, localizado no município de Parauapebas, sudeste do Pará, e o Mártires de Abril, localizado na Ilha de Mosqueiro, distrito metropolitano de Belém.

O primeiro assentamento pesquisado foi o Mártires de Abril, conquistado pelo MST no ano de 1999. De acordo com lideranças do movimento nesse estado (informação oral, outubro de 2012), o MST pretendia torná-lo referência para os demais assentamentos na região. Contudo, as famílias enfrentaram uma grave crise de produção, na qual a coletivização do trabalho tem um peso relevante, por isso foi objeto de análise dessa pesquisa.

Para o assentamento Mártires de Abril foram realizados quatro pesquisas de campo, com durações distintas. A primeira ocorreu nos dias 03 e 04 de novembro de 2012 com objetivo de realizar um primeiro contato com os assentados e propor a realização da pesquisa. Nessa oportunidade, foi possível participei de uma reunião onde discutiram as principais dificuldades pelas quais passava o assentamento naquele período. A segunda pesquisa de campo foi realizada entre os dias 12 e 18 de novembro de 2012, com objetivo de realizar entrevistas e conhecer diferentes áreas do assentamento. A terceira pesquisa de campo foi realizada entre os dias 3 e 9 de dezembro de 2012, com objetivo de continuar as entrevistas com os assentados. E a última pesquisa de campo foi realizada entre os dias 24 e 27 de dezembro de 2012 com objetivo de visitar antigas áreas de produção coletiva.

O segundo assentamento estudado foi o Palmares II, localizado em Parauapebas, sudeste do estado do Pará. Esse assentamento me foi indicado pela militância do MST pela

grande estrutura coletiva que conquistou a partir de 2002. Contudo, as contradições da coletivização aliada a desacertos na tomada de decisões acarretaram o progressivo abandono das estruturas e o seu sucateamento.

A pesquisa de campo ao Palmares II foi realizada em uma única viagem de campo, ocorrida entre os dias 10 e 23 de dezembro de 2012. Durante esse período foi realizada entrevistas com Jorge Neri, ex-liderança estadual do MST no estado do Pará, e reconhecido por ser uma das lideranças que mais se esforçou para concretizar a coletivização da produção agrícola. Ele próprio foi membro do núcleo de família *Filhos da Terra*, que durou de 2002 a 2007. Através das entrevistas com Neri foi possível conhecer a organização do seu núcleo, o seu funcionamento e os motivos que levaram à sua desagregação, constituindo-se em importante fonte de análise para a presente pesquisa.

A diferença metodológica com relação ao assentamento Mártires de Abril deveu-se à distância entre Belém e Parauapebas, município onde está situado o assentamento, cujo tempo de viagem está em aproximadamente dezesseis horas. Com isso, tornava-se difícil realizar mais viagens de campo, optando-se por apenas uma, com tempo maior de duração. Inicialmente pretendia-se ficar mais dois dias em Palmares II, mas a notícia do assassinato do Senhor Mamede, ocorrido no dia 23 de dezembro de 2012, militante histórico do MST e assentado no Mártires de Abril, tornou urgente o retorno para Mosqueiro.

No estado do Pará, além da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com lideranças estaduais do MST, e coordenadores de assentamentos.

Para aprofundamento da compreensão da coletivização agrícola e possibilidade de comparação com a produção coletiva do MST, a segunda parte da pesquisa de campo foi realizada em Cuba. Essa pesquisa foi possibilitada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), fomentado pela CAPES, e realizado com a Faculdade de Geografia da Universidade de Havana, junto ao Grupo de Investigação de Desenvolvimento Local e Regional, sob coorientação da Prof. Dra Angelina Herrera Sorzano.

A pesquisa em Cuba foi realizada no período de 01 de setembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015. Durante esse tempo foi possível participar de grupos de discussão de pesquisa, realizar colóquios com pesquisadores da mesma área temática, realizar coletas de bibliografia, e realizar pesquisa de campo para conhecimento das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs).

A pesquisa de campo foi realizada no município de Vinhales, Província de Pinar del Río, no período de outubro de 2014 a janeiro de 2015. Em Vinhales há quatro Cooperativas de Produção Agropecuárias em funcionamento: República de Chile, Fidel Rodriguez, Ruben Lopez e Camilo Cienfuegos. Como não obtivemos a autorização da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP) para permanecer nas áreas internas dessas CPAs, diversas informações sobre a história da formação, a organização, a estruturação e o funcionamento interno, não puderam ser obtidas. Contudo, a pesquisa realizada foi possibilitada pelo trabalho em conjunto com a Delegação de Agricultura do Município de Vinhales, que convocava membros dessas CPAs para fornecer relatos. Junto aos funcionários do Ministério da Agricultura do Município de Vinhales (Minag), também foi possível realizar visitas de um dia aos *pueblos* das CPAs. E para melhor compreensão da complexidade do campo cubano, também foram feitas conversas com camponeses vinculados à Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs) e membros da Junta Diretiva dessas cooperativas.

Para apresentar os resultados da pesquisa realizada no Brasil e em Cuba, estruturamos o texto em quatro capítulos.

O primeiro capítulo buscou analisar as bases teóricas que deram origem à perspectiva marxista-leninista de coletivização da produção agrícola. Buscou-se analisar sobretudo as bases do pensamento de Marx, e as contribuições de Kautsky e Lenin, por serem os teóricos que influenciaram decisivamente o pensamento marxista ortodoxo sobre a transformação das relações de propriedade e produção na agricultura. Posteriormente, buscou-se apresentar os debates realizados nas Internacionais dos Trabalhadores, locais privilegiados para a generalização das ideias e diretrizes sobre a agricultura tornando-se base dos programas agrários dos partidos de base marxista-leninista. Em seguida buscou analisar a experiência da produção coletiva em países socialistas, como a ex-URSS, a Bulgária, a ex-República Democrática Alemã, a Romênia, e a China.

No segundo capítulo busca-se analisar a coletivização cubana. Para isso, buscou-se uma compreensão da situação do campo cubano antes da Revolução Socialista. E com o triunfo da revolução, como foi realizado o processo de socialização da agricultura das terras camponesas através da implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). Posteriormente, apresentou-se a pesquisa realizada nas quatro CPAs do município de

Vinhales, acrescido de apresentação de dados sobre a agricultura constante nos Anuários Estatísticos de Cuba.

No terceiro capítulo buscou-se analisar a produção coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscou-se analisar a concepção de cooperação e coletivização do MST no contexto da questão agrária brasileira. Além da discussão teórica foi apresentada a pesquisa realizada nos assentamentos do Estado do Pará, para conhecimento da produção coletiva realizada nos núcleos de família organizados nos assentamentos Mártires de Abril e Palmares II. Por fim, apresentamos três casos de Cooperativas de Produção Agropecuárias implantadas nos assentamentos do MST. A primeira é a Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA), primeira CPA do estado de São Paulo, instalada no assentamento da Fazenda Reunidas, município de Promissão, e desativada em 1999. A segunda é a Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA), instalada na agrovila III do assentamento da Fazenda Pirituba, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do estado de São Paulo. A COPAVA foi fundada em 1993 e permanece em funcionamento até hoje. E a última CPA é a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), localizada em Paranacity, estado do Pará. Assim como a COPAVA a COPAVI foi fundada em 1993, e continua em funcionamento.

O quarto capítulo é uma tentativa de síntese entre a perspectiva teórica que deu origem à coletivização, e a experiência de coletivização efetivamente realizada. Nesse capítulo buscamos comparar semelhanças e diferenças que identificamos, sobretudo na produção realizada pelo MST com a produção coletiva realizada em Cuba.

Com isso, buscamos contribuir minimamente para o conhecimento da coletivização e o debate para a construção de um mundo melhor e mais justo.

Capítulo 1. A Superação do Capitalismo no Pensamento Socialista e a Transformação das Relações de Propriedade e Produção na Agricultura

Socialismo e comunismo não foram invenções de Marx e Engels. De acordo com Hobsbawn (2011), o primeiro teórico comunista alemão foi o alfaiate Wilhelm Weitling, autor de - *A humanidade, como é e como deveria ser*, publicada em 1838⁵. Mesmo a Alemanha não foi precursora na proposição de ideias socialistas e comunistas, já que no início da década de 1840, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos já conheciam movimentos baseados nesses ideais. Considerando o contexto da época, para Hobsbawn (2011), Marx e Engels chegaram tardiamente ao comunismo:

Engels declarou-se comunista no fim de 1842, e é provável que Marx não o tenha feito antes do segundo semestre de 1843, depois de um ajuste de contas mais complexo e prolongado com o liberalismo e a filosofia de Hegel (Hobsbawn, 2011, p.25).

De acordo com Hobsbawn (2011), o desenvolvimento do pensamento de Marx está assentado no tripé formado pela crítica ao socialismo utópico, ao idealismo hegeliano, e análise do surgimento do proletariado como fenômeno de massa, ocorrido na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Traçando a história da origem das ideias socialistas e sua influência sobre Marx, o autor não descarta totalmente a tradição herdada dos filósofos da antiguidade clássica, de onde provinha a convicção de que uma sociedade sem propriedade privada era mais natural do que uma sociedade com propriedade privada; nem o conhecimento de exemplos históricos de comunidades comunistas cristãs, citadas, sobretudo por Engels, para provar um desejo humano preexistente de comunismo e sua viabilidade. Além disso, também o conhecimento das sociedades indígenas colonizadas pelos europeus, que não viviam sob o domínio da propriedade privada, mas no que se convencionou chamar “comunismo primitivo”, contribuiu para o oferecimento de exemplos de referências de sociedades mais justas. Contudo, Marx e Engels realmente consideravam seus antecessores os socialistas utópicos pertencentes ao Iluminismo, cujo ideal de progresso foi a sua grande

⁵ Cuja importância da obra para Marx, segundo Hobsbawn (2011), era somente o autor ser um trabalhador.

matriz intelectual (Hobsbawn, 2011). Da literatura socialista utópica, contudo, Marx fez uso bastante seletivo, selecionando apenas três autores: Robert Owen, Saint-Simon e Fourier (Hobsbawn, 2011).

Robert Owen era um capitalista britânico e dono de fábrica, o que dava especificidade à crítica que fazia à sociedade burguesa. Era considerado por Marx e Engels como possuidor de bom senso por ser hostil à propriedade privada, à religião, e ao casamento, considerando-os obstáculos à reforma social (Hobsbawn, 2011).

Marx não duvidava que, com relação à teoria, Owen estava bastante abaixo dos franceses. O que seus textos tinham de mais interessante, do ponto de vista teórico, tal como no caso dos outros socialistas britânicos que Marx mais tarde estudou, era sua análise econômica do capitalismo, isto é, a forma como tirava conclusões socialistas das premissas e argumentos da economia política burguesa (Hobsbawn, 2011, p. 35)

Em Saint-Simon (1760-1825), Marx encontrou em embrião muitas das ideias socialistas que não diziam respeito estritamente à economia.

Vários conceitos que se tornaram parte do marxismo também têm origem na escola saint-simoniana, ainda que não explicitamente no próprio Saint-simon. “A exploração do homem pelo homem” é uma frase saint-simoniana, do mesmo modo que a fórmula, ligeiramente alterada por Marx, que descreve o princípio distributivista da primeira fase do comunismo: “*De cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme seu trabalho*”; e também a frase, frisada por Marx em *A ideologia alemã*, segundo a qual “*a todo homem deve ser garantido o livre desenvolvimento de suas capacidades naturais*” (Hobsbawn, 2011, p. 37, grifo nosso).

Charles Fourier (1772-1837) influenciou Marx, sobretudo, na análise do trabalho.

A contribuição de Fourier para a tradição socialista foi idiossincrática. Ao contrário de outros socialistas, ele suspeitava do progresso e mostrava uma convicção rousseauiana de que a humanidade de alguma maneira seguiria pelo caminho errado ao adotar a civilização. Desconfiava da indústria e dos avanços técnicos, embora se dispusesse a aceitá-los e usá-los, e estava convencido de que a roda da história não podia girar para trás. [...] Filosoficamente, Fourier era um ultraindividualista cujo supremo objetivo para a humanidade era a satisfação psicológica de todas as pessoas e a conquista do máximo prazer por parte de cada indivíduo. Uma vez que [...]

cada indivíduo tem uma inclinação ou preferência para um determinado tipo de trabalho, a soma de todas as inclinações individuais deverão, de modo geral, constituir uma força suficiente para atender às necessidades de todos. Segue-se desse princípio que, se todos os indivíduos puderem fazer ou não fazer seja o que for que corresponda a suas inclinações pessoais, as necessidades de todos estarão satisfeitas” [...] Ele demonstra ainda que trabalho e prazer são idênticos, e que é o irracionalismo da atual ordem social que separa as duas coisas (Hobsbawm, 2011, p. 38).

Posteriormente Marx rejeitou a concepção de trabalho de Fourier como mero prazer e diversão, mas mesmo na maturidade, reconsiderou sua discussão do trabalho como atividade humana (Hobsbawm, 2011). Os socialistas utópicos, contudo, foram considerados por Marx essencialmente apolíticos, pois não reconheciam nenhuma classe social capaz de realizar suas ideias, nem mesmo o movimento proletário. Era como se apenas a propaganda doutrinária e a educação pudessem transformar o modo de produção. Uma de suas maiores deficiências foi não realizar uma análise econômica da propriedade privada, cerne da teoria comunista de Marx (Hobsbawm, 2011). Pelo aspecto central na análise de Marx, é preciso ainda citar Proudhon, pois o seu texto *O que é a propriedade?* publicado em 1840, foi admirado por ele, pelo avanço que trouxe em relação a Saint-Simon e Fourier, que não mencionaram tal questão⁶.

Se Marx o elogiava, não era porque tivesse qualquer coisa a aprender com ele, mas porque o via como um pioneiro naquela “crítica da economia política” que, em seu próprio entender, constituía a tarefa teórica central. [...] Marx não precisou ir muito longe em seus estudos de economia para que as deficiências na teoria de Proudhon lhe causassem maior impressão do que seus méritos: elas são verberadas em *Miséria da filosofia* (1847) (Hobsbawm, 2011, p.41).

Além do socialismo utópico francês, outra base fundamental da análise e da crítica ao capitalismo realizado por Marx foi a filosofia alemã. À época de Marx, a Alemanha era um país econômica e politicamente atrasado em relação à França e à Grã-Bretanha, pouco contribuindo para o desenvolvimento do seu pensamento em relação à economia, à sociedade

6 De acordo com Hobsbawm (2011), a hostilidade de Marx contra Proudhon deveu-se à sua concepção econômica de lidar com a superação do capitalismo através de reformas de créditos, de aluguéis e medidas para abolir a concentração capitalista através da abolição de heranças.

e à política (Hobsbawn, 2011). A contribuição deu-se, porém, na filosofia, que lhe forneceu instrumentos teórico-metodológicos para pensar a superação do capitalismo:

Como foi observado com frequência, e não só por Marx e Engels, as questões que na França e na Grã-Bretanha afloravam concretamente em sua forma política e econômica, na Alemanha de sua juventude só apareciam revestidas de investigação filosófica abstrata. Inversamente, e sem dúvida por esse motivo, o desenvolvimento da filosofia na Alemanha, nesse período, foi muito mais expressivo que em outros países. Se isso a privou de contato com as realidades concretas da sociedade [...], deu-lhe uma poderosa capacidade de generalizar, de ir além dos fatos imediatos. Entretanto, para atingir seu pleno potencial, a reflexão filosófica tinha de se transformar num meio de agir sobre o mundo, e a generalização filosófica especulativa tinha de unir-se ao estudo e à análise concretos do mundo real da sociedade burguesa. Sem essa união, era provável que o socialismo alemão, nascido de uma radicalização política do desenvolvimento da filosofia, sobretudo da filosofia hegeliana, produziria na melhor das hipóteses aquele socialismo alemão ou “verdadeiro” que Marx e Engels satirizaram no *Manifesto comunista* (Hobsbawn, 2011, p. 46, grifo do autor).

Partindo da dialética hegeliana, Marx desenvolveu seu pensamento invertendo o idealismo de Hegel, e propondo em seu lugar o materialismo histórico.

A darmos crédito a certos teóricos alemães, a Alemanha teria sido, nestes últimos anos, o palco de uma transformação sem precedente. O processo de decomposição do sistema hegeliano iniciado com Strauss levou a uma fermentação geral, a que foram impelidas as “potências do passado”. [...] os valores foram substituídos, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros com uma rapidez inaudita e, em três anos, de 1842 a 1845, arrasaram a Alemanha mais do que se faria em qualquer outro lugar em três séculos. E tudo isso teria acontecido no domínio do pensamento puro (Marx, 2008, p. 5).

A ideologia alemã é uma obra fundamental, um divisor de águas que marca a maturidade do pensamento de Marx. Nela ele expõe o seu método de análise, a sua concepção materialista da história, confrontando-a à concepção idealista de Hegel, cujo ponto de partida da análise são as ideias e os conceitos. Para Marx, o método de Hegel levava os homens a elaborar ideias falsas a respeito de si mesmos, pois o centro da análise estava não nas relações sociais que criam as representações do mundo, mas nas próprias representações do mundo.

Dessa forma, categorias abstratas, criadas historicamente nas relações sociais, passavam a existir autonomamente, como conceitos a-históricos, cristalizados, e, como tais, transformavam-se em dogmas e ilusões.

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (Marx, 2008, p. 19).

Em oposição ao método idealista, base das falsificações mentais por estar centrado em categorias temporais abstratas e dogmáticas - tais como Gênero, Único, Homem - tornadas atemporais, Marx alicerçou sua análise a partir de premissas com base no real, abstraídas apenas na imaginação e verificáveis por via empírica, por isso a inversão da dialética de Hegel.

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via totalmente empírica (Marx e Engels, 2007, p. 10)

O terceiro pilar fundamental para o desenvolvimento da síntese marxiana foi o conhecimento do movimento proletário como fenômeno de massa. Na década de 1840, o proletariado já aparecia na teoria e na realidade social como uma classe, um movimento, uma força capaz de transformar a sociedade. Foi nessa época que surgiu na França um movimento comunista revolucionário, e por sua influência as palavras comunismo e comunista passaram a denominar o movimento e seus integrantes (Hobsbawm, 2011). Foi esse crescimento e mobilização da classe operária que despertou em Marx o estudo do funcionamento da economia política e do capitalismo, “(...) buscando a força que iria transformar a sociedade pela negação da sociedade existente” (Hobsbawm, 2011, p. 48). Tal caráter proletário do

movimento comunista iniciado na década de 1830 o tornava superior ao socialismo utópico por superar seu caráter de classe média. Foi um momento de fusão entre a experiência proletária inglesa, o fenômeno de massa do proletariado, com o movimento das ideias socialistas francesas. Foi por influência desse movimento que, a partir de 1840, Marx passa a denominar as suas ideias de comunistas:

Cabe observar, de passagem, que, graças à ligação de Engels com a Grã-Bretanha, o comunismo marxiano sofreu, desde o início, a influência intelectual britânica, assim como a francesa, ao passo que o restante da esquerda alemã, a socialista e a comunista, praticamente só conhecia o que se passava na França (Hobsbawn, 2011, p. 32).

De acordo com Hobsbawn (2011), a presença do proletariado no movimento comunista foi fundamental, pois imprimiu-lhe desde sempre um caráter programático, com a busca de uma necessária superação das condições de expropriação e exploração, enquanto que o movimento socialista nasceu muito mais com um caráter analítico e crítico:

A palavra “socialista” não era identificada de todo com uma sociedade baseada na propriedade e na gestão coletivas dos meios de produção. Na verdade, ela só veio a ganhar plenamente esse sentido, no uso geral, com o surgimento de partidos políticos socialistas no fim do século XIX, e há quem alegue que mesmo hoje ela não apresenta de todo essa acepção. Por isso, pessoas evidentemente não socialistas (no sentido moderno) podiam, mesmo no fim do século XIX, descrever-se ou ser descritas como “socialistas”, como os *Kathedersozialisten* da Alemanha ou o político liberal britânico que declarou: “Somos todos socialistas agora”. Essa ambiguidade programática estendeu-se até a movimentos que socialistas consideravam socialistas. Cumpre não esquecer que o Saint-simonismo, uma das principais escolas do que Marx e Engels chamaram de “socialismo utópico”, estava mais “preocupado com a regulamentação coletiva da indústria do que com a propriedade cooperativa da riqueza” (Hobsbawn, 2011, pp. 32-33, grifos e aspas do autor).

Apesar da ambiguidade e das várias acepções do conteúdo da palavra “socialista”, Hobsbawn observa que em uma sociedade “individualista”, seu antônimo, “socialista” implicava um programa, mesmo que mínimo, que aspirasse a organizar a sociedade com base em um modelo baseado na propriedade coletiva, e não privada, motivo pelo qual influenciou o pensamento de Marx:

Deve-se distinguir, portanto, dois aspectos dos primórdios do socialismo: o crítico e o programático. O aspecto crítico compreendia dois elementos: uma teoria da natureza humana e da sociedade, derivada principalmente de várias correntes do pensamento setecentista, e uma análise da sociedade produzida pela “revolução dual”, às vezes no quadro de uma concepção de desenvolvimento histórico ou “progresso”. O primeiro desses elementos interessava pouco a Marx e Engels, salvo quando levava [...] à economia política. No entanto, é claro que o segundo os influenciou muitíssimo. O aspecto programático também se compunha de dois elementos: várias propostas para criar uma nova economia com base na cooperação, em casos extremos pela criação de comunidades comunistas; e uma tentativa de refletir sobre a natureza e as características da sociedade ideal a ser criada. Também nesse caso, o primeiro elemento não interessava a Marx e Engels. Julgavam, com justeza, que a criação de comunidades utópicas era politicamente irrelevante (Hobsbawn, 2011, pp. 33-34, grifos do autor).

De acordo com Hobsbawn (2011), a década de 1840 possibilitou a fusão entre teoria e movimento social devido ao triunfo e crise das sociedades burguesas, como a França e a Grã-Bretanha, representações paradigmáticas do modo capitalista de produção. A industrialização na Grã-Bretanha já avançava num clima de crise e incerteza, possibilitando a Marx e Engels escreverem “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”⁷. O socialismo de Marx não apenas substituiu o socialismo antecessor, mas o absorveu. Suas diferenças podem ser sintetizadas em três aspectos:

Primeiro (Marx), substituíra uma análise crítica parcial da sociedade capitalista por uma análise abrangente, baseada num exame da relação fundamental (nesse caso, econômica) que regia essa sociedade. Como sua análise se aprofundava além dos fenômenos superficiais acessíveis à crítica empírica, implicava uma análise da “falsa consciência” obstaculizadora e de suas motivações históricas. Segundo, ele inseria o socialismo no quadro de uma análise histórica evolutiva, o que explicava duas coisas ao mesmo tempo: por que o socialismo surgiu como teoria e como movimento; e por que o desenvolvimento histórico do capitalismo deve pôr fim gerar uma sociedade socialista. (Diga-se de passagem, que, ao contrário dos socialistas anteriores, para os quais a nova sociedade era um produto acabado que só tinha de ser instituído numa forma final, de acordo com o modelo preferido e no momento adequado, a futura sociedade de Marx continua a evoluir historicamente, de modo que apenas seus princípios e contornos muito gerais podem ser previstos, quanto mais projetados).

⁷ Primeira frase do Manifesto Comunista, originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels à pedido da Liga dos Comunistas, e publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848.

Terceiro, ele elucidava a forma de transição da antiga sociedade para a nova: o proletariado seria seu executor, através de um movimento de classe empenhado numa luta de classes que só alcançaria seu objetivo através da revolução – “a expropriação dos expropriadores”. O socialismo deixara de ser “utópico” para se tornar “científico” (Hobsbawn, 2011, pp. 49-50, grifos e aspas do autor).

É nesse contexto de acúmulo teórico sobre socialismo, comunismo e possibilidade de superação do capitalismo através do surgimento de movimentos proletários organizados, que Marx começa a analisar a agricultura. Entre 1842-1843, como redator da *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), ele se viu pela primeira vez diante da questão camponesa e planejou elaborar cinco artigos sobre a miséria dos viticultores da Mosella, dos quais escreveu apenas três, sendo o terceiro censurado e não publicado (Hegedus, 1984). Nesses primeiros artigos apresenta-se como defensor do campesinato devido à condição de miserabilidade a que eram submetidos por consequência da queda dos preços de seus produtos no mercado. Em 1848, Marx retoma a análise da questão camponesa articulando-a aos eventos históricos e políticos da França e da Alemanha. Juntamente com Engels, escreve para o Comitê Central da Liga dos Comunistas, *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, documento de conteúdo programático, considerado o primeiro programa concreto do proletariado na luta pela sua emancipação (Hegedus, 1984). Em relação à questão agrária eram essas as reivindicações mais importantes:

Todos os gravames feudais, todas as imposições, as frondas, os dízimos, etc., que até agora pesaram sobre a população rural, são abolidos sem nenhuma indenização.

As terras dos príncipes e as outras propriedades fundiárias feudais, todas as minas, pedreiras, etc., são transformadas em propriedades do Estado. Nessas terras a agricultura se exercerá em larga escala e com a ajuda dos meios mais modernos da ciência, no interesse da coletividade;

As hipotecas sobre as posses dos camponeses são declaradas propriedade do Estado; os juros dessas hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado;

Nas regiões em que se difundiu o sistema de arrendamento, os tributos agrícolas ou a renda serão pagos pelos camponeses ao Estado...

O proprietário fundiário autêntico, que não é nem camponês nem arrendatário, não tem nenhuma parte na produção. Seu consumo, portanto, é um abuso puro e simples” (Hegedus, 1984, p. 151).

Juntamente com as *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, documento de caráter mais geral em relação à agricultura, o manuscrito *A Nacionalização da Terra*, escrito em 15 de junho de 1872, é outro texto fundamental para a compreensão da perspectiva de Marx sobre as relações de propriedade e produção agrícolas em uma sociedade revolucionária. Nele, Marx opõe-se completamente a qualquer forma de propriedade da terra, mesmo a camponesa, defendendo em seu lugar a nacionalização da terra:

[...] deixando de lado os chamados direitos de propriedade, assevero que o desenvolvimento econômico da sociedade, o aumento e concentração de gente, as próprias circunstâncias que compelem o rendeiro capitalista a aplicar à agricultura trabalho coletivo e organizado e a recorrer à maquinaria e dispositivos similares, tornarão cada vez mais a nacionalização da terra uma necessidade social, contra a qual nenhuma soma de conversa acerca dos direitos de propriedade poderá ter qualquer efeito (Marx, 1872, <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>, acesso em 15/09/2015).

Em vez da propriedade camponesa, baseada no trabalho familiar e realizada com métodos rudimentares, resultando em uma produção em baixa escala, Marx defendeu a produção em larga escala como forma de garantir a satisfação das necessidades de toda a sociedade. Para ele, a produção em larga escala refletiria na queda dos preços dos produtos agrícolas pois não haveria uma classe de produtores controlando os preços e impondo seus interesses. Além disso, os métodos rudimentares, dos quais em sua perspectiva se utilizavam os camponeses, concorria para esgotar o solo e, conseqüentemente, aumentar o preço dos produtos agrícolas em decorrência da diminuição da oferta de produtos. Defendeu então uma agricultura realizada em larga escala com métodos desenvolvidos a partir de conhecimentos científicos:

Aquilo de que precisamos é de uma produção que aumente diariamente e as suas exigências não podem ser preenchidas consentindo que uns poucos indivíduos a regulem de acordo com os seus caprichos e interesses privados

ou que ignorantemente esgotem as forças do solo. Todos os métodos modernos — tais como irrigação, drenagem, aradura a vapor, tratamento químico, etc. — devem ser aplicados à agricultura em grande escala. Mas, o conhecimento científico que possuímos e os meios técnicos de agricultura que dominamos, tais como maquinaria, etc, não podem ser aplicados com êxito senão cultivando a terra numa larga escala (Marx, 1872, <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>, acesso em 15/09/2015).

Argumentando ainda em favor da nacionalização da terra e da produção em larga escala, Marx compara França e Inglaterra, defendendo que na França a existência de uma forte classe camponesa era um entrave à nacionalização, e consequentemente antagonizava com os interesses do proletariado.

Aludiu-se frequentemente à França, mas com o seu proprietariado camponês (sic) está mais distante da nacionalização da terra do que a Inglaterra com o seu sistema de senhores da terra. Em França, é certo, o solo está acessível a todos os que o podem comprar, mas precisamente esta facilidade trouxe consigo uma divisão em pequenos lotes cultivados por homens com meios muito pequenos e contando com a terra principalmente através de esforços deles próprios e das suas famílias. Esta forma de propriedade fundiária e o cultivo retalhado de que necessita uma vez que exclui todas as aplicações de melhoramentos agrícolas modernos — converte o próprio lavrador no mais decidido inimigo do progresso social e, acima de tudo, da nacionalização da terra. Acorrentado ao solo sobre que tem de despendar todas as suas energias vitais a fim de obter uma retribuição relativamente pequena, tendo de entregar a maior parte do seu produto ao Estado, sob a forma de impostos, à súa do foro sob a forma de custos judiciais e ao usurário sob a forma de juros, completamente ignorante acerca dos movimentos sociais fora do seu campo restrito de actividade; não obstante, agarra-se na mesma com apego fanático ao seu pedaço de terra e à sua condição de proprietário meramente nominal. Por este caminho, o camponês francês foi atirado para o mais fatal antagonismo com a classe operária industrial. Sendo a condição de proprietário camponês o maior obstáculo à nacionalização da terra, a França, no seu estado presente, não é certamente o lugar para onde temos de olhar em busca de uma solução para este grande problema. Nacionalizar a terra em ordem a deixá-la em pequenos lotes a indivíduos ou a sociedades de operários apenas engendraria, com um governo da classe média, uma temerária concorrência entre eles próprios e resultaria, portanto, num aumento progressivo da renda que, por seu turno, forneceria novas oportunidades aos apropriadores de se sustentarem dos produtores (Marx, 1872, <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>, acesso em 15/09/2015).

Nesse trecho observa-se claramente a perspectiva antagônica entre campesinato e proletariado para Marx, que entendia a nacionalização da terra e a realização da produção em larga escala, como uma medida para eliminar essa classe:

A nacionalização da terra produzirá uma mudança completa nas relações entre trabalho e capital e, finalmente, porá de lado a forma capitalista de produção, tanto industrial como rural. Então, distinções de classe e privilégios desaparecerão juntamente com a base econômica sobre que repousam. Viver do trabalho de outrem tornar-se-á uma coisa do passado. Não haverá mais qualquer governo ou poder do Estado distinto da própria sociedade! A agricultura, a mineração, a manufatura, numa palavra, todos os ramos da produção, serão gradualmente organizados da maneira mais adequada. A *centralização nacional dos meios de produção* tornar-se-á a base nacional de uma sociedade composta por associações de produtores livres e iguais, prosseguindo os negócios sociais segundo um plano comum e racional. Tal é o objectivo humanitário para que o grande movimento econômico do século XIX está a tender (Marx, 1872, <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>, acesso em 15/09/2015).

Para Marx, portanto, a nacionalização da terra e a realização da produção agrícola em larga escala eram também uma forma de justiça. Para ele a propriedade privada da terra, mesmo que exercida por pequenos produtores, deveria ser combatida, como qualquer outra forma de propriedade. Pois a manutenção da propriedade camponesa favorecia o desenvolvimento do capital, na medida em que criava uma classe de produtores que poderia dispor livremente, e de acordo com os seus interesses, da produção agrícola. Além disso, a pequena propriedade não era viável economicamente por não possibilitar a aplicação de melhoramentos científicos. Em seu lugar, Marx defendia a produção em larga escala como uma forma de produção que garantisse o interesse de toda a sociedade na produção agrícola:

No Congresso Internacional de Bruxelas, em 1868, um dos nossos amigos disse: A pequena propriedade privada da terra está condenada pelo veredicto da ciência, a grande propriedade da terra pelo da justiça. Não fica, então, senão uma alternativa. O solo tem de tornar-se propriedade de associações rurais ou propriedades de toda a nação. O futuro decidirá esta questão⁸ (Marx, 1872, s/n).

⁸ Marx refere-se ao dirigente socialista belga César de Paepe.

Foi essa a perspectiva de Marx sobre a agricultura e a questão camponesa que passou ao programa agrário nas Internacionais dos Trabalhadores, reforçada pelos argumentos de Lenin e Kautsky. Lenin publica em 1899 – *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia - o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, buscando analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia que, apesar da rapidez com que se desenvolvia, era fortemente influenciado pelo regime feudal, com uma sociedade composta majoritariamente por camponeses. Tal condição na Rússia, contraposta à Europa Ocidental, que vivia um desenvolvimento mais pleno do capitalismo com o surgimento e organização do movimento proletário urbano-industrial, a grande questão para Lenin era a própria viabilidade do capitalismo na Rússia. Desse modo, ele construiu seus argumentos buscando uma crítica às concepções populistas, que afirmavam a possibilidade da Rússia passar diretamente ao socialismo, sem a necessidade de passar pela etapa do desenvolvimento capitalista.

Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: - ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*⁹. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; - ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução. [...] Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda a estrutura agrária se torna capitalista. [...] se se segue a primeira via, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifundiário liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio [...]. Com a segunda via, o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa [...]; assegura-se o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime da produção mercantil; e tudo isso cria as condições mais favoráveis para que a classe operária possa cumprir a sua autêntica e fundamental tarefa – a transformação socialista (Lenin, 1982, pp. 10-11).

⁹ Na Prússia eram denominados junkers os grandes proprietários agrários pertencentes à nobreza (Lenin, 1982).

O plano de trabalho e exposição de Lenin estruturou-se em torno das principais teses teóricas sustentadas pela economia política acerca da formação do mercado interno para o capitalismo; a caracterização da evolução capitalista da agricultura na Rússia; a propriedade fundiária; o desenvolvimento do capitalismo no que chamou de “pequena indústria camponesa”; o desenvolvimento do capitalismo na grande indústria mecanizada; e por fim buscou relacionar os aspectos particulares do processo, oferecendo um quadro de análise geral (Lenin, 1982). Após analisar os traços do processo de desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência o desenvolvimento do mercado interno sob o ângulo estritamente econômico, Lenin conclui sobre a necessidade e inevitabilidade da Rússia passar pela etapa capitalista para só posteriormente chegar a uma sociedade mais justa:

Compreende-se, pois, que, sobre essa base econômica, a revolução na Rússia seja, inevitavelmente, uma revolução burguesa. Essa tese marxista é absolutamente irrefutável. Não se pode esquecê-la e ela deve ser aplicada à análise de todos os problemas econômicos e políticos da revolução russa (Lenin, p. 10, 1982).

Com base nessa concepção sobre a necessidade da revolução burguesa na Rússia, Lenin desenvolve a teoria da diferenciação social do campesinato, contribuição fundamental para o programa agrário dos partidos de base marxista, e base da coletivização do trabalho agrícola, sintetizada nesse trecho:

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato, evidente quer do ponto de vista da sua situação, quer do ponto de vista do seu papel. De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corveia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias, manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se

enriquece, “sobe na vida”, e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (Lenin, 1982, p. 09-10, grifo do autor).

De acordo com Fabrini (2003), para a melhor compreensão do pensamento de Lenin sobre a coletivização agrícola no pós revolução soviética, deve ser destacado a influência do sistema taylorista na organização do trabalho agrícola. Para Taylor (1995) a organização e a divisão das tarefas deviam ser realizadas visando a obtenção do máximo rendimento e eficiência, no menor tempo possível. Lenin criticava o taylorismo antes da revolução socialista como um sistema que esmagava os proletários, sujeitando-os totalmente às máquinas. Contudo, com a revolução soviética Lenin lança mão desse sistema, procurando diferenciar o taylorismo estadunidense do taylorismo soviético, mas na sua essência o princípio era a burocratização do processo de trabalho, a multiplicação das tarefas, o controle das funções e o registro do mínimo gesto realizado.

Aos argumentos de Marx e Lenin contra o campesinato, e em favor da grande exploração agrícola, devem ser somados os de Kautsky. Seu livro *A questão agrária*, publicado em 1899, foi muito apreciado por Lenin, que lamentou somente tê-lo conhecido quando a maior parte de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, já estava finalizado (Lenin, 1982). Para Lenin, o livro de Kautsky foi “o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna” (Lenin, 1982, p.6), constituindo-se na mais importante análise da economia capitalista após o Livro Terceiro de *O Capital*, de Marx e Engels. Lenin enxerga na Rússia, apesar das particularidades, as características fundamentais dos processos descritos por Kautsky, na Europa Ocidental, ou seja, a divisão progressiva do trabalho e o emprego de máquinas, como a principal caracterização da moderna agricultura capitalista; o processo de proletarização do campesinato; a propagação de todos os tipos de trabalho assalariado; além da justificação da existência de pequenos camponeses explicada não pela superioridade técnica da sua produção, mas pela redução das suas necessidades a um nível inferior à dos operários agrícolas. Lenin também concordou com Kautsky que se comparadas as condições entre os assalariados agrícolas e os pequenos camponeses, estes viviam em situação de maior penúria e miserabilidade. Todos esses fatores levavam à necessidade de reconhecer o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura em comparação com

as relações pré-capitalistas (Kautsky, 1986). Para concluir, uma das mais importantes declarações de Kautsky, que fará parte do arsenal teórico do marxismo-leninismo é a total impossibilidade da passagem da comunidade rural à uma organização da grande agricultura moderna, pois qualquer medida tomada nesse sentido representaria os interesses dos latifundiários. Desse modo se deveria recusar qualquer apoio aos camponeses, pois seria um reforço da sua condição de vida miserável.

O modo como a questão agrária foi marcada nas Internacionais dos Trabalhadores, passando a fazer parte do conteúdo programático dos partidos de base marxista ficou hegemonicamente marcada por essa perspectiva sobre a agricultura: a necessidade de nacionalização da terra e da produção realizada em larga escala; a proletarização ou aburguesamento do campesinato no interior do processo de desenvolvimento do capital; a negação da sua lógica de vida e de trabalho, e conseqüentemente, a recusa a qualquer apoio às suas reivindicações, como será discutido no próximo item.

1.1 A Agricultura nas Internacionais dos Trabalhadores

De acordo com Hegedus (1984), para a compreensão do modo como foi tratada a questão agrária nas Internacionais dos Trabalhadores é preciso retomar a posição de Marx sobre as leis de desenvolvimento da agricultura, a defesa da nacionalização da terra e da produção em larga escala, porque tais posições foram fundamentais para a compreensão de como a questão agrária foi tradicionalmente tratada no interior do marxismo. O campesinato foi considerado pelo marxismo uma classe em transição, por duas razões: por serem resquícios do modo de produção feudal que já não existia em várias partes da Europa, estando em vias de extinção na Rússia; e por estarem a meio caminho entre as duas classes fundamentais do capitalismo – o proletariado e a burguesia. Com base nessa perspectiva, o marxismo formulou os programas agrários dos partidos operários socialistas (social-democratas) com base na análise da articulação interna do campesinato com os partidos da classe operária, marcando de modo decisivo a forma como a questão agrária ou camponesa seria tratada no socialismo europeu.

De acordo com Hegedus (1984), o programa político desenvolvido por Marx e Engels nas *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha* é base dos fundamentos para

a análise de como o marxismo compreendeu a questão agrária. Vários de seus itens passaram inalterados para os programas agrários oficiais dos partidos da Primeira Internacional, tais como a transformação das grandes propriedades agrícolas em propriedades do Estado, a gestão racional em larga escala da produção e a renúncia à divisão da terra. Nesse documento é possível ver também uma ambiguidade que permeia o pensamento marxista sobre o campesinato, pois ao mesmo tempo que indica abolir as pressões econômicas a que os camponeses estavam submetidos, recusa-se a admitir uma classe de livres proprietários de terras, com a passagem de todas as propriedades rurais para o poder do Estado. O fracasso da revolução de 1848 introduz um novo elemento no modo de Marx encarar a questão camponesa.

Marx dirige sua crítica aos camponeses que não se levantaram na França, em 1848. Daí chega à conclusão de que, no Ocidente, a classe camponesa não mais pode ser uma força revolucionária autônoma, ainda que a classe operária tenha necessidade de que os camponeses a apoiem e a aceitem como seu aliado natural e guia (Hegedus, 1984, p. 152).

De acordo com Hegedus (1984), nos anos 50 do século XIX, Marx volta seus estudos para a criação de sua teoria econômica, e passa a se ocupar das leis de desenvolvimento da agricultura, abandonando a análise da questão camponesa. Através desses estudos desenvolve a teoria da renda fundiária, “uma sólida base teórica a uma das reivindicações fundamentais dos programas agrários socialistas: a nacionalização da propriedade fundiária” (Hegedus, 1984, p. 152). Uma observação importante de Hegedus sobre a renda fundiária é o fato de ela ter sido uma das partes menos desenvolvidas pelo marxismo clássico:

[...] entre outras coisas, porque parte da hipótese teórica de que na produção agrícola reinam as relações de mercado. Se na época de Marx e de Engels isto era mais ou menos verdadeiro para os países da Europa Ocidental, a Europa Oriental, ao contrário, estava ainda muitíssimo longe dessa situação. É justamente o reconhecimento disto que induz Marx, na segunda metade de sua vida – quando, porém, já tinha elaborado a teoria da renda fundiária –, a dedicar uma parte considerável de seu tempo à análise das condições da Rússia. Marx expõe do modo mais completo a teoria da renda fundiária nos manuscritos inacabados do Livro III de O Capital (Hegedus, 1984, pp. 152-153).

O autor observa, porém, que as condições agrícolas russas pouco aparecem no terceiro volume de O Capital, uma vez que Marx morreu sem conseguir finalizá-lo. Um dos pontos questionáveis de sua teoria é se o processo de concentração do capital, elemento fundamental que leva à máxima contradição entre capital e trabalho, concentrando a classe operária em grandes unidades produtivas, e possibilitando um mais alto nível de organização, é válido também para a agricultura. Hegedus (1984) observa que mesmo na época de Marx, a partir de meados do século XIX, a Europa possuía um panorama agrário bastante diverso, com relações capitalistas se desenvolvendo mais amplamente na agricultura inglesa, onde havia a primazia da produção em larga escala, enquanto na França, por exemplo, reinava ainda a propriedade camponesa, assim como nas regiões industriais da Alemanha. Já na Prússia dominavam os junkers, proprietários de médio porte; e na Rússia, o mir, as comunidades de aldeia:

Acrescente-se a isso que, naquela época, a estatística agrícola se achava ainda em condições lamentáveis, e era particularmente difícil o trabalho para o estudioso que, em tal situação, quisesse indicar uma tendência universalmente válida. Marx, porém, ao menos que dizia respeito à Europa Ocidental, não duvidava de que, na agricultura, prevaleciam não só as relações capitalistas, mas também a concentração do capital, esperando assim que a questão agrária se tornasse de mais fácil solução para a revolução socialista, de modo análogo ao problema da indústria (Hegedus, 1984, p. 154)

Observa o autor que na ausência de discussões marxistas sobre a verificação da teoria de Marx sobre a concentração do capital na agricultura, foi essa a compreensão que prevaleceu na Primeira e na Segunda Internacional, até o aparecimento do leninismo. Como os movimentos operários socialistas já estavam organizados em partidos durante a Primeira Internacional, a questão agrária e camponesa desde o princípio foi tratada não apenas como uma questão teórica, mas como parte de um programa político socialista, que visava responder a dois problemas principais:

1) depois da transformação socialista da sociedade, o que acontecerá com a propriedade da terra, considerando-se o papel dominante, ou pelo menos

significativo, que a propriedade camponesa tem na maior parte dos países em questão?

2) como se dará na agricultura a organização da produção, considerando-se o fato de que, na maioria dos países em questão, a grande empresa agrícola ainda não se difundiu geralmente? (Hegedus, 1984, p. 154)

Segundo o autor, a polêmica em torno desses dois pontos deu-se logo na conferência da Primeira Internacional, em 1866, continuou no I Congresso da I Internacional, realizado em Genebra, e no II Congresso, ocorrido em Lausanne, em 1867, todos marcados pelos confrontos entre o ponto de vista de Marx e de Proudhon. O ponto de vista marxista defendia a validade da lei econômica de concentração do capital, exigindo a nacionalização da terra e a formação das grandes unidades de produção. A nacionalização da terra tinha como pressuposto de que as áreas cultiváveis não podiam ser propriedade de uma classe, devendo pertencer a toda a humanidade, como forma também de extinção da renda absoluta da terra. O ponto de vista proudhoniano defendeu a propriedade privada das terras camponesas como garantia da liberdade individual. Nessa polêmica debateu-se além da questão da racionalidade econômica, valores humanos e sociais. A disputa concluiu-se com a vitória dos marxistas, expresso no seguinte ponto de vista enunciado na Proclamação de Genebra:

[...] cuja parte final afirma que o poder do capital, o influxo da ciência, o curso dos acontecimentos e o interesse da totalidade da sociedade condenaram inexoravelmente e irrevogavelmente o modo de gestão econômica dos pequenos camponeses. [...] a solução do problema consiste na formação espontânea de cooperativas de produção agrícola e, nos lugares em que os pequenos proprietários não estejam dispostos a dar vida a cooperativas, devem ser os trabalhadores agrícolas os seus formadores, reivindicando a terra das comunas, do Estado e da Igreja. Os trabalhadores agrícolas dos grandes latifúndios, abolindo a dominação dos proprietários de terra baseada no princípio de autoridade, realizarão a gestão econômica com base em organizações democráticas (Hegedus, 1984, pp. 155-156).

O Congresso de Bruxelas realizou outra deliberação fundamental do ponto de vista sobre a agricultura, declarando que a sociedade tinha o direito de abolir a propriedade privada da terra, transformando-a em propriedade comum:

O Congresso de Bruxelas adotou o ponto de vista marxiano não somente sobre a questão da propriedade da terra, mas substancialmente também sobre o modo de produção socialista; no entanto, a este propósito, ele se revelou muito mais tolerante e não estabeleceu claramente o que aconteceria com a terra transformada em propriedade comum. Ao mesmo tempo, porém, alinhou-se decididamente em favor da gestão em vasta escala, reclamada pelas “leis da agricultura”, no tocante às formas que deveriam assumir os grandes estabelecimentos – embora se pronuncie substancialmente a favor das cooperativas dos trabalhadores estatais e agrícolas (Hegedus, 1984, p. 156).

De acordo com o autor, apesar da vitória do ponto de vista marxista, nem Marx, nem Engels tomaram parte direta na elaboração desses programas agrários, mas sim os autores Eccarius e Wilhelm Liebknecht. Havendo em comum entre eles, Marx, e Kautsky, a “linha dura” marxista em face do campesinato, encarado como uma forma de economia condenada à ruína, somente possível graças a um nível de consumo insuficiente e desumano, podendo ser sintetizado na seguinte formulação de Eccarius ¹⁰:

A pequena propriedade camponesa é a agricultura do passado. Ela pertence a uma formação social e está de acordo com um estágio da sociedade em que as necessidades dos homens de cada província, de cada aldeia, quase de cada família, são satisfeitas pelos próprios produtos da terra [...] A agricultura em vasta escala produz víveres e matérias-primas para uma população industrial, a pequena propriedade camponesa os produz para os próprios camponeses (Hegedus, 1984, p. 157).

Observa-se que o problema foi enunciado prevalecendo o ponto de vista proletário, classe que não produzia o seu próprio alimento e precisava pensar o abastecimento dos trabalhadores concentrados nas cidades. Os Congressos subsequentes realizados em Stuttgart (1870) e em Gotha (1875), adotaram a “linha dura”¹¹, e foi essa compreensão do campesinato que se tornou vitoriosa não só no partido social-democrata alemão, mas em nível internacional (Hegedus, 1984). A revisão dessa concepção agrária original do marxismo teve

¹⁰ Georg Eccarius era um alfaiate de origem alemã. Vivia em Londres e era amigo de Marx. Wilhelm Liebknecht, também alemão, foi um dos principais fundadores do Partido Social Democrata da Alemanha (modificado de Hegedus, 1984).

¹¹ O termo “linha dura” refere-se aos marxistas que adotaram uma postura rígida em relação à economia camponesa, considerando-a condenada à ruína, desenvolvendo uma atitude “anticamponesa”, mas “no interesse dos camponeses” (Hegedus, 1984).

de ser realizada no quadro da social-democracia alemã pelos partidos socialistas da Europa Ocidental por razões eleitorais.

Kautsky teve um papel fundamental na elaboração do programa de Erfurt de 1891 por ocasião do Congresso em Erfurt. Em grande medida prevaleceu a sua interpretação ortodoxa sobre a ruína da pequena propriedade camponesa face ao desenvolvimento do capitalismo, e a recusa da social-democracia assumir a defesa do campesinato por considerarem seus interesses antagônicos à causa do proletariado. Kautsky, portanto, não compartilhava o ponto de vista de Marx pós-1848 de que a classe operária teria no campesinato um aliado natural (Hegedus, 1984). O ponto de vista de Eccarius e Kautsky de que a agricultura camponesa era ultrapassada e estava fadada à ruína sob o capitalismo, teve de ser revisto no Congresso de Frankfurt de 1894. Devido a pretensões eleitorais a questão agrária foi tratada de forma separada. O Congresso repetiu a tese da proletarianização necessária do camponês. Surgiu, contudo, um elemento novo, o reconhecimento de que “a pequena propriedade camponesa, em certos ramos da produção – por exemplo, na viticultura e nos produtos hortigranjeiros -, revelava-se mais eficaz do que o grande estabelecimento” (Hegedus, 1984, p. 160). Tanto na Alemanha, como na França, foram registradas mudanças na concepção marxista ortodoxa, com a elaboração de novos programas agrários discutidos e aprovados em congressos, gerando grandes polêmicas no interior dos partidos. Engels, contudo, foi um dos pensadores que se pronunciou a favor do ponto de vista ortodoxo:

Engels considera como centro do problema a formação – com base numa rigorosa posição de princípio – de um lado entre os partidos socialistas e os pequenos camponeses (que cultivam por si mesmos a própria terra, não empregam trabalho assalariado nem trabalham noutro lugar como assalariados). Indica também que este estrato central da camada camponesa é “o resíduo de um modo de produção desaparecido”, e que “o pequeno camponês é o proletário do futuro”. (Hegedus, 1984, p. 161, grifos do autor).

Para Engels a tarefa do socialismo é transformar os meios de produção em propriedade comum, na indústria e na agricultura, e transferi-los aos produtores. Contudo, Engels não defendeu o apressamento da ruína da propriedade camponesa, nem sua expropriação pela força, como deveria ocorrer com a grande propriedade, e ainda defendeu

a necessidade de apoiar os camponeses na transformação de sua produção pela via da cooperação. Seu ponto de vista não era manter estável a propriedade camponesa, mas também não era expropriá-la através da violência (Hegedus, 1984). Para ele, a possibilidade de sobrevivência competitiva da pequena propriedade dentro do capitalismo estava na cooperação.

O partido não deve, pois, apoiar-se nestes estratos sociais, mas sim nos trabalhadores assalariados. Neste ensaio de Engels¹², a exigência principal do programa agrário que vem rapidamente esboçado é a expropriação da grande propriedade agrícola e a transferência do trabalho agrícola para as cooperativas sob o controle da comunidade. É claro que nesta ordem de ideias não pode caber o conceito de divisão da terra, elemento inteiramente incoerente com esta teoria, que forma um todo fechado (Hegedus, 1984, p. 162).

De acordo com o autor, o Congresso da Segunda Internacional foi realizado em 1896 e teve um papel decisivo na formação do ponto de vista marxista sobre a questão agrária. Nele houve a ruptura total com o anarquismo. Em relação à questão agrária foram travadas várias polêmicas baseadas em análises das peculiaridades da agricultura na Europa Ocidental e Europa Oriental. As diferenças entre os vários países foram reconhecidas, e o Congresso propôs que cada nação deveria decidir o que fazer com o campesinato. Porém, permaneceu válido o princípio comum de que o terreno agrícola cultivável deveria ser socializado. Engels, porém, não concluiu a polêmica sobre a ruína da pequena propriedade camponesa, devido aos interesses do partido em conquistar os votos dos camponeses, e a publicação de estatísticas agrárias realizadas mais seriamente (Hegedus, 1984). As estatísticas colocaram em dúvida a principal tese agrária ortodoxa, enunciada como uma lei econômica universal, que era a impossibilidade de sobrevivência da pequena e média propriedade. Ante à realidade agrária tornava-se inevitável rever essa tese. A já citada *A Questão Agrária*, de Kautsky, suscitou amplos debates ao verificar que na agricultura ocorre não apenas a concentração, mas a parcelarização da terra nos lugares onde o camponês possa exercer uma ocupação acessória. Era uma correção importante por reconhecer que o processo de desenvolvimento

¹² O artigo de contra-ofensiva ortodoxa escrito por Engels, a que Hegedus se refere é *A questão camponesa na França e na Alemanha*, publicado em 1894.

da agricultura sob o capitalismo não se dava em uma única direção, mas ainda o considerava como um processo complementar ao da integração total, acabando por reforçar a tese da incapacidade de sobrevivência. E desse ponto de vista colocou-se contra qualquer medida que pudesse favorecer o campesinato.

De acordo com Hegedus (1984), o marxismo se estendeu gradualmente à Europa Oriental, que possuía muitas particularidades na realidade agrária, entre elas as comunidades de aldeia – o mir. A existência do mir foi palco de polêmicas entre os marxistas e os movimentos populistas, que consideravam o mir um elemento positivo a partir do qual se poderia chegar a uma sociedade mais justa. À uma carta enviada pela russa Vera Zassulitch a Marx, levantando a questão se o mir poderia ser a base para o socialismo na Rússia, evitando-se a via de desenvolvimento capitalista da Europa Ocidental, Marx respondeu:

Analizando a gênese do sistema capitalista, eu afirmo: Na base do sistema capitalista se acha, portanto, a separação radical do produtor em face de seus meios de produção... A fatalidade histórica deste movimento é, pois, expressamente limitada aos países da Europa Ocidental... A análise contida em *O Capital* não comporta razões nem favoráveis, nem contrárias à vitalidade da comuna rural, mas o estudo específico que realizei, cujos materiais busquei nas fontes originais, convenceu-me que tal comunidade é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia. (Hegedus, 1984, p 167, grifo nosso).

Lenin (1982), posteriormente, divergiu dessa posição de Marx, defendendo a impossibilidade na Rússia de outra via de desenvolvimento diferente da capitalista. Dessa forma, observa-se que não houve consenso entre os marxistas sobre a inevitabilidade das etapas históricas para a superação do capitalismo.

A Terceira Internacional, também conhecida como Internacional Comunista ou Comintern, foi fundada em 1919 e realizada no contexto da revolução proletária vitoriosa na URSS, sob a liderança de Lenin. De acordo com Rizzi (1985), a plataforma programática aprovada no ato de fundação dessa internacional foi duplamente influenciada pelo alto prestígio do partido bolchevique, que desempenhou um papel fundamental nas decisões adotadas, e na convicção da eclosão iminente de uma revolução na Europa. Esses dois fatores foram essenciais para o caráter das decisões que foram tomadas ao longo dos seus sete congressos, incluindo o debate sobre a questão agrária:

O debate sobre a questão agrária na Internacional deve ser colocado neste contexto: ele tornou-se um polo de convergência de velhos e novos tabus, ou seja, da incapacidade por parte daquela geração de revolucionários de aprender as peculiaridades do “maldito problema” que era o problema camponês. E isto apesar de 1917, que ali estava para demonstrar que o poder do czar fora abatido graças à contribuição determinante das massas rurais (Rizzi, 1985, p. 219, aspas do autor).

Em relação ao campo, o I Congresso da Terceira Internacional adotou as seguintes tendências:

1) à expropriação e a socialização total das grandes propriedades; 2) à expropriação gradual, conforme a "importância econômica", das propriedades médias, respeitando-se as pequenas; 3) à luta ideológica e à propaganda entre os pequenos camponeses em favor da coletivização. Além disso, insistia-se no princípio da "neutralização" dos camponeses como elemento determinante na luta que se travaria entre proletariado e burguesia. Mais do que um programa, pode-se dizer que estas decisões representaram a listagem de pontos gerais tomados à bagagem teórica do socialismo, a partir das indicações de Engels e Kautsky, sobretudo no que se relacionava ao conceito de “neutralização” (Rizzi, 1985, p. 220, aspas do autor).

De acordo com o autor, o primeiro congresso da Terceira Internacional não discutiu a realidade do campo no pós Primeira Guerra Mundial, como as reivindicações crescentes do proletariado agrícola e as lutas camponesas. Tal carência pode ser explicada pelo aspecto abstrato das teses agrárias com relação aos problemas reais. Esse congresso remeteu-se muito mais ao quadro dos acontecimentos russos do que aos europeus, cuja principal preocupação era edificar na Rússia uma sociedade socialista (Rizzi, 1985).

De acordo com o autor, em relação ao campo, nesse período, para o partido bolchevique a questão central na Rússia era implementar uma política agrária para enfrentar a contra-revolução, a falta de alimentos nas cidades e a oposição dos camponeses ante às requisições forçadas. Sob essa pressão o partido bolchevique pôs-se a flexibilizar algumas linhas da sua política agrária, permanecendo a perspectiva teórica da revolução por etapas adotada pelo partido bolchevique, que interpretava o apoio do campesinato limitado à fase

da revolução democrática, mas como classe pequeno-burguesa sua aspiração principal era a posse da terra para tornar-se um kulak. Desse modo, o camponês nunca foi visto como um verdadeiro aliado, mas como um mal que deveria ser conservado próximo para ser controlado. Ao mesmo tempo, porém, estava claro que o apoio do campesinato era essencial para a manutenção do poder proletário, como havia sido para a derrubada do czar. Uma tensão sempre coexistiu entre a necessidade de considerar, ao menos em parte, as exigências do mundo rural, como a manutenção das terras nas mãos dos camponeses, com o projeto de transformação socialista do campo e suas linhas, ou seja, a coletivização da produção agrícola, apoiada na ideia da superioridade da grande unidade sobre a pequena. Esses são alguns elementos de que dispunha a Terceira Internacional para a elaboração dos programas agrários.

De acordo com Rizzi (1985), as teses sobre a questão agrária aprovadas no II Congresso da Terceira Internacional foram apoiadas em categorias de caráter analítico incerto, face à realidade dinâmica do campo pós Primeira Guerra, desenvolvidas por Kautsky, no livro *A Questão Agrária*, e por Lenin, em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, tais como proletariado agrícola, semiproletários, pequenos camponeses, camponeses médios, camponeses ricos, grandes proprietários fundiários. Tais teses indicavam que o proletariado industrial era capaz de sozinho libertar as massas camponesas dos capitalistas e proprietários rurais; que os camponeses e os proletários industriais deveriam se colocar em combate; e que os pequenos proprietários e pequenos arrendatários teriam muito a ganhar com a vitória do proletariado. Outro documento importante pela ampla difusão nas seções da Internacional, por conter os princípios teóricos do programa agrário comunista foi um folheto escrito pelo polonês Marchlewski, segundo o qual, após a tomada de poder pelos socialistas, tais intervenções deveriam ser realizadas no campo:

- 1) as grandes propriedades deviam ser confiscadas pelo Estado e sua administração confiada aos conselhos formados pelos assalariados (proletários e pequenos burgueses); 2) a produção agrícola devia servir, depois de satisfazer as necessidades dos assalariados de uma unidade, ao abastecimento das cidades; 3) o intercâmbio cidade-campo seria subtraído às formas comerciais e monetárias de distribuição e regulado pelas exigências objetivas: as empresas rurais abasteceriam as cidades, recebendo em troca os necessários produtos da indústria; 4) os camponeses proprietários, na luta entre proletariado e burguesia, deviam ser “neutralizados” através de medidas que anulassem sua submissão ao capital

financeiro, abolindo-se, por exemplo, as dívidas. A possibilidade de proceder à repartição das terras, apesar de ser um ponto explicitamente admitido, observava dois limites insuperáveis: **a diversidade da estrutura agrária e a necessidade de criar grandes unidades coletivizadas** (Rizzi, 1985, p. 227, grifo nosso).

A análise desses pontos evidencia que a reafirmação da coletivização continuou sendo um ponto prioritário no programa agrário bolchevique. Porém, nesse momento, por pressão do próprio campesinato e o risco de rompimento da aliança proletário-camponesa, os socialistas tiveram que aceitar a manutenção da pequena propriedade, introduzindo em sua perspectiva teórica uma contradição insolúvel.

De acordo com Rizzi (1985), o III Congresso da Terceira Internacional coincidiu com a decisão do partido bolchevique de pôr em prática a NEP (Nova Política Econômica)¹³. Foi no campo da política agrária que as maiores discrepâncias ficaram evidentes entre as teses abstratas e as iniciativas políticas, frente às realidades nacionais. Lenin, defendeu a necessidade de conquistar o apoio dos explorados e trabalhadores do campo, mas mudanças concretas não foram operadas. O IV Congresso da Terceira Internacional, realizado em abril de 1920, afirmou a necessidade de intensificar o trabalho político no meio rural, em uma tentativa de conquistar o apoio do campesinato, como forma de fortalecer o exército da Internacional. Porém, ficou evidenciado pelas diferentes seções da Internacional a pouca disposição para a realização desse trabalho:

É certo que a subestimação do trabalho comunista no campo por parte das seções da Internacional não é perceptível só nos apelos continuados do Comintern para inverter a rota; também serve de confirmação o exame do material elaborado dos partidos comunistas e do comportamento mantido por ocasião das agitações pelas oito horas, por aumento de salários, pelo prolongamento dos contratos do pré-guerra, etc. Nesta primeira fase da elaboração dos programas agrários dos partidos comunistas, com efeito,

¹³ A NEP foi uma política econômica que se sucedeu ao período do comunismo de guerra. Teve início em 1918, e suas bases foram traçadas por Lenin. Foi um período de restabelecimento da economia de mercado no quadro do governo proletário. Em relação à política agrária, uma medida importante foi a substituição das requisições forçadas da produção agrícola pela implantação do imposto in natura, com a possibilidade da venda camponesa do excedente após o pagamento desse imposto, em uma tentativa de estimular o aumento da produção agrícola. IN: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/n/nova_politica_econo.htm - acesso em 04/04/2015.

parece não haver lugar para as reivindicações parciais das massas rurais (Rizzi, 1985, pp. 233-234).

O desinteresse pelos problemas do campo refletia-se na falta de análises sobre a questão agrária e camponesa nos diferentes países, fruto “de uma concepção teórica do processo revolucionário que não conseguia achar na prática um lugar adequado para a articulação das lutas operárias e camponesas” (Rizzi, 1985, p. 235). Tal concepção não mudou no V Congresso da Terceira Internacional. Os programas agrários continuavam abstratos, carentes de análises da realidade de cada nação. Além disso, permaneceu a ideia de que os camponeses eram todos aspirantes a burgueses. Um balanço dos cinco congressos da III Internacional foi sintetizado na seguinte análise:

Entre os motivos que podem contribuir para explicar a limitada penetração comunista entre as massas rurais, indubitavelmente deve-se lembrar: as dificuldades objetivas de um trabalho comunista no campo, sobretudo para aqueles partidos cuja preocupação maior foi buscar, naqueles anos, uma identidade ideológica geral após a cisão com o socialismo reformista; além disto, a permanência de uma mentalidade obreirista, que obstaculizou a compreensão de fenômenos que não cabiam diretamente no esquema simplificado do choque entre capital e trabalho assalariado; finalmente a incapacidade da Internacional de apresentar a frente única, o governo operário-camponês, numa perspectiva de política agrária que se desenvolvesse a partir da dinâmica da luta de classes no campo do primeiro pós-guerra (Rizzi, 1985, p. 240).

De acordo com Rizzi (1985), após a morte de Lenin, em 1924, dois debates paralelos misturaram-se na Internacional. Para a URSS o centro do debate era definir um modelo de desenvolvimento socialista, onde já apareciam fortes contradições entre cidade e campo, enquanto para as outras seções da Internacional tratava-se de incentivar o trabalho político no meio rural. A linha de discussão comum era o problema da aliança operário-camponesa, sobretudo após a NEP, que flexibilizou em alguns pontos o programa agrário. Lenin havia esboçado uma interpretação da aliança operário-camponesa para a construção do socialismo. Após sua morte abriu-se uma disputa em torno do verdadeiro sentido das suas ideias. A principal questão em jogo era as diversas soluções a adotar para a construção do socialismo na União Soviética, se através de um processo gradual, prezando pela permanência da aliança

operário-camponesa, e considerando inclusive a possibilidade de revoluções socialistas em outros países, ou se através de uma transformação veloz, com a construção do socialismo em um só país. O programa agrário continuou ocupando um lugar pouco relevante no Comintern, e a ascensão de Stalin ao poder juntamente com a falta de autonomia própria do seu período, concorreram para interromper as discussões que vinham sendo feitas.

Não houve tempo para amadurecer uma concepção diferente da aliança entre operários e camponeses que não fosse patrimônio apenas de alguns dirigentes da Internacional. **A opção pela coletivização forçada barrou o caminho do amadurecimento de uma relação cidade-campo diferente da imaginada no período do comunismo de guerra.** [...] aprofundou-se a cisão entre uma teoria da questão agrária que permanecia inalterada e uma busca de soluções políticas adequadas aos diversos problemas que o campo propunha. De fato, não bastava compreender que, para uma revolução vitoriosa, era preferível um modelo NEP ao comunismo de guerra; era preciso, como escreve Bettelheim, explicar se este último estava errado teoricamente ou só em relação às condições em que eclodiu a revolução na Rússia. De todo modo, a interrupção deste debate teve efeitos negativos na já frágil elaboração da Internacional, que não conseguiu aprofundar de maneira suficiente um plano de intervenção no campo (Rizzi, 1985, p. 247, grifo nosso).

De acordo com Rizzi (1985), o período imediatamente anterior à ascensão de Stalin ao poder recrudesciu as vozes dos defensores de uma rápida transformação do campo em direção ao socialismo. A aceitação até então empreendida da propriedade camponesa entrou em decadência, enquanto se fortalecia e afirmava a ideia da construção do socialismo em um só país, a passos gigantes. O VI Congresso da Internacional refletiu essa mudança de diretrizes e composição de dirigentes, abstendo-se de buscar construir uma política agrária.

1.2 A Experiência da Produção Coletiva no Mundo

Foi interrompendo as discussões sobre um programa agrário socialista que esboçasse um modelo de desenvolvimento mais equilibrado considerando a aliança operário-camponesa, para atenuar as fortes contradições que já apareciam entre cidade e campo, que Stalin a partir de junho de 1929, opta pela aceleração do desenvolvimento industrial. Com isso abandona as orientações da XVI Conferência que recomendava que o processo de

coletivização das terras – que originaria os *kolkoz*es – as cooperativas coletivas de produção agropecuária, se desse de forma gradual, respeitando o princípio da adesão voluntária dos camponeses, e implementa a coletivização forçada (Marcos; Fabrini, 2010). Esse é um ponto fundamental para a compreensão das contradições e do significado da coletivização agrícola socialista, pois é uma virada importante que marca o abandono do debate teórico marxista acumulado até então, que levava em consideração estudos e análises, mesmo que insuficientes, das leis de desenvolvimento do campo, como a tese da tendência da concentração do capital nas grandes unidades produtivas, para a implementação da coletivização visando a consolidação do socialismo soviético.

De acordo com Marcos e Fabrini (2010), com o término da Segunda Guerra Mundial e o avanço do socialismo, esse modelo de cooperativa de produção foi expandido para os países do leste europeu que ficaram sob a influência da URSS, tais como a Bulgária, a antiga Tchecoslováquia, a Hungria, a ex-Iugoslávia, a Polônia, a ex-República Democrática Alemã e a Romênia. Na China, com a reforma agrária ocorrida entre 1949 e 1953, a coletivização foi implantada primeiramente por meio das cooperativas agrícolas de produção e se generalizou com as comunas populares rurais, entre 1958 e 1962. Já em Cuba o modelo foi implantado a partir da década de 1970, por meio das CPAs (cooperativas de produção agropecuárias. No Brasil, o modelo passou a ser discutido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir do início da década de 1980, e implantadas a partir de 1989 (MST, 2008), estudo que será apresentado no terceiro capítulo. Para possibilitar um balanço mais completo do significado do modelo de cooperativa de produção nas várias partes do mundo onde ele foi implantado, realizaremos uma análise de cada caso a seguir, reservando um capítulo à parte para Cuba devido a pesquisa de campo realizada nesse país.

1.2.1 - URSS: os kolkozes

Historicamente, as cooperativas agrícolas de produção tiveram como matriz de referência os kolkoz

es soviéticos implantados na ex-URSS, a partir de 1929 (Flavien; Lajoinie, 1977). Esse modelo, com diferentes graus de transformação das relações da propriedade camponesa e coletivização do trabalho agrícola, foi implantado nos países do

leste europeu que ficaram sob a influência da ex-URSS, no pós Segunda Guerra Mundial, tais como a Bulgária, a ex-República Tcheca, a Hungria, a ex-Iugoslávia, a Polónia, a ex-República Democrática Alemã e a Romênia. Posteriormente, foi implantado na China através das comunas; em Cuba, por meio das cooperativas de produção agropecuárias (CPAs), e no Brasil, pelo Movimento dos Sem Terras, que também denominou de cooperativa de produção agropecuária, as cooperativas cuja produção é realizada coletivamente em seus assentamentos. Para se compreender mais amplamente as contradições desse modelo é necessário analisar o contexto histórico em que primeiramente foi implantado, na ex-URSS, e os objetivos a que se destinavam.

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), em 1917, no momento da tomada de poder pelos bolcheviques, a Rússia era sustentada por uma economia composta por 85% dos habitantes, 174 milhões de pessoas vivendo no campo, e 80% da população ativa trabalhando na agricultura. As condições de vida da maior parte do campesinato eram miseráveis, caracterizadas pela alimentação nutricionalmente pobre, composta basicamente por couves e batatas; habitações precárias; 90% de analfabetismo; produção agrícola realizada com utensílios rudimentares, como o arado de madeira, sem animais de tração, nem a utilização de adubos químicos, condições que para os padrões bolcheviques, resultava no baixo rendimento médio da produção de trigo, em média sete quintais por hectare; e leite, menos de mil litros anuais por vaca.

Segundo Flavien; Lajoinie (1977) visando a transformação socialista da agricultura, um dos primeiros atos do governo soviético em 1917, foi a assinatura do decreto sobre a terra através do qual a terra passava a ser propriedade nacional. Com isso, 152 milhões de hectares de terra do czar, dos nobres e da Igreja foram confiscadas e distribuídas gratuitamente aos camponeses, cujas antigas dívidas e arrendamentos também foram anulados. A terra foi distribuída entre os camponeses pela comunidade tradicional de aldeia – o Mir. Contudo, a guerra civil contra-revolucionária, que durou de 1918 a 1921, reduziu a já deficiente produção agrícola, período em que o Governo Soviético lança mão da requisição de alimentos aos camponeses. A partir de março de 1921, Lenin começa a implantar a Nova Política Econômica (NEP), com objetivo de reestruturar a economia, suprimir a requisição de alimentos e restabelecer o livre comércio dos produtos agrícolas (Flavien; Lajoinie, 1977).

Em 1922, durante a sessão plenária do Soviet de Moscou, Lenin realiza um balanço dos cinco anos de poder soviético e reafirma a importância da cooperação em geral, e da cooperação agrícola em particular, como o caminho fundamental em direção à consolidação do socialismo:

En efecto, siendo la clase obrera dueña del poder del Estado y perteneciendo a este poder estatal todos los medios de producción, en realidad sólo nos queda la tarea de organizar a la población en cooperativas. Consiguiendo la máxima organización de la población en cooperativas, llega por sí mismo a su objetivo aquel socialismo que antes despertaba burlas justificadas, sonrisas y una actitud de desprecio por parte de quienes estaban convencidos, y con razón, de la necesidad de la lucha de clases, de la lucha por el poder político (Lenin, 1961, p. 414).

Segundo Lenin (1961), a cooperação teria um papel fundamental a ser cumprido na tarefa revolucionária dos proletários em favor da luta contra os exploradores, pois durante a NEP foram feitas concessões aos camponeses, permitindo a livre comercialização da sua produção, mas passado o pior período da crise, era necessário subordinar os interesses dos comerciantes privados aos interesses do Estado Socialista. Na agricultura essa subordinação era possível porque a terra já havia sido nacionalizada, estando em poder de um Estado que defendia os interesses dos proletários. Havia chegado o momento, portanto, dos camponeses se deixarem guiar pelos proletários, aceitando a cooperação agrícola como um passo fundamental na edificação da sociedade socialista. Convicto desse princípio, Lenin passa a questionar como desenvolver a cooperação agrícola:

¿Con qué recursos se puede y se debe comenzar a desarrollar hoy ese principio "cooperativo" de tal modo que para todos y cada uno sea evidente su significado socialista? (Lenin, 1961, pp. 414-415).

Para Lenin (1961), o Estado Soviético tinha um papel fundamental no desenvolvimento da cooperação, através da concessão de privilégios econômicos, financeiros e bancários às cooperativas, e pagamento de créditos e prêmios aos camponeses que aderissem às cooperativas de produção. A tarefa dos militantes socialistas era elevar a consciência da população a um nível civilizado para que compreendesse as vantagens da participação nas cooperativas. Lenin não ignorava as dificuldades desse processo, afirmando

que levaria duas décadas para que a população aderisse à cooperação, o que equivaleria à superação de uma época histórica. E apostava na tarefa da educação, da transformação cultural de camponeses alfabetizados na passagem para essa consciência cooperativa superior:

La segunda de nuestras tareas consiste en nuestra labor cultural entre los campesinos. Y esta labor cultural entre los campesinos persigue precisamente como objetivo económico la organización de cooperativas. Si pudiéramos organizar en las cooperativas a toda la población, ya estaríamos con ambos pies en el suelo socialista. Pero esta condición, la de organizar a toda la población en cooperativas, lleva aparejada en sí tal grado de cultura de los campesinos (precisamente de los campesinos, como de una inmensa masa), que esa completa cooperación es imposible sin toda una revolución cultural (Lenin, 1961, p. 417, grifo do autor).

Foi desse modo que durante os primeiros anos da NEP, até 1928, o Estado Socialista Soviético passou a intensificar o processo de socialização da agricultura com base na cooperação, respeitando, no entanto, o princípio da adesão voluntária dos camponeses (Marcos; Fabrini, 2010). De acordo com Salomoni (1995), nesse período o estado soviético intensificou a implantação do toz, do artel e da comuna, três formas de cooperação distintas, segundo o grau de coletivização do trabalho e dos outros meios de produção. No toz, a terra era dividida em duas frações. Uma parte para a produção coletiva de um cultivo principal realizado com meios de trabalho também coletivos, cuja divisão dos frutos do trabalho era realizada com base nas horas trabalhadas. A outra parte da terra ficava em posse da família. No artel a terra também era dividida em duas frações, ficando a maior área para a produção coletiva, cuja distribuição dos frutos do trabalho era realizada com base nas horas trabalhadas, e a outra parte ficava em posse da família. É a partir do artel que o Estado Soviético realizará a coletivização total da agricultura. Na comuna todos os meios de produção eram coletivizados, e a divisão dos frutos do trabalho considerava o trabalho realizado individualmente e o número de membros de cada família (Salomoni, 1995).

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), com as medidas da NEP, em 1927, a produção agrícola soviética já apresenta sinais de recuperação. Apesar dos esforços do Estado soviético, nesse período a cooperação não é a relação de produção dominante, estando o campesinato no usufruto de 95% das terras cultivadas, ficando os outros 5% com as fazendas

estatais, os sovkoz, chamados por estes autores de *herdades estatais*. Em 1928, sob o comando de Josef Stalin, esta situação é transformada radicalmente. Por um processo que ficou conhecido como “A Grande Virada”, parte de um plano mais amplo de desenvolvimento industrial do país, no qual a agricultura desempenhava um papel crucial, Stalin força a entrada dos camponeses nos kolkoz, buscando consolidar o socialismo, fortalecer a produção industrial e conquistar auto-suficiência, através de um processo de acumulação interna executado através dos planos quinquenais, com o estabelecimento de metas econômicas, cuja fonte de sustentação seria a agricultura (Salomoni, 1995). Nessa perspectiva, abandona-se o processo gradual de cooperação agrícola respeitando o princípio de adesão voluntária dos camponeses, passando à coletivização forçada e integral dos campos soviéticos nos kolkoz (Marcos; Fabrini, 2010).

Na perspectiva do Estado Soviético a agricultura deveria liberar o máximo possível de força de trabalho para alimentar o crescimento industrial, e a implantação dos kolkoz, também chamados de economias coletivas, decorrem do objetivo de realizar de vez a transformação socialista da agricultura (Flavien; Lajoinie, 1977). Até o ano de 1928, como vimos, foram gradativos os esforços do Estado Soviético para a transformação socialista da agricultura. Havia um pequeno número de cooperativas de comercialização, e na cooperação de produção havia o *toz*, o *artel* e a *comuna* (Salomoni, 1995).

Com a coletivização forçada nos kolkoz, o Estado Soviético buscou tornar a agricultura a base fundamental de apoio da industrialização acelerada, através do fornecimento de matérias-primas e alimentos à população não camponesa, que deveria crescer em ritmo acelerado. Foi adotado um sistema de transferência de renda da agricultura para a indústria, através da manutenção dos preços dos produtos agrícolas bem abaixo dos preços dos produtos industriais. Além disso, a agricultura geraria divisas para o país através do comércio internacional (Salomoni, 1995).

O processo de coletivização forçada nos kolkoz começou a partir de junho de 1929 e durou até março de 1930, quando foram suspensos os métodos coercitivos (Salomoni, 1995). Foi um processo violento, pois os camponeses que não aderiam, sofriam sanções administrativas, penais e econômicas, tais como a privação de terras, a realocação para áreas distantes em terras agrícolas de má qualidade; o confisco de meios de produção, como

sementes, gado e instrumentos de trabalho, a proibição dos filhos de frequentar a escola; e a deportação. Tal processo levou à morte 12 milhões de camponeses (Marcos; Fabrini, 2010).

Os camponeses tentaram resistir de várias formas à coletivização forçada, uma delas abatendo o gado, o que levou anos para a agricultura soviética se recompor (Flavien; Lajoinie, 1977). De qualquer maneira, em dois anos, a coletivização nos kolkozoes atingiu metade das unidades camponesas, mas não apresentou os resultados esperados pelo Estado Soviético. Em 1934, mais de 70% dos camponeses já estavam coletivizados. Os kolkozoes transformaram profundamente as relações de produção na agricultura soviética. Iniciou-se um processo de introdução de maquinário, tratores e conhecimentos agrônômicos para elevar a produção agrícola, e como consequência muitos camponeses tiveram que migrar em busca de trabalho nas fábricas e nos estaleiros (Flavien; Lajoinie, 1977).

Segundo os autores, durante a Segunda Guerra Mundial, com a invasão nazista na ex-URSS, os membros dos kolkozoes, bem como seus animais e tratores foram recrutados pelo exército. Nesse momento haviam 240.000 kolkozoes, dos quais 98.000 foram destruídos; 36 milhões de pessoas foram mortas, e a agricultura perdeu 40% de toda a sua produção. No período de 1953-1964, os kolkozoes passaram por um processo de discussão e debates para sua reordenação. As regras de seu funcionamento ficaram menos rígidas; aliviou-se o sistema de recolha da produção; a seção de máquinas e tratores tornou-se propriedade dos kolkozoes; e aumentou-se o preço dos produtos agrícolas para que os kolkozoes pudessem se autofinanciar. Outra determinação foi o aumento da produção agrícola com a intensificação do uso de adubos e fertilizantes químicos, além de um maior emprego da mecanização (Flavien, Lajoinie, 1977). A partir de 1965 foram tomadas outras medidas visando o seu autofinanciamento:

1º Dar às herdades cooperativas os meios para desenvolver as suas capacidades no quadro de uma ampla autonomia. O que significa: eliminação da rigidez dos métodos de planificação; a garantia dos preços; o desenvolvimento da cooperação entre as herdades cooperativas; o abrandamento do fisco; a anulação das dívidas que as herdades cooperativas possam ainda ter pela compra do material das estações de máquinas e tratores; mais fácil acesso ao crédito;

2º Intensificar o desenvolvimento técnico através da melhoria das terras, nomeadamente por meio da irrigação e da drenagem, a fim de reduzir as consequências das difíceis condições naturais e das contingências climáticas (Flavien, Lajoinie, 1977, p. 242).

Tais medidas resultaram no aumento da produção agrícola. O consumo anual de carne por habitante aumentou de 40 para 55 quilos; de laticínios de 240 para 315 quilos; de açúcar, de 28 para 41 quilos; de legumes, de 70 para 87 quilos; e de frutas, de 22 para 40 quilos. Diminuiu, no entanto, o consumo de pão de 162 para 142 quilos; de batatas, de 143 para 121 quilos. Porém, mesmo com toda a inovação tecnológica, os resultados agrícolas não foram os esperados pelos dirigentes da economia soviética, e forçosamente o Estado Soviético precisou analisar a questão social na agricultura em geral, e nos kolkoz, em particular (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, no início da década de 1970, à despeito dos esforços em contrário do Estado Soviético, a população agrícola ainda representava 25% da população ativa total. Os membros dos kolkoz representavam 17,8% desse total, e das fazendas estatais – os sovkoz 7,7%, cujo trabalho assalariado era considerado a forma de organização da agricultura do futuro. Houve um envelhecimento da população agrícola nos kolkoz, que em seis anos, no grupo etário masculino dos 20 aos 24 anos, baixou 38%; e no grupo etário masculino dos 25 aos 29 anos, baixou 28%. Esses dados demonstravam uma dificuldade de sucessão nos kolkoz pela diminuição do número de jovens. Para retê-los, foi oferecido aos recém-casados uma casa ou apartamento mobiliado no kolkoz.

Tentando minimizar a escassez da força de trabalho nos kolkoz, o Estado soviético pensou em realizar uma agricultura cada vez mais modernizada, com o emprego de técnicas científicas e a formação de técnicos especializados. Contudo, os investimentos no período de 1971-1974 dirigiram-se predominantemente às empresas estatais, os sovkoz, e não aos kolkoz (Flavien; Lajoinie, 1977). A estes, os financiamentos ficaram restritos aos trabalhos de irrigação e drenagem, porque o objetivo era que essas cooperativas de produção conseguissem cada vez mais autofinanciarem-se. Segundo Flavien e Lajoinie (1977), os kolkoz foram originalmente formados na base das aldeias, e tornaram-se o centro em torno do qual desenvolvia-se a vida rural da União Soviética. Cada unidade era dividida em seções: produção vegetal, produção animal, gestão do parque de material, contabilidade, planificação:

Em cada uma destas secções, o trabalho é realizado por equipas, mais ou menos numerosas, sendo as equipas responsáveis pelo trabalho nos campos

mais numerosas do que as da secção de criação de gado, por exemplo. Cada equipa tem um responsável técnico; a maior parte das vezes é um técnico qualificado. As equipas podem estar divididas em grupos.

Cada equipa está afectada a uma parte da superfície trabalhada pela exploração, o que implica que as equipas de trabalho nos campos sejam polivalentes e não especializadas. Assim, cada equipa ou grupo de trabalho é assim responsável por um certo número de hectares. Na criação de gado cada grupo tem a seu cargo um certo número de cabeças de gado. Cada secção da exploração funciona cada vez mais em regime de autonomia financeira. Têm também o seu próprio plano de produção e os respectivos meios em material, adubos, etc. Assim, se a secção das produções vegetais gere bem o seu trabalho em todos os domínios, o rendimento dos seus membros aumenta (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 264).

De acordo com os autores, a sede do kolkoz ligava várias aldeias entre si. Sua administração era realizada pelas assembléias gerais e outras reuniões que decidiam sobre o funcionamento das escolas, creches, hospitais, centros de férias, atividades culturais, além de reger a rede rodoviária. Às Assembléias Gerais competia à direção dos assuntos da cooperativa, o balanço financeiro, a análise do resultado da produção anual, a eleição do conselho administrativo e a nomeação do presidente. A partir de 1969, a Assembléia Geral passou a decidir sobre a atribuição do rendimento disponível, após a dedução das dívidas com a produção e o pagamento de impostos.

A distribuição dos frutos do trabalho era realizada com base na quantidade e na qualidade do trabalho de cada membro da cooperativa. Como durante anos a remuneração pelo trabalho realizado era muito baixa, foi estabelecido um padrão, denominado *norma*, para pagamento dos cooperados “[...] uma norma será a lavra de 5 hectares em 7 horas. É evidente que esta norma será corrigida em função do tipo de material utilizado e da natureza do solo” (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 265). Antes de 1965 os membros dos kolkoz eram remunerados por gêneros, forma posteriormente substituída por um pagamento mensal em dinheiro:

Depois de 1965, o cooperante recebe um pagamento mensal em dinheiro, completado por prêmios no fim do exercício, em função dos resultados da exploração. Um fundo de perequação permite receber o pagamento mensal mesmo nos maus anos agrícolas. O rendimento dos cooperantes estão em vias de atingir os dos centros urbanos e o nível da remuneração dos trabalhadores das herdades estatais. Todavia, não há igualdade da remuneração dos cooperantes entre as regiões. Os cooperantes das zonas desfavorecidas têm uma remuneração mais baixa. O remédio para este estado de coisas reside, por um lado, num regime de preços que tenha ainda mais em conta as desvantagens naturais dessas regiões e, por outro lado,

num maior esforço de investimento do Estado em seu favor (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 270-271).

De acordo com os autores, os membros dos kolkozos tinham direito à aposentadoria aos 60 anos, no caso dos homens, e 55, no caso das mulheres; férias pagas de 18 dias úteis. Nessas cooperativas eram construídas creches, jardins-escolas e rede de escolas, que funcionavam em regime de internato, caso as famílias desejassem, com as crianças voltando para casa nos fins de semana. Porém essa rede de infraestrutura não podia ser implantada em todos os lugares, e as famílias rurais acabaram sendo realojadas em novas aldeias. Foram então construídas casas individuais, imóveis coletivos ou casas geminadas que pudessem armazenar a produção da parcela individual.

No começo da década de 1970, era esse o quadro geral dos kolkozos soviéticos:

Em números redondos, contam-se 30.000 herdades cooperativas. A sua superfície agrícola útil é em média de 3300 hectares cultivados com 460 famílias camponesas. O seu gado eleva-se em média a 1500 bovinos, incluindo 500 vacas leiteiras, 110 porcos, 1800 carneiros. Em geral, cada herdade dispõe de 36 tractores, em unidades físicas e não em unidades convencionais. Há 16 milhões de cooperantes e pessoas activas nas herdades cooperativas que dispõem de cerca de metade da superfície agrícola útil, sendo a outra metade trabalhada pelas herdades estatais (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 255).

De acordo com os autores, cada membro do kolkoz dispunha de uma parcela de meio-hectare para a produção da família. A produção realizada nessas parcelas contribuía para o abastecimento de alimentos não só dos cooperados, mas dos proletários urbanos:

A maior parte da sua produção - 75% - é autoconsumida pela família do cooperante. Esta parcela individual produz um excedente de gêneros, em especial desde que a idade da reforma foi fixada em 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. A cultura da parcela individual tornou-se uma ocupação atraente para os reformados. A parte que não é autoconsumida é vendida no mercado a preços estabelecidos entre compradores e vendedores. O rendimento suplementar daí resultante não é desprezível para os interessados. A produção dessas parcelas individuais é ainda importante para a economia nos sectores em que a intensificação continua insuficiente, como é o caso dos legumes, da fruta e de alguns produtos animais (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 258).

Apesar da reconhecida importância dessas parcelas individuais para a alimentação de toda a população, ela era vista como um problema pelo Estado Soviético. Temia-se que sua existência ameaçasse o trabalho no kolkoz, pois o cooperado poderia desejar utilizar a maior parte de seu tempo nessa produção ao invés da produção na cooperativa. Essa produção, porém, era realizada no tempo livre do cooperado. De qualquer maneira, o Estado Soviético tinha por objetivo diminuir o papel e a importância do autoconsumo, através do desenvolvimento do comércio e da implantação de restaurantes nos kolkoz (Flavien; Lajoinie, 1977).

Um dos problemas enfrentados pelos kolkoz foi o preço pago pela sua produção. No estabelecimento dos planos quinquenais e da economia planificada, a agricultura era subsidiária da indústria, e os preços pagos pelos produtos agrícolas era proporcionalmente mais baixo do que os preços pagos pelos produtos industriais, causando um grande desequilíbrio econômico na relação agricultura-indústria. Como a remuneração paga aos cooperados dependia do preço pago pela produção, essa era sempre baixa:

A partir de 1953, os planificadores propuseram profundos reajustamentos dos preços agrícolas, que triplicaram entre 1953 e 1959. Este reajustamento foi insuficiente pois, por um lado, as herdades cooperativas tinham-se tornado responsáveis pelos seus investimentos devido ao desaparecimento das estações de máquinas e tractores e, por outro lado, tiveram que tomar a seu cargo a forte melhoria da protecção social. [...] Foi por isso que, em 1964-1965, se decidiu que a partir de então o preço devia assegurar a cobertura do custo dos meios de produção e ainda um excedente. Em segundo lugar, os preços deixaram de ser uniformes em toda a imensa União Soviética. A partir de 1965 os preços são fixados por zonas, em função da produtividade anual do solo e das condições climáticas. Os preços são mesmo estabelecidos por República no caso de algumas produções especiais, por exemplo, certos legumes, melões, uvas, etc... Actualmente, procura-se ainda uma maior aproximação das realidades socioeconómicas. Aliás, agora há vários preços para o mesmo produto em função de certas normas de qualidade (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 260).

Como parte da economia planificada, cada kolkoz soviético tinha a obrigação de adequar-se a um plano quinquenal e a um plano anual. Os planos baseavam-se em índices obrigatórios de produção e produtividade. A partir de 1965 o volume de produção era estabelecido conforme o plano de compra pelos organismos armazenadores. Provavelmente, o plano de compras era fixado muito acima da capacidade de produção do kolkoz, já que

havia discussões com a administração do plano para pedir o rebaixamento do volume das compras e o aumento do fornecimento dos meios de produção de que necessitavam os kolkozos (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, a partir de 1960 os kolkozos soviéticos passaram por um processo de unificação em associações para a construção de infraestrutura, como estradas que serviam ao conjunto de cooperativas localizadas em um mesmo território. Tais associações foram se especializando em determinadas produções, tais como frutas e pecuária, passando assim a uma exploração em maior escala. Posteriormente, tal cooperação estendeu-se à instalação de fábricas de transformação, surgindo agroindústrias:

A associação entre herdades cooperativas e a junção agricultura-transformação desempenhavam um papel importante a favor das herdades cooperativas pobres que, sem essa cooperação, poderiam manter-se ainda durante anos no ciclo dos baixos rendimentos e da sua fraca capacidade de investimento. A cooperação intercooperativas é um meio de aproximar as condições de produção entre as explorações, *as grandes e as pequenas, as fortes e as fracas* (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 269-270, grifo do autor).

Apontam os autores que estava em curso a possibilidade de cooperação entre os kolkozos e os sovkozos, como tentativa de resolução de problemas em conjunto. A partir da década de 70, houve um reconhecimento de que a agricultura “[...] não pode ser transformada pelos mesmos meios nem com a mesma rapidez que os sectores industriais” (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 273).

Com isso, observa-se que apesar de todo o esforço do Estado Soviético em transformar as relações de propriedade e produção na agricultura, por meio dos kolkozos, os resultados econômicos alcançados não eram exatamente os esperados. De qualquer maneira, o campo soviético já havia passado por uma transformação social sem precedentes:

Agora, os camponeses são outros, mas, a seu lado, na aldeia, há cada vez mais rurais não camponeses: operários, técnicos das fábricas agroalimentares, professores, médicos, pessoal das actividades socioculturais, etc. É todo um atraso económico, técnico, cultural e social que se elimina (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 272).

Dessa forma, um campo agrícola com cada vez menos camponeses e mais técnicos profissionais era considerada a forma mais avançada de desenvolver a agricultura socialista.

1.2.2 - Bulgária

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), em 1944 a agricultura búlgara caracterizava-se por um predomínio de pequenos e médios camponeses arrendatários. Cerca de 90% das unidades agrícolas ocupavam em média 10% dos hectares. O latifúndio dispunha de menos de 130.000 hectares de terra. A agricultura camponesa húngara era realizada com pouco maquinário e poucos animais de tiro, e sua produção era essencialmente destinada ao autoconsumo das famílias camponesas. Outra característica do campesinato húngaro era seu endividamento com o Estado e com particulares, situação agravada pela exploração a que estavam submetidos pelos intermediários, que compravam a produção a baixo preço e impunham altos preços aos produtos manufaturados.

Em setembro de 1944, após a derrota do nazismo, um poder político socialista foi instaurado na Bulgária. A terra não foi nacionalizada, mas em 1946 foi realizada uma reforma agrária, que recuperou 1% da terra dos grandes proprietários agrícolas, e concedeu aos camponeses um lote de terra que deveria ser pago em 20 anos. Através dessa reforma agrária 127.000 hectares de terra foram distribuídos aos camponeses, mas ainda de maneira insuficiente. Outra parte foi utilizada na criação de fazendas estatais (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, o movimento cooperativo na Bulgária foi incentivado pelo Partido Comunista, que se instalou no poder a partir de 1944. O novo governo considerava de grande importância o estabelecimento da cooperação agrícola, pois a agricultura era considerada uma atividade de primeira importância para a economia nacional:

Devido a isto, o movimento cooperativo recebeu um constante financiamento que crescia de maneira regular a cada plano quinquenal, além dos mais modernos instrumentos de produção; a mecanização processou-se sistematicamente. O número de tratores [...] triplicou. Todos os outros equipamentos produtivos se desenvolveram ao mesmo ritmo da motorização. A tracção animal quase desapareceu (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 18).

De acordo com os autores, a cooperação agrícola iniciou-se com as sociedades agrícolas de crédito mútuo, como apoio à luta contra os usurários. Posteriormente foram formadas cooperativas de venda de produtos agrícolas com o objetivo de evitar a atuação dos intermediários, e posteriormente formaram-se cooperativas para o trabalho comum na terra. As cooperativas agrícolas de produção começaram a ser implantadas de maneira gradual, a partir de 1944, apenas nas áreas de produção de cereais, onde era possível realizar a mecanização. No final de 1945, haviam 380 cooperativas de produção, ocupando 3% dos terrenos cultiváveis. Em 1948, elas abrangiam 6% da terra. Em 1952, passaram a abranger 60% da superfície agrícola, completando o processo de cooperação em 1958. O movimento cooperativo foi realizado conforme os planos quinquenais, que planejou o fornecimento de maquinário, tratores, adubos e fertilizantes às cooperativas (Flavien; Lajoinie, 1977).

Ao ingressar na cooperativa, o sócio punha a disposição da entidade, a terra e os demais meios de produção, mas a propriedade jurídica da terra continuava individual. Até 1960, era paga uma renda ao cooperado por essa entrega para equiparar a distribuição da renda entre todos os cooperados. Posteriormente, esta decisão foi revogada porque todos os camponeses punham à disposição da cooperativa entre 3 e 4 hectares de terra (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, em 1974 haviam 790.000 cooperados trabalhando em tempo integral nas cooperativas de produção búlgaras, e 340.000 exercendo uma atividade anexa ao trabalho na cooperativa. A remuneração dos cooperados era calculada em função do rendimento global da cooperativa e do trabalho individual realizado, considerando o grau de qualificação e eficácia do trabalho. Com isso, os cooperados recebiam em torno de 65% e 75% do rendimento disponível na cooperativa, após deduzidos os gastos com as despesas de produção. Uma porcentagem do rendimento, em torno de 25% a 35%, era retida pela cooperativa como reserva para investimentos, pagamento de direitos trabalhistas, doenças e aposentadorias, além de atividades culturais. Na Bulgária, contudo, não havia um custo uniforme de produção, havendo cooperativas que tinham prejuízo, e os cooperados não alcançavam uma remuneração mínima. Para minimizar essa situação foram tomadas algumas medidas:

[...] constituiu-se um fundo financiado por uma pequena taxa que incide sobre o rendimento global disponível. Este rendimento é dividido em três partes de importância diversa: a) os depósitos para os seguros sociais e reformas, os impostos, os seguros de todo o tipo, incluindo as calamidades agrícolas; b) um fundo de maneio, de financiamento dos investimentos e das amortizações, etc.) o fundo de remuneração do trabalho dos cooperantes (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 23).

Os baixos salários, contudo, causaram a diminuição da força de trabalho jovem masculina nas cooperativas agrícolas de produção búlgaras. Os jovens passaram a buscar trabalho nas indústrias onde os salários eram maiores (Flavien; Lajoinie 1977).

De acordo com os autores, no sistema de planificação da economia, ou seja, com a previsão de desenvolvimento da produção, as cooperativas de produção tinham objetivos nacionais a cumprir através de contratos firmados com os órgãos de gestão económica. Um projeto de plano era elaborado e deveria ser submetido ao conselho de administração e, posteriormente, à Assembleia Geral da cooperativa. Dependendo do plano, as cooperativas deveriam dedicar-se a uma ou duas culturas principais, na tentativa de assegurar o emprego o ano todo de sua força de trabalho.

Em relação ao funcionamento, a Assembleia Geral era o órgão administrativo supremo da cooperativa. Através dela eram eleitos os dirigentes e o presidente, discutidos o plano de produção, o plano financeiro, a formação das equipas de trabalho, a remuneração dos cooperados, e a distribuição dos resultados pelos diferentes fundos que compunham a cooperativa (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, quando as cooperativas começaram a ser implantadas, em 1944, apenas os seus membros e especialistas contratados temporariamente podiam trabalhar. Não havia a possibilidade de contratação de proletários agrícolas. O trabalho era realizado por equipas permanentes que trabalhavam numa superfície determinada, e era responsável por essa produção. O pagamento era calculado com base no rendimento global da cooperativa. Cada equipa geria seu próprio trabalho e tinha autonomia para realizar contratos com a direção da cooperativa. Nesse período havia quatro tipos principais de equipas:

[...] as equipas permanentes gerais que se ocupam de todos os ramos de produção, incluindo a criação de gado numa zona determinada, numa

aldeia, por exemplo. [...] há equipas de trabalho mistas, por exemplo, equipas de trabalho para as culturas cerealíferas e forrageiras, vitícolas e hortícolas, etc.[...] há equipas de trabalho especializadas que servem um tipo único de produções em que podem, todavia, ser cultivados vários produtos tecnologicamente semelhantes. Por fim, há as equipas de trabalho totalmente especializadas que só se ocupam de um tipo de cultura ou de produtos com a mesma origem: viticultura, tabaco, morangos, algodão, etc. A dificuldade que subsiste nestas equipas de trabalho muito especializadas é a utilização regular da mão-de-obra (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 29).

De acordo com os autores, a jornada de trabalho nas cooperativas girava em torno de 40 horas semanais, com os finais de semana remunerado. As férias eram pagas e duravam entre 14 e 30 dias, dependendo da antiguidade, da natureza e da penosidade do trabalho realizado. A aposentadoria era calculada no tempo de trabalho de no mínimo 25 anos na cooperativa, e em relação à idade, 60 anos para os homens, e 55 anos para as mulheres. Os herdeiros dos cooperados tinham direito à pensão por morte do chefe da família.

Na década de 1970, a Bulgária contava com 900 cooperativas de produção, ocupando uma área de 3,4 milhões de hectares. As fazendas estatais eram 200, ocupando 800.000 hectares de terra. O restante da terra era composto pelas parcelas individuais dos cooperados, aproximadamente 400.000 hectares, e os camponeses, ocupando 30.000 hectares de terra (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, na década de 70, as cooperativas de produção búlgaras passaram a produzir à escala de várias cooperativas:

Foi a partir destas experiências que nasceu a idéia dos complexos agroindustriais. Estes foram, no início, uma cooperação das herdades cooperativas. O seu desenvolvimento atual tende a pôr em prática uma nova divisão do trabalho em agricultura e a promover a sua especialização (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 41).

Na década de 70, a associação intercooperativa resultou na formação de um complexo agroindustrial com 3500 hectares de vinha, 2500 hectares de pomares, 2000 hectares de culturas hortícolas e 9 hectares de estufas (Flavien; Lajoinie, 1977).

1.2.3 – A ex-Tchecoslováquia

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), em 1945, através do exército soviético, a Tchecoslováquia venceu o exército nazista, ficando sob a influência do poder soviético. Em 1945, sua população era composta por 13,5 milhões de pessoas, dos quais 2,2 milhões eram camponeses. A superfície agrícola era de 7 milhões de hectares, com 5 milhões de hectares de terras aráveis. Antes da Primeira Guerra Mundial a estrutura fundiária desse país era constituída por 0,1% do total das propriedades com mais de 100 hectares, ocupando 38% da superfície agrícola; e as propriedades com menos de 5 hectares, ocupando 22% da superfície agrícola.

De acordo com os autores, em consequência de reivindicações do campesinato, uma primeira reforma agrária foi realizada no final da Primeira Guerra Mundial, subtraindo 1,3 milhões de hectares de terra em poder dos grandes proprietários. Deste total, 643.000 hectares foram distribuídos aos camponeses, continuando os grandes proprietários em posse de 419.000 hectares, e o Estado com 250.000 hectares. Em fevereiro de 1948, através de um governo de Frente Nacional composto por socialistas, comunistas e liberais foi elaborado um plano para uma segunda reforma agrária, através da qual recuperou-se as terras apropriadas pelos nazistas, e expropriou-se os seus colaboradores. Com isso, três milhões de hectares de terra foram recuperados, dos quais 1,6 milhões foram distribuídos entre os camponeses e os operários agrícolas, para serem pagas ao valor de duas colheitas, ou em 15 anos, dívida que depois foi anulada. Outra parte ficou com o Estado e com as cooperativas agrícolas.

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), o campesinato da Tchecoslováquia antes da Segunda Guerra Mundial já se organizava em cooperativas de abastecimento, de transformação e de crédito, sobretudo para a produção leiteira. As cooperativas de produção começaram a ser implantadas pelo Estado a partir de novembro de 1948, por uma lei que definiu uma nova orientação agrícola para o país, com objetivo de elevar a produtividade do trabalho e eliminar as parcelas camponesas, que nesse momento representavam 70% das unidades agrícolas.

O meio de eliminar estas distorções e de propagar o uso de uma melhor tecnologia na agricultura era a organização do cooperativismo de produção. [...] Surgiram quatro tipos de cooperativas. As mais simples praticavam a

entreadajuda, outras já o trabalho em comum, depois a produção englobou a produção vegetal, e em outras ainda se orientaram para a cooperação em todas as atividades agrícolas (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 56).

De acordo com os autores, ao ingressar nas cooperativas agrícolas de produção, os membros conservavam a propriedade da terra. Todos os cooperados possuíam os mesmos direitos e deveres. O órgão supremo de decisão era a Assembleia Geral, que tinha como função eleger a direção da cooperativa e discutir todos os assuntos relacionados a ela. Em 1960, existiam 10.808 cooperativas de produção, ocupando uma superfície média de 420 hectares, o que representava 4,4 milhões de hectares cultivados pelas cooperativas. Em 1973, 678.000 hectares já pertenciam às cooperativas de produção, 253.000 estavam com as fazendas estatais, e 92.000 com os camponeses.

Como ocorreu nos outros países do leste europeu que implantaram a cooperação de base socialista, a expansão das cooperativas de produção foi acompanhada pela implantação da mecanização, pela intensificação de adubos químicos, pela construção de obras de drenagem e pelo desenvolvimento da especialização do trabalho. A obtenção de maquinários e instrumentos de trabalho mais modernos foi possibilitada pela cooperação com outros países, em particular com a União Soviética e com a ex-Alemanha Oriental (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, em atenção à planificação econômica, os preços de comercialização da produção das cooperativas com o Estado eram fixados por contratos, a partir das condições médias de produção, e uma remuneração média aos cooperados. Uma parte dos rendimentos era repartido com os cooperados, e outra parte ia compor o orçamento nacional para auxílio das cooperativas em dificuldade. Os preços fixados à escala nacional, contudo, traziam dificuldades, pois havia cooperativas que eram acometidas por calamidades atmosféricas ou outras dificuldades:

Neste caso, os preços fixados à escala nacional não cobrem as despesas dessas cooperativas. Estas podem então beneficiar de uma ajuda para superar a falta de ganhos. Em todos os casos, os preços devem cobrir inteiramente os encargos de produção. Na prática, trata-se de conseguir que as cooperativas realizem sensivelmente o mesmo rendimento médio por hectare, a fim de igualar tanto quanto possível as oportunidades de todos os agricultores, seja qual for a sua região e as suas produções (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 63-64).

De acordo com os autores, os preços pagos pelos produtos das cooperativas deveriam cobrir as despesas das cooperativas. Na realidade, o objetivo era que as próprias cooperativas obtivessem um rendimento médio por hectare, para igualar os rendimentos de todos os cooperados em todas as regiões.

Em relação a organização do trabalho, os cooperados cumpriam uma jornada de trabalho de 42 horas e meia semanais. Eles possuíam os mesmos direitos trabalhistas que os profissionais de outros setores. Os cooperados aposentados continuavam a ser considerados membros da cooperativa, recebendo dela uma soma em dinheiro. Homens e mulheres tinham os mesmos direitos, como quatro semanas de férias. As mães tinham direito a 26 semanas de licença-maternidade, recebendo 90% da remuneração. Ao casal que tivesse o segundo filho era dado um prêmio. Havia creches, jardins-escolas, escolas e restaurantes nas cooperativas, onde o cooperado pagava a metade do preço normal de uma refeição. Contudo verificava-se uma diminuição do número de jovens trabalhando nas cooperativas agrícolas de produção, sendo tomadas medidas objetivando a sua retenção, tais como:

As cooperativas ajudam a instalar os jovens casais. São-lhes concedidos empréstimos reembolsáveis em dois anos. Se esses jovens querem construir ou renovar uma casa recebem uma subvenção da cooperativa. As subvenções triplicam se o casal se compromete a ficar durante dez anos na cooperativa. Um cooperante só que tome o mesmo compromisso recebe também uma subvenção importante (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 68)

Pelo exposto é possível perceber uma preocupação com a diminuição da força de trabalho nas cooperativas agrícolas de produção. Certamente, os baixos salários pagos aos cooperados pelo mecanismo da transferência de renda da agricultura para a indústria foi um fator preponderante para isso. Contudo, o próprio Estado tinha por objetivo a diminuição da força de trabalho agrícola para aumentar a força de trabalho na indústria, como pode ser visto a seguir:

O problema do êxodo rural apresenta-se na Tchecoslováquia, assim como nos outros países socialistas, com um duplo aspecto. É útil ao desenvolvimento econômico que o sector industrial disponha da mão-de-obra necessária ao seu crescimento. Para este efeito, a agricultura é um dos reservatórios da indústria. Economicamente, é de primeira importância que a agricultura aumente a produtividade do trabalho, e a redução dos activos

agrícolas é uma das consequências desse aumento (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 60).

De acordo com os autores, mesmo com todas as medidas tomadas no sentido da transformação das relações de trabalho e propriedade, nas cooperativas de produção em particular, e na agricultura, em geral, a Tchecoslováquia não conseguiu produzir em quantidades suficientes alimentos fundamentais na dieta do país, tais como vegetais, frutas, legumes e também forragens. Uma das razões apontadas foi justamente a política de preços desfavoráveis a agricultura em comparação com os produtos industriais.

1.2.4 – Hungria

Em 1945, ao findar a Segunda Guerra Mundial, a estrutura fundiária húngara era caracterizada por 1,7 milhões de pequenos e médios camponeses dispoendo de 50% da terra, e os outros 50% da terra, em poder de 12.000 grandes proprietários rurais (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, no início de 1945, o governo provisório de Libertação composto pelo Partido Nacional-Camponês, pelo Partido Comunista e pelo Partido Social-Democrata realizou uma reforma agrária, limitando a 57 hectares de terra a propriedade máxima individual. Foi criado um fundo agrário que ficou em posse de 3,2 milhões de hectares, dos quais 1,9 milhões de hectares foram entregues a 642.000 camponeses e trabalhadores agrícolas. Os outros 1,3 milhões de hectares foram destinados à criação das fazendas estatais. Através dessa reforma 51% dos proprietários ficaram com uma superfície média de 4,6 hectares, 34% de 4,6 a 14,3 hectares e 15% tinham mais de 14 hectares (Flavien; Lajoinie, 1977).

Segundo os autores, a superfície de terra entregue como propriedade aos camponeses e aos trabalhadores rurais aumentou a classe camponesa. Visando, porém, a transformação socialista da agricultura, já em 1945 o Estado Húngaro iniciou a instalação de grandes cooperativas agrícolas de produção, unindo as propriedades camponesas para formar grandes cooperativas agrícolas. Esse processo foi realizado de maneira acelerada, e acabou conhecendo muitos obstáculos:

Com efeito, estas grandes explorações cooperativas não podiam ser dotadas das máquinas agrícolas indispensáveis. Não dispunham, naturalmente, de adubos e outros produtos químicos. Os edifícios eram as mesmas construções velhas e inadaptadas dos proprietários individuais, e para completar todas essas insuficiências, perfeitamente compreensíveis ao sair da Segunda Guerra Mundial, não havia quadros e nem sequer homens com o mínimo de experiência de organização e direção de uma empresa agrícola que não podia comparar-se às até então existentes, que eram, para além do mais, de forma empírica. O novo regime acreditou durante algum tempo que os rápidos sucessos obtidos na reconstrução industrial podiam ser também conseguidos na agricultura. Infelizmente, os factos iriam mostrar que era difícil reconstruir as fábricas, criar outras novas, dispor da mão-de-obra nova indispensável, atribuir a este desenvolvimento industrial os capitais que ele exigia (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 80).

De acordo com os autores, para dotar de instrumentos de trabalho as cooperativas de produção agrícolas, o Estado húngaro criou estações de material para ficar à disposição das cooperativas, pois os cooperados não podiam comprar os instrumentos de trabalho. Também se tentou que os camponeses mais abastados emprestassem instrumentos de trabalho aos que não possuíam. Todavia, essas medidas foram insuficientes para aumentar o volume de produção exigido para abastecer o campo e o proletariado industrial, cada vez em maior número, e o Estado passou a requerer o sistema de entregas obrigatórias realizadas a um preço muito abaixo dos custos de produção. Nessas condições, “[...] em quatro anos, de 1948 a 1952, 400.000 camponeses húngaros abandonaram a terra” (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 82).

O Estado húngaro não redistribuiu as terras deixadas pelos camponeses, utilizando-as na criação de novas cooperativas agrícolas de produção. Contudo, não conseguiu reunir a força de trabalho necessária para fazê-las funcionar, e em 1956, teve de aceitar a evidência de que não dispunha das condições necessárias para desenvolver a cooperação de produção agrícola. Desse modo, reorientou a política agrícola pondo fim ao sistema de entregas obrigatórias e passou a realizar contratos com preços mais justos às cooperativas (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, ao ingressar em uma cooperativa, o camponês não perdia o direito à propriedade da terra, que era colocada à disposição da cooperativa em troca de um pagamento em quilos de cereais. Era permitido, no entanto, que o camponês conservasse uma

fração de terra de 0,57 hectares para produção familiar. Os cooperados sem terra que ingressavam nas cooperativas também recebiam essa fração de terra. Caso desejasse sair, o cooperado poderia deixar a terra para a cooperativa ou vendê-la. Nesse caso, a cooperativa tinha a prioridade de compra. Com isso, as cooperativas foram se tornando as grandes proprietárias das terras na Hungria, contando em 1973 com 40% da superfície agrícola húngara.

A construção das casas era responsabilidade dos cooperados, e os materiais eram comprados através de um empréstimo com as caixas econômicas para pagamento em 35 anos. Por isso, a casa era propriedade do cooperado e podia ser transmitida por herança. Em relação à aposentadoria, o governo instituiu o direito aos cooperados homens a partir dos 70 anos, e para as mulheres a partir dos 65. Para isso, as cooperativas contribuíam com a porcentagem de 30% para a previdência social. Em caso de doença, o cooperado recebia 75% da sua remuneração, por um ano. A licença-maternidade era de cinco meses e remunerada (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, o órgão de decisão máxima da cooperativa era a Assembléia Geral, que decidia a organização, o cálculo e a repartição dos frutos do trabalho. Essas assembléias eram realizadas duas vezes por ano, sendo precedidas por reuniões preparatórias nos vários ramos de produção dentro da cooperativa. O plano de produção, atrelado ao plano de desenvolvimento nacional, também era discutido pela Assembléia Geral. No conjunto, as cooperativas de produção eram representadas pelo Conselho Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, organismo que participava da elaboração da política agrícola do país. Seus membros eram eleitos por quatro anos pelos delegados das assembléias gerais das cooperativas.

Nos primeiros anos de implantação das cooperativas agrícolas de produção foram criadas 4700 cooperativas. Em 1973, através de um movimento de fusão entre cooperativas, restavam 2500, com 841.000 membros, ocupando uma superfície de 4,9 milhões de hectares, para uma superfície agrícola total de 6,8 milhões de hectares, ou seja, 72% da terra (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, as cooperativas agrícolas de produção possuíam 50% do gado bovino e os cooperados nas suas parcelas individuais possuíam 30%. Em relação aos porcos, as cooperativas possuíam 24% da produção, e a produção nas parcelas individuais

era maior – 36%. A partir de 1972, foi instituído um programa visando a seleção de animais para melhorar o rendimento de leite e carne, separando a produção dessas duas atividades, e algumas cooperativas de produção foram incluídas nesse projeto. Contudo, tanto essas novas cooperativas, como as mais antigas sempre necessitaram funcionar com empréstimo governamental, cuja porcentagem era entre 30% e 50%, para pagamento em 15 anos, com prazo de 5% ao ano.

1.2.5 – A ex-Iugoslávia

No início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a agricultura era a principal atividade econômica da Iugoslávia, com 76% da população dedicando-se a essa atividade. Era característico desse país as pequenas dimensões das unidades camponesas com 33,83% das propriedades possuindo menos de 2 hectares. A pequena unidade camponesa representava 88,34% das propriedades, e 0,1% das propriedades iam de 100 a mais de 1000 hectares. A produção camponesa era predominantemente para autoconsumo. Em 1945, após o exército de Libertação vencer as forças nazistas, a agricultura havia sofrido grande diminuição, com a perda de cavalos, a dizimação do gado e a morte de 14% da população camponesa (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, à saída da guerra, 70% da população iugoslava permanecia trabalhando na agricultura. Em 1945, como parte da realização da primeira reforma agrária, o novo Estado Iugoslavo anulou as dívidas dos camponeses. Também limitou a superfície máxima de terra por proprietário entre 25 a 35 hectares, conforme a região. Não foi possível criar as grandes explorações cooperativas capazes de produzir em quantidades maiores para o mercado, devido a indisponibilidade de materiais, equipamentos e maquinário. Contudo, foi criado um Fundo Fundiário a partir do qual se constituíram fazendas estatais e pequenas cooperativas agrícolas, já em 1945. O Estado Iugoslavo a cada vez mais procurou incitar os camponeses a ingressar nessas cooperativas agrícolas de produção, que funcionavam do seguinte modo:

Os cooperantes traziam as suas terras e os seus meios de produção para a sua utilização em comum. Cada um podia conservar uma parcela individual de um hectare. Os meios de produção que se tornavam propriedade da

cooperativa eram reembolsados em dinheiro aos cooperantes que os tinham fornecido. A repartição dos rendimentos entre os cooperantes era feita em gêneros ou em dinheiro, com base no trabalho efetuado na cooperativa (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 104).

De acordo com os autores, entre os anos de 1950-1951, o número de cooperativas agrícolas de produção cresceu rapidamente na Iugoslávia, atingindo cerca de 7000 unidades, com 2 milhões de camponeses. Contudo, para ingressar na cooperativa, os camponeses exigiram que ela empregasse todos os membros da família. O Estado Socialista Iugoslavo não ignorava a importância política do campesinato, e teve de ceder à transformação gradual das relações de propriedade e produção camponesas, para as relações socialistas:

Analizando a situação, o governo iugoslavo compreendeu que a transformação da agricultura devia ser gradual, em harmonia com o desenvolvimento do conjunto da economia e a formação das condições que permitissem substituir a produção individual pela produção cooperativa. Mas, entretanto, era preciso deixar o camponês individual organizar livremente a sua pequena produção e dar-lhe tempo para que tomasse consciência de que esta já não respondia às condições de nossa época (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 105).

Segundo os autores, visando o aumento da produção para exportação, a partir de 1953 o Estado Iugoslavo iniciou a segunda reforma agrária, reduzindo o máximo de propriedade individual a 10 hectares, e 15 hectares nas áreas montanhosas. Foi promulgada uma lei sobre as cooperativas que permitia aos camponeses aderirem livremente a elas, ou deixá-las caso lhes interessasse. Contudo, entre 1953 e 1954, a maior parte das cooperativas de produção desapareceram, aumentando, no entanto, a cooperação de empréstimos de equipamentos de trabalho, abastecimento e comercialização dos produtos agrícolas. Com isso, apesar da tentativa de transformação socialista da agricultura, na Iugoslávia a classe camponesa continuou a predominar na agricultura (Flavien; Lajoinie, 1977). O setor socializado da agricultura conheceu uma forma distinta da empresa estatal e das cooperativas de produção, denominado combinado agrícola:

É uma empresa autônoma gerida pela assembléia geral dos trabalhadores da empresa. A terra e as instalações do combinado estão à disposição do conjunto dos trabalhadores da empresa. São propriedade do combinado e

não dos seus membros considerados individualmente. A assembleia geral decide sobre todos os problemas importantes. As decisões vitais devem ser aprovadas pela maioria de 2/3 dos membros do combinado. Para os problemas menos importantes é suficiente uma maioria de 51%. A assembleia geral decide a venda ou a compra eventuais das terras ou do material, que se torna propriedade do combinado. Decide sobre as grandes linhas de produção, da transformação dos produtos, do volume de rendimento a dedicar aos investimentos produtivos, das diferentes grandes ações a empreender, etc (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 111).

De acordo com os autores, tanto nos combinados agrícolas, quanto nas cooperativas de produção, os trabalhadores recebiam abonos em função do rendimento do trabalho familiar. A licença-maternidade era de 105 dias. A jornada de trabalho da mãe era composta por 4 horas de trabalho durante os oito meses após o nascimento do filho. Apesar desse desenvolvimento da agricultura socializada, o grande peso político do campesinato fez com que o governo socialista iugoslavo avaliasse a agricultura do país como subdesenvolvida e atrasada. O Estado iugoslavo planejava intervir nessa situação:

A política agrária do governo iugoslavo pretende vencer o mais rapidamente possível os atrasos existentes na produção individual com base num acordo estabelecido no início de 1973 entre as repúblicas e as regiões autônomas, com uma duração de três anos. Está em discussão um acordo a longo prazo entre as diferentes repúblicas para definir os grandes eixos da política agrária até 1985. Deve intervir um outro acordo a mais curto prazo para definir os objetivos dos cinco próximos anos (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 121).

O objetivo do Estado Iugoslavo, a partir de 1973, portanto, foi intervir para definir acordos e estabelecer planos quinquenais de produção que assegurasse a transformação socialista da agricultura. Contudo, a resistência camponesa se fazia sentir fortemente, ficando o campesinato com 85% das terras cultiváveis:

No plano da produção agrícola, trata-se também de permitir aos produtores individuais, que cultivam ainda 85% da superfície agrícola do país, melhorar as suas condições de produção para produzirem mais, melhor e mais barato, melhorando simultaneamente as suas condições de vida (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 109).

Tendo que conviver com a resistência camponesa, como perspectiva de médio prazo o Estado Socialista Iugoslavo pensava meios capazes de convencer os camponeses a aderir às cooperativas de produção (Flavien; Lajoinie, 1977).

1.2.6 – Polônia

Em 1944, a Polônia era um país agrícola, com 19 milhões de hectares agrícolas, dentre os quais 76% eram terras cultiváveis, 22% prados e pastagens, e 1,5% pomares (Flavien; Lajoinie, 1977). A população era predominantemente rural, na proporção de dois terços para um terço da população urbana. Havia dois milhões de famílias camponesas trabalhando em unidades agrícolas com menos de 5 hectares, 600.000 famílias camponesas sem terra, e o latifúndio ocupando 50% da superfície agrícola (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a Polônia recuperou 6 milhões de hectares de terras agrícolas nos ex-territórios alemães, dos quais 3,7 milhões foram vendidos à título de propriedade a 600.000 famílias camponesas polacas, com prazo de pagamento de 10 a 15 anos. Os outros 2,3 milhões de hectares ficaram em propriedade do Estado, nos quais foram criadas fazendas estatais. Nos territórios da antiga Polônia a reforma agrária teve consequências mais profundas. As unidades agrícolas foram limitadas a 50 hectares por família, as maiores propriedades foram transformadas em fazendas estatais e 466.000 famílias camponesas receberam 2,4 milhões de hectares de terra (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, em 1970 o campo polaco contava com 2,6 milhões de proprietários, dos quais 2,2 milhões com menos de 10 hectares. Com isso, a agricultura camponesa ocupava 82% das terras agrícolas, possuindo 77% das terras, dentre as quais 63% ocupavam menos de 5 hectares, 26% entre 5 a 10 hectares, e 11% mais de 10 hectares. Com o parcelamento da terra e a entrega aos camponeses, o governo da Polônia tomou um caminho de desenvolvimento diferente dos outros países que ficaram sob a influência do bloco soviético:

[...] os dirigentes do país não queriam pôr um milhão de camponeses no desemprego, acelerando uma reestruturação que tinha à partida condições técnicas insatisfatórias; insuficiência não só de meios mecânicos, adubos e outros produtos químicos, mas também de enquadramento.

Por conseguinte, foi necessário iniciar a ação incrementando a produção e a produtividade de uma agricultura tal com existia, favorecendo simultaneamente a formação das bases de uma agricultura avançando no caminho da sua modernização e da transformação das suas estruturas por uma via diferente da das economias agrárias dos países capitalistas (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 129-130).

De acordo com os autores, o governo polaco manteve o direito de herança da propriedade da terra, mas limitou a compra e a venda da terra. De qualquer maneira seguiu uma via de desenvolvimento original com a manutenção da propriedade camponesa da terra e da sua lógica de trabalho, com uma economia nacional de natureza socialista. Desse modo, em 1973, a produção camponesa era responsável por 83% da produção agrícola, e comercializava 79% da produção agrícola do país.

As explorações individuais colheram em 1973 perto de 84% do volume total dos cereais, trigo, centeio, cevada e aveia, 91,5% das batatas, 84% da tonelagem de beterraba açucareira. Detinham 80% do gado com 86% dos porcos e 81% dos ovinos. Forneceram um pouco mais de 78,5% da carne, 87% do leite e perto de 95% da produção de ovos. Em contrapartida, só dispunham de 38% do parque de tractores, o que nada tem de surpreendente se pensarmos na dimensão média das explorações individuais (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 131).

As razões apresentadas pelos autores para a situação peculiar da Polônia foi uma integração entre a produção agrícola camponesa com cooperativas de distribuição que compravam a produção através de contratos onde estavam fixados o volume e o preço da produção. Com isso, o camponês podia prever e planejar a produção a ser comercializada. A partir desse campesinato, passou a desenvolver-se os conjuntos agrícolas: uma forma de cooperação empreendida para a realização de uma ou várias atividades produtivas, tais como a construção de uma pocilga ou a realização de uma cultura especializada (Flavien; Lajoinie, 1977).

Com essa outra via de desenvolvimento, o cooperativismo agrícola de produção não se disseminou pela Polônia (Flavien; Lajoinie, 1977). De acordo com os autores, o cooperativismo agrícola de produção nunca englobou um grande número de camponeses pelas seguintes razões:

Há, naturalmente, razões políticas e ideológicas para este estado de coisas, mas há também causas técnico-económicas. Entre estas, deve fazer-se uma menção particular à insuficiência dos meios técnicos: tractores e outras máquinas agrícolas, adubos, sementes seleccionadas. Faltavam técnicos e, mais geralmente, a qualificação dos homens no seu conjunto.

Nestas condições, o cooperativismo de produção não dispunha de meios para mostrar a sua superioridade sobre a exploração familiar tradicional. Após uma dezena de anos de esforços tiveram que render-se à evidência: o cooperativismo agrícola na produção necessitava, para sair vencedor, não só de um mínimo de aceitação geral, mas principalmente de condições económicas que favorecessem o seu desenvolvimento (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 137).

De acordo com os autores, em 1957 só funcionavam as cooperativas de produção mais bem situadas e com mais equipamentos. Em 1960, haviam menos de 2000 cooperativas agrícolas de produção, com 25.000 famílias e 260.000 hectares de terra. Essas cooperativas estavam divididas em dois tipos. Um tipo que abrangia apenas a produção vegetal, ficando o gado como propriedade individual; e outro tipo que englobava todas as atividades produtivas na cooperativa, forma que predominou em relação ao primeiro tipo de cooperativa de produção. Foi também a partir de 1960 que essas cooperativas começaram a passar por um processo de fusão, aumentando a superfície média de 140 hectares para 300 hectares. As cooperativas de produção na Polónia funcionavam do seguinte modo:

As terras da cooperativa pertencem aos cooperados, mas estes, porém, não são todos proprietários, por exemplo, os especialistas: veterinários, contabilistas, etc. A cooperativa pode receber terra do Fundo Agrário Nacional. Pode recebê-la dos proprietários idosos que recebem uma renda em troca da cedência das suas terras. Quase todas as cooperativas procedem à repartição do rendimento em função da qualidade do trabalho fornecido e do número de dias de trabalho, segundo o princípio da qualificação atribuída a cada operação e segundo as condições em que se efectua e os meios técnicos utilizados (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 138).

De acordo com os autores, a cooperativa agrícola de produção era dirigida por um conselho de administração e um presidente, ambos eleitos pela assembleia geral. Os membros da cooperativa tinham direito a férias remuneradas, aposentadoria e remuneração em caso de doença. Em relação ao financiamento da produção, as cooperativas de produção dependiam de empréstimos bancários. O preço de venda da produção era fixado por contratos, sendo o mesmo para todo o país e para todas as formas de relações de produção agrícola, quer fosse fazenda estatal, produção camponesa ou cooperativa de produção.

Com a impossibilidade do desenvolvimento da cooperativa de produção no campo polaco foram tentadas outras formas de cooperação visando a manutenção da cooperação entre os camponeses, através dos conjuntos agrícolas (Flavien; Lajoinie, 1977). De acordo com os autores, em 1974 havia cerca de 10.000 conjuntos agrícolas. Essa forma de cooperação tinha por objetivo a realização conjunta de uma ou várias atividades produtivas “[...] Por exemplo, a construção e exploração de uma pocilga, de um centro de engorda de bovinos ou ainda para a realização de uma cultura especializada” (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 139).

Vê-se, portanto, que a cooperação na Polônia teve que ceder à manutenção da propriedade camponesa da terra, sendo realizada em algumas atividades, mas não em todo o processo produtivo.

1.2.7 – A ex-República Democrática Alemã

A República Democrática Alemã (RDA) foi fundada em 1949 e reunificada com o restante da Alemanha em 1990. De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), em 1939 a agricultura nos territórios que viriam formar a RDA era dominada pelos grandes proprietários de terra, com 6.300 proprietários (1,1% dos proprietários totais) possuindo mais de 100 hectares, partilhando entre si 29,7% da superfície agrícola cultivada. Em contrapartida, 414.000 camponeses – 72,4% do total, possuíam de 05 a 10 hectares de terra, e cultivavam 20,8% das terras (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, a agricultura alemã sofreu terrivelmente com a Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, o Estado requisitava obrigatoriamente toda a produção; e perante a derrota para os exércitos soviéticos, a ordem era queimar a terra, levando à destruição de muitas aldeias que estariam no futuro território da RDA. Após a criação do país, uma das primeiras medidas tomadas em relação à agricultura foi a organização do auxílio mútuo entre as cidades e o campo para o fornecimento de alimentos às cidades, que por sua vez forneceriam meios técnicos à agricultura.

Introduziu-se um sistema de entregas parciais a preços fixos [...]. O volume das entregas era fixado de acordo com a qualidade do solo e a situação social do camponês. Se trabalhasse bem ficava-lhe um excedente de que

podia dispor livremente e vender a preço mais elevado (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 157).

De acordo com os autores, em fins de agosto de 1945 o Governo da RDA elaborou um programa de reforma agrária. Foram expropriadas, sem indenização, as propriedades com mais de 100 hectares, juntamente com seus meios de produção e o gado que continham. Mantiveram-se intactas as propriedades entre 20 a 29 hectares. Foram criadas comissões da reforma agrária eleitas pelos operários agrícolas e camponeses proprietários ou rendeiros que decidiam sobre a distribuição da terra. Pelas comissões ficou constatado que o desejo do campesinato era obter terra, por isso, o Estado não pode implementar imediatamente o cooperativismo. “Nessa altura, o objetivo era criar novas explorações e aumentar as pequenas” (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 159).

De acordo com os autores, apesar da realização da reforma agrária, nem todas as grandes propriedades foram divididas, algumas tornaram-se propriedade nacional, e as terras da Igreja permaneceram intactas. Contudo, a grande propriedade desapareceu, dando lugar a unidades agrícolas com 5 a 8 hectares, beneficiando cerca de 1.941.951 pessoas. Os beneficiários pagavam as despesas do parcelamento, tornando-se proprietários com direito de exploração e herança. Contudo, ficou proibida a venda, o arrendamento e as hipotecas sobre as terras.

As cooperativas agrícolas de produção foram formadas a partir de 1952, em aldeias cujos camponeses já organizavam comunidades de trabalho à escala da aldeia (Flavien; Lajoinie, 1977). De acordo com os autores, o processo de implantação das cooperativas de produção iniciado em 1952 se generalizou em 1960, seguindo o princípio de adesão voluntária dos camponeses. No final de 1952 havia 1900 cooperativas de produção, e foi formada uma assembléia de presidentes dessas cooperativas para elaborar seus estatutos-tipos:

Os estatutos-tipo constituem a base jurídica das cooperativas. Enunciam os fins gerais do cooperativismo agrícola de produção, depois determinam os princípios da utilização da terra, do material da cooperativa, da criação de gado cooperativo, as condições de admissão, as obrigações da cooperativa, da sua direção e dos aderentes, a organização do trabalho, a distribuição dos rendimentos, o modo de direção, assim como as dimensões da exploração individual de cada família (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 164).

Segundo as condições naturais, sociais, econômicas e os meios de produção disponíveis foram adotados três tipos de cooperativas: as de tipo I, II e III. A diferença entre elas estava no grau de utilização coletiva dos meios de produção, do trabalho e da remuneração (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, as cooperativas de tipo I eram consideradas o nível mais simples de cooperação, pois somente as terras eram entregues à cooperativa e trabalhadas coletivamente.

Os prados, as pastagens e as matas podem ser explorados coletiva ou individualmente, conforme o que os membros da cooperativa estabeleceram nos estatutos. Os outros meios de produção, tractores, máquinas, utensílios e construções agrícolas, assim como o gado, continuam a ser propriedade privada dos camponeses (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 164-165).

A remuneração dos frutos do trabalho nas cooperativas de tipo I, após descontados os custos de produção e dos investimentos necessários, era realizado na proporção de 60% em razão da qualidade e quantidade do trabalho realizado, e 40% em razão da quantidade e da qualidade das terras entregues à cooperativa (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, nas cooperativas de tipo II, os camponeses entregavam as terras, os prados, pastagens, matas, animais de tiro, maquinário e outros instrumentos de trabalho à cooperativa, que se tornava proprietária dos meios de produção através de compra ou reembolso. O gado e suas instalações continuavam propriedade do camponês. A distribuição dos rendimentos do trabalho era realizada na base de 70% pelo trabalho realizado, e 30% pela terra entregue.

As cooperativas de tipo III eram as que alcançavam o maior grau de coletivização:

Com este tipo, estamos em presença de um cooperativismo completo. Os aderentes entregam à cooperativa as suas terras (campos, prados, pastagens, matas), bem como o gado. Entregam também à cooperativa os meios de produção, assim como os edifícios de exploração que lhe possam ser úteis e que não são indispensáveis para a pequena exploração familiar (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 166).

De acordo com os autores, a distribuição dos frutos do trabalho nesse tipo de cooperativa era realizada após deduzidos o fundo de investimentos, no mínimo 80% para o

trabalho realizado, e 20% para as terras postas à disposição da cooperativa. E mensalmente era pago aos cooperados uma remuneração.

Nos três tipos de cooperativas, os cooperados conservavam uma parcela de meio hectare para produção familiar, além de duas vacas, duas porcas, seus leitões, carneiros e aves. Caso houvesse excedente era permitida a sua comercialização como complemento à renda da família (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, caso os cooperados desejassem deixar a cooperativa, poderiam vender as terras à cooperativa, a outro cooperado, ou ao Estado. Em todos os três tipos de cooperativas, o órgão supremo de decisão eram as assembléias gerais, que discutia a remuneração do trabalho, os investimentos, o plano de produção, e elegia o comitê de direção e o presidente. Estes eram responsáveis pela gestão perante a assembléia geral, que também elegia uma comissão de controle responsável pela aplicação das decisões da assembléia, e o respeito aos estatutos (Flavien; Lajoinie, 1977).

A jornada de trabalho semanal nas cooperativas de produção era de 48 Horas, podendo ser prolongada em momentos de maior necessidade de trabalho. As férias duravam 15 dias úteis. As mães que possuíam mais de três filhos não podiam trabalhar mais do que 40 horas semanais. O trabalho era organizado por equipes, durante cinco dias da semana, com dois dias de descanso semanal (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, para viabilizar as cooperativas de produção, o Estado da Alemanha Oriental executou uma política de preços, impostos, créditos a juros anuais de 2% em média, e realizou formação específica aos dirigentes. Criou também as Estações de Máquinas para que as cooperativas pudessem realizar os trabalhos, sem ter que endividar-se na compra desses meios de produção. Entre 1952 e 1960, 901.490 camponeses se agruparam nessas cooperativas, das quais 12.976 eram do tipo I e II, ocupando uma área de 5.408.064 hectares – 84,2% da superfície agrícola total. Nesse período, havia 669 fazendas estatais, explorando 395.663 hectares de terra, o que representava 6,3% da superfície agrícola do país (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, a partir de 1960 as cooperativas começaram a passar por um processo de fusão, restando 6587 cooperativas de produção agrícola e 324 cooperativas de produção hortícola, explorando no total 86,4% da superfície agrícola. O número de cooperados caiu para 884.752, dos quais 675.129 eram trabalhadores ativos. Do total de 6587

cooperativas, 5402 eram do tipo III, cultivando uma superfície de 5.053.100 hectares, para um total de 5.400 000 hectares. O número de fazendas estatais caiu de 669 para 505, ocupando, contudo, uma área maior que no período anterior, ou seja, 7,1% da superfície agrícola. Essas fazendas se especializaram como centro de seleção, produção vegetal e criação de gado (Flavien; Lajoinie, 1977).

Como pode ser visto pelos números, a agricultura da RDA ficou caracterizada predominantemente pelas cooperativas de produção agrícolas, 86,4%, e pelo menor número de fazendas estatais, 7,1% que, juntas, somavam 94,5% das formas de propriedade agrícola. O restante era constituído pelas parcelas camponesas e pelas terras da Igreja (Flavien; Lajoinie, 1977). Com isso, disseminou-se o emprego da mecanização e fertilizantes químicos, buscando alcançar o máximo de produtividade agrícola.

De acordo com os autores, a regra geral para todas as formas de produção agrícolas era a busca pela autonomia financeira, devendo elas próprias buscar seus financiamentos e financiar as suas despesas. O plano de desenvolvimento de cada cooperativa ou fazenda estatal era atrelado aos planos quinquenais e anuais de desenvolvimento econômico. Através da planificação econômica, o Estado fixava a taxa de comercialização dos produtos, os investimentos agrícolas, o fornecimento de equipamentos para a agricultura, que deveriam estar em conformidade com o plano de cada cooperativa. Por sua vez, as cooperativas estabeleciam contratos de comercialização com as empresas para a compra e venda de seus produtos.

Segundo Flavien e Lajoinie (1977), as entregas obrigatórias foram realizadas na RDA até 1964, para as produções de origem vegetal, e 1969, para os produtos de origem animal. Essa produção era comercializada a um preço mais baixo do que a produção comercializada no mercado, gerando a existência de dois preços diferentes para um único produto. A partir de 1969, com a cessação por completo das entregas obrigatórias, passou a vigorar um único preço por produto. Com isso, tentou-se que os preços de comercialização compensassem os preços de produção para que as cooperativas pudessem sobreviver. Para incentivar a produção, o Estado premiava as cooperativas que ultrapassassem o volume de produção estabelecido no próprio plano, sobretudo nos produtos que eram comercializados à escala mundial, tais como cereais e açúcar de beterraba (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, a partir de 1960, com a consolidação da cooperação na RDA, o objetivo passou a ser o aumento da produtividade, a elevação da intensidade do trabalho e a especialização da produção nas cooperativas, buscando o incremento do desenvolvimento da agroindústria:

O aumento da produtividade diminui os custos da produção, o que melhora as condições de vida no campo. A industrialização da produção corresponde, portanto, ao interesse de todos os camponeses cooperantes e ao interesse geral do país. Isto é possível, se se conseguirem criar maiores unidades de produção agrícola e pecuária. Numa só cooperativa agrícola não é possível produzir segundo os processos industriais que utilizem as últimas conquistas da ciência e da técnica. Grandes unidades de criação de gado, por exemplo, permitem uma alta produtividade, uma produção de grande qualidade, custos mais baixos e favorecem a melhoria das condições do trabalho (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 180).

De acordo com os autores, com a finalidade de criar grandes unidades de produção, cooperativas de diferentes tipos de um mesmo território foram incitadas a associar-se entre si. Podiam com isso utilizar em comum os mesmos meios de produção, reduzindo os custos com a mecanização, ou criar um caixa-comum para a construção de infra-estrutura que uma única cooperativa não conseguiria fazer. Esse reagrupamento de cooperativas incitou o aprofundamento da especialização em uma única cultura, cereais, plantas, gado, leite, aumentando a divisão do trabalho no interior da própria cooperação. Os resultados produtivos alcançados eram considerados satisfatórios:

O abastecimento da população em gêneros alimentares e o da indústria em matérias-primas melhorou de modo regular em quantidade e qualidade. A produção nacional cobre a procura de carne, de salsicharia, de manteiga, de leite e de ovos. Graças ao aumento regular das produções e ao aumento dos rendimentos, o plano de desenvolvimento econômico foi ultrapassado para todos os produtos pecuários (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 186).

De acordo com o cooperativismo de produção na RDA abriu caminho à novas técnicas agrícolas, a intensificação da mecanização, e transformou radicalmente as relações de produção na agricultura desse país.

1.2.8 – Romênia

De acordo com Flavien e Lajoinie (1977), a Romênia dos anos de 1930 possuía uma superfície agrícola de 19 milhões de hectares, para um total de 3.298.000 camponeses. Deste total, três quartos destes camponeses cultivavam um quarto das terras; 560.000 possuíam entre 5 e 10 hectares; e 820.000 camponeses possuíam três quartos da superfície agrícola. O número dos grandes proprietários estava em 12.000, possuindo mais da metade da superfície agrícola do país. Das grandes explorações, 9500 tinham entre 100 e 500 hectares, e 2700 possuíam mais de 500 hectares, o que representava 17% da superfície agrícola total. Foi essa estrutura fundiária, agravada pelo período de guerra, que em 1945 o governo formado pela Frente dos Trabalhadores teve que enfrentar, realizando uma reforma agrária:

Foram expropriadas, com o equipamento agrícola correspondente, todas as terras pertencentes aos grandes proprietários rurais, as dos que arrendavam mais da metade das terras, assim como as terras dos colaboradores nazis. Os grandes proprietários ficaram apenas com a terra que se comprometeram a trabalhar. No total, foram confiscados 2.300.000 hectares de terra aos grandes proprietários (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 207).

De acordo com os autores, 2.000.000 hectares de terras confiscadas foram entregues como propriedade aos camponeses sem terra, e aos camponeses que possuíam menos de 5 hectares, alcançando assim mais de um milhão de famílias camponesas. Os 300.000 hectares restantes ficaram como propriedade estatal.

O processo de implantação das cooperativas de produção agrícolas começou na Romênia por volta de 1948 e terminou em 1962, constituindo-se no seguinte quadro:

Em cerca de 15 milhões de hectares de superfície agrícola, as cooperativas agrícolas de produção trabalham 9 milhões de hectares. As herdades estatais exploram, em números redondos, 4,5 milhões de hectares, ou seja, 30%, e as explorações individuais cerca de 1,4 milhões de hectares, ou seja, 9,3%, sendo os 0,1% restantes explorados por associações agrícolas diversas (Flavien; Lajoinie, 1977, pp. 209-210).

Até 1962 havia na Romênia 4600 cooperativas agrícolas de produção, ocupando cerca de 60% da superfície agrícola. Nessas cooperativas produziavam-se culturas gerais 75%,

vinhas e pomares, 70%; gado bovino, 40%; pastagens, 28%. No conjunto forneciam 66% da produção nacional de cereais, 40% de leguminosas em grãos, quase toda a produção de beterraba açucareira; 40% da produção de batata, 60% das plantas forrageiras, 40% da produção de uva, mas menos de 20% da produção de frutas, 21% da produção de carne, 26% da produção de leite e 36% da produção de lã (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, as famílias camponesas tornavam-se membros das cooperativas, mas ou não trabalhavam nelas, ou trabalhavam apenas parte do tempo. Ao ingressar em uma cooperativa de produção, os camponeses entregavam as terras em usufruto à cooperativa, mas conservavam como propriedade familiar uma parcela de terra, os instrumentos pessoais de trabalho, animais e a casa onde moravam. Caso um membro desejasse deixar a cooperativa, o seu trabalho seria pago no final do ano, e seriam reembolsados os bens entregues no momento do ingresso gradativamente. A jornada de trabalho na cooperativa estava organizada em 42 horas semanais. As férias eram contabilizadas de acordo com o tempo de trabalho na cooperativa, sendo no mínimo 12 dias, podendo atingir 24 dias para os cooperados mais antigos. A aposentadoria era dada no caso dos homens a partir dos 65 anos, e das mulheres aos 60 anos. Uma pensão por invalidez era paga em caso de doença ou acidente de trabalho:

Para isso, as cooperativas agrícolas pagam uma contribuição anual igual a 7% do valor da produção global. Este pagamento é feito com o fundo da cooperativa, não é descontado nas remunerações dos cooperantes que devem, todavia, pagar uma quotização mensal pouco elevada para terem direito a todas as regalias anteriormente remuneradas (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 225).

De acordo com os autores, a direção da cooperativa era realizada por um conselho de direção, eleito pela assembléia geral, e que deve reunir-se uma vez a cada três meses. A assembléia geral deliberava sobre o plano de desenvolvimento, o plano de produção e os contratos de comercialização. Também decidia sobre a organização do trabalho e sua remuneração. Era possível um grupo de cooperados trabalhar uma superfície de terra, em função de uma cultura, ou um certo número de bois, com a remuneração baseada na produção do grupo.

Para desenvolver a cooperação de produção, o governo da Romênia criou a União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, e passou a fornecer créditos às cooperativas, sem cobrança de juros no caso das que atravessavam dificuldades como calamidades, além de empréstimos cuja taxa de juros não podia ser superior a 3,5% (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, assim como nos outros países do leste europeu, na Romênia a produção agrícola estava atrelada à planificação da economia. Deveria, portanto, atender aos planos quinquenais, ficando o plano de produção das cooperativas em conformidade com este plano nacional. Em troca desse compromisso, as cooperativas tinham a certeza de comercializar a produção a preços fixos, conforme os contratos assinados.

Como forma de desenvolvimento regional, as cooperativas agrícolas de produção romenas passaram por um processo de desenvolvimento entre cooperativas, juntamente com a criação de indústrias alimentícias. O paradigma seguido pode ser visto a seguir:

A orientação da expansão industrial no meio rural – simultaneamente com a modernização da agricultura, a intensificação da produção e a ordenação das localidades rurais – é considerada factor determinante da modernização das aldeias, da absorção da mão-de-obra liberta pela mecanização da agricultura (Flavien; Lajoinie, 1977, p. 221).

De acordo com os autores, o objetivo do Estado romeno com a expansão da industrialização no campo era aumentar a produção, não apenas das cooperativas, mas também do campesinato.

1.2.9 – Contradições da coletivização dos Kolkozos e das Cooperativas Agrícolas de Produção do Leste Europeu

Como parte da realização de um balanço do poder socialista cinco anos após a revolução socialista na ex-URSS, Lenin (1961) realizou um discurso na sessão plenária do Soviet de Moscou, reafirmando a importância da cooperação como caminho fundamental para a consolidação do socialismo.

De acordo com Lenin (1961), como os meios de produção já estavam em poder do Estado Socialista, a tarefa primordial era organizar a população em cooperativas para

assegurar a subordinação dos interesses privados aos interesses dos proletários. Nessa perspectiva, os camponeses eram encarados como proprietários de terra, com interesses opostos aos da classe proletária. A tarefa histórica, portanto, era subordiná-los ao interesse proletário, conseguindo com que se deixassem guiar por essa classe. Lenin não ignorava que tal processo poderia levar a uma ruptura da aliança operário-camponesa, por isso defendia que a sua realização deveria ser feita de maneira gradual, considerando a vontade dos camponeses em ingressar nas cooperativas (Marcos; Fabrini, 2010).

De acordo com Salomoni (1995), Lenin realizou esse discurso no início da Nova Política Econômica (NEP), que durou de 1921 a 1928. Nesse período, visando a transformação socialista gradual da agricultura, o Estado Soviético intensificou e experimentou a implantação de formas de cooperação agrícola, com diversos graus de coletivização, desde as mais simples, como o *artel* e o *toz*, até a coletivização total, com a *comuna*. Em 1929, Stalin abandonou o princípio da adesão voluntária e forçou a coletivização total nos *kolkoz*es, processo que ficou conhecido como a “Grande Virada”. Os *kolkoz*es, portanto, foram parte fundamental da transformação socialista das relações de produção e propriedade no socialismo.

Analizando os *kolkoz*es soviéticos e as cooperativas agrícolas de produção implantadas nos países do leste europeu que ficaram sob a influência da ex-URSS pós Segunda Guerra mundial, é possível destacar alguns aspectos essenciais para a compreensão das Cooperativas de Produção Agropecuárias, de Cuba e do Brasil.

Um primeiro ponto a ser destacado é a reforma agrária realizada pelos Estados Socialistas. Ao chegar no poder e buscar a superação do capitalismo, todos os Estados analisados confrontaram-se com o problema fundamental da existência da grande propriedade fundiária, expropriaram-na em parte ou totalmente, colocaram limites ao tamanho da propriedade fundiária particular, parcelaram a terra e distribuíram-na aos camponeses, mediante indenização ou não (Flavien; Lajoinie, 1977).

Os *kolkoz*es soviéticos e as cooperativas agrícolas de produção dos países do leste europeu foram implantadas na perspectiva desse Estado Socialista que expropria a grande propriedade fundiária, e em um primeiro momento, entrega a terra aos camponeses. Porém, a perspectiva socialista não era a formação de uma classe de novos proprietários, por isso os meios de produção, incluindo a terra, deveriam voltar para a propriedade do Estado. Dessa

forma, os camponeses são encarados como inimigos, porque desejam ficar com a propriedade da terra (Hegedus, 1984).

Nessa perspectiva, a ameaça de ruptura da aliança operário-camponesa, além da possibilidade de os Estados desenvolverem a industrialização, transferindo renda da agricultura para a indústria influenciou a forma e o ritmo como a coletivização foi implantada nos diversos países socialistas (Flavien; Lajoinie, 1977). Na ex-URSS, até o governo de Lenin, o poder soviético buscou assegurar essa aliança, implantando a coletivização de maneira gradual, respeitando minimamente o desejo dos camponeses (Marcos; Fabrini, 2010). Stalin, buscando consolidar o socialismo em um só país, abandona essa política, atrelando a coletivização aos planos quinquenais, cujo objetivo era industrializar o país, transferir renda da agricultura para a indústria, liberar força de trabalho agrícola e proletarizar a sociedade (Salomoni, 1995). A agricultura era a principal criadora de valor-novo, devendo dotar o país de alimentos e matérias-primas, cujos preços necessariamente deveriam ser mais baixos do que o dos produtos industriais, para possibilitar a acumulação interna, base para a industrialização acelerada (Salomoni, 1995). Para atingir seu objetivo de industrialização e aumento da produção agrícola, os Estados Socialistas transformam as relações de produção, implantando o trabalho coletivizado, a mecanização e o uso intensivo de fertilizantes químicos. Os kolkozos e as cooperativas agrícolas de produção são expressão desse paradigma. Ao ingressar nessas estruturas, os camponeses tinham que renunciar à sua lógica de vida, trabalho e produção para transformar-se em um cooperado socialista. Houve diferenças, contudo, na forma e no ritmo como a coletivização da agricultura foi implantada em cada país (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, em alguns países o processo iniciou-se logo em seguida à tomada de poder pelo Governo Socialista, como é o caso da Bulgária, da Hungria e da Iugoslávia. Em outros, o processo foi iniciado mais tarde, como na Tchecoslováquia e na Alemanha Oriental. Na Polônia, as cooperativas agrícolas foram implantadas, mas nunca englobaram um grande número de camponeses. Como o Estado Socialista na Polônia não dispunha de meios técnicos e materiais para expropriar os camponeses e lançá-los à industrialização, tomou um caminho diferente dos outros países do leste europeu. A cooperação se estabeleceu entre a produção agrícola camponesa com as cooperativas de distribuição que compravam a produção através de contratos onde estavam fixados o volume

e o preço da produção. A via de desenvolvimento escolhida foi a manutenção da propriedade camponesa da terra, com uma economia nacional socialista (Flavien; Lajoinie, 1977).

Na ex-URSS, a terra foi nacionalizada, com a Revolução Socialista de 1917, e o camponês obteve o direito de usufruto. Formas coletivas de organização do trabalho agrícola foram implantadas, tais como o *toz*, o *artel* e a *comuna*, mas tiveram que conviver com as unidades camponesas de produção. O processo de coletivização forçada é iniciado em 1929, e em 1934, mais de 70% dos camponeses estão coletivizados (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, na Bulgária as cooperativas agrícolas de produção começam a ser implantadas a partir de 1944. Através dos dados apresentados pelos autores, é possível verificar que esse processo é realizado de maneira veloz, pois em 1945, elas ocupavam apenas 3% da superfície agrícola; em 1948, 6%; e em 1952 já abrangiam 60% da superfície agrícola. Na Hungria, o processo de implantação das cooperativas agrícolas de produção inicia-se em 1945, quando o Estado húngaro começa a unir as parcelas camponesas para formar grandes cooperativas. O movimento é realizado de maneira acelerada e teve de ser revisto pelo Estado, já que não havia meios de trabalho e maquinário disponíveis para dotar às cooperativas de infraestrutura. Na Iugoslávia, a implantação das cooperativas agrícolas de produção é iniciada em 1945 e cresce rapidamente até 1951. Contudo, entre 1953-1954 elas praticamente desaparecem do campo iugoslavo, e a classe camponesa continua a predominar. Nesse país, o processo de implantação das cooperativas agrícolas de produção sofreu tal resistência do campesinato, chegando inclusive a desaparecer no período de 1953-1954, que para existir teve de se transformar nos combinados agrícolas. Os combinados agrícolas eram uma forma de cooperação em que a terra permanecia em propriedade do conjunto de trabalhadores do combinado, e as decisões eram tomadas em Assembléia Geral (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com os autores, na Tchecoslováquia, o processo de implantação das cooperativas de produção inicia-se em 1948, quando o Estado busca eliminar as unidades camponesas que naquele momento representavam 70% das unidades agrícolas do país. Em 1960, existiam 10.808 cooperativas de produção, ocupando uma superfície média de 420 hectares, o que representava 4,4 milhões de hectares cultivados pelas cooperativas. Em 1973, 678.000 hectares já pertenciam às cooperativas de produção. Na República Democrática Alemã, as cooperativas agrícolas de produção começaram a se formar a partir de 1952,

chegando ao final desse ano com 1900 cooperativas, e se generalizou em 1960, quando começam a passar por um processo de fusão, diminuindo o número de cooperativas, e tornando maiores as que permanecem.

Um aspecto fundamental sobre a implantação dos kolkozos e das cooperativas agrícolas de produção está relacionado à permissão dos cooperados conservarem uma parcela de terra para a sua produção de autoconsumo. Essa parcela era essencial, porque a produção das cooperativas tinha por objetivo a comercialização com os Estados, e não a satisfação das necessidades dos cooperados. Além disso, como a agricultura deveria transferir renda para a indústria, o preço pago pelos produtos agrícolas era baixo, e conseqüentemente era baixa a remuneração dos cooperados. Com isso, a renda obtida era insuficiente para a satisfação das suas necessidades, tornando fundamental o aporte de alimentos provenientes das suas parcelas individuais. No capítulo 2, com a análise das Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba, veremos que os cooperados não tiveram direito a essa parcela, o que agravou ainda mais a necessidade de alimentos com a queda do bloco soviético.

De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), os Estados Socialistas objetivavam diminuir a importância dessas parcelas, sob o risco dos cooperados dedicarem-se mais a elas do que à produção na cooperativa. Contudo, elas foram essenciais para assegurar o autoconsumo das famílias e dos proletários, pois parte da produção era também comercializada. Desse modo, nos kolkozos, os cooperados permaneceram com uma parcela de meio-hectare individual; na Hungria, 0,57; na Iugoslávia, 1 hectare; na República Democrática Alemã, meio hectare. Em se tratando de Brasil, na Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (Copava), CPA implantada no assentamento do MST no estado de São Paulo, apesar dos cooperados manterem os sete alqueires de cada família coletivizados, conservaram uma pequena área no quintal, anexa à casa, onde produzem frutas, legumes e verduras que servia para autoconsumo e comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), (Thomaz, 2010).

Outro aspecto fundamental para a compreensão das contradições dos kolkozos e das cooperativas agrícolas de produção está relacionado à propriedade jurídica da terra caso o cooperado desejasse deixar a cooperativa e retornar à sua condição de camponês. De acordo com Flavien; Lajoinie, (1977), a propriedade fundiária foi nacionalizada na ex-URSS com a Revolução Socialista, em 1917. Até antes da coletivização de 1929, os camponeses detiveram

o direito de usufruto das terras. No contexto da coletivização forçada, não havia a possibilidade de deixar a cooperativa e voltar à condição camponesa. Na Bulgária, a terra não foi nacionalizada, e a propriedade da terra foi entregue aos camponeses. Ao ingressar em uma cooperativa de produção, o camponês punha à disposição da entidade, a terra e os demais meios de produção, mas a propriedade jurídica da terra permanecia com ele. Na Hungria, ao ingressar em uma cooperativa, o camponês não perdia o direito à propriedade da terra, mas caso desejasse sair, a cooperativa tinha o direito de compra da terra. Com isso, as cooperativas agrícolas de produção foram se tornando grandes proprietárias da terra pela aquisição de novas terras, e em 1973, possuíam 40% de toda a superfície agrícola. Na Iugoslávia, os camponeses entregavam as terras e os outros meios de produção para as cooperativas de produção, mediante um reembolso em dinheiro. Contudo, em 1953, com a promulgação de uma lei permitindo a saída das cooperativas agrícolas de produção, essa forma de cooperação praticamente desapareceu do campo iugoslavo. Aumentou-se, no entanto, a cooperação de empréstimos de equipamentos de trabalho, abastecimento e comercialização dos produtos agrícolas. Com isso, vê-se que ao menos uma parte dos ex-cooperados das cooperativas de produção, retornaram à sua condição camponesa (Flavien; Lajoinie, 1977). Na República Democrática Alemã, as terras permaneciam propriedade dos cooperados, mas caso desejassem deixar a cooperativa, teriam que vender as terras à cooperativa, a outro cooperado, ou ao Estado. Na Romênia, os camponeses entregavam as terras em usufruto à cooperativa, e caso desejassem deixá-la, ao final do ano receberiam uma remuneração pelos meios de produção entregues no momento do ingresso. Esses exemplos mostram a forma diversa como a forma jurídica da propriedade camponesa foi tratada no socialismo.

Como já citamos, uma contradição fundamental dos kolkozos e das cooperativas agrícolas de produção foi a baixa remuneração dos cooperados relacionada à transferência de renda que deveria ocorrer da agricultura para a indústria, com o preço pago pelos produtos agrícolas sempre abaixo dos preços pagos pelos produtos industriais. Desse modo, a remuneração paga aos cooperados causou a saída da força de trabalho sobretudo jovem e masculina das cooperativas.

De acordo com os autores, o Estado Socialista aprovava essa diminuição da força de trabalho, pois ela poderia servir de reserva para a indústria. Além disso, ele objetivava

contornar tal situação intensificando o uso da mecanização. De outro lado, nos próprios kolkozos e nas cooperativas agrícolas do leste europeu, tal situação era motivo de preocupação, com sua discussão realizada nas assembléias dos cooperados (Flavien; Lajoinie, 1977).

Outro problema enfrentado pelos kolkozos e cooperativas agrícolas de produção foi a ausência de investimentos estatais (Flavien; Lajoinie, 1977). Como grande unidade produtiva e havendo a diminuição da força de trabalho, para o aumento da produção havia a necessidade de investimentos em mecanização e uso intensivo de fertilização e técnicas modernas. Integradas a um modelo de desenvolvimento em que o Estado determinava a destinação de investimentos às indústrias, e não às cooperativas, a baixa remuneração que apresentavam não permitia investimentos em infraestrutura. Gerava-se com isso forte tensão, pois o objetivo do Estado era torná-las cada vez mais autônomas. Além disso, os investimentos do Estado Socialista se voltaram muitas vezes para os sovkozos ou fazendas estatais, forma essa considerada a agricultura do futuro (Flavien; Lajoinie, 1977). Vê-se, portanto, que mesmo no interior de uma economia planificada, com a comercialização da produção assegurada, as cooperativas agrícolas de produção enfrentaram diversas dificuldades para a sua manutenção.

Uma contradição fundamental sobre os kolkozos e as cooperativas agrícolas de produção tem relação com a produção de alimentos. Como os planos de produção das cooperativas estavam atrelados aos planos quinquenais e anuais de cada país, a produção era determinada pelas exigências do Estado Socialista, que priorizava as necessidades da produção industrial. Desse modo, a produção de alimentos não era a prioridade, apesar de ser uma de suas funções. Essa tensão se acentuava com a proletarianização crescente da população e a necessidade de produção de volumes cada vez maiores de alimentos para uma população não camponesa. As exigências de produção eram, portanto, maiores assim como a necessidade de investimentos em maquinário, já que a força de trabalho jovem diminuía, colocando em risco à própria continuidade das cooperativas.

Como forma de compreender um pouco mais amplamente a coletivização agrícola realizada nos países socialistas, a seguir trataremos da China, cuja referência teórica foi a mesma da União Soviética. Na China, contudo, diferentemente da União Soviética, cuja coletivização serviu de base para a aceleração do desenvolvimento industrial, o objetivo foi

transformar e desenvolver concomitantemente a agricultura e a indústria com objetivo de tornar o país uma potência a frente mesmo dos países capitalistas (Dikötter, 2012).

1.3 Comunas Populares Chinesas

De acordo com Hobsbawn (1995), quando o socialismo triunfa na China, em 1949, dos aproximadamente 540 milhões de habitantes, 90% pertencia à classe camponesa. Para o autor, a pobreza do campesinato e da população urbana foi um motor fundamental para o triunfo da revolução:

O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e a opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadores das grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna – Xangai, Cantão, Hong Kong – e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país (Hobsbawn, 1995, p. 449).

Os intelectuais comunistas chineses das classes altas e médias encontraram um campo de aceitação da sua liderança entre o povo chinês. Além dos ideais nacionalizantes, já que o Estado Chinês havia sido atacado, explorado, dividido e diminuído durante o século XIX e XX, pelas potências imperialistas, como o Japão, os comunistas exigiam a libertação social dos pobres da cidade e do campo (Hobsbawn, 1995).

De acordo com o autor, no primeiro ano após o triunfo da revolução, em 1950, o planejamento do líder Mao Tsé-Tung voltou-se para o desenvolvimento educacional e industrial. A exemplo da URSS com quem Mao mantinha contatos e admirava a experiência, a base para o desenvolvimento industrial seria a agricultura, com o estabelecimento dos planos quinquenais, a exemplo do socialismo soviético¹⁴:

Indudablemente, la revolución socialista es una revolución nueva. Antes sólo teníamos la experiencia de una revolución democrático-burguesa, y carecíamos de la experiencia de una revolución socialista. Pero, ¿cómo vamos a adquirirla? ¿Cruzándonos de brazos o tomando parte en la lucha de la revolución socialista y aprendiendo en ella? ¿Cómo vamos a adquirir

¹⁴ Aparecerão no texto duas grafias do nome do comandante da Revolução Socialista na China. Mao Tsé-Tung, grafia usada na fonte consultada em língua portuguesa, e Mao TSETUNG, grafia utilizada nas fontes consultadas em língua espanhola.

la experiencia de la industrialización si no realizamos el Plan Quinquenal, si no emprendemos la labor de la industrialización socialista? En el Plan Quinquenal hay una sección dedicada a la cooperativización agrícola. Cabe preguntar: Si no dirigimos a los campesinos en la organización de una o varias cooperativas de producción agrícola en cada cantón o aldea, ¿de dónde saldrá "el nivel de experiencia de los cuadros" y desde qué base se elevará? (TSETUNG, 1977, p. 209).

Objetivando criar condições para a coletivização como base da industrialização, Mao Tsé-Tung, como uma das primeiras medidas de seu governo, realiza a reforma agrária, em 28 de junho de 1950:

O objetivo da reforma agrária, conforme indicava o primeiro capítulo da lei, era transferir para os camponeses pobres o controle sobre a terra, então nas mãos dos chamados latifundiários. Também visava liberar as forças produtivas das regiões rurais; desenvolver a produção agrícola e criar as bases para a industrialização. No concreto, a reforma agrária foi um eficiente mecanismo para acomodar uma parte significativa da população que devido o processo prolongado de guerras estava muito instável. Outro aspecto essencial é que ao retirar a terra das mãos dos latifundiários se golpeou duramente a base social de muitas forças sociais antagônicas que resistiam às mudanças políticas em curso (Silva, 2008, p. 98).

Com a reforma agrária, dos 100 milhões de hectares cultiváveis, cerca de 47 milhões de hectares foram repassados a 300 milhões de camponeses pobres, que receberam cerca de dois-terços de hectare de terra por família. Foi mantida a propriedade dos 70 milhões de camponeses médios, e 40 milhões de camponeses ricos tiveram a propriedade reduzida. Nesse momento, também foram organizadas fazendas estatais com regime de trabalho assalariado (Silva, 2008).

Segundo o autor, a reforma agrária chinesa possibilitou aos camponeses, além do acesso à terra, a oportunidade de participar das decisões políticas, através das associações camponesas; e acesso ao estudo, que sempre foi considerado um valor primordial para o povo chinês. Contudo, a distribuição de terras aos camponeses era concebida pelo Estado Chinês apenas como a primeira etapa da consolidação do socialismo no país. De qualquer modo, possibilitou aos camponeses elevar a sua produção de grãos em mais de 70% (Hobsbawn, 1995).

De acordo com Tse-tung (1977), as cooperativas de produção agrícolas começaram a ser implantadas na China, em 1950, em um pequeno movimento experimental, que deveria

ser expandido para todo o país. O Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh) planejou um plano de cooperação agrícola que deveria ser executado em 18 anos, ou seja, durante o período de três planos quinquenais – 1953 a 1968, ano em que se atingiria a total transformação socialista da agricultura chinesa.

De acordo com Tsetung (1977), a realização do plano foi executada em etapas. De outubro de 1949 a 1952, a prioridade foi a recuperação da economia nacional. A realização da reforma agrária foi parte dessa etapa visando o restabelecimento da produção agrícola. Como experimentação de formas de transição para as relações socialistas no campo, foram formadas equipes de ajuda-mútua para a produção agrícola, compostas por até 10 famílias camponesas. Essas equipes formariam uma das bases da coletivização agrícola. Contudo, já em 1950, como experimentação de relações agrícolas propriamente socialistas, foram implantadas pouco mais de 300 cooperativas agrícolas de produção pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (Tsetung, 1977). Consideradas formas superiores de organização da propriedade e produção, essas cooperativas tinham o papel de produzir em maiores quantidades, e com rendimentos bem acima dos alcançados pela produção camponesa:

En materia de producción, las cooperativas agrícolas deben arrojar un rendimiento mayor que las explotaciones individuales y los equipos de ayuda mutua. Por ningún motivo deben mantener su rendimiento en el mismo nivel de esas explotaciones y equipos, pues esto sería un fracaso. Y si tal cosa sucediera, ¿para qué crear cooperativas? Es todavía menos admisible que disminuya el rendimiento. De las 650.000 cooperativas de producción agrícola ya establecidas, más del 80 por ciento ha elevado su rendimiento (TSETUNG, 1977, p. 205).

De acordo com Tsetung (1977), a partir de 1953, como parte do Primeiro Plano Quinquenal, e segundo passo para a coletivização da agricultura chinesa, as cooperativas agrícolas de produção foram estendidas para todo o país. Em 1955, o objetivo foi partir das pequenas cooperativas para organizar as grandes cooperativas de produção, com um número elevado de famílias, chegando às vezes a 158, cultivando em média 140 hectares (Dumond, 1968). Em 1968, o plano de transformação socialista da agricultura deveria estar totalmente cumprido (Tsetung, 1977). Contudo, a partir de 1958, com o estabelecimento do “Grande Salto para Frente” Mao Tsé-Tung coletivizou toda a agricultura, implantando de maneira violenta e radical, as comunas populares (Dikötter, 2012).

Como parte do plano de Mao de transformação socialista total da agricultura chinesa a ser realizado em 18 anos, o ritmo de implantação das cooperativas agrícolas de produção foi acelerado. Em 1950, eram pouco mais de 300. Em dezembro de 1953, passavam de 14.000. E em 1954, já eram mais de 600.000. Em 1955, o planejamento do Comitê Central do PCCh foi elevar o número dessas cooperativas a 1.000.000:

En esta resolución¹⁵ se estipulaba que entre el invierno de 1953 y la cosecha de otoño de 1954, el número de cooperativas de producción agrícola debía ascender de las 14.000 existentes a más de 35.800, o sea, tan sólo se preveía un aumento de una vez y media. Pero en la práctica su número llegó en ese lapso a 100.000, más de siete veces la cifra inicial.

En octubre de 1954, el Comité Central de nuestro Partido decidió sextuplicar el número de cooperativas, haciéndolas pasar de 100.000 a 600.000; en la práctica, ascendieron a 670.000. En junio de 1955 después de un primer reajuste en que fueron suprimidas 20.000 cooperativas, quedaban 650.000, o sea, 50.000 más que la cifra prevista. El total de familias campesinas integradas a las cooperativas llegaba a 16.900.000, lo que da un promedio de 26 familias por cooperativa (TSETUNG, 1977, p. 200).

Apesar desse ritmo acelerado, o comandante Mao Tsé-Tung achava-o insuficiente:

Ese aumento me parece un tanto exiguo. Probablemente sea necesario elevar más o menos al doble la cifra inicial, es decir, hacer llegar el número de cooperativas a alrededor de 1.300.000, de modo que en cada uno de los 200.000 y pico de cantones, salvo algunas regiones fronterizas, haya una o varias pequeñas cooperativas de producción agrícola de tipo semisocialista, que servirán de modelo. A la vuelta de uno o dos años, estas cooperativas habrán acumulado experiencia y llegado a ser veteranas, y entonces la gente aprenderá de ellas. Durante los catorce meses que nos quedan hasta la cosecha otoñal de octubre del próximo año, debe ser posible cumplir este plan de creación de cooperativas. Espero que, a su regreso, los camaradas responsables de las provincias y regiones autónomas estudiarán esta cuestión, elaborarán planes adecuados de acuerdo con la situación real y los presentarán al CC en un plazo de dos meses. Entonces volveremos a discutir el asunto y adoptaremos una decisión definitiva (TSETUNG, 1977, p. 200).

Mao Tsé-Tung era adepto à experiência histórica de Stalin, na URSS, que realizou a coletivização total da agricultura soviética entre os anos de 1929-1934. Na China, o objetivo era acelerar a coletivização para aumentar a produção de cereais para o mercado e a produção

¹⁵ Mao Tsé-tung refere-se à "Resolución sobre las cooperativas de producción agrícola", documento publicado pelo Comitê Central do Partido Comunista da China, em 16 de dezembro de 1953.

de matérias-primas para a indústria (Tsetung, 1977). Por isso, a coletivização deveria seguir o ritmo das necessidades do desenvolvimento industrial:

La gran experiencia histórica de la Unión Soviética en la edificación del socialismo inspira a nuestro pueblo y le infunde plena confianza en la construcción del socialismo en China. Sin embargo, hasta en el enfoque de esta experiencia internacional existen puntos de vista diferentes. Algunos camaradas desaprueban la política del Comité Central de nuestro Partido que establece la necesidad de realizar la cooperativización agrícola en correspondencia con la industrialización socialista, política cuya justeza ha sido demostrada ya en la Unión Soviética. Ellos consideran aceptable el ritmo actualmente fijado para la industrialización y, sin embargo, estiman que no es necesario que la cooperativización agrícola marche en correspondencia con el paso de la industrialización, y que, en cambio, debe seguir un ritmo muy lento. Esto significa pasar por alto la experiencia de la Unión Soviética. Estos camaradas no comprenden que la industrialización socialista no se puede realizar aisladamente, al margen de la cooperativización agrícola (TSETUNG, 1977, P. 210).

A citação anterior mostra uma diferença fundamental entre a coletivização soviética e a coletivização chinesa. O modelo soviético de desenvolvimento foi calcado na prioridade da produção industrial, ficando a agricultura como fomentadora desse desenvolvimento. A coletivização chinesa mobilizou o campesinato para transformar a agricultura e a indústria ao mesmo tempo, buscando converter a China em uma sociedade comunista moderna, com capacidade de estar à frente dos países capitalistas (Dikötter, 2012). Mao Tsé-Tung não ignorava as dificuldades desse processo, e confiava no trabalho do PCCh para transformar a falta de consciência e educação, que em sua perspectiva, eram os empecilhos para os camponeses não aderirem às cooperativas:

En lo tocante a la cooperativización agrícola, a mi parecer, debemos confiar en dos cosas: primero, en que los campesinos pobres y los campesinos medios inferiores de entre los nuevos y antiguos campesinos medios, sienten entusiasmo por seguir el camino socialista y responden activamente al llamamiento del Partido a la cooperativización, sobre todo aquellos que poseen un nivel de conciencia más alto, ya que la situación económica de los campesinos pobres es difícil, y la de los campesinos medios inferiores, si bien ha mejorado un tanto respecto del período anterior a la Liberación, no es todavía acomodada.

Y segundo, debemos confiar en que el Partido es capaz de conducir a todo el pueblo a la sociedad socialista. Dado que nuestro Partido dirigió victoriosamente la gran revolución democrática popular y creó la dictadura democrática popular encabezada por la clase obrera, también podrá, sin duda alguna; dirigir a todo el pueblo para cumplir en lo fundamental, en el

curso de unos tres planes quinquenales, la industrialización socialista y las transformaciones socialistas de la agricultura, de la artesanía y de la industria y comercio capitalistas (TSETUNG, 1977, pp. 200-201).

Também não era ignorado por Mao Tsé-Tung que as cooperativas agrícolas de produção enfrentavam a rejeição do campesinato. Quando uma parte dos cooperados desejava deixá-las, elas eram dissolvidas pelos Comitês do PCCh. Essa prática era considerada errônea por ele, que orientava a sua dissolução quando a maior parte ou a totalidade dos cooperados rejeitassem as cooperativas:

No se debe decidir la disolución de una cooperativa a menos que la totalidad o la casi totalidad de sus miembros se nieguen rotundamente a continuar en ella. En caso de que sólo algunos de los miembros de una cooperativa se nieguen en forma categórica a permanecer en ella, dejemos que se retiren y que la mayoría restante siga trabajando. Si la mayor parte de los miembros deciden abandonar la cooperativa y la minoría se muestra dispuesta a continuar, dejemos que aquéllos se retiren y que éstos continúen. Ni siquiera esto estaría mal. En la provincia de Jopei había una cooperativa muy pequeña, de sólo seis familias. Tres de ellas, de antiguos campesinos medios, no quisieron por nada del mundo seguir en la cooperativa, y se les dejó marcharse. Las otras tres familias[3], de campesinos pobres, manifestaron su decisión de permanecer a toda costa; se les permitió quedarse, y la cooperativa se mantuvo. En realidad, el rumbo seguido por estas tres familias de campesinos pobres representa el de los quinientos millones de campesinos del país. Todos los campesinos que ahora trabajan individualmente emprenderán, a la postre, el camino que eligieron de modo resuelto estas tres familias de campesinos pobres (TSETUNG, 1977, p. 202).

De acordo com a descrição de Mao Tsetung (1977), as primeiras cooperativas agrícolas de produção eram geralmente pequenas, com poucos membros, às vezes seis ou menos famílias. Havia grandes cooperativas, em menor número, compreendendo entre 70 a mais de centenas de famílias camponesas. Todas elas eram caracterizadas como semi-socialistas, ou seja, os camponeses aportavam apenas uma parte da sua terra, e as administravam conjuntamente. Além disso, na perspectiva de Tsetung (1977), havia questões fundamentais a serem decididas até poder-se considerá-las totalmente socialistas, tais como a remuneração dos sócios, considerando a relação entre a terra aportada para a cooperativa e o trabalho realizado. Tal situação se dava porque no momento do ingresso, os camponeses entregavam a terra, os demais meios de produção e os animais para a cooperativa. Era fixado um valor, em retribuição a essa entrega, mas era longo o período que deveriam esperar para

receber esse pagamento. Além disso, havia uma remuneração pelo trabalho realizado, e uma remuneração pela entrega da terra, porém eram equivalentemente desproporcionais. Outras questões a serem resolvidas era, de um lado, a permissão ou não da existência de uma parcela para a produção individual do cooperado e, de outro, a possibilidade do cooperado usar uma parte de seu tempo para realizar trabalho para si próprio, sem relação com a cooperativa. Somente após a resolução dessas questões, as cooperativas agrícolas de produção poderiam ser convertidas em verdadeiras cooperativas agrícolas socialistas (Tsetung, 1977).

Como poder ser observado, para Mao o socialismo era caracterizado pela passagem total para o poder do Estado da propriedade camponesa da terra; pela remuneração exatamente igual para todos os trabalhadores coletivizados; pela ausência de uma parcela de terra em poder do cooperado; e pelo tempo de trabalho dedicado totalmente à cooperativa, como foi implantado posteriormente nas Comunas Populares.

Para consolidar a coletivização e alcançar o incremento da produção, as cooperativas agrícolas de produção deveriam ser guiadas por quatro princípios fundamentais (Tsetung, 1977). O primeiro era a voluntariedade de ingresso dos seus membros. O segundo era uma atenção constante ao melhoramento da administração, que deveria estar atenta à planificação, direção da produção, organização do trabalho e a todos os aspectos de funcionamento interno da cooperativa. O terceiro princípio era o da melhoria constante das técnicas agrícolas, como a introdução de sementes melhoradas, e a erradicação de pragas e insetos. O quarto princípio era o incremento constante dos meios de produção para aumentar as áreas de cultivo, com a introdução da mecanização.

O princípio da voluntariedade é citado por Mao Tsé-Tung como um dos mais importantes. No entanto, com o “Grande Salto para Frente”, que durou de 1958 a 1962, esse princípio foi totalmente abandonado e foram impostas as comunas populares (Dikötter, 2012).

A expressão “Grande Salto em Frente”¹⁶ começou por ser usada no contexto da campanha de conservação de água lançada no final de 1957. Determinado a ultrapassar a Grã-Bretanha em 15 anos, Mao viu uma solução para a industrialização rápida na substituição de trabalho por capital. As massas eram a verdadeira riqueza do país e deviam ser mobilizadas, durante a acalmia da estação do inverno, antes da lavra da

¹⁶ A grafia “Grando Salto em Frente” ao invés de “Grande Salto para Frente” está sendo usada como consta na bibliografia original consultada.

primavera, para transformar as regiões rurais. [...] Por toda a China, dezenas de milhões de agricultores juntaram-se aos projetos de irrigação: coletivamente, como dizia a propaganda, poderiam conseguir numa questão de meses o que os seus antepassados tinham feito em milhares de anos (Dikötter, 2012, s/p).

As comunas populares foram implantadas como parte do plano de aceleração do desenvolvimento industrial e agrícola, em 1958, como decisão tomada na VI Reunião Plenária do Comitê Central do PCCh, eleita no VIII Congresso (Silva, 2008). De acordo com o autor, em poucos meses, 740.000 cooperativas estavam integradas em 26.000 Comunas Populares:

A comuna foi instituída como a unidade básica da estrutura e do poder socialista, combinando a indústria, a agricultura, o comércio, a educação e organização militar. Um meio para acabar com a separação entre o campo e a cidade (Silva, 2008, p. 104).

Nas Comunas Populares a lógica de vida e trabalho camponesas foram totalmente transformadas. A terra e a produção passaram a ser controladas pelo Estado. Os camponeses não tinham autonomia em nenhum aspecto da vida, sendo privados das casas, da propriedade da terra e dos outros meios de produção. A alimentação foi racionada e utilizada como arma para que o povo obedecesse às ordens do Partido, por isso esse processo foi denominado de coletivização radical¹⁷. Ao se referir a esse processo, Hobsbawn (1995) faz a seguinte descrição:

[...] todos os aspectos da vida camponesa haviam sido coletivizados, inclusive a familiar – as creches e refeitórios comunais libertando as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado das crianças e, mandando-as, arregimentadas, para os campos -, mas também o fornecimento gratuito de seis serviços básicos iria substituir salários e a renda em dinheiro. Esses seis serviços eram alimentação, assistência médica, educação, funerais, corte de cabelo e cinema. Visivelmente, não deu certo. Em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes de ele ter se (como a coletivização de Stalin) combinado com a natureza para produzir a fome de 1960-1 (Hobsbawn, 1995, p. 453, grifo do autor).

¹⁷ Coletivização radical é o termo usado pelo pesquisador Frank Dikötter no livro – “A Grande Fome de Mao” para designar a coletivização na China por meio da implantação das Comunas Populares.

Segundo Silva (2008), cada comuna era formada por vários vilarejos, e controlava seus meios de produção, tais como a terra, os utensílios de trabalho, e o maquinário. Em média uma comuna era composta por 1600 famílias, organizadas em brigada de produção e equipe de produção. Havia as grandes brigadas que chegavam a contar com 5000 famílias, cultivando 4000 hectares de terra. A administração das comunas era realizada pelos distritos, que determinavam as tarefas de produção e as metas de produção. As comunas repassavam as tarefas e as metas às brigadas, cuja execução caberia às equipes de produção (Silva, 2008).

Segundo o autor, as comunas eram responsáveis não só pela produção de alimentos e matérias-primas, mas era de onde partia uma parte da força de trabalho que trabalhava na implantação da infra-estrutura de interligação do país, como a rede de transportes, além de obras como o controle das cheias e irrigação. As comunas forneciam também força de trabalho para o Exército de Libertação Nacional e para as indústrias.

De acordo com Dikötter (2012) e Hobsbawn (1995), as comunas populares foram responsáveis pela “Grande Fome” que enfrentou o povo chinês entre 1958 e 1961, levando a morte 45 milhões de pessoas. Dikötter (2012) utiliza a expressão “Grande Fome” entre aspas, afirmando a necessidade de se discutir a fome ocasionada pela ausência de alimentos, e a fome intencionalmente provocada, como ocorreu nas comunas. Para ele, a utilização pouco rigorosa do termo “fome” apoia-se na visão de que as mortes ocorridas na China por obra da coletivização não foram intencionais, mas decorrentes de programas econômicos deficientes. É uma forma de minimizar os efeitos da coletivização chinesa em comparação com a coletivização soviética:

Os assassinios em massa não estão habitualmente associados a Mao e ao Grande Salto em Frente, e a China continua a beneficiar de uma comparação mais favorável com a devastação muitas vezes associada ao Camboja ou à União Soviética. Mas, como as novas provas apresentadas neste livro demonstram, a coerção, o terror e a violência sistemática foram a base do Grande Salto em Frente. Graças aos relatórios muitas vezes meticulosos compilados pelo próprio partido, podemos deduzir que entre 1958 e 1962, numa estimativa aproximada, entre 6 e 8 por cento das vítimas foram torturadas até à morte ou sumariamente assassinadas – no total, pelo menos 2,5 milhões de pessoas. Outras vítimas foram deliberadamente privadas de comida e morreram à fome. Muitas outras pessoas desapareceram, por serem demasiado velhas, fracas ou doentes para trabalhar – e por isso incapazes de ganhar a vida. As pessoas foram mortas seletivamente por serem ricas, por arrastarem os pés, por falarem demais ou simplesmente porque, fosse por que motivo fosse, o homem que

segurava a concha da cantina não gostava delas. Inúmeras pessoas foram mortas indiretamente por negligência, pois os quadros locais estavam sob pressão para se concentrarem em números e não em pessoas e só queriam garantir que cumpriam as metas que lhes eram impostas pelos planeadores de topo (Dikötter, 2012, p. 14)

De acordo com o autor, Mao já estava no poder há quase dez anos, e não havia alcançado o desenvolvimento econômico que previra. Além disso, os camponeses resistiam à coletivização, não permitindo que a China alcançasse a liderança do bloco socialista. Diante disso, Mao planejou utilizar-se do que considerava a fonte de riqueza do país, a força de trabalho agrícola e camponesa. Agrupando os camponeses em grandes comunas, eles poderiam ser utilizados como força de trabalho para a indústria e para a agricultura.

Nas comunas, a comida foi utilizada como arma para obrigar os camponeses a cumprir as tarefas do Partido Comunista da China (Dikötter, 2012). Os restaurantes das comunas era o único lugar onde a comida era distribuída, e a porções mínimas. Era uma forma violenta de coerção para forçar os camponeses a trabalhar. As pessoas consideradas de direita, que não cooperavam com o PCCh, que não desempenhavam as tarefas da maneira imposta, ou que estavam doentes, não tinham acesso aos restaurantes e morriam mais facilmente. Dikötter (2012) estima que além dos mortos pela fome, entre dois e três milhões de pessoas foram executadas e torturadas até a morte, em situações onde buscavam conseguir uma batata. Nesse contexto, o autor afirma que a situação chegou a tal gravidade que houve casos de canibalismo, chegando a carne humana a ser comercializada no mercado negro.

Essa prática teve início em Yunnan, onde a fome começou no verão de 1958. No começo, desenterraram-se as carcaças de animais mortos, mas, quando a fome se intensificou, algumas pessoas acabaram por desenterrar, cozer e comer corpos humanos. Depressa a prática começou a aparecer em todas as regiões dizimadas pela fome, mesmo numa província relativamente próspera como Guangdong. Por exemplo em Tanbin, em Luoding, uma comuna onde morreu um em cada 20 habitantes em 1960, foram comidas várias crianças (Dikötter, 2012, p. 450).

Com o exemplo da China, terminamos o primeiro capítulo, buscando elaborar uma base para discutir o modelo aplicado nos diversos países socialistas de transformação das relações de propriedade e produção agrícolas, por meio da coletivização. No capítulo

seguinte, analisaremos as contradições da coletivização agrícola, em Cuba, realizada por meio das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs).

Capítulo 2. As Cooperativas de Produção Agropecuárias e a Socialização da Agricultura Cubana

Para a análise das contradições das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no contexto da socialização da agricultura cubana é fundamental compreender que sua implantação é decorrente de uma perspectiva teórica e política do Estado Revolucionário Cubano de superar o capitalismo, implantar e consolidar o socialismo. Tal perspectiva decorre do debate teórico apontado por Hegedus (1984), tratado no primeiro capítulo da presente tese. Retomando sucintamente esse debate refere-se ao duplo modo como a questão agrária vem sendo tratada no seio do marxismo: em parte, como análise das relações de propriedade e produção vigentes na agricultura; em parte como análise da questão camponesa. Marx foi o primeiro a se ocupar de tal questão, em um primeiro momento analisando-a como questão camponesa, perspectiva que abandona posteriormente, passando a dedicar-se ao estudo das leis de movimento e desenvolvimento da agricultura. Elabora então a teoria da renda fundiária, a partir da tese da renda fundiária absoluta, demonstrando que a origem dessa forma de renda é o monopólio de classe sobre a propriedade privada da terra (Hegedus, 1984; Marcos; Fabrini, 2010).

Como para Marx, a renda fundiária absoluta é a causa da elevação dos preços dos produtos agrícolas no mercado, pois o monopólio da propriedade da terra forma uma classe com poderes para impor o preço dos produtos agrícolas. Por isso, a renda absoluta deveria ser extinta com a nacionalização das terras. Essa reivindicação foi discutida na Primeira Internacional dos Trabalhadores, em 1864, e passou para o programa agrário dos partidos socialistas europeus (Hegedus, 1984; Marcos; Fabrini, 2010). No Congresso de Bruxelas, em 1868, foi aprovada a produção agrícola e sua gestão em larga escala, com a aplicação de métodos considerados mais racionais e eficazes do que os praticados pela agricultura camponesa, perspectiva essa apoiada na tese da superioridade da grande unidade produtiva e do inevitável desaparecimento do campesinato (Hegedus, 1984). Tal tese recebeu aporte significativo de Lenin através da análise do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, e sua teoria sobre a diferenciação social camponesa, segundo a qual a classe camponesa não poderia recriar-se no capitalismo (Lenin, 1982). Como vimos no primeiro capítulo, para Lenin, o desenvolvimento do capitalismo lançava o campesinato em uma competição no

mercado, e pela diferenciação social, caso vencesse a competição, passaria a capitalista, e caso perdesse, passaria a proletário, sem nenhuma possibilidade de sobrevivência como camponês.

No contexto da revolução cubana e da construção do socialismo, a implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) é fruto dessa perspectiva teórica de transformação das relações de propriedade fundiária e produção agrícola vigentes antes da Revolução Socialista, em 1959. Antes da Revolução, a estrutura fundiária cubana era caracterizada pela predominância de grandes latifúndios, pequenas propriedades camponesas e trabalhadores agrícolas sem propriedade da terra. Com a revolução e a implantação das CPAs, as relações de propriedade da terra são modificadas, pois ao ingressar em uma cooperativa de produção agropecuária, a terra do ingressante passa a ser patrimônio da cooperativa, que aumenta de tamanho pela junção de todas as propriedades camponesas, e concentra área, como veremos. Consequentemente há diminuição da pequena propriedade e consolidação da grande unidade agrícola por meio das cooperativas. As relações de produção na agricultura também são transformadas, porque se implanta a lógica da produção em larga escala e do trabalho coletivizado, em oposição à lógica do trabalho camponês. As CPAs são, portanto, um instrumento do Estado Socialista em Cuba na busca de superar a pequena propriedade fundiária e consolidar o modo de produção socialista pela via da implantação da grande unidade produtiva agrícola de base cooperativista e do trabalho coletivizado.

Considerando tal discussão o presente capítulo buscou realizar uma análise dialética-materialista das contradições das CPAs cubanas como forma de discutir a perspectiva teórica marxista-leninista de eficiência, racionalidade e superioridade da grande exploração agrícola em detrimento da pequena produção camponesa. Para isso foi necessário analisar as relações de propriedade e produção vigentes em Cuba antes da Revolução Socialista de 1959; as lutas históricas do campesinato cubano por sua emancipação, e participação em favor da luta contra o capitalismo; a implantação da grande propriedade agrícola estatal, *as granjas del pueblo*; as primeiras formas de cooperação não necessariamente socialistas, implantadas pelo Estado Revolucionário, como as Associações Camponesas e as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs); e a implantação das primeiras formas de produção socializadas, as Sociedades Agropecuárias, e posteriormente as Cooperativas de Produção Agropecuárias. Para o estudo das CPAs foram analisadas as quatro

existentes no município de Vinhales: República de Chile, Ruben Lopez, Fidel Rodriguez, e Camilo Cienfuegos. Foi também inserida uma análise da CPA Santos Cruz, desativada no ano de 1990, ficando parte de suas terras com a CPA Camilo Cienfuegos, e parte com a CCS Marina Azcuy. Hoje, a direção da CPA Camilo Cienfuegos encontra-se com os antigos membros da CPA Santos Cruz, cuja entrevista foi fundamental para a compreensão dos motivos que levaram à sua desativação e à junção com outra CPA, como a tensão entre a lógica de eficiência do Estado Socialista e a lógica de eficiência dos próprios cooperados.

Um aspecto fundamental a ser destacado é que ao realizar a análise da agricultura cubana pós-revolução socialista, tornou-se fundamental comparar as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), como expressão da grande unidade de exploração agrícola e do trabalho coletivizado, com as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), como forma de cooperação onde as relações de propriedade e produção camponesas são mantidas. A comparação tornou-se necessária porque com a crise dos anos 90 decorrente da queda do bloco soviético, o número de CPAs têm diminuído e o número de CCSs têm aumentado. Além disso, através dessa comparação pôde-se realizar um questionamento mais amplo da tese da superioridade da grande unidade produtiva em detrimento da pequena produção camponesa, e a proposição da sua inversão, ou seja, a superioridade da pequena produção camponesa em detrimento da grande unidade produtiva na produção de alimentos. Pretende-se com isso contribuir com o debate da questão camponesa no socialismo e no capitalismo, já que a presente pesquisa teve como objetivo comparar as contradições das CPAs cubanas e das CPAs brasileiras.

2.1 O Campo anterior à Revolução Socialista

Segundo Valdes (1990), desde o início do século XX, o campo cubano foi marcado por permanentes e incessantes lutas dos camponeses em busca de sua emancipação, contra o latifúndio e por melhores condições de vida. Essas lutas exigiram a inclusão na constituição da República de Cuba de 1940, de um conjunto de artigos que, apesar de nunca terem sido cumpridos pelos sucessivos governos, obrigava a considerar demandas fundamentais do campesinato cubano, como a proscrição do latifúndio, a definição de um limite máximo para a propriedade fundiária e a restrição para aquisição, posse e propriedade da terra por pessoas e companhias estrangeiras. Apesar dessa forte presença da luta camponesa pela terra, o Censo

Agrícola Nacional de 1946 mostrou um campo dominado pelo latifúndio, e uma alta concentração fundiária, com 71,1% da superfície agrícola de Cuba ocupada por fincas¹⁸ com extensão de terra superiores a 100 hectares:

Estas grandes extensiones de tierra, famosas por su fertilidad, permanecían sin cultivar, limitando la diversificación agrícola, sólo una parte eran dedicadas a pastos para el desarrollo de una pobre actividad ganadera extensiva y al cultivo de la caña de azúcar, principal cultivo de la economía cubana. Esta situación contrastaba con más de 3,0 mil fincas de menos de una hectárea de superficie y su explotación no alcanzaba ni para el mantenimiento de la familia campesina (Valdez, 1990, pp. 22-23).

O Censo Agrícola Nacional de 1946 também mostrou que dos proletários agrícolas das fincas, 25% ocupavam-na há menos de cinco anos, e aproximadamente 18%, ocupavam-na entre cinco e dez anos. De acordo com o autor, 44% das fincas abrangidas pelo censo, em relação ao campesinato tinham como característica a expulsão do camponês com a sua expropriação forçada, ou a venda da propriedade realizada através de contratos ilegais.

Frente a esta situación los campesinos lucharon denotadamente exigiendo su derecho de posesión de la tierra por parte de la persona que la trabajaba y contra los desalojos campesinos.

Como ejemplo de estas luchas podemos hacer mención especial a los que se produjeron en Oriente: Ventas de Casanova, Virama, Cienaguilla, San Felipe, Caujerí, Vínculo, Majaguabo, San Germán; en Camaguey la lucha se vio representada en Hato del Estero, Las Maboas, Sibanicú, como las más sobresalientes. En Las Villas los hechos más significativos fueron, central Constancia y Hormiguero, Bamburanao, Gavilanes; en Matanzas se luchó en Flor de Cuba, central Mercedes, Maravilla, Limonar; La Habana conoció de estas confrontaciones en La Majana, La Pedrera, central Toledo, Regantes de Guines; en Pinar del Río fueron conocidos como zonas de grandes confrontaciones Rancho Mundito, San Vicente, Río Feo, Pancho Pérez (Valdez, 1990, p.24).

De acordo com o autor, a luta camponesa pela terra em Cuba culminou, ainda antes do triunfo da revolução socialista, na proclamação da Lei n.3, de 10 de outubro de 1958, que

¹⁸ Finca é todo lote ou parcela de terra na qual se executem operações agrícolas ou florestais, explorado como uma unidade econômica diretamente por um proprietário, administrador, arrendatário, subarrendatário, partidário ou precarista (Valdes, 1990). Como a correspondência com termos em português poderia não ser suficiente, nesse contexto podendo ser traduzido por propriedade, sítio ou fazenda, optou-se por manter a grafia espanhola.

entregava a propriedade da terra a quem a trabalhava, mas não proibia o latifúndio, nem limitava o tamanho das propriedades privadas como parte da estratégia de não se confrontar com os grandes proprietários de terras.

A luta liderada por Fidel Castro não podia ignorar tal histórico de lutas camponesas, tampouco podia prescindir do apoio do campesinato contra a burguesia agrária instalada em Cuba. Assim, a primeira medida tomada no sentido de conquistar o apoio camponês foi a realização da Assembleia Camponesa, em 25 de maio de 1958, em Vegas de Jibacoa, na Sierra Maestra, para discutir medidas que garantissem a colheita do café e buscassem a solução para a carência de recursos materiais indispensáveis ao setor de produção de café. A segunda medida foi a realização do Congresso Camponês em Armas, em 21 de setembro de 1958, em Soledad de Mayarí Arriba, buscando a ratificação do apoio camponês ao Exército Rebelde (Valdez, 1990).

Com o triunfo da Revolução Socialista em 1º de janeiro de 1959, o regime de propriedade da terra foi radicalmente transformado através da promulgação da Primeira Lei de Reforma Agrária, firmada em La Plata, Sierra Maestra, em 17 de maio de 1959, antiga Província localizada no Oriente do país (Valdes, 1990). A propriedade fundiária foi limitada a 30 caballerías¹⁹ (402 hectares), como propriedade máxima individual, limite estendido até 100 caballerías (1342 hectares) em áreas produtoras de cana-de-açúcar, arroz, ou gado que obedecessem a determinadas características de solo e tipo de gado, fixadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária. A terra foi concedida como propriedade familiar há mais de 100.000 pessoas, entre camponeses, arrendatários, parceiros e colonos que ocupavam lotes de cinco ou menos caballerías de terra. Com isso um total de 52% da área agrícola de Cuba ficou caracterizada por pequenas propriedades. Porém, mesmo com a aplicação da Primeira Lei de Reforma Agrária, a estrutura fundiária em Cuba continuou registrando grandes desproporções:

Los propietarios de más de 10 caballerías (134,2 ha) representaban el 3,2% del total de fincas y eran dueños de más del 33% de la superficie total. Los propietarios de más de 30 caballerías (402,6 ha) que ascendían a 592, solamente representaban el 0,4% del número de fincas y el 8,5% de la superficie total.

El tamaño promedio de superficie por propietario también refleja desproporciones sobre la tenencia de la tierra. De esta forma tenemos que

¹⁹ *Caballería* é uma unidade de medida de área utilizada em Cuba, correspondente a 13,42 hectares.

los propietarios de hasta 61,7 ha poseían como promedio 15,2 %, mientras que las de más de 402,6 ha poseían 637,6 ha como promedio (Valdes, 1990, p. 15).

De acordo com o autor, outra decorrência da aplicação da Primeira Lei de Reforma Agrária foi que 40% das terras agrícolas de Cuba ficaram sob o regime socialista, tornando-se propriedade estatal, e 59% ficaram sob controle de particulares. Com objetivo de aumentar a propriedade fundiária em poder do Estado, eliminar a burguesia rural cubana e implantar medidas em direção à efetivação do socialismo, foi promulgada a Segunda Lei de Reforma Agrária, em outubro de 1963. O Artigo 1 proclamava a nacionalização da terra e a adjudicação ao Estado cubano de todas as propriedades cuja extensão de terra fosse maior do que cinco caballerías (67,1 hectares). Reduzir de trinta caballerías para cinco caballerías a propriedade fundiária foi uma forma de aumentar a propriedade estatal sobre a terra e o controle do setor agropecuário, que nesse momento se elevou a 70%.

Paralelamente a esse processo de transformação da propriedade fundiária privada em propriedade estatal, como forma de transformar as relações de propriedade na agricultura, o Estado cubano implantou formas de cooperação para transformar as relações de produção na agricultura, e paulatinamente alcançar a socialização da propriedade e da produção agrícola. Desde a promulgação da Primeira Lei de Reforma agrária, foi criado concomitantemente o setor estatal agrícola, e o setor agrícola cooperado, que tinha por objetivo levar à coletivização agrícola, como veremos nos próximos itens.

2.2 A socialização da agricultura no setor estatal – as Cooperativas de Cana-de-Açúcar

De acordo com Valdez (1990), uma das formas pelas quais o Estado Revolucionário Cubano iniciou o processo de socialização para criar o setor agrícola estatal foi implantando as cooperativas de cana-de-açúcar (*cooperativas cañeras*), a partir das terras confiscadas e expropriadas aos latifúndios de cana-de-açúcar, que excediam o limite máximo de 30 caballerías de propriedade individual (402,6 hectares), fixada pela Primeira Lei de Reforma Agrária. Essas cooperativas foram concebidas como uma etapa intermediária para a socialização agrícola do país. Os meios de trabalho ficaram como propriedade coletiva, a força de trabalho utilizada era a já existente nos latifúndios de cana-de-açúcar, cujas terras

foram entregues em usufruto, mas não foram parceladas para não dar origem a uma nova classe de proprietários, ou possibilitar o retorno ao campo de assalariados cuja origem era camponesa.

Segundo Valdes (1990) o paradigma seguido pelo Estado Socialista Cubano era de que os trabalhadores assalariados dos latifúndios de cana-de-açúcar já haviam adquirido mentalidade superior à mentalidade camponesa, por terem desenvolvido consciência sobre a exploração capitalista em que viviam, possuindo um sentido de luta de classes superior à sua anterior condição camponesa. O parcelamento da terra em pequenas propriedades entre os trabalhadores e o consequente retorno à sua origem camponesa era considerado um retrocesso:

Estos obreros agrícolas que llevaban años de trabajo en las grandes plantaciones de caña, llegaron a perder muchas de las características propias de los campesinos, el sentido individualista que genera la pequeña propiedad, el arraigo al pedazo de tierra, el espíritu mercantil capitalista del pequeño productor privado, la propensión al aislamiento, etc. Su mentalidad se fue transformando y de antiguos campesinos sitieros se convirtieron en obreros asalariados.

Fidel Castro, desde las primeras etapas del desarrollo revolucionario comprendió, que dada las características de nuestros obreros agrícolas de la caña, su anhelo no era la parcela de tierra, sino el salario para satisfacer sus necesidades propias y las de su familia, su aspiración fundamental era liberarse de la explotación capitalista, no aspiraban a un pedazo de tierra para obtener su sustento familiar, necesitaban un trabajo asalariado (Valdes, 1990, p. 72).

De acordo com o autor, nas cooperativas de cana-de-açúcar começaram a ser implantadas formas de organização da produção com base em princípios socialistas, como a direção executada por um administrador designado pela Assembléia Geral de Cooperativas Cañeras, e por um conselho de direção eleito pela assembléia geral dos cooperativistas.

El Consejo de Dirección estaba obligado a rendir cuentas periódicamente ante la Asamblea General de Cooperativistas, la que se reunía una vez al año, desarrollaban la producción agropecuaria con ajuste a los planes de producción del Estado, el cual le otorgaba el crédito necesario para la producción y vendían el resultado de su producción al Estado (Valdes, 199, p. 73).

Apesar da desigualdade ainda verificada no campo cubano, foi bastante eficiente a aplicação da Primeira Lei de Reforma Agrária para o confisco dos latifúndios. Ao final de

1960 já se haviam organizado 614 cooperativas de cana-de-açúcar, com mais de 119.000 membros, número que em meados de 1961 subiu para 622 cooperativas, com mais de 122.000 membros, ocupando uma área de 872.000 hectares (Valdes, 1990). Apesar desse aumento, contudo, essas cooperativas apresentaram várias dificuldades para desenvolver a sua atividade produtiva, como o agrupamento territorial de cooperativas muito distantes entre si, desconsiderando-se a necessidade de continuidade territorial e da convivência social entre os cooperados, um dos motivos pelo qual os cooperativistas não se sentiram pertencentes à cooperativa; além do erro político fundamental de considerar o assalariado agrícola superior ao camponês:

La conciencia de clases desarrollada por los obreros agrícolas de las plantaciones, era superior al marco de la cooperativa limitando de esta forma el desarrollo de la producción. La evolución obligada del campesino a obrero agrícola implicó un profundo cambio en su posición de clase, lo cual hubiera frenado el desarrollo de cualquier actividad u organización agraria productiva, en la que su participación no fuese proletaria (Valdes, 1990, p. 74).

De acordo com o autor, os problemas apresentados pelas cooperativas de cana-de-açúcar foram analisados no Congresso Nacional de Cooperativas Cañeras, realizado em agosto de 1962, onde se aprovou a sua transformação em *granjas del pueblo*. A esse respeito é notável o reconhecimento do Estado Socialista do problema de seu próprio ponto de vista sobre a superioridade da mentalidade proletária em relação à mentalidade camponesa:

Fidel al efectuar la clausura del Congreso explicó la contradicción fundamental que existía en la creación de las cooperativas cañeras de la siguiente forma: Donde estaba la contradicción? Es que la verdadera cooperativa no puede surgir del proletariado. La verdadera cooperativa, para un proletario sería un retroceso, y, en cambio para un pequeño agricultor, sería un avance (Valdes, 1990, p. 75).

A transformação das cooperativas de cana-de-açúcar em *granjas del pueblo* foi incrementar o setor estatal, que chegou a somar 3,5 milhões de hectares das melhores terras do país, conformando assim o sistema de propriedade estatal em Cuba (Valdes, 1990).

2.2.1 As Granjas del Pueblo e as Unidades Básicas de Produção Agropecuária (UBPCs)

As *granjas del pueblo* tiveram sua origem nos latifúndios dedicados à criação de gado e pastos (Valdes, 1990). O Censo Agrícola de 1946 mostrou que os pastos em Cuba ocupavam 3.9 milhões de hectares, ou seja, 42,9% das terras. Em 1952 este número elevou-se a 4 milhões de hectares, havendo aumento na concentração da terra e da produção em mãos do latifúndio. A primeira Lei de Reforma Agrária, promulgada em 17 de maio de 1959, assentou as bases da utilização desses latifúndios que estavam improdutivos, transformando-os em *granjas del pueblo*:

Según el Conteo de Ganado Vacuno efectuado por el Instituto Nacional de la Reforma Agraria, ya en agosto de 1961 estaban organizadas 264 granjas del Pueblo con algo más de 2,1 millones de hectáreas, lo que significaba que ya el 53% del área de pastos censada en 1952 eran estatales (Valdes, 1990, p. 76).

De acordo com o autor, as *granjas del pueblo* formaram parte do setor agrícola estatal, cujo crescimento foi incrementado pelas sucessivas leis de reforma agrária, pelo confisco de terras, pela incorporação das cooperativas dedicadas à produção de cana-de-açúcar, e pela incorporação de terras de propriedade camponesa.

De esta forma, el sector estatal mostró un crecimiento constante en su superficie durante todo el período revolucionario, así como una mejor utilización en el uso de la tierra, por lo cual refleja una mayor eficiencia en su distribución. [...] Este crecimiento territorial se manifestó con mayor peso en la superficie no agrícola (la cual está compuesta por tierras no aptas para la agricultura, zonas forestales y tierras ocupadas por viales, instalaciones, presas, etc). Entre 1962 y 1983 su incremento fue de algo más de 2,8 millones de hectáreas (Valdes, 1990, p. 78-79).

As *granjas del pueblo* foram organizadas em agrupamentos. Havia um sistema de relações entre as agrupações e as granjas, onde se definiam as responsabilidades mútuas. Um administrador era responsável pela produção em cada granja, mas estava subordinado ao administrador de uma agrupação. Foi distribuído maquinário permanente para cada granja, para a realização de atividades produtivas fundamentais, e havia um conjunto de maquinário

para uso comum a todas as granjas. A força de trabalho era regida pelos mesmos princípios que se regiam o maquinário. Uma parte trabalhava de maneira permanente em uma granja, e outra parte ficava como reserva de trabalho temporário para ser utilizada segundo as necessidades das diferentes granjas (Valdes, 1990).

O setor estatal agrícola cubano foi assim sendo configurado através das cooperativas de cana-de-açúcar e das *granjas del pueblo* (Valdes, 1990). No começo da década de 1980, as *granjas del pueblo* foram convertidas em empresas agropecuárias. No ano de 1983 havia 427 empresas agropecuárias estatais, entre elas 152 empresas se dedicavam à agricultura de cana-de-açúcar; 109 não eram empresas de cana-de-açúcar²⁰; 161 empresas dedicavam-se à criação de gado, e 5 aos serviços agropecuários.

O incremento do setor estatal na agricultura ocorreu percentualmente com a aplicação das Leis de Reforma Agrária em Cuba. Através da Primeira Lei de Reforma Agrária, em 1959, incorporou-se 33% da superfície agrícola do país, enquanto a Segunda Lei de Reforma Agrária, em 1963, incorporou mais 46% da superfície agrícola, processo que levou posteriormente a 70% da superfície agrícola total. O setor estatal caracterizou-se por uma agricultura realizada com aplicação de novas técnicas, tecnologia e emprego de fertilizantes.

Por informação do Anuário Estadístico de Cuba de 2013, edição 2014, o atual setor estatal agrícola cubano compreende as empresas agropecuárias, silvícolas e outras entidades estatais que desenvolvem atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas. Foi a partir desse setor estatal, que pelo Decreto Lei No. 142, em 1993 foram criadas as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), repassando parte das terras do setor estatal para o setor cooperativo cubano. Os trabalhadores das UBPCs são provenientes das empresas estatais. As terras dessas empresas foram repassadas aos trabalhadores na condição de usufruto, e os meios de produção foram comprados ao Estado. As UBPCs são classificadas de acordo com a sua atividade fundamental em produtoras de cana-de-açúcar ou dedicadas a cultivos vários como cítricos, frutas, café, tabaco ou criação de gado (Minag, 2013).

O produto do trabalho pertence aos trabalhadores, mas a sua comercialização é regulada pelo Estado, por meio de planos anuais, sobretudo no caso daqueles produtos considerados estratégicos, como

²⁰ O autor não define à quais atividades se dedicavam essas empresas.

madeira, pecuária bovina, cana-de-açúcar, etc (Marcos; Fabrini, 2010, p.86).

A criação das UBPCs foi uma resposta à crise econômica desencadeada em Cuba a partir da década de 1990:

El gobierno implementó un conjunto de medidas para adecuar el modelo de gestión a las nuevas condiciones operacionales de la economía. Esta se encontraba severamente afectada por la desaparición del antiguo campo socialista europeo, que hasta ese momento era el principal proveedor de recursos como combustibles, fertilizantes, piensos, maquinarias, etc.

Em general, la situación de escasez de insumos y recursos, impactó em la eficiencia de las tecnologías aplicadas. Las grandes granjas estatales que se estaban desde 1959, com altos niveles de mecanización y consumo de combustible y fertilizantes, tuvieron que modificarse para adaptarse a las nuevas condiciones impuestas por el llamado periodo especial.

En el contexto, la dirección política del país decide em 1993 dividir algunas de estas granjas y entregar la responsabilidad de su explotación a Unidades Básicas de Producción Cooperativa (UBPC) (Minag, 2013, p. 17).

As UBPCs passaram a integrar o setor agrícola cooperativo cubano. No entanto, elas não são subordinadas à Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), como as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) e as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), mas à Direção da Agricultura Municipal, que define seu objeto social ou a sua atividade principal (Minag, 2013).

Podem trabalhar em uma UBPC assalariados, seus familiares, técnicos e demais trabalhadores agropecuários assalariados. Pelo Decreto Lei 300, camponeses usufrutuários também podem incorporar-se, desde que ceda seu direito à terra para a cooperativa. A administração de uma UBPC é feita por um administrador obrigado a organizá-la, dirigí-la e administrá-la. Assim como nas CPAs, nas UBPCs os cooperados são pagos mediante um *anticipo*²¹ (adiantamento de dinheiro) no começo de cada ano para que possa ir sobrevivendo, e um pagamento ao final de cada produção, chamado *vinculação do homem à área*, onde se vincula o pagamento não por horas trabalhadas, mas pelo rendimento final da produção (Minag, 2013). Considerando as três formas atuais de cooperação em Cuba – CPA, CCS,

²¹ A discussão do *anticipo* será feita quando tratarmos da remuneração nas CPAs.

UBPC, mais as terras estatais, em 2013, as UBPCs detinham 18% da superfície de Cuba (ver Gráfico 4).

2.3 Agricultura cooperativa nas terras camponesas

A perspectiva de implantar a cooperação agrícola esteve sempre presente na perspectiva revolucionária, mesmo antes do triunfo da revolução, como demonstra um pronunciamento de Fidel Castro sobre a ação empreendida ao quartel de Moncada, em 1953, seis anos antes do triunfo da Revolução Socialista em Cuba²²:

[...] Porque ya cuando el Moncada nosotros hablamos de las cooperativas, y desde antes del Moncada nosotros habíamos llegado a la convicción de que no era la parcela la solución de los problemas agrícolas y económicos del país, aunque – desde luego – las parcelas podían contribuir a la solución del problema social de una parte importante de nuestro pueblo; pero no resolvería los problemas de todo el pueblo. Entre otras cosas, no había tierras suficientes para repartirles a todos los trabajadores agrícolas del país. Este tipo de reforma agraria se había hecho ya en algún otro lugar de América Latina, grandes repartos de tierra —claro que no con un criterio socialista, sino con un criterio capitalista—, y hubo más de un gobierno que hizo caudal político con este tipo de reparto de tierras. Y me preguntaba cómo era posible que en nuestra Ley de Reforma Agraria no hubiese siquiera una sola palabra sobre las cooperativas. Se promulgó la ley. Y más adelante, efectivamente, se hicieron las primeras cooperativas en algunas grandes fincas intervenidas; y posteriormente, cuando entramos en posesión de las tierras cañeras, en las grandes empresas agrícolas cañeras organizamos la producción a base de cooperativas, las primeras cooperativas. Pero en realidad pronto comprendimos que nuestras cooperativas cañeras no eran una solución correcta. Porque nosotros estábamos organizando cooperativas con obreros agrícolas que no tenían tierra, y una cooperativa histórica lógicamente se organiza con campesinos que poseen tierra²³

(<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1977/esp/f170577e.html>).

²² Discurso proferido por Fidel Castro no V Congresso da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), em 17 de maio de 1977.

²³ Fidel Castro refere-se ao episódio que ficou conhecido como “assalto ao quartel de Moncada”, ocorrido em Santiago de Cuba, em 1953, quando ele, ainda estudante, liderou uma ação de assalto a esse quartel com o objetivo de conseguir armas, distribuí-las entre a população e iniciar uma ação de destituição do general Fulgêncio Batista. Fonte: <http://www.brasilecola.com/historiag/assalto-ao-quartel-moncada-revoluciao-cubana.htm>

Nesse ponto, contudo, é fundamental realizar distinção fundamental entre cooperação agrícola e socialização agrícola. Cooperar não é o mesmo que socializar. Formas de cooperação podem existir no capitalismo, pois não implicam a transformação da propriedade privada em propriedade coletiva, nem na transformação das relações de trabalho. A cooperação camponesa, por exemplo, pode ser realizada de maneira a manter os meios de produção em poder da família, ocorrendo apenas na comercialização, na aquisição de crédito, maquinário e outros recursos necessários à produção e à comercialização. As Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs) implantadas tanto em Cuba, quanto no Brasil pelo Movimento dos Sem Terras (MST) pertencem a essa forma de cooperação. Socializar a agricultura já implica na transformação radical da propriedade privada em propriedade estatal, e na transformação das relações de trabalho e gestão coletiva do trabalho, e faz parte de discussões e proposições no seio do marxismo e também do anarquismo sobre a transformação da sociedade (Marcos; Fabrini, 2010).

Foi considerando essa diferença que após o triunfo da Revolução, em 1959, o Estado cubano iniciou as bases jurídicas para a implantação da cooperação e socialização na agricultura (Valdez, 1990). Na Primeira Lei de Reforma Agrária, em 1959 o capítulo V foi consagrado à “Cooperação Agrária”, como uma via do processo de socialização da agricultura em Cuba, onde incluía as bases legais para a instalação das futuras Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), que seriam organizadas e fomentadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária. Neste documento já está sinalizada a utilização coletiva dos latifúndios de cana-de-açúcar, que seriam convertidos em cooperativas, sob a administração do Instituto Nacional de Reforma Agrária, que posteriormente se converteram nas granjas estatais, as *granjas del pueblo* (Valdez, 1990).

Segundo Sorzano (1999), após a Segunda Lei de Reforma Agrária, em 1963, os camponeses foram agrupados em três tipos de associações: as Associações Camponesas (ACs), as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs) e as Sociedades de Produção Agropecuárias (SPAs). Cada uma dessas formas de organização possui uma característica particular de relação de propriedade e de produção, como veremos.

2.3.1 Associações Camponesas

De acordo com Sorzano (1999), as Associações Camponesas foram criadas com a Primeira Lei de Reforma Agrária, em 1959, para agrupar e convocar os trabalhadores agrícolas e camponeses em caso de Contra-Revolução; facilitar as atividades de planificação, controle e comercialização com o Estado, e implantar no campo programas de caráter educacional, cultural e social. Tais associações tiveram um excelente acolhimento por parte dos camponeses, que imediatamente se incorporaram a elas, visando melhorar suas condições de trabalho e vida, e alcançaram um rápido crescimento no campo cubano “[...] Fue el tipo de estructura organizativa agraria (EOA) más dinámica en cuanto al numero de entidades que se formaran y el numero de sócios que agruparon” (Sorzano, 1999, p.34):

En el año 1965 concentraban a 121903 campesinos en 2467 entidades; alcanzaron un crecimiento rápido en el número de asociaciones y de campesinos incorporados a ellas: en el año 1966 las AC concentraban 136356 caballerías (1829898 ha) de tierra que representaban el 41% del área total de las fincas privadas del país (Sorzano, 1999, p. 34).

Segundo a autora, as Associações Camponesas tiveram um maior desenvolvimento nas Províncias localizadas no Oriente de Cuba, concentrando no ano de 1965, 65%, ou aproximadamente 1300 dessas associações. Uma das razões é que no Oriente do país o Estado Revolucionário Cubano outorgou pela primeira vez a propriedade da terra aos camponeses e aos trabalhadores agrícolas, já que era a região de maior exploração dos latifúndios de cana-de-açúcar.

As Associações Camponesas alcançaram um pico de existência no ano de 1973, passando a mais de 4000 Associações espalhadas por toda Cuba, chegando a controlar uma superfície de 1,8 milhões de hectares, quando então começam a decrescer. Em 1979 são registradas menos de 500, e no ano de 1993 desaparecem totalmente. Contudo, já em 1967 se começa a registrar a diminuição no número de Associações Camponesas (Sorzano, 1999).

A razão apresentada pela autora é que no período de 1967 a 1970 são iniciados em Cuba os planos estatais agrícolas, e as *granjas del pueblo* vão incorporando os camponeses das Associações Camponesas. Este processo implica uma transformação importante nas relações de propriedade fundiária:

Los campesinos dueños de tierra pasan a ser arrendatarios al Estado por tiempo indefinido. Este cambio en la forma de tenencia de la tierra implica, por otra parte, un cambio en la estructura de la fuerza de trabajo agrícola, los campesinos propietarios de tierras pasan a engrosar las filas de los obreros agrícolas lo que provoca una transformación en la forma de hábitat de estos antiguos campesinos, que de población dispersa pasa a convertirse en población concentrada rural o urbana (Sorzano, 1999, p. 39)

De acordo com a autora, os camponeses arrendaram suas terras para o Estado em dois tipos de situação. Um grupo permaneceu com uma parcela de 1 a 3 hectares, suficiente apenas para manter o autoconsumo da família; e outro grupo entregou toda a terra ao Estado, tornando-se força de trabalho para as empresas estatais agrícolas. O pagamento feito pelo Estado variava em função da superfície de área e dos outros meios de produção entregues. Os camponeses que permaneceram com uma parcela de terra foram sendo incorporados às Cooperativas de Crédito e Serviços, consideradas formas simples, mas intermediárias de cooperação:

Los campesinos que se quedan con una pequeña parcela de tierra para autoconsumo se van incorporando a las CCS que era la estructura agraria única prevista a desarrollar dentro del sector privado. Las AC quedarían como estructura organizativa que agrupaba a los campesinos independientes no vinculados a las CCS (Sorzano, 1999, p. 39).

As Associações Camponesas sempre foram consideradas pelo Estado Cubano uma forma simples de cooperação agrícola, mas seu interesse era que servissem de base para a futura constituição de cooperativas de produção agropecuárias, por isso foram implantadas como células a partir das quais se poderia experimentar a resposta camponesa às formas de organização socializadas (Valdez, 1990).

2.3.2 Cooperativas de Crédito e Serviços

As primeiras cooperativas propriamente ditas implantadas pelo Estado revolucionário cubano foram as Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs), em áreas de

produção de tabaco, na província de Pinar del Río, no ano de 1958 (Valdes, 1990; Sorzano, 1999)²⁴.

[As Cooperativas de Crédito e Serviços] constituyen agrupaciones de campesinos con el fin de gestionar y recibir centralizadamente los créditos y los abastecimientos materiales como semillas, abonos, insecticidas, etc. En ocasiones también adquieren, en común, tractores, camiones, turbinas, etc., y cuando es necesario realizan obras como embalses de agua para uso colectivo, construyen naves para almacenar cosechas, etcétera (Valdes, 1990, p.84)

Segundo o autor, quando surgiram as Cooperativas de Crédito e Serviços a responsabilidade por seu funcionamento era do Conselho de Direção, composto por um coordenador, um responsável pela manutenção do maquinário e dos outros equipamentos, um responsável pelas construções e edificações, e um responsável pela instrução e assistência social. A assembleia geral de todos os membros era a responsável por eleger tal Conselho de Direção.

Em 2002, com a entrada em vigor da Lei No. 95, mudou-se a estrutura de gestão das Cooperativas de Crédito e Serviços (Minag, 2013). A Assembleia Geral, integrada por todos os sócios, permanece como órgão superior de decisão. Porém, não exerce funções de direção ou administração, limitando-se à organização e funcionamento interno da cooperativa, de acordo com o estabelecido em Lei, Regulamentos Gerais e Estatutos. A Junta Diretiva é o órgão que dirige, executa e administra a cooperativa, e está composto pelo Presidente e os demais membros, eleitos pela Assembleia Geral. A Junta está obrigada a cumprir e fazer cumprir a Lei, os Regulamentos e as decisões da Assembleia Geral, e é responsável pela organização, execução e controle da produção interna e das relações externas. De acordo com Minag (2013, p. 66), “Sus decisiones son de obligatorio cumplimiento y solo revocables por la propia Junta o por la Asamblea General”. O cargo de Presidente de CCS concentra a função de representação legal, em todos os aspectos da cooperativa, porém subordinado à Assembleia Geral, que também decide sobre a entrada de novos sócios. Atualmente, pelo

²⁴ Há divergência quanto ao ano em que foram implantadas as primeiras Cooperativas de Crédito e Serviços, em Cuba. A publicação *Aspectos Básicos sobre Gestión Integral Cooperativa – Manual para productoras y productores*, 2013, do Ministério da Agricultura Cubano, indica o ano de 1961 como o início do processo de implantação desse tipo de cooperativa.

Decreto Ley No. 300, podem ingressar em uma CCS camponeses com título de propriedade da terra, pessoas naturais²⁵ não possuidoras de terra, trabalhadores em geral, além de usufrutuários de terra e seus familiares²⁶.

De acordo com Valdes (1990) desde a sua criação, as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs) foram as que mais se acercavam à condição socioeconômica camponesa após a promulgação da Primeira Lei de Reforma Agrária. Em relação às relações de propriedade e produção, um aspecto fundamental desse tipo de cooperativa é que ela não coloca em risco de perda a propriedade da terra, já que tanto a terra, quanto os outros meios de produção continuam em propriedade do camponês. Tal condição não mudou com a entrada em vigor do Decreto Lei No. 300.

Las tierras se explotaban en forma individual, pero recibían los créditos a través de la dirección de la CCS. Para la recepción de créditos existía un responsable que servía de enlace entre los agricultores y las oficinas de créditos. Otra función que tenían era la de vender conjuntamente las cosechas, aunque su liquidación final fuera individual. Los suministros se recibían por la dirección de la cooperativa que también controlaba y chequeaba las actividades económicas (Sorzano, 1999, p.36).

Outro aspecto fundamental da implantação das CCSs, é que o Estado cubano as pensavam como um passo em direção à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs):

[...] las primeras cooperativas de créditos y servicios surgieron en la provincia de Pinar del Río en zonas tabacaleras y era la agrupación que más se acercaba a la condición socioeconómica que tenían nuestros campesinos después de la promulgación de la Reforma Agraria, en ellos se iban fomentando los criterios de colectivismo y se dieron las condiciones mínimas para que muchos de sus miembros decidieran pasar a formas superiores de colectivización (Valdes, 1990, p.84).

25 Pessoa Natural é aquela que tem capacidade para ser portadora de direitos e obrigações. Fonte: Anuario Estadístico de Cuba, 2013.

26 O Decreto Lei No. 300, de 2012, faz parte de um conjunto de medidas legislativas implantadas com o objetivo de enfrentar o problema da grande quantidade de terras ociosas em Cuba. Segundo estimativa do Ministério da Agricultura Cubano, no final de 2007, dos 6,6 milhões de hectares agricultáveis do país, 50% encontrava-se sem cultivar. Pelas resoluções 357, 419 e 223 foi permitida a entrega de terras ociosas à cooperativas que tinham como cultivo fundamental tabaco, café, cacau ou arroz. Em 2008, o Estado amplia a possibilidade de entrega de terras à pessoas naturais, em forma de usufruto pelo Decreto Lei N. 259, substituído em 2012 pelo Decreto Lei No. 300. Essas medidas resultaram que ao final do ano de 2011, registrou-se a entrega de 1,6 milhões de hectares de terra há mais de 185.000 produtores, que se incorporam ao setor cooperativo (Minag, 2013).

Iniciar a implantação de cooperativas agrícolas por meio das CCSs tinha o objetivo de evitar a perda de apoio do campesinato. Se o processo de cooperação agrícola fosse iniciado pelas CPAs, o Estado cubano poderia perder o apoio político do campesinato, porque ficaria evidente que a revolução socialista entregava parcelas de terra aos camponeses para em seguida retomá-las integrando-as às cooperativas:

La evaluación por Fidel de las características sociológicas de nuestros campesinos, quienes a través de décadas de explotación y humillación por parte de latifundistas y geófagos que poseían nuestras mejores tierras, ansiaban sentirse propietarios del pedazo de tierra por el que tanto habían luchado, condicionó el criterio de que el campesino, emancipado de la explotación y propietario de la tierra, debía sentirse como dueño absoluto de la misma y no iniciar un proceso de formas socialistas de producción, que permitieran a la afectada burguesía agraria señalarlo como una entrega ficticia de la propiedad y minar la confianza del campesinado en el proceso agrario.

Fidel previó, que de tomarse la decisión de que las pequeñas parcelas campesinas se integraran a cooperativas, los enemigos de la revolución lo utilizarían políticamente para hacerles creer que la revolución en esencia no le daba la tierra, sino que se la quitaba para integrarla a la cooperativa, y que las promesas de la Revolución de la entrega gratuita de la tierra era mentira (Valdes, 1990, p 59).

Foi a partir do início da década de 1970 que o Estado cubano passou a criar as CPAs, sobretudo a partir das CCSs (Valdes, 1990; Sorzano, 1999). O número de CCSs foi diminuindo através da incorporação de seus sócios e terras às CPAs.

Paralelamente, por parte de las organizaciones de la ANAP en el ámbito municipal, se reagruparon a los campesinos que no se incorporaban a las CPA, en nuevas o las ya existentes CCS atendiendo a la cercanía de las fincas. Aún se mantienen como consecuencia de este proceso fincas privadas dentro de tierras cooperativas. Como resultado de este proceso ocurre una reducción drástica del sector privado en la agricultura (CCS), un crecimiento de las tierras del nuevo sector cooperativo y un mantenimiento del sector estatal con sus grandes extensiones de tierra (Sorzano, 1999, p. 40).

De acordo com a autora, as Cooperativas de Crédito e Serviços voltaram a crescer a partir do início da década de 1990, com a queda do campo soviético e a grave crise econômica, onde se diminuíram em 70% as importações. Diante disso, o Estado Cubano

ditou as resoluções N. 356 e N.357, em 1993, e N. 419, em 1994, autorizando a entrega de terras ociosas a usufrutuários, como já nos referimos anteriormente. Em 1997, como o propósito fundamental de tornar o funcionamento das CCSs o mais empresarial possível, elas passam por um período de fortalecimento realizado pelo Ministério da Agricultura e pela ANAP, recebendo personalidade jurídica para realizar contratos de produção e comercialização com o Estado, em nome da cooperativa e não mais em nome de cada sócio.

Tabela 1 – Evolução das Cooperativas de Crédito e Serviços em Cuba²⁷

Ano	Número de CCS	Área Total (cab.)	Área Total (ha)	Camponês em CCS	Tamanho médio das CCS (cab.)	Tamanho médio das CCS (ha)	Média de Camponês por CCS
1961	80	- ²⁸	-	-	-	-	-
1962	884	37019	496795	55069	41.8	562	62.2
1964	889	39270	527003	56000	63.0	593	44.2
1966	923	40529	543899	61200	66.3	589	43.9
1967	1119	51937	696995	77933	69.6	623	46.4
1973	1875	-	-	19625	-	-	-
1979	2154	-	-	-	-	-	-
1982	2181	-	-	-	-	-	-
1988	1898	-	-	87527	-	-	-
1990	1927	58067	779259	109072	30.1	404	56.6
1994	2703	65629	880741	145533	53.8	326	24.3
1997	2780	71812	963717	163801	58.9	347	25.8
1998	2578	73016	979875	168486	28.3	380	65.4
2013	1249	-	2.490,0 ²⁹	-	-	-	-

Fonte: Valdes, 1990; Sorzano, 2000; Anuário Estadístico de Cuba, 2013.

²⁷ Como a divulgação dos dados oficiais disponíveis nos Anuários Estadísticos de Cuba mudaram, o número de CCSs não foram mais divulgados, por isso não foi possível completar a tabela e acompanhar a evolução anual no número de CCSs. As informações orais da ANAP divergem com as do Anuário. Pela ANAP havia em 2013, 3242 CCSs, com um total de 269.380 associados, dentre os quais 159.545 são proprietários de terras e 109.835 são usufrutuários. Fonte: Informação obtida em campo com a ANAP.

²⁸ Os traços referem-se à ausência de informação.

²⁹ O número refere-se a milhões de hectares. Fonte: Anuário Estadístico de Cuba, 2013.

Conforme informação do Anuario Estadístico de Cuba, no ano de 2013 as CCS ocupavam 23% da superfície total de Cuba, sendo a forma de cooperação que mais cresce em Cuba, ver (Gráfico 4).

2.4 Agricultura Coletiva

Tantos as Associações Camponesas quanto as Cooperativas de Crédito e Serviços tratadas até aqui fazem parte de medidas do Estado Socialista Cubano para implantar formas de cooperação cujo objetivo era abrir caminho para a implantação de relações de produção e propriedade socialistas. A partir de agora iremos tratar de formas de cooperação de base socialista, como as Sociedades Agropecuárias e as Cooperativas de Produção Agropecuárias.

2.4.1 Sociedades Agropecuárias

De acordo com Sorzano (1999), as Sociedades Agropecuárias ou Sociedades de Produção Agropecuárias foram as últimas formas de associação agrícola criadas com a Primeira Lei de Reforma Agrária, a partir de iniciativa do próprio Fidel Castro. Eram consideradas uma forma superior de organização do trabalho agrícola, já que era maior o grau de socialização da terra e dos outros meios de produção.

Estas sociedades surgieron desde los primeros años del proceso revolucionario a iniciativa de Fidel Castro, en ellas los campesinos ponían a disposición del colectivo la tierra, los animales de labor e implementos agrícolas. Los medios fundamentales de producción y los frutos de estas son colectivos y del núcleo social que integra la sociedad agropecuaria. La participación en los beneficios era según el trabajo, y cada año, al fin del ejercicio económico se realizaba un balance general para la determinación de la rentabilidad y de las utilidades obtenidas, si cubrían las obligaciones económicas contraídas.

Las Sociedades Agropecuarias se rigieron por un reglamento general, donde se señalaban sus principales objetivos:

- Unir un grupo de agricultores pequeños para cultivar en común la tierra y fomentar en las mejores condiciones de rendimiento y calidad la producción agropecuaria.
- Recibir y aplicar recursos y asistencia técnica, así como vender las cosechas que conjuntamente se produzcan.

- Eliminar el retraso en la producción agrícola elevando el nivel de vida de los miembros y orientar la diversificación y fomento de explotaciones agropecuarias, en áreas disponibles.
- Hacer que toda la producción agropecuaria se realice planificadamente y bajo la dirección técnica apropiada (Valdes, 1990, pp. 85-86)

No regulamento das Sociedades Agropecuárias estava prevista a possibilidade do sócio, ao final do ano agrícola e cumprido os compromissos econômicos, receber uma parcela de terra similar à que havia aportado, caso desejasse deixar a sociedade (Valdes, 1990). Tal parcela de terra não poderia afetar os planos de produção da sociedade, e no caso em que isso ocorresse, o sócio não receberia a terra, mas poderia receber um adubo.

Em 1962 existiam 229 sociedades agropecuárias, com mais de 2000 cooperativistas, ocupando uma área de mais de 24.000 ha. Em 1963, essas sociedades aumentaram, constituindo 358 sociedades, com cerca de 4.5 mil cooperados, ocupando uma área de 47.000 ha. Em seu auge, no final de 1963, essas sociedades chegaram a 411, ocupando 52.000 ha, caindo, no entanto, o número de cooperativistas para 3,7 mil. A partir de 1964 elas começaram a diminuir. Em 1967 haviam 136, com 1,7 mil sócios, ocupando uma área de 20.000 ha. Em 1977, eram 43, com cerca de 400 sócios, ocupando uma área de 5.261 ha (Valdes, 1990). Como as sociedades agropecuárias são antecedentes das cooperativas de produção agropecuárias, para compreender melhor sua evolução, os dados foram representados na tabela a seguir:

Tabela 2 - Evolução das Sociedades Agropecuárias em Cuba

Ano	Número de Sociedades Agropecuárias	Número de Sócios	Área Ocupada (hectares)
1962	229	2.000	24.000
1963 (maio)	358	4.500	47.000
1963 (dez.)	411	3.700	52.000
1967	136	1.700	20.000
1977	43	400	5.261

Fonte: Valdes, 1990, organizado por Fernanda Thomaz.

Apesar de seu crescimento nos primeiros anos da Revolução Socialista, os camponeses demonstraram menor interesse em participar das Sociedades Agropecuárias do que das Associações Camponesas e das Cooperativas de Crédito e Serviços (Sorzano, 1999).

Pela própria observação do gráfico, nota-se que até o ano de 1963 essa forma de cooperação registrou crescimento. No ano de 1967 já apresenta um declínio de mais de 50%, perdendo sócios e área ocupada. Em 1997, restaram 43 Associações, com apenas 400 sócios e 5.261 hectares de superfície ocupada. As causas fundamentais apresentadas pelo autor para o declínio e o posterior desaparecimento das Sociedades Agropecuárias são as seguintes:

[...] la falta de atención adecuada en recursos, suministros y ayuda técnica. Se presentaron errores en la concepción de algunas de ellas, al iniciarlas sin previo análisis económicos que garantizara las posibilidades de éxito económico, otras se crearon con la finalidad de resolver conflictos entre varios propietarios, en algunas se hicieron compromisos de cambios radicales en la forma de vida de manera fácil, sin esfuerzos personales y después, al enfrentarse la realidad se desalentaron, algunas se crearon en tierras estatales, sin atender a la obligada continuidad territorial de este tipo de agrupaciones, y hasta con fincas cuyos integrantes no eran propiamente campesinos sino obreros agrícolas (Valdes, 1990, pp. 86-87).

Com o processo de desativação, as terras das Associações Camponesas passavam a incrementar a superfície de área em poder do Estado. Estas últimas 43 Associações que restaram foram convertidas em Cooperativas de Produção Agropecuária “[...] fue uno de los pasos iniciales de nuestro campesinado en el proceso de tránsito hacia formas superiores de producción” (Valdes, 1990, p.89).

2.4.2 Cooperativa de Produção Agropecuária

De acordo com Sorzano (1999), o processo de implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias em Cuba iniciou-se a partir da década de 1970, quando o Governo Revolucionário, o Partido Comunista de Cuba e a ANAP estabeleceram duas vias para implantar a socialização da agricultura cubana. Uma via foi a incorporação dos camponeses aos planos estatais de produção, que já havia começado em 1967, mantendo-se na década de

1970, a partir da incorporação das terras das Associações Camponesas e das Sociedades Agropecuárias às empresas estatais. A outra via foi a criação das Cooperativas de Produção Agropecuárias. Nesse momento, o setor estatal possuía 80% das terras agrícolas, e o setor camponês e cooperativo juntos possuíam 20%.

O processo de implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias começou na Província de Pinar del Rio, com a fundação da primeira CPA - República de Chile³⁰, no município de Vinhales, em 16 de outubro de 1973. Esse processo consolida-se em 1978, atinge o auge em 1983, com 1472 CPAs, quando o número de CPAs começa a declinar. Em 1998, existiam 1.180 CPAs (Sorzano, 1999).

A intensificação dos passos em direção à implantação das CPAs ocorreu em maio de 1974, com um pronunciamento de Fidel Castro, sobre a necessidade de organizar em bases coletivas a terra em posse dos camponeses, já que nesse momento o campesinato possuía mais de 1,5 milhão de hectares de terra (Valdes, 1990):

Ya es conveniente, al cabo de 15 años de reforma agraria, que nuestros campesinos vayan pensando en formas superiores de cooperación, en formas superiores de trabajo. No sea que dentro de 15 años más nos reunamos aquí, y vayamos a estar igual que hoy. Es necesario, en el futuro, pasar a formas superiores de trabajo y producción, sobre todo, en los cultivos básicos del país. No voy a decir aquí en estas montañas. Ustedes saben cómo es la cosa en estas montañas. En estas montañas, donde se vive aislado, es muy difícil establecer incluso la producción cooperativa. Pero en las áreas cañeras, en las áreas ganaderas, en las áreas tabacaleras, en las áreas donde se producen viandas y vegetales, hay que llevar la máquina, hay que llevar la química, hay que llevar el regadío, hay que llevar adelante formas superiores de producción. [...]. Y por eso decíamos que teníamos dos caminos: la integración a planes y la cooperación. A nosotros nos parece que debemos seguir los dos caminos, según el tipo de cultivo, según las circunstancias aconsejan. En unos casos la integración a planes y en otros casos la cooperación³¹
(<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f170574e.html>).

Nesse discurso de Fidel Castro, de fundamental importância para se compreender uma série de leis que irão fundamentar a implantação das CPAs em Cuba, vê-se a reafirmação

30 Como indicado na introdução, a CPA República de Chile é objeto de análise da presente tese.

31 Fidel Castro proferiu tal discurso em celebração do aniversário de morte do líder camponês Niceto Perez, pelo XV aniversário da Primeira Lei de Reforma Agrária, e pelo XIII aniversário da ANAP (Associação Nacional dos Agricultores Pequenos).

da perspectiva ortodoxa socialista de encarar a agricultura camponesa uma forma atrasada de produção agrícola, e a conseqüente necessidade de passar a formas superiores de produção. Apesar de não claramente expresso com a denominação de coletivização, mas cooperação, a cooperativa de produção agropecuária era o paradigma a ser seguido, por ser considerada uma forma de organização superior das relações de produção e por, ao menos em tese, permitir a introdução de maquinário e a aplicação de conhecimentos técnico-científicos ligados aos processos produtivos. A coletivização deveria abranger grande parte da agricultura cubana, desde as áreas de cultivos destinados em sua maior parte à exportação, como o tabaco, até a agricultura destinada à produção de alimentos para o país, como as áreas de criação de gado, tubérculos e vegetais.

Para se intensificar medidas de implantação das CPAs também havia a questão fundamental da propriedade da terra cubana, que estava em posse dos camponeses. Como mencionado nesse discurso por Fidel Castro, desde o triunfo da revolução, em 1959, até aquele momento, já haviam se passado quinze anos, e o campesinato havia recebido a posse de terras. Mas o modo de vida camponês, baseado no trabalho no lote e na satisfação das necessidades da família, entrava em contradição com a lógica socialista de uso da terra, que tinha o objetivo principal de manter a propriedade da terra sob o controle do Estado, como pode ser visto nesse outro discurso de Fidel Castro:

Hoy todavía hay dos mentalidades diferentes, por su origen de clase, entre un obrero y un campesino. La diferencia fundamental es que el obrero no estaba habituado al concepto de propiedad; él nunca tuvo nada suyo, aquella máquina, aquella fábrica, no era de él. El estaba más preparado para el socialismo. El entendía perfectamente que aquella fuera la propiedad de todo el pueblo, los medios de producción de todo el pueblo, al servicio de todo el pueblo. El campesino está más habituado a la propiedad privada de un medio de producción. Esa es la diferencia hoy, no entre el hijo del campesino y del obrero, sino entre la mentalidad del campesino y del obrero. Pero la alianza obrero-campesina consiste precisamente en eso: en respetar esos derechos, en respetar ese pensamiento, y en respetar la voluntad del campesino. Y por eso se ha establecido el respeto más estricto a los intereses, al modo de vida y al pensamiento del campesino. Y ese es uno de los axiomas de esta Revolución. Fue otro de los puntos que se resaltó en el Congreso. ¿Pero quiere esto acaso decir que eternamente vamos a permanecer como campesinos independientes, en un minifundio? Nosotros sabemos que nuestros campesinos comprenden que esto no es posible. Y que esta etapa tiene que ser progresivamente y paulatinamente, a lo largo de los años, superada. Y que llegará el día en que no exista el campesino

aislado, el campesino independiente, porque nosotros no vamos a estar a la zaga de la civilización. Eso está claro.
(<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f170574e.html>)

Pelo discurso vê-se a preocupação com a propriedade camponesa da terra e dos demais meios de produção. Castro faz referência a uma diferença de mentalidade entre a classe proletária e o campesinato, colocando como ponto fundamental essa distinção de mentalidade. Para ele, a mentalidade camponesa, habituada à propriedade privada, era totalmente oposta à mentalidade proletária, que nunca havia conhecido a propriedade dos meios de produção. Para não perder o apoio camponês, Castro afirma a necessidade de respeitar a propriedade camponesa, como forma de manter a aliança operário-camponesa, mas finalmente acaba por defender a necessidade de superação do modo de vida camponês. Vê-se que ao analisar o campesinato através da mentalidade, desconsidera que a lógica das relações de propriedade e produção camponesas está relacionada à garantia de satisfação das necessidades da família (Chayanov, 1974, 1981; Bombardi, 2004).

Em sequência a esse pronunciamento de Fidel Castro, realizado em 1974, no Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, em dezembro de 1975 foram aprovadas um conjunto de teses referentes à questão agrária e ao campesinato (Valdes, 1990). Nesse discurso, a cooperativa de produção agropecuária aparece claramente como uma via superior de desenvolvimento socialista na agricultura, partindo-se do princípio de que nelas os camponeses integrariam as terras e os outros meios de produção, e deixariam de isolar-se em seus lotes. A Constituição da República de Cuba, em vigor desde 24 de fevereiro de 1976, reafirmou a perspectiva de avanço e eficiência dessa forma de produção, expresso no primeiro parágrafo do artigo 20, onde estão incluídos mais dois princípios que dariam suporte legal à implantação das CPAs em Cuba:

Se autoriza la organización de cooperativas de producción agropecuaria en los casos y en la forma que la ley establece. Esta propiedad cooperativa es reconocida por el Estado y constituye una forma avanzada y eficiente de producción socialista.

Las cooperativas de producción agropecuaria administran, poseen, usan y disponen de los bienes de su propiedad, de acuerdo con lo establecido en la ley en sus reglamentos.

Las tierras de las cooperativas no pueden ser embargadas ni gravadas y su propiedad puede ser transferida a otras cooperativas o al Estado, por las causas y según el procedimiento establecido en la ley. (<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm> - acesso em 04/2015)

No segundo e no terceiro parágrafos do artigo 20, aparece a questão fundamental da propriedade da terra em poder da CPA, que irá gerar contradições fundamentais na condição legal de existência desse tipo de cooperativa. Apesar de não exposto diretamente observa-se que ao ingressar na cooperativa de produção o camponês perde o direito à propriedade da terra e aos outros meios de produção, que passam a compor o patrimônio da cooperativa. Em caso de saída, o sócio não possui o direito de levar o que aportou no momento de ingresso. Com isso, como disposto no segundo parágrafo, a cooperativa passa a ter o controle, administrar, possuir e dispor dos bens dos cooperados.

Outro dispositivo fundamental contido no artigo 20 é a possibilidade da própria CPA ser transferida a outra cooperativa ou ao Estado. A situação de transferência para outra cooperativa ocorreu na área abrangida pela presente pesquisa, com a CPA Santos Cruz que, contra o desejo de seus cooperados, foi incorporada à CPA Camilo Cienfuegos por decisão do Ministério da Agricultura de Cuba, e é objeto de controvérsia com o Estado Cubano até hoje, como veremos mais adiante.

Dando seguimento aos dispositivos legais que garantiriam a implantação, a organização e o funcionamento das CPAs, Valdes (1990) cita a Lei n. 36 – Lei de Cooperativas Agropecuárias, que estabelece e regula a produção agropecuária. O artigo 7 fundamenta esse tipo de cooperativa:

La cooperativa de producción agropecuaria tiene los fines fundamentales siguientes:

- a) Desarrollar la producción agropecuaria atendiendo a los intereses de la sociedad y de la propia cooperativa, dentro de los límites de su competencia;
- b) Consolidar e incrementar la explotación social de los bienes de la cooperativa;
- c) Elevar la productividad del trabajo y la eficiencia de la producción social; Incrementar la producción y venta al Estado de los productos agropecuarios;
- d) Propiciar la mejor aplicación de la técnica y la ciencia en la forma socialista de producción;
- e) Coadyuvar a la satisfacción de las crecientes necesidades materiales y culturales de las cooperativas y sus familiares, estimular su participación en las diversas manifestaciones de la vida social y

- contribuir a la elevación del nivel de vida y al establecimiento de relaciones socialistas de convivencia entre sus miembros;
- f) Impulsionar la emulación socialista;
 - g) Desarrollar la participación consciente de los cooperativistas y sus familiares en las tareas económicas, políticas y sociales del país (Valdes, 1990).

Esse conjunto de disposições gerais tem implicações importantes para o funcionamento das CPAs, e tem sido aplicado como argumento para fundir CPAs e até mesmo dissolver as consideradas ineficientes e improdutivas.

Segundo Valdes (1990), os Congressos do Partido Comunista de Cuba (PCC) também foram palcos privilegiados onde Fidel Castro defendeu a necessidade da implantação das cooperativas de produção agropecuárias. No Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba realizado entre os dias 17 e 22 de dezembro de 1975, na cidade de Havana, também houve a defesa das CPAs:

En el histórico Informe al I Congreso del Partido Comunista de Cuba, su Primer Secretario, Fidel Castro, trató la problemática del campesinado, y explicó la necesidad que el país tenía de avanzar a formas superiores de producción, como una vía para el incremento de la productividad agrícola a nivel nacional, explicó la disminución del per capita de tierra por habitante, tanto por el crecimiento natural de la población, como por la utilización de superficie agrícola en presas, caminos, pueblos, etcétera. Les explicó que las cooperativas eran la única forma de que la familia campesina pudiera disfrutar de la electricidad, agua corriente, viviendas adecuadas, y de los servicios socio-culturales que el resto de la población ya poseía (Valdes, 1990, p. 87).

Nesse Primeiro Congresso do PCC ficou ratificado por Fidel Castro o princípio de voluntariedade para o ingresso nas cooperativas:

La Revolución Cubana siguió su curso inexorable. Progresivamente los medios de producción pasaron al patrimonio de toda la sociedad. El 3 de octubre de 1963 fue dictada una nueva Ley de Reforma Agraria que estableció el límite máximo de tenencia de tierra a 67 hectáreas. Las fincas que sobrepasaban esa dimensión fueron nacionalizadas. A la vez, se prometió a todos los agricultores que no habría nuevas leyes agrarias, de modo que cualquier avance ulterior hacia formas superiores de explotación

agrícola, sólo podría llevarse a cabo mediante la voluntariedad de los productores (Castro, 1976, p. 96)

No II Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado entre os dias 17 e 20 de dezembro de 1980, no Palácio das Convenções em Havana, Fidel Castro ratificou as vantagens das cooperativas de produção agropecuária, como uma forma superior de organização do trabalho que levava ao incremento da produção, à intensificação da convivência social, à obtenção de elevados rendimentos por área, e à introdução de técnicas modernas de mecanização e cultivo.

La producción agropecuaria deberá mantenerse como uno de los elementos más importantes de nuestra economía para lo cual se requerirá que la misma crezca a ritmos más altos y sostenidos que los alcanzados hasta el presente. Este objetivo deberá basarse, fundamentalmente, en la elevación de los rendimientos agrícolas y pecuarios mediante el uso más racional de la tierra, el agua y los recursos asignados; la rotación de los cultivos; el fomento de una base nacional de alimentación animal; el desarrollo de la sanidad animal y vegetal; así como la intensificación del proceso de cooperativización ya iniciado (Castro, 1980, p.28)

No III Congresso do Partido Comunista de Cuba realizado no dia 3 de dezembro de 1986, na cidade de Havana, foi assinalado o papel da *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP) no cumprimento da tarefa histórica de implantar e avaliar a socialização da agricultura cubana. Atualmente, a ANAP continua sendo a associação que controla o setor cooperativo composto pelas CPAs e pelas CCSs. De acordo com informação oral da ANAP nacional, em 2014 essa associação possuía 4331 cooperativas, com 331.874 associados. Destes, 35.971 eram mulheres, o que representa 11% dos associados. O número de CCSs eram 3242, com 269.380 associados, dentre os quais 159.545 proprietários de terras; já o número de CPAs era de 1089, com 62.494, associados, já que cada membro da família é considerado um sócio³².

O resultado da legislação e da política de implantação das cooperativas de produção agropecuária até o ano de 1984 pode ser visto no quadro a seguir:

³² Como esses números não estão no Anuário Estatístico de Cuba, base de dados oficiais do governo cubano não foram considerados para a elaboração dos gráficos dessa tese, servindo apenas de indicação de referência.

Tabela 3 - Implantação das CPAs em Cuba 1977-1984

Ano	Número de CPA	Superfície em milhão de hectares	Número de sócios
1977	83	12,9	2.361
1978	363	53,2	9.801
1979	725	104,3	16.692
1980	1035	212,9	29.535
1981	1128	383,4	39.519
1982	1416	690,5	63.285
1983	1472	938,2	82.611
1984	1414	988,3	72.297

Fonte: Valdez, 1990, p. 90.

Através da tabela acima observa-se que no período de 1977 a 1983 houve um aumento crescente no número de CPAs, com um clímax no ano de 1983. Do ano de 1977 para o ano de 1978 foram implantadas 280 CPAs; em 1979, foram implantadas 362; em 1980 foram implantadas 310; em 1981 o ritmo diminui em relação aos anos anteriores, devido ao processo de fusão de CPAs menores, consideradas ineficientes, com CPAs maiores, como veremos, mas mesmo assim ainda há um incremento de 93 novas cooperativas de produção. Em 1982, o ritmo tornou a subir com o aumento de 288 novas CPAs. Em 1983, voltou a cair o ritmo de implantação, mas ainda assim há um incremento de 56 novas cooperativas de produção. Em 1984, ocorreu um decréscimo de 58 CPAs.

Relacionando o número de CPAs com a quantidade de superfície ocupada, mesmo havendo uma diminuição considerável no ritmo de implantação dessas cooperativas do ano de 1980 para 1981, e uma redução de 58 cooperativas do ano de 1983 para 1984, a superfície de terra abrangida nunca diminuiu, chegando a atingir quase um milhão de hectares de terra no intervalo de tempo que vai de 1977 a 1984, ou seja, em oito anos de implantação dessas cooperativas. Outro dado interessante que mostra a análise do quadro é o aumento vertiginoso no número de cooperados, com o ingresso de 80.250 novos sócios, com um percentual de 3498% de aumento, no período de 1977 até 1983. O ano de 1984 é emblemático. São extintas 58 CPAs, caindo o número de sócios para 10.314 pessoas, que em relação ao ano de 1983, era de 82.611 sócios. É uma diminuição significativa, considerando o aumento crescente no número de sócios de 1977 a 1983. Apesar disso, contudo, a

superfície de área abrangida pelas CPAs aumentou em 50 mil hectares de 1983 para 1984. Esse dado revela um aspecto fundamental em relação à propriedade da terra em Cuba, através das CPAs, ou seja, um sócio, ao ingressar em uma cooperativa de produção agropecuária perde o direito à propriedade da terra ao deixar a cooperativa. Por isso as CPAs podem diminuir em número, como ocorreu no período, mas não em área ocupada.

A diminuição do número de CPAs em Cuba no período de 1980 a 1988 relacionou-se ao processo de fusão de CPAs pequenas, consideradas ineficientes e pouco rentáveis, com CPAs maiores (Sorzano, 1999; Valdez; 1990). Em 1980, o tamanho médio de uma CPA estava em torno de 15,43 caballerías (207 hectares), mas nas CPAs unificadas passou a 55 caballerías (738 hectares). Em 1982 já havia 200 CPAs com mais de 60 caballerías de terra (805 hectares). O objetivo era alcançar uma superfície de área maior que 60 caballerías, sobretudo nas CPAs especializadas na produção de cana-de-açúcar para aplicar o plano 60 por 60, que “consistia en dotar de la técnica necesaria a cada CPA que alcanzara las 60 caballerías (805 ha), para que dedicaran al cultivo de la caña el 60% de sus tierras” (Sorzano, 1999, p. 46). A diminuição do número de sócios foi explicada sobretudo pelo motivo de aposentaria:

Junto con la unificación aparece un nuevo fenómeno, la disminución del número de socios, en 1984 existían en el país 82,1 miles de socios, en 1988 esta cifra había descendido a 66 mil (según datos del CEE de 1984 y 1989a). La causa fundamental de este decrecimiento está asociada con la edad de los cooperativistas, por concepto de jubilación se le dio de baja de las CPA a gran cantidad de miembros. Los aportadores de las tierras, por lo general eran personas de edad avanzada que trabajaban el tiempo indispensable para adquirir la jubilación. Las CPA no tienen relevo joven, los hijos de los cooperativistas han estudiado alguna carrera y su aspiración no está asociada con el trabajo en el campo (Colectivo de autores, 1991 b). Por estas causas es necesario trabajar en la unificación de las CPA para la adquisición de maquinarias que alivie el trabajo en el campo y supla la escasez de mano de obra (Sorzano, 1999, p. 46).

A aposentadoria pode ser explicação para uma parte da diminuição do número de sócios das CPAs, mas certamente há outros fatores. Em Vinhales, quando a CPA Santos Cruz sofreu fusão com a CPA Camilo Cienfuegos, no ano de 1990, sócios da Santos Cruz não foram trabalhar nas novas condições, porque na CPA antiga cultivavam-se alimentos que eram comprados pelos sócios a baixos preços. Com a fusão, a produção de alimentos

diminuiria para dar prioridade ao tabaco, cultivo principal da CPA Camilo Cienfuegos. Como o salário pago na CPA era baixo e insuficiente para a sobrevivência, os trabalhadores tiveram que buscar outras alternativas de trabalho.

Segundo Valdes (1990), o processo de fusão de CPAs iniciado em 1981 consolidou um processo de concentração de terras em poder dessas cooperativas, resultando que no ano de 1984 existiam 437 CPAs com uma superfície maior que 800 hectares. Na Província de Havana chegou a existir uma CPA, com área superior a 1260 hectares.

El porcentaje del área socializada refleja el impetuoso paso del proceso de creación de cooperativas a partir del llamado que la Revolución hiciera al campesinado, con el fin de avanzar a nuevas y superiores formas de producción agrícola. En 1979 sólo el 6,1% de superficie agrícola en manos de los campesinos pertenecía a las Cooperativas de Producción Agropecuaria, y ya en 1984, este indicados llegó al 65,0% (Valdes, 1990, p. 93).

2.4.3 CPAs Produtoras de Cana-de-Açúcar, Tabaco e Café

Segundo Valdes (1990), as CPAs em Cuba tiveram um forte peso na produção de cana-de-açúcar, tabaco e café. Em relação à produção de cana-de-açúcar, em 1979, 34% da área coletivizada era dedicada a esse cultivo, e em 1984 passou a 40%.

Estas cooperativas de producción agropecuaria dedicadas al cultivo de la caña de azúcar han ido incrementando su superficie y mejorando significativamente sus eficiencias estructurales. Desde 1979 a 1984 han crecido en superficie casi 10 veces, y el número de socios en casi 6 veces (Valdes, 1990, p. 95).

As CPAs dedicadas à produção de cana-de-açúcar eram caracterizadas por um alto grau de compactação e centralização da superfície agrícola, aumentando até o ano de 1984 o tamanho médio de cada uma delas e o número de sócios, em relação à superfície cultivada (Valdes, 1990).

Las cooperativas de producción agropecuaria son un ejemplo de lo que puede hacerse desde el punto de vista técnico productivo y las grandes reservas que todavía encierran la socialización de la agricultura campesina. En 1982 existían 30 cooperativas que lograban un rendimiento superior a

100 000 arrobas de caña por caballería, esta cifra se incrementó en la zafra 1983-1984 a 42 cooperativas, con esos rendimientos agrícolas en la zafra 82-83 existían 42 cooperativas que obtuvieron arrojaje de más de 80 000 arrobas por caballerías, ya en 1984 el número de cooperativas con este rendimiento agrícola se había incrementado hasta 72 (Valdes, 1990, p. 96).

Em 1983 o número de CPAs produtoras de cana-de-açúcar atingiu seu maior número desde então, 441 cooperativas. O próximo dado que temos refere-se há 11 depois, 1994, quando Cuba já entrou na crise devida ao fim do bloco socialista. Nesse período o número de CPAs produtoras de cana-de-açúcar caiu para 338, como pode ser visto na Tabela 4. Como os Anuários Estatísticos de Cuba após o ano de 2006 deixaram de classificar as cooperativas por cultivo fundamental, não sabemos hoje qual é o número exato de CPAs que se dedicam à produção de cana-de-açúcar.

Tabela 4 - Evolução das CPAs Produtoras de Cana-de-Açúcar³³

Ano	Número de CPA	Superfície mil hectares	Número de Sócios
1979	218	35,7	4.607
1980	314	85,1	9.685
1981	348	173,1	14.892
1982	431	283,9	23.546
1983	441	372,4	32.597
1984	433	395,0	31.449
1994	388	-	-
1995	389	-	-
1996	385	-	-
1997	379	-	-
1998	381	-	-
1999	380	-	-
2000	378	-	-
2001	378	-	-
2002	375	-	-
2003	358	-	-
2004	347	-	-
2005	338	-	-
2006	338	-	-

Fonte: Valdes, 1990, p. 95; Anuarios Estatísticos de Cuba, 2000; 2006, seção agropecuária, s/n.

³³ A partir de 1994, os dados disponíveis nos Anuários Estatísticos de Cuba não fornecem mais informação completa sobre os vários tipos de CPAs, como a superfície e o número de sócios por tipo de cultivo produzido em cada CPA.

As CPAs cujo cultivo fundamental era o tabaco foram concentradas basicamente nas zonas ocidentais e centrais do país, onde foram criadas CPAs para incrementar sua produção (Valdes, 1990).

Al inicio del proceso de constitución de las cooperativas este tipo de cultivo, por sus propias características tecnológicas, tuvo un gran peso específico en el área dedicada a él, pero ha ido cediendo importancia. En 1979, más del 27% de la superficie total socializada del sector campesino se dedicaba a la actividad tabacalera, ya en 1984 este porcentaje representa solamente el 11,3% del total (Valdez, 1990, p. 97).

A evolução das CPAs produtoras de tabaco pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 5 - Evolução das CPAs Produtoras de Tabaco, 1979-2006

Ano	Número de CPA	Superfície mil hectares	Número de Sócios
1979	220	28.8	6.315
1980	262	43.0	8.777
1981	233	55.6	9.384
1982	222	86.4	12.089
1983	230	116.5	15.437
1984	220	111.6	12.836
1994	150	-	-
1995	149	-	-
1996	149	-	-
1997	149	-	-
1998	150	-	-
1999	150	-	-
2000	150	-	-
2001	145	-	-
2002	145	-	-
2003	145	-	-
2004	131	-	-
2005	127	-	-
2006	120	-	-

Fonte: Valdes, 1990, p. 98; Anuário Estadístico de Cuba, 2000; 2006, seção agropecuária, s/n.

Algumas das causas apresentadas para o declínio do número de CPAs tabacaleiras até o ano de 1984 são as seguintes:

[...] el bajo aprovechamiento de la tierra disponible, la poca diversificación de los cultivos, la baja productividad de la fuerza de trabajo, y una débil normación del trabajo (Valdes, 1990, p. 99).

A área de estudo da presente pesquisa foi justamente de CPAs produtoras de tabaco, no município de Vinhales. Certamente o baixo aproveitamento da terra disponível, com a consequente existência de terras ociosas, e a pouca diversificação dos cultivos foram fatores que contribuíram para o declínio contínuo das CPAs tabacaleiras até 1984. Após esse período, é fundamental acrescentar fatores como a queda do bloco socialista, sobretudo após o ano de 1990, e a dificuldade de obtenção de combustíveis e renovação de maquinário, e a extinção do CAME, que garantia à Cuba o acesso à gêneros alimentícios, como discutiremos mais aprofundadamente adiante.

Como ocorreu com as CPAs produtoras de cana-de-açúcar e tabaco, as produtoras de café também passaram por dificuldades e seu número foi diminuindo com os anos. Segundo Valdes (1990), a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) realizou vários esforços para desenvolver a produção de café, por meio das CPAs. Contudo, a saída das famílias camponesas das áreas montanhosas, principais produtoras de café, foram apontadas como uma causa fundamental para a queda do número dessas CPAs até 1984. De acordo com informação oral do Ministério da Agricultura do Município de Vinhales, com a crise cubana pós queda do campo socialista, as CPAs cafetaleiras, que sempre se localizaram nas áreas montanhosas de mais difícil acesso, ficaram totalmente desatendidas pelo Estado e sem condições de desenvolver a produção. Com isso seu número vai sofrendo diminuição praticamente constante, passando de 231, em 1994, a 213 cooperativas, em 2006, conforme a Tabela 6.

A compreensão da evolução do número de Cooperativas de Produção Agropecuárias em Cuba deve considerar as fases do processo de cooperação pelo qual passou a agricultura cubana (Sorzano, 1999). A primeira fase do processo começou no final da década de 1970 e terminou no ano de 1980. Nesse período houve aumento no número de CPAs pela diminuição do número de propriedades camponesas que foram agregadas nas CPAs, e diminuição do número de Cooperativas de Crédito e Serviços, que foram reorganizadas e englobadas nas CPAs. As CPAs ficaram como cooperativas de tamanho intermediário entre as pequenas fincas camponesas e as grandes empresas estatais, e continuaram aumentando. Nesse

momento, as CPAs dispunham de 2% das terras; as CCS e os camponeses não cooperados 17%, e o setor estatal 81%.

Tabela 6 - Evolução das CPAs Produtoras de Café, 1979-2006

Ano	Número de CPA	Superfície mil hectares	Número de Sócios
1979	77	10,5	1 431
1980	130	20,2	2 997
1981	199	58,7	5 873
1982	283	122,9	11 221
1983	290	171,4	13 381
1984	271	184,6	9 187
1994	231	-	-
1995	226	-	-
1996	222	-	-
1997	223	-	-
1998	228	-	-
1999	224	-	-
2000	226	-	-
2001	227	-	-
2002	220	-	-
2003	218	-	-
2004	217	-	-
2005	213	-	-
2006	213	-	-

Fonte: Valdes, 1990, p. 100; Anuário Estadístico de Cuba, 2000, 2006, seção agropecuária, s/n.

A partir de 1980 inicia-se a fase de unificação de CPAs menores e consideradas ineficientes com CPAs maiores, o que explica a diminuição do número de CPAs. Essa fusão foi feita com o objetivo de introduzir técnicas e maquinário considerados superiores. De acordo com [Sorzano \(1999, p. 46\)](#) “Las CPAs comienzan a crecer en el parque de tractores, combinadas agrícolas, camiones, infraestructura, etc. convirtiéndose em medianas empresas de tipo colectivo no estatal”. Como resultado do processo de fusão, as CPAs passaram de 15,43 caballerías (207 ha) e 29 sócios em média por CPA, no ano de 1980, para 55 caballerías (738 ha). A diminuição do número de sócios, nessa fase, é explicada pelo alto número de aposentadorias, além do pouco interesse dos filhos dos cooperados em trabalhar na agricultura, já que eles estudavam outras carreiras (Sorzano, 1990). Porém, apesar de uma

parte do processo poder ser explicada dessa forma, existe a saída de sócios quando uma CPA é fundida à outra, como ocorreu em nossa área de pesquisa com a CPA Santos Cruz, como mencionamos.

A unificação de CPAs e a consequente maior quantidade de terra para trabalhar gera o problema do total de força de trabalho disponível para trabalhar, gerando o aumento da sobrecarga de trabalho. Há mais terra para trabalhar e menos sócios para fazê-lo. A unificação de CPAs agravou o problema da existência de terras ociosas em Cuba, sobretudo após a queda do campo socialista e a dificuldade de obtenção e reposição de maquinário, além da escassez de combustível para mover as máquinas. A escassez de força de trabalho e a maior quantidade de terra para trabalhar fez com que o Estado cubano já em 1982 criasse as cooperativas de segundo grau, e abrisse o mercado livre camponês, em 1982 (Sorzano, 1999).

Las cooperativas de segundo grado se abrieron de forma experimental en nueve municipios del país y tomaron el nombre de Uniones Municipales de Cooperativas Agropecuarias (UMCA). Lo que se perseguía con estas cooperativas de segundo grado era encontrar un mecanismo que posibilitara apoyar en una sola entidad la actividad de la planificación, la prestación de servicios y la comercialización de los insumos para la producción campesina, y asumiera las funciones que en este sentido tenían las empresas y dependencias estatales (Sorzano, 1999, p. 47).

Segundo a autora, as Uniões Municipais de Cooperativas Agropecuárias agruparam em uma mesma direção as CCSs e as CPAs, atendendo as tarefas produtivas, de prestação de serviços, políticas e de organização social, com o propósito de melhorar a utilização de recursos, simplificar a aquisição de insumos e prestação de serviços por parte das cooperativas. Também durante a década de 1980 implantou-se o Sistema de Direção e Planificação da Economia com a implantação de leis econômicas que buscavam consolidar o socialismo, através do aumento da eficiência econômica, da produtividade do trabalho e do uso mais produtivo de todos os recursos materiais e humanos. Foi a criação das CPAs e desse Sistema de Direção planificada da economia que surgiram os mercados camponeses, tendo como modelo de referência os países socialistas europeus.

Al irse incrementando la producción fueron apareciendo los intermediarios, que compraban grandes cantidades de productos y especulaban con los precios, además de que, al no existir regulaciones fiscales, algunos

individuos comenzaron un enriquecimiento desmedido. Al dispararse los precios en el mercado campesino y no existir medidas impositivas que ejercieran control económico de esta actividad, el Estado decide entre otras cuestiones el cierre de estos mercados, la confiscación de productos agrícolas almacenados por los intermediarios y la suspensión de todo lo relativo a las cooperativas de segundo grado que se estaban desarrollando, de forma piloto o experimental, en nueve municipios del país. Lo que se había logrado en cuanto a organización y prestación de servicios con las estructuras cooperativas de segundo grado fue eliminado, la actividad que realizaban las UMCA de forma experimental, pasó a manos de las entidades de la agricultura a este nivel administrativo territorial (Sorzano, 1999, p. 48).

Segundo a autora, nesse período, com a diminuição da oferta de alimentos frescos, que foram substituídos pelas conservas vendidas no mercado paralelo estatal, diminuiu-se a comercialização das cooperativas, que conseqüentemente tiveram que diminuir a sua produção:

Hasta este momento se había trabajado en el fortalecimiento del sector cooperativo como una forma de producción superior. Lo importante para el Ministerio de la Agricultura y la ANAP era la incorporación masiva de los campesinos dueños de tierra a las CPA y con esta incorporación poder llevar a cabo el proceso de concentración de tierras y de población dispersa en los asentamientos poblacionales, que se iban construyendo en las cooperativas. El fenómeno de eficiencia productiva no se contemplaba como tarea primordial dentro de este proceso de cooperativización (Sorzano, 1999, p. 48).

Fundamental a crítica da autora sobre a perspectiva do Estado cubano acerca das CPAs se pautar mais na obtenção da propriedade da terra camponesa, do que nos resultados da produção agrícola dessas cooperativas. Essa perspectiva levou à terceira etapa do processo pelo qual passaram as CPAs cubanas, iniciado no ano de 1988, e dividido em duas fases: a primeira ocorrida entre os anos de 1988-1989 e a segunda, quando o país entra no “Período Especial³⁴”.

De 1988 a 1989 buscou-se melhorar a gestão econômica e a eficiência produtiva de cada CPA, através da incorporação de profissionais qualificados no setor administrativo e

34 Período Especial é a denominação usada em Cuba para a crise na qual ingressou o país após a queda do bloco soviético.

técnico. Esse processo só alcançou as CPAs maiores, mais produtivas e situadas em local mais acessível. Com isso conseguiu-se aumentar a produção. Em 1989, Cuba já começou a sentir os reflexos da queda do campo socialista europeu e a consequente “falta de insumos como semillas mejoradas, fertilizantes, combustibles, neumáticos y piezas de repuesto y comenzó a declinar fuertemente la producción, hasta llegar a sus niveles más bajos en el año 1994” (Sorzano, 1999, p. 48).

De acordo com a autora, um reflexo imediato da queda do campo socialista foi a escassez de ração para alimentar o gado, proveniente principalmente de importação do bloco socialista. Consequentemente, houve diminuição da produção de carne e leite para os sócios das CPAs e para a população em geral. A situação de queda das importações chegou ao auge em 1993, afetando a produção agrícola e a produção industrial de alimentos.

Toda la ganadería que se había desarrollado en la primera parte de esta fase del proceso comienza a declinar por la falta de alimentos para el ganado. Prácticamente se tiene que abandonar el desarrollo de los módulos pecuarios de interés colectivo; la distribución de productos cárnicos se realiza en pie y al destete, para que cada cooperativista alimente a los animales de forma individual. La leche por lo general se destina sólo a los menores de siete años y a los ancianos (Sorzano, 1999, p. 50).

De acordo com a autora, em 1990, logo quando se começa a sentir o efeito da queda do bloco socialista, a força de trabalho que até então registrava diminuição nas CPAs, começa a aumentar. Como a crise atingiu toda a economia do país, muitas indústrias foram fechadas, e com as dificuldades de transporte, os trabalhadores passaram a buscar trabalho nas CPAs, sobretudo nas localizadas na Província de Havana:

Las cooperativas los aceptan como obreros eventuales, pues necesitan mano de obra por la disminución que ha tenido el uso de la mecanización, pero no les garantizan la vivienda ya que en estos momentos está paralizada la construcción de viviendas en las CPA. Si los obreros demuestran que son buenos en su trabajo, se les permite la entrada como trabajadores permanentes con todos los beneficios que esto trae, pero sin que se les garantice vivienda (Sorzano, 1999, p. 50).

Apesar do incremento de força de trabalho nas CPAs não houve aumento na produção agropecuária, verificando-se mesmo sua diminuição, o que levou a um aumento do

mercado negro (Sorzano, 1999). As CPAs em Cuba começam a sofrer uma diminuição crescente em seu número, ver a seguir o Gráfico 1 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013; o

Gráfico 2 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba – Número de Sócios, 1979-2006; e a Tabela 7.

Gráfico 1 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013

Fonte: Valdez, 1990; Sorzano, 1999; Anuarios Estadístico de Cuba, 2000, 2006, 2010, 2012, 2013.

Gráfico 2 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba – Número de Sócios, 1979-2006

Fonte: Valdez, 1990; Sorzano, 1999; Anuarios Estatístico de Cuba, 2000, 2006.

Tabela 7- Evolução das Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba 1977-2013

Ano	Número de CPAs	Número de Sócios	Área Total (cab.)	Área Total (ha)	Tamanho médio das CPAs (cab.)	Tamanho médio das CPAs (ha)	Média de sócio por CPA
1977	44	— ⁽³⁵⁾	451	6.052	10.3	138	—
1979	428	10.829	4.986	66.912	11.6	156	25.3
1980	1035	29.535	16.535	221.900	16.0	214	28.5
1982	1140	42.000	39.500	530.090	34.6	465	36.8
1983	1472	82.611	69.911	938.200	47.5	637	56.1
1985	1378	69.896	75.171	1008.800	54.6	732	50.7
1987	1418	68.903	72.802	977.000	51.3	689	48.6
1988	1398	66.014	67.640	907.729	48.4	649	47.2
1989	1374	65.029	65.678	888.140	47.8	641	47.3
1990	1305	62.130	62.220	834.992	47.7	640	47.6
1994	1174	61.738	56.125	753.200	47.8	641.57	53
1995	1160	62.257	55.208	740.900	47.5	638.71	54
1996	1156	62.155	54.083	725.800	46.7	627.85	54
1997	1147	61.132	53.867	722.900	46.9	630.25	53
1998	1156	59.858	53.621	719.600	46.3	622.49	52
1999	1154	60.087	53.248	714.600	46.1	619.24	52
2000	1146	61.083	52.660	706.700	45.9	616.37	53
2001	1143	61.359	52.324	702.200	45.7	614.35	54
2002	1136	59.857	52.011	698.000	45.7	614.44	53
2003	1137	58.654	51.915	696.700	45.6	612.75	52
2004	1116	56.387	51.609	692.600	46.2	620.58	51
2005	1113	54.310	51.535	691.600	46.3	621.38	49
2006	1102	52.270	51.490	691.000	46.7	627.04	47
2007 ³⁶	-	-	51.624	692.800	-	-	-
2012	982	-	47.339	635.300	-	-	-
2013	914	-	45.774	614.300	-	-	-

Fonte: Valdes, 1990; Sorzano, 1999; Anuarios Estadísticos de Cuba, 2000, 2006, 2007, 2012, 2013 (org. Fernanda Thomaz).

³⁵ O traço foi usado para indicar que não há informação disponível.

³⁶ A partir de 2007, é modificada a informação encontrada no Anuário Estatístico de Cuba. Já não se encontram as informações anteriores sobre a quantidade média de sócios em cada CPA, superfície média, mas informações sobre a superfície agrícola total, superfície agrícola cultivada. No Anuário de 2007 é possível encontrar dados sobre a produção de determinados tipos de cultivos permanentes e temporários.

Até o momento da elaboração desse capítulo, maio de 2015, o Anuário Estatístico de Cuba do ano de 2014 ainda não estava disponível para consulta online. Porém, por informação oral da ANAP nacional, Cuba encerrou o ano de 2014 com 1089 CPAs e 62.494 sócios de CPAs. Os dados divergem, contudo, da tendência de diminuição das CPAs em Cuba, sendo que em 2013, pelos dados do Anuário, existiam 914 CPAs. A divergência de dados sobre a quantidade de CPAs é constante na literatura sobre o tema, aparecendo números diferentes dependendo do pesquisador e da fonte consultada.

2.5 Funcionamento Interno das CPAs Cubanas

De acordo com Ministério da Agricultura (2013), as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) em Cuba integram o setor não estatal de produção agropecuária, juntamente com as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), as Unidades Básicas de Produção Cooperativas (UBPCs), e os camponeses não integrados a nenhuma forma de cooperação, chamados de produtores privados. O setor estatal é formado pelas empresas agropecuárias, silvícolas e outras entidades estatais que desenvolvem atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas.

Há um marco legal que incide direta e indiretamente na organização e no funcionamento das CPAs, agrupado nos Artigos 15, 17 e 20 da Constituição da República de 1976, na Lei n. 95 de 2002, e no Acordo do Comitê Executivo do Conselho de Ministros de 17 de maio de 2005, que aprova os regulamentos gerais das CPAs e das CCSs. Há também os Estatutos e Regulamentos internos das próprias CPAs, que regulam seu funcionamento interno, e são de cumprimento obrigatório pelos sócios, desde que não contradigam as Leis Gerais cubanas (Minag, 2013).

De acordo com o Minag (2013) segundo o marco legal vigente para as CPAs, podem se tornar sócios camponeses proprietários de terra ou usufrutuários³⁷, mediante o Decreto Lei No. 300, proprietários de terras e bens agropecuários, seus familiares, e qualquer outro camponês ou trabalhador não proprietário de terra. Entre os direitos dos sócios estão o recebimento de retribuição e benefícios sociais e econômicos previstos em lei, nos regulamentos e estatutos da cooperativa. Além do direito de assistir, participar e votar na assembleia e poder ser eleito para qualquer cargo dos órgãos de direção, como Presidente, Vice-Presidente e Contador. Entre os deveres, o principal é cumprir a disciplina cooperativista, expressa nos regulamentos e estatutos, e ser coerente com os princípios que a

³⁷ A categoria jurídica de “usufrutuário” foi criada pelo Estado cubano no ano de 2008, com o objetivo de diminuir a quantidade de terras agrícolas ociosas, aumentando o número de pessoas que poderiam recebê-las. Até então as terras ociosas eram entregues somente às cooperativas para a produção prioritárias como o tabaco, café, cacau e arroz. Os usufrutuários são caracterizados como pessoas naturais que solicitam terra para produzir, não se tornando, contudo, proprietários. O primeiro instrumento jurídico a regulamentar essa relação foi o Decreto Ley No. 259, substituído em 2012 pelo Decreto Ley No. 300. No final de 2011, registrou-se a entrega de 1,6 milhões de hectares de terra à 185.000 produtores, todos associados a alguma forma de cooperação (Minag, 2013).

inspiram. As violações à disciplina implicam em sanções dirigidas pela Junta Diretiva ou pela Assembleia Geral.

A gestão das CPAs é realizada por uma estrutura composta pela Assembleia Geral, pela Junta Diretiva e pelo Presidente. Quando o presidente de uma CPA renuncia, é realizado um inventário de seus bens, para averiguar se há falta ou desvio de bens e dinheiro. Ele deve prestar esclarecimento de suas transações bancárias e de todos os contratos da cooperativa. Posteriormente a ANAP municipal deve aceitar a renúncia em uma assembleia geral da CPA, ponto máximo onde se aprova a sua liberação (Informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales durante pesquisa realizada em janeiro de 2015).

A Assembleia Geral é o órgão superior de direção da cooperativa, sendo integrada por todos os sócios. Contudo, não exerce funções de direção e administração, limitando-se à organização da CPA e seu funcionamento interno, conforme estabelecido na Lei, nos Regulamentos Gerais e Estatuto. A Junta Diretiva é o órgão efetivo de direção, execução e administração, e é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Contador, nem sempre estando todos os cargos preenchidos, como constatamos em nossa área de pesquisa. A Junta Diretiva deve cumprir e obrigar a cumprir a Lei, os Regulamentos e as decisões das Assembleias Gerais, sendo responsável pela organização, execução e controle do planejamento econômico, financeiro, produtivo, serviços e relações externas. Suas decisões são de cumprimento obrigatório e somente revogadas pela própria Junta Diretiva ou pela Assembleia Geral. O Presidente da CPA representa legalmente a cooperativa, mas deve estar subordinado à Assembleia Geral e prestar-lhe contas da sua gestão. Como presidente está obrigado a organizar, dirigir e administrar o funcionamento da cooperativa, sendo assistido pelos demais membros da Junta Diretiva (Minag, 2013).

Em relação à propriedade dos bens das CPAs, a Lei cubana reconhece duas formas de titularidade: a propriedade e o usufruto. Somente os bens em propriedade integram o patrimônio da CPA, que podem administrar todo o seu patrimônio, com exceção das terras que não podem ser embargadas nem cedidas à pessoas naturais ou jurídicas.

El conjunto de bienes que comprende el patrimonio cooperativo está formado por la tierra, los calificados como bienes agropecuarios y otros bienes, todos en propiedad. Entre ellos se tienen las edificaciones productivas, sociales, las viviendas, la maquinaria, implementos y equipos agrícolas, de transporte y recreativos adquiridos, construidos o recibidos en

propiedad por la cooperativa; los animales, las plantaciones, las producciones agrícolas, forestales u otras, y los frutos de los bienes usufructuarios. También son parte del patrimonio, los fondos y reservas financieras acumulados por la cooperativa, en las diferentes formas autorizadas por la Ley (Minag, 2013, p. 67).

Resultados econômicos favoráveis geram as *utilidades*, que devem ser repartidas entre os sócios por hora trabalhada, após a dedução de todos os gastos com créditos e impostos. Uma parte das *utilidades* pode ser retida pela CPA para a formação de uma reserva de fundos usada em atividades socioculturais. Com a crise cubana, após 1990 as CPAs, que sempre pagaram baixos salários, visando viabilizar a permanência dos sócios, começaram a realizar o pagamento pela chamada *retribución participativa* ou *vinculación do homem à área*. Com isso, a remuneração que antes era realizada após a comercialização da produção, considerando a quantidade de horas trabalhadas de cada trabalhador e descontados os gastos que o cooperado tinha realizado com a aquisição de gêneros produzidos na CPA, passou a ser feita através de uma porcentagem estipulada pelo resultado econômico final, podendo ser de 50% a 70% do resultado final da produção, descontando também as dívidas que por ventura o sócio tenha com a CPA.

La retribución participativa, es de distribución anual y proviene de los resultados económicos favorables que alcance en su conjunto la cooeprativa, luego de deducido el pago de sus obligaciones; se adjudica a cada socio en correspondencia al cumplimiento de sus obligaciones laborales durante todo el periodo; es decir, es una retribución por los resultados anuales del socio por su aporte laboral, productivo o del servicio. Cabe mencionar que la difusión en las UBPCs (y también en las CPA) de sistemas de organización productiva que vinculan el hombre al área, así como previsto por la misma Resolución No. 574/12 en su artículo 14, determinan una retribución basada en los resultados productivos más que en el trabajo realizado (Minag, 2013, p. 68).

Desse modo, nas CPAs assim como nas UBPCs, a remuneração dos trabalhadores é realizada de duas formas: uma chamada de periódica básica e outra participativa (Minag, 2013). A periódica básica é denominada de *anticipo*, uma antecipação em dinheiro paga no início de cada ano, ou mesmo mensalmente, para que os sócios possam ir garantindo a

satisfação das suas necessidades básicas, enquanto não recebem a divisão das *utilidades*, se houver resultados econômicos favoráveis, no final da colheita.

Su monto depende de los resultados del desempeño – aporte laboral – del cooperativista, en proporción a la complejidad de la labor, la cantidad y la calidad del trabajo personal realizado o de responsabilidad (Minag, 2013, p. 68).

Sendo o *anticipo* um pagamento antecipado, ele é descontado no momento da divisão das *utilidades*. Nas CPAs que estudamos, em Vinhales, o *anticipo* girava em torno de \$200 a \$300 pesos mensais, pagos pelas CPAs mediante empréstimo bancário. Essa é uma questão que preocupa a Junta Diretiva das CPAs, porque as cooperativas precisam se endividar com o pagamento dos trabalhadores sem saber se haverá resultado positivo com a produção agrícola que propicie o pagamento do empréstimo. O pagamento via participação é o realizado através da vinculação do homem à área.

Em relação à produção, as CPAs cubanas se organizam para se dedicar à um cultivo principal prioritário, que não pode ser negligenciado, ocupando a maior parte do tempo de trabalho dos cooperados, e a produção de outros cultivos. Em Vinhales, área de estudo dessa pesquisa, a produção prioritária é o tabaco, mas os cooperados estão buscando a cada vez mais diversificar a produção, sobretudo de alimentos, como arroz, feijão, verduras e tubérculos, para autoconsumo e comercialização nos mercados locais. As CPAs de Vinhales não são organizadas por setores de trabalho, ficando a decisão das tarefas a serem realizadas mediante a necessidade da produção, podendo ser formadas equipes de trabalho. Dependendo da atividade, contudo, há profissionais especializados, como é o caso do *montero*, que lida especificamente com a criação de gado. O trabalho é realizado mediante uma jornada diária de 11 horas de trabalho, descontando uma hora de almoço, durante 24 dias por mês. Há licença-maternidade remunerada para mulheres e homens, assim como férias remuneradas (informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales durante pesquisa de campo em novembro de 2014).

As CPAs em Cuba, assim como todo o sistema cooperativista agropecuário, são regidas pelo marco legal que as vinculam ao Estado e Órgãos da Administração Central do Estado, aos Órgãos Locais de Poder Popular e às empresas e entidades estatais e privadas (Minag, 2013). Desse modo, as CPAs estabelecem contratos que são de cumprimento

obrigatório, pois têm relação com a política agropecuária estatal. Elas necessitam de autorização estatal sobre o objeto social, que é o cultivo principal da CPA, regulado pela planificação estatal. Esse aspecto repercute diretamente na autonomia das cooperativas e, conseqüentemente, nos seus resultados econômicos. Por isso, o Ministério da Agricultura de Cuba (MINAG), vem buscando ampliar o reconhecimento da igualdade jurídica das cooperativas com as outras empresas para que possam ampliar o estabelecimento de contratos (Minag, 2013).

2.6 As CPAs do Município de Vinhales

Segundo informações do Anuario Estadístico dos Municipios de Cuba do ano de 2013, Vinhales é um dos onze municípios que compõe Pinar del Río, província localizada na porção mais ocidental de Cuba. A Província de Pinar del Río conta com uma superfície total de 8.881,8 quilômetros quadrados, dentre os quais, 874,7 mil hectares são de superfície agrícola dividida entre cultivos temporais (169,3 mil hectares), cultivos permanentes (27,1 mil hectares), criação de gado (171,1 mil hectares), superfície florestal (434,6) e uma superfície não apta para a agricultura de 72,6 mil hectares. Pinar del Río é a principal província produtora de tabaco em Cuba “onde se encontram condições naturais (solos, principalmente), infra-estrutura, tradição dentre outros requisitos necessários para a produção tabacaleira é responsável pela produção de 59,8% do tabaco cubano” (Fabrini, 2009, p. 2).

Dentro desse contexto, Vinhales participa com uma área total de 692,9 mil quilômetros quadrados, dentre as quais 69,0 mil hectares são de superfície agrícola, dividida entre cultivos temporais (6,3 mil hectares), cultivos permanentes (1,3 mil hectares), criação de gado (9,5 mil hectares), área florestal (48,9 mil hectares), e uma área não apta para a agricultura de 3 mil hectares. Em relação às formas de organização do trabalho, da propriedade e da produção agrícola, Vinhales possui vinte e duas cooperativas, sendo dezoito Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), quatro Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) e cinco Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs), (Anuário Estadístico de Viñales, 2013).

Tabela 8 - A Cooperação no Município de Vinhales em 2013

	Cooperativas de Produção Agropecuária	Cooperativas de Crédito e Serviços	Unidades Básicas de Produção Cooperativa
1	Ruben Lopez	Antero Fernádes	Valle Ancón
2	Fidel Rodrigues	Antonio Maceo	El Moncada
3	República de Chile	Hermanos Balcon	El Rosario
4	Camilo Cienfuegos	Ernesto Castillo	Dos Ríos ³⁸
5		Pedro Lantigua	Manuel Rodríguez
6		Jesús Menéndez	
7		José. C. Crespo	
8		Rubén M. Villena	
9		Frank País	
10		Jose A. Echeverría	
11		Marina Azcuy	
12		Sergio Dopico	
13		José Martí	
14		José Martínez Alfonso	
15		Julio A. Mella	
16		Manuel Fajardo	
17		Fructuoso Rodríguez	
18		Crescencio Rivera	

Fonte: Informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales durante pesquisa de campo em janeiro de 2015.

No município de Vinhales, até o início da década de 1990 havia seis Cooperativas de Produção Agropecuária, a saber: Ruben Lopez, Fidel Rodrigues, Julio Munhoz, República de Chile, Santos Cruz e Camilo Cienfuegos. De acordo com informações recebidas do Ministério da Agricultura de Vinhales durante pesquisa de campo realizada no mês de janeiro de 2015, a CPA Julio Muñoz foi desativada há mais de dez anos devido aos maus resultados econômicos apresentados. O único dado que possuímos sobre essa CPA é do ano de 1989, quando ela possuía 17 sócios e 17.20 caballerías de terra (230.8 hectares), e o cultivo principal era tabaco³⁹. A CPA Santos Cruz foi dissolvida em 1990, sendo uma parte de suas

³⁸ Segundo informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales, tanto a UBPC “Dos Rios” quanto a “Manuel Rodríguez” foram desintegradas em 2014. De acordo com informação do mesmo ministério, em Vinhales há uma empresa agropecuária que se dedica a oferecer serviços e comercializar as produções agropecuárias contratadas com eles.

³⁹ Fonte: Comitê Estatal de Estadísticas – Dirección de Agropecuario y Silvicultura, 1989.

terras entregue à CCS Marina Azcuy, para a produção de tabaco, e outra parte entregue à CPA Camilo Cienfuegos, ocasião em que teve seu objeto social mudado de tabaco para a criação de gado, com objetivo de produzir leite e carne de vaca. Apenas alguns dos antigos sócios da CPA Santos Cruz foram trabalhar na CPA Camilo Cienfuegos, situação relatada pela atual Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos, composta por ex-sócios da CPA Santos Cruz.

A seguir vamos analisar cada uma das CPAs estudadas. É preciso esclarecer, contudo, os limites a que se insere essa pesquisa. Como não foi possível obter a autorização da ANAP para visitar as áreas de produção, as áreas administrativas e acompanhar o cotidiano dos trabalhadores das CPAs em seus locais de trabalho, há incompletude e ausência de detalhamento quanto ao funcionamento e organização interna de cada uma das CPAs. Não dispomos de informações relativas às tarefas realizadas de cada cooperado, assim como sua condição de vida e trabalho, a demanda de trabalho na cooperativa, a divisão das tarefas, a participação nas assembléias, a tomada de decisões, o regulamento interno, os problemas, desafios e avanços específicos de cada uma das CPAs.

Dentro desses limites, apresentaremos primeiramente a divisão político-administrativa de Cuba, destacando a Província de Pinar del Río (ver

Mapa 1, Mapa 2, Mapa 3), e posteriormente o conhecimento que foi possível obter de cada CPA.

O mapa 3 mostra a localização das quatro CPAs estudadas no município de Vinhales. A primeira que apresentaremos é a CPA República de Chile, fundada em outubro de 1973; a segunda é a CPA Ruben Lopez, criada em outubro de 1978; a terceira é a CPA Fidel Rodriguez, criada também em outubro de 1978; a quarta é a CPA Camilo Cienfuegos, criada em março de 1980. Por fim, incluímos a CPA Santos Cruz, criada em 1982 e desativada em 1990, ficando parte de suas terras com a CCS Marina Azcuy, e parte com a CPA Camilo Cienfuegos⁴⁰.

⁴⁰ Pela insuficiência de informação sobre qual era a sua localização, não foi possível incluir a CPA Santos Cruz no mapa 3.

Mapa 1 – Divisão Político-Administrativa de Cuba

Mapa 2 – Província de Pinar del Río

PINAR DEL RÍO: Divisão Político-Administrativa - 11 Municípios e localização de Viñales

Mapa 3 – Localização das Cooperativas de Produção Agropecuárias do Município de Viñales

VIÑALES: Aspectos do território municipal e localização das CPA's

2.6.1 CPA República de Chile

Foto 1 - Placa localizada na entrada da via de acesso à República de Chile.
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Em 6 de outubro de 1973 foi fundada a República de Chile, a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária de Cuba, na zona denominada Laguna de Piedra, município de Vinhales, distante aproximadamente 7 km do povoado de Vinhales (ver Mapa 3).

A história da fundação dessa CPA nos foi relatada por Plácido Rodríguez (ver Foto 2), conhecido como Pacho, hoje com 73 anos, primeiro presidente da República de Chile e ainda hoje sócio dessa CPA. Pacho relatou que no momento do triunfo da Revolução Socialista, em 1959, eram bastante precárias as condições em que viviam os camponeses da província de Pinar del Río. Não havia estradas e os caminhos quase sempre eram intransitáveis. O transporte era somente possível a cavalo, e quando havia necessidade de transportar algum enfermo, era necessário reunir um grupo de homens e levá-lo nos ombros.

Somente existiam dois consultórios médicos particulares e o acesso ao hospital provincial só era possível por recomendação de políticos. As moradias eram feitas de tábua, teto de guano⁴¹ e piso de terra.

Foto 2: Pacho, Fundador e Primeiro Presidente da CPA República de Chile.
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

De acordo com Pacho, Fidel Castro esteve na área onde seria fundada a República de Chile cerca de cinco vezes. Na sua primeira visita, em 24 de dezembro de 1969⁴², Fidel conversou com os camponeses sobre as necessidades pelas quais passavam. A precariedade

⁴¹ O agrônomo Alfredo Monterrey, funcionário do Ministério da Agricultura de Vinhales, explicou-nos que guano é a folha de uma planta denominada Palma. Antigamente era um material bastante usado como cobertura de telhados de casas. Atualmente é menos usado para essa finalidade, porém, em locais turísticos, como Vinhales, é bastante comum ver os tetos de restaurantes cobertos de guano.

⁴² Informação encontrada no seguinte site: http://www.ecured.cu/index.php/Rep%C3%BAblica_de_Chile_%28Vi%C3%B1ales%29. O site cita como fonte “Historia de la CPA República de Chile” dos autores Roberto Dias Dias, Fernando Carrillo Rodríguez e Miladys Torres Ramon. Essa publicação, contudo, não pôde ser encontrada.

das casas foi um dos problemas fundamentais mencionados pelos camponeses. Foi feita então uma promessa aos camponeses que ingressassem na futura CPA de que iriam receber uma casa mobiliada, em troca das terras e dos outros meios de produção que entregassem para a cooperativa. Porém, a primeira medida tomada logo após essa primeira visita de Fidel Castro foi a construção de uma estrada na região onde seria futuramente fundada a República de Chile. Pacho não nos forneceu mais detalhes sobre as outras visitas de Fidel Castro na área onde seria fundada a República de Chile. Contudo, relatou-nos que o próprio Fidel esteve presente no dia da fundação da primeira CPA de Cuba, como pode ser visto na Foto 3.

Fidel estuve aquí antes de fundar la cooperativa como por cinco veces. Aquí no habia carretera, no había nada. La última vez que vino fue un 31 de diciembre. Tenía dos o três gentes. A los campesinos se preguntó lo que hacia falta e el mandó hacer. Después, Fidel mandó discutir con los campesinos quien aceptaba la cooperativa. De toda la gente, estuvieran de acuerdo 100 hombres e 32 mujeres, y ay fundó la cooperativa en 6 de octubre de 1973, con 28 caballerías de tierra, no 14 caballerías. Y las primeras viviendas entregaran en mayo de 1977. Y así surgió la cooperativa, que llegó a tener 400 y pico gente (Pacho, entrevista realizada en 14 de janeiro de 2015).

Segundo Pacho, a construção de moradias melhores sempre foi uma demanda dos camponeses cubanos, e a CPA deveria ser implantada atendendo essa necessidade. Contudo, as primeiras moradias foram entregues somente quatro anos após a fundação da República de Chile (ver Foto 4), como pode ser visto na sua entrevista ao jornal “Guerrillero”:

Fundó la cooperativa en 6 de octubre de 1973. En la inauguración de la comunidad, Fidel entregó las primeras viviendas, 70 en total, equipadas y amuebladas con todo gratis, eso fue en 1977; después se entregaron 20 más que sí se les cobró, pero muy simbólico el precio, aunque me preocupa que después de tantos años todavía no somos propietarios de esas viviendas, pues no tenemos el título que así lo avala. Espero que antes de morir pueda decir que soy el dueño de la casa (Pacho, Periódico Guerrillero, 2013)

Foto 3 - - Quadro pendurado na parede da casa de Pacho, primeiro presidente da CPA República de Chile, com a foto tirada no momento da fundação da CPA, em 06 de outubro de 1973.

Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 4 – Primeiros edifícios construídos na CPA República de Chile

Fernanda Thomaz - 14/01/2015

Foto 5 – Outras moradias da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 6 – Interior de um apartamento da CPA República de Chile –
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Na CPA República de Chile, foram construídos 12 edifícios, com 184 apartamentos no total, mas também há casas no estilo de sobrados. A ausência do título de propriedade da casa, a que Pacho se refere, tem relação com o pagamento do imóvel. O título de propriedade só é entregue pelo Estado após a quitação completa da dívida, situação que dificulta a saída do sócio da CPA. O recebimento do título de propriedade dava a possibilidade de permuta do imóvel, e hoje possibilita a compra e venda do imóvel. Como constatamos em pesquisa de campo muitas vendas de apartamentos nos edifícios da CPA República de Chile, havendo pessoas que moram no povoado da cooperativa, mas não trabalham nela. Com a saída dos sócios da CPA, que chegou a ter mais de 500 cooperados, muitos apartamentos estão sem moradores na República de Chile, enquanto outros já foram vendidos. No relato de Pacho para essa pesquisa, ele também se refere ao problema do título de propriedade dos imóveis:

La CPA entrego de veinte a treinta casas. Los otros edificios fueran hechos por lo Estado. Las primeras casas nos regaló Fidel. Las otras tuvimos que pagar, porque las viviendas salían muy caro. La cooperativa reuniuse en asamblea aí e acordamos que cada un tenía que pagar cento y pico. Yo ya pagué toda la mía, y todavía no recibí el título. No recibí la propiedad (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Foto 7 - Casas ainda não tituladas na CPA República de Chile, não pertencentes aos conjuntos anteriores
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

A denominação da CPA República de Chile foi uma determinação da direção nacional do Partido Comunista de Cuba e da ANAP como homenagem a Salvador Allende, que havia sido assassinado em 11 de setembro de 1973, um mês antes da criação da cooperativa:

Cuando mataran a Salvador Allende fue cuando se creó la cooperativa. Un mes después que se mató Salvador Allende. Entonces la dirección nacional del partido y la ANAP determinaran que sería ese nombre – República de Chile. Mataran él en septiembre y en octubre se creó la cooperativa. Había 16 días que habían matado Salvador Allende. Los nombres de las cooperativas es siempre el nombre de un mártir (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

De acordo com informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales, a CPA República de Chile foi fundada para ser uma grande produtora de tabaco. Foi implantada em uma área considerada estratégica pelo Estado cubano, porque Pinar del Río era sobretudo uma área camponesa no momento do triunfo da Revolução Socialista, em 1959. De acordo com o relato de outro sócio dessa CPA, por ser uma área com grande concentração de camponeses, Pinar del Río era considerada atrasada e problemática. Portanto, caso fosse possível desenvolver uma CPA nessa área, seria possível implantá-la em qualquer outro lugar de Cuba. Para isso foi sendo implantada infraestrutura paulatinamente para possibilitar o funcionamento da cooperativa, como pode ser visto no relato de Pacho:

Aquí hay carretera, escuela, consultorio médico, tienda. Aquí no había nada de eso. Aquí no había nada. Ahora aquí hay de todo. El primer que se creó aquí fue la escuela, después las otras construcciones – la coppelita, la tienda. Hay un almacén de armamento. Ay había armamento guardado con guarda y todo. Todo eso se creó después de la cooperativa. El médico de la familia vino después – ay está. Antes pasaba dos, tres, cuatro días y no había médico, y ahora hay que estar 24 horas aquí. La panadería se creó después de eso, porque no existía. Filtro de agua también. Todo eso fue hecho nuevo. En 6 de octubre pusieran la primera piedra para empezar la construcción del pueblo. En mayo de 1977 entregaran las primeras viviendas – siete años después. Ahora ay hay secundario, primario, pre-escolar (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

Parte da infra-estrutura da CPA República de Chile como a escola, a cafeteria, o consultório médico e a farmácia, pode ser visto nas fotografias a seguir:

Foto 8 – Escola da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 9 – Alunos da escola da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 10 – Cafeteria da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 11 – Consultório Médico da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 12 - Farmácia da CPA República de Chile
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

No início de funcionamento da República de Chile, a cooperativa atraiu grande quantidade de trabalhadores. Ela começou em 1973 com 132 sócios e 14 caballerías de terra (187,88 hectares). Em 1984 chegou a possuir 517 sócios e 230.00 hectares⁴³. Em 1989, contudo, ela já apresentava diminuição do número de sócios, passando a 269, além da diminuição na superfície total, que passou a 193,10 hectares. No momento de realização da presente pesquisa, a CPA República de Chile contava com 74 trabalhadores, dentre os quais 11 mulheres, e uma superfície de 806.14 hectares, distribuídos em 253,81 hectares de superfície não agrícola, 340 hectares ocupados com cultivos temporários, 32,83 hectares com cultivos permanentes, e 179.50 hectares ocupados com criação de gado (fonte: oficina de controle e uso da terra, delegação municipal da agricultura de Vinhales, 2014).

⁴³ Conforme dados do Comitê Estatal de Estadísticas – Dirección de Agropecuario y Silvicultura, 1984.

Tabela 9 - Evolução da República de Chile (1973-2014)

Ano	Quantidade de sócios	Superfície Total (caballerías)	Superfície Total (hectares)
1973	132	14	187,88
1984	517	230	3086,6
1989	269	193,10	2591,4
2014	74	60	805,31

Fonte: Informação oral do Primeiro Presidente da República de Chile; Comitê Estatal de Estadísticas – Dirección de Agropecuario y Silvicultura, 1984 e 1989; Informação recebida em trabalho de campo, em janeiro de 2015.

A diminuição drástica da cooperativa foi explicada por Pacho da seguinte forma:

Llegamos a tener más de 400 personas, un crecimiento grande. Esta es una zona muy secana, fue secando. Quedamos solo con tres caballerías de tabaco. Ahora siembra maíz, tabaco, frijole. Antes no sembrava los cultivos varios. Era la época de las vacas gordas, del campo socialista. La queda del campo socialista perjudicó no solo la cooperativa como todo el país. Estábamos adaptados a un sistema que todo era barato, había comida y había dinero. La gente estaba acostumbrada a comprar. Y ese fue un problema. El Estado regalaba ropas, zapatos, una pila de cosas. Regalaba mucha cosa. Cuando vino el período especial las cosas vinieran distintas. El período especial enseñó a nosotros a caminar distinto. No sabíamos caminar. No estábamos acostumbrados a eso. Estábamos acostumbrados a abundancia, abundancia, abundancia. Donde está allí el taller tenía una pila de petróleo, y nadie cogía el petróleo. Estamos pasando mal. Espero que a partir de 2015 la cosa mejore – la economía del país. Vamos ver (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

A queda do campo socialista foi mencionada em todas as CPAs estudadas como a principal causa da crise das CPAs em Cuba após o ano de 1990. Através do relato de Pacho pode-se ver que na República de Chile havia abundância de tudo, inclusive meios de produção. Não havia sequer a necessidade de produzir alimentos, porque eles provinham em grande parte do campo socialista, sobretudo da ex-URSS, como nos explicou um engenheiro do Ministério da Agricultura de Vinhales. Com a queda desse campo de apoio, parte das terras dessa CPA forçosamente tiveram que ser utilizadas para a produção de alimentos, os chamados cultivos vários: arroz, feijão, malanga, boniato⁴⁴, milho. A área de cultivo de

⁴⁴ Malanga e boniato são alimentos pertencentes ao grupo dos tubérculos.

tabaco foi sendo diminuída, com o cultivo em 2014, de aproximadamente 3 caballerías de terra com esse cultivo (40,26 hectares)⁴⁵.

Segundo o balanço informado pela República de Chile ao Ministério da Agricultura de Vinhales, a meta em 2014 era alcançar a produção de 25 toneladas de tabaco, dos quais foram alcançadas 21,89 toneladas, devido a problemas com a seca, que também afetou a produção dos cultivos vários. Com isso, cumpriu-se 86% da meta do plano de produção. Contudo, a cooperativa conseguiu manter sua rentabilidad, e saldou a dívida com o banco de \$600 mil pesos. Sobre as dificuldades com a produção, Pacho forneceu-nos a seguinte explicação:

Tenemos un problema muy difícil que es el agua. Esa es una zona muy seca. Cuando viene la seca se mata. Aquí hace seis meses que no llueve. Ese fue un año em que tuvimos muchas pierdas. También ás veces no hay petróleo para trabajar. La temperatura ahora también es una dificultad. Tú sembra e precisa agua, y no hay agua. Esas son dificultades muy peligrosas. Y otra es la juventud. Los hijos de los cooperativistas no vinieron trabajar en la CPA. Estudian y se van por ay trabajar para otros lugares – para el turismo. La gente mayores, algunos han vino, pero también son raros. Entonces no hay gente para trabajar (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

Pelo relato acima, de Pacho, observam-se muitas dificuldades de produção. Uma delas é climatológica, pois a República de Chile foi implantada em uma área com pouca disponibilidade hídrica. Acrescenta-se a dificuldade com os meios de produção, até mesmo com a obtenção de combustível para mover os maquinários e tratores necessários à produção. Outro problema apontado é a falta de força de trabalho já que há muitos sócios aposentados, e seus filhos não ficaram para trabalhar na CPA. Efetivamente, no povoado de Vinhales, conhecemos filhos de sócios da CPA República de Chile, trabalhando como frentistas, taxistas, professores, cozinheiros e até um médico que viria no ano de 2015 cumprir missão no Brasil. Sobre quem são os atuais trabalhadores da República de Chile, Pacho deu a seguinte explicação:

Son cooperativistas, campesinos, hijos de campesinos. De la gente que fundó la cooperativa hay una pila de gente muerta. Lo que atendía la producción, el jefe de la producción se murió hace una pila de año. El que

⁴⁵ Informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales, em janeiro de 2015.

atendía el círculo se murió hace 5 años. Una pila de gente muerta. Y otros que están ay y están retirados. Cantidad de gente retirada – hombres y mujeres. Hoy hay 20 mujeres⁴⁶ trabajando en la Chile. Hay otra gente que trabaja con nosotros que está contratado también. Trabaja un período de tiempo en el tabaco, postura y recorriendo tabaco, en torno de 15, 16 trabajadores. La Chile contrata mujeres para recorrer tabaco (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

Além da diminuição da força de trabalho pelo motivo de aposentadoria e morte de cooperados, houve a saída de sócios da República de Chile para a realização de outro tipo de trabalho, como a abertura de restaurante, como constamos na área de pesquisa. Os cooperados que haviam entregado as terras para a formação da CPA e deixaram a cooperativa, perderam o direito à terra e aos outros meios de produção:

La tierra de ellos se aportó a cooperativa. Se había algun problema no podría quedarse con nada. Era patrimonio de la cooperativa. No había derecho, porque firmó un convenio, e eso está en el contrato – es patrimonio de la cooperativa. Esa tierra se torno practicamente estatal. No hay derecho de virar para atrás en esa tierra (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

A comparação da situação atual da República de Chile com a vivida no momento da existência do campo socialista foi relatada por outro cooperado dessa CPA⁴⁷:

Esa fue la primera cooperativa. Se crearan comisiones para ver con los campesinos se se querían unir las tierras. Algunos dijeron que si, otros dijeron que no. Fue así que surgió nuestra cooperativa. Fue formada una cooperativa de tabaco. La producción fundamental es tabaco, pero cuando aquellos empezaran, sembraran 18 caballerías de tabaco. Ahora siembran tres, porque ya en la cooperativa se fueron disminuyendo gente y se la vendió tierras a la agricultura. Pero aquello sembraran 18 caballerías de tabaco y nada para comer. Aquí hubo un tiempo que había como 500 trabajadores. Eran dos camiones, dos carretas. Todas esas tierras – hasta los Palmarito, como quien va para San Vicente, eran de la cooperativa. Anterior solo se sembrava tabaco. Ahora no, hay yuca, boniato, frijole, arroz. Yo siembre lo mío por medio de la cooperativa, porque ya no tiene

⁴⁶ Tanto o número total de sócios, quanto a quantidade de mulheres citados por Pacho divergem dos dados apresentados ao Ministério da Agricultura de Vinholes. Pacho fala em 79 sócios, dentre os quais 20 mulheres. Enquanto que a informação entregue pela própria República de Chile ao Ministério da Agricultura de Vinholes fala em 74 trabalhadores, dentre os quais 11 mulheres. Como não tivemos a permissão da ANAP para realizar a pesquisa, não podemos precisar ao certo o número de trabalhadores da República de Chile, tampouco saber se no número apresentado estão incluídos os trabalhadores temporários.

⁴⁷ Como foi explicado na introdução, os nomes dos cooperados e outras pessoas que colaboraram com a pesquisa só serão citados se houver a certeza de não trazer nenhum tipo de prejuízo a eles.

tierras estables para el arroz – sólo un poquito. Entonces la cooperativa da la tierra a los cooperativistas, y cuando se colle arroz da el arroz a la cooperativa – me entiende, e o frijole también. El frijole que planté da a 20% a la cooperativa – no estoy bien cierta. El arroz a cada cinco sacos se les dá uno (relato de um sócio da República de Chile, em 14 de janeiro de 2015).

Observa-se pelo relato que uma das formas pelas quais a República de Chile consegue manter-se como CPA é repassando terras a camponeses para que produzam e repassem parte dessa produção para a cooperativa. Essa forma de funcionar assemelha-se, na verdade, ao funcionamento de uma Cooperativa de Crédito e Serviços, uma CCS, com as terras sendo cultivadas em parcelas pelos camponeses. Essa forma de funcionar aparece também em outras CPAs estudadas, como a Fidel Rodriguez, como veremos mais adiante. Isso mostra que o modelo da grande propriedade agrícola com o trabalho realizado coletivamente, considerado mais eficiente, mostrou-se insustentável sem o apoio externo e, assim, a pequena produção camponesa vai sendo retomada. A diferença entre um camponês proprietário de terra e um usufrutuário que se integra a uma CCS, é que a parcela de terra que lhe é entregue para cultivo, em regime de usufruto, mediante a Lei 300, não lhe dá direito de propriedade, mas sobre a sua produção. Caso a produção não seja realizada, o usufrutuário perde o direito à parcela.

Nesse quadro de crise de produção, uma questão interessante constatada em trabalho de campo é que na CPA República de Chile, os espaços entre um edifício e outro estão sendo utilizados por atuais trabalhadores e aposentados da CPA para a produção de alimentos (ver Foto 13, Foto 14 e Foto 15).

Em pesquisa de campo foi possível conversar com aposentados da República de Chile, que entregaram as terras para formação da CPA, e estão plantando nos espaços entre um edifício e outro. Eles relataram que desde a criação da CPA buscavam uma área para produzir algum alimento. Com a crise após a queda do campo socialista essa necessidade tornou-se urgente. Nesses espaços criam porcos, galinhas, plantam mandioca e banana para consumo e até mesmo para a comercialização.

Foto 13 – Banana produzida entre os prédios de moradias dos sócios e aposentados da CPA República de Chile.
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 14 – Casinhas construídas entre os prédios de moradia, pelos sócios e aposentados da CPA República de Chile para guardar ferramentas e criar galinhas.
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Foto 15 – Porco criado entre os prédios de moradia da CPA República de Chile, para servir de alimentação e comercialização dos sócios e aposentados da CPA.
Fernanda Thomaz – 14/01/2015

Uma última questão feita a Pacho, que interessa diretamente a essa pesquisa, foi sobre uma possível visita dos dirigentes do Movimento dos Sem Terra à CPA República de Chile, na década de 1980. Como se sabe, as CPAs cubanas são a principal referência do MST para a implantação das CPAs em seus assentamentos. Dirigentes como Stedile afirmam ter viajado à Cuba para conhecer as CPAs (Stedile, 1999). Como a República de Chile foi a primeira CPA fundada em Cuba, haveria a possibilidade ter sido um local visitado pelo MST. A resposta de Pacho, porém, foi negativa:

No, no ha venido nadie del MST aquí. Sé que hay sus cosas, sus negociaciones entre Cuba y Brasil. Pero aquí había una pila de cooperativa. El problema es que esa cooperativa tiene mucha historia en ese país. Fundamentalmente Fidel, esa cooperativa tenía que informar a Fidel casi todos los días como iban los problemas, porque esa cooperativa fue creada por él, y fue la primera del país. Ella fue creada con grandes expectativas. Antes del primer congreso del partido ya tenía que informar a él lo que

estaba pasando – el desarrollo de la cooperativa. Se la gente del Brasil vino, e como Fidel manejaba todo eso, él manejaba la ANAP nacional, tenía que informar a él los problemas (Pacho, entrevista realizada em 14 de janeiro de 2015).

2.6.2 CPA Ruben Lopez⁴⁸

A CPA Ruben Lopez foi formada em 26 de outubro de 1978⁴⁹, e está localizada no Conselho Popular Los Jazmines, pertencente ao município de Vinhales. Um de seus sócios relatou o processo de formação dessa CPA:

Al principio algunos campesinos de la zona comenzaron a construir sus viviendas cerca del lugar donde tenían agua potable y mejor posibilidad de acceso, por estar en zonas intrincadas. El estado les hacen la propuesta que si entregaban su patrimonio se les ayudaría con los servicios básicos, agua, electricidad, salud, escuela y tiendas, todo concentrado en un lugar. Los demás campesinos individuales fueron entregando su patrimonio y construyendo sus casas cerca un del otro, surgiendo así la comunidad llamada los Cayos de San Felipe. Se les hizo una carretera que los enlaza con la principal, es decir, se les mejora las vías de acceso, se les pone transporte público, se les pone la electricidad en aquellos entonces mediante plantas eléctricas. Hoy están enlazados al sistema eléctrico energético del país. Cuando se llegó al número de 31 campesinos, se reunieron todos, aprobaron y firmaron el acta de constitución de la CPA Ruben López, el 26 de octubre de 1978, iniciando con 5 caballerías y 31 socios (Entrevista realizada em novembro de 2014).

Nesse trecho do relato aparecem questões fundamentais. Uma primeira questão diz respeito à quantidade de sócios, ou seja, a disponibilidade de força de trabalho para realizar os trabalhos na CPA. A Ruben Lopez, dentre as outras CPAs do município de Vinhales, sempre foi a que possuiu o menor número de sócios. No início da sua implantação, em 1978,

⁴⁸ Devido à falta de autorização para realizar a pesquisa, para o conhecimento dessa CPA foi feita uma convocação de um cooperado membro da Junta Diretiva para que comparecesse ao Ministério da Agricultura de Vinhales, em novembro de 2014, e relatasse algo da história e das contradições pelas quais passa essa CPA. Como há muitas questões em debate entre os cooperados dessa cooperativa, não vamos identificar o entrevistado para não agravar a tensão entre eles.

⁴⁹ Informação confirmada na Acta de Constituição Original, arquivada no Banco de Vinhales.

contava com 31 sócios para o cultivo de cinco caballerías de terra (67.1 hectares). Em 2014, conta com apenas 11 sócios para cultivar 18,05 caballerías de terra (242,32 hectares), como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 10 - Evolução da CPA Ruben Lopez (1978-2014)

CPA Ruben Lopez	Quantidade de sócios	Superfície Total (Caballerías)	Superfície Total (hectares)
1978	31	5	67,1
1984	38	24.40	327,4
1989	21	20.9	280,4
2014	11	18,05	242,32

Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1984 e 1989, s/n; Registro y control de la tierra de la Delegación Municipal de la Agricultura Viñales, 2013, s/n.

A diminuição do número de sócios ocorreu por saída de alguns e aposentadoria de outros. O pequeno número de força de trabalho gera uma questão fundamental nessa CPA. Um grupo de sócios defende a necessidade de ampliar a diversificação da produção, aumentando o cultivo de alimentos para autoconsumo e comercialização como malanga, boniato, mandioca, além da criação de galinhas, devido aos altos preços dos alimentos em Cuba. Essa ampliação, porém se chocaria com a produção do cultivo fundamental, que é o tabaco. Uma alternativa que vem sendo debatida entre eles é a formação de três grupos de trabalhadores: um grupo se dedicaria ao tabaco; outro aos tubérculos, como malanga e boniato; e o terceiro grupo, à criação de galinhas. Mas como a quantidade de força de trabalho é pequena, é possível que essa alternativa para a produção de alimentos não seja aceita pelos órgãos estatais.

Atualmente, todos os sócios cumprem uma jornada de trabalho que começa às sete da manhã e termina às 18h00, dedicada quase que exclusivamente à produção de tabaco. Outras atividades são realizadas de forma a não comprometer a produção desse cultivo. Diante disso, um grupo questiona o pouco tempo dedicado ao cultivo de alimentos, que só tem sido realizado através de uma carga extra de trabalho, ou seja, após a jornada de trabalho. Segundo esse grupo, ampliar a área destinada à diversificação poderia ser uma alternativa de geração de renda devido aos altos preços dos alimentos em Cuba. Além disso, o tabaco

representa risco de perda de produção, devido a fatores como o clima, e os contratos de venda são realizados exclusivamente com o Estado, que determina o preço de compra.

De acordo com o Ministério da Agricultura de Vinhales, o tabaco é vendido por quintal, ou seja, 100 libras⁵⁰ (48,2 quilos). O preço é pago de acordo com a qualidade do tabaco, mediante uma escala medida no momento da venda. Em 2014, o maior preço pago pelo quintal foi \$1900 pesos cubanos, caindo de 20% em 20% o preço conforme a qualidade do tabaco estipulada em uma escala. Além dos riscos de produção e comercialização, o cultivo de tabaco é realizado mediante empréstimo bancário, pois as CPAs não têm recursos próprios para arcar com essa produção. O grupo de sócios que defende a diversificação agrícola, afirma que por todos esses fatores é mais barato produzir alimento do que tabaco. Esse grupo sofre o questionamento de que o pequeno número de trabalhadores da CPA, ou seja, 11 pessoas, impossibilita a sua divisão, pois pode pôr em risco o cumprimento da meta de produção do tabaco com o Estado. Uma forma apontada para a resolução dessa dificuldade é a contratação de força de trabalho extra, que seria paga pelos dois grupos que não estariam diretamente envolvidos na produção de tabaco, pois a comercialização dos alimentos excedentes poderia gerar a renda para pagar esses trabalhadores.

Esse debate na CPA Ruben Lopez coloca em questão a existência do cultivo fundamental, o tabaco, produzido em maior escala destinado à exportação, e a necessidade da diversificação da produção de alimentos para os próprios sócios da CPA. É uma tensão entre a produção para exportação e a necessidade de geração de divisas econômicas para o país, e a necessidade de produção de alimentos. O debate sobre a diversificação da produção é uma tentativa de flexibilização no interior de uma estrutura que possui no cultivo fundamental a prioridade. Como a CPA precisa responder diretamente aos planos de metas estatais, a diversificação da produção deve ser aprovada pelos órgãos do Estado cubano composto pela ANAP e pelo Ministério da Agricultura.

A alternativa da divisão do trabalho por grupos está sendo buscada na CPA Ruben Lopez para que os sócios não tenham que deixar a cooperativa. Eles afirmam que não há força de trabalho familiar suficiente para trabalharem sozinhos. Além disso, caso saiam da CPA não terão direito a nenhum meio de produção, e teriam que solicitar terra em usufruto, processo que pode demorar. Eles estão buscando uma forma de manter-se na CPA,

⁵⁰ Uma libra equivale a aproximadamente 0.482 kg.

diversificando e flexibilizando a produção para tentar minimizar a própria necessidade de consumo de alimentos.

No ano de 2014, as CPAs do Município de Vinhales foram solicitadas a apresentar ao Ministério da Agricultura um diagnóstico dos seus problemas e um plano de ação visando solucioná-los, com objetivo de atingir o máximo de eficiência produtiva. A CPA Ruben Lopez apresentou as seguintes considerações:

Iniciamos el balance analizando un tema que a nuestra consideración es medular para el desarrollo del trabajo de la organización, nos referimos al desarrollo las reuniones de las Juntas Directivas (J/D) y las Asambleas Generales (A/G). En el periodo que analizamos se comportó en el caso de las J/D se realizó el 100% de las planificadas, lográndose el 100 % de asistencia a las mismas. En el caso de las A/G este indicador se comportó al 90% estando por debajo del porciento que nos comprometimos en la etapa anterior, para lo cual se adoptaron un grupo de acuerdos encaminados a dar tratamiento sobre todo a aquellos que de manera reiterada se ausentan a las asambleas. En este punto es necesario resaltar la responsabilidad que tiene la junta directiva en convocar a los asociados que atienden, garantizar las condiciones de los locales dentro de otros elementos que son necesarios para que los socios se motiven y participen en las asambleas (Informe de balanço da CPA Ruben Lopez, ano de 2014).

Na estrutura de organização das CPAs cubanas, a Junta Diretiva é formada pelos cargos de presidente, vice-presidente, organizador e contador. Além desses cargos chamados de profissionais, há certo número de sócios que participam da Junta Diretiva, que assumem a responsabilidade da gestão, administração e prestação de contas com os cooperados que não participam da Junta Diretiva (Minag, 2013). De acordo com o diagnóstico apresentado, na CPA Ruben Lopez as reuniões da Junta Diretiva estão ocorrendo de maneira satisfatória com a presença de 100% dos seus membros nas reuniões, as quais devem anteceder a Assembleia Geral. Esta, porém, reiteradamente não tem contado com a presença de todos os sócios. Uma medida adotada para minimizar esse problema é a tentativa de não mais marcar assembleias em horários fora do expediente de trabalho, mas aproveitar o momento onde os cooperados já estão reunidos para trabalhar⁵¹.

⁵¹ Essa informação nos foi transmitida durante a entrevista com o cooperado dessa CPA, em novembro de 2014.

Outro ponto informado pelo entrevistado da CPA Ruben Lopez sobre suas dificuldades tem relação com o pequeno número de sócios e a falta de membros que possam atuar como suplentes nos cargos profissionais:

La política de cuadros se ha comportado sin dificultades, pues en la etapa la J/D se ha mantenido con todas las plazas cubiertas, existiendo problemas en las reservas para miembros de la J/D profesionales ya que no con una reserva por cada cargo. Durante la etapa recibimos capacitación mediante el curso para miembros de la J/D el cual estamos en estos momentos en la confección del diagnóstico y la elaboración del plan de prevención de Riesgos para la presentación del mismo ante la asamblea para su aprobación y pasar a la tercera fase, lo cual debe concluir en los próximos meses (Informe de balanço da CPA Ruben Lopez, ano de 2014).

Uma terceira dificuldade apontada foi a ausência de jovens e a presença de poucas mulheres trabalhando na CPA, uma vez que dos 11 trabalhadores, apenas três são mulheres:

Dando cumplimiento al acuerdo 40 y 41 del X Congreso de la ANAP relacionado con el trabajo conjunto con la UJC y la FMC⁵² nuestra cooperativa tiene que crear nuevas fuentes de empleo para poder cumplir con estos acuerdos ya que no contamos con jóvenes en la cooperativa y las mujeres son muy pocas las que están asociadas cuando existe en la zona un potencial enorme para el trabajar e incorporarla a nuestra cooperativa (Informe de balanço da CPA Ruben Lopez, ano de 2014).

A ausência de jovens trabalhando nas CPAs é um problema apontado por todas elas. Os filhos dos sócios estudaram, se profissionalizaram e não permaneceram na CPA. Com isso há enorme dificuldade de reposição de força de trabalho, já que o número de aposentados vai crescendo, sem a correspondência no número de ingressantes. Gera-se uma dúvida sobre a própria continuidade da CPA, pois não está havendo quem possa dar continuidade ao trabalho. Em relação ao número de mulheres trabalhando na CPA, um dos fatores apontados são os baixos salários, indo então as mulheres procurar trabalho em atividades com a fabricação do charuto de tabaco.

⁵² ⁵² UJC é a sigla utilizada para denominar a União de Jovens Comunistas, e FMC é Federação de Mulheres Cubanas.

Com relação aos resultados produtivos em 2014, foram essas as considerações da CPA Ruben Lopez:

En el de la contratación no estamos muy optimista cumplimos bien con las viandas y cítricos, en las producciones que sustituyen importaciones se sobre cumplió en 3 Tn mas que las planificadas, en la etapa hemos presentado problemas en la comercialización del plátano ya que acopio no los reciben, pero en el tabaco, cultivo que nos identifica en la campaña 2013-2014 no pudimos cumplir de un plan de 325 quintales, solo cumplimos el 50%, incidiendo en el incumplimiento los problemas climatológicos, el aprovechamiento de la jornada laborar. No obstante a las dificultades a partir del proceso político desarrollado en junio logramos incorporar 4 ha mas del tabaco (Informe de balanço da CPA Ruben Lopez, ano de 2014).

Os dados apresentados no informe do balanço de 2014 indicam a tensão interna sobre a produção de tabaco em conflito com a diversificação da produção. De qualquer maneira, como já mencionamos, a questão da ampliação da produção de cultivos vários não pode ser resolvida apenas internamente, pois as CPAs são subordinadas ao Ministério da Agricultura e à ANAP, que devem autorizar qualquer mudança. Discutindo essa questão no Ministério da Agricultura em Vinhales, ficou esclarecido que há necessidade de geração de divisas para o país, não se podendo colocar em risco a produção de tabaco.

Para finalizar o informe de balanço de 2014, a CPA Ruben Lopez apresentou os seguintes resultados econômicos:

En los resultados económicos en el año 2014 se realizó una venta de \$455.014 pesos con un gaste de \$437.115 pesos obtuvimos una ganancia en las utilidades de \$14 mil pesos somos rentable desde el año 1992. Nuestra cooperativa hasta la fecha está cumpliendo con los términos de pago al banco sobre los créditos⁵³ (Informe de balanço da CPA Ruben Lopez, ano de 2014).

De acordo com o dado referente às *utilidades*, ou seja, a quantia dividida entre os cooperados de acordo com as horas trabalhadas, após pagas as dívidas, \$14 mil pesos foi o que restou. Considerando que a CPA possui 11 cooperados, se a renda fosse dividida igualmente, seria aproximadamente \$1.200 pesos para cada um. Dividindo essa quantia por

⁵³ Os resultados econômicos referem-se a pesos cubanos.

12 meses, os cooperados receberiam algo em torno de \$100 pesos por mês. Conforme relatam os cooperados, esse salário é insuficiente para garantir suas necessidades básicas, e explica a necessidade de diversificar a produção para produzir mais alimentos. Buscando amenizar seus problemas e melhorar a eficiência, em 2014 a CPA Ruben Lopez apresentou as seguintes medidas adotadas, divididas em três áreas – econômica, produtiva e de direção:

Área Económica. Se logró que la caja se encuentre enrejada, empotrada en el piso y con dos candados y que se ubique en el lugar apropiado para esta. Se logró realizar las actas de responsabilidad por área a cada responsable de los medios en la cooperativa. Se logró confeccionar los sub mayores de cuentas por cobrar y pagar en la entidad y estos por clientes o proveedores. Se logró que la llave del almacén solo la tenga una sola persona. Se perfeccionó en cuanto a la actualización de las tarjetas de estivas y su clasificación de los recursos por tipo. Se logró realizar controles sorpresivos a la hora del despacho de los productos. Se perfeccionó la seguridad permanente del local.

Áreas de producción. Se logró trabajar con los jefes de áreas las normas de consumo de cada producto. Se logró la discusión de la contratación por áreas. Se perfeccionó en cuanto a la realización de las patrullas en lugares estratégicos. Se logró el chequeo de las medidas de higiene en el área de ordeño. Se solucionó el arreglo de la cerca con postes vivos y alambre. Se logró la realización de los conteos y conciliaciones mensuales en el registro pecuario. Se logró la exigencia y control del mantenimiento del carro periódicamente. Se logró organizar, perfeccionar y controlar las labores de servicio de mecanización.

Área de dirección. Se logró el cumplimiento de las funciones de cada uno de los miembros profesionales de la J/D. Se logró la revisión de los reportes, predominas y nominas con su firma. Se logró trabajar en la confección y actualización de los expedientes laborales de los socios (Informe de balanceo de la CPA Ruben Lopez, año de 2014).

Como se vê, a CPA Ruben Lopez está buscando amenizar problemas internos nas áreas de economia, produção e direção. Contudo, seu problema fundamental é a ampliação da área de produção de alimentos, que depende não apenas de uma decisão interna, mas de uma permissão dos órgãos aos quais toda CPA em Cuba está subordinada, a ANAP e o Ministério da Agricultura.

2.6.3 CPA Fidel Rodriguez

Conforme Ata de Constituição Original, a CPA Fidel Rodriguez foi criada em 26 de outubro de 1978, com 34 cooperados e 36.5 caballerías de terra (489,83 hectares). A situação geral da cooperativa até novembro de 2014, foi descrita por um membro da Junta Diretiva:

Nuestra CPA empezó en el año de 1980⁵⁴. Yo no trabajaba aquí. Solo hace cuatro años que estoy, pero soy nascido aquí mismo. Trabajé guataqueando, yo fui obrero. Comenzamos con una buena producción de todo – yuca, boniato, tabaco, frijole, maíz, tomate, ganadería, lechería. Era una CPA poderosa. Hoy se mantiene igual con la misma producción que tenía, solo que con menos gente y menos tierra. Aquí estamos en 13 en la CPA, porque ya se han ido gente a trabajar por otro lado, porque las CPAs se fueran acabando, se fueran uniendo. Pero aquí llegó a tener más de 130 obreros, porque había 59 caballerías de tierra (791,78 hectares). Hoy está en 39 caballerías (523,38 hectares), 23 caballerías están ociosas (308,66 hectares) e las otras de cultivos varios. Yo tengo ganadería, lechería, cultivos varios y tabaco (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Há vários aspectos interessantes nesse relato. Um deles é o contraste entre a situação anterior em que a CPA possuía poder, vários trabalhadores e um volume considerável de produção; com a situação atual de perda de terras, produção e trabalhadores (ver

Tabela 11 - Evolução da CPA Fidel Rodriguez (1978-2014)). Também chama a atenção a existência de 23 caballerías de terras ociosas (308,66 hectares) para uma área total de 40,78 caballerías (547,2 hectares), ou seja, mais da metade da área da CPA Fidel Rodriguez está ociosa⁵⁵.

⁵⁴ Como se vê, há uma discrepância na informação sobre o ano de formação dessa CPA, que consta na Ata de Constituição Original da CPA, arquivada no Banco de Vinhales, e a data informada pelo nosso colaborador. A discrepância pode estar relacionada ao fato dele trabalhar na CPA há apenas quatro anos.

⁵⁵ Como se vê, há uma pequena discrepância em relação à superfície de terra da CPA mencionada pelo presidente durante a entrevista realizada para a presente pesquisa (39 caballerías ou 523,38 hectares) e a superfície declarada ao Ministério da Agricultura (40,78 caballerías ou 547,2 hectares).

Tabela 11 - Evolução da CPA Fidel Rodriguez (1978-2014)

CPA Fidel Rodriguez	Quantidade de sócios	Superfície Total (Caballerías)	Superfície Total (hectares)
1978	34	36.5	489,83
1984	72	100	1342
1989	24	61.40	823,9
2014	13	40,78	547,28

Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1984 e 1989, s/n; Registro y control de la tierra de la Delegación Municipal de la Agricultura Viñales, 2013, s/n.

Uma das razões apresentadas para a crise das CPAs foram os baixos salários pagos aos trabalhadores:

Cuando entré los salarios eran muy chiquitos, y ay tuvimos que buscar otra alternativa, que la gente se va a ir. Entonces quedamos a analizar. Reunimos a todos y decidimos les dar 70% del resultado de la producción. Eso se quedó a mejorar un poco más. Hay lechero que gana \$400, \$500 pesos, porque el salario mío es \$500 pesos mensuales. Entonces el lechero \$250, \$300 a cada quincena. Entonces yo no pongo por hora. Si las 9 de la mañana él está con la vaca, no, él sabe que su producción es vinculada. Se hay producción, hay dinero. Yo tengo un productor que se lo puso independiente por el tabaco dese año él gaño \$2000 pesos, en 4 meses. Él yo vinculé por área, esta área yo se lo di a él, que era loma, era marabú. Él se la fue limpiando y recuperando, y consiguió dar postura de tabaco. Él sembra frijole, boniato, yuca. Vamos estimulando y ellos van creciendo sólo. Anterior pagábase sólo con el anticipo y las utilidades. El anticipo funciona así. Aquí se paga los obreros por hora trabajada. Son 8 horas – son \$8.50. Se podría subir el salario a más, pero hay que ser salario con evolución. No se puede pagar \$500 pesos a un productor y la producción valer menos. Tú tienes que ir pagando conforme la producción. Si hay mucha producción – sube el salario y el obrero va se manteniendo con eso. Ahora el obrero participa con 70% de la producción. Cuando se empezaran la CPA era un salario pequeño. Por ejemplo, vendiste \$500.000, se sacaba el salario por hora trabajada, como está en el reglamento. El reglamento de las CPAs son los mismos. É un libro del Estado. El obrero tuvo 200 horas ese año y yo vendí \$500,000 pesos. Hay que ver el reglamento disciplinar también, se él tuvo ausencia y paga para él. Pero eso ya viene cambiando un poco, porque el mundo va cambiando. Entonces hay que dar otras perspectivas al hombre que está en la tierra (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Os baixos salários, anteriormente \$4.50 pesos o dia, e agora \$8.50, foi um problema fundamental apontado pelos entrevistados das CPAs estudadas. Seus sócios afirmam, contudo, que quando Cuba era membro do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), fundado em 1949 com objetivo de fornecer ajuda mútua aos países socialistas, e extinto em 1991 (Santos, 2006), era possível viver com os baixos salários já que os preços de aquisição de alimentos, roupas e sapatos eram reduzidos. Havia também o auxílio fundamental da *libreta*⁵⁶ de abastecimento, através da qual o Estado Cubano fornecia quase a totalidade de alimentos ao povo cubano, em grande parte proveniente de países do bloco socialista, sobretudo a ex-URSS, a preços baixíssimos⁵⁷. Para se compreender melhor essa situação é fundamental observar o relato de uma senhora cubana, de 75 anos, sobre a importância da libreta de abastecimento para a alimentação do povo cubano e a sua drástica diminuição a partir da queda do campo socialista:

Después que triunfó la revolución teníamos de todo. No había que comprar nada porque había de todo en Cuba. Arroz, frijole, vianda, carne de todo tipo. De todo había. Cuando pasamos al campo socialista, de estos países venía de todo. Para que nos alcanzara de todo se puso la libreta. Por la libreta venía todos los granos, hasta garbanzo, chícharo, lenteja, manteca, aceite, pasta de puré, galletica por alta, dulces por lata, latas de carne, carne de res, pollo, bacalao, caramales, sardina, hasta la escoba, la conchita, los alambritos de fregar, unos tubos que decían campeón, para fregar también venían en la libreta. La carne venía dos veces a la semana. Pescado ni lo mirábamos, de tanto que venía. Todo eso era controlado por la libreta para que todos alcanzara lo mismo. Desde la sal hasta la azúcar era por la libreta. Daban tanto pan que criábamos los cochinos con pan, unos panes grandes así. Después he visto el período especial a acabar. Se rompió el campo socialista e mira como nos quedamos en la libreta. Antes era una libreta de 20 hojas creo que era. Nos mandaba y teníamos que ir dos veces a la bodega, o con un carrito. Nos daban azúcar blanca, harina, arroz para abastecernos. Después nos fuerán rebajando, hasta cuando nos llegamos ahora, que no tenemos casi nada en la libreta. Fue por 1965 que se empezó la libreta. Fuera las tiendas de ropa igual, que era pela libreta, y los zapatos. Había de todo, sábana, colcha, había de todo. La gente decía se iso es comunismo, que venga el comunismo (risos). Se iso es comunismo, hay que matarse por eso (risos). Pagabase por la libreta, pero era muy poquito. La bodega daba por cantidad. Había que pagar pero era poquito. Era mensual, pero sobraba

⁵⁶ A libreta foi criada em 12 de março de 1962, pela Lei 1015. Há uma discussão se sua implantação está relacionada ao princípio comunista de distribuição a cada um de acordo com as suas necessidades, ou se foi uma tentativa do Estado cubano de consolidar a revolução através da distribuição de alimentos (Carcanholo; Nakatani, 2006). Um exemplar da libreta no ano de 2014, está na seção de anexos.

⁵⁷ Conforme explicação do agrônomo Alfredo Monterrey, através do CAME o comércio realizava-se mediante trocas de produtos, açúcar por petróleo, por exemplo, ou mediante dinheiro, com as mercadorias adquiridas a preços bastante baixos. De acordo em ele “era una maravilla de solidaridad”.

de un mes para otro. Ahora en la libreta venía arroz, un poquito así, frijole otro poquito, azúcar y el café. Son los únicos que quedan por la libreta. Y un poquito de aceite. Da para nada. El arroz sí da, pero los demás no da para nada. Arroz viene cinco libras. Frijole no llega a dos libras. Café un paquetico, aquí somos cuatro son cuatro paquetes. Con la libreta teníamos todo seguro. Ahora, las cosas que son liberadas, cuando vienen se acaban rapidísimo. Quien los corre? Quien tiene dinero. Que nosotros no tenemos. Vamos a la tienda y que podemos comprar? Pero quien tiene dinero, viene con un camión ay y puede comprar por la libre. Antes por la libreta alcanzaba todo mundo. Da otra forma no era así. Se hizo el mercado para que la gente pusiera el precio y rebajara las cosas. Vamos suponer que tú llegaba e la yuca estaba a 30 centavos, e tú decía a 30? Entonces yo no la quiero, y otros decían lo mismo. Pero llegaba uno que tenía dinero, aceptaba el precio e ya se rompía las cosas. Para las personas que tenían dinero, no les importaba nada. Llegaban, compraban y rompían todo lo que se hacía para rebajar los precios. Aquí había un mercado grande. Que tú llegaba, llevaba la cartera y compraba. Ese mercado era por la libre. La libreta era para la bodega. En el mercado tú podrías comprar lo que tú quisiera. Eso se acabó aquí como un viento que pasó. Fue como un ciclón que pasó! (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Como pode ser visto pelo belo relato, enquanto Cuba possuía o auxílio do campo soviético havia tal fartura de alimentos adquiridos a preços tão irrisórios que até os porcos podiam ser alimentados com o pão distribuído através da libreta. Na situação atual, porém, em que a libreta foi diminuída só restando arroz, feijão, café, sal, açúcar em quantidade insuficiente para o consumo da família, os cubanos tiveram que passar a comprar o alimento no mercado livre.

Diante dessa situação, uma questão feita ao membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez foi se os trabalhadores ficavam com alguma parte da produção da CPA para autoconsumo:

En una CPA tú tienes un tanto de boniato. Vamos a sacar el boniato. El reglamento era sacar cuatro, cinco sacos de boniato y vender a los obreros a un precio de uno o dos pesos. Eso ya no existe. Para que hacer eso? Eso no cumple objetivo ninguno. Ahora nosotros empezamos a sacar boniato, seleccionalo e llevalo para el mercado. Sacamos diez quintales de boniato. Yo entrego segundo el mercado se vá pidiendo, la demanda. Sacamos ahí diez sacos de boniato y uno se queda para la gente ai. Eso no significa una pérdida de nada, y no sé dice a un obrero que no se pueda llevar boniato para casa. Yo no vendo, lo regalo. No se cobra, tampoco. Para que se vá a cobrar \$2.0 pesos? Dale eso, y se estimula más. La yuca, sacamos 20 quintales de yuca y lo llevaran (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Vê-se que uma pequena parte da produção de alimentos fica para os trabalhadores, mas, de qualquer maneira, a produção deve primeiramente cumprir com o contrato. Os contratos da CPA Fidel Rodriguez também foram mudando para evitar perdas no supermercado:

Nuestro contrato de boniato es con el mercado. El contrato de la leche es con el comercio. El contrato de cultivos varios es con el mercado. Boniato es una cosa que no se contrata en cantidad grande, porque se ve el bonito, pero debajo de la tierra puede estar distinto. Yuca siempre se dá. Este año entregué 20 quintales de boniato. Se contrata boniato y no dá, yo entrego yuca. El contrato es con las viandas. Entonces no hay nada que ver quedarse atrasado, porque se no hay boniato, se paga con yuca. E ya cumple con el contrato. Tomate, yo tengo contrato este año con la industria, que son como 20 o 30 toneladas, es un contrato grande. Hice contrato de mango también con la industria. Es mejor, porque as veces ven el mercado e di no, no me lo traiga tomate, ni mango, porque es conforme la demanda que vá saliendo, vá comprando. Sino es perdida de la producción. Antes se llegaba al mercado y se veía la pérdida de sacos, porque hay producciones muy grandes. Hoy hay boniato e yuca, viandas, para dar comida a la provincia de Pinar del Río. Pero los mercados no se lo podem asimilar (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

É preciso então considerar o problema da remuneração pelo trabalho nas CPAs, já que seria dela que a partir da crise da década de 1990, o sócio deveria sobreviver:

El salario en la CPA es fijo. Si no aumenta la producción, si el salario es \$150 pesos, es \$150 pesos. Ay que haber un volumen muy grande de producción para que se pueda aumentar el salario (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Foi buscando solução para o problema dos baixos salários que nas CPAs passou-se a implantar o pagamento através da *vinculação do homem à área*, ou seja, o pagamento de uma porcentagem atrelada ao resultado final da produção, que vai de 50% a 90%, dependendo do acordo feito entre a CPA e o trabalhador. Para esse cálculo são descontados o pagamento do *anticipo* e os gastos que a CPA teve com o uso de insumos e fertilizantes para essa produção. Mesmo assim, através dessa vinculação cada trabalhador pode receber

uma renda maior do que o pagamento realizado através das horas trabalhadas, como é explicado no trecho a seguir:

Yo vincule el hombre a la área, por eso él recibe 70% del que é producido. Él se siente más estimulado. Cuando tú corre una safra de maíz y tienes el hombre vinculado a esa área en 70%, ese hombre te dio una producción de \$10.000,00 pesos. Ay tú dices – yo estuve pagando tú anticipo de salário de tanto; el gasto de fertilizante que tú utilizó en el maíz fue tanto. Ahora le voy a quitar el salario, el gasto con la producción, el tractor que tú usaste. Las horas que quedaran de los \$50.000.00, se pagan los 70% son tantos pesos. No es simplemente ir pagando el salario por hora, porque el salario no alcanza. Para vivir un obrero como tal, el salario no alcanza. Ese hombre se siente estimulado a seguir sembrando, sembrando. Es la única solución que puede existir hoy para una CPA. No da para vivir de un salario, por eso las CPAs fueran indo todas para abajo, porque la CPA pagaba muy poco. Las CPAs en Cuba pagaba R\$4,50 el día por la norma, pero los precios aquí en Cuba antes con \$4,50 se vivía. Hoy no se vive más. Hoy los precios son más caros, tiene que subir los salarios. El hombre tiene que comer. La Chile (República de Chile) hoy está pagando 50%. Tuvo que hacer así para ir se manteniendo. Yo se no tuviese pondo a 70% ya tenía ido todo mundo embora ya. En el caso de Brasil, ustedes no pueden ir siguiendo lo mismo reglamento. Tiene que pagar de 50% a 70% de la producción terminada. No se puede pagar \$400 pesos, porque no se puede vivir tampoco. Tiene que vincularlos en el área. Vincular en el área es vincular el hombre al resultado final. Yo puedo te pagar conforme el producto que tú vas sembrar, como el maíz, que hoy está muy bueno, frijole también, son productos que dan una pila de pesos, o vincular por área, que es un sistema más evolucionado. Y nosotros estamos sin técnica. Vamos trabajando con buey y mismo así todo mundo tiene salario. Todo mundo come (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em novembro de 2014).

No próximo trecho o membro da Junta Diretiva da CPA explica com mais clareza a diferença entre o pagamento do salário por horas trabalhadas e a vinculação do trabalhador à área na CPA Fidel Rodriguez:

El hombre de cultivos varios es vinculado. El hombre de los porcinos es vinculado. El de los ovinos es vinculado. Ya en el caso del tabaco recorremos todos. Si un día tiene que sembrar tabaco va todo mundo. El montero no tiene nada que ver con eso, es para cercar, chapear, para ver se hay problema en los animales, yo le pago un salario fijo. Yo quería vincularlo, pero no me dejaban vincular, porque el montero no es dueño de los animales, es estatal. La ganadería es del estado. Esa es la única vinculación que no tengo. Yo le pago un salario fijo de \$250 pesos mensuales, y él es lo único que recibe las utilidades del final del año, se tuvir ganancia la CPA. Lo que pasa con la vinculación no es lo mismo que

esperar un año para correr cuatro quilos, do que correr a cada producción a cada cuatro meses. Por ejemplo, a cada tres, cuatro meses voy vender 100 quintales de frijole a mil pesos. Voy ganar \$20.000,00 pesos. Desses \$20.000,00 tuve un gasto de \$5.000,00 pesos. Do que resta le doy 70%, entonces el hombre se siente más estimulado, y él no se va. Es lo que pasa aquí. Es otra mentalidad, porque hace falta dinero para ir viviendo (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em novembro de 2014).

A vinculação do homem à área não exclui o pagamento do *anticipo*, porque há necessidade de que o trabalhador receba o adiantamento em dinheiro para ir sobrevivendo durante o ano. Porém, essa vinculação é uma alternativa melhor de pagamento ao trabalhador, porque não é necessário esperar até o final do ano para realizar-se o pagamento das utilidades, pois é realizado ao término de cada produção. O cálculo dessa forma de pagamento, como explicado pelo membro da Junta Diretiva, é feito com base em vários descontos, como o uso dos meios de produção pertencentes à CPA, mas ainda assim a renda final do trabalhador é maior do que a realizada com base nas horas trabalhadas. Um problema da vinculação do homem à área é não ser possível vincular a todos os trabalhadores, como é o caso do *montero*, porque ele não é dono do gado, mas sim o Estado.

En Cuba todo el ganado vacuno (vacas, toro, buey, añojos, etc, están controladas por estado en el registro pecuario municipal. Pero la producción de leche y carne, si le pertenece a la cooperativa, y el dinero del resultado de las ventas a los socios. Pero los ganaderos, si se vinculan a los resultados finales como lo hacen otras CPA, ejemplo, la Camilo Cienfuegos (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

A vinculação do homem à área não pode ferir os dispositivos jurídicos legais de organização e funcionamento das CPAs, como explica o membro da Junta Diretiva da Fidel Rodriguez:

Reglamento tiene dos o tres variantes ay. El reglamento es un libraqo. Yo para sancionar la gente tengo que usar el reglamento. El reglamento di que tú puedes vincular por área, no entregar la tierra. Las tierras son patrimonio de la CPA. Pero tú puedes contratar por área y contratar los hombres por área, en usufructo. Ese hombre yo tengo sólo aquí. Ojalá que todos pudieran estar trabajando sólo. La perspectiva que tengo en ese momento es entregarlo todo -esto es tuyo, esto es tuyo. Estoy haciendo una CCS dentro

de una CPA, poquito a poco es lo que estoy haciendo. La CPA se puede convertir hoy en una CCS fortalecida. Yo entregó toda la tierra a la agricultura. La gente la solicita y se convierte en una CCS fortalecida, con un presidente igual e un económico. Y queda como una CCS (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Nesse trecho aparece um ponto fundamental de questionamento sobre os limites das CPAs cubanas em geral, e da CPA Fidel Rodriguez, em particular. De acordo com o relato, a continuidade dessa CPA depende da sua transformação em CCS, com a entrega das suas terras em usufruto, já que a CPA Fidel Rodriguez possui hoje mais terras ociosas, 23 caballerías (308,66 hectares) do que terras produtivas, 17,78 caballerías (238,60 hectares). Como os trabalhadores deixaram a CPA pelos baixos salários, a forma de continuar a produzir é entregar toda a terra da CPA em usufruto para tornar a área produtiva, e na prática fazendo-a funcionar como CCS.

Aqui se recoloca o debate sobre a superioridade da grande unidade produtiva em detrimento da pequena produção camponesa. Teoricamente, considerando não só as relações de propriedade, mas as relações de produção, as CPAs foram criadas como forma de superação da lógica da pequena produção camponesa, considerada ineficiente. Contudo, há CPAs cubanas que após terem aplicado esse paradigma estão fazendo o caminho inverso, ou seja, subdividindo as grandes unidades, e reimplantando o trabalho camponês, na pequena unidade de produção.

Em conversas mantidas com funcionários do Ministério da Agricultura de Vinhales e com um presidente de CCS que já foi presidente de CPA, foi consensual que as CCSs são uma forma de cooperação mais rentável e mais viável.

Para mí la mejor forma es CCS, campesino individual, las CCSs son más autónomas. Ahora estamos en la fase de dar tierra en usufructo. Los productores se soman a las CCSs. Hay muchos lugares en que hay CPAs cerca, la asociación del productor es libre, pero los usufructuarios se soman a las CCSs. La CCS contrata directamente la producción con el campesino. En la CCS el campesino es dueño de la producción. La CCS les brinda servicio en la comercialización e se necesita maquinaria, combustible, insecticida, pesticida la CCS se encarga de eso, e cobra un porcentaje mínimo en que todos están de acuerdo. Él no tiene que salir de su finca, de su área de trabajo a buscar nada, porque la CCS se encarga de eso. No tiene que salir a comercializar, a buscar contrato, porque la CCS se encarga de

eso. Y en la realidad, para mí, el modelo de CCS es muy eficiente. Incluso es la forma que más incluye campesinos en el país (Funcionário I do Ministério da Agricultura de Vinhales, entrevista realizada em dezembro de 2014).

La CPA paga un anticipo al sócio. La CPA solicita el crédito al banco para pagar el salario del obrero, pero es un anticipo. Si el resultado final de una cosecha, digamos, de maíz, no rinde en dinero, entonces se queda empeñado, e tú ya gastaste ese dinero. Que pasa, hay que echarle más el todo que tenga para cumplir con el banco. Eso es una parte que no pasa en una CCS. La CCS pide muy poco crédito. Yo le pido al banco \$20.000 pesos, e la tasa de interés a pagar es \$25.000 pesos. Uno está ganando y otro perdiendo. En la CCS se cuida mucho, mucho del crédito. Lo realizan, pero con la producción que ya tienen prácticamente en las manos. Por eso ellos pagan antes al banco, y el le quita la tasa de interés. Pero quien no logre paga antes al banco, el interés sobe, el banco puede hasta embargar se tiene un camión, un tractor. En la Ley 253 está aprobado que se puede embargar un bien. Por eso cuidado con los créditos. Crédito realmente es para una empresa muy grande, que ellos saben que van a pagar. Pero en la agricultura, se no se aplica bien la ciencia e la técnica, las fechas óptimas para los cultivos no va a tener el mismo rendimiento. Una comercialización que te bajó el precio o no conseguiste comercializar esa producción, no fuiste eficiente. As veces utilizamos una cierta cantidad de combustible. Se estás utilizando este medio de transporte sin transportar nada, yá está perdiendo, y vá contra ese crédito. Estoy te poniendo un ejemplo. Para ser eficiente te puedo poner miles de ejemplo (Funcionário II do Ministério da Agricultura de Vinhales, entrevista realizada em dezembro de 2014).

Para se iniciar una CPA ya se inicia endeudado para que ella pueda pagar el salario, los insumos. Y si al final de la cosecha, no tuvir habido producción, la CPA se queda mucho más endeudada. En la CCS el campesino no tiene que comercializar toda su producción, una parte puede quedarse para el e su familia. La CCS es una forma de cooperación en la comercialización, pero lo que venda es tuyo. En la CPA toda la producción es contratada con el Estado, cuando no se cumpla eso contrato se corre un riesgo grave. Hay que cumplir el contrato, a no ser que tenga habido un desastre natural, y que se la gente tiene seguro, se la pagan. Lo demás no. Hay que tener eficiencia. Hay una diversificación de la producción que es ínfima, que es para lo socio tener alguna cosa (Presidente de CCS, entrevista realizada em dezembro de 2014).

Pelos relatos vê-se que as CCS possuem várias vantagens em relação às CPAs. As CCSs não possuem o grau de endividamento das CPAs porque elas são uma forma de cooperação na comercialização, e não na produção. Com isso, a contratação do camponês não é realizada diretamente com o Estado, mas com o presidente da CCS, com base na

capacidade de produção do camponês, o que implica em maior autonomia sobre a natureza da produção e o volume a ser comercializado. Além disso, uma parte da produção é primeiramente retida para o autoconsumo do camponês, garantindo minimamente a satisfação das necessidades da sua família, diferentemente da CPA onde se deve cumprir prioritariamente as metas do Estado

Para o Estado cubano, a criação de uma CCS a partir de uma CPA não coloca em risco seu controle sobre a propriedade da terra, já que a terra é entregue mediante o decreto Lei 300, que regulamenta as terras em usufruto. A solicitação de terras em usufruto pode ser feita para o ingresso em uma CPA ou uma CCS. Há uma diferença, porém. Na CCS, como a cooperação é na comercialização, há maior autonomia do usufrutuário sobre a natureza da produção e o volume comercializado através da cooperativa. Já na CPA, que possui metas de produção com o Estado e um cultivo principal determinado, o grau de autonomia do usufrutuário torna-se menor. Contudo, quer seja CCS, quer seja CPA, se o usufrutuário não cumprir sua meta de produção, perde o direito à terra. No trecho a seguir, é interessante como o membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez compara o funcionamento das CPAS com a entrega da terra em usufruto:

Tierras en usufructo es así. Mañana tú no cumples las metas, no trabajas, no hace nada. Devuelve la tierra, no tiene derecho a la tierra. Igual que la CPA. La CPA es colectivo. Para que tenga alternativa y ella camine, hay que dar 70%. Hay productor que se queda hasta con 90% e 10% por ciento para la CPA. Yo empecé con 70%, porque empecé en una situación crítica. Yo empecé en zero, en nada. Ya la iban a quitar. Empecé por aquí, por allá hablando con el director del tabaco. Hubo una decaída en el año pasado, que ya pagué este año con el tabaco. Perdí con la safra de tabaco, con la safra de frijole por causa de mucha agua. Tuve casi \$23.000 pesos de gastos, de cosas que pedí y no se lo mandaran. Este año recuperé todo y va da para pagar la gente un poquito. Yo recuperé trabajando. La única palabra que lleba una CPA y una cooperativa de campesinos es trabajando. Ayer ya estoy pensando en que mañana voy hacer. Todo se recupera (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Nesse trecho também chama a atenção como o membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez já a pensa como uma CCS, utilizando a expressão “cooperativa de campesinos”, pois quando fala da força de trabalho na CPA, ele a denomina *obreros* ou trabalhadores.

Seguindo na indicação dos fatores que dificultam a produção na CPA, o entrevistado menciona a concentração da terra, com a consequente maior superfície a ser produzida, implicando na necessidade de aplicação de conhecimentos técnicos, introdução de maquinário e implantação de infraestrutura, gerando gastos e custos que as CPAs não conseguem arcar sozinhas:

Esa CPA históricamente ya tuvo mil e pico litros de leche en los tiempos buenos. Se fue perdiendo. A mí nunca me mandarán recurso, nunca me mandaran nada. Todo fue a pecho. Se tuvieron mandado 25 % de recursos los campesinos tenían venido. Lo que tiene es que el ser humano no puede vivir en la vida de mañana. Hay que trabajar y ganar. Hay problema de recurso. Hicimos una casiña organizadita con todo. Hacía falta poner la corriente. La corriente no llega a 50 metros. Fueran nueve gente de Piñar del Río para hacer eso. No apareció ni clave, ni torbinas, ni torre, ni la corriente, ni nada. Entonces lo que hace? Hay que poner al productor un sistema de Riego, vá a poner más rico el campesino. La CPA hoy es colectiva, pero es del Estado. Tú no eres dueño de la CPA, tampoco los obreros. La base productiva es esa. Esa base productiva es directo para el Estado, para el pueblo. Y porque no nos puede dar un sistema de riego para yo lograr de poner la corriente, y de lograr de colher maíz, frijole? Por eso que las CPA se fueran todas abajo, porque la base productiva de la CPA el Estado se la competi. Eso ya fue dicho en la reunión del Partido que yo estuve sobre las cuatro CPAs y la UBPC. Ya vinieran a decirles eso. Tenemos que seguir trabajando, produciendo, pero sabemos que el Estado ya se dio cuenta que del año de 1975 adelante no ha más creado CPA, porque la base productiva se la dejaron de atender. Pero ya era muy tarde. Ya los campesinos que estaban en las CPA, se fueran (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Pelo relato, há um conjunto de questões que precisam ser consideradas para tornar viável o funcionamento de uma CPA. Primeiramente, há necessidade de investimentos estatais, pois as CPAs já possuem um grau de endividamento com o pagamento dos trabalhadores, e não conseguem investir em infraestrutura com recursos próprios. Sem infraestrutura, dada a grande superfície a ser cultivada, essas cooperativas não conseguem produzir. Sem produtividade, os salários ficam em patamares muito baixos, não satisfazendo as necessidades dos sócios, que acabam tendo que deixar a CPA. Sem força de trabalho e infraestrutura, impossibilita-se o cumprimento das metas produtivas atreladas aos planos estatais, podendo levar a CPA a ser considerada ineficiente. Tal situação pode levá-la à dissolução ou fusão com outra CPA ou CCS:

Tú va a producir boniato. Yo tengo que sacar ahora un tanto de boniato o yuca y tiene que ir directo al Estado. No puede desviar. Hay un plan, un contrato. Después que yo cumpro el contrato, y el resto que vendo saco el dinero para los trabajadores, no sobra nada. Pero tiene que cumplir el contrato primero. Otro día estaba en Viñales, había caído la corriente. No había agua, máquina, no había nada, pero tenía que cumplir el contrato. La carne ese año no la quisieran contratar. La leche no cumprí. Los frijoles fueran malos este año, de una tonelada entregué 80%. Tabaco los sembré, los vendí. Vendí semillero e todo, pero no conseguí cumplir. Me llamó el Partido, me llamó la empresa de tabaco, me llamaran todo - “Niño hace falta cumplir el contrato” – entonces traga gente para ca. Me dieran la tierra. Prepararan la tierra. Perdi la primera siembra – 100 canteros. Empecé a dejar los canteros en 16 de enero. El día 5 de marzo tuve que tirar una safra de tabaco. Las personas dijeran – tú estás loco? Pero tengo que tirar una safra si no voy a quebrar aquí. Entonces voy ter que dejar de sembrar tabaco. Hay gastos – yo tenía \$54.000 de gasto ya, con salarios, recursos, insumos. Hubo campesino que no sembró. El tabaquito estaba chiquito. En mayo empezó a cair una chuvita y eché agua con un motorcito, sistema de riego yo no tengo. So tengo manguera y un motorcito chiquito. Tengo un motor nuevo, pero no tengo tubería. Sembré 66.000 mil pes, recorrí y hize \$62.000 pesos. Teníamos cuatro tractores, solo quedaran uno. Entonce el desarrollo de la técnica, para desarrollar una CPA aquí no vai. Aquí la técnica vai mala (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Além das dificuldades de produção, nesse trecho da entrevista aparece a diferença entre a CPA e a produção camponesa na CCS. Nela, por mais que haja obrigação de produzir, há maior autonomia na escolha dos cultivos e volume da produção comercializado, do que um sócio de CPA, que possui metas a cumprir com o Estado, como já mencionamos. Desse modo, mesmo que as condições não sejam ideais, é necessário recorrer a todo tipo de artifício para que haja produção, como aconteceu nessa situação com a produção de tabaco.

Com todos esses problemas, para se manter em funcionamento, a CPA Fidel Rodriguez está entregando de terras em usufruto, sobretudo as ociosas ou infestadas por marabú:

El objetivo de nosotros es tabaco – el cultivo fundamental. Ahora llegamos a casi una caballería de tabaco, porque se nos asoció dos usufructuarios. Otra forma de ganar tierra son los usufructuarios. Los campesinos se pueden asociar a la CPA. Ella les da recurso, los campesinos van sembrar una cantidad de producción y tiene que venderte toda esa producción pela CPA. Tú le paga a él por la producción de él y él le da una porcentaje nada

más. Aquí es 2% por la venta de la producción de él. Eso va a la cuenta tuya de la CPA. Tú rebaja a él el combustible que le diste para la preparación de la tierra. Las semillas que no tuvo que comprárselas. Si la CPA se lo pone todo, es menos gasto para él. Por la parte del campesino el tiene que vender toda la producción para la CPA. Eso desarrolla la CPA y la cuenta se va asumiendo junto con el campesino. El campesino vendió 100 quintales de maíz, esa producción vino para la CPA. De esa venta tuvo tanto de gasto y después de eso, de esa venta viene a la CPA 2%. Eso es para fortalecer la CPA, es dinero. Es posible tener una cuenta en el banco e seguir trabajando. Eso es buenísimo. Ya ese campesino no tiene que vender a un capitalista. Como los demás campesinos ven que se paga, se va somando más campesinos. Este año somos cuatro. Tenemos un productor de vino ahora. La CPA que nunca vendió vino, ahora va vender. Yo cobro de ese hombre que va vender vino por aquí, porque hay un contrato firmado, no puede ser por palabras, hay que ser un contrato oficial. Tú me vas a vender a mi \$2.000 pesos de vino, en 2015. De eso aquí se queda 2% (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Como ocorre em outras CPAs, o parcelamento das terras da cooperativa e sua entrega em regime de usufruto é uma das principais soluções encontradas para a continuidade da cooperativa. Com isso, a CPA passa a agir mais como uma CCS do que como uma CPA, e no caso da Fidel Rodriguez, o desejo é entregar toda a terra em usufruto para torná-la de vez uma CCS, como já mencionamos.

Uma última questão feita para o membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez foi sobre as razões para a diminuição do número de CPAs do município de Vinhales, de seis para quatro:

Había una que era la Santos Cruz y la unieran con la Camilo Cienfuegos. Lo que se pasa con las CPAs? Se les dejen de las atender. El hijo del campesino estudió y se fue para turismo, para ser maestro. Para quien se quedó, se olvidaron los recursos. El Estado se olvidó los recursos. Aquí había ciento e pico de fundadores. Aquí, fundador no hay ninguno. Unos están muertos, otros están muy viejos. Se fueran quitando tierra de las CPAs y pasando a usufruto. Se quedó sólo unas tierras abajo e otras arriba. Pero esa CPA que yo tengo fue la millonaria del municipio de Viñales. Hoy se puede sembrar arroz, frijol, maíz y la puede sembrar tomate, boniato, yuca. Se puede ir cambiando la tierra, diversificando los cultivos. No había técnica, no había desarrollo. Las personas empezaron a se decepcionar. Yo entré en la CPA en 2010. A mí me traigo un descontento, una decepción cuando entré. Empecé por aquí, por allá y fui vendo lo que ya pasando. Lembraba del tiempo en que la CPA tenía poder. Llega un momento que pienso: que hago aquí? Sigo con la tierra porque soy caprichoso (Membro

da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Como pode ser visto sobre as dificuldades enfrentadas pelas CPAs, o membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez corrobora com os motivos apresentados pelos membros das outras CPAs, entre eles, a necessidade de investimentos do Estado para a implantação e funcionamento de infraestrutura que possibilite a produção; a escassez da força de trabalho devido a saída, morte e aposentadoria de antigos sócios; e a não reposição da força de trabalho jovem. Sem força de trabalho, emprego de técnica e maquinário, as terras foram ficando ociosas. A solução está sendo parcelar a terra da CPA, e entregá-la para que usufrutários possam colocá-la para produzir.

2.6.4 CPA Camilo Cienfuegos

A CPA Camilo Cienfuegos está localizada no conselho popular de Plajuelas, limitando-se ao norte com a costa litorânea, ao sul com a UEB Forestal, a leste com a CCS Ernesto Castillo e parte da CCS Fructuoso Rodriguez, e a oeste com a CCS Jose Marti⁵⁸. Conforme Acta de Constituição Original, essa CPA foi constituída em 27 de março de 1980, com seis caballerías de terra (80,52 hectares) - Ver fotos a seguir: Frente da Oficina de Direção da CPA Camilo Cienfuegos e Interior da Oficina.

⁵⁸ Informação redigida pela Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos no *Trabajo Práctico del Curso para Miembros Profesionales de la Junta Directiva de CCS y CPA*, entregue ao Ministério da Agricultura de Vinhales, 2014.

Foto 16 – À esquerda, oficina de Direção da CPA Camilo Cienfuegos; à direita, casa de um membro da CPA.
Alfredo Monterrey Diaz – 10/01/2015

Foto 17 – Interior da Oficina de Direção da CPA Camilo Cienfuegos.
Alfredo Monterrey Diaz – 10/01/2015

A atual Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos é formada por ex-membros da CPA Santos Cruz, antigamente pertencente ao município de Vinhales, e dissolvida no ano de 1990 por apresentar resultados considerados ineficientes em relação à produção de tabaco. Sobre a história da formação da CPA Camilo Cienfuegos foi feito o seguinte relato:

En el inicio trabajaba aquí el campesino que entrego la tierra, la mujer, y se había hijo también entró. Aquí casi toda la familia trabajaba. Aquí había como 60 y pico personas, y 25 mujeres. Mira, hoy somos 24, los hijos fueran estudiar. Hay uno que estudió farmacia, el otro estudió investigador criminalística, y se fueran a trabajar. Otro son técnico en ingeniería. Y así están todos. Los socios que se quedaron en esa CPA están con 40 años adelante. Va haber un tiempo ay que vamos todos a la jubilación. No hay un joven trabajando. Después que comenzó los estudios, todos los niños tenían que ir a estudiar. Antes no. Un no iba a estudiar e no pasaba nada. Pero ahora sí, hay que estudiar (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Como ocorre nas outras três CPAs estudadas, também na CPA Camilo Cienfuegos aparece o problema da reposição da força de trabalho na CPA. Há sócios aposentados, seus filhos se profissionalizaram e não assumiram o trabalho na CPA. Com isso já há a preocupação sobre quem vai levar adiante o trabalho na CPA, pois como se vê no relato, os sócios que estão hoje trabalhando já possuem mais de 40 anos.

Os sócios que estão aposentados recebem um salário pago pelo Estado de \$200 pesos mensais, considerado insuficiente para a sua sobrevivência. Como forma de auxiliá-los, como está no regulamento geral das CPAs, sempre que houver produção para dividir, como carne, verduras, legumes, feijão, deve haver repartição igual entre os atuais trabalhadores e os aposentados, pois esses possuem os mesmos direitos dos sócios na ativa:

La CPA da 5% del aporte para la seguridad social, por cima de todas las ventas. Cuando el socio llega a la jubilación, la CPA le hace todo el trámite de la jubilación e pasa al municipio. El Estado se les paga. Un jubilado cobra \$200 pesos, \$200 y pico, segundo el acumuló en los años de trabajo. De la CPA, lo mismo que recibimos nosotros, reciben ellos. Se repartimos carne para nosotros, repartimos carne para él, viandas, porco, frijol. No podemos dejarlos, que ya son viejitos y derán su aporte todo para la cooperativa, para la CPA (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015),

No diagnóstico apresentado ao Ministério da Agricultura de Vinhales, em 2014, a Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos caracterizou a cooperativa da seguinte maneira:

Nuestra cooperativa cuenta con un área total de 877.83 ha, con una área cultivable para cultivos varios de 35.7 ha. Actividad fundamental es ganadería con 167 cabezas de ganado, un rebaño de ganado ovino con 57 cabezas, y un futuro se va a crear un modulo pecuario para la producción de carne de conejo y huevos. Con un plan de producción total de 13.000 litros de leche al año. Con un área forestal de 191.6 ha, con una producción de carne vacuno de 5.0 tn, ovino – 0.3 tn, arroz – 3.0 tn, frijol 1.0 tn, y maíz 3.0 tn. Cuenta con un total de 26 socios, dentre os quais 3 mujeres, e 4 militantes del partido. Una junta directiva integrada por 7 miembros, de ellos 4 profesionales (CPA Camilo Cienfuegos, Trabajo Práctico del Curso para Miembros Profesionales de la Junta Directiva de CCS y CPA, 2014)

Em relação à superfície, A CPA Camilo Cienfuegos foi uma das maiores do município de Vinhales, chegando a possuir o dobro de área que possui hoje, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 12 - Evolução da CPA Camilo Cienfuegos (1980-2014)

CPA Camilo Cienfuegos	Quantidade de sócios	Superfície Total (Caballerías)	Superfície Total (hectares)
1980	—	6	80.52
1984	109	119	1596.98
1989	37	57.20	767.62
2014	24	65.4	877.83

Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1984 e 1989; Registro y control de la tierra de la Delegación Municipal de la Agricultura Viñales, 2014.

Pela observação da tabela vê-se que apesar da significativa diminuição de área que a CPA sofreu de 1984 para 1989, houve aumento em aproximadamente 100 hectares de 1989 para 2014. Esse aumento se deve à fusão com a CPA Santos Cruz, que em 1989, um ano antes de ser dissolvida, possuía 69 sócios e 23.80 caballerías de terra (319.3 hectares)⁵⁹. Por isso, a Junta Diretiva considera que a CPA Camilo Cienfuegos perdeu área própria ao invés

⁵⁹ Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1989.

de ganhar, assim como perdeu em número de sócios, já que se somasse todas as terras de uma CPA com a da outra, a sua superfície seria bem maior.

Em relação aos aspectos atuais da organização da jornada de trabalho na CPA Camilo Cienfuegos foi feito o seguinte relato:

Aquí el horario era de las 8h00 a las 17h30. Cuando la hora cambiaba, cambiábamos también. La disciplina laboral era sagrada. Nosotros teníamos que nos reunir una vez por semana, todo mundo, y ay se distribuía por área. El horario era sagrado, cumplido. Ahora, no. (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015)

A mudança da maneira como se encara a jornada de trabalho possui relação com a mudança do pagamento dos trabalhadores. Assim como nas outras CPAs estudadas, na Camilo Cienfuegos foi implantado o pagamento pela vinculação do homem à área devido aos baixíssimos salários pagos através do pagamento pelas horas trabalhadas:

Cuando empezó esa CPA yo tenía 15 años. Yo empecé a trabajar aquí cuando se ganaba \$3 pesos al día. Vivíamos, porque antes no era esa cosa de comprar ropa, nada. Teníamos mente sana. Hoy no, es celular, computadora, un batón de \$25 dólares. Antes no. Los trabajadores están vinculados. Ellos cobran en el final. Yo les presto mensualmente un salario por hora trabajada, de \$300 pesos, \$300 y pico, porque la gente está vinculada. Ellos dicen a mí, págame \$225 pesos. Como ellos están vinculados, tratan de producir más. Cuando ellos venden sus producciones, yo les rebajo el gasto y el otro les pago a ellos. Ellos cobran \$1.000 pesos, \$5.000 pesos. Se quedan utilidades ellos vuelven a cobrar. Cobran tres veces. Cobran el salario, la vinculación y se quedan utilidades, vuelven a cobrar (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Quando há um problema, como a seca do ano de 2013, e a CPA não consegue cumprir o contrato, elas sofrem penalidades, como pode ser visto no trecho a seguir:

Se no cumplimos el contrato sufrimos penalización. Nosotros tenemos que pagar penalización a ellos. A la industria con quién hicimos el contrato es una penalización por la cantidad de litros. Se tengo que entregar a ellos 5.000 litros al mes, se entregué 4.000 litros, los otros 1.000 que faltan tengo que pagar a ellos a un precio. A nosotros se pasó solo una vez (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Atualmente, a atividade fundamental da CPA Camilo Cienfuegos é a produção de gado para leite e carne, obtendo um resultado reconhecido em 2014 (ver Foto 18). Além da criação de gado, essa CPA produz tabaco, grãos, feijão, tubérculos, hortaliças e venda de madeira. Os resultados econômicos obtidos com a produção, em 2014, foram os seguintes:

Leche - \$22.793.60

Carne – \$25.332,17

Granos – \$16.385,60

Area Forestal – \$83.109,40 (venda de madeira)

Viandas y hortalizas – \$48.278.87

Con un total de ingresos de \$195.899.64 y un costo por peso de \$0.85.

(CPA Camilo Cienfuegos, Trabajo Práctico del Curso para Miembros Profesionales de la Junta Directiva de CCS y CPA, 2014)

Foto 18 – Título de Reconhecimento da Produção de Gado dado à CPA Camilo Cienfuegos no ano de 2014. Alfredo Monterrey Diaz – 10/01/2015

Como a CPA não informou o gasto com despesas, não foi possível realizar um balanço real das *utilidades* que ficaram para os sócios da cooperativa, no ano de 2014. Porém, no trecho a seguir observa-se que ela tem sofrido dificuldades com a produção:

Cuando empezamos teníamos mucha producción. Ahora todavía queda poquito. Teníamos 14 caballerías de tabaco - el cultivo fundamental era ese. El año pasado no quedó utilidades de los frijoles. Nada. Antes la agricultura estaba mejor. El frijol se produjo por gusto ay. Frijol tenemos sembrado 1 hectárea, pero pasamos seca. El frijol no puede pasar seca. El plan de carne cumplimos todos los años (Membro da Junta Diretiva, entrevista realizada em janeiro de 2015).

No diagnóstico dos problemas apresentado ao Ministério da Agricultura em 2014, a Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos apontou um conjunto de problemas relacionados à direção, à produção, ao uso de transporte e maquinário, e ao uso e propriedade da terra na cooperativa. Com relação à direção foi apontada a dificuldade dos membros da Junta Diretiva em executar suas próprias funções. Por fim, a Junta Diretiva da CPA aponta a necessidade de reavaliar os resultados econômicos, com base no balanço econômico mensal entre os ingressos e os gastos da cooperativa. A seguir está o diagnóstico completo da CPA Camilo Cienfuegos para o ano de 2014⁶⁰:

⁶⁰ A CPA Camilo Cienfuegos e a CPA Ruben Lopez foram as únicas do Município de Vinhales que apresentaram o diagnóstico completo ao Ministério da Agricultura. O informe da CPA Ruben Lopez foi elaborado com um formato diferente comparado ao da Camilo Cienfuegos, por isso não foi apresentado como o dessa cooperativa, mas incorporado ao texto como citação.

ÁREAS CLAVES	RIESGOS	ACCIONES	FECHA DE CUMPLIMIENTO	RESPONSABLES	CONTROL
Dirección.	Funciones de los miembros	Tenemos dificultades en el desarrollo del cumplimiento de las funciones.	Abril de 2015	Presidente	Junta Directiva
Fincas Ganaderas	- Hurto y sacrificio de ganado mayor y menor;	A) Ejecución rigurosa del programa mensual de conteo al 100% de la masa y análisis de sus resultados en la junta cuando existan alteraciones;	Todos los meses	Presidente	Comision de Control y JD.
	- Cambios ilegales de animales;	B) Comprobar al Estado de marcas al fuego y por chapilla del ganado mayor y las marcas al menor;	Julio Febrero Diciembre	Presidente	JD
	- Desvíos de medicamentos	C) Hacer controles sorpresivos al punto de venta de animales comprobando sus identificaciones y el pesaje;	Siempre que se produzcan venta de animales;	Presidente	JD
		D) Realizar verificaciones al uso de los medicamentos recibidos;	Todos los meses	Tecnico	Presidente
		E)Organizar operativos o recorridos de comprobación en las fincas ganaderas el estado físico del ganado, cerca y pastos;	Trimestral	Presidente	JD

ÁREAS CLAVES.	RIESGOS	ACCIONES	FECHA DE CUMPLIMIENTO	RESPONSABLES	CONTROL
Micro-ordeño	Desvio y robo de leche; Alteraciones de la leche	Hacer controles sorpresivos en el horario de ordeño para verificar: rutina de ordeño, producción;	2 veces al mes;	Presidente	Junta Directiva
		Hacer comprobaciones a la realidad e higiene el el deposito y traslado de la leche y su destino;	Abril Agosto Octubre Diciembre	Presidente	Junta Directiva
Cultivos Vários	Fraude en las informaciones; Pérdida de cultivos por violaciones en los ciclos de sembra y selección de semilla; Incumplimiento de los contratos;	Alteraciones culturales; Comprobar físicamente las sembras, cosecha y producción y sus conciliación en las informaciones estadísticas; Preparación de la tierra y control de la cosecha y producción; Evaluar mensualmente al destino de la producción agrícola con respecto a la contratación, venta a trabajadores y otros destinos	Mensual	Presidente	Vice-Presidente

ÁREAS CLAVES.	RIESGOS	ACCIONES	FECHA DE CUMPLIMIENTO	RESPONSABLES	CONTROLA.
Áreas Forestal	- Tala ilegal de madeira; - Caza ilegal;	Hacer operativos conjunto con los guardaforestales para comprobar : o estado de los bosques; posible presencia de plantas prohibidas;	Sep. y Nov.	Presidente	Comisión designada por la junta;
Uso y tenencia de la tierra	Siembra y cosecha de plantas prohibidas;	Hacer verificaciones físicas al uso que se le de a la tierra que dispone la CPA;	Mayo y dec.	Presidente	Comisión designada por la junta;
	Uso de la tierra en actividades ajenas al objeto social;	Lograr la revisión ocular del 100% de las fincas en búsqueda de plantas prohibidas;	Julio, Sep., Nov.	Presidente	
	Poseción ilegal de tierra;	Desarrollar operativos que garanticen la aplicación del SYERC sobre todo en las areas costeras con que cuenta la CPA;	Agosto y dec.	Presidente	JD
Transporte y Maquinaria	Desvio en el uso del transporte y la maquinaria;	Hacer comprobaciones en las areas de parques del transporte y la maquinaria;	Trimestral	Presidente	Comisión designada por la junta;
	Desvio de combustible;	Entrega del combustible por índice de consumo por equipo y actividad a realizar;	Mensual	Presidente	JD
		Hacer prueba de índice de consumo;	Anual	Presidente	JD

ÁREAS CLAVES	RIESGOS	ACCIONES	RESPONSABLES	CONTROLA
Almocen Área de Economica	Extracción ilegal de productos; Violación del subsistema de almocen (fatura, tarjeta de entrada y saída de produtos);	Comprobar el listado de la firma autorizada;	Presidente	JD
		Tener autorizos de las personas con acceso al almocen;	Presidente	JD
		Hacer los inventarios;	Presidente	JD
		Hacer conteio físico a 10% de los productos como mínimo;	Presidente	JD
	Resultados económicos son la base, no los objetivos	Establecer los balances financieros con prioridad mensual;	Económica	JD
	Deficiente Control Interno	Depuración y comprobación de los medios básicos utilizados y herramientas;	Económica	Control y fiscalización
		Rendición de cuenta de área de economía a la junta directiva sobre la aplicación de lo sistema de contabilidade en la CPA;	Económica	Presidente
		Realizar verificaciones al efectivo en caja;	Económica	Presidente
		Analizar en la junta y asamblea los resultados económicos de cada mes – gastos e ingresos	Económica	Presidente

2.6.4.1 CPA Santos Cruz⁶¹

A CPA Santos Cruz foi criada em 1982 e desativada em 1990, ficando parte de suas terras com a CCS Marina Azcui, e parte com a CPA Camilo Cienfuegos. Em 1989, um ano antes de sua desativação, ela possuía 69 sócios, e uma superfície total de 23.80 caballerías (319.3 hectares)⁶².

É fundamental conhecer a história dessa CPA, pois alguns dos filhos de seus fundadores são hoje membros da Junta Diretiva da CPA Camilo Cienfuegos. Sobre a formação e o início da CPA Santos Cruz foi feito o seguinte relato:

Muchos campesinos aportaran tierra para esa CPA. Esa CPA se creó en 1982. Aquí se creó la CPA para agrupar todos los campesinos como un medio de vida. Esa CPA fue creada aquí, pero muchos campesinos no querían venir para cá. La CPA nos dio el material para construir las casas. Los carros traían el material aquí. El banco nos aprobaba un crédito para hacer la casa, y después teníamos que pagar al banco. Esa CPA era la Santos Cruz. Tuvimos que nos unificar con la Camilo Cienfuegos (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Por informação coletada em pesquisa de campo, em janeiro de 2015, foi relatada resistência por parte dos camponeses à respeito do local de construção do *pueblo*, o que no Brasil chamamos agrovila, ou seja, o lugar onde estão concentradas as moradias dos cooperados e a infraestrutura da CPA. Atualmente, esse *pueblo* pertence à CPA Camilo Cienfuegos, nele morando a Junta Diretiva dessa CPA e alguns outros cooperados.

Pelo relato percebe-se que houve divergência sobre o local de criação da agrovila, mas o material de construção das casas já era levado para o local pré-determinado pelo Estado. Vê-se também que as moradias foram construídas com o dinheiro dos cooperados, mediante empréstimo bancário. Sobre a necessidade de contratação de crédito bancário foi feita uma forte crítica por parte dos cooperados das CPAs, pois uma cooperativa desse tipo para começar a funcionar necessita endividar-se e endividar seus sócios antes mesmo de ter realizado a primeira produção e saber se terá como pagar a dívida, como já foi relatado nas outras CPAs estudadas.

⁶¹ Como a CPA Santos Cruz foi desintegrada no ano de 1990 não conseguimos saber onde ficava a sua localização, e por isso a não apontamos no mapa de localização das CPAs.

⁶² Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1989.

Foto 19 – *Pueblo* (agrovila) originalmente construído pelos membros da CPA Santos Cruz, e atualmente pertencente à CPA Camilo Cienfuegos.
Fernanda Thomaz – 10/01/2015

Foto 20 – Outra vista do *Pueblo*.
Fernanda Thomaz – 10/01/2015

Na CPA Santos Cruz, assim como ocorreu nas outras CPAs, quando um camponês proprietário de terras ingressava na cooperativa, recebia um pagamento em dinheiro correspondente à quantidade de terras e dos outros meios de produção entregues para a CPA. O objetivo era equiparar a todos os sócios para que as *utilidades* pudessem ser distribuídas de acordo com as horas trabalhadas ao final do ano:

El campesino que aportaba más, se le pagaba más. Por la entrega tuvo un valor, si tenía una casa de tabaco u otra cosa. Los obreros de la CPA recibían dinero cuando se encerraba el año, hacía el balance. De las utilidades que tenía se les pagaba 1% a ellos. A cada uno se le entregaba conforme tenía aportado. A mí \$10.000 pesos, a ti \$5.000, al otro \$3.000. Encerraba la ganancia del año, quedaba \$10.000 pesos, de estos se sacaba un tanto para los obreros. Era hecho un coeficiente (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Para a fundação dessa CPA, além de camponeses proprietários de terra, também houve ingresso de proletários que vinham apenas com a sua força de trabalho. É a família de um desses proletários que hoje dirige a CPA Camilo Cienfuegos:

Cuando llegué en la región, me pusieran a trabajar. Yo era obrero, y supo que iban a crear una CPA. Entonces yo me presenté como voluntario. Llegué aquí, trabajé aquí y me retiré aquí. Yo fue uno de los constructores de las casas de la CPA. Prácticamente, todo lo que hay ay fue yo que hizo. 80% de las casas. Yo era carpintero de la casa de tabaco. Yo entré como obrero y en los últimos tiempos quedeme como jefe de producción. Aquí en el municipio primero se creó la CPA República de Chile. Después fue la Fidel Rodríguez, la Santos Cruz, la Camilo Cienfuegos, la Carlos San Felipe⁶³ e después la Ruben Lopez. Aquí los campesinos vivían apartados. La CPA era para unir. Hoy quedan pocos socios aquí. Muchos salieran. De aquellos que fundaran la CPA están ay, pero los hijos no se quedaran. Mis hijos están en la CPA. Aquí todo es familia. Cuando empezó la CPA, mis hijos podrían trabajar ayudando en cositas, buscando una yuca. Pero había mucho trabajo que ellos no podrían hacerlo. Pero había mucha cosita que hacer. La CPA creaba carnero, caballo. Había mucho trabajo que la familia cooperaba. La cooperativa era toda familia. Venía parentes (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

A CPA Santos Cruz chegou a atrair vários trabalhadores, e obteve um volume de produção de alimentos importante:

Aquí se daba las cosas. No se las daba, tenía que trabajar. De aquí salía camiones y camiones de producción. Había de todo. Después las CPAs fueran pasando por problemas, y se llegó a esta situación. Aquí se

⁶³ Na bibliografia não encontramos nenhum dado qualitativo sobre essa CPA.

producía mucho alimento. Todo el alimento que había en el municipio aquí se producía una parte. Las viandas se repartían a cada tres o cuatro semanas se repartía. Frijoles nosotros no comprábamos. Aquí hacíamos la cosecha de tabaco, había tomate, pepino, era espantoso. Comparado con antes, hoy no hay producción. Había tanta producción que salía dos camiones carregados de aquí. Yo salía de camión aquí e iba distribuyendo en toda Puerto Esperanza. Nosotros vendíamos calabaza a \$4, \$5 pesos. Nosotros regalábamos calabaza. *Una calabaza valia \$4 pesos, ese era el mí salario por día. Pero yo podría comer. Ahora no.* Aquí era una CPA grande. Llegaba a 100 caballerías de tierra. Aquí 60% eran campesinos. Después fue disminuyendo, ha venido la ley nueva. Los usufructuários que solicitasen tierra tenían que entrar en la CCS obligado, no podría ingresar en la CPA. Aquí daba producción de yuca, frijole, después se pasó a tabaco porque la cultura de tabaco se tenía que cumplir obligado. La CPA Santos Cruz se fundió con la Camilo Cienfuegos y predomina la Camilo Cienfuegos. Se extingue la Santos Cruz y parte de las tierras pasan a la CCS, en tierras en usufructo. El cultivo principal pasa a ser de la Camilo Cienfuegos (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Nesse trecho há questões fundamentais sobre a perspectiva de produção do Estado Cubano, e a perspectiva dos sócios das CPAs. A Santos Cruz produzia um volume de alimento considerável, que supria parte das necessidades dos seus sócios, como o feijão, e podia até ser comercializado na região de Vinhales, onde a CPA se localizava. Porém, o cultivo fundamental determinado pelo Estado era tabaco, havendo a obrigatoriedade de cumprir a meta estatal. Para o sócio da CPA a prioridade, no entanto, era a produção de alimentos, e para o Estado era a produção de tabaco que iria gerar divisas para o país. Em outro trecho da entrevista, o antigo sócio da CPA Santos Cruz refere-se novamente ao volume de produção de alimentos produzido pela CPA e sua importância para a alimentação da família dos cooperados:

Ahora yo estoy retirado, pero cuando reparten alguna cosa me dan también. Todos años me dan cinco libras de carne (2.41kg). Se hay más, más, se hay menos, menos. Cinco libras de carne quier decir \$25 pesos. Sólo una libra de carne vale \$24 pesos para los non socios. Y para un socio vale \$25. Las viandas se sembrava y se repartia a 3 libras, 4 libras o 5 libras, como se quería. Se quería boniato, se sacaba boniato. Se quería yuca, se sacaba yuca. No tenía arroz, aquí tenía, y se lo sacaba, y barato. *Había el resultado para la alimentación de la familia.* Se vendía pero era un regalo. Un saco de arroz de una libra era \$10 pesos. Ya pagando al mes. Se no pudiera pagar en un mes se pagaba en otro. Hoy con lo que queda se hace asín, pero es más ganadería. Son uns cuatro, cinco que siembran uns frijolitos, pero ahora es ganadería. Es otra cosa ya. Ahora es ganado. Se siembra otra cosa ay que poner cerca (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Para o entrevistado da CPA, a alimentação da família deveria ser o objetivo fundamental da CPA, mas como o cultivo fundamental era o tabaco e a CPA não apresentou resultados satisfatórios nesse cultivo, foi considerada ineficiente pelo Estado, e dissolvida.

A produção de alimentos foi o principal tema referido por esse nosso entrevistado. Hoje ela está aposentado da CPA, recebendo mensalmente \$200 pesos. Só sobrevive graças à produção de alimentos que seus filhos estão realizando na CPA Camilo Cienfuegos:

Nosotros aquí, mis hijos una parte cosechan con el Estado y la otra parte es para la casa. Yo gaño \$200 pesos, en realidad para mí da porque tengo mis hijos trabajando. Yo no gaño ni para la corriente. Eso es el problema porque las personas están volviendo para el campo ahora. Aquí se producía de todo lo que se consumía. Como las cosas estaban más baratas, nosotros vivíamos. Lo que la cooperativa pagaba por mes era \$20, \$25 pesos, y tenía de todo de la agricultura. Aquí se produce, pero el año pasado fue un año malo. Aquí mis hijos están produciendo de todo. Aquí practivamente la yuca no se compra (entrevista realizada em janeiro de 2015).

A partir da crise da década de 1990 em Cuba, foi possível aumentar a área de produção de alimentos na CPA. Por isso, o entrevistado afirma que uma parte da produção de seus filhos, sócios da CPA, deve ser contratada com o Estado, mas outra parte fica para o autoconsumo da família. Graças a essa produção, ele pode sobreviver, pois como mencionamos, quando há divisão de alimentos entre os atuais trabalhadores da CPA, ela inclui também os aposentados que recebem na mesma proporção que os cooperados na ativa.

No trecho a seguir o entrevistado apresenta razões para a crise das CPAs:

Las CPAs se fueran desintegrando. Las que están afundadas, están afundadas. Aquí se quedaran cuatro, nada más. Aquí tuvo una pila de CPA. Se hablaba mucho de ellas en la televisión. Aquí hay tierras que no son muy buenas. Aquí se trabaja, se produce, pero hay que estar confiando mucho. En el año pasado se sembró tabaco, pero se perdió. Este año los frijoles se perdieron. Las viandas, el arroz y los frijoles que hay están muy malos. Aquí hace falta agua. Para el tabaco, el agua que hay es poquita. Se todo que tú siembras para producir, se tuviera su normalidad, habría mucha cosa. Aquí las CPAs tuvieran una decadencia, pero algunas se recuperaran y así están (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Para finalizar, ele termina a entrevista fazendo um questionamento fundamental sobre o papel da agricultura em uma sociedade:

Cuando las cooperativas existían ahí y estaban imbuidas, el pueblo las querían mucho. Se llevaba mucho el pueblo todo. Era un tiempo que no se perdía producto. Todo lo que se producía, bueno o malo, se llevaba al pueblo. Iba al pueblo. Hay que dar otro tipo de vida a los cooperativistas. Como está la comida en Brasil? Cara como aquí? (Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Para ele, portanto, o objetivo fundamental da agricultura é a produção de alimentos para o povo.

2.7 Contradições das CPAs cubanas

Com o conhecimento das quatro cooperativas de produção agropecuária em funcionamento no município de Vinhales, mais a CPA Santos Cruz dissolvida em 1990, é possível realizar uma análise de conjunto das contradições das CPAs como forma de organização das relações de propriedade e produção na agricultura cubana.

Uma primeira questão fundamental relacionada às mudanças nas relações de propriedade refere-se à fundação das CPAs nas terras camponesas. Como foi observado por Valdes (1990), o Estado Revolucionário Socialista sempre teve como paradigma a coletivização da agricultura. Sob pena de acusação de ter traído os camponeses, a coletivização não foi implantada logo em seguida ao triunfo da revolução, em 1959, mas a partir de 1973, com a criação da CPA República de Chile.

Visando a manutenção da aliança operário-camponesa, o Estado Socialista entregou terras aos camponeses, através das duas leis de reforma agrária criadas, mas tentou retomá-las posteriormente, e as CPAs são parte dessa estratégia já que, legalmente, um camponês proprietário de terra ao ingressar em uma CPA perde o direito à terra, que passa a ser patrimônio da cooperativa.

A produção realizada nas CPAs também é controlada pelo Estado, pois essas cooperativas são subordinadas à Associação Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), organização política dirigida pelo Partido Comunista que governa Cuba desde o triunfo da Revolução. Caso a ANAP considere uma CPA ineficiente, como ocorreu com a CPA Santos Cruz, pode propôr a sua dissolução ao Ministério da Agricultura.

No começo da década de 1970, era tal o interesse do Estado Socialista em implantar as CPAs que Fidel Castro visitou por cinco vezes a área onde seria criada a primeira CPA de Cuba. Após a sua criação ele telefonava pessoalmente ao Presidente da CPA solicitando informações sobre o seu funcionamento. Considerando esse contexto, percebe-se uma tensão entre os camponeses e o Estado Cubano com relação à entrega das terras para as CPAs.

Na CPA República de Chile, além de ceder as terras para a criação da cooperativa, os camponeses tiveram que ceder terra para a criação de uma represa que deveria abastecer a cooperativa. Ainda hoje é possível encontrar camponeses que não aceitaram ingressar na CPA e conseguiram a permuta da terra. Porém, eles relatam que a permuta não conseguiu atingir a todos os interessados. Na CPA Santos Cruz também foi relatada a tensão sobre as terras camponeses que também questionaram o lugar onde seria instalado o *pueblo*, sem obter sucesso, contudo.

A pressão realizada para os camponeses ingressarem nas CPAs foi também relatada no município de Majibacoa, província de Las Tunas, onde a implantação das CPAs aparece como tarefa histórica do proletariado, sob a supervisão do Partido Comunista de Cuba:

Aquellos primeros años del 78 al 80 había que trabajar mucho duro para convencer a los campesinos, para llevarlos a la cooperativa, era una cosa nueva. Y se hacían comisiones de militantes del Partido y de los organismos para discutir campesino a campesino. Y eso era una tarea histórica, y el Partido lo estaba chequeando. Entonces yo, que era el que atendía eso en el Municipio, a las seis de la tarde tenía que darle un parte al Primero Secretario del Partido, decirle la cantidad de campesinos que había visitado y cuantos aceptaban entrar en la cooperativa o no. Era con un plan de cooperativización (Deere et. al., p. 296, 1998).

No município de Vinhales, como já dito, uma das formas para levar os camponeses a ingressar nas CPAs foi a promessa feita pelo Estado de construir moradias, já que as condições de moradia camponesa eram bastante precárias. No caso da República de Chile, as moradias deveriam ser inclusive entregues mobiliadas. Porém, somente as primeiras 70 foram entregues gratuitamente após quatro anos da fundação da CPA. Os outros conjuntos de prédios foram construídos mediante um contrato no qual os próprios sócios pagariam pelas moradias. Como até hoje muitos deles não quitaram a dívida, não obtiveram o título, e não são proprietários de suas casas. Os que quitaram a dívida, porém, obtiveram o título de propriedade. Essa situação dificulta a permuta e a venda do imóvel

caso o sócio deseje deixar a cooperativa. Quando a moradia é sua propriedade, ele pode permutá-la, e com a nova legislação sobre os imóveis aprovadas no VI Congresso do Partido Comunista, em 2011, pode vendê-la também (Granma, 3 de novembro de 2011). Na CPA Fidel Rodriguez e na CPA Santos Cruz ocorreu o mesmo que na República de Chile. Houve a promessa da construção gratuita das moradias, mas elas acabaram sendo construídas com os recursos dos próprios sócios, mediante empréstimo bancário. Assim, o sócio da CPA já estava endividado antes mesmo de realizar a primeira produção e saber se receberia *utilidades* para pagar o empréstimo. A CPA também começava a funcionar endividada, porque precisava pagar o *anticipo* ao trabalhador logo no início do ano, para que ele pudesse sobreviver antes da distribuição das *utilidades* por ocasião da comercialização da produção.

Um segundo problema fundamental de todas as CPAs do município de Vinhales foi a morte de antigos cooperados, a aposentadoria dos primeiros sócios, e a ausência de ingresso de jovens para trabalhar na cooperativa. Com isso, as CPAs estão vivendo o problema de não haver trabalhadores para dar continuidade as cooperativas. Os filhos dos sócios das CPAs estudaram, se profissionalizaram em diversas carreiras, e foram trabalhar em outras profissões, saindo da CPA. Somando as mortes, as aposentadorias, a saída de sócios, e a ausência de jovens ingressantes, o número de membros de todas as CPAs caiu drasticamente, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 13 – Comparação do Número de Sócios das CPAs de Vinhales

CPA	Ano de Fundação	Número de sócios na fundação	Número de sócios em 2014
República de Chile	1973	132	74
Ruben Lopez	1978	31	11
Fidel Rodriguez	1978	34	13
Camilo Cienfuegos	1980	s/d ⁶⁴	24

Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1984 e 1989; Registro y control de la tierra de la Delegación Municipal de la Agricultura Viñales, 2014.

Não dispomos do número de sócios com o qual foi criada a CPA Camilo Cienfuegos, porém sabemos que em 1984, quatro anos após a sua fundação, ela contava com 109 sócios. Em 2014, mesmo tendo recebido sócios da CPA Santos Cruz, ela possuía

⁶⁴ Não há dados disponíveis.

apenas 24 cooperados. Tal situação revela uma tendência geral de diminuição do número de membros das CPAs cubanas.

De acordo com a tabela 7 – Evolução das Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013 observa-se que no ano de 1983 as CPAs em Cuba alcançaram o maior número de sócios – 82.611. A partir de então, esse número foi sofrendo redução, com exceções dos anos de 2000 e 2001, até chegar ao ano de 2006, com 52.270 sócios, último dado sobre o número de sócios, divulgado no Anuario Estadístico de Cuba. Com isso, houve uma redução do número de sócios em 37%, em 23 anos. Assim como diminuiu o número de sócios, diminuiu também a superfície das CPAs em Vinhales, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 14 – Comparação da Área das CPAs de Vinhales

CPA	1984 (hectares)	2014 (hectares)
República de Chile	3086.6	805.31
Ruben Lopez	327.4	242.32
Fidel Rodriguez	823.9	547.28
Camilo Cienfuegos	1596.98	877.83

Fonte: Comité Estatal de Estadísticas, 1984 e 1989; Registro y control de la tierra de la Delegación Municipal de la Agricultura Viñales, 2014.

A diminuição da superfície das CPAs de Vinhales acompanha a tendência geral observada nas CPAs em Cuba. Conforme mostra a Tabela 7, o maior registro de superfície ocupada pelas CPAs ocorreu no ano de 1984, com 1008.800 hectares. A partir de então ocorre um processo de diminuição, chegando em 2013 a 614.300 hectares. Interessante notar que foi no ano de 1984 que as CPAs de Vinhales possuíam a maior superfície em hectares. Não dispomos de dados ano a ano até 1989, mas neste ano todas elas apresentaram diminuição na sua superfície, acompanhando a tendência geral do país.

Como foi apontado por Sorzano (1999), o clímax do número de CPAs em Cuba ocorreu no ano de 1983, com 1442 CPAs, (ver Gráfico 1 – Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013). Segundo a autora, até o ano de 1983 as CPAs cubanas conheceram um período de fortalecimento, com a unificação de cooperativas para a

constituição de unidades produtivas maiores, fase que começa em 1980 e se estende até 1988. Nas CPAs especializadas na produção de cana-de-açúcar, a ideia era alcançar 60 caballerías (805 hectares) para dotá-las de técnica necessária que permitisse a utilização de 60% de suas terras para a produção de cana-de-açúcar. Nessa fase também se fundam novas CPAs, além de haver transformação de CCSs em CPAs. A diminuição no número de sócios, observada após 1983 está relacionada à aposentadoria e à ausência de jovens ingressando nas CPAs. Durante todo esse período o objetivo do Estado Cubano foi fortalecer o setor cooperativo como uma forma de produção agrícola superior.

Lo importante para el Ministerio de la Agricultura y la ANAP era la incorporación masiva de los campesinos dueños de tierra a las CPA y con esta incorporación poder llevar a cabo el proceso de concentración de tierras y de población dispersa en los asentamientos poblacionales, que se iban construyendo en las cooperativas. El fenómeno de eficiencia productiva no se contemplaba como tarea primordial dentro de este proceso de cooperativización (Sorzano, 1999, p. 48).

De acordo com a autora, após esse período de fortalecimento das CPAs, Cuba entrou no chamado “Período Especial”, iniciado em 1988, com a crise do bloco socialista. Hoje já há certa recuperação, mas Cuba ainda sente os efeitos do fim do bloco socialista. Essa crise afetou fortemente as CPAs, pois seu funcionamento e sua organização baseiam-se na concentração de terras e na consequente utilização de maquinário, insumos e combustíveis. Com o término do comércio no interior do bloco socialista, as CPAs ficaram com grandes dificuldades de produção e comercialização.

De acordo com informações de funcionários do Ministério da Agricultura do Município de Vinhales, com a extinção do CAME, em 1991, Cuba deixa de importar 70% de alimentos do bloco socialista, provenientes sobretudo da ex URSS, além de não mais obter combustível, maquinário, insumos e fertilizantes a preços mais facilitados. As exportações cubanas também foram drasticamente afetadas nos principais produtos que comercializava com o bloco socialista, como açúcar e tabaco produzido pelas CPAs.

Os efeitos da queda do bloco socialista foram citados em todas as CPAs de Vinhales como causa fundamental de sua decadência. Apesar desse consenso, um questionamento importante sobre a eficiência das CPAs já era feito mesmo antes do desaparecimento do bloco socialista, como pode ser visto no relato a seguir:

Antes de la crise las CPAs eran eficientes, pero una eficiencia entre comillas. No tengo combustible – tomate. Ese mes no voy a cumplir el plan, no hay problema. La Provincia de Piñar del Río tenía 100.000

tractores antes de romper el campo socialista. Cuando se rompió y si empezó a tomar medidas para atenuar la crisis, se pararon 100.000 tractores, pero ahora no deben estar trabajando ni 1500 tractores en toda Provincia. Sin embargo ahora, una CCS tiene uno sólo tractor. En aquella etapa estábamos acostumbrados a venir las cosas. Me manda combustible, aquí está. Me manda un tractor, aquí está. Y no pensamos en esto. Eso es lo que pasó con la CPA. Produzca o no produzca, tú vá tener lo tuyo (Funcionário do Ministério da Agricultura de Vinhales, entrevista realizada em novembro de 2014).

Como pode ser visto pelo relato de Pacho e por esse relato do funcionário do Ministério da Agricultura, as CPAs em Cuba eram enormemente beneficiadas pelo comércio com o bloco socialista, e subsidiadas pelo Estado Cubano. Sua eficiência estava muito mais baseada no que lhes era oferecido, do que na produção de fato realizada por elas. Quando desapareceram os *regalos*, e elas precisaram caminhar com recursos próprios, evidenciou-se a crise do modelo da grande unidade de produção agrícola, voltada para a produção de um cultivo principal, em grande parte utilizado para a exportação no bloco socialista, como o tabaco e o açúcar.

Relacionando os dados da Tabela 5 - Evolução das CPAs Produtoras de Tabaco, 1979-2006, da Tabela 6 - Evolução das CPAs Produtoras de Café, 1979-2006, e da Tabela 7 – Evolução das Cooperativas de Produção Agropecuária em Cuba, 1977-2013 é possível ver como se comportaram as CPAs antes da crise, em 1983.

Em 1983, quando o comércio no CAME estava em pleno desenvolvimento, havia 1472 CPAs em Cuba, dentre as quais 441 dedicavam-se à produção de cana-de-açúcar, 230 à produção de tabaco, e 290 à produção de café. Desses três produtos, 671 CPAs estavam voltadas para a produção de tabaco e cana-de-açúcar, cujo comércio era feito com o bloco socialista. Em 1994, já com a extinção do CAME e o desaparecimento do bloco socialista, as CPAs diminuíram para 1174, dentre as quais 388 eram produtoras de cana-de-açúcar, 150 de tabaco e 231 de café. Em 2006, o número de CPAs caiu para 1102, dentre as quais 120 produziam tabaco, 338 produziam cana-de-açúcar e 213 produziam café.

A partir da extinção do CAME, a diminuição do número de CPAs em Cuba já não pode ser mais explicada exclusivamente pela fusão entre cooperativas, mas pela contradição da grande unidade produtora que, para produzir, necessitava maquinário, insumos e fertilizantes que já não podiam ser adquiridos. Como observa-se pelo relato do funcionário do Ministério da Agricultura de Vinhales, a dificuldade de obtenção de

combustíveis fez parar os tratores no município de Vinhales. Interessante notar que ao mesmo tempo que se deflagra a crise das CPAs, aparece a crise das empresas agrícolas estatais, outra forma de implantação do paradigma da grande exploração agrícola. Por isso, em 1993, as terras estatais passaram a ser divididas e entregues em usufruto, surgindo as UBPCs.

Uma das formas encontradas para as CPAs amenizarem o efeito da crise foi a entrega de terras em usufruto a partir da antiga do Decreto Lei 259, e do atual Decreto Lei 300. Com isso, as CPAs têm procurado a cada vez mais se comportar como CCS, como foi dito pelo membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, que gostaria de pôr à disposição do Ministério da Agricultura toda a terra dessa CPA para ser entregue em usufruto. A respeito do aumento do número de CCSs, através da análise dos gráficos a seguir, mostrando os anos de 2006 e 2013, é possível observar como está diminuindo a superfície total das CPAs, Empresas Estatais e também das UBPCs, e aumentando a superfície das CCSs, forma de cooperação onde se conserva a lógica de trabalho camponesa⁶⁵.

Gráfico 3 - Distribuição da Superfície Total de Cuba por Formas de Propriedade da terra - 2006

⁶⁵ De acordo com o Anuario Estadístico de Cuba, ano 2013 a superfície total compreende as unidades agropecuárias, silvícolas e outras entidades estatais, assim como os proprietários não estatais compreendidos no território nacional. É determinada com base em material cartográfico, e documentos de compra, venda e usufruto de terras, previstos nas leis do país. A terra é classificada por formas de propriedade de quem as utiliza, seja ou não seu proprietário.

Gráfico 4 - Distribuição da Superfície Total de Cuba por Formas de Propriedade da terra – 2013

Pela análise dos gráficos, observa-se que em 2006, as terras estatais ocupavam 55% da superfície de Cuba, as CPAs ocupavam 6%, as UBPCs, 26%, e as CCSs, 13%. Em 2013, as terras estatais diminuíram 1% - ocupando então 54%, as CPAs diminuíram também 1%, as UBPCs foram as que mais sofreram diminuição, 8%, enquanto as CCSs aumentaram 10%. Ou seja, a perda em área ocorrida nas terras estatais, nas CPAs e nas UBPCs soma 10%, justamente a porcentagem que cresceu as CCSs. Isso significa que há uma tendência expressa de aumento de trabalho nas terras cubanas sendo realizado pelos camponeses, com a diminuição de formas de produção agrícola não camponesas.

Outra comparação passível de análise é a de superfície agrícola entre as diversas formas de propriedade da terra⁶⁶:

⁶⁶ De acordo com o Anuario Estadístico de Cuba, 2013 a superfície agrícola é a dedicada à agricultura em qualquer das formas de produção, podendo estar ou não sendo utilizada para algum cultivo, temporal ou permanente, viveiros, sementeiras ou pastos naturais; bem como a superfície que mesmo não estando cultivada, está apta para tal. Compreende portanto a superfície cultivada e não cultivada.

Gráfico 5 – Superfície agrícola ocupada pelas diversas formas de propriedade da terra, Cuba - 2006 (por mil hectares)

Gráfico 6 - Superfície agrícola por formas de propriedade da terra, Cuba, 2013 (por mil hectares)

Considerando apenas a superfície agrícola, em 2006 as empresas estatais contavam com 35% da terra, as CPAs 9%, as UBPCs 38%, e os camponeses organizados em CCSs ou não, 18%. Em 2013, as terras em propriedade das empresas estatais caíram para 29%, as CPAs caíram para 8%, as UBPCs caíram para 27%, e as CCSs subiram para 36%. Novamente, somando a perda das três primeiras formas de propriedade e produção, obtém-se o ganho da produção camponesa nas CCSs.

A análise dos gráficos a seguir mostra a mesma tendência de aumento da superfície cultivada pelos camponeses, organizados em CCS ou não, e a diminuição das outras formas de propriedade da terra, como as CPAs⁶⁷:

**Gráfico 7 – Superfície cultivada por formas de propriedade da terra, Cuba – 2006
(por mil hectares)**

**Gráfico 8 - Superfície cultivada por formas de propriedade da terra, Cuba – 2013
(por mil hectares)**

⁶⁷ Superfície cultivada é a terra dedicada a um cultivo, considerando a área já utilizada, em preparação, descanso, ou em espera para ser preparada para o cultivo. Fonte: Anuario Estadístico de Cuba, 2013.

**Superfície cultivada por formas de propriedade da terra,
Cuba - 2013 (por mil hectares)**

Fonte: Anuario Estadístico de Cuba (Agricultura, Ganadería, Silvicultura y Pesca), 2013 - Edición

Como pode ser observado, em 2006, as empresas estatais cultivavam 23% das terras em Cuba, as CPAs 10%, as UBPCs 41% e os camponeses 26%. Em 2013, as empresas estatais estavam cultivando apenas 18%, as CPAs 10%, porém, com uma área menor do que a cultivada em 2006; as UBPCs 32%, e os camponeses aumentaram para 40% a superfície que cultivam.

Outro dado interessante será mostrado na comparação dos gráficos a seguir, da superfície cultivada em relação à sua própria superfície agrícola. Esse dado auxilia no conhecimento da superfície ociosa de cada forma de exploração agrícola, indicando possíveis dificuldades com a produção agrícola.

Gráfico 9 – Superfície cultivada pelas diversas formas de propriedade da terra em relação à sua própria superfície agrícola, 2006 (%)

Gráfico 10 - Superfície cultivada pelas diversas formas de propriedade da terra em relação à sua própria superfície agrícola, Cuba, 2013 (%)

O gráfico de 2006 mostra que de 100% da superfície agrícola das terras ocupadas pelas empresas estatais, apenas 30,7% estavam cultivadas. As CPAs cultivam 54,2%; as UBPCs 51,7%; e os camponeses 66,2%. Isso significa que os camponeses detinham uma menor área ociosa em suas terras. Em 2013, as empresas estatais baixaram a 25,5% sua superfície cultivada; as CPAs baixaram a 50,8%; as UBPCs, baixaram a 50,7%, e os camponeses baixaram a 46,2%. Afim de complementar essa informação, o gráfico a seguir mostra a superfície ociosa em cada uma das formas de propriedade da terra, no ano de 2006⁶⁸:

Gráfico 11 – Superfície ociosa pelas diversas formas de propriedade da terra em relação à sua própria superfície agrícola, 2006 (%)

O gráfico mostra que as terras em poder do Estado Cubano são as que apresentam o maior índice de ociosidade em Cuba, ou seja, 25,9%; seguida pelas terras das UBPCs, com 17,4%; as CPAs, com 11,4%, sendo os camponeses os que menos mantêm a terra ociosa, com 5,4%.

Em relação aos tipos de cultivos, veremos a seguir como se comportou as diferentes formas de relação de produção e propriedade. Tomaremos como referência

⁶⁸ O Anuario Estadístico de 2013 não apresenta a informação sobre as terras ociosas, por isso não elaboramos o gráfico correspondente.

apenas o ano de 2006, porque os Anuarios Estadísticos dos anos seguintes não apresentaram essa informação detalhada. Iniciaremos com os gráficos que mostram a produção de cultivos temporários, classificados em arroz, cultivos vários, tabaco, viveiros e sementerias. Posteriormente, apresentaremos os gráficos dos cultivos permanentes, classificados em cana-de-açúcar, café, *plátanos* (bananas), cítricos e frutas.

Gráfico 12 - Produção de cultivos temporários por formas de propriedade da terra - 2006

O gráfico mostra que no ano de 2006, as CPAs foram as que menos produziram cultivos temporários, participando com apenas 7% da produção total. As UBPCs produziram 16%, as empresas estatais 25%, e os camponeses, 52%. Em relação à produção de arroz:

Gráfico 13 – Produção de arroz por formas de propriedade da terra – 2006

No Gráfico 13 – Produção de arroz por formas de propriedade da terra – 2006 também se observa que as CPAs foram as cooperativas que menos produziram arroz, com apenas 7% da produção total de Cuba. As empresas estatais foram as maiores produtoras, com 49%. As UBPCs contribuíram com 29% da produção e os camponeses com 15%. Em relação aos cultivos vários, as CPAs também foram as que menos produção obtiveram em 2006, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Produção de cultivos vários por formas de propriedade da terra - 2006

Em relação à produção de tabaco, as CPAs foram responsáveis por 12% da produção, as UBPCs, com 6%, as empresas estatais por 8%, e os camponeses por 74% da produção total, como pode ser visto pelo gráfico a seguir:

Gráfico 15 – Produção de tabaco por formas de propriedade da terra – 2006

Gráfico 16 – Produção de Viveiros e Sementeiras por formas de propriedade da terra - 2006

Como pode ser visto pelo gráfico, na produção de viveiros e sementeiras as CPAs foram as que menos produziram, ficando com apenas 2% da produção.

Mostramos a seguir os gráficos de produção de cultivos permanentes. O primeiro gráfico refere-se à produção total de cultivos permanentes por forma de propriedade da terra.

Gráfico 17 – Produção de cultivos permanentes por formas de propriedade da terra – 2006.

Como pode ser observado, a maior produção de cultivos permanentes foi realizada pelas UBPCs, em 2006, com 57% da produção. As CPAs produziram 12% do volume total, as empresas estatais 22%, e os camponeses 9%. Dividindo cada cultivo, teremos a seguinte distribuição:

Gráfico 18 - Produção de cana-de-açúcar por formas de propriedade da terra – 2006

Pela observação do gráfico vê-se que as UBPCs foram as que mais produziram cana-de-açúcar; as CPAs produziram 14% do volume total; as empresas estatais 11%, e os camponeses 5%. É fundamental lembrar que historicamente as CPAs foram implantadas em Cuba para serem grandes produtoras de cana-de-açúcar, pois a análise das tabelas de evolução das CPAs revela que o número de CPAs produtoras de cana-de-açúcar sempre foi superior ao número de CPAs produtoras de tabaco e café. Em relação à produção de café, os dados de 2006 são os seguintes:

Gráfico 19– Produção de café por formas de propriedade da terra – 2006

Também na produção de café as CPAs foram as que apresentaram a menor produção, participando com 13%. Os camponeses foram os que mais produziram, com 41% da produção total; as UBPCs ficaram com 21%; e as empresas estatais, 25%. A mesma situação se passará com os *plátanos* (bananas), ficando as CPAs com o menor volume de produção, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 20 – Produção de plátanos por formas de propriedade da terra – 2006

Por fim, apresentaremos os dados de produção de cítricos e frutas, ficando novamente as CPAs com o menor volume de produção em 2006, com 8% da produção total.

Gráfico 21. Produção de cítricos e frutas por formas de propriedade da terra – 2006

Pela análise da produção tanto de cultivos temporários, quanto cultivos permanentes, em 2006 as CPAs foram as que menos produziram em Cuba. As contradições que viemos discutindo são fundamentais para a compreensão dessa dificuldade de produção. No município de Vinhales essas cooperativas têm buscado diversas formas para amenizar a crise de produção, sendo uma delas funcionar mais como CCS do que como CPA.

Esse aspecto pode ser encontrado nas quatro CPAs estudadas. Na CPA Ruben Lopez, uma parte de seus membros estão buscando formar grupos menores para cultivar parcelas pequenas com uma maior variedade de cultivos vários, questionando assim a produção do cultivo fundamental, paradigma que precisa ser seguido pelas CPAs. Na República de Chile foi mencionado que desde a sua criação, até antes da crise dos anos 90, a única produção realizada era tabaco. Com a falta de alimentos generalizada em Cuba, eles passaram a produzir alimentos, assim como seus usufrutuários que repassam parte da produção para a CPA. Na CPA Camilo Cienfuegos também já há maior produção de alimentos, como foi relatado por um de seus antigos sócios, afirmando que apesar do

baixo salário que recebe como aposentado, sobrevive porque seus filhos cultivam alimentos na CPA e repassam a ele. Além disso, parte de suas terras estão sendo entregues a usufrutuários para que produzam com mais autonomia e repassem uma parte dessa produção à cooperativa.

É necessário assinalar, contudo, que há demora no julgamento do processo para a entrega dessas terras pelo Ministério da Agricultura, pois como observamos em nossa área de estudo, o Estado Socialista ainda possui dificuldade de encarar a questão da propriedade da terra. Isso acarreta a demora da entrega de terras em usufruto, e o reconhecimento de que as CPAs necessitam assemelhar-se às CCSs para continuar a produzir. Tal situação estimula o mercado negro, pois ocorre que nos mercados há falta de produtos que podem ser encontrados com atravessadores, por exemplo. Tal situação acarreta a alta no preço dos alimentos, pois, como verificamos em Puerto Esperanza, uma libra de feijão (aproximadamente meio kilo) que no mercado estatal custava \$9.0 pesos cubanos, com atravessadores custava \$14 pesos cubanos, chegando até a \$20 pesos cubanos.

Nesse ponto faz-se necessário discutir o monopólio da terra. Uma das principais reivindicações dos marxistas que discutiram a nacionalização da terra é que a existência do monopólio da terra cria a renda absoluta, acarretando a alta dos preços dos alimentos. Em Cuba, hoje, o que se observa é que o monopólio do Estado sobre a terra também acarreta a alta dos preços dos produtos agrícolas. A demora no repasse das terras para as pessoas produzirem alimentos acarreta a alta dos preços, pois diante da escassez de alimentos nos mercados estatais, os que não produzem seus próprios alimentos acabam tendo de comprar com os atravessadores da produção, que cobram preços exorbitantes em relação aos preços estatais. Essa situação poderia ser revertida se o Estado acelerasse a entregasse das terras e possibilitasse que mais pessoas produzissem, diminuindo com isso a ação dos atravessadores.

Outra contradição fundamental evidenciada pela crise que as CPAs em Cuba passaram a enfrentar com o fim do bloco socialista foram os baixos salários pagos nessas cooperativas. Como foi explicado pelo membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, a vinculação do homem à área foi implantada nas CPAs porque o pagamento realizado com base nas horas trabalhadas já não era mais suficiente para garantir a sobrevivência do cooperado da CPA. Com a diminuição da oferta de alimentos distribuídos através da libreta, os trabalhadores passaram a ter que adquirir a maior parte dos alimentos por um preço bem maior que antes. Como os salários não puderam

acompanhar a alta dos preços, muitos trabalhadores acabaram saindo das CPAs. Uma forma de segurá-los foi implantando a vinculação do homem à área, como explicou o membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez. Como na prática essa forma de produção e remuneração se assemelha muito mais ao funcionamento de uma CCS do que de uma CPA, a forma encontrada é tentar converter de vez a CPA em CCS.

Sobre as contradições, é preciso discutir ainda os parâmetros de eficiência do Estado Socialista e os parâmetros dos próprios cooperados, discussão que surge com a dissolução da CPA Santos Cruz. Como vimos, alguns de seus antigos sócios, que hoje ocupam cargos de direção da CPA Camilo Cienfuegos, afirmam que foi injusto o fim da Santos Cruz pois se ela não apresentou os resultados econômicos esperados para a produção de tabaco, ela atingiu resultados importantes na produção de alimentos. Sua produção de feijão, tomate, pepino, abóbora era suficiente para o autoconsumo dos cooperados e era também comercializado em Puerto Esperanza, com um caminhão da própria cooperativa. Conversando com moradores dessa área, eles confirmaram que realmente a CPA Santos Cruz comercializava seus alimentos com as pessoas do lugar. Porém, como a CPA não apresentou resultados satisfatórios na produção de tabaco, foi considerada ineficiente e desfeita.

Tal situação revela e reforça a razão pelas quais as CPAs foram implantadas em Cuba. No paradigma do Estado Revolucionário, elas faziam parte de uma estratégia de controle da propriedade da terra nas mãos do Estado, e produção agrícola voltada sobretudo para a produção das divisas agrícolas, açúcar, tabaco, café para serem comercializadas no bloco socialista. Obviamente elas não eram o sistema todo, mas eram parte fundamental da implantação da grande unidade de produção agrícola, de um lado, sendo o outro lado composto pelas empresas estatais. Em troca desses produtos, o bloco socialista, sobretudo a ex-URSS, comercializava com Cuba vários gêneros alimentícios de primeira necessidade, sendo a fatura da antiga libreta de abastecimento decorrência desse comércio. Quando esse comércio é extinto, Cuba que tinha a sua agricultura voltada para a exportação entra em uma crise profunda de produção de alimentos. Vê-se que esse paradigma não apenas não resolve o problema da produção de alimentos, como cria a escassez de alimentos. Por esse motivo, as terras das empresas estatais também tiveram que ser divididas, criando assim as UBPCs, e as CPAs passaram a mudar a forma de remuneração dos trabalhadores, diversificar a produção o tanto quanto possível, e repassar parte de suas terras para usufrutuários já trabalhadores das CPAs ou não. Com isso há um aumento constante no número de CCSs, que é uma forma de cooperação onde

o campesinato conserva a sua lógica de trabalho, atualmente reconhecidas como bastante eficientes até mesmo pelos órgãos estatais, como o Ministério da Agricultura do Município de Vinhales, área onde realizamos a pesquisa de campo.

O exemplo de Cuba mostra que nesse país não se sustentou o paradigma da eficiência e superioridade da grande unidade agrícola, em detrimento da pequena produção camponesa. Esta se mostra mais eficiente em relação ao uso da terra, pois é a que apresenta a menor superfície de terras ociosas, a que menos depende do sistema de empréstimos financeiros, mostrando mais autônoma, e a que de fato define a agricultura, que é a produção de alimentos. De qualquer maneira, continua sendo fundamental retomar e aprofundar o debate teórico realizado no seio do marxismo sobre a necessidade de superação da agricultura capitalista através de modificações profundas nas relações de propriedade e produção agrícolas. Cuba é um grande exemplo por ter implantado o paradigma da superioridade da grande unidade de produção agrícola, preocupando-se, porém, muito mais com as relações de propriedade do que com os resultados das relações de produção.

O Brasil, via Movimento dos Sem Terras, apoiou-se no modelo cubano para implantar a grande propriedade e o trabalho coletivo em seus assentamentos. As contradições, os avanços e os desafios das CPAs do MST serão discutidas no próximo capítulo.

Capítulo 3. A Coletivização do Trabalho Agrícola do Movimento dos Sem Terras

O estudo das contradições do modelo de coletivização agrícola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto da questão agrária brasileira, envolve a compreensão, primeiramente, do que se entende por questão agrária brasileira. De acordo com Oliveira (2007), embora haja concordância de que há um processo em curso de generalização das relações de produção assalariadas no interior da produção agropecuária, não há consenso entre os autores e as diversas correntes de pensamento sobre a interpretação desse processo. As divergências referem-se, sobretudo, à interpretação se esse desenvolvimento levaria à formação do proletariado, num polo, e da burguesia, no outro, com a eliminação do campesinato; ou, se ao contrário, o próprio capitalismo, contraditoriamente, criaria e recriaria o trabalho camponês.

Não ignorando a existência de análises realizadas na ótica do positivismo e do historicismo, a presente pesquisa de doutorado trata, fundamentalmente, do debate entre as posições distintas no interior da dialética marxista sobre a questão agrária, pois foi nessa corrente teórico-metodológica que surgiu o debate sobre a necessidade de superação do capitalismo, a proposta de socialização da produção agrícola através da coletivização, e a crítica a essa proposta.

Segundo Oliveira (2007), há três vertentes no interior da dialética marxista que debatem a interpretação do desenvolvimento do capitalismo no campo. A primeira vertente entende que há vestígios de feudalismo no Brasil, que devem ser destruídos. A segunda vertente entende que o mercado capitalista destrói o campesinato através do processo de diferenciação interna, transformando os camponeses em proletários ou burgueses. A terceira vertente entende que a própria lógica contraditória e combinada do capitalismo, cria e recria o campesinato.

A segunda vertente citada por Oliveira (2007) é a perspectiva marxista-leninista, cuja compreensão teórica de que o desenvolvimento das relações de mercado diferencia internamente o campesinato, não vislumbra a possibilidade de sobrevivência dessa classe no capitalismo e no socialismo. Essa perspectiva teórica está assentada na tese da superioridade da grande unidade agrícola em detrimento da pequena unidade camponesa. Propõe em seu lugar a coletivização agrícola como forma de criar unidades produtivas agrícolas maiores, cultivadas com métodos de trabalho mais eficientes, racionais e científicos, e com o trabalho realizado por cooperados remunerados por horas trabalhadas

e/ou pelos resultados da produção. Tal perspectiva de desaparecimento do campesinato, e da necessária transformação das relações de propriedade e produção vigentes no capitalismo é base referencial para todas as experiências de coletivização da produção agrícola, que analisamos até aqui, tais como a ex-URSS, pós revolução socialista de 1917; os países do leste europeu que ficaram sob a influência soviética no pós Segunda-Guerra mundial; a China - pós-revolução socialista de 1949; Cuba - pós revolução socialista de 1959; e a partir de agora o exemplo do MST, que inicia a implantação da coletivização em seus assentamentos no ano de 1989 (MST, 2008).

3.1 O MST, a Questão Agrária e a Cooperação

O MST foi fundado em 1984, no Primeiro Encontro Nacional, realizado no município de Cascavel, estado do Paraná. A gestação do movimento começou em 1979, com as primeiras ocupações de terra realizadas por posseiros e arrendatários nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, em decorrência do agravamento da questão agrária durante o período militar, que privilegiou a agricultura capitalista. Esse modelo resultou na mecanização da agricultura e na desterritorialização de grande parte do campesinato, agravando ainda mais a concentração fundiária (Fernandes, 1994).

A implantação da cooperação nos assentamentos do MST foi realizada por fases (Stélide, 1999). No período de 1979 a 1985, não havia uma política cooperativista para os assentamentos, porque a prioridade era a organização das ocupações de terra. Mas, por influência da origem católica dos acampados, ligados às comunidades eclesiais de base, a cooperação era realizada através de pequenos grupos, mutirões, troca de dias de serviço e associações. Essas formas de cooperação, contudo, eram consideradas “muito simples, individuais e insuficientes pelo movimento” (MST, 2008):

De 1980 a 1985, o trabalho e a produção nos assentamentos tinham um caráter individual e eventualmente eram realizados em grupos. O MST ainda estava em fase de gestação e não havia realizado um debate amplo sobre as formas de cooperação e os problemas derivados da falta de crédito agrícola (Morissawa, 2001, p. 206).

De acordo com a autora, no período de 1980 a 1985 foram realizadas discussões e estudos referentes ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, levando a uma

nova concepção da realidade. Essa concepção é fundamentada na perspectiva marxista-leninista de que a lógica camponesa de trabalho e de vida não permite a sobrevivência do camponês no mercado, sendo necessário uma transformação total para formas de organização mais eficientes e racionais. Essas formas devem permitir um maior volume de produção e a agregação de valor às matérias-primas produzidas nos assentamentos, com a instalação de agroindústrias, de forma a possibilitar a disputa no mercado, como pode ser visto nas palavras de João Pedro Stédile:

Reforma agrária, no nosso modo de entender, seria se houvesse uma medida mais ampla e massiva que conseguisse frear a concentração da propriedade da terra e de fato distribuir a propriedade da terra. Mesmo com esses assentamentos, nesses 15 anos, o processo de concentração da propriedade da terra no Brasil continua, de maneira que não vivenciamos uma reforma agrária na sua essência. Estamos distribuindo terras apenas para resolver problemas sociais e não como uma política, um programa de reforma agrária mais ampla. Quais as características desses assentamentos? Alguns continuam pobres, outros remediados e alguns são um sucesso. De certa forma eles reproduzem o que acontece na agricultura em geral. Porque, apesar de os lavradores receberem terra do governo, imediatamente se transformam em pequenos produtores rurais e passam a enfrentar todas as contradições que têm os outros pequenos produtores. Existe, em termos gerais, a seguinte diferenciação: nos primeiros dois anos de assentamento, em geral, as famílias se preocupam em resolver seu problema de comida. Eles passam a produzir apenas para comer. Aceitamos isso, porque é praticamente uma fome histórica. De maneira que não temos nenhum assentamento em que haja fome, todo mundo come bem, o que já seria uma grande conquista numa sociedade que tem 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias. Mas, passada essa etapa, o assentado pobre quer construir sua casinha e ter escola para seus filhos. O MST faz então um trabalho de conscientização e de organização para mostrar que só produzir para comer não resolve, que o agricultor precisa ter renda e para ter renda ele tem de produzir para o mercado. Nosso trabalho é identificar quais são as culturas que têm mercado e estimular que o agricultor produza para o mercado. Aí já começa a haver uma diferenciação: quem consegue entrar para o mercado local aumenta a renda, começa a se diferenciar daquele que só ficou produzindo para comer. Passados quatro, cinco, seis anos, conseguimos fazer com que eles percebam que, na realidade da agricultura de hoje, não basta também produzir só para o mercado local, e que os mercados mais organizados exigem agroindústria (Stedile, 1997, p. 74).

Na perspectiva do MST, portanto, a reforma agrária deve considerar não apenas a distribuição de terras e a desconcentração fundiária, mas uma política que permita a

geração de renda aos assentados dando condições para a sua competição no mercado, como pode ser visto a seguir:

Hoje a maioria dos produtos que vêm para a mesa do trabalhador passam por um processo de agroindústria. Portanto, se o agricultor quiser aumentar sua renda e participar de um processo de desenvolvimento na sua região tem de se casar com a agroindústria. Aí ele tem dois caminhos. Ou se associa à agroindústria que já está instalada, às grandes empresas oligopolizadas - como Sadia e Perdigão na área de avicultura; ou Souza Cruz, Philip Morris, no fumo; na área de leite, Parmalat, Nestlé, enfim todos os setores que estão mais ou menos oligopolizados. Ou, o que é uma das linhas que estamos adotando, também começa a botar pequenas agroindústrias nos assentamentos. Quem não consegue produzir grande quantidade para o mercado não tem influência no mercado, mas isso tem grande importância para ele, porque aumenta muito a renda na medida em que industrializa o produto (Stedile, 1997, p. 74).

É nessa perspectiva de irremediável diferenciação social do campesinato, do fortalecimento da produção e da comercialização dos assentados, e da superação do capitalismo que o MST estabelece três princípios fundamentais para a cooperação:

- Não separar, nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política;
- A luta não termina na conquista da terra; ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola e das ocupações;
- Investir sempre na formação dos sem-terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva (Morissawa, 2001, p. 206).

Com base nessa perspectiva, no período de 1985 a 1990, momento em que o MST já estava consolidado em nível nacional, a cooperação agrícola passou a ser fortemente estimulada em várias modalidades e em diferentes graus. Houve fatores internos e externos ao movimento, relacionados ao momento histórico brasileiro, que acentuaram a necessidade desse debate (Stédile, 1999). Internamente havia que se decidir se assentados e acampados permaneceriam unidos no mesmo movimento, ou se haveria a criação de um movimento somente de assentados, com o objetivo de enfrentar problemas específicos relacionados à produção e comercialização. Externamente, foi um período onde se aumentou a repressão ao MST, com várias ações violentas vindas por parte dos proprietários de terras e do governo federal. Nesse contexto político, venceu a proposta de união no mesmo movimento, de acampados e assentados, com os assentamentos sendo encarados como retaguarda de apoio aos acampamentos. Criou-se

então o Setor dos Assentados que possuía como uma prioridade a ampliação do debate sobre a cooperação agrícola (Morissawa, 2001).

De acordo com a autora, o Setor dos Assentados dedicou-se a organizar a produção, a discutir a infraestrutura necessária aos assentamentos, como escolas, estradas, postos de saúde, e a criar diferentes associações. Em 1988, a partir desse setor formou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), com o objetivo de articular diversos tipos de organizações tais como os grupos coletivos, as associações, as cooperativas de crédito e serviços (CCSs) e as cooperativas de produção agropecuárias (CAs). Em maio de 1992, fundou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) para articular e desenvolver a cooperação em nível nacional.

Para o MST (2008), cooperar é reunir pessoas para a realização de determinada tarefa. É uma forma de produção que se utiliza da divisão social do trabalho com objetivo de realizar as tarefas de maneira mais eficiente:

Através da divisão social do trabalho, cada trabalhador se especializa em uma linha de produção ou tarefa. Assim começaram a fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho (MST, 2008, p. 54).

Para o movimento, a cooperação agrícola é a introdução da divisão social do trabalho na agricultura, pois entendem que sem ela não há desenvolvimento agrícola:

A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a sua família. Fazendo desde o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for “bicho” (MST, 2008, p. 54, grifo do autor).

Nessa perspectiva, a lógica familiar da agricultura camponesa é considerada ineficiente e está fadada ao fracasso. Há também uma crítica à diversificação da produção camponesa no “cada um plantando um pouco de tudo”, pois torna lento o processo produtivo. A ideia é organizar o trabalho produtivo de modo a obter um maior volume de produção para ser comercializado. Para isso, o MST busca romper com todos esses aspectos da lógica camponesa de trabalho para implantar a cooperação agrícola, apresentando as seguintes razões:

A Cooperação Agrícola é o jeito de juntar ou somar esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado.

Para comercializar os produtos também fica mais fácil. Ao juntar as pequenas compras individuais e as pequenas vendas individuais dos produtos, o assentado garante maior poder de barganha de preços e dá menos despesas com transporte, material, mão-de-obra, etc.

Os pequenos agricultores, também, estão começando a se juntar para resistirem no campo e não serem engolidos pelos grandes. A cooperação agrícola é a saída que estão encontrando para: aumentarem a produtividade do trabalho; aumentarem o volume da produção; não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos latifundiários; para debaterem os seus problemas e lutarem com mais força contra o neoliberalismo (MST, 2008, p. 55).

Para o MST, portanto, a cooperação agrícola é a única forma de viabilizar um projeto de desenvolvimento e resistência para os assentamentos. É através dela que se chega a outro projeto de sociedade:

Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política.

Ao iniciar uma experiência de cooperação os assentados envolvidos devem ter clareza de que na medida em que acontecem determinadas condições objetivas a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar. Sem este salto de qualidade a forma entra em crise, estagna e tende a quebrar. A cooperação precisa ser compreendida como um processo (MST, 2008, p. 55).

A partir dessa compreensão, o MST definiu quatro princípios para a implantação da cooperação nos assentamentos. O primeiro princípio é “massificar a cooperação” (MST, 2008):

Temos que incentivar e organizar a cooperação agrícola nos assentamentos. O SCA⁶⁹ deve conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independente da forma de cooperação, para resistir aos impactos das políticas dos governos capitalistas. Massificar a cooperação entre os

⁶⁹ A sigla refere-se ao Sistema Cooperativista dos Assentados.

assentados representa também, a garantia da organização de base desses trabalhadores, dentro de uma organização de massa. Amplia-se, portanto, a organicidade do MST (MST, 2008, pp. 61-62).

O segundo princípio é “O importante não é a forma, mas o ato de cooperar” (MST, 2008):

Estamos convencidos de que só é possível resistir na terra através da cooperação. O “jeca tatu” isolado em seu lote individual dificilmente conseguirá sobreviver.

Para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. [...] O fundamental é estar engajado em algum ato de cooperação, sabendo que quanto mais fatores de produção (terra, trabalho, capital) forem cooperados, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento (MST, 2008, p. 62, grifo do autor).

Apesar de iniciar o segundo princípio apontando para a importância da cooperação em qualquer nível, logo a seguir o MST expressa o objetivo de que os assentados partam das formas consideradas mais simples de cooperação, como os mutirões, e a troca de dias de serviço, e cheguem às formas mais complexas, onde a “terra, o trabalho e o capital” estão inseridos na lógica da cooperação. Nesse ponto, o MST chega à coletivização total no assentamento, onde é implantada a lógica socialista de organização da produção agrícola:

A cooperação pode começar com as formas mais simples (mutirão, troca de serviços, insumos, etc) e ir complexificando aos poucos, sem pressa, até chegar à forma mais desenvolvida de cooperação, que para nós é a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) totalmente coletiva. Neste sentido o desenvolvimento da cooperação deve respeitar as condições objetivas da realidade (proximidade do mercado, qualidade da terra, infra-estrutura, etc) e as condições subjetivas (vontade e entendimento dos assentados). Por isto este processo é lento, ainda mais quando se trata do ciclo agrícola onde o tempo de trabalho é muito diferente do tempo de produção. Mas isto não deve nos levar a trilhar caminhos mais fáceis ou cômodos. Devemos nos esforçar para constituir formas cada vez mais superiores de organização social da produção, onde de fato os fatores terra, trabalho e capital sejam gestados coletivamente. Cabe lembrar que a prática vem nos mostrando que as CPAs, apesar de não massificar a cooperação, nos permitem as melhores condições para o avanço da consciência política, para a liberação de militantes, para a disponibilidade de recursos para a luta. Por

isto, as CPAs continuam sendo uma forma estratégica que deve ser perseguida por todos com tenacidade (MST, 2008, p. 62).

Esse terceiro princípio traz uma certa autocrítica na concepção de coletivização do MST, ao reconhecer que a passagem das formas mais simples de cooperação às formas mais complexas deve ser feita lentamente, considerando toda a complexidade desse processo. Além disso, há o reconhecimento de que as CPAs não massificaram a cooperação entre os assentados, como era esperado quando o MST iniciou a discussão sobre a cooperação, no início da década de 80. Como iremos discutir ainda nesse capítulo, a forma impositiva como foi realizada a coletivização nos assentamentos do Pará, por exemplo, foi uma das razões para que os assentados, que desde o acampamento se organizavam em grupos coletivos, não chegassem ao registro jurídico de uma CPA. Além disso, os que não deixaram os assentamentos, optaram por retornar ao lote, recompondo o trabalho na lógica camponesa e desfazendo completamente a experiência da produção coletiva.

O quarto princípio relaciona-se diretamente ao princípio de autonomia, pois determina que a cooperação deve ser realizada mesmo sem a vontade dos assentados:

Nenhuma experiência de organização deve ser decidida apenas pela vontade ou pelo sonho dos assentados.

A forma de cooperação a ser adotada depende, mais que da vontade dos assentados, das condições objetivas inerentes a cada uma das formas (MST, 2008, p. 63).

Como forma de encaminhar a cooperação, desde as formas consideradas mais simples, até as mais complexas, o MST estabeleceu que os assentamentos devem ser organizados em núcleos de base, como espaços de discussão de problemas e organização da produção. Tais núcleos devem possibilitar a experimentação da gestão do assentamento e das futuras cooperativas.

As formas de cooperação consideradas mais simples são as seguintes:

Mutirão, puxirão, troca de serviço:

É a forma mais simples de cooperação. Ela acontece ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes para fazer: capina, plantio, colheita, etc (MST, 2008, p. 67)

O grau acima dessas primeiras formas de cooperação são os núcleos de produção:

São assentados individuais que se unem, por proximidade, parentesco ou linha de produção (o leite, por exemplo) com a finalidade de organizar a produção (MST, 2008, p. 67).

Formas mais avançadas de cooperação são as Associações que podem ser de vários tipos:

- Para aquisição de animais (junta de bois, vaca de leite, etc);
- De máquinas ou implementos agrícolas (trilhadeira, trator, ceifadeira, colheitadeira, sistema de irrigação, etc).
- De transporte (caminhão, ônibus, etc);
- De comercialização (compra e venda de produtos); benfeitorias (armazém, serraria, farinheira, etc);
- De representação política de todos os assentados (MST, 2008, p. 67).

O MST considera que a cooperação atinge um grau superior quando ela se dá no nível da produção agrícola, como no caso dos grupos semi-coletivos e coletivos:

Grupos semi-coletivos: Quando as pessoas produzem no lote familiar (normalmente a subsistência) e têm uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Apesar de terem um estatuto, esta forma não é registrada;

Grupos coletivos: A produção é toda coletiva. Mesmo tendo estatuto e regimento interno, elas não são registradas. A comercialização é realizada em conjunto, mas no nome dos assentados (MST, 2008, p. 68).

Acima dos grupos, o MST considera as cooperativas como formas superiores de cooperação. Atualmente há cinco formas de cooperativas nos assentamentos:

Cooperativas de prestação de serviço de um assentamento (CPS).

Visa planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semi-coletivo ou em grupos coletivos. A CPS faz a comercialização das famílias ali assentadas, presta serviços de assistência técnica e fornece insumos agrícolas.

Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais: É uma CPS com maior abrangência (vários assentamentos lindeiros ou próximos). Normalmente ela atua na área de comercialização, da produção e de insumos agrícolas, no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção.

Cooperativas de Crédito: Com a finalidade de fazer circular o capital financeiro entre os assentados facilitando assim o acesso ao crédito.

Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): Visa planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção de formas coletivas. Além de planejar, organizar e comercializar várias linhas de produção desenvolvidas nos lotes familiar dos associados (produção individual).

Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): Esta cooperativa é coletiva, já que a terra está nas mãos da cooperativa. Ela é de propriedade social (os trabalhadores são os donos) e de produção social (os donos trabalham e repartem as sobras entre si conforme o trabalho aportado de cada um) (MST, 2008, p. 68).

As Cooperativas de Produção Agropecuárias são consideradas a forma superior de organização da produção nos assentamentos, e todos os esforços de cooperação devem ser realizados visando à sua implantação, como veremos a seguir.

3.1.1 As CPAs do MST

A discussão sobre a importância da cooperação no MST iniciou-se no começo da década de 80, com a criação das primeiras CPAs a partir de 1989:

:

As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção. Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva, na sua essência e muito menos na sua constituição. O que difere é a personalidade jurídica porque ao ser registrada como uma empresa cooperativista será regida pela legislação cooperativista brasileira.

Uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva e de trabalhos coletivos. Há também complicações burocráticas com a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária (MST, 2008, p. 74).

Para o MST (2008), há fatores determinantes para se constituir uma CPA em seus assentamentos. A terra deve estar sob controle do coletivo, ou seja, dos assentados que irão formar a cooperativa. Geralmente, a propriedade ou concessão da terra permanece em nome do assentado, mas fica em controle da cooperativa. Há casos, contudo, em que a propriedade da terra foi emitida pelo Incra em nome da cooperativa:

(Na CPA) a terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de “subsistência mínima”

de cada associado. Em quase todas as nossas CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que passa para o controle da cooperativa através de contrato de comodato ou de arrendamento simbólico. Mas pode haver título em nome das CPAs. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina já existem cooperativas com título de propriedade em nome da CPA, concedido pelo Estado (INCRA) (MST, 2008, pp. 74-75, grifos do autor).

Outros três fatores determinantes para a constituição de uma CPA estão relacionados à organização ser conduzida de maneira a liberar pessoas que possam executar outras tarefas para o movimento; à existência de um plano estratégico de desenvolvimento; e a localização em uma área estratégica (MST, 2008). Em uma CPA, a renda, o trabalho, o planejamento da produção, a moradia, e os aspectos legais são organizados da seguinte maneira:

Capital: Todos os investimentos de capital acumulado estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão ser integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se tornam investimentos considerados pela legislação fundos indivisíveis. Neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução;

Trabalho: A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de “postos de trabalho”, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores. O trabalho é controlado por produtividade física, na lógica do desempenho, e se faz a emulação dos trabalhadores pela sua eficiência política e econômica;

Planejamento da Produção: Na CPA, os planos de produção (a curto, médio e longo prazo) são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, define-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas;

Moradia: Na CPA, normalmente, organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas;

Aspectos Legais: As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente, inclusive com registro na Junta Comercial (e não no cartório, como as associações). Existem leis específicas que regulamentam as atividades das cooperativas. Por serem empresas com fim claramente econômico, as cooperativas são fiscalizadas com maior rigor pelo governo, exigindo um nível mais elevado de controles internos do que a associação ou grupos informais (MST, 2008, p. 75).

Além dos aspectos citados, o MST afirma a existência de quatro aspectos filosóficos na constituição das CPAs: mudar a existência para modificar a consciência; o efeito da propriedade privada na visão de mundo do camponês; o trabalho na construção do ser social; a cooperação e suas implicações no desenvolvimento do ser (MST, 2008).

O primeiro aspecto, ou seja, mudar a existência para modificar a consciência, possui relação direta com a constituição das moradias em agrovilas:

De maneira geral podemos dizer que cultura é tudo o que criamos, fazemos e sentimos ao produzir a nossa existência. É o jeito de plantar, as ferramentas que utilizamos, são os hábitos alimentares, a forma de se vestir, os tipos de músicas que se produz, a maneira de se relacionar, etc. Se a cultura então é o ato de fazer a vida, a consciência é o ato de refletir sobre essa realidade vivida. [...]

Será através da convivência social e da participação que o ser humano irá desenvolver naturalmente a sua consciência social. Logo precisamos planificar as condições para que isto ocorra.

Assim ao projetarmos os assentamentos, precisamos compreendê-lo com uma nova “Estrutura Social” que deverá ser desenhado de maneira a criar estas condições, de forma que esta estrutura não regrida com o passar do tempo.

A aproximação das moradias e a constituição dos núcleos de base são condicionantes essenciais para o estímulo à convivência e a participação social. Concebidos desde o início, esta estrutura física do assentamento terá mais dificuldades de regredir com o passar do tempo. Por isto, insistimos na importância de concebermos desde o primeiro momento do assentamento, as condições físicas para que ele mantenha a base estrutural para aproximar as pessoas, estimulando a convivência, sua participação social e as ações cooperadas (MST, 2008, pp. 75-76, grifo do autor).

Para o MST, o segundo princípio filosófico está relacionado à visão de mundo do camponês. Na perspectiva do movimento, o camponês possui uma visão de mundo individualista que deve ser transformada para uma visão coletivista:

Os atuais Sem Terra, sejam eles camponês ou assalariados urbanos de origem camponesa, ao lutarem pela terra trazem em seu horizonte, a posse da terra individual familiar, como a melhor maneira de superar sua condição de exploração e de privação. [...]

Não se constituiu na consciência destes trabalhadores, o rompimento destas condições de exploração, pelo caminho da coletivização da terra. [...]

Quais são as implicações desta opção histórica do campesinato brasileiro? Ao afirmar o lote individual familiar, este ser social não está afirmando somente a propriedade sobre a terra, apesar de ser uma propriedade centrada no trabalho familiar e não no

trabalho assalariado (exploração de terceiros, além da família). Ele está sinalizando para o MST que está disposto a fazer individualmente seu próprio destino e o de sua família, que passa também a ser sua propriedade. Este ser não possui apenas o lote, mas estabelece sobre ele próprio o governo, com leis próprias, com a organização do trabalho a partir da sua vontade e desejo, com planos de produção, relações de trabalho e de comercialização próprios e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide contribuir. [...]. Assim fica claro a perversidade da propriedade privada da terra nos assentamentos e o seu reflexo na consciência das pessoas (MST, 2008, p. 77).

O terceiro princípio – o trabalho na construção do ser social, relaciona-se ao trabalho e à propriedade privada. Para o MST, o desejo camponês de possuir a propriedade da terra gera uma dubiedade na visão de mundo camponesa, por aproximá-lo da visão pequeno-burguesa de mundo, mas ao mesmo tempo, como trabalhador direto da produção, o campesinato se converte em classe trabalhadora (MST, 2008). O trabalho camponês, contudo, tende à superstição e ao raciocínio associativo. A tarefa do MST através da cooperação é desmistificar esse universo mítico, relacionado ao trabalho familiar, rompendo com a visão artesanal do trabalho:

O rompimento desta visão artesanal do processo produtivo de trabalho, virá com a organização de atividades cooperadas, que melhor planeje o uso dos recursos naturais disponíveis, melhor utilize a força de trabalho existente e melhor aplique o uso das máquinas, equipamentos e animais. Se o trabalho é a condição básica para o desenvolvimento do ser social e da sociedade humana, a cooperação produtiva é a base para o aumento da produtividade deste trabalho e a condição para o avanço das forças produtivas sociais (MST, 2008, p. 79).

Por fim, o quarto princípio filosófico, ou seja, a cooperação e suas implicações no desenvolvimento do ser, relaciona-se ao objetivo do MST de implantar a coletivização total nos assentamentos, combinando os três fatores fundamentais da produção, ou seja, terra, trabalho e capital. O objetivo é fazer avançar a consciência para o que o movimento considera um nível superior:

Sabemos que quanto maior for a combinação dos elementos do processo produtivo, maior será a complexidade de gestão e administração desta unidade de produção. Mas em contrapartida, maior serão as condições de resistência econômica, num ambiente econômico capitalista. Evidentemente que esta cooperação complexa será desenvolvida por aqueles grupos de trabalhadores que possuem uma

consciência mais evoluída, conseguindo superar a propriedade privada e o trabalho familiar com referência para o desenvolvimento social (MST, 2008, p. 80).

Para realizar toda essa transformação das relações de propriedade e produção nascidas no interior do pensamento socialista, o MST lança mão de todo um aprendizado teórico para convencer os camponeses a se tornarem trabalhadores coletivos. Esse aprendizado é realizado por intermédio dos *cadernos de estudo*, *cadernos de experiências históricas* e *cartilhas de formação* que circulam entre os acampados e assentados (MST, 2008).

De acordo com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), os *cadernos de estudo*, *cadernos de experiências históricas*, e *cadernos de formação* que visam à difusão das ideias socialistas e a formação para a cooperação e a coletivização são os seguintes⁷⁰:

1- Cadernos de Estudo:

- 1) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 01 – Uma concepção de Desenvolvimento Rural (1993);
- 2) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 02 – Orientações jurídicas e contábeis sobre o funcionamento das CPAs - Alguns Elementos (1993);
- 3) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 03 – Que fazer? Vínculo empregatício; Previdência; Legislação Fiscal; Acertos das desistências nas CPAs (1994);
- 4) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 04 – Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos (1995);
- 5) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 05 – Sistema Cooperativista dos Assentados (1997);
- 6) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 06 – A emancipação dos assentamentos – Os direitos e os cuidados que os assentados devem ter (1998);
- 7) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 07 – Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos (1998);

⁷⁰ Todo esse material pode ser acessado através do site da Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira, no seguinte endereço - <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>.

- 8) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 08 – O sistema de Crédito Cooperativo (1998);
- 9) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 08 – A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 A 1999), (1999);
- 10) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 09 – Os compromissos do Governo Federal com os Movimentos Sociais do Campo (2000);
- 11) Caderno de Cooperação Agrícola Nº 10 – O que levar em conta para a organização do assentamento – A discussão no acampamento (2001);

2) Cadernos de Experiências Históricas de Cooperação:

- 1) Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 01 – O Cooperativismo na China (1998);
- 2) Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02 – O Cooperativismo no pensamento Marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao) (2000);
- 3) Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 03 – As Experiências Clássicas de Cooperação Agrícola (2001);

3) Cadernos de Formação:

- Caderno de Formação Nº 11 – Elementos Sobre a Teoria da Organização do Campo (1986);
- Caderno de Formação Nº 20 – A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (1993);
- Caderno de Formação Nº 21 – Questões práticas sobre cooperativas de produção (1994);

Sempre que possível, através de cópias xerocadas ou mimeografadas, esse material circulava nos acampamentos e assentamentos do MST (informação oral de assentados da Fazenda Pirituba, São Paulo, e do Assentamento Palmares II, Pará).

Entre o material que circulava entre acampados e assentados, o Caderno de Formação Nº 11 – “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, de Clodomir Santos de Moraes, foi a referência principal para a organização das CPAs nos assentamentos do MST:

Consideramos esse texto de suma importância. Para que seja lido, discutido e debatido por todas as lideranças de assentamento, pelas lideranças do movimento, pelos companheiros da área de assistência técnica e agentes da pastoral que acompanham os nossos assentamentos, para que possamos enfrentar com maior sucesso os nossos problemas a partir da experiência resgatada nesse texto de estudo. Sobretudo tendo em vista a clara e definida linha política do MOVIMENTO SEM TERRA de estimular e ajudar a organizar de todas as maneiras, a COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, nos assentamentos, como a principal forma de resolver os problemas econômicos, sociais, e manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades (Morais, 1986, apresentação).

A partir da perspectiva teórica e política de Clodomir Santos de Moraes, sobretudo no início da implantação da produção coletiva pelo MST, foram realizados os laboratórios organizacionais de campo, como forma de preparar os assentados para a organização do trabalho na lógica das cooperativas de produção agropecuárias.

3.1.2 Os Laboratórios Organizacionais de Campo

A trajetória profissional e pessoal de Clodomir Santos de Moraes é bastante longa e expressiva. Ele foi assessor do movimento das Ligas Camponesas, nos anos 60; foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e cassado em 1964; viveu parte da sua vida exilado; trabalhou na Organização Internacional do Trabalho (OIT), dando assessoria em questões da agricultura no Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua; trabalhou com pesquisador na República Democrática Alemã, junto ao Instituto Latino Americano de Pesquisas Sociais (Morais, 1986).

As primeiras CPAs do MST foram constituídas a partir da criação de um método de capacitação, criado por Moraes, denominado Laboratórios Organizacionais de Campo. Esses laboratórios eram realizados nos assentamentos com duração média de 35 dias, com o objetivo de simular a vivência dos assentados em uma CPA e levá-los ao aprendizado da organização e funcionamento de uma empresa como essa (Morais, 1986).

O texto “Elementos sobre a teoria da organização no campo” continua sendo uma referência fundamental para o estabelecimento da cooperação no MST (MST, 2008). Nesse texto, o autor expõe de maneira detalhada a sua perspectiva de organização do trabalho agrícola, tomando como ideia fundamental a intensificação da divisão social do

trabalho e a diminuição do tempo de produção, como forma de atingir eficiência produtiva:

Para conseguir produzir uma mercadoria ou uma quantidade de mercadorias em menor quantidade de tempo, o produtor não apenas busca ter instrumentos de trabalho aperfeiçoados como também busca racionalizar a forma de produção, ou seja, organizar o trabalho em função do tempo que ele dispõe para produzir mercadorias. Daí que toda atividade produtiva está relacionada com unidades de tempo, as quais são determinadas conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas ou de seus instrumentos de trabalho (Morais, 1986, p. 08).

Segundo o autor (1986), em seus primórdios, a sociedade dividia o trabalho de modo que as tarefas mais pesadas eram realizadas pelos homens e as tarefas mais leves, pelas mulheres. Os homens colhiam frutos silvestres e caçavam. As mulheres, como passavam mais tempo cuidando da casa e dos filhos, tiveram tempo de observar a germinação das sementes atiradas fora, e descobriram a agricultura. Tudo o que era obtido pelos membros do grupo era repartido igualmente entre todos, no regime denominado *comunal primitivo*. De acordo com o autor, essa situação foi sendo transformada lentamente:

À medida em que foram desenvolvendo a agricultura e a criação, as tribos se especializaram: umas em agricultura e outras em pecuária. Já não viviam da incerteza da caça e da coleta de frutos. E desde esta longínqua época que o homem conhece a **Divisão Social do Trabalho** na qual uns se dedicam à caça, outros à coleta de frutos, outros à agricultura e outros à pecuária (Morais, 1986, pp. 5-6, grifo do autor).

No desenvolvimento da sua argumentação, Moraes afirma que a especialização das atividades originou a propriedade privada tribal. Como cada tribo era proprietária da sua produção, elas podiam intercambiar seus produtos com as demais tribos, surgindo assim a mercadoria.

A mercadoria é todo artigo que se produz para a troca, para a venda, objetivando adquirir outro produto que não se produz. O artigo que alguém produz para usar ou comer não é mercadoria. A mercadoria é somente o artigo que se produz para o intercâmbio (Morais, 1986, p. 6).

Na perspectiva do autor, a mercadoria surge da divisão social do trabalho e da propriedade privada, e à medida em que se ampliou a divisão social do trabalho, os

homens se aperfeiçoaram, se especializaram nas diferentes atividades, e geraram excedentes de produção. Com a especialização nos diferentes ramos de produção, cada comunidade era autosuficiente, produzindo tudo o que se necessitava, sem necessidade de trocas com outras comunidades. Este período ele caracteriza como *economia natural*. Quando as comunidades passaram a intercambiar as mercadorias, a humanidade entrou na *economia mercantil*. No período da *economia mercantil simples*, os homens trocavam mercadorias por mercadorias até que se inventou o equivalente geral de todas as mercadorias, determinado pela quantidade de trabalho contido em cada mercadoria:

Toda mercadoria tem valor e seu valor é determinado pelo trabalho que está incorporado nela mesma. Desse modo a fonte do valor da mercadoria é o trabalho (Morais, 1986, p. 7).

A partir desse ponto, o autor distingue o trabalho em concreto e abstrato. O trabalho concreto é o esforço empregado para produzir qualquer artigo, como um saco de milho produzido por um camponês. O trabalho concreto cria o valor de uso da mercadoria. O trabalho abstrato é o somatório do esforço social para alcançar a produção, em um mesmo ramo de atividade. O trabalho abstrato cria o valor de troca das mercadorias. Exemplificando:

O valor de um produto é medido pela quantidade de trabalho que alguém emprega para produzi-lo. Pode acontecer, que um camponês gaste cem dias de trabalho para produzir 20 sacos de milho enquanto outro camponês utilizando juntas de bois, arados, etc, produza a mesma quantidade em 50 dias (Morais, 1986, p. 7).

No desenvolvimento de seu raciocínio, o autor compara a contagem de tempo na lógica camponesa e na lógica proletária, defendendo a ideia de que a especialização do trabalho diminui o tempo de produção, barateia o preço da mercadoria, e possibilita maior concorrência no mercado:

Entre os camponeses, por exemplo, as unidades de tempo são indefinidas e em geral são longas: um ‘momentinho’, um “momento”, meio-dia, uma semana, a próxima lua nova, a colheita, etc. Já entre os operários de uma fábrica o tempo se mede em segundos, minutos, uma hora, etc. Com o desenvolvimento da economia mercantil o tempo também passa a ter valor. [...] Ninguém quer perder tempo porque perder tempo significa perder dinheiro, e o produtor à medida em que se especializa em uma atividade, menor é a quantidade de tempo

que gasta para produzi-la. Quanto mais barato lhe sai uma mercadoria, maior facilidade terá de vendê-la no mercado. Por isso a maior preocupação que tem o produtor é a de produzir a maior quantidade de mercadoria na menor quantidade de tempo possível (Morais, 1986, p. 9).

Se o camponês não consegue baratear o preço da sua mercadoria, ele sofre um processo de empobrecimento e tem que vender seus próprios meios de produção e seus instrumentos de trabalho. Esse empobrecimento pode chegar à necessidade da venda da própria força de trabalho para o capitalista ou latifundiário, momento que passa a ser denominado *economia mercantil capitalista*. Os indivíduos passam ideologicamente a se comportar em relação à sociedade de acordo com o papel que desempenham no processo produtivo. O comportamento ideológico do camponês é assim descrito pelo autor:

O comportamento ideológico do camponês é um processo de organização de **tipo artesanal**, porque o camponês (este artesão do campo) opera em um processo produtivo único (sem divisão) no qual o produtor inicia e termina o produto.

O comportamento ideológico do **camponês-diarista** em um processo de organização é do tipo intermediário, **semi-assalariado** porque o **camponês diarista** trabalha em sua empresa artesã, em sua parcela familiar e também (em certas épocas do ano) trabalha na empresa de tipo grande com processo produtivo socialmente dividido (Morais, 1986, p. 12, grifos do autor).

O autor defende que o lugar social no processo produtivo determina o comportamento isolacionista e reacionário do camponês, e sua recusa a qualquer forma de associação.

O processo produtivo individual (unifamiliar) que o camponês desenvolve, determina a visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca (Morais, 1986, pp 13-14).

A partir da perspectiva de que o camponês possui uma visão personalista, o autor passa a enumerar o que chama de *vícios ou desvios ideológicos* que vão se manifestar em uma empresa coletiva ou associativa que reúna camponeses, o que pode minar pouco a pouco a unidade e a disciplina necessária à cooperação. Esses vícios ou desvios criados pelas formas artesanais de trabalho acabam por criar indivíduos-tipo, assim caracterizados:

Individualista é o tipo oportunista que acredita apenas no indivíduo e sempre o coloca em plano superior à organização. [...].

Personalista está sempre defendendo ou cuidando de seus interesses pessoais. [...].

Espontaneista é resistente ao planejamento dos trabalhos ou de ações e muito menos age conforme um plano de trabalho. Ele prefere realizar as tarefas que lhe são agradáveis ou mais convenientes como também as realiza no momento que mais lhe agrada ou que mais lhe convém. [...].

Anarquista reage à organização das coisas ou das ações. Não controla nem contabiliza os recursos. É um homem desorganizado. [...].

Imobilista é um tipo de oportunista que deliberadamente não se mexe para nada. [...].

Comodista é o tipo de oportunista que procura sempre se acomodar ou estar bem com todo mundo quando surgem situações conflitivas. É um invertebrado, um animal sem ossos [...].

Sectarista ou radical é aquele tipo de oportunista que se sente torturado pela aparente lentidão com que amadurecem as condições necessárias para a realização das ações fundamentais e decisivas da empresa. [...].

Liquidacionista é aquele tipo de oportunista que habilmente busca liquidar ou suprimir uma ação que possa prejudicar seu interesse pessoal. [...].

Aventureiro, como todos os demais subjetivistas, nunca consulta a realidade na qual vai se basear a ação. Tampouco mede as consequências ou os resultados da ação. O aventureiro pensa e age dentro de um marco idealista. [...].

Autosuficiente tem resposta para tudo, não ignora nada, não pergunta nada nem pede nenhuma explicação, nunca tem nenhuma dúvida. [...]. (Moraes, 1986, pp. 28-35).

Para combater os vícios ou desvios do comportamento ideológico dos camponeses, o autor prescreve a *vigilância*, para manter a unidade e a disciplina no grupo; a *crítica* para permitir a harmonização das ações dentro do grupo, objetivando o maior rendimento no trabalho; e a *reunião* para exercitar o trabalho coletivo ou associativo em qualquer nível.

Após essa introdução, Moraes (1986) descreve os objetivos do Laboratório Experimental de Campo, ou seja, criar uma empresa artificial que possibilite um ensaio de vivência para os camponeses aprenderem a se organizar de maneira empresarial.

O que é um Laboratório Experimental? É um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada (Moraes, 1986, p. 40, grifo do autor).

Morais (1986) afirma que para a realização de um laboratório experimental há três requisitos imprescindíveis. Não há número máximo de pessoas, mas no mínimo devem haver 40 participantes, com direito pleno de se organizarem, e cujos meios de produção fiquem em poder do grupo. Se a maior parte do grupo for formada por camponeses o laboratório não conseguirá atingir seus objetivos em menos de 30 ou 40 dias ininterruptos.

Para a criação de um Laboratório Experimental é necessário formar a *estrutura primária*, que consiste em determinar 3 ou 4 pessoas para, em nome do grupo, auxiliar no andamento da empresa. O laboratorista transfere para o grupo todos os meios de produção imprescindíveis para formar uma empresa⁷¹. Como os meios de produção são diversos e variáveis, o grupo é induzido a trabalhar com uma divisão técnica do trabalho (Morais, 1986).

Os meios de subsistência são transferidos em quantidades bem inferiores a suas necessidades, a fim de que eles ponham em prática sua capacidade de iniciativa (Morais, 1986, p. 41).

De acordo com o autor, após a formação da empresa é feito um inventário com a transferência de todos os bens como veículos, tratores, instrumentos de trabalho, área cultivada, para que os camponeses julguem o que fazer, sempre respeitando a legislação vigente. Havendo algum tipo de desordem no grupo, a estrutura primária é orientada a controlar todo tipo de situação para que seja mantida a ordem. Havendo desarmonia no grupo, a estrutura primária realiza uma etapa de levantamento de problemas, chamada de *síncrese* para expor ao grupo. Após essa etapa o grupo deve assumir uma atitude permanente de *crítica* para avaliar e reavaliar se os objetivos propostos estão sendo cumpridos. Inicia-se com isso uma nova fase chamada de análise, onde “o grupo já se encontra estruturado, dividido em comissões de trabalho, com coordenadores em cada comissão e a secretaria geral eleita de acordo com a decisão do grupo” (Morais, 1986, p. 42). Toda essa etapa é acompanhada de palestras sobre a teoria da organização, de modo que teoria e prática sejam complementares.

A realização dos laboratórios de campo, contudo, não atingiu a todos os assentamentos que se orientaram para a organização da produção coletiva. Essa

⁷¹ O autor utiliza o termo empresa. Porém, é evidente que há diferenças fundamentais entre uma empresa socialista, como uma CPA, e uma empresa capitalista. As CPAs não se organizam para a extração da mais-valia dos trabalhadores, o que as tornam completamente diferentes das empresas capitalistas.

preparação acabou sendo experimentada através da organização dos núcleos de famílias, dos grupos semi-coletivos e coletivos que já estavam organizados nos acampamentos (informação oral de Jorge Neri, ex direção nacional e estadual do MST, Pará).

Após a conquista do assentamento, o objetivo é que essas formas de organização, sobretudo os grupos coletivos que já funcionam inteiramente como CPAs, se formalizem juridicamente e se transformem em cooperativas de produção agropecuárias:

Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva na sua essência, e muito menos na sua constituição. O que difere é a personalidade jurídica porque ao ser registrada como uma empresa cooperativista será regida pela legislação trabalhista brasileira (MST, 2008, p. 74).

O exemplo do estado do Pará, contudo, demonstra que o objetivo de implantar CPAs, mesmo em assentamentos já organizados coletivamente, não é um processo linear. No Pará, assentamentos que já se organizavam coletivamente não chegaram a registrar-se como CPAs, e os assentados voltaram a organizar o trabalho na lógica camponesa ou acabaram deixando o assentamento (Informação oral da secretaria estadual do MST, Regional Cabanas, 2012). É notável que algumas contradições que surgiram na experiência de coletivização nos assentamentos do Pará foram semelhantes às que surgiram em CPAs brasileiras e cubanas, como as dívidas contraídas, a dificuldade de produção, comercialização e a crise de produção de alimentos. Buscando aprofundar o mais possível a análise da coletivização do MST e compreender as contradições que resultaram na retração da coletivização nos assentamentos desse estado, iremos apresentar a pesquisa realizada no estado do Pará.

3.2 A Territorialização do MST no estado do Pará

Mapa 4 – Localização do estado do Pará no território brasileiro

No estado do Pará, como em toda a Amazônia, há um processo permanente e violento de apropriação da terra pelo capital, e a organização do MST nesse estado é decorrente desse processo. De acordo com Ulisses Manaças, coordenador estadual do

MST no Pará, Regional Cabanas⁷², o movimento primeiramente se organizou nas regiões Sul e Sudeste do Pará e, posteriormente, em Belém e região metropolitana. Com objetivo de territorializar a luta do MST no Pará, militantes maranhenses, com apoio de sem-terras dos estados de Goiás, Ceará e Pernambuco, foram apoiar a luta pela terra nesse estado. A primeira incursão do movimento no Pará ocorreu em 1989, porém, de acordo com Fernandes (2000), já no Primeiro Encontro Nacional do MST, em janeiro de 1984, em Cascavel, trabalhadores rurais paraenses se fizeram presentes com a perspectiva de criar o MST no estado.

No Pará, as ocupações de terra realizadas pelo MST ocorreram primeiramente no sul do estado, devido ao enorme contingente migratório e a consequente miséria de enormes parcelas da população, causada pela implantação de infraestrutura por parte do Estado brasileiro para viabilização de grandes projetos hidrelétricos, mineradores e agropecuários na região, como pode ser visto a seguir:

A região do sul do Pará é uma região de fortíssima migração. Grandes movimentações humanas em busca de melhores condições de vida. A ocupação do território no sul do Pará, a cidade mais antiga, por exemplo, Marabá, tem 100 anos. Parauapebas que é hoje uma cidade com 150 mil habitantes, na Serra dos Carajás, tem 20 anos. Há uma bomba migratória para aquela região, tal como em outras regiões do sul do Pará. Em Xingu, Altamira, tem perspectiva que nos próximos 10 anos deve dobrar a população, porque a Amazônia hoje é uma fronteira aberta. É a última fronteira de expansão do capitalismo, na agricultura também. Essa opção do governo de consolidar grandes infraestruturas para a viabilização dos projetos na Amazônia, possibilita a fundo a entrada de capital nacional e internacional pra consolidar grandes projetos. Então você tem que conjugar projeto de mineração, à Vale do Rio Doce, à Alcoa, à Albrás Norte, grandes empresas explorando os recursos minerais do nosso território. Você tem a consolidação de grandes projetos graneleiros. Você tem a ADN que é uma grande multinacional do mercado de alimentos, dos EUA. Você tem a Cargill, que é uma multinacional dos EUA. Você tem a Biovale explorando o dendê. Você tem a expansão da pecuária, do ciclo da soja, da indústria madeireira e dos grandes projetos do agronegócio na região. Você tem a corrida também para o hidronegócio, empresas tentando garantir a água doce, a água potável aqui da região. Você tem os grandes projetos hidrelétricos para a Amazônia, especialmente no Pará, Belo Monte, a hidrelétrica do Tapajós, a de Santa Isabel, de Marabá, e de vários rios aqui. Tem um conjunto de infraestrutura patrocinado pelo Estado brasileiro pra consolidação da expansão

⁷² Para a realização da pesquisa no Pará no período de setembro de 2012 a janeiro de 2013, foram mantidas várias conversas e feitas entrevistas com Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST no Pará, Regional Cabanas.

comercial e exploração da Amazônia (Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST, regional Cabanas, entrevista realizada em outubro de 2012).

A opção do governo brasileiro de consolidar as grandes estruturas para o desenvolvimento do capital na Amazônia, levou enorme contingente populacional para o sul e sudeste do Pará:

Ao ter o grande projeto, você tem a migração de pessoas que querem trabalhar, que querem morar, que querem fazer fortuna na região. Por isso, o maior fluxo migratório para a Amazônia no Brasil é justamente pra essa região do sul do Pará. Aquela região sul e sudeste do Pará, o fluxo migratório vem desde a década de 30, nos ciclos de expansão do capitalismo. Você teve o ciclo dos castanhais ali, que vai de Marabá até Xinguara, era considerado o polígono dos castanhais, devido às grandes castanheiras antigas que tinham na região. Então o Pará era o maior exportador de castanha do Pará do mundo. Hoje virou tudo pasto. Hoje os castanheiros do Brasil exploram castanha do Pará da Bolívia, eles têm que importar, por incrível que pareça. Depois do ciclo extrativista da castanha, você teve o ciclo da pecuária na região. E a ditadura militar criou nessas regiões grandes assentamentos pra poder colonizar o território, e convocou os pobres e miseráveis do nordeste brasileiro, e alguns de outros estados onde havia fortes conflitos pela terra no Brasil. Hoje você tem lá vários paranaenses, onde a maioria são fazendeiros, paulistas, baianos, mas a grande maioria são nordestinos da Paraíba, do Ceará, do Maranhão em grande quantidade. Esses foram para aquela região, primeiro pra trabalhar nas grandes fazendas na abertura, pra fazer o trabalho sujo de abrir, desmatar, pra vir a pecuária posteriormente. Pra trabalhar na Serra Pelada, que foi a maior mina aberta do mundo. Serra Pelada era um formigueiro humano. Quando fechou Serra Pelada ficou essa legião de miseráveis sem saber o que fazer. Então virou aqui aquele fluxo migratório em massa pra região, pra trabalhar também na hidrelétrica de Tucuruí. Toda aquela região ali, pra trabalhar no grande projeto Carajás, a maior mina aberta do mundo, a maior jazida do mundo. Então aqueles grandes projetos não absorviam grande mão de obra, ficou muita gente miserável na beira das estradas. Era, na verdade, um tecido social. Era, na verdade, um público-alvo pra poder retornar pra terra, porque a maioria eram camponeses (Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST, regional Cabanas, entrevista realizada em outubro de 2012).

A existência desse enorme contingente de migrantes sem trabalho e sem-terra foi determinante para a organização e consolidação do MST no sul e sudeste do Pará:

E lá foi o tecido social pras ocupações de terra, pra Fetraf⁷³, pros sindicatos rurais, para o MST. Então o MST mobilizava rapidamente 10.000 famílias pra lutar pela posse da terra, que são hoje a base social que compõem os grandes assentamentos do MST no sul do Pará. Então o MST ali se consolidou porque havia massa permanentemente sem-terra, desocupada e com muita disposição pra fazer luta. Agora também é uma região de muito conflito, de muita tensão, justamente pela existência desses grandes projetos, pela ocupação do latifúndio. Na região o latifúndio se consolidou através de uma característica fundamental que foi a violência, grilando, roubando e expulsando muita gente da terra. No seu entorno ficou um cordão de miseráveis, uma massa humana muito grande de miseráveis. Nas ocupações você vê pelo aspecto das pessoas, uma miséria muito grande! Como você tinha ali um barril de pólvora, você conseguia rapidamente mobilizar muitas pessoas nas ocupações de terra. Se você for ver no Atlas das ocupações de terra no Brasil, o sul do Pará aparece em destaque, com grandes ocupações e muitos assentamentos. Tanto é que o Pará é o estado que mais possui assentamentos no Brasil inteiro, especialmente nessa região. Ali foi a base fundamental pra consolidação da territorialização do MST, a partir dessas grandes ocupações que eu te falei: Rio Branco, Palmares, 26 de Março, 1 de Março você teve ali a base da consolidação do MST. Isso vai de 1996 até 1998 que foi a consolidação dessa base territorial, que tem a característica de possuir grandes assentamentos. Rio Branco tem 340 famílias; Palmares - 517 famílias; 17 de Abril - 696 famílias⁷⁴, são assentamentos muito grandes. Os assentamentos posteriores que nós fizemos, foram assentamentos menores (Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST, regional Cabanas, entrevista realizada em outubro de 2012).

De acordo com Fernandes (2000), desde a década de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília, e na década de 1970, com a construção da Transamazônica intensificou-se o movimento migratório de famílias camponesas do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil para a Amazônia, contingente que se somou aos indígenas expropriados e aos posseiros que tiveram suas terras apropriadas por bancos, empresas nacionais e transnacionais como a Volkswagen, o Bradesco e o Bamerindus. Pela gravidade da situação de extrema miséria e exploração a que essa massa humana estava submetida, o MST primeiramente se territorializou no sul e sudeste do Pará. Como o número de pessoas em condições de extrema miséria era e continua sendo enorme, o MST conseguia rapidamente realizar ocupações com grande número de pessoas, razão pela qual os

⁷³ Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

⁷⁴ Foi no assentamento - 17 de Abril - que foram assentadas as famílias sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás. O nome do assentamento foi dado em memória dos assassinados já que 17 de abril de 1996, foi a data do massacre.

assentamentos nessa região são os maiores do estado do Pará, como pode ser visto pelos exemplos citados por Manaças.

Há que se considerar, contudo, que a luta pela terra protagonizada pelos posseiros no sul e sudeste do Pará são anteriores ao surgimento do MST na região (Terence, 2013). De acordo com o autor, a própria tática de formação de acampamentos apareceu primeiramente sendo imposta pelo Estado, como condição de acesso à cestas básicas, e se dissemina com o MST. Os camponeses, porém, ainda hoje relutam em permanecer acampados nas fazendas. O acampamento foi uma forma de enquadrar as lutas dos posseiros às estratégias de luta do MST, em uma “(...) ocupação disciplinada, centralizada e detentora da maior parte das informações sobre o ato a se realizar” (Terence, 2013, p. 43).

Segundo Fernandes (2000), a primeira ocupação de terra realizada pelo MST no sudeste paraense ocorreu no dia 10 de janeiro de 1990, no município de Conceição do Araguaia, na Fazenda Ingá. Nela, com o apoio da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), cerca de cem famílias ocuparam parte da fazenda Ingá, enquanto outra parte, aproximadamente 15 mil hectares, já estavam ocupados por posseiros que tentavam resistir à violência dos jagunços. Em janeiro de 1992, após dois anos de luta e resistência, o MST conquistou o assentamento Ingá. Nesse primeiro assentamento, segundo Manaças, ainda não estava presente as estratégias de luta que o MST iria imprimir posteriormente em seus assentamentos, configurando-se numa ocupação que ele denominou “de posseiros”:

Entrava na terra, cortava a terra na marra, fazia o lote naquele sistema que a gente chama de quadrado burro. Corta o lote, o cara fica na terra e ponto final, acaba participação, mobilização e tudo mais. Tinha muito esse caráter de posseiro (Ulisses Manaças, entrevista realizada em outubro de 2012).

No trecho acima vê-se até a forma pejorativa com que o MST encarava a luta dos posseiros na região, discordando das táticas de luta desses sujeitos sociais. Tentando impor suas diretrizes, uma delas a produção coletiva, o MST acabou se enfraquecendo, em 1991, tendo que se retirar de Conceição do Araguaia, e transferindo sua secretaria estadual para Marabá:

Um dos principais estranhamentos entre os métodos do MST e dos posseiros ocorreu justamente na ocupação da fazenda Canarana, que levou à criação do Projeto de Assentamento de mesmo nome. No caso

da fazenda Canarana houve ocupações simultâneas, ou quase simultâneas, de grupos independentes que buscavam orientação com o SRT e a CPT, e um outro grupo coordenado pelo MST. A fazenda foi dividida entre os vários grupos, porém, quando o MST tentou interferir na produção dos ocupantes, propondo processos de trabalho coletivo, houve grande rejeição dos acampados que não gostaram da proposta. Tal fato acabou diminuindo a força do MST dentro da fazenda e acabou levando à sua retirada (Terence, 2013, p. 44)

Foi a partir de 1994, com a ocupação da região da Serra dos Carajás e a conquista dos assentamentos Rio Branco e Palmares, que o MST conseguiu implantar sua lógica de organização e produção nos assentamentos:

Organizando as famílias em grupo, criando setores de saúde, educação, formação pra que as pessoas tenham permanentemente atividade. Pra nós, à medida que a gente mobiliza o povo, mas esse povo ganha seu lote de terra e se isola no lote, você deixa de agregar conhecimento nesse ser humano. Ele deixa de participar, e ao deixar de participar, ele deixa de agregar conhecimento e valores. Então, o fundamental pra nós é manter o povo permanentemente em mobilização, seja pra conquistar a terra, seja pra garantir melhorias na conquista da terra, seja pra agregar outros conhecimentos que são importantes para o ser humano (Ulisses Manaças, entrevista realizada em outubro de 2012).

De acordo com Manaças, o massacre de Eldorado dos Carajás foi decisivo para que o MST se territorializasse em Belém. O massacre ocorreu no dia 17 de Abril de 1996, quando cerca de 3.500 famílias organizadas pelo MST já formavam desde setembro de 1995 um acampamento na beira da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, localizada na cidade de Curionópolis.

O então presidente do INCRA, Francisco Graziano, em visita à região, prometeu fazer vistoria para desapropriar a Fazenda Macaxeira, com a condição de que os sem-terra não a ocupassem. As famílias cumpriram o acordo e continuaram na beira da estrada, enquanto a equipe do INCRA fazia sua vistoria. Mesmo com 42 mil hectares formados de pastagens e mata já depauperada pela extração de madeira de valor, a vistoria atestou indevidamente que a fazenda era produtiva.

Cansados de esperar pelas promessas do INCRA, no dia 5 de março, as famílias acampadas na beira da rodovia decidiram, em Assembleia, ocupar a fazenda Macaxeira. (...) No dia 6 de março, através do Presidente do Instituto de Terras do estado do Pará, Ronaldo Barata, o governo do Pará comprometeu-se a gestionar (sic) junto ao INCRA o assentamento das 3.500 famílias. Comprometeu-se ainda em enviar no dia 12 de março, 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios para o acampamento. O prazo limite para obtenção dessa área era de

trinta dias, a contar do dia 07 de março de 1996. O prazo passou e o governo do Pará não enviou os alimentos nem os remédios prometidos.

No dia 10 de abril, para protestar contra o não cumprimento do acordo pelo governo do Estado do Pará e a demora da desapropriação por parte do Governo Federal, os trabalhadores rurais decidiram iniciar uma caminhada até Belém. Aproximadamente 1.500 famílias iniciaram a passeata. No dia 16 de abril, no km 95 da PA-150, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, cansados e famintos, os sem-terra resolveram bloquear a rodovia (que é pouco movimentada, já que passam por ali alguns caminhões de madeira e gado), para que o governo atendesse suas solicitações. Queriam comida e transporte para chegar até a Capital e negociar com o governo e representantes do INCRA.

O major José Maria Pereira de Oliveira, comandante da 10ª CIPM/1ª CIPOMA, centralizou as negociações e garantiu que, se o trânsito fosse desobstruído, no dia seguinte o governo estadual enviaria 10 toneladas de alimentos e 50 ônibus para que as famílias se dirigissem a Marabá, a 100 km dali, onde haveria negociações com o superintendente do INCRA. Os trabalhadores saíram da rodovia e montaram acampamento às margens da pista. No dia 17 de abril, às 11 horas, o oficial da PM tenente Jorge Nazaré Araújo dos Santos, informou ao acampamento que o acordo estava desfeito. Nada mais seria entregue. Nem ônibus, nem comida. Em protesto, os trabalhadores voltaram a ocupar a rodovia.

No dia 17 de abril, aproximadamente às 15 horas, alguns ônibus chegaram. Sob o comando do major José Maria Pereira de Oliveira, comandante da 10ª CIPM/1ª CIPOMA, dois ônibus e uma caminhonete, vindos da cidade de Parauapebas traziam 68 homens armados com duas escopetas, quatro metralhadoras, cinquenta fuzis e revólveres.

Pelo sentido oposto da estrada, vieram outros três ônibus. Sob as ordens do coronel Mário Colares Pantoja, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, desembarcaram 200 homens equipados com metralhadoras e revólveres. Nenhum policial estava com a devida identificação. (...) estavam autorizados a matar sem que pudessem ser reconhecidos mais tarde.

O batalhão de Marabá, sob as ordens do coronel Mário Colares Pantoja, chegou lançando bombas de gás lacrimogênio. No início os trabalhadores resistiram jogando paus e pedras. Entretanto, ao ouvirem os primeiros disparos, saíram em retirada. Os policiais iniciaram os disparos contra os membros inferiores (pernas). Depois selecionaram as lideranças que deveriam ser mortas e encontraram OZIEL ALVES PEREIRA em uma barraca. Com os trabalhadores feridos e rendidos, os policiais passaram a usar os próprios instrumentos de trabalho dos lavradores, como facão e foice, para matá-los. O massacre durou aproximadamente uma hora. Os mortos e feridos foram levados pelos policiais para o acostamento. Às 19 horas, a rodovia PA 150 estava liberada, conforme exigência do governador Almir Gabriel.

O massacre chocou o mundo. Dezenove trabalhadores foram barbaramente assassinados e outros 68 ficaram feridos⁷⁵ (Caderno de Formação do MST, nº 32, pp. 14-16).

Apesar de massacres serem recorrentes na história da luta pela terra no Pará e no Brasil, o ocorrido em Eldorado dos Carajás possuiu características peculiares que o projetaram como um forte marco simbólico na luta pelo acesso à terra no Brasil, como pode ser visto a seguir:

Desde a década de 80 era muito visível os assassinatos seletivos de lideranças, mas o fato simbólico foi exatamente o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Esse é um dos massacres mais emblemáticos que têm no Brasil. Houveram outros massacres com um número maior de pessoas assassinadas. No massacre de indígenas, por exemplo, morrem mais de 20, 30 pessoas. Mas o massacre de Eldorado dos Carajás teve vários elementos característicos, marcantes e próprios. Primeiro, os assassinos eram agentes do Estado, era a polícia, numa ação deliberadamente pra *ensanduichar* os trabalhadores. Eles foram cercados por uma tropa que veio de Parauapebas e outra tropa que veio de Marabá, colocaram os trabalhadores no meio, cercaram e dos 19 assassinatos, 11 foram execução sumária, tiros na nuca com mais de 10 cm. Depois de estarem dominados, foram executados. Então você tem aqui a presença direta de agentes do Estado. Segunda característica que deu essa notoriedade, evidenciou muito o massacre foi exatamente a possibilidade de ter uma equipe de televisão no momento, porque massacres aconteceram muitos no sul do Pará. A chacina da fazenda Ubá, várias chacinas aconteceram no sul do Pará, que não teve essa notoriedade pública. Mas essa não. O elemento central é que tinha uma equipe de televisão na hora, que filmou parte dos acontecimentos, mesmo assim a polícia roubou parte dos filmes que haviam sido gravados. Então isso evidenciou, e o MST já vinha numa escala crescente na década de 90. O MST estava numa escala crescente, porque aumentou e muito o número das ocupações de terra, que projetou o MST nacional e internacionalmente. Infelizmente esse acontecimento trágico acabou projetando o MST como referência na luta não só pela terra, mas na luta social no Brasil e no mundo. Aí a gente conseguiu aqui uma penetração muito grande na capital. Você pode estar no campo, no interior do estado, mas é na capital que tá os grandes meios de comunicação de massa, os poderes do Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário. Aqui você tem os grandes formadores de opinião do Estado, as Academias, os grandes debates acontecem em Belém, que é a capital. Então você tem um debate privilegiado pra fazer a luta política, de projetos. Então o MST pode fazer essa incursão, tinha sindicatos, de formadores, de professores da própria academia. Tinha as igrejas progressistas, a igreja católica, igrejas protestantes mais

⁷⁵ Tanto os parênteses, quanto as palavras em caixa alta constam do documento de onde foi extraída a citação.

progressistas. Então tinha muito apoio da sociedade (Ulisses Manaças, entrevista realizada em outubro de 2012).

Segundo Manaças, desde 1994 o MST tinha o objetivo de manter um escritório em Belém, mas havia a dificuldade de, estando na capital, ficar demasiadamente afastado da sua base social, que estava no sul e sudeste do estado. Por isso, em 1998 o movimento iniciou a elaboração de um plano para consolidar ocupações próximas à capital, através de trabalhos de base realizados na periferia de Belém e nos municípios do entorno. Com esse objetivo, no dia 15 de novembro de 1998, o MST fez a primeira ocupação de terra nessa região, na fazenda Bacuri, município de Castanhal, onde hoje se localiza o assentamento João Batista, o primeiro na região⁷⁶. A estratégia de luta era criar uma base social próxima à capital, e expandir-se na região devido a várias razões fundamentais:

Primeiro, aqui tem a maior densidade demográfica do estado, um adensamento demográfico. Só a região metropolitana que vai até Santa Isabel tem quase 3 milhões de pessoas vivendo. Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Isabel e Santa Bárbara congregam juntas quase três milhões de habitantes. O Pará é um estado de 7 milhões de habitantes, portanto é onde você tem a maior densidade populacional do estado. Tendo isso, você tem também a maior quantidade de miseráveis próximos um do outro. Basta ver os bolsões de miséria nas periferias, ali. E grande parte dessas pessoas são egressos do campo, que vieram pras cidades em busca de melhores condições de vida, vivendo nos bolsões de miséria, que são as ocupações urbanas. E mesmo quem não veio do campo, seus pais, seus avós vieram do campo. Então pra nós era o tecido social pra fazer ocupação de terra nessa região. Então a ideia era fazer um retorno desse pessoal pra terra. Então você tem tecido social pra fazer ocupação e tem junto público consumidor em massa.

Segundo grande motivo, como nós agricultores, trabalhamos com agricultura pra alimentação, vamos precisar comer. Isso é questão vital. Trabalhando com agricultura, trabalhando com alimentação, você tem um público consumidor. Então próximos das capitais os assentamentos têm viabilidade econômica. Esse é nosso raciocínio imediato.

Terceiro grande motivo. Aqui nessa região, na capital estão concentrados os grandes ninhos, veículos de poder. O poder executivo, o poder legislativo, deputados e vereadores, e o poder judiciário. E os grandes meios de comunicação. Então qualquer mobilização e luta você tem fácil seu alvo de pressão, que é o Estado. Qualquer mobilização e luta você tem também repercussão nos meios de comunicação. Então a pressão na

⁷⁶ O nome João Batista foi dado ao assentamento em homenagem ao deputado estadual do Pará, João Batista, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que foi identificado com a luta pela reforma agrária e acabou sendo assassinado pelo latifúndio, em 06 de dezembro de 1988.

capital é diferente da pressão nas cidades do interior. Então aqui é o cenário ideal pra se fazer a disputa de projetos, segundo o raciocínio nosso (Ulisses Manaças, entrevista realizada em outubro de 2012).

Esses três elementos somados - enorme contingente populacional migrante de áreas rurais vivendo em condições de miserabilidade, a possibilidade de produção de alimentos para um mercado consumidor próximo e a intensificação da luta política e da pressão social junto aos veículos de poder - levaram o MST a empreender seu processo de territorialização em Belém. Com isso, em abril de 1999, cinco meses após a organização do acampamento João Batista, em Castanhal, foi realizada a ocupação que culminaria no assentamento Mártires de Abril. Na avaliação de Manaças, a consolidação do MST em Belém foi positiva devido à possibilidade de articulação com outras lutas e outros movimentos:

De certa forma foi positivo, porque ficamos muito mais próximos, evidenciou o MST mais aqui nessa região, que conseguiu articular um conjunto de aliados que vivem em torno do MST, e nós vivemos em torno da articulação. Um intercâmbio que ajudou a articular diversas lutas aqui na região. Hoje o MST mantém uma relação direta com o movimento estudantil, com o movimento de bairros, de periferia, rádios comunitárias, igrejas que apoiam a nossa luta, e vice-versa. Acho que ajudou a agregar muito conhecimento pro MST (entrevista realizada em outubro de 2012).

É fundamental ressaltar, no entanto, que a perspectiva de luta pela terra no estado do Pará, aqui apresentada com base nas entrevistas realizadas com lideranças do MST nesse estado, sobretudo Ulisses Manaças, não é consensual. Há divergências apontadas e discutidas na literatura que analisa a história dessa luta e as estratégias de resistência adotadas historicamente pelos posseiros na região, como nos mostrou Terence (2013). O objetivo de reproduzir a perspectiva do MST, na presente tese, foi mostrar a visão do movimento sobre a luta pela terra e a estratégia adotada para fortalecer a luta na terra, com a implantação de formas de organização do trabalho baseadas no socialismo, como a coletivização agrícola.

Com isso, para estudo da coletivização através dos núcleos de família formados pelo MST no estado do Pará, e análise das contradições que impossibilitaram a sua consolidação como Cooperativas de Produção Agropecuárias, analisaremos dois casos. O primeiro é o Assentamento Palmares II, localizado no sudeste no estado do Pará, pois

o MST se territorializou primeiramente nessa região, como mencionamos. E o segundo é o Assentamento Mártires de Abril, localizado em Mosqueiro, região metropolitana de Belém.

Nos dois assentamentos foi realizado um processo de preparação para a coletivização no período do acampamento, com a organização das famílias em grupos para a divisão das tarefas. A divisão de tudo o que era obtido era feita igualmente entre os acampados. O MST também incentivava a tomada de decisões em reuniões e assembleias. Nos dois casos, após a conquista da terra iniciou-se um processo de organização territorial do assentamento, com embates acirrados entre o MST, que impunha a construção da moradia na agrovila, e a maioria dos assentados, que desejavam construí-la no lote de produção. Os assentados foram organizados em núcleos de famílias e deram início a produção coletiva. Posteriormente, em ambos assentamentos todos os núcleos de famílias foram desfeitos e os assentados seguiram três caminhos. Ou deixaram o assentamento, ou voltaram a trabalhar na lógica camponesa, ou tiveram que voltar à condição de assalariados, trabalhando apenas uma parte do tempo na agricultura, como veremos a seguir.

“Quando a gente tinha um projeto a fundo perdido que viabilizava comprar alimentação, dava suporte pra essa produção coletiva, tudo bem, porque o retorno não dava pra gente se sustentar”

(Jorge Neri, ex-liderança estadual do MST do estado do Pará, e membro do núcleo coletivo Filhos da Terra, iniciado em 2002 e desfeito em 2007)

3.3 O Assentamento Palmares II e a Coletivização do Trabalho Agrícola

O assentamento Palmares II, localiza-se na Fazenda Rio Branco, sudeste do Pará, e está situado à 20km do núcleo urbano de Parauapebas. Oficialmente, possui 517 famílias cadastradas pelo INCRA, e uma área de 15.848 ha, dividida em 7.697 ha de pastagens, 450 ha de capoeira, 4.500 ha de floresta primária, 150 ha de patrimônio, ou seja, área destinada aos serviços e equipamentos de uso de toda a comunidade, tais como a escola, as igrejas, os armazéns, o comércio, o campo de futebol, o posto de saúde e as moradias (Bringel, 2006) – ver mapa a seguir.

Mapa 5 – Localização do Assentamento Palmares II

De acordo com Bringel (2006), a luta pela terra do assentamento Palmares iniciou-se em 1994, com um trabalho de base realizado por membros do MST, em vários municípios do sul e sudeste do Pará, tais como Parauapebas, Curionópolis e Serra Pelada. A primeira ocupação da fazenda Rio Branco foi realizada em 26 de junho de 1994, com 2500 famílias, em uma área de acesso à Serra de Carajás, conhecida como Cinturão Verde, concedida pelo governo federal para a Companhia Vale do Rio Doce. Após quatro dias de ocupação, as famílias foram violentamente despejadas por uma ordem judicial. Como forma de resistência, tornaram a organizar outro acampamento em frente à Prefeitura de Parauapebas, com o objetivo de chamar a atenção da população local e da prefeitura sobre a luta pela terra que estava sendo realizada. Com poucos resultados, no dia 05 de julho de 1994, as famílias montaram um acampamento em frente ao INCRA, de Marabá, e como também não obtiveram nenhum resultado, organizaram uma comissão para tentar negociação com o INCRA, de Brasília.

As famílias permaneceram acampadas em Marabá até 21 de novembro de 1994, quando voltaram à Parauapebas para montar outro acampamento em frente à portaria da Companhia Vale do Rio Doce. No dia 23 de novembro, reconstruíram o acampamento em frente à Câmara dos Vereadores, onde ficaram acampados por dois meses. Durante esse período, realizaram manifestações, assembléias e reuniões com vereadores e com o prefeito de Parauapebas Francisco Alves de Souza, conhecido como Chico das Cortinas. Mas não conseguiram nenhuma proposta efetiva. Com isso, em 23 de janeiro de 1995, decidiram montar o acampamento na periferia de Parauapebas, em uma área chamada “Areal do Zé de Areia”, hoje o bairro de Altamira. E na madrugada do dia 14 de maio, partiram novamente para ocupar a fazenda Rio Branco, uma área de aproximadamente 65.000 ha.

A desapropriação da fazenda Rio Branco foi conquistada no dia 05 de novembro de 1995, e em 08 de dezembro desse ano, foi publicada a portaria de criação do Projeto de Assentamento Palmares, com 849 famílias e uma área total de 25.548 hectares. A conquista desse assentamento foi considerada de grande importância pelo MST:

O Assentamento na visão do MST deveria cumprir uma função importante: “Palmares surgiu com a necessidade de ser um grande instrumento de alavancar a luta pela terra nessa região” (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2005). Isto significaria que Palmares deveria ser um exemplo de assentamento para todo o Estado do Pará (Bringel, 2006, p. 51, grifo do autor).

De acordo com o autor, após a conquista do assentamento, divergências políticas relacionadas às eleições municipais de 1996, levaram à uma cisão entre os assentados. Com isso, um grupo de 332 famílias fundou o assentamento Palmares I, em uma área de 9700 hectares, e outro grupo de 517 famílias fundou o assentamento Palmares II, em uma área de 15.848 hectares.

Para a compreensão de aspectos da organização, estruturação e funcionamento da coletivização no assentamento Palmares II, e dos motivos que levaram a completa desintegração dos núcleos de produção coletiva, foi realizada uma entrevista com Jorge Neri, ex-membro do núcleo de família Filhos da Terra, ex-dirigente estadual do MST, Regional Sudeste do Pará, e também ex-coordenador nacional do movimento⁷⁷.

Ao iniciar o relato sobre a luta que originou o assentamento Palmares II, Neri destacou a importância histórica da luta dos posseiros na região do sul e sudeste do Pará, que já existia anteriormente à organização do MST:

A região do sudeste do Pará historicamente tem uma luta de posseiros pela posse da terra. Eu vim junto com os companheiros pra contribuir com esse debate e a luta pela terra, que era o foco na década de 80 e 90. Trabalhei com um grupo ligado às ideias comunistas, Raimundinho, Beta, que tinham vivido inclusive a coisa da guerrilha. Já com essa experiência, em 1994 fui conhecer mais de perto a organização do MST. Em 1994 fui pro Maranhão fazer um curso de cinco meses de militantes, e quando eu volto, já volto pro acampamento (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

O reconhecimento da luta dos posseiros na região é de fundamental importância, porque o esfacelamento do modelo de produção coletiva nos assentamentos do MST do Pará, em geral, e no assentamento Palmares II, em específico, trará para a análise de Jorge Neri a possibilidade de reinserção das formas tradicionais de luta dos posseiros de luta pela terra, e pela permanência na terra. De acordo com Terence (2013), era característico das lutas dos posseiros do sul do Pará a descentralização da organização das ocupações de terra, com a entrada nas fazendas com problemas de titulação ou improdutivas,

⁷⁷ De acordo com relatos de integrantes do MST do Pará, Jorge Neri foi uma das lideranças que mais se esforçou para implantar a coletivização nos assentamentos desse estado. Hoje, contudo, possui uma posição bastante crítica sobre essa forma de organização do trabalho agrícola. É considerado uma liderança carismática do MST. Por seu intermédio, várias pessoas ingressaram no movimento e se tornaram militantes ativos e lideranças estaduais do MST no estado do Pará (informação oral de Ulisses Manaças, 2012). A pesquisa no assentamento Palmares foi realizada através dessa entrevista pela importância da liderança para a difusão da coletivização, e pela dispersão de outros membros que compunham os núcleos de família.

ocorrendo a partir de pequenos grupos de vizinhos ou parentes. Ao ocupar as fazendas, os pequenos grupos realizavam a derrubada da mata e iniciavam a produção de uma roça, com objetivo de garantir o auto sustento e a posse da terra. Não eram formados acampamentos, o que atrasava o conhecimento do Estado e dos fazendeiros sobre a ocupação. Na região, os acampamentos começaram a ser formados a partir do ano 2000, influenciados pela Medida Provisória nº 2.027/2000 do Incra, que determinava que os imóveis ocupados por posseiros somente seriam vistoriados após dois anos da sua desocupação. A organização do MST no Pará difunde a organização dos assentamentos como tática de luta (Terence, 2013).

O relato de Jorge Neri também demonstra o contato com pessoas ligadas às ideias comunistas ainda antes do seu ingresso no MST. Tais pessoas posteriormente também foram compor os quadros organizativos do MST, e influenciaram a difusão das idéias socialistas nos acampamentos. Além disso, o trecho mostra a importância dos militantes maranhenses na organização do movimento no Pará.

Sobre a ocupação da fazenda Rio Branco, que viria a formar o assentamento Palmares, Neri fez o seguinte relato:

Em junho, julho de 94, começa a luta pela minha terra aqui no Palmares junto com outros companheiros, na época mais de 2000 famílias. Em maio de 1995, a gente vai ocupá a fazenda Rio Branco, a terra onde nós estamos hoje, e construir um dos maiores assentamentos da história do Brasil, e um dos maiores do MST. São 15.000 hectares de terra, Palmares II e 10.000 hectares de terra Palmares I, no qual a maior parte era pastagem, que eles já tinham degradado, tirado a madeira. A fazenda Rio Branco tinha quase 65.000 hectares de terra, porque tinha outro assentamento do MST, o Rio Branco, que já tinha pego parte da fazenda (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012)⁷⁸.

Durante o processo de conquista da Fazenda Rio Branco, entre 26 de junho de 1994 a 05 de novembro de 1995, as lideranças do MST iniciaram a organização dos acampados visando à coletivização e o estabelecimento de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), tendo como referência as CPAs implantadas pelo MST no sul do Brasil (informação oral de Jorge Neri, dezembro de 2012).

De acordo com Monteiro (2004), no acampamento foram organizados grupos de famílias compostos por 50 a 60 famílias, cada qual com seus coordenadores, com objetivo

⁷⁸ Os dados citados por Jorge Neri sobre a área em hectares da fazenda Rio Branco, e sobre o assentamento Palmares I e Palmares I, divergem ligeiramente dos encontrados na bibliografia.

de dividir as tarefas entre os acampados, de modo que experimentassem a execução conjunta das tarefas. Foram organizados setores como segurança, disciplina, produção, educação, saúde e formação. Durante todo o período do acampamento a plantação foi realizada coletivamente e a produção obtida era dividida igualmente. Também se incentivava à tomada de decisões em reuniões internas dos grupos e assembléias gerais. Após a conquista da terra, em novembro de 1995, a discussão sobre a organização da produção coletiva foi intensificada, e perdurou pelos anos seguintes. Mas como forma de prosseguir à organização da produção coletiva, o MST já dividiu o assentamento por núcleos de famílias compostos por 5 a 15 famílias, ligados à Associação de Produção e Comercialização do Projeto de Assentamento Palmares II (Aprocpa). Em outubro de 1999, para apresentação de um projeto de obtenção de crédito apresentado ao Banco do Brasil, a Aprocpa indicou à existência de 52 núcleos de famílias no assentamento. Em 2004, o número havia caído para 38 núcleos de famílias, somando 346 famílias, distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 15 – Núcleos de Famílias – Assentamento Palmares II – ano de 2004

Núcleo de Família	Número de Famílias
Almirante	25
Alternativa	09
Barra do Dia	06
Boa Vista	10
Bom Jesus	05
Cachoeira	04
Central	05
Chico Mendes I	05
Chico Mendes II	11
Comando da Terra	10
Estrela Dalva	05
Estrela do Oriente	08
Felicidade	11
Filhos da Terra	05
Força da Mata	10
Força da Terra	06
Fruto da Terra	12
Gino Coletivo	07
Jerusalém	07
Livre para Vencer	04
Nossa Luta	14
Nova Canaã	05

Nova Vida	14
Novo Progresso	07
Oziel Pereira	30
Palmares	08
Palmeiral	07
Pantanal	05
São Sebastião	05
Sol Nascente	15
Terra Viva	05
União	18
União da Fé	13
União do Brasil I	10
União do Brasil II	05
União do Trabalho	08
Vitória I	08
Vitória II	04
Total Geral	346

Fonte: Monteiro, 2004, p. 58.

Como mostra a tabela, em 2004 havia expressiva diferença do número de famílias reunidas em um mesmo grupo, com o mínimo de 04 e o máximo de 30 famílias. Em comparação com 1999, onde foram registrados a existência de 52 núcleos de família, em 2004 houve a queda para 38 núcleos, com a desintegração de 14 núcleos de família. Considerando que o assentamento era composto por 517 famílias, 171 delas já não pertenciam a nenhum núcleo coletivo. Com isso vê-se que a coletivização não foi um processo linear, conforme estabelecia o MST (2008), e ao contrário dos núcleos de famílias tornarem-se CPAs, o assentamento conheceu um caminho inverso, ou seja, os assentados deixaram os núcleos coletivos e passaram aos grupos semicoletivos, onde apenas parte da produção era coletivizada, além de haver famílias que, em 2004, já se declaravam sem vínculo com nenhuma forma de cooperação e coletivização.

Segundo Monteiro (2004), há que se considerar também que nem todos os núcleos que declaravam coletivos, realizavam o trabalho na lógica da produção coletiva. Isso se deveu a dois fatores. O primeiro foi a exigência do Banco de Brasil da assinatura em grupos para a liberação de créditos para a produção, no ano período de 1998-1999. E o segundo foi a imposição do MST de que a permanência no assentamento só estaria assegurada se o assentado participasse de alguma forma de cooperação, mesmo que não fosse a produção coletiva. Essa exigência visava a inserção futura de todos os assentados nos núcleos coletivos:

A nossa inspiração geral enquanto movimento era organizar o coletivo, com as várias formas de cooperação possíveis, associações, grupos de trabalho, criação de cooperativas. Tinha três grupos que eram totalmente coletivos, o grupo nosso, o grupo dos companheiros que moravam na região de Três Voltas, e mais outros companheiros que atuavam em outro grupo, e vários outros grupos semicoletivos, que eram parte coletiva e parte individual. E muitas pessoas que ficaram individualmente no seu lote, mas que estavam articuladas em algum grupo de família. Todo mundo tinha um grupo de família, independente se trabalhasse junto ou não (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Uma primeira questão com que o MST se deparou para implantar a produção coletiva foi a organização territorial do assentamento. A produção coletiva é pensada através do estabelecimento da agrovila, em oposição à moradia no lote, pois a reunião de moradias facilitaria o acesso à infraestrutura de estradas, água, rede de esgoto, energia elétrica, educação e transporte coletivo, e liberaria maior área para a produção (MST, 2008). A implantação da agrovila e a demarcação dos lotes levaram 5 anos considerando o ano de 1995, data da conquista da terra:

Na verdade, a gente tem dificuldade de organizar o lote. Passamos muito tempo pra conseguí dividir os lotes pra produzi de modo coletivo e não individual. Só a partir de 2000, é que começa a dividi, demarcá os lotes pra sabê quem ia ficá. Esse ano a gente vai trabalhá em tal área, esse outro ano a gente vai trabalhá naquela outra área. Era um pouco assim (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

A implantação da agrovila não era consensual entre os assentados, assim como a própria produção coletiva não era. Como já mencionamos, em 2004, nove anos após a criação do assentamento, das 517 famílias assentadas, 171 não participava dos núcleos de família.

O início efetivo de funcionamento dos núcleos de família ocorreu em 2002, quando os assentados obtiveram o crédito no valor de 3 milhões provenientes do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Através desse crédito os assentados do Palmares II adquiriram os seguintes itens:

Tabela 16 – Itens obtidos pelos assentados da Palmares II para o desenvolvimento da coletivização

Descrição	Quantidade
Trator Ford New Holland 8630 - ano 97	02
Trator Ford New Holland 4630 - ano 97	01
Trator Ford New Holland 4630 - ano 98	01
Grade aradora – ano 97	02
Grade niveladora – ano 97	02
Arado – ano 97	02
Roçadeira – ano 97	02
Roçadeira vale (tração nas rodas)	01
Carreta Agrícola – ano 97 e 98	02
Batedeira de cereais – ano 97	02
Escavadeira – ano 97	01
Trado para trator (perfurador de solo) – ano 97	03
Plantadeira e Adubadeira - ano 97	02
Câmara fria com capacidade de 15000kg equipada com 50 caixas térmicas, 50 tambores e 50 caixas plásticas	02
Caminhão Mercedes Benz 1620 - ano 97	02
Caminhão Mercedes Benz 710 - ano 97	02
Caminhão Mercedes Benz 710 - ano 98	01
Caminhão Mercedes Benz 914 ano 97, que foi trocado por um caminhão 710 ano 99 via seguradora.	01
Utilitário Toyota Cabine dupla - ano 97	01
Beneficiadora de arroz, marca Zaccaria (100 sacas/dia) - ano 97	01
Agroindústria para beneficiamento de farinha	01
Equipamento completo para laticínio de pasteurização de leite com capacidade de 1500kg	01
Fábrica de ração	01
Grupo Gerador MWM de 90 KVA	01
Grupo Gerador Stemac MWM de 114 KVA	01
Abatedor de frango completo	01
Avicultura de engorda para 3000 aves	01
Pocilga para cria e engorda para 150 matrizes	01
Tanques de piscicultura para engorda	13
Curral para 200 matrizes	01
Bovinocultura leiteira	200
Estruturação e funcionamento de uma horta para uma área de um hectare	01

Fonte: Moreno, 2011, pp. 100-101.

Apesar do valor de 3 milhões obtidos através do Pronaf, Neri ressalta que o uso de partes do recurso já estava definido pelo governo federal, impossibilitando a sua destinação para atividades necessárias à produção dos núcleos coletivos:

Mas tinham coisas que já tavam definidas. Tanto é pra comprá tijolo, tanto é pra comprá telha. A mobilidade pra utilizá o recurso não existia. Não tinha capital de giro pra podê investir em outras coisas. Além do fato de que aquilo que era colocado como custos eventuais era muito pequeno. *Como é que uma família pode viver durante um ano, se esses investimentos vão levar um ano ou dois pra começarem a dar retorno. O período de carência era de três a sete anos, mas as pessoas precisam do imediato pra sobrevivência de vida.* O sistema produtivo que nós imaginamos, ou que nos impuseram, os pacotes do governo federal, os pacotes do banco, nos iludia com a ideia de que tendo acesso às máquinas e a uma infraestrutura de beneficiamento da produção, ou mesmo de produção de pequenos animais como porco, galinha e peixe, por si só garantiria que o negócio no final do ciclo tivesse como capitalizá a sobrevivência das famílias. Isso não é verdade. As coisas são muito mais complexas do que isso. Não basta um projetinho, tenha ele o valor que tenha, pra dar resposta a um conjunto de questões que estão ligadas à produção e a sobrevivência camponesa, que não é só econômica. (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012, grifo nosso).

Pelo relato pode-se observar uma crítica justa de Neri ao governo federal e ao banco do Brasil sobre a imposição de pacotes em condições que sobrevalorizaram a importância da infraestrutura. Contudo, o próprio MST tinha na sua perspectiva de produção coletiva, o estabelecimento de grande infraestrutura para beneficiamento da produção, inclusive com a criação de agroindústrias (MST, 2008).

Paradoxalmente, a liberação dos recursos provenientes do Pronaf trouxe também aos assentados a necessidade de decidir a administração dos recursos, aspecto que gerou divergência e problemas entre eles:

Aí começou as polêmicas. Alguns achavam que o correto não fosse manter a gerência de tudo isso sob o controle da associação, mas que cada grupo tentasse gerenciar os seus recursos. O que deu foi que a associação assumiu a gerência de todos os projetos, dos coletivos, dos semicoletivos, dos individuais, eram muitos grupos, muitos projetos. Um problema geral é que a gente não tinha experiência administrativa. A assistência técnica era precaríssima, e embora todos os projetos tenham sido implantados, que foi o pré-projeto, o desenvolvimento deles foi muito deficitário, porque foi um conjunto de problemas que sequer a gente imaginava que foi aparecendo (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Pelo exposto vê-se que a administração dos recursos foi um ponto de divergência, pois havia uma disputa sobre o controle e centralização pela Associação de Produção e Comercialização do Assentamento Palmares II (Aprocpa), em detrimento da

administração realizada no interior dos grupos semicoletivos, núcleos coletivos e camponeses não associados a nenhuma forma de cooperação. Justamente por isso, a aplicação dos recursos tinha de ser discutida entre todos esses atores, que possuíam perspectivas distintas sobre as relações de produção e propriedade na agricultura. Além da administração dos recursos, a deficiência de assistência técnica foi outro problema vivido em todo o assentamento. Essa foi uma questão complexa porque não pôde ser sanada internamente pelos assentados, pois dependia da correlação de forças com os governos locais. Também surgiram problemas que não haviam sido pensados pelos assentados, como relata Neri no trecho a seguir:

Por exemplo, um projeto de pocilga, criação de porcos, que fizemos grandes estruturas, tudo bonito, prédio organizado, matrizes imensas de porcos de raça. Mas a gente não imaginava que a construção dessas infraestruturas por si só, que já é trabalho, implicava em manter mão-de-obra. *A gente construiu, mas não pensou quem ia manter aquele negócio. A gente tinha uma estrutura pra beneficiamento da produção, e não tinha produção organizada* Geralmente, a infraestrutura de um projeto ficava num lote específico. O lote que ficava como base do projeto, o dono acabava assumindo um monte de responsabilidades, já que os outros tinham dificuldade de acompanhar, de ter uma dinâmica de acompanhamento da produção. Uma parte das pessoas morava na vila. Os lotes não estavam titulados, em geral. Tinha poucas estradas no assentamento pra acessá os lotes. Não tinha energia elétrica nos lotes. Então tinha muita dificuldade pra poder viabilizar os projetos como eles estavam planejados. A gente experimentou muita coisa nesses anos todos. Tentamos fazer um grande projeto coletivo que era construir uma beneficiadora de arroz, farinha e ração. Foram compradas as máquinas, os caminhões de modo coletivo. A gente tinha na época um megaprojeto de três milhões de reais, cujo objetivo era uma estrutura de transporte pra utilização de todos os sócios, que eu acho que teve função no começo, garantiu a gente se mantê na terra, e começá a organizar nossas atividades na roça. Ajudou a organizá muito a luta do MST no estado, mas que depois foi dando problema, porque a gente não conseguiu pagar a dívida (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

A questão fundamental que reforça o que já vínhamos analisando foi o equívoco de priorizar primeiramente a estrutura para beneficiamento da produção, sem pensar se haveria produção a ser beneficiada. Para o MST (2008), um dos objetivos da produção coletiva é justamente possibilitar a implantação de infraestrutura para beneficiar a produção. Contudo, o exemplo do assentamento Palmares II demonstra que, anterior a isso, é necessário considerar as condições reais de produção, tais como a existência de

trabalhadores, a presença de energia elétrica para mover as máquinas, água, e estradas de acesso que possibilitem o transporte dos membros dos grupos ao local onde está a infraestrutura. Há ainda que considerar o tamanho do assentamento, pois Palmares II é um assentamento grande, possuindo uma área total de 15.848 hectares, como mencionamos. Conjuntamente as dificuldades de administração e infraestrutura, os núcleos coletivos do assentamento Palmares II enfrentaram problemas com a produção devido à própria lógica do modelo agrícola escolhido que visava a produção em maior escala:

O modelo agrícola que a gente vinha trabalhando não fugiu à regra geral de como se trabalha na agricultura. Era insumo químico. Era uma lógica de agricultura muito marcada pela revolução verde. O uso de trator. E ainda de forma subsidiada a derrubada da mata. Essa era a vertente que a gente trabalhava. Vamos trabalhar a mecanização, então vamos derrubá a mata. Teve um período que a utilização intensiva de máquinas e tratores deu retorno econômico. Quase que o pessoal todo da Palmares fez uma plantação imensa de grãos, arroz e milho, durante um ou dois anos, porque a utilização intensa de maquinário foi fundamental pra dá produção, numa região que a produção era basicamente feita de roça de toco, que a gente chama - quando utiliza enxada e facão. Mas logo no segundo ano, a terra tava quase que totalmente destruída, pobre, empobrecida. Era uma região que tinha só pastagem, e aí não tinha mais produção. A gente começou a ver que o arroz não subia, o milho não segurava as espigas. Entramos numa crise de produção terrível, que já não conseguimos produzir mais nada naquela terra (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012)

É interessante notar nesse trecho que justamente um dos pilares sobre a superioridade da transformação socialista da agricultura, por meio da grande unidade produtiva, em detrimento da produção camponesa, é o uso de maquinário para realizar a produção. A coletivização é realizada procurando unir os lotes em uma só área para possibilitar eficiência, racionalidade e o uso intensivo de maquinário, como ocorre nos outros casos analisados e será comparado posteriormente. O assentamento Palmares II foi criado em uma área já desmatada em 70%, e explorada com pastagens (Bringel, 2006). Para implantar a coletivização, os assentados mantiveram a área desmatada, e como demonstra Neri, a derrubada de novas matas associada ao uso de mecanização e agrotóxicos para viabilizar o cultivo intensivo de grãos, resultou que no segundo ano de produção, o solo estava infértil. O resultado foi a entrada em uma grave crise de produção.

Mesmo com todas dificuldades, os núcleos coletivos conseguiram obter alguma produção. Um problema que adveio, porém, foi a impossibilidade de enfrentar a concorrência no mercado local devido aos altos custos da produção nos núcleos coletivos. Um exemplo foi a produção de frangos caipiras que chegavam ao mercado com um preço superior aos praticados pelas indústrias que comercializavam frango congelado. Isso porque os gastos com a ração eram grandes, encarecendo o preço do produto final, como pode ser visto a seguir:

Os custos com ração, que a gente não imaginava que eram tão grandes, seja pra criação do peixe, do frango, do porco criavam problemas, porque de repente quebrava todo o recurso pra compra de ração antes do tempo. Até você vendê os peixes, os porcos, as galinhas, encarecia muito a produção. *As galinhas foram os projetos que mais sobreviveram aqui. Quando chegava no final do período tinha muita galinha, mas quando chegava no mercado, a galinha de fora, congelada, chegava com um preço muito mais baixo do que o nosso.* Então nós fomos falindo pela incapacidade nossa de pensar que pra disputar o mercado com as grandes multinacionais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que estão no mercado regional a nossa estrutura deveria ser muito mais árdua (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

A concorrência no mercado é um dos pontos centrais onde se apoia a tese leninista sobre a superioridade da grande unidade, em detrimento da pequena produção camponesa (Lenin, 1961). Como procuramos discutir no primeiro capítulo, o mercado é para Lenin um fator de diferenciação social do campesinato, já que ao chegar a sua produção no mercado, os camponeses enfrentariam uma concorrência através da qual, ou se tornariam proletários, caso perdessem a concorrência, ou se tornariam burgueses, caso ganhassem a concorrência. Por isso, para Lenin a grande unidade produtiva agrícola era superior à pequena unidade camponesa, pois grande unidade, conjuntamente com o estabelecimento de infraestrutura, possibilitaria a produção com maior racionalidade e eficiência, possibilitando a concorrência no mercado em condições de maior igualdade. Contudo, o exemplo dos núcleos coletivos do assentamento Palmares II, mostrou que mesmo a produção sendo realizada em maior escala, há outros condicionantes que tornam o preço do produto superior aos praticados pelo médio e grande capital. Não é apenas uma questão de produzir mais, de obter maior produtividade, mas de conseguir conjuntamente baratear o custo dessa produção. Posteriormente, retornaremos a essa questão, pois ela aparece nos outros casos de produção coletiva analisados nessa pesquisa.

Mesmo com todas as dificuldades e divergências, os núcleos de família perduraram enquanto havia um projeto que garantia a satisfação mínima das necessidades de alimentação dos membros dos núcleos:

Quando a gente tinha um projeto a fundo perdido que viabilizava comprar alimentação, dava suporte pra essa produção coletiva, tudo bem, porque o retorno não dava para a gente se sustentar. Porque, como a gente não tinha estrada, não tinha transporte pra cá, ainda, tinha dificuldade de mantê uma casa na cidade pra mandar os meninos pra escola, foi criando um conjunto de problemas que foi saturando mesmo. Tinha muitas divergências também sobre essa coisa de produção, que exigia cada vez mais planejamento, e a discussão desse planejamento não foi capaz de dá suporte de quantidade e qualidade da produção. Quanto de leite? Quanto de suíno? Quanto de galinha a gente tinha que ter uma escala produzida mesmo, planejada? Esse mês, ou no final do ciclo, nós vamos ter tanto pra distribuir entre nós, essa margem sobrando desses recursos. Então, nós tentamos avançar pra algumas concepções de cooperação, cujas bases que nos permitiram iniciar não estavam preparadas pra isso. Nós sonhamos com um grau mais avançado de cooperação, alguma coisa como uma CPA, avançar pra uma cooperativa de produção mais articulada, mas que implicava um conjunto de disciplina na organização social, não só do trabalho, que nós não tínhamos ainda. E, provavelmente, nós não alcançaríamos daquele jeito (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Como pode ser visto pelo relato, o sonho era a implantação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária, mas somadas as dificuldades administrativas, de infraestrutura, de produção e comercialização, a maior parte dos núcleos coletivos duraram por um curto período, entre um e dois anos (informação oral de Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012). Com isso a infraestrutura implantada para a coletivização foi sendo abandonada e sucateada:

Então, muitas estruturas que foram construídas - grandes galpões pra criação de galinhas, de suínos, foram literalmente sendo abandonadas com o tempo. E com o fim dessa experiência econômica foram acabando os núcleos. Muitos problemas pessoais - a desconfiança de que alguns estavam roubando, problema de gerência interna dos grupos e da associação. Algumas experiências realmente tiveram má-gestão. As pessoas utilizaram o recurso pra outra coisa. A associação também tem culpa, porque como ela centralizava a liberação desse recurso, também utilizou o recurso pra outras coisas. Então foi má-gestão, falta de planejamento. Na verdade, nós engolimos um megaprojeto, financiado pelo Banco do Brasil na época. A gente não tinha noção, na época. Imagina - três milhões de reais! Tinha municípios que não tinha essa renda toda (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

O núcleo de família a que Jorge Neri pertencia era o Filhos da Terra, e foi o que mais durou dentre todos, e era formado por militantes do MST. Ele funcionou no período de 2002 a 2007, começando com quinze famílias, em 2002, e terminando com cinco famílias, em 2007. De acordo com o relato de Neri, durante o período que existiu, os membros do núcleo se dedicaram à criação de galinhas caipiras, arroz, feijão, criação de peixe, gado leiteiro, horta. As tarefas eram todas realizadas de maneira coletiva, e divididas entre os membros com base na necessidade do trabalho a ser feito. As refeições eram preparadas na cozinha coletiva, e durante dois anos os dormitórios também foram compartilhados. As decisões eram tomadas em assembleias, como pode ser visto a seguir:

A nossa experiência foi a mais avançada que teve em relação a experimentar o convívio, a habitação, o trabalho, a divisão de trabalho, tudo coletivo. Essa experiência que mais avançou nas limitações que implica o socialismo. Geralmente as decisões nossas eram em assembleiazinhas internas. Todos participavam. Isso era uma vantagem - o homem, a mulher e os jovens que queriam discutir. A gente fazia uma lógica de planejamento. Não dava certo, e a gente fazia de novo pra vê o que tava acontecendo (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

A divisão da renda foi realizada de duas formas distintas. A idéia inicial era dividir os frutos do trabalho por dia trabalhado. Porém, como era um núcleo formado por militantes que representavam externamente o assentamento e se ausentavam da produção, se a divisão por dia trabalhado fosse realizada, uma parte deles não teria nada a receber. Desse modo, até 2005, eles faziam um balanço entre os custos e os resultados da produção, extraíam uma parte para reinvestimento e o restante dividiam de maneira igual entre todos. Essa era uma forma de distribuição dos frutos do trabalho baseada nos ideais comunitários e não coletivistas (Marcos; Fabrini, 2010). Contudo essa forma também gerou polêmicas:

Se fosse por dia trabalhado, uma parte de nós nunca recebia nada, porque uma parte nunca estava. Então era de modo que, por exemplo, alimentação, que era um custo grande que a gente tinha. Claro que quem ficava, tinha mais direito à alimentação do que quem não ficava. Mas era um igualitarismo meio que artificial, porque todo mundo era igualado por igual, mas é claro que quem tinha trabalhado mais, tinha direito a mais. Mas se fosse fazê isso, uma parte de nós não receberia. Inclusive tinha mês que era assim mesmo. No final da safra de arroz, a

gente recebia simbolicamente um saco de arroz só porque tava na militância. Mas os outros recebiam 20, 22 porque tavam na produção e na colheita (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Como pode ser visto pelo relato não foi possível igualar a condição entre um membro do grupo que realmente se dedicava à produção, com outro que se ausentava do assentamento, mesmo que pelo motivo de representação do MST e organização da luta em outros lugares. Esse é um ponto problemático que apareceu em outros casos analisados, como veremos. É uma questão que gerou uma tensão difícil de ser resolvida, porque se de um lado era necessário a liberação de militantes para que houvesse continuidade da luta pela terra, e representação do MST em diferentes situações, de outro lado, para viabilizar a produção e realizar as diferentes tarefas, que não eram poucas considerando as necessidades do trabalho agrícola, os outros membros do grupo precisavam da presença do militante ausente. Essa dificuldade foi reconhecida por Neri:

Foi se exaurindo. Um conjunto de coisa foi aparecendo. E uma coisa, que eu particularmente acho, que uma parte dos companheiros desse núcleo eram militantes que estavam em instâncias da direção estadual ou instâncias regionais. Naquela época, na verdade, quase todos eram militantes, em instâncias diferentes, e não ficavam no lote pra ajudá a produzir, ajudá a plantá, colhêr, capiná. Essa experiência a gente foi tocando até final de 2007. Mas essa coisa da gente sempre ter que liberá militante, dois, três, até quatro pra trabalhos fora. A gente era cinco, como é que liberava quatro?! Teve um tempo que ficou só o Cipriano aqui e a mulher dele. O Domingos era da frente de massa. Eu era da direção estadual e nacional. A Bete era do setor de educação. A Wanda tava na formação. O Gladison no setor de cooperação. Era complicado, né? Aí ficava um monte de vaca pra cuidá, bode pra cuidá. Eu acho que a direção do movimento, e na época eu era da direção, não compreendia que algumas experiências tinham que dedicar mais tempo pra atividade. O pessoal começou a dizê: eu trabalhei cinco dias essa semana, por que o mês passado, você não fez isso. Por que a tua mulher matou a galinha e não deu pra outra? O trabalho, na verdade, é uma condição sem a qual você não consegue transformá, e a mão-de-obra necessária pra isso, a gente não tinha, sempre tava faltando. Aí fica sempre na mão de um ter que fazê tudo, planejá, organizá e produzí. E as mulheres, claro, falavam, "mais fulano, fala, fala e fala, mas não trabalha. E nós temos que comer a mesma coisa que ele come". Algumas mulheres foram importantes pra dizê, "esse negócio não dá certo". Bora fazê a nossa casa, a nossa parte. Então nós fomos a última experiência a resistir. E aí, acabou. (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Há um aspecto interessante a ser observado nesse trecho do relato. Os dirigentes do MST, em sua maioria homens, impunham a coletivização, mas de fato não a

realizavam. Quando estavam no assentamento, realizavam tarefas fora do núcleo, e com isso, as mulheres tinham que dar vida à coletivização, vivenciando cotidianamente os seus problemas, como a falta de privacidade, já que tudo era feito conjuntamente. Por esse aspecto, as mulheres foram decisivas para a dissolução do núcleo coletivo Filhos da Terra:

Era muita experiência de produção que a gente trazia dos nossos antepassados em cada região, e relações diferenciadas com a sua família, com as suas mulheres. Tinha família mais autoritária e outras mais abertas. Umas que as mulheres participavam da produção, mas não podiam opinar sobre outras coisas. Outras que opinavam, mas tinham dificuldade de aprender a produção. Isso criava crise entre elas. *Os homens saíam pra participar de trabalhos fora, num território que tinha uns dez lotes, então eles saíam pra viabilizar plantio, semente, fazê cerca, a área era muito grande pra cuidá de animais, coisas assim. E as mulheres que ficavam permanente nos nossos galpões coletivos, onde se comia junto, teve até um período que a gente dormia no mesmo espaço. As mulheres exigiam privacidade, o espaço delas, da família delas.* No começo os homens impunham, tinha que ser assim, tinha que ser assado, mas depois percebeu que não tinha condição mesmo. Essa relação deu problema de convivência (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Todos os problemas somados foram minando a possibilidade de resistência do núcleo, e as famílias foram para o lote familiar:

E aí partiu pra experiência de ficá cada um na sua casa, no mesmo lote, só usavam alguns espaços coletivos, como a cozinha coletiva, e o auditório pra podê reunir e conversá. Mas também foi se exaurindo. Foram uns dois anos. A gente adaptou um antigo galinheiro nosso, que era um galpão, pra podê fazê isso. Experimentamos (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Quem saísse, porém, não tinha direito às estruturas que havia contribuído para adquirir coletivamente:

Fomos experimentando, experimentando, fomos fazendo, fazendo. E acho que no final as injustiças foram aparecendo. Ah, não aguento mais, vou sair. *Aí a lógica era - quem saía do núcleo, do coletivo, pegava o último lote e não tinha direito nas estruturas que tinham. Partia o equivalente a uma vaca, duas vacas, mas o restante ficava. Nas estruturas físicas não tinha direito.* E devagar foi saindo, saindo, e em 2007 tinha cinco famílias apenas, e resolvemos que pelo conjunto de limitações, que já não dava pra ficá junto. E outra, alguém casa e descasa, aí a nova esposa não concorda com isso. Porque de certa forma as relações de confiabilidade foi alimentando tudo isso. Foi quebrando a confiança nas pessoas. Aí todo mundo, ah fulano é que vai gerenciar

internamente o grupo, vai gerir as finanças, teve um ciclo de isso aí. Era um rodízio, cada família ajudava a coordenar essa parte. Mas tinha problema de anotação, de registro de entrada e saída de recurso, até essas coisas mais pessoais mesmo. O cara discutia e ficava profundamente nervoso com o outro, porque ele já tava magoado (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Todas essas dificuldades ligadas à coletivização teve como consequência a necessidade de realização de autocrítica por Neri, que na época participava da direção do MST. Uma primeira autocrítica diz respeito à própria preparação para a coletivização, iniciada no período de acampamento, através das cartilhas de formação do MST. Mesmo Jorge Neri, que foi um dos principais militantes que se esforçaram pela disseminação das idéias socialistas no acampamento e no assentamento, atualmente critica a formação para a coletivização através da imposição das cartilhas:

Durante o acampamento nós tínhamos a tarefa de pensar como é que a gente ia produzir. No setor de produção nosso, circulou muito material sobre formas de cooperação. O Domingos era conhecido por andar com aquele caderno preto da Concrab, se não me engano era o caderno 8⁷⁹. A gente xerocou pra todo mundo. O Domingos transformou essa cartilha numa bíblia mesmo (risos). Nessa cartilha tinha o princípio de que a cooperação estava no campo do trabalho, da terra e do capital - os três princípios fundantes da cooperação. Quem não tivesse nesses princípios tava fora. De primeiro, no nosso coletivo, tinha 30 pessoas que queriam participar com a gente - o Filhos da Terra, né. Esse nome foi dado pelo Fusquinha que foi assassinado. Na segunda reunião juntamos um grupo grande, aí chegou o Domingos com a cartilha preta. Ou era terra, capital e trabalho ou tá fora. Saiu mais da metade, uns quatorze e não voltaram mais (risos). Essa cartilha deu o fundamento de um debate sobre as pesquisas que havia no Brasil e no mundo. *Mas há outras cartilhas da Concrab, outros textos, que tinham como referência a experiência russa, a chinesa, alguma coisa dos kibutz, e a experiência cubana, na qual uma parte imensa da nossa referência advém. Só que uma avaliação comum é de que a concepção de cooperação cubana surgiu de uma experiência revolucionária, de um estado revolucionário, e de todo o processo que teve em Cuba depois, que consolidavam aquilo. E nós não tínhamos uma revolução.* O Estado nadava na contramão disso. A nossa educação não era assim. A nossa formação técnica, não era assim. Nossa política não era por aí. Mas nós fomos tentando, de maneira doutrinária, que era possível fazer assim. Inclusive, os que estimulavam a cooperação entre nós, o Joaquim era um, achavam que só era coletivo se a gente realmente morasse dentro

⁷⁹ A cartilha a que Jorge Neri refere-se é uma publicação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), e chama-se “Caderno de Cooperação Agrícola n.8 – A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1990). Fonte: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>.

de um galpão. Um do lado do outro - tan, tan, tan, tan. Era só ter uma cama, dormi e levanta pra produzi. Que comunismo era isso. E a cooperação era só um princípio comunista. Tudo é igual. Tudo é dividido. Tudo é planejado antecipadamente, a produção, a educação dos filhos, etc. *Depois eu fui em Cuba e descobri que não é bem assim, né? (risos). As pessoas também têm a sua propriedade, o seu lote pequeno, tem suas casas, sua família, tem seus bens de uso, né? A propriedade da terra é coletiva, porque é do Estado, e o Estado é do povo.* No nosso caso não era bem isso. A gente fazia muito pouco debate sobre a propriedade da terra, na verdade. Se fosse possível faria toda a transformação a partir do modo de propriedade da terra, que a terra realmente deveria ser patrimônio coletivo. (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Como pode ser visto pelo relato, as publicações do MST relacionadas à cooperação agrícola eram utilizadas de maneira doutrinária, e suas ideias deveriam ser aplicadas de maneira inflexível, já no acampamento. As referências históricas de coletivização socialistas deveriam ser copiadas e imitadas nos assentamentos, sobretudo a experiência cubana. Há certa imprecisão na informação de Neri sobre a coletivização cubana, contudo, porque em Cuba os coletivizados nas CPAs não possuem direito a um lote de terra para produção individual, familiar, já que na perspectiva do Estado Cubano eles entregaram a terra voluntariamente, conforme discutimos no segundo capítulo. Mas de fato os membros das CPAs cubanas não vivem em um galpão coletivo. Além disso, a experiência cubana tem consolidado as cooperativas de crédito e serviços (CCSs), e não propriamente as CPAs. Ademais, a coletivização total da vida não ocorreu em Cuba, mas nas Comunas Populares da China (ver Comunas Populares, capítulo 1). De qualquer modo, é interessante observar como as ideias de organização das relações de propriedade e produção socialistas eram transmitidas com base em textos, e não no conhecimento real das diversas realidades dos países socialistas, mesmo em se tratando de dirigentes do MST. Neri, inclusive, quando viaja à Cuba, espanta-se com uma realidade diferente daquela que havia tomado conhecimento através das publicações.

Para propagação das ideias da coletivização no Pará, além da disseminação de textos com as experiências dos países socialistas, o MST se utilizava do exemplo de coletivização já implantadas em outras regiões do Brasil, sobretudo a região sul:

Nós estudávamos muitos textos. Sempre tinha textos novos das experiências do sul, do pessoal do Paraná. Só que era outra realidade histórica. Aqui a gente nunca conseguiu chegar numa cooperativa de verdade. *Nós fomos tentando copiar uma experiência própria.*

Tentamos chegar num nível de disciplina e organização interna que algumas CPAs chegaram no sul, porque elas são pequenas, 20, 30 famílias. Mas pelo menos chegar em formas de cooperação, a gente achava que a nossa era uma forma de cooperação, que não tinha nome específico, era uma coisa. Era um grupo de produção, um núcleo coletivo que talvez avançasse. Mas a gente foi percebendo, como chegar a avançar num debate sobre a cooperação se o nosso acesso à informação é difícil, o acesso à educação é complicado. Nossos filhos vão estudar aonde e como? Como se incorpora ao trabalho produtivo, como a produção dialoga com a educação e a cultura? Que tipo de filhos nós queremos no campo? Que tipo de jovens nós queremos no campo? Que técnica de trabalho a gente quer no campo, porque como a gente vai trabalhar sem estrutura? A estrutura que a gente tinha era a associação, não éramos nós. Nós não tínhamos nenhuma estrutura produtiva, com um grau de mecanização que permitisse menos esforço físico da gente. Nós éramos da época da enxada, do facão e da foice. Um trabalho profundamente exaustivo. E no verão nosso é só sol, sol, sol todo o tempo - cansaço, cansaço! E a falta de investimentos públicos, com estrutura social, de transporte. Se foi difícil ter estrada, a rede de transporte que nós temos hoje no assentamento, que dá acesso à quase todos os lotes, nós fomos consolidar agora, em 2012. Que foi no governo Lula, e a prefeitura do PT que foi abrindo estradas. E energia elétrica para todos, que até hoje tem lugares que ainda não tem, aqui dentro do Palmares. Eu fui ver a produção de peixe de um companheiro, e ainda não tem energia lá. Então essa falta de infraestrutura que viabilize a produção, por exemplo, energia elétrica. A gente não tinha ponte pra atravessar os rios, muita coisa a gente construiu à canoa, tijolo por tijolo. Teve gente que morreu afogado no rio, nesse período nosso. Uma loucura! (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Com tantas dificuldades, até mesmo dirigentes do MST foram percebendo a inviabilidade da coletivização e chegaram inclusive a negá-la, como veremos no relato a seguir. Seus filhos também não se interessaram em dar continuidade à experiência, impossibilitando totalmente a continuidade do núcleo. Além disso, o conjunto de contradições decorrentes da agricultura realizada nos parâmetros da revolução verde, fez com que surgisse como contraponto o interesse pela agroecologia:

Nossos filhos não ficaram muito empolgados por causa dessas experiências que quando criança eles passaram com a gente. Era muita precariedade. Provavelmente não seja o mundo que eu queira pros meus filhos como desafio pra construir um mundo novo. Porque a humanidade já construiu condições pra fazer essa transformação com outros mecanismos, com outros meios. Só agora nós estamos tendo acesso à educação, formação e ao conhecimento que é pra mim tá pensando em outras coisas. E eu penso que a experiência do IALA (Instituto de Agroecologia Latino-Americano) que se transformou depois do nosso núcleo. É o espaço que abriga o Instituto de Agroecologia Latino-Americano tem a responsabilidade de pensar, que

esse assentado da Palmares, por exemplo, que resistiram até agora, ou se colocam na tarefa de dar um salto de qualidade pra pensar em permanecer na terra, pra que ela seja a nossa base na economia, e que envolvam outras pessoas, em especial a nossa família e os nossos jovens, ou estamos condenados ao extermínio enquanto classe, enquanto camponeses (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Para Jorge Neri as contradições forçaram-no, como dirigente do MST, a repensar a produção coletiva, resignificando e revalorizando o modo de vida e produção camponesa:

Só é possível se a gente retorna o debate acerca da cooperação. Que pode não ser a minha experiência, a nossa experiência no Filhos da Terra, a experiência dos cubanos, dos chineses, mas não tem como escapar no futuro de algum nível de cooperação, que sozinho a gente é muito frágil. Sozinhos nós somos esmagados pelo capital. Até juntos, imagina sozinhos! Nós temos que descobrir como consolidar a cooperação que progressivamente vai se transformando em outra coisa numa coisa mais complexa daqui 10, 15, 20 anos. Mas por enquanto as nossas experiências fracassaram por aspectos culturais, da carga social de formação. Mesmo de quem tem formação acadêmica, ou seja, como se faz a junção dessa bagagem histórica dos nossos antepassados, com essa coisa mais nova do conhecimento e da técnica. Como é que a técnica e a ciência ajudam a isso. A intervenção na produção não pode ser apenas econômica. Ela deve ser uma opção por um modo de vida diferente. Que o modo de vida camponês, que viver a partir da terra, numa tentativa de um maior respeito possível pela natureza, porque é preciso pensar na vida de um jeito mais largo, a não ser apenas como a minha existência enquanto indivíduo, humano, mas com uma dimensão mais ampla de existência. Uma opção filosófica para essa opção de vida. Se a gente não for capaz de pensar assim, e criar instrumentos, que a gente não consegue em um ou dois anos, mas criar escolas e universidades pra isso, comunicação pra isso, a gente não escapa. A gente não sobrevive. E não pode ser um movimento que pense de cima pra baixo, como o MST pensou. As pessoas vão ter que ajudar a construir isso. Elas vão ter que ser chamadas a contribuir. Vocês querem contribuir pra que daqui a cinquenta anos ainda tenha vestígios de camponês nesse território? Posso contribuir, e acho que é isso aqui. Acho que é aquilo ali. As pessoas vão na terra que tem, mas as condições a que estão submetidos hoje os camponeses, a partir da política econômica que tem, são muito precárias (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

No trecho aparece claramente o reconhecimento do campesinato como sujeito social e o reconhecimento de seu papel para o desenvolvimento da agricultura. É uma total inversão da lógica da produção coletiva, que nega o lugar do campesinato e sua

importância para a produção. Há também o reconhecimento de que a coletivização no assentamento Palmares II, não foi uma opção dos assentados, mas uma imposição de “cima para baixo” dos dirigentes do movimento. Esse aspecto, segundo Neri, foi essencial para o insucesso da experiência de coletivização, pois o debate sobre os problemas fundamentais da humanidade, como a produção agrícola e a produção de alimentos, deve ser realizado de maneira a contemplar todos os envolvidos.

O fim do núcleo coletivo implicou uma mudança na vida de Neri, inclusive o afastamento da direção estadual e nacional do MST, pois como ele não possuía mais suporte e apoio através da produção que vinha do núcleo coletivo, teve que procurar outras formas de remuneração para o sustento de sua família numerosa:

No nosso caso aqui, que vive numa região cuja política é a de mineração, economia mineral, claro que é mais fácil arranjar renda trabalhando pra Vale, pra conseguir uma renda de R\$800,00 por mês, do que na agricultura, onde nós estamos. Eu tenho sete filhos. Não é verdade que eu vou conseguir uma renda pra sustentar todos eles, até essa idade, trabalhando na agricultura. Eu tenho uma filha que é professora, que já toma conta da família dela. Tenho filhos que ainda estão estudando. Nós priorizamos o estudo na nossa família. Eles têm que estudar e fazer alguma atividade no entorno, mas nós não deixamos que todo o tempo da vida deles seja pro trabalho. Porque a gente não concorda que a única atividade seja o trabalho. O trabalho é uma dimensão da nossa vida, mas não é toda. Até porque se tu exaure toda a tua energia física apenas no trabalho produtivo, tu não tem condições de estudar depois. E daqui a um tempo, qualquer um dos nossos filhos pode desenvolver alguma informação que pode ajudar a nossa sobrevivência na agricultura aqui. Mas a partir de outras condições que não são essas. Isso não quer dizer que nós não trabalhamos no que tem. Se a gente pode produzir 5 alqueires de roça, a gente produz pelo menos 1 alqueire. A gente tenta fazer alguma coisa que não crie empecilho pra formação educacional do indivíduo. Acho que a gente dar o exemplo disso aí. Isso implicou no nosso caso de ter que se afastar um pouco da direção do movimento estadual e nacional, porque, se tu não tem o coletivo pra produzi na tua terra. Durante um tempo, minha mulher ficou responsável de carregar o fardo de ficar responsável pela criação e subsistência de todas as crianças. E eu no mundo, verbalizando coisa, e pregando as coisas, né? Agora não. Então é possível ir fazendo as coisas, ir fazendo. Até pra mostrar que é possível ter um mundo assim e assado, mas que tem televisão, computador, acesso à informação, energia elétrica. E que tu pode ter, os valores supostos de uma sociedade urbanizada, que ela vai avançando. Não dá pra dizer que a urbanização é inimiga da gente. Porque ela traz algumas dimensões que são importantes pra gente. Só é possível isso se a gente convencer essa geração agora, a nossa e as novas, de que esse território camponês é importante pra humanidade, pro Brasil, pro estado, pra nossa existência. E convencer outros aliados ainda, que estão fora do nosso território, de que o campesinato é importante pra humanidade. A defesa do meio-

ambiente, da qualidade de vida não pode ficar nas mãos das empresas privadas, do agronegócio. *Quem mais pode preservar a vida no campo e por extensão a vida nas cidades, é o camponês. Mas que precisa de um milhão de condições pra que não seja visto como só um caipira, um jeca-tatu, um coitado.* Eu não quero ser um pária na sociedade, eu quero ser um igual numa sociedade de iguais - acessar conhecimento, técnicas, informação. Como existe em outras partes do mundo. E esse diálogo com as outras partes do mundo, com o planeta, com os outros camponeses, o MST se propõe, o IALA, se propõe, a Via Campesina, pra ajudar a construir uma coisinha daqui pra frente (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

O grifo no relato de Neri é para mostrar como as contradições da coletivização reforçaram a análise que viemos realizando acima. Houve a revalorização da figura do camponês, anteriormente tratado pejorativamente como um *jecca-tatu*, e agora reconhecido como fundamental para o estabelecimento da sociedade em parâmetros mais justos. Esse reconhecimento foi importante, porque ocorreu justamente entre aqueles que mais se esforçaram para negar todos os aspectos do modo de vida camponês, e impor a coletivização da produção agrícola como via única para o desenvolvimento da agricultura.

Buscando uma análise comparativa entre núcleos de família organizados em assentamentos do estado Pará, no próximo item vamos tratar do Assentamento Mártires de Abril.

“Ninguém vai trabalhar no coletivo com fome”

(Assentado no Mártires de Abril e ex-coordenador do MST, entrevista realizada em outubro de 2012)

3.4 O Assentamento Mártires de Abril e a Coletivização do Trabalho Agrícola

Foto 21 – Placa localizada na entrada do Assentamento Mártires de Abril
Fernanda Thomaz – 25/11/2012

A ocupação realizada pelo MST na fazenda Taba, localizada na Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém, ocorreu em abril de 1999 (ver Mapa 6 – Localização do Assentamento Mártires de Abril). Foi na área dessa fazenda, em novembro de 2001, após quase três anos de ocupação e resistência das famílias, que o MST conseguiu implantar o assentamento Mártires de Abril, nome dado em memória dos dezenove camponeses assassinados em 17 de abril de 1996, no massacre de Eldorado dos Carajás, município de Eldorado dos Carajás, sul do Pará, como procuramos tratar anteriormente.

Mapa 6 – Localização do Assentamento Mártires de Abril

Segundo o senhor Mamede⁸⁰, a terra em que se localizava a fazenda Taba era pública, pertencia à prefeitura de Belém, e havia sido grilada pelo coronel Marcílio Jacques Gibson, proprietário da empresa de transportes aéreos Taba (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica)⁸¹.

⁸⁰ O Sr. Mamede foi um dos camponeses que colaboraram para a elaboração dessa pesquisa. Realizamos com ele uma entrevista em 08 de dezembro de 2012 e, em 23 de dezembro de 2012, ele foi assassinado em seu lote, denominado de Lapo – Lote Agroecológico de Produção Orgânica.

⁸¹ A empresa de transportes aéreos Taba foi fundada em 1976, pelo coronel Marcílio Jacques Gibson, proprietário de outra empresa de transportes aéreos, a Loide Aéreo Nacional, vendida à Vasp. Sua sede localizava-se em Belém, mas sua área de atuação compreendia os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, parte do Pará

Além da grilagem havia denúncias de outras irregularidades, como a prostituição de menores, e a extração ambientalmente predatória de areia e pedra. Também havia um processo judicial, movido pelos trabalhadores da fazenda, pela falta de pagamento de salário e indenização de trabalhadores demitidos (Abe, 2004). Para ocultar todas as irregularidades e justificar o uso produtivo da terra, o coronel Gibson, mantinha na fazenda a produção de coco. Notícias veiculadas na mídia em 1999, época da ocupação, divulgam o cultivo de um coqueiral formado por 30 mil pés de coqueiros⁸², número questionado pelas famílias do MST, pois uma das justificativas da ocupação foi justamente o abandono em que se encontrava a fazenda.

O trabalho de base para a reunião das famílias foi feito nos bairros da periferia de Belém, e nos municípios de Ananindeua, Benevides, Castanhal e Terra Alta, realizando-se um cadastro de interessados em se inserir no movimento e conquistar terra (Abe, 2004). Gradativamente o MST conseguiu reunir cerca de 650 famílias acampadas, número elevado, explicado em razão da Ilha de Mosqueiro ser um centro forte de poder da burguesia local, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Na verdade, isso aqui era o centro da burguesia de Belém. Então eles (coordenação do MST) sabiam que aqui se tivesse poucas famílias não iria resistir. Na verdade, deveria ter uma grande quantidade de famílias pra poder fazer a luta de fato, porque se tivesse poucas famílias esse assentamento aqui não teria conseguido, mais da metade teria desistido, porque na verdade nós sofremos quatro despejos. Tava uma luta muito grande com a elite daqui de Belém. Então se fossem poucas famílias eu tenho quase certeza que a gente não teria conseguido resistir (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

O primeiro acampamento foi montado na Praça da Leitura, localizada no Bairro de São Brás, em frente ao Terminal Rodoviário São Brás e à Praça do Operário. O local do acampamento foi estrategicamente escolhido pelo MST, pois era um cruzamento de vias, uma área de passagem de grande número de pessoas, o que possibilitava chamar a atenção da mídia e da sociedade em geral para a tragédia da miséria, da concentração de terras e do massacre de Eldorado dos Carajás (Abe, 2004). O acampamento foi montado no dia 16 de abril, como parte da Jornada Nacional de Lutas, tendo as famílias ali permanecido de 17 de abril até 05 de maio. Foram dezenove dias na Praça, cada um em memória de um camponês assassinado em Eldorado dos Carajás. O objetivo desse acampamento foi dar uma resposta à burguesia, mostrando que a união proletário-camponesa possibilitava disputar frontalmente o território de Belém (Ulisses

e do Mato Grosso. A empresa faliu em 1999, um mês antes da ocupação da Fazenda Taba, pelo MST. Fonte: <http://www.aviacaocomercial.net/taha.htm> - acesso em 04/2012.

⁸² http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0405/br0405g.htm - acesso em 04/2012.

Manaças, informação oral, 2012). Após os dezenove dias de acampamento, as famílias, que até então desconheciam qual fazenda iriam ocupar, foram levadas para ocupar a fazenda Taba, na Ilha de Mosqueiro, distante 74 km de Belém.

Segundo Abe (2004), a decisão de ocupar um latifúndio em Mosqueiro, distrito administrativo de Belém, foi um desdobramento das resoluções tomadas no 3º Congresso Nacional do MST, em 1995, quando o MST deliberou pela ocupação de terras próximas às cidades, aos grandes centros urbanos, no entorno das capitais, onde se localiza o centro do poder e um potencial mercado consumidor. O lema do Congresso “Reforma Agrária: uma Luta de Todos” já demonstrava o objetivo político de, ao se aproximar das cidades, sensibilizar a população urbana para o problema da reforma agrária, buscar seu apoio e, com os assentamentos, mostrar que a reforma agrária beneficiava não apenas o campesinato, mas toda a sociedade. Com essas premissas as famílias realizaram a ocupação em Mosqueiro:

Foram 19 dias acampados na Praça. No 20º dia, às cinco da manhã os ônibus encostaram lá, todo mundo colocou as coisas dentro dos ônibus, e viemos parar aqui na Taba, que hoje é o assentamento Mártires de Abril. Chegemos, acampemos próximo à sede da fazenda, fizemos uma retomada logo da sede. Fizemos barraco ao redor da sede. Pegamos o pessoal e pedimos pra sair, eles não eram os donos, eles trabalhavam na propriedade. A propriedade não era mais produtiva, era só coco mesmo, tinha três ou quatro pessoas que tomavam conta. Então conversemos com o pessoal, e falemos de que daquele momento em diante, ninguém ia mexer com eles, mas que eles tinham que desocupar a sede. Ou, se eles quisessem acampar com a gente, que saísse de dentro da casa e fosse acampar com a gente dentro dos barracos. Fizemos o convite pra eles, mas como eles acharam melhor não acampar com a gente, porque eles não conhecia a realidade do que era o movimento dos sem-terra, eles acharam melhor sair. Saíram, desocuparam a casa, o carro veio pegou a mudança deles e nós ficamos tomando conta do patrimônio da área (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Passados aproximadamente um mês e meio da ocupação da fazenda Taba, as famílias sofreram o primeiro despejo, ao qual se seguiram outros três:

Passou mais ou menos um mês e quinze dias, passemos pelo primeiro despejo. Nós já tava sabendo, as coordenções, que ia acontecer o primeiro despejo, a reintegração de posse. Então nós preferimos sentá toda a direção do movimento com as coordenções e fazê uma marcha de Castanhal à Belém, juntando o acampamento João Batista e o Mártires de Abril pra chegar à Belém. Essa era uma forma de ganhar tempo, tirar o povo pra não sofrer o despejo. Aí veio um carro do sul do Pará, um bauzinho, conseguimos transportar as coisas, quando a polícia chegou no acampamento não encontrou mais ninguém, nem nada. Nós já tava em marcha de Castanhal à Belém. Nós passemos seis dias em

marcha. Marchava um dia, no outro dia não marchava, que era uma forma de ganhar tempo até passar as 72 horas. Quando chegamos em Santa Isabel, já tinha passado as 72 horas. Quando foi de lá, não fizemos mais a marcha pra Belém, os ônibus vieram e nós fizemos a reocupação. Não ocupemos mais a sede, ocupemos uma área lá atrás onde tem um campo, que fica pra trás da fazenda. Isso foi no mês de setembro, passemos uma faixa de três meses e quando foi véspera de dezembro, como a gente queria passá um natal mais tranquilo, nós achemo de fazê ocupação na sede de novo. Fizemos a retomada da sede de novo. Aí passemos natal, ano, e quando foi em fevereiro passemos por outro despejo, outra reintegração de posse. Aí tinha uma área próxima que tinha sido cedida pela prefeitura, e a prefeitura cedeu pra gente. A gente pegou as famílias e fomo pra lá. Depois de 72 horas nós fizemos a retomada de novo, pela terceira vez. Passemos mais três meses dentro da área. Depois que nós já tinha preparado os barracos, arrumado cavalo, cavado poço, a gente não tava mais dentro da sede, tava tudo bonitinho, e lá vem o despejo - polícia com cavalaria, canil e tudo. Repressão muito grande. Tivemo que sair de novo. Nisso eles queimaram um barracão pra incriminá a gente, pra dizê que a gente tinha danificado um prédio do patrimônio, mas foi a própria polícia que queimô pra usá pra mídia que era nós que tava destruindo o patrimônio. Aí, nós saimo e ficuemo logo do lado da fazenda. A polícia saiu e nós reocupemo. Não demorou nem 12 horas, aí a juíza decretou prisão até pra galinha, pra cachorro e pra tudo, porque nós desacatemo a ordem dela. Aí nós dissemos que podia vim. Como ela ia inaugurá o presídio de Marituba, nós dissémo então é com nós mesmo. Nós não vamo sair daqui, vai todo mundo pra lá, fazê trabalho de base lá dentro, e quando saí fazê ocupação.

Quando foi dois meses e pouco, passemos por reintegração de posse de novo. Aí fomo de novo pra área do patrimônio. Deixemo dá as 72 horas pra nós ocupá o presídio, mas ela não mandou prender a gente. Aí veio outra reintegração de posse. Aí nessa outra, quando nós entremo, sempre entrava a noite, essa nós entremo de dia. Arrumamos um monte de fogos, pistola. Cheguelmo no portão tinha um monte de segurança, eles correram, perderam as armas, achando que a gente tava com metralhadora. Nós não tinha nenhuma arma, era só pistola. Até hoje tem arma perdida dentro do lago, que eles correram, perderam. Aí acho que acabou o dinheiro do camarada (referindo-se ao coronel Marcílio Jacques Gibson), e eles não conseguiram mais, porque uma reintegração de posse dessas é cara, e ele gastou com quatro. Eles tinham muito dinheiro, que era uma área daquele povo da aviação Taba, mas deu um desfalque muito grande. Aí eles não quiseram mais gastá com reintegração de posse, porque ele sabia que a gente não ia desisti, e hoje nós tâmo dentro do assentamento há 14 anos (entrevista realizada em novembro de 2012).

Nos quase três anos de ocupação, além dos quatro despejos, as famílias enfrentaram todo tipo de dificuldades: carência de trabalho, ausência às vezes total de alimentos e remédios, hostilidade dos moradores de Mosqueiro, que ateavam fogo na plantação dos acampados, além da ameaça constante da polícia militar invadir a fazenda e assassiná-los, como mostram os relatos a seguir:

1º Relato

Era despejo, era polícia, muita polícia. Na verdade, tu vive uma situação que se a gente for vê, ruim, né. Porque tu não pode sair pra trabalhar, e toda a plantação que a gente produzia, quando vinha o despejo, ia embora. Eles passavam trator, acabava tudo, tocavam fogo. Então quer dizer, a gente acabava perdendo toda a produção nossa. Então isso fazia que muitas famílias desistissem, fossem embora, porque ficava ali completamente isolado, sem poder trabalhar e passava muita necessidade. Porque às vezes vinha as cestas básicas do INCRA, mas às vezes não vinha. Então, às vezes, a gente passava muito baixo mesmo. Às vezes tinha o feijão e a salada, às vezes só o feijão. A condição era difícil, tanto física como psicológica, porque aqui até a comunidade ao redor não gostava. Odiava os sem-terra. Falavam que a gente tinha ocupado terra deles. Alguns achavam que nós tínhamos desempregado várias famílias. Então, não só o Estado aqui, mas a própria sociedade tinha uma visão, e até hoje ainda tem, mas hoje a gente até consegue ter uma boa relação com a comunidade local. Eles já nos veem com outros olhos, mas no primeiro momento foi ruim mesmo essa relação (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

O processo de acampamento é uma formação, quando você tá acampado você tá aprendendo tudo que você tem que tocá dali pra frente pra você pode chegá na terra que lhe pertence. Muitas vezes acontece de vários companheiros irem embora do acampamento, porque o processo é demorado e também não é essa bondade toda. No nosso tempo, o feijão que vinha da cesta básica, se você passasse três dias cozinhando ele, ele não cozinhava ainda. Eu acho que eles torravam no forno pra mandá pra Conab pra Conab mandá pra gente. Tinha que comer duro mesmo (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

As diversas dificuldades, durante os quase três anos de ocupação, culminaram no elevado índice de desistência do acampamento, restando apenas 46 das 650 famílias iniciais. Buscando aumentar esse número, o MST realizou novo trabalho de base na periferia de Belém, conseguindo criar o assentamento com 91 famílias (Abe, 2004)⁸³.

A implantação do assentamento Mártires de Abril ocorreu de um modo diferente de outros projetos de assentamento, pois foi resultado do Projeto de Assentamento Casulo (PCA)⁸⁴, um convênio firmado entre o Incra, a prefeitura de Belém, e os assentados (informação

⁸³ O número de famílias assentadas é objeto de divergência. Na entrevista com os assentados, alguns se referem à criação do assentamento com 95, 96 ou 97 famílias. Optamos pelo número indicado pela pesquisadora, por sua referência ser os dados oficiais do Incra.

⁸⁴ A modalidade de Assentamento Casulo foi criada pelo Incra, através da Portaria nº 321, de 11 de setembro de 1997. O objetivo era descentralizar as ações de Reforma Agrária, através da corresponsabilidade de funções entre governo federal, prefeituras, municípios e instituições governamentais. Visava, principalmente,

oral dos assentados do Mártires de Abril, 2012). Cada instância ficou responsável pela execução de uma parte do projeto. Aos assentados ficou a responsabilidade de trabalhar nos projetos. Ao Incra coube o financiamento da produção e o crédito para a construção das moradias. À prefeitura de Belém coube a instalação de infraestrutura no assentamento (rede de esgoto, abastecimento de água e energia elétrica) e assistência técnica agropecuária. De acordo com os assentados, apenas o Incra cumpriu sua parte no projeto, sendo enorme a carência de infraestrutura básica no assentamento (ver Foto 22)⁸⁵.

Foto 22 – Exemplo de rua do assentamento Mártires de Abril que fica intransitável no período de chuvas.
Fernanda Thomaz – 05/12/2012

O trabalho dos técnicos agrícolas é considerado fundamental pelos assentados pela pouca experiência de vários deles no trabalho agrícola, pelas diversas dificuldades relacionadas

o assentamento em áreas periféricas em torno de núcleos urbanos como forma de possibilitar aos assentados o acesso a emprego e renda. Como se verá adiante, as famílias assentadas no Mártires de Abril tecem muitas críticas a essa modalidade de assentamento.

⁸⁵ Em 2012, momento da realização dessa pesquisa, treze anos após a implantação do assentamento, o fornecimento de infraestrutura básica ainda é tratado não como um direito dos assentados, mas como um caso de polícia. Inclusive, em uma das viagens de campo que realizei para o assentamento, pude presenciar uma situação de alta tensão, ocorrida pelo corte no fornecimento de energia elétrica a uma parte dos assentados. Na tentativa de reivindicar seu direito, eles ocuparam a pista em frente ao assentamento. A polícia militar apareceu, intimidando a todos com armas de fogo, inclusive ameaçando dar ordem de prisão, caso não desocupassem a pista.

ao solo arenoso e já bastante degradado do assentamento, além de problemas com o aparecimento de doenças nos animais, como pode ser visto nos relatos a seguir:

1º Relato

Teve uns técnicos também, que não ajudaram em nada. As galinhas ficaram doentes, eles pegaram umas duas, disseram que iam levá pro laboratório, e até hoje não trouxeram o resultado. A gente tinha um tanque lá, aí o técnico do peixe foi lá e eu perguntei pra ele. Doutor, o senhor tem certeza que a parede do tanque é assim? Então ele falou, não, não pode fazê assim como eu tô dizendo. Foi liberado o dinheiro do projeto. Fui, comprei material, cimento, tijolo, comprei 5 mil tijolos, a mão de obra era nossa. Fizemos a parede. Aí, por exemplo, novembro, o técnico foi lá, olhou. O tanque dava 80 de frente por 30 de largura. Eu perguntei, e isso aqui quando chover não vai caí? Ele disse não, não, pode deixá. Como ele é profissional. Na primeira chuva que deu foi embora o tanque. Aí eu liguei pra ele. Doutor o senhor tem que vir aqui. Até hoje não voltou mais. Tudo isso contribuiu pra desistência do povo. Com essas falhas, e aí todo mundo era primário. Aí no coletivo, um esperava pelo outro. Deu no que deu. Aí eu achei melhor, pra não pará o serviço, trabalhá por conta própria. Boa parte desistiu. E tâmo aí até hoje (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

2º Relato

Nóis fizemo nosso projeto, mas não deu certo, por causa do técnico. Quando nós tinha um técnico nosso mesmo, tudo bem. Mas quando acabo aquele temporário dele, e ele foi embora pro sul do Pará, ficou duas técnicas que são de Belém, pagadas pela prefeitura. Quando elas vinham aqui na área olhá as galinhas, tinha que entrá no mato pra olhá o maracujá, as bananas e o cupu. Então tinha uma que ainda descia do carro, ficava olhando, mas tinha outra que não descia do carro, e vinham com um salto dessa altura, que parece que iam pra um casamento. Aí nós começô a pegá no pé. Tava morrendo galinha, adoecendo banana, e elas não deram a mínima. Então acabou nosso projeto por falta de técnico.

Eu fui criada no campo até a minha adolescência. Depois eu passei pra cidade e não quis mais sabê do campo. No meu tempo lá na roça os plantios era diferente. Eu sei plantá uma banana, um açai. Eu sei plantá as coisas. Mas só que com os técnicos é mais cheio de frescura, porque lá, quando era pra plantá a banana, até hoje eu me lembro, elas trouxeram o tamanho. Então, tinha que fazê um quadrado, era tantos metros assim, tantos metros assado, e tantos metros de profundidade. Aí um dia, eu conversando com a técnica, eu perguntei pra ela. Olha eu nasci na roça, mas porque agora tem que ser tudo isso? Meu pai fazia cachaça, ele mexia com canavial. Ele fazia rapadura. Meu pai era acostumado a plantá banana, ela plantava que dava banana, e eu nunca vi ele medi! Os carros vinham buscá carrada de banana e não tinha isso. Então era aquela frescura. Então se a banana tivesse assim com três folhas, tinha que fazê a coroa, tudinho, é muita frescura. Eu digo por isso que nosso projeto não deu certo. É muita coisa. Eles só estudam, mas não vai pra dentro da roça fazê. Pra gente pegá esse nosso primeiro

projeto, tinha dia que eu saía daqui e chegava lá na reunião brigando. Nós passemos quase dois meses pra vê como é que plantava banana, como é que criava galinha, como é que criava um porco. Tanta frescura! Daí eu já saía de lá brigando. Eu dizia, não gente, isso já é muita frescura. Aí um dia eu disse, é tanta coisa desses técnicos que acho que talvez nossos projetos nem não vai dá certo. E não deu. As galinhas, no interior, eu acostumada a jogar duas latas de milho pras galinhas e não dava. A gente via as galinhas, a mucura comeu alguma coisa, mas quando via era cheia de pinto. E aqui não! Menina, era muita coisa! (Assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Os assentados criticam também o projeto Casulo, porque a divisão de responsabilidades entre a Prefeitura de Belém e o Incra, na prática faz com que um órgão empurre responsabilidades para o outro, deixando o assentamento abandonado:

Como é o projeto Casulo, uma parceria entre governo municipal e federal, você vai na prefeitura, eles falam que são o Incra que tem que fazer, você vai no Incra, eles falam que são a prefeitura. Aí o assentamento fica abandonado. A gente aqui tá precisando de técnico, de um acompanhamento de um técnico que dissesse, essa terra aqui é desse jeito, e é desse jeito que você vai conseguir avançar nela. Quais os projetos que vão dar certo, quais os projetos que não vão. *O MST tá fragilizado, não sabe o que fazer. Alguns assentamentos tão conseguindo avançar na produção, mas a grande maioria tá afundado. Aí alguns vão fugindo pro lote, outros vão fugindo pro trabalho, pro emprego, se isolando no lote. Aí a gente fica até triste de tá falando isso* (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Através dessa divisão problemática de responsabilidades entre a Prefeitura de Belém e o Incra, o assentamento Mártires de Abril foi criado com uma área total de 408 ha, divididos entre vegetação secundária (capoeirão), área de preservação, pedreira (que era explorada pela empresa Taba, e depois serviu de local para a extração de matéria-prima para os assentados construírem suas moradias), área de equipamentos sociais (posto de saúde, escola, área de lazer, piscina, igrejas), e área em que foi construída a agrovila (Abe, 2004). Inicialmente, os lotes não foram divididos na lógica camponesa, por lote familiar, mas em núcleos de famílias, como parte do processo de implantação do trabalho coletivo pelo MST. Os núcleos ficaram com áreas de tamanhos diferentes, variando de 25 a 36 ha, dependendo do número de famílias que os compunham: o menor núcleo, composto por sete famílias ficou com uma área de 25 ha, e o maior núcleo, composto por dez famílias, ficou com uma área de 36 ha.

A preparação para a coletivização começou a ser feita durante o período de ocupação, na Praça da Leitura, como apontamos. Durante os dezenove dias de acampamento, as famílias

foram organizadas em grupos coletivos. Como era grande o número de acampados, cerca de 650 famílias, os grupos eram compostos de 30 a 50 pessoas. Cada grupo possuía um coordenador, que tinha a função de passar os informes, reunir as famílias de seu núcleo em caso de qualquer necessidade ou urgência, como a chegada da polícia, e manter a ordem no núcleo⁸⁶:

1º Relato

Logo quando é acampamento tem grupo. Vamos supor, tá um, dois, três, quatro. Nós quatro aqui nós somo de um grupo. Dessas quatro pessoas, tem que tirá uma pra ser o coordenador. Esse coordenador vai pra reunião, vai pra Belém assisti a reunião. Quando chega, ele areuni com todos os coordenador que não foi, aí cada coordenador vai reuni com seu grupo. Vamos supor, tu é uma coordenadora, tu vai pra Belém, pra reunião, a gente fica trabalhando. Quando tu chega, tu vai sentá com os outros coordenadores que não foram, pra tu passá o que foi passado em Belém pros outros. Aí de noite, tu que marca a reunião, tal hora. Tua responsabilidade como coordenadora é ir de casa em casa avisá da reunião. Olha tal hora vai ter uma reunião pra mim dá o informe da reunião do INCRA, da SECON⁸⁷, de qualquer órgão. Tu marca a hora e o local, pra passá os informes pros seus componentes. Então isso é o grupo, quando era acampamento (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012)

2º Relato

A militância passava organizando as famílias. Foi engraçado que de lá da praça já tinha as famílias organizadas, variava de trinta a cinquenta famílias. Já vinha com os núcleos formados, com a coordenação formada. Eu já era coordenador, militava como coordenador de grupo de 50 famílias. Nós já viemos todos preparados pra cá (para o assentamento). Já sabíamos quem eram as pessoas do grupo, como coordenar reunião. Então lá foi um momento de adaptação pra o que nós víriamos encontrar aqui, então já viemos sabendo de como as coisas aqui iriam se dar, reuniões de grupo. Se caso aqui acontecesse alguma coisa, se a polícia viesse, já preparavam a gente, em caso de despejo. Então a gente já tinha uma estrutura, uma base. Viemos pra cá, ocupamos, sofremos despejo, mas já sabíamos (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

⁸⁶ A participação das mulheres na coordenação de disciplina durante o período de ocupação, tanto na praça, quanto na fazenda, foi de extrema importância para o questionamento e mudança da situação de violência doméstica em que viviam. Foi uma forma de refletirem sua condição de vida. Pois, como nos foi relatado por uma assentada, era comum as agressões de maridos às suas companheiras, que sequer tinham a consciência de que podiam se defender. Para atuar na coordenação de disciplina, as mulheres passavam por uma formação sobre a questão de gênero, levando-as à compreender melhor à situação de violência à que estavam submetidas.

⁸⁷ Secretaria Municipal de Economia de Belém do Pará, que segundo as informações contidas no site “planeja, executa, coordena, controla e avalia as atividades do poder público, voltadas para a economia do município e administra o sistema de abastecimento de feiras, mercados e portos, inclusive do licenciamento e controle do comércio em vias e logradouros públicos, da propaganda (<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=6>, acesso em 04/2014).

Dividir os acampados em grupos para a realização das tarefas, definir coordenadores e incentivar a tomada de decisões em assembléias, já no acampamento, é uma forma de preparação que o MST utiliza para introduzir a organização coletiva da produção no assentamento. Essa forma de organização também foi utilizada durante o período de acampamento do assentamento Palmares II, e nos acampamentos que posteriormente tornaram-se Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), tais como a Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA), (Simonetti, 1999); a Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA), (Thomaz, 2010); e a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), (Camargo, 2010), analisadas também na presente pesquisa.

Além da organização embrionária para a produção coletiva, para complementar a difusão dos ideais coletivistas, o MST também veiculava *cadernos de estudo, cadernos de experiências históricas e cartilhas de formação*, como mencionamos, mas eram indicações gerais, sem o conhecimento dos problemas, das tensões e das contradições decorrentes da coletivização. Tal deficiência evidencia-se quando analisamos as falas dos assentados e até mesmo de lideranças do MST encarregadas de convencer os outros sobre os benefícios dessa forma de produção. Percebe-se que pouco se sabia sobre a realidade da produção coletiva nos países socialistas que a haviam implantado, como Cuba. E pouco se sabia sobre a realidade da produção coletiva nas CPAs do Sul e Sudeste do Brasil:

1º Relato

Entremo aqui, e tivemos muita dificuldade. Teve muito processo de formação pra gente conseguir fazer isso aqui funcionar coletivamente. Houve um esforço muito grande por parte da nossa militância. O paraense em si é muito individualista, então nós assim não temos esse hábito. É muito diferenciado dos estados do Sul, que tem um vínculo muito mais europeu, e tem aquela prática do cooperativismo. Mas aqui não, é muito individualismo (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012)

2º Relato

Essa questão do coletivo tem muita contradição. Pra nós, do MST, foi um debate muito novo. Foi um debate que veio do Sul pro Norte, e tentaram implantar aqui a mesma coisa que implantaram no Paraná. Que é uma cultura totalmente diferente do pessoal, lá. E aí a gente ficou meio quebrado, porque aqui a gente não compreendia o que era esse treco. Vai dizer, não, a gente agora é todo mundo coletivo, coisa e tal. O pessoal se juntava, né. Esse processo de acampamento, que é o processo de conquista da terra, que todo mundo tá junto, é a formação, se juntou. Depois quebrou, né. Não deu certo. A questão do fogo, essa questão econômica, *essa questão do individualista, do cara, que eu*

costumo dizer, do calango da baixada, que é a cultura aqui de Belém. É o calango da favela ali. O cara pega e enche o carro de mão dele de bombom, e vai lá pra praça da República vendê bombom, durante o dia. Ele já tá com a diária dele, volta pra casa e vai comprá a comida dele. No outro dia ele vai trabalhá de novo. A gente tá trabalhando com esse público. No Paraná já é um público mais camponês, então tem uma diferença. O coletivo veio de lá. Aí quando o pessoal do MST chegou aqui, eu achava muita graça. Quando fui ajudá a coordenar um acampamento em Irituia, a gente disse, não, vâmo vê direito esse negócio. Vâmo tentá fazê uma análise que esse coletivo não é esse negócio implantado direto. Vamos tentar fazer um trabalho cooperado, pelo menos o pessoal vai tentando descobrir algo novo. Como eu me ajunto um com os outros, que não precisa necessariamente ficar fechado no coletivo, e fazê a produção ali no espaço pra todo mundo. Mas cada um se ajudando um pouquinho, talvez a gente tenha uma ideia do que é o coletivo. É uma coisa meia cabeça (risos). Existe algumas coisas que o pessoal trouxeram que são debates nacionais, que prejudicaram a gente aqui no Norte. E que até hoje o pessoal tenta batê a cabeça. Eu fico olhando, difícil encontrar uma área que o coletivo no estado do Pará deu certo, de fato. Mas a gente diz, o coletivo é bom, o coletivo é bom (risos) (ex-coordenador do MST e assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A produção coletiva aparece nos relatos como algo incompreensível aos assentados. A formação para a sua importância era realizada visando modificar a consciência e a cultura dos assentados, que para o MST diferenciava-se entre os “individualistas” e os “coletivistas” (MST, 2008). Esse aspecto fica evidente quando o entrevistado se compara aos assentados do Paraná, que supostamente estariam mais preparados para o trabalho coletivo pela sua origem européia. Isso implicou até mesmo em um sentimento de inferioridade do assentado paraense, que passou a se sentir pertencente a uma “cultura” de pessoas individualistas, que só pensavam em si próprias. Ao analisar, contudo, a produção coletiva em estados do Sul e Sudeste do Brasil, como é o caso da COPAVI e da COPAVA, veremos que apesar de estarem em funcionamento até hoje, e terem conquistado avanços importantes, houve também muitas desistências entre seus membros (Camargo, 2010; Thomaz, 2010). Além disso, também em São Paulo houve dissolução de CPA, como é o caso da COPAJOTA (Simonetti, 1999).

Ao ocupar a área da fazenda, para que se iniciasse a produção coletiva de alimentos, o MST permaneceu com as pessoas divididas em grupos, alguns dos quais foram formados no acampamento da Praça da Leitura. Foram escolhidos os coordenadores de grupo, as decisões continuaram a ser tomadas em assembleias, e a divisão dos alimentos já passou a ser realizada com base no trabalho de cada um.

Nós começamos coletivo desde que subimos em cima da terra. Foram divididos os grupos pra trabalhá junto. Era coletivão mesmo – oitenta, noventa famílias plantando em cima da terra. Plantava feijão, milho, maniva, que não dava muito, horta. Com a ordem de despejo, ficava tudo pra trás, os outros que colhiam. Esse capim é doido também, a gente capinava e nada. Agora não tem mais, porque fizemo muita luta contra ele. A gente começou a trabalhá coletivo, porque a gente sabe que coletivo dá. Porque tu não vai pagá mão-de-obra. Vou botá um ateliê, por exemplo, pra costurá pra polícia, eu vou botá um grupo de mulheres pra costurá. Eu não vou pagá mão-de-obra, vou trabalhá na produção. É a mesma coisa do coletivo da agricultura (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Após a conquista da fazenda Taba, o MST realizou a transformação dos grupos coletivos em núcleos de base ou núcleos de família, que deveriam manter a produção coletiva. Segundo uma diretriz do movimento, a reunião em núcleo é fundamental para a permanente mobilização dos assentados:

O MST ao criar um assentamento, ele organiza aquela massa de assentamento em núcleos de famílias. Se tem 100 famílias desorganizadas, não altera em nada. É um grande ajuntamento de gente, mas na medida que você tem 100 famílias, mas organizadas em um núcleo de dez famílias, você tem uma unidade organizativa, porque de dez em dez, você consegue organizar, debater, discutir, encaminhar as questões, dividir tarefas. E a estrutura do MST no assentamento, vem do acampamento a partir desse núcleo de famílias, porque o núcleo é a base da organização. É os pés da organização (Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST, entrevista realizada em setembro de 2012).

A participação nos núcleos era obrigatória para a permanência no assentamento para viabilizar a produção coletiva:

(...) A definição no AMA (Associação do Mártires de Abril) é a obrigatória inserção no NB (núcleo de base ou núcleo de família), pois não cabe um assentado independente, autônomo decidir o que fazer com a terra, com a casa bem como as questões referentes ao assentamento, uma vez que são patrimônios conquistados pelo conjunto das famílias. Poder-se-ia afirmar, então, que a participação em um NB é requisito obrigatório para a permanência no assentamento e o consequente usufruto dos benefícios, pois são considerados fundamentais na forma de organização de assentamento do MST (Abe, 2004, p. 124).

No assentamento, alguns núcleos foram formados pelas famílias que pertenciam ao mesmo grupo do acampamento, mas houve a possibilidade da troca.

Quando girou assentamento, que foi pra pegá os primeiros projetos, tinha muita gente que tava num grupo, mas não tava se sentindo bem.

Por exemplo, eu era do grupo sete, quando passou pra núcleo, eu já não me dava muito bem com aquelas pessoas que tavam no grupo sete. Aí disseram, quem quisé trocá de um grupo pra outro antes de virá núcleo, é bom. Então muita gente foi trocando. Aí eu já caí no núcleo seis. Então a gente ficou em oito, quatro mulher e quatro homem. Nosso núcleo era tão mais organizado, que ficou dividido assim (risos) (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Com base nos 408 hectares do assentamento, e do número de 91 famílias assentadas, o MST organizou dez núcleos, cada qual identificado por um número e um nome escolhido pelos seus membros, a saber: Nova Vida, Mão de Jesus Cristo, Aroma da Terra, Liberdade da Terra, Com Deus Venceremos, Mártires de Abril, Nova Esperança, Os Quilombos do Mártires de Abril, Terra Santa e Estamos na Luta⁸⁸.

Com os núcleos formados, o passo seguinte para a estruturação da coletivização foi a instalação da agrovila, em oposição à construção da moradia no lote (ver Foto 23).

Foto 23 - Vista de uma rua da agrovila do assentamento Mártires de Abril
Fernanda Thomaz – 07-12-2012

Para o MST, a construção da casa em agrovila é fundamental por vários aspectos:

⁸⁸ É possível observar pelo nome dos núcleos o desejo de uma vida liberta e autônoma, bem diferente do modo que se vivia anteriormente, aspecto que já indicava que haveria resistência das famílias à perda de autonomia com a coletivização forçada do MST. Também há um aspecto religioso na denominação dos grupos que não pode ser desconsiderado.

Os assentamentos do MST nós temos outra lógica de organizar os camponeses. Primeiro o espaço de moradia, das casas, são espaços onde todas as casas se concentram. São espaços coletivos. Pra que? Pra possibilitar que as pessoas trabalhem, mas ao mesmo tempo, na agrovila, na vila do assentamento, elas tenham esse espaço de convivência social. Espaço de convivência, vizinho com vizinho, que ao mesmo tempo tem o espaço da escola, aonde todas as crianças vão estudar. O espaço da praça, do centro comunitário. Então, o espaço da vila é o espaço de convivência. Porque é ela que determina o ser social. Não existe ser social sem convivência com os demais (Ulisses Manaças, coordenador estadual do MST, regional Cabanas, entrevista realizada em outubro de 2012).

No Mártires de Abril, porém, ainda no período de acampamento, a construção da moradia na agrovila foi tida como problemática. Desde o momento em que ocuparam a fazenda Taba, as famílias sentiram a hostilidade dos habitantes de Mosqueiro, que não apoiavam a ocupação, e classificavam o MST como um movimento de baderneiros criminosos. Em represália ateavam fogo à produção dos acampados, e furtavam parte da produção.

Apesar do conhecimento desses problemas os dirigentes do MST, visando à coletivização do trabalho, defenderam a agrovila como forma de favorecer o estabelecimento de vínculos cooperativos, interpretando a lógica camponesa de organização do lote, como a quebra desses vínculos (MST, 2008). Segundo essa concepção, a implantação da agrovila tinha como objetivo romper a visão camponesa de organizar o lote, pois para o segmento do MST que defende a coletivização, a unidade camponesa de produção é considerada individualista e reprodutora do modo de produção capitalista, como já mencionamos.

O Brasil é um país rico em matérias-primas e recursos-naturais. Rico em todos os aspectos que a gente possa analisar. Natureza em abundância, água doce em abundância. Mas ao mesmo tempo você tem a maior concentração fundiária do planeta. Então é uma anomalia. É uma chaga social. Por um lado, um país rico, um país que avançou muito em tecnologia industrial, e ao mesmo tempo, tem trabalho escravo, crimes ambientais, violência, concentração fundiária, que são a outra ponta dessa anomalia. Por que a gente vive com essa situação? Porque nunca houve a democratização do acesso à terra. Ao passo que, quando você cria os assentamentos, o que tá no ideário do camponês é justamente essa lógica. Criar o assentamento. Parcelar ele de forma individual e ali reconstruir seu governo. Que é a mesma lógica de se reproduzir no minifúndio, a mesma lógica do latifúndio. Parcelas individuais de propriedade da terra. Então o camponês está fixado aqui, mas isolado ao mesmo tempo. Os assentamentos do MST nós temos outra lógica de organizá-los. Primeiro o espaço de moradia, das casas, são espaços onde todas as casas se concentram. São espaços coletivos. Pra que? Pra possibilitar que as pessoas trabalhem, mas ao mesmo

tempo, na agrovila, na vila do assentamento, elas tenham esse espaço de convivência social. Espaço de convivência, vizinho com vizinho, que ao mesmo tempo tem o espaço da escola, aonde todas as crianças vão estudar. O espaço da praça, do centro comunitário. Então, o espaço da vila é o espaço de convivência. Porque é ela que determina o ser social. Não existe ser social sem convivência com os demais. Então pra nós, a terra não pode ser uma propriedade privada. A terra não é minha. Eu vou morrer e vou ser plantado novamente na terra. Eu vou alimentar a vegetação que vai ter na terra. É um ciclo ininterrupto, permanente. Terra-homem, homem-terra. Então a terra não pode ser encarada como mercadoria, como faz o capital e o agronegócio, o setor empresarial da agricultura. Então a terra é um patrimônio da humanidade. E os camponeses são os guardiões dessa terra. Então tem que construir uma ideia de que a terra é um patrimônio coletivo, mesmo que tenha o espaço de produção tua. Mas terra coletiva pra nós é muito parecido com o que faz as comunidades quilombolas ou as comunidades ribeirinhas daqui. Eu conheço várias experiências onde eles moram na terra, cultivam açaí, mas não tem cerca a propriedade deles. Eles moram em torno de rios, geralmente. Eles moram nas terras, mas a terra não é propriedade privada deles. Eles tiram a produção toda, mas não cercam a área, é uma propriedade coletiva. No campesinato, eles falam eu quero a minha terra, a minha propriedade, o meu lote, pra reproduzir aquilo que é da via dominante. Então nós lutamos pra construir uma outra ideia de propriedade coletiva. O trabalho coletivo é mais educativo. Ele estimula valores de solidariedade e fraternidade, que foram abandonados pelo capitalismo, de humanismo, da cooperação. Esse é o norte, o centro da nossa produção e do nosso trabalho. Então, fundamentalmente nós queremos que a propriedade seja coletiva, que pudesse trabalhar um pouquinho diferente, lógico, mas tudo de forma coletiva. Em alguns espaços dá pra fazer um debate assim. Em outros espaços, não. E nós iniciamos várias experiências nesse sentido (Ulisses Manaças, dirigente estadual do MST do Pará, regional Cabanas, entrevista realizada em outubro de 2012).

Ao final do embate entre as famílias e o MST, apesar de no início da polêmica a maior parte delas ter sido favorável à construção da moradia no lote, apenas 18 famílias o fizeram, enquanto as outras 73 famílias construíram a casa na agrovila:

A definição quanto à localização das moradias foi realizada através de debate, direcionando-se à construção de uma agrovila, ou seja, a moradia centralizada. Segundo as informações de uma das coordenadoras do Núcleo Mão de Jesus Cristo, a discussão inicial sobre o estabelecimento das moradias ocorreu com muita polêmica. Embora tenha-se decidido anteriormente pela centralização da agrovila, a maioria das famílias havia decidido morar no lote, por questão de segurança da produção, isto é, o estabelecimento de núcleos de moradia descentralizada, divergindo da direção do MST e da Coordenação do Assentamento que defendiam a centralização da agrovila (Abe, 2004, p. 117).

A construção da moradia na agrovila, contudo, frustrou o desejo dos assentados de viver e morar no próprio lote, como pode ser visto a seguir:

A única coisa que eu me senti mal aqui, foi quando foi decidido a área pra fazê as casas. Desde quando nós chegamos, em toda reunião eu falava. Isso é a única coisa que eu sempre falo pra eles que o desgosto que eu tive aqui foi isso. Porque ninguém nunca me falou que a gente ia ter que fazê a casa fora do lote, porque se eles tivessem falado isso, antes da divisão, eu teria ido embora. Porque todas as vezes eles falavam “Não a gente vai ter a oportunidade de fazê a casa no lote”. Mas quando chegou o projeto pra fazê as casas, a gente sentou, e a proposta foi fazê a agrovila. Ah, fiquei meio ruim, né, porque eu não queria morá em agrovila, eu queria morá dentro do lote. Passei isso pro núcleo, mas nenhum do núcleo aceitô. Pelejei muito, mas os outros chegaram e não aceitaram. Aí pronto. A única coisa que eu tenho até hoje mágoa disso aqui, é não ter feito a casa no lote. Eu tenho certeza de que se a gente tivesse feito a casa no lote, a gente estaria muito melhor, porque cada um tocava a sua vida, tinha o seu plantio, tinha como fazê as suas criação, minha intenção era essa. Plantei quatro pezinhos de açaí, não consegui plantá mais porque não coube no terreno. No lote, não, se a gente tinha o projeto, mas não dava certo, como não deu certo, mas ninguém pode culpá ninguém. A única culpa que a gente diz, porque a gente não tinha conhecimento pra trabalhá no tipo de projeto que tinha aí. Então foi oferecido assistência técnica, mas não foi cumprido o papel deles de técnico. E se a gente tivesse no lote, tinha perdido o projeto, né, mas a gente tava tocando o nosso serviço no lote, conforme a nossa posição, conforme nosso entendimento. Mas a gente taria fazendo alguma coisa (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Pelo relato, observa-se que os acampados desconheciam que decisões importantes como a construção da moradia na agrovila, já estavam determinadas, como forma de viabilizar a perspectiva do MST de implantar a produção coletiva no assentamento. Não havia, portanto, autonomia sobre decisões fundamentais, gerando um sentimento de insatisfação logo no início da criação do assentamento. Posteriormente, a insatisfação se agravou com as dificuldades de produção no coletivo e a impossibilidade de pagamento dos empréstimos contraídos para a execução dos projetos de produção, como veremos. Questionando um assentado sobre a viabilidade de realizar a produção coletiva com a construção da moradia no lote, ao invés da agrovila, ele ponderou:

Dava, sim, porque a gente fazia o coletivo, né, mas nas horas vagas que a gente não tava trabalhando no coletivo, tava trabalhando no nosso lote. Fazia um plantiozinho. No lote era o projeto do açaí, do maracujá, do cupuaçu, a banana. A única coisa que não combinou comigo foi só isso. Até hoje, graças a Deus, não tenho o que dizê do movimento. Tenho maior respeito pelo movimento. Agradeço muito. Com a força de Deus, que tem me dado ajuda, eu tô aqui. O que eu mais queria era

tá num lugar que eu pudesse viver tranquilo. E aqui mudou muito. Na agrovila, as casas muito juntas, não dava pra gente criá. Você mora muito junto, né, não dá pra gente criá, não dá mesmo. É cachorro, gato, de vez em quando tá comendo os pintinhos. Ainda tem as mucunas, por causa das árvores, tudo isso perturba. Então resolvi pará de criá (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Para o assentado, a construção da casa no lote propiciaria a produção em grupos semicoletivos, com uma parte do tempo sendo dedicada à produção coletiva, e outra parte à produção no lote. A alusão ao semicoletivo em lugar do coletivo aparece em relatos de outros assentados, sendo uma forma de organização da produção prevista pelo MST, como mostramos anteriormente. No semicoletivo, os cultivos destinados ao autoconsumo são produzidos no lote familiar, e os destinados à comercialização são produzidos coletivamente (MST, 2008). No relato, o assentado também aponta como problema da agrovila a existência de animais domésticos que se alimentam da criação. Outro assentado relacionou o seu adoecimento com a distância que precisava percorrer entre sua casa e o lote, caminhando aproximadamente 1,5 km, todos os dias, e pulando o horário das refeições:

Meu lote tá parado. Eu fiz o que eu pude. Essa própria minha vizinha, se você perguntar pra ela, ela vai lhe contar. Ela é minha vizinha, lá, também. Ela viu o serviço que eu fazia lá no terreno. Eu não tive retorno. Ela e a família dela são todos testemunhas. Eles sabem que eu já percorri a terra toda. O que aconteceu? O que eu tive foi perda de saúde. Com certeza eu acabei minha saúde foi lá. Eu exagerava muito, ia pra lá cedo, sempre gostei de trabalhá cedo. Amanhecia o dia, lá. Fazia alguma coisa, lá, a vez passava a hora de comê. Me apareceu pressão alta, diabete, problema de coração, tudo isso apareceu. É o que eu tô te dizendo, o que eu ganhei. Eu saia cedo, chegava três, quatro horas da tarde nem almoçá eu almoçava, direito, querendo adiantá o meu serviço, produzi a minha liberdade. Graças a Deus eu tive uma melhora, me tratei. Aí consegui fichá nessa empresa. Aí trabalhei 1 ano e 4 meses não sentia nada. Aí passei a senti dor na coluna. Não teve jeito. Aí passei a recebê o benefício, e tô assim até hoje. Faz dois anos, já. Agora, se eu tivesse dentro do lote, quando fosse de manhãzinha eu tava trabalhando, lá. Comia, já tava lá, não atrapalhava. Então isso, com certeza, atrapalhou muito. Eu sempre dou o exemplo assim daqueles que tão no lote. Tem uns aí que na época botaram na cabeça que tinha que ir pro lote, e foram mesmo. Eles tão melhor. Você chega lá, você olha assim, e você gosta de ver. Tudo o que é plantação, você vê. Aquele quintalzinho bonito. Isso que era a minha vontade. Todo canto que eu morei, aprendi com o meu pai, a gente chegava e ia logo plantando. Aí um cupuaçuzinho, uma banana, e ia embora. Quando dava o tempo de plantá ele tava plantando (Assentado na Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Outro problema surgido com a construção das casas na agrovila foi a necessidade de contratar de pessoas para vigiar a produção no lote, ou mesmo a divisão da família, ficando uma parte no lote e outra na agrovila⁸⁹:

Eu fiz um projeto por conta própria lá. Eu plantei 2.500 pés de urucum. O urucum só dá por três anos. Na linha do urucum eu plantei a castanha do caju, plantei 2.500 pés de caju, lá. Só que aqui eu descobri que não presta pra caju, dá uma doença que ele não se forma bonito. Aí eu comecei a plantar o açaí e o cupuaçu. Aí tem açaí, cupuaçu, caju. Até pus o nome lá de lote Cajuru, porque tem caju, cupuaçu, e outras coisas. Tenho abacate, pupunha, ingá, manga. Eu planto pra tudo. No meu lote, tem um pessoal que mora lá, porque aqui é o seguinte. Tem pessoas que não gostam de trabalhar, mas gosta de comê, mas não gosta de plantar. Aí quando tá dando, eles gostam de colher pra comê, pra vendê. Aí, como eu moro pra cá, tive que botar uma pessoa. Então tem uma família que mora lá pra tomar conta. Mas essa família já tá me dando dor de cabeça. Então eu tô pensando em fazer um negócio pra eu ir embora pra lá, pro final do ano. A minha mulher fica aqui, mas eu fico prestando assistência pra ela. Mas eu quero ir pra lá (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

A construção das casas na agrovila, tornando distante o controle da área de produção, fez surgir desconfianças no interior dos próprios núcleos, como pode ser visto no próximo relato:

Não durou um ano. Chegamos até a comprar caminhão. O que produziu aqui dentro do nosso núcleo foi ovos, galinha, uma boa parte delas já chegou produzindo. O mais nada produziu, porque? Como todo mundo morava aqui, e o núcleo é lá, então nesse horário tinha que tá gente lá vigiando a noite inteira. Era designado, hoje é minha noite, amanhã é a do meu amigo. Quando era a vez dele, ele só queria ir se fosse duas ou três pessoas. E quando ia dois pra lá, de manhã a gente sentia falta das galinhas. Eles combinavam, lá, matavam sei lá. De manhã, faltavam cinco, seis. Nessa brincadeira foi descaindo a produção (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Devido aos problemas surgidos devido à distância entre a moradia e o lote de produção, a maior parte das famílias optaram por mudar definitivamente para o lote:

Parece que assentados, estamos com 21 a 22 famílias na agrovila. Parece que no total somos 96 famílias. Parece que teve uns 4 lotes com desistência, mas assentados mesmo estamos numa faixa de 82, 83. Alguns desistiram, foram pra outras áreas nossas, por causa de conflitos, discordâncias. Foram por causa do individualismo deles (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

⁸⁹ Há assentados que estão enfrentando contestação jurídica de pessoas contratadas para tomar conta do lote, pois elas reivindicam o direito de permanecer na terra, com base nos anos trabalhados.

A saída do assentado da agrovila gerava vários problemas, tais como a disputa interna pelas casas sem morador na agrovila (ver Foto 24), a venda da casa para não assentados, realizada por aqueles que deixavam o assentamento, a perda de controle sobre as pessoas que entravam e saíam do assentamento, a quebra dos vínculos de vizinhança entre os membros do assentamento⁹⁰.

Foto 24 - Casa sem morador na agrovila do assentamento Mártires de Abril.
Fernanda Thomaz – 23/11/2012

A quebra dos vínculos de vizinhança tem acarretado vários problemas aos assentados, como furtos, roubos e medo de caminhar sobretudo à noite, pelo assentamento:

1º Relato

Aqui, se um cara vai lá na casa de alguém, pergunta onde a pessoa mora, a gente sabe informá. Muito diferente lá da cidade. Aqui até agora é um

⁹⁰ Um problema enfrentado pelos assentados foi a expulsão de um grupo de pessoas instaladas no assentamento suspeitas de envolvimento criminal. Ao serem entregues à polícia, o grupo ameaçou os assentados, conforme pode ser observado no relato: “recentemente fui ameaçada pelos traficantes que moravam aqui nessa casa. Eu avisei o assentamento do que tava acontecendo aí. Eles mandaram recado dizendo que eles sabiam quem tinha dedurado eles. Mas eu não tenho medo” (assentada no Mártires de Abril).

lugar tranquilo. Agora já tem uma malandragem pra cá que tá se formando. Agora tão até assaltando aí. Mas meus filhos andam por aí, e até hoje, não foram assaltados, graças a Deus. Eu vou pra Igreja, volto dez, onze horas da noite, venho tranquilo. A gente aprende a gostá do lugar. Isso é muito bom. Onde morava meu sogro, lá bem na frente da casa dele, mataram três. Enquanto eu puder, vou permanecer por aqui mesmo (risos). A gente quer um lugar onde possa dormir. Aqui eu durmo tranquilo. Acordo, ando de madrugada por aí. Na cidade você não pode fazê isso (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

2º Relato

Teve um pessoal que foi embora e nem sequer família tinha pra trabalhá junto aqui. É um complexo de coisas, infelizmente. Aqui se você contá mesmo você confere as pessoas que chegou e permanece até hoje. Tem moradores aqui que eu não sei quem é, e eu sou veterano aqui. Quem é fulano de tal? Eu não sei. Têm umas seis famílias aqui que eu não sei quem é. O próprio Incra tem uma certa culpa na história. Quando eu era coordenador, eles do Incra fizeram um levantamento aqui das desistências, mas não resolveram anda. Nós fomos lá umas três vezes, e eles nem aí. Vocês só colocam no computador e ficam olhando pra aquilo e não resolvem nada! Tem que colocá em prática. Tem dois anos já (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Para discutir esses problemas os assentados realizavam periodicamente reuniões entre eles (ver Foto 25 e Foto 26). Um dos principais temas abordados era o que fazer com as casas vazias da agrovila, cujos proprietários ou não moravam mais no assentamento, ou haviam construído outra casa no lote. O objetivo era não permitir que pessoas estranhas ao MST se apossassem das casas, descaracterizando o assentamento e criando problemas jurídicos.

Foto 25 – Reunião entre os assentados do Mártires do Abril para discussão do problema das casas sem morador.
Fernanda Thomaz – 24/11/2012

Foto 26 – Reunião entre os assentados do Mártires do Abril
Fernanda Thomaz – 24/11/2012

A questão da venda da casa na agrovila não é de fácil resolução. Houve assentados que utilizaram na construção da casa apenas o crédito para a habitação na quantia de R\$2.500,00 por família, enquanto outros, que possuíam algum recurso, investiram um tanto a mais na construção da casa⁹¹. Pela norma interna do assentamento, ao deixar o lote, o ex-assentado deve repassar gratuitamente a casa ao filho de outro assentado que produza no assentamento, ou a venda para outro assentado por um preço inferior ao de mercado. Os que investiram recursos próprios na construção da casa questionam que pelo maior investimento, têm direito de vendê-la por um preço superior, por necessitarem do dinheiro para recomeçar a vida em outro lugar.

Já correu até no juiz aí que eu tinha vendido a casa. Diz que eu vendi, não tenho porque menti. A casa é minha. Se eu quisesse vendê, eu dizia, ah, vendi minha casa, mas não vou vendê pra quando vem a minha família. Tanto a minha família, da minha parte, quanto a família da parte dela, meus cunhados. Se eles quiserem vir pra cá, passar o final de semana, tô com uma casa aí. Quer saber, eu tenho certeza de que não vou vendê nunca aquela casa. Na lógica, eu sei que não posso vendê, porque isso eu respeito muito o movimento, desde o começo do movimento isso foi uma das coisas que eu perguntei. Eu perguntei, se a gente não se desse bem o que a gente poderia fazê com o lote. Se ia poder vendê o lote. Não, ninguém pode vendê lote, a não ser pra você vendê uma casa, você tem que tá com outra. Aí você não se deu bem aqui, aí você construiu outra casa, então você vendeu pra construir a outra dentro do assentamento, no seu lote. Aí pode. Isso o pessoal já faz. Aí acho que pra não dá incentivo pros outros querer vendê. Só pode vendê uma casa se a pessoa quisé construir outra na mesma área, dentro do lote. Por exemplo, querendo eu posso vendê a minha casa lá e construí outra aqui. Posso pegá todo o material e construí outra aqui, aí quando o Incra chegá e quisé me cobrá eu vou mostrá – oh, eu vendi lá, mas construí outra aqui. Aí não vai ter problema nenhum. Mas como eu tô te dizendo eu não pretendo vendê aquela casa. É que eu construí minha casa aqui uma parte com o dinheiro do Incra, mas a outra parte eu tinha uma casa em Belém. Saiu R\$2.500.00 o dinheiro do projeto. Então uma coisa que eu tava dizendo. Eu tenho certeza que o Incra, se ele chegá aqui pra impedi uma venda, ela vai observá que a minha casa não tá que nem as outras. A minha casa tá super diferente. Tá toda acabada. E as outras não, nem têm piso. Alguns ainda gastaram, aqueles que quiseram fazê um piso melhor, um cimento igual esse aqui, eles tiveram que tirá do bolso deles, porque o dinheiro não deu. Pode olhá, se você andá nessas casas você vai vê que não tem reboco. Ou se algumas já têm reboco é porque o pessoal já fizeram do próprio bolso, porque não deu pra fazê, com o dinheiro que veio do Incra, nem pra fazê o reboco das casas. Teve umas que eles fizeram o seguinte: não pegaram a porta, e com o dinheiro das portas eles compraram o cimento pra fazê o piso. A minha não, eu fiz a parte do piso com lajota, fiz a varanda, pode vê ela tá toda avarandada. Aí eu acho que foram três casas que foi feito um acabamento melhor, não é querendo machucá ninguém, não. As melhores casas que têm aí, uma é a minha. Mas eu

⁹¹ Adiante apresentaremos informações mais detalhadas sobre os créditos obtidos pelas famílias.

acho que eles não vão se sentir mal em dizer que são as três melhores, porque quem tinha um dinheirinho conseguiu investir melhor na casa, né. Se eu quisé vendê hoje a casa, olha só. Ela já tinha R\$5.000,00 e agora nós gastamos mais R\$3.000,00, já foi pra R\$8.000,00. Quanto às outras tá ainda naqueles R\$2.500,00. Teve alguns aí que puseram reboco, mas não tá tão acabada. Eles não tiveram o gasto que nós tivemos (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A venda da casa, contudo, não implica a venda da terra, pois pelas normas do Incra lotes sob a sua jurisdição não podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos à particulares até que o assentado possua a escritura do lote⁹². De qualquer modo, a casa está construída no assentamento, e a venda à pessoas externas ao MST causam os transtornos apontados, além de descaracterizar o assentamento e criar problema jurídico com o Incra.

Além dos problemas já citados, a não construção da casa no lote, a dissolução dos núcleos coletivos e o agravamento da dificuldade de produção das antigas áreas destinadas à produção coletiva, propiciou a ocupação de grupo de pessoas em áreas do assentamento onde não havia moradores permanentes, como pode ser visto a seguir:

Aqui são três quadras de 100 metros. Todas as casas que tão marcadas, é que não tem ninguém nas casas, que antes não tinha, agora umas já tem. O assentamento todo tem 300 de comprimento por 180 de largura. A agrovila é um núcleo de cinco ruas, que são: João Batista, Oziel Pereira, Manuel Gomes, Carlos Marighella e Lourival da Costa Santana. Cada quadra tem cinco casas, e cada casa tem um terreno de 20m x 100m. Essa área aqui o pessoal já invadiu uma parte. Eu avisei todo o pessoal do assentamento, e aí uns disseram, não é meu lote e eu não vou lá. Lá tem quase 300 casas, mas eu falo com todo mundo, lá. Eu reuni com eles, e fiz todo mundo assiná a presença. Fiz todo mundo assiná que invadiu. E já questionei isso com o pessoal aqui, e vocês podem ir de casa em casa e perguntá quanto foi que eles pagaram pra mim?! Não, não pagaram nada. E vocês não questionaram com eles lá no dia que eles reuniram comigo. Só tinha eu e uma moça do outro assentamento. Eu sozinho não vou brigá com um monte de gente, nem arranjá inimizado, lá pertinho do meu terreno. Essas são falhas que a gente encontra dentro de algumas coisas (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

É por receio de novas ocupações de terra e a desagregação total do assentamento, que os assentados já realizaram várias reuniões com o Incra e a Prefeitura de Belém, buscando solução para o repasse dos lotes sem produção à outras famílias sem-terra do MST. Segundo os assentados, somando o número de agregados e filhos de assentados no Mártires de Abril, já

⁹² As normas do Incra para o assentamento podem ser encontradas em <http://www.incra.gov.br/assentamento>, acesso em 11/10/2015.

havam 300 pessoas sem-terra no assentamento, com as quais seria possível inclusive realizar uma nova ocupação.

Trezentas famílias no total no assentamento, são os agregados, que são parentes, irmãos, tias, tios, primos. A gente não tá sabendo aproveitar isso pra fazer uma nova ocupação. São pessoas que já tem uma vivência, uma experiência de ocupação dentro do nosso assentamento. E a gente não tá sabendo aproveitar (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Os problemas semelhantes gerados com a agrovila no Mártires de Abril, e em outros assentamentos do mesmo período, serviram para que coordenadores do MST repensassem essa decisão quando da conquista de novos assentamentos:

Essa divisão da casa no lote foi um critério da direção, porque a gente viu muita agrovila. A gente viu que a agrovila distancia muito a pessoa do lote. Muitas vezes você amanhece o dia na agrovila, e pra ir trabalhar é dois, três quilômetros de distância. Aí a pessoa acaba não fazendo nada, não saindo de casa. Aí fazendo a casa no lote, você só não produz se não quisé, porque você já amanhece o dia dentro do serviço. Então se o camarada não produzir, é porque ele não tem condições, mas pelo menos plantá uma roça pra ele ir se mantendo, ele tem condições. No Mártires de Abril foi determinação mesmo da gente de mantê a agrovila, porque uma parte queria e outra parte não queria. Mas como a gente tem dentro dos sem-terra a determinação de que a maioria ganha, então uns admitiram fazê a casa na agrovila. Mas nós foi vendo essa questão, tanto no Mártires de Abril, quanto no Palmares, no João Batista, 17 de Abril, vendo todas essas questões, a gente fez esse trabalho de fazê as casas no lote. Isso pro camarada não reclamá que ele não tinha condições de produzi, porque ele não tinha casa no lote. Hoje em dia o camarada convive, vive, dorme e amanhece o dia dentro do lote, só não faiz alguma coisa se não quisé.

Hoje tem muita gente no Mártires de Abril que reclama – “ah, se a minha casa fosse no lote eu tinha mais coisa, porque aqui eu não posso produzir nada. E lá também eu não tenho condições de fazê uma casa no lote”. Tem algumas pessoas que já tiveram condições e fizeram a casa no lote e já tem alguma produção. Tem outros que não tem condições, então hoje véve na agrovila e não consegue no lote, que não é tão longe, mas é a força de vontade (assentado no Mártires de Abril e coordenador estadual do MST, regional Cabanas).

Após a organização das famílias em núcleos e a decisão de implantar a agrovila, que gerou tantos problemas posteriores, como vimos, para dar seguimento à implantação da coletivização, o MST realizou um sorteio para determinar as áreas que os núcleos ocupariam. Como já foi dito, cada núcleo possuía uma área dentro da fazenda, no interior da qual cada família possuía um lote, inicialmente não demarcado, pois permaneceria em poder do coletivo. Foi criada a APROAMA (Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Mártires de

Abril), entidade representativa dos assentados diante dos órgãos públicos e privados, para viabilizar a conquista de recursos e a definição dos investimentos. O MST definiu a Coordenação do Assentamento (CA), composta por um homem e uma mulher de cada núcleo, como representantes nas discussões internas e tomada de decisões sobre os rumos do assentamento. Desse modo, questões relativas à segurança, limpeza das áreas de convivência, piscina, delimitação dos lotes, eram de responsabilidade da CA (Abe, 2004).

Os primeiros recursos liberados para a produção vieram em 2002, provenientes do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)⁹³. Os assentados receberam três formas de créditos: o crédito custeio, o crédito para habitação, e o Pronaf A, com carência de três anos para início do pagamento. O crédito custeio, liberado aproximadamente no valor de R\$ 1.400,00 por família, foi destinado à produção da chamada lavoura branca, plantas de ciclo curto, que levam de três a seis meses para produzir, como a mandioca, o milho e o feijão. Com uma parte desse recurso, onde cada assentado contribuía com uma cota-parte de R\$400,00, eles adquiriram um trator (Abe, 2004, p.175).

O crédito para habitação foi liberado no valor de R\$ 2.500,00 por família, como mencionamos. Já naquela época, em 2002, era uma quantia insuficiente para a construção de uma casa completa, como foi relatado por vários assentados⁹⁴:

1º Relato

Veio o projeto das casas, que a gente chama habitação, que foi só R\$2.500,00, pra cada família. Mas não veio o dinheiro. A gente fazia o levantamento quanto é um milheiro de telha? É tanto. Quanto é um milheiro de tijolo? É tanto, até chegá aquele total de R\$2.500,00, porque só quem recebe o dinheiro são os fornecedor. Nós só via o material da mão do fornecedor. Só R\$2.500,00. Se hoje, já pensou, se o INCRA fosse fornecer só esse valor, não dava pra fazê uma casa desse tamanho. Porque tem muita gente que tem a casa bonita, como tu vê aí, é na lajota, é reformada, mas teve gente que vendeu suas casas lá em Belém e já aplicou na casa aqui dentro. Teve outros que era bem empregado lá fora, a mulher que era cadastrada, aí o dinheiro dele já foi aplicando na casa

⁹³ O Pronaf foi criado em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo expresso de integrar o camponês ao agronegócio. É uma forma de financiamento à juros da chamada agricultura familiar, cujas taxas variam de 0,5% a 4,5% ao ano. Segundo o próprio MDA, a taxa de inadimplência só vem crescendo ao longo dos anos, sendo uma dívida que impede o camponês inadimplente de obter acesso a outros créditos. Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>, acesso em 04/2014.

⁹⁴ De acordo com informação oral de um assentado, o crédito habitação que já era insuficiente em 2002, ficou ainda pior. Em 2012, para a construção de novas habitações o crédito para os assentados girava em torno de R\$27.000,00, sendo R\$15.000,00 provenientes do INCRA. Os outros R\$ 12.000,00 eram obtidos através de empréstimos feitos através do Programa Nacional de Habitação Rural, da Caixa Econômica Federal, modalidade Habitação Rural, Minha casa, Minha vida – que o assentado chama de “Minha Casa, Minha Dívida”.

(Assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Quando saiu o dinheiro do projeto das casas, R\$2.500,00, eu tinha uma casa em Belém que eu vendi. Então, uma parte eu construí com o dinheiro do projeto, e a outra parte com o dinheiro da venda da minha casa. Você pode andá dentro desse assentamento e você vai vê muito diferente do que tava a minha casa. Não tinha nenhuma casa do jeito da minha. Não é eu querendo ser melhor, nem querendo colocá os meus amigos lá embaixo, não. Mas é que eles só construíram com R\$ 2.500,00, o dinheiro que veio do INCRA. Eu não. Eu tinha uma casa também. Eu vendi a casa na época por R\$4.000,00. Quando eu vendi a casa lá foi na época que eu tava construindo aqui. Aí eu fiz a minha casa um pouco maior do que as outras. Fiz ela com toda a instalação elétrica, banheiro, chuveiro, piso dentro do banheiro. Comprei o piso pra colocá na casa, mas o piso eu não coloquei. Reboquei ela, quase toda, já com o meu dinheiro. Aquela casa eu construí com R\$5.000,00 (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

O Pronaf A foi obtido através de um empréstimo realizado no Banco do Brasil, onde foi aberta uma conta corrente coletiva por núcleo, em nome de todos os seus membros, para receber o valor de R\$11.000,00 por assentado. Como a maioria dos núcleos era composta por dez famílias, a dívida total de cada núcleo girava em torno de R\$110.000,00. Na realidade, os assentados não receberam em mãos o dinheiro, pois para adquirir materiais, eles realizavam uma pesquisa de preço com os fornecedores, apresentavam as notas para o Incra que repassava o dinheiro diretamente para os fornecedores. O dinheiro em mãos que eles receberam foi uma cota-parte, determinada pela média nacional, referente ao pagamento de uma diária trabalhada na agricultura, referente ao trabalho que eles desempenhariam no núcleo:

O único recurso que nós pegávamos era do trabalho. A gente não recebia nada em espécie, em dinheiro. A não ser do trabalho da gente. Tem todo o planejamento. Quanto vai precisar? Quanto é uma diária? Mas não é uma diária vinculada ao estado, é feita uma pesquisa nacional de quanto é uma diária. Por exemplo, lá no Piauí se for R\$9,00 uma diária, no Sul R\$ 15,00, aqui R\$ 13,00. Então eles fazem uma diária única. Somam tudo e veem uma diária mínima. E aí nós só recebíamos essa cota-parte que era do trabalho. O resto tudo era via empresa. Nós pegávamos via associação, negociávamos com o fornecedor. Aí vinha as mudas. Vinha o que na verdade a gente fosse comprar, as nossas necessidades, dependendo do projeto que fosse implantado. Aí o dinheiro não vinha na mão do agricultor, vinha direto pra firma, pra questão de serviço (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

O empréstimo feito no Banco do Brasil há mais de dez anos, ainda é encarado negativamente pelos assentados. Mesmo com todos os núcleos coletivos tendo sido desfeitos antes de serem saldadas as dívidas, essa permaneceu em nome do grupo. Hoje, portanto, mesmo que um assentado pague a sua parte no empréstimo, ele continua endividado, já que a dívida foi feita em nome do grupo, e para saldá-la todos devem pagar⁹⁵. Com isso, os assentados ficaram impedidos de realizar novos empréstimos, dificultando ainda mais a retomada da produção.

Cada grupo, independente do grupo, está devendo R\$110,000,00. Dívida de 10 anos atrás. A dívida é com o Banco do Brasil. Então a gente não estamos aptos a pegar novos créditos. A nossa associação também não tá juridicamente legal, tá em débito (APROAMA). Todos os núcleos ficaram com dívidas. Na verdade, a dívida é do núcleo, então não adianta ir um só e pagar lá. Eu posso chegar e pagar minha cota-parte, mas queira ou não queira ainda vou ficar devendo porque os outros tão devendo. É uma dívida coletiva. Talvez por isso outras pessoas não estão produzindo, não estão com a produção melhor (Assentado no Mártires de Abril, entrevistada realizada em novembro de 2012).

Quando o Pronaf foi liberado, cada núcleo decidiu pela implantação de uma ou duas atividades agrícolas como a criação de galinhas, o cultivo de bananas, cupuaçu, açaí; horticultura orgânica (alface, coentro). Mas nem todos os grupos trabalharam totalmente coletivos, apesar do recurso para a implantação dos projetos ter sido emitido em nome do coletivo. Por exemplo, todos os integrantes do núcleo Mão de Jesus Cristo optaram pela organização do trabalho na lógica camponesa, enfrentando a coordenação do MST.

Após esse processo de organização interna do assentamento e liberação dos créditos para a produção, os núcleos coletivos iniciaram as atividades. As dificuldades de produção, contudo, foram logo sentidas. Uma delas foi a existência de solos já totalmente degradados e inférteis pela utilização de agrotóxicos, e pelas atividades predatórias que o grileiro, o coronel Marcílio Jacques Gibson, há anos havia praticado, como a extração de areia e pedra. A expectativa inicial sobre a possibilidade de obtenção de produção foi logo frustrada. E mesmo após dez anos aplicando técnicas de recuperação do solo, os assentados eram unânicos em afirmar o pouco retorno obtido com a produção agrícola:

⁹⁵ Nas condições atuais é impossível quitar essa dívida, pois vários assentados já deixaram o assentamento. Os assentados que continuam afirmam não possuírem condições econômicas de saldá-la, e esperam que ela “caduque” ou que já tenha caducado pelas regras da legislação de empréstimos bancários.

1º Relato

O MST ocupa justamente pelo seguinte. Existe uma utopia de que os agricultores, os camponeses precisam mudar a realidade da terra, fazer com que aquela terra que o fazendeiro utilizava o veneno possa dá o retorno pra nós. Quando a gente chega, nunca uma terra dessa vai dar o retorno pra gente no mesmo ano. A gente tá aqui há dez anos, e agora que o pessoal tá conseguindo colher aqui um cacho de pupunha, e nem é um cacho grande, é um cachinho às vezes. A banana, por exemplo, não dá no tamanho natural da terra fértil. Essa terra, por exemplo, do Mártires de Abril é uma terra só de cocal e capim, então o homem utilizou veneno. Então quando tu chega e vai capiná pra plantá, mas aí depois pra ti colher a mandioca tem a dificuldade da chuva, que chove demais, e tem a dificuldade do capim. Capina num dia e no outro dia o capim já nasceu de novo. Lá em casa, por exemplo, eu paguei pro homem capiná uma tarefa R\$300,00. O homem capinou, quando ele terminou, aonde ele tinha capinado primeiro já tava nascendo capim de novo (risos). Aí eu vou devagar, não vou mais pagá ninguém, eu vou cavar. Mesmo tu cavando pra tirá a raiz desse capim, se tu deixá uma raiz, ele nasce. Qual camponês que consegue produzir numa terra dessa? (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Eu plantei lá, no meu lote, 40 litros de feijão, que não deu. Aí eu pensei em fazê uma plantação mista, de tudo plantá um pouco. E assim eu fiz. Plantei acerola, laranja, tangerina, bacaba, cupuaçu, açaí, De tudo eu tinha. A laranja eu comprei em Castanhal, 150 pés entre laranja, tangerina e limão. Aí plantei lá. Toda plantação que o pessoal tem aqui, eu plantei, lá, nessa terra, eram duas tarefas e meia de terra⁹⁶. Tudo planta bonita. As laranjas, grande assim, aí foi o contrário, em vez delas crescer ficaram pequenininhas. Não teve como ir pra frente. A terra é só areia mesmo. Tudo areial. O último que foi plantado, lá, não sei se o pessoal já lhe falou que teve o projeto do urucum. Pois é, aí eu plantei de novo. Foram 1390 pés de urucum, carreira, né. Foram dez carreiras de pé de urucum. Olhe, só prestou essa carreira aqui, que eu trouxe pro terreno aqui (risos). As outras não prestou nenhuma, porque aqui já pegou um pouco da parte que não foi mexido, que a máquina não mexeu, por isso que prestou. O resto morreu tudinho. Muita gente sabe disso, porque muita gente me ajudou. A gente fez um grupo que plantava e saía plantando nos terrenos. Todos eles sabem dessa plantação o que aconteceu. De tudo e não consegui ter êxito de nada (risos). Por último eu tava pensando aqui. Se eu tivesse condição de pegá um dinheiro e fazê uma criação de cabra, é uma coisa que eu tenho muita vontade, sabe, trabalhá com bicho assim. Se eu tivesse condição, era uma coisa que eu ainda tinha vontade de tentá. Fazia uma casinha lá de novo, e ia tentá criá. A cabra é bacana, mas aí pra isso precisa dinheiro. Mas negócio de plantio, eu não faço mais (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

⁹⁶ Segundo a tabela de medidas agrárias não decimais, uma tarefa equivale a 0,30 hectares. Porém, pode haver diferenças de acordo com o estado brasileiro em questão.

Fonte: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria_nao-decimal.pdf - acesso em 12/10/2015.

A própria localização do assentamento, em frente à pista de veículos, foi outro fator que prejudicou a produção, já que o barulho dos veículos causava a morte dos frangos, prejudicando os núcleos coletivos que se dedicavam à avicultura:

O frango deu certo, mas aí o prejuízo que eles tinham. A gente via gente aqui nessa estrada carregando frango, porque frango morria, né. A granja era na beira da pista, aí passava ônibus fazendo aquele barulho e a galinha morria (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A escassa produção obtida refletia em conflitos no momento da distribuição dos frutos do trabalho. Inicialmente, a ideia era realizar a divisão pelo número de horas trabalhadas, descontando as faltas, como está no princípio coletivista. Contudo, essa forma gerou tensões e os assentados passaram a distribuir a produção de maneira igual entre todos:

Era uma briga menina (risos). Como tinha recurso, então tu sabe, começa esse conflito. Aí os que trabalhavam, né, queriam descontar, e os que não trabalhavam, não aceitavam. Aí era muito conflito interno. Bora repartir, mas como tu vai repartir uma coisa que tá plantada dentro de um lote? Isso desanimou alguns companheiros. Se descontasse chegava a dar porrada (risos). Então, antes repartir por igual pra evitar conflito. Aqui virava era porrada (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A insuficiência da produção dos núcleos coletivos fez com que alguns membros buscassem trabalhos fora do assentamento, ausentando-se constantemente. Essa situação agravou ainda mais o conflito relacionado à divisão dos frutos do trabalho, porque os que se ausentavam afirmavam ter parte na produção, já que toda a aquisição de material, insumos, maquinário foi adquirida coletivamente:

1º Relato

Dava certo, mas uns ia trabalhá e outros não. Um trabalhá por todos, aí não tem condições (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Todo o material foi comprado coletivamente. Tinha o aviário, as mudas. Aí a forma também que uns trabalhavam e outros se escoravam, e como era a forma coletiva então deu errado. Então disseram assim, olha ou tu vai trabalhar, ou tu não tem parte. E ele dizia, “não, eu tenho, porque foi comprado coletivamente, então eu tenho parte”. Isso fez com que o

projeto não desse certo. Aí uns iam trabalhar, os outros não ia. Aí se um não ia, o outro também não ia. Aí os que queriam fazer as coisas andá se aborrecia, e não iam também, já aborrecidos. Isso foi um dos pontapés inicial pra poder não dá certo. Aí como a gente viajava, outros ficavam, as coisas sumiam, ficava uma desconfiança, porque tinha alguns que pegavam. Isso com o passar do tempo foi gerando conflito, conflito, e acaba as pessoas se desgostando. Então pegaram, chegaram e dividiram (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2002).

A somatória desses problemas teve como consequência a dissolução de todos os núcleos antes de se completar dois anos de produção coletiva. Buscando compreender melhor as razões que levaram a essa situação, além do problema já citado da constituição da agrovila, há uma série de outras razões relatadas pelos assentados. Uma delas foi a coletivização ter sido implantada “na marra”, como dizem:

Não adianta tu falar que tem que fazer. Mas a gente tem que se apropriar do que é coletivo de fato, e até aonde a gente pode fazer com que as pessoas trabalhem coletivo. Orientar, até aqui acho que dá pra caminhar coletivamente daqui pra cá, vão trabalhando individuais. Tem que existir esses dois exercícios, tanto do coletivo, quanto do individual. *Porque a gente tem que garantir os sonhos de cada um, e nem tudo vai tá embutido no coletivo. Porque nós somos também diferentes. Nós temos pensamento diferentes. E é preciso começar a compreender isso. Por isso que muitos dos nossos coletivos não dão certo. Porque a gente quer obrigar as coisas a acontecerem na marra.* E que só vai afinando com o coletivo, quando isso passa a acontecer de forma amorosa. Vai deixando que isso aconteça, que flua na sua vida. Eles falam “ah, porque tem que ser assim”. Não, não tem que ser assim. Na marra, não. A gente não tem que se apropriar de tudo o que é do capitalismo. A gente tem que criar algo novo. Isso aí já é do capitalismo. A gente tem que oferecer ao coletivo algo novo, algo diferente, algo que encante. *Infelizmente nós estamos desencantando nosso pessoal, porque quer fazer com que as coisas aconteçam coletivamente, mas no modelo capitalista.* Nunca vai dar certo, porque nós vamos seguir o parâmetro capitalista. Hoje os assentamentos tão indo pro caos (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Nesse relato há diversas questões fundamentais a serem analisadas. Primeiramente a necessidade de uma distinção entre os que “mandam” coletivizar e os que realmente vão trabalhar no coletivo. Na fala do entrevistado está implícita esta crítica, havendo liderança do MST, como Jorge Neri, do assentamento Palmares II, que realizou essa autocrítica, como veremos. Tal questão está relacionada à liberação de quadros dos núcleos coletivos para a

execução de outras tarefas do movimento, ou seja, alguns dos que difundiam os ideais da produção coletiva de fato não a realizavam. Outra questão levantada pelo entrevistado foi a imposição da coletivização total da produção. Em seu lugar, ele propôs a semi-coletivização, com uma parte da produção coletivizada, e outra realizada pelo assentado, tendo como critério seus sonhos individuais. Em outros relatos o semicoletivo também aparece como uma alternativa ao coletivo total. Como já foi apontado por vários autores, o sonho, o desejo dos camponeses que vão lutar pela terra é realizar, tanto quanto possível, o sonho do trabalho livre (Simonetti, 1999; Fabrini, 2002; Bombardi, 2004; Camargo, 2010; Thomaz, 2010). Além de camponeses, havia assentados de origem proletária, que também buscavam maior autonomia e liberdade para o seu trabalho. Consequentemente, a imposição da produção coletiva por aqueles que na prática não a realizava, levava ao sentimento de que aquela forma de produção não superava a relação de dominação capitalista a que eles eram submetidos antes da decisão de ocupar a terra. Tanto é que o entrevistado se refere a ela como uma forma capitalista de produção, e não socialista, que estaria levando os assentamentos para o caos.

Uma compreensão encontrada entre lideranças do MST para a fragmentação dos núcleos coletivos do Mártires de Abril foi a ausência real de educação dos assentados para essa forma de organização do trabalho:

Mas a forma como ele é implantado nos nossos assentamentos dificulta a compreensão do nosso povo. Primeiro, o coletivo tem que conhecer a realidade do indivíduo, a cultura do indivíduo. Tu tem que trabalhá a cultura e a educação do indivíduo, que é o que o Florestan Fernandes dizia. Tu tem que elevar o nível de consciência do ser-humano, a partir da educação. E é tempo que vai gerando. *Cuba, por exemplo, hoje, tem o trabalho cooperado, coletivo, mas os caras têm 50 anos da revolução cubana. Eles já vivem dentro do sistema socialismo, o povo vai criando uma consciência e vai descobrindo que o coletivo é algo que dá certo.* O nosso povo aqui é diferente. Não sei quantos anos de capitalismo, e o MST quando chega, já chega implantando o coletivo. Aí ninguém compreende nada do que é o coletivo. Sabe que é algo que dá certo, o pessoal tá dizendo que dá certo (risos). Agora nós estamos fazendo outras análises. O coletivo é bom, mas precisa fazê com que o povo pense e compreenda o que é o coletivo (entrevista realizada em outubro de 2012).

No relato a liderança aponta a falta de consciência dos assentados como um problema cultural para a continuidade da produção coletiva, comparando-a com Cuba. A pesquisa realizada em Cuba, contudo, mostrou que lá a produção coletiva também enfrenta limites, problemas e contradições, como procuramos mostrar no segundo capítulo. Não se trata de uma

questão de consciência, de educação, de cultura ou de algo que o povo vai descobrindo ser a melhor forma de produzir. Existem questões objetivas relacionadas à produção, como a necessidade de investimentos e recursos, sem os quais se dificulta a produção nas CPAs cubanas. Há também a questão da maior quantidade de terra para cultivar e a dificuldade de reposição da força de trabalho, que vai envelhecendo, aposentando e morrendo, sem o ingresso dos jovens, que têm ido trabalhar em outras atividades. Com isso, aumenta-se a superfície de terra ociosa na cooperativa que o Estado cubano tem buscado diminuir através da entrega de terras em usufruto. Há, enfim, um conjunto de questões reais que transcendem a formação mental para a coletivização.

Outra ponderação sobre a dissolução dos núcleos coletivos está relacionada a inflexibilidade com que as decisões eram tomadas, pois tudo já estava predeterminado na *cartilha*. Havia, porém, diversas questões a discutir, como as diferentes necessidades de alimentação entre os membros dos núcleos, as ausências ao trabalho por motivo de saúde ou a obrigatoriedade de participar de todas as reuniões:

1º Relato

Essa dificuldade que eu disse – a gente não tem comida hoje, mas como a gente pode se juntar e se ajudar. *Tu não pode tirá melancia hoje, mas o coletivo devia pensá, como é que a gente pode tirá pra ti já que tu tá necessitado*. Se a gente não tem essa compreensão e vai levando tudo na cartilha, o coletivo é isso, isso e isso. Tudo que tu tirá vai tê que fazer o debate coletivo. Se o coletivo marca segunda, terça e quarta pra trabalhá, tu tem que tá lá, não pode faltar, senão uma diária tua tu vai perder. Vai tudo na cartilha, né. *O pessoal ali não vai compreender, o ser-humano tá doente, tá ali com uma dificuldade e não pode vir hoje, mas outro dia ele vai vim. O coletivo é isso. Mas veio uma cartilha, o pessoal foi implantando, o povo não foi entendendo e foi se quebrando* (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

2º Relato

No coletivo, uma suposição, a gente marca segunda, terça e quarta, então nesses dias todos tinham que ir pro trabalho, fazê a roça. Quem não fosse, levava falta. No dia que chegasse a produção, se desse um dia, o pessoal divide e já desconta o dele. Mas isso é vindo na cartilha, o coletivo da cartilha. *No coletivo mesmo, tu tem que compreender o seguinte: por que o indivíduo faltou? Qual a dificuldade dele? O que é que a gente vai fazê de debate? Tem que tê tudo isso, mas o nosso povo não conseguiu compreender, e nem nós mesmo da militância conseguiu fazer o debate, nem assimilá*. Por isso a gente diz hoje em dia que é preciso estudá e compreender esse negócio. A gente chegava no acampamento e discutia o coletivo, mas as falhas que a gente via no nosso assentamento a gente não discutia (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012, grifo nosso).

Os relatos demonstram o problema que já mencionamos sobre a aplicação dogmática do material veiculado sobre a produção coletiva no assentamento. As questões estavam resolvidas à priori, com base na *cartilha*, e não consideravam a especificidade dos problemas reais que iam surgindo nos núcleos coletivos. A ausência ao trabalho, que repercutia diretamente na divisão dos frutos do trabalho, é um exemplo fundamental, pois gerou diversos conflitos, como vimos. Esse é um ponto de divergência que apareceu em outros assentamentos onde a produção coletiva foi implantada pelo MST, como na Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA), cuja divergência levou uma parte dos assentados a desistir de participar da formação da CPA (Thomaz, 2010), e na Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA), levando à cisão e à saída de cooperados da CPA (Simonetti, 1999). O problema da divisão dos frutos do trabalho também aparecerá nas Cooperativas de Produção Agropecuárias cubanas, como veremos.

Na *cartilha* do MST estava determinado que a divisão da renda deveria ser feita com base no princípio “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho”, conforme preconizava as bases da organização coletiva da produção de Bakunin (Marcos; Fabrini, 2010). Essa forma de distribuição da produção tem por princípio a noção de justiça de que à cada um deve retornar a parte da produção correspondente ao seu tempo de trabalho. É uma forma de construir uma sociedade mais justa, atacando um dos principais pilares de sustentação do capitalismo, ou seja, a apropriação privada pelo capitalista das horas de trabalho do trabalhador. Por essa razão, a divisão dos frutos do trabalho pelo trabalho realizado é um avanço importante para a construção de uma sociedade mais justa, porque garante um acesso mais equânime à produção. Porém, conforme demonstra o relato do assentado, ela não leva em consideração as dificuldades individuais e o motivo da falta, se por motivo justificável ou não. Também não considera o quanto o trabalhador ausente produz nos dias em que trabalha. Essa inflexibilidade não permite discutir uma forma de reposição da ausência, sem haver desconto no momento da repartição dos frutos do trabalho.

Há que se considerar que o desconto decorrente da ausência ao trabalho é outro ponto fundamental de análise, pois determina o maior ou menor acesso à produção, e a garantia ou não da satisfação das necessidades dos trabalhadores. No caso do Mártires de Abril, os descontos agravavam ainda mais a situação já precária dos membros dos núcleos coletivos, pela insuficiência da produção que obtinham. Com isso, recoloca-se o debate histórico travado no interior do anarquismo acerca da forma de acesso aos frutos do trabalho. Se de acordo com o princípio inspirado nas idéias de Bakunin “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho”, conforme mencionamos, ou se de acordo com o

princípio inspirado nas ideias de Kropotkin, segundo o qual “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades” (Marcos; Fabrini, 2010).

Outro aspecto problemático da coletivização no assentamento Mártires de Abril foi os seus principais defensores, geralmente coordenadores do MST, serem liberados pelo movimento para realizar tarefas fora do assentamento, acumulando-se o trabalho para os que ficavam nos núcleos. Isso foi reconhecido por uma própria ex-coordenadora de núcleo:

Aí quando chegou os créditos mesmo, que foi o Pronaf, que era seis plantios nosso, que era do meu núcleo, meu núcleo é o número seis, e eu era coordenadora do núcleo. Então veio a galinha, veio o porco, veio o maracujá, a banana, o cupuaçu e o açaí. Ai meu Deus do céu, era muito serviço, eu não dava conta. Eu também quase não ficava aqui dentro, era mais em Belém ou em Castanhal, em estudo. Então eu não tinha tempo. Era difícil quando vinha as pessoas trabalhá em minha casa, eu ficá o dia todo. Eu era só andando. Aí eu disse, ai meu Deus, eu vou tê que arrumá um homem, é o jeito, porque eu não ia dá conta (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A liberação de militantes agravou os desentendimentos em relação à divisão da renda, que como vimos, já era bastante conflituosa. Os que ficavam trabalhando no assentamento não achavam justo ter que dividir igualmente os frutos do trabalho com aqueles que não haviam efetivamente trabalho nas atividades do seu núcleo. Essa tensão era acirrava, porque as dificuldades de produção refletiam nos baixos resultados produtivos, e a divisão dos frutos do trabalho não podia ser realizada por horas trabalhadas, mas de maneira igual entre todos. A liberação de militantes para a organização da luta em outras áreas é polêmica ainda hoje entre os assentados:

O MST trabalha assim, a organização coloca as pessoas em cima da terra. Aqueles que querem ficá trabalhando em cima da terra, vão ficá trabalhando com a terra. Mas aqueles que querem ajudá outras famílias, aí é que segue a militância, né. Quem quiser seguir a militância tem um curso de preparação, de formação política, e sai pra ajudá outras famílias em outros acampamentos, outros assentamentos. Onde há famílias que precisam de renda, de trabalho, junta essas famílias, organiza essas famílias pra ficar trabalhando pro MST. É por isso que hoje tem os acampamentos, os assentamentos. Se tiver uma outra equipe de jovem que se quiser entrar na militância, pode também. Só que esse é um processo que a sociedade não entende. Já quiseram várias vezes interromper o MST nessa região. Eu sou assentada aqui na Mártires de Abril, mas se eu for ajudar em outro acampamento e o pessoal do Incra pegá, eu sou arriscada a perder a minha terra aqui. Mas eles não entendem que tem que organizar outras famílias. Não somos que nem o Incra, que faz o assentamento deles e larga as pessoas de

qualquer jeito ali, sem políticas públicas (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A necessidade de continuar a organização da luta pela terra em outros lugares traz ao MST esse problema da liberação de militantes já assentados. Se, por um lado, há necessidade de que sejam liberados do trabalho nos assentamentos para a dedicação à organização da luta, por outro, essa situação pode trazer sérias complicações para eles, que correm o risco de até perder a terra conquistada, como relatou a assentada. O trabalho coletivo seria uma maneira de resolver essa situação, porque a terra desse assentado estaria sendo cultivada no coletivo. Contudo, essa liberação gera tensões internas, porque os que permanecem trabalhando se ressentem, questionando que os liberados recebem os frutos do trabalho sem participar da sua produção.

Outro aspecto apontado para a fragmentação dos coletivos foi o trabalho de base do MST, que talvez tenha objetivado agrupar o maior número possível de pessoas sem esclarecê-las das várias dificuldades que iriam encontrar no assentamento. Além disso, os acampados não foram esclarecidos de que iriam participar de um assentamento de produção coletiva:

1º Relato

O pessoal tava empolgado. Eles pensavam que chegassem aqui, já tinha uma roça plantada pra eles. Tinha uma casa pronta pra eles, uma casa toda de alvenaria coberta de telha, rebocada. Quando muitos chegaram aqui que foram pra cortá pau no mato pra fazê um barraquinho de lona pra ficá embaixo! Acostumado lá na periferia de Belém! Tudo isso são coisas que você que tá fazendo trabalho de base tem que avisá o povo. Olha gente, lá não tem nada. Se precisá vai tê que dormi no capim com as costas grudada na cobra, e tem caranguejeira! Qualquer inseto que tivé no mato é obrigado a gente deitá em cima, porque lá não tem nada de lajota, não. Lá a gente vai construí. Com a nossa luta, a gente vai construí. Não adianta prometê mundos e fundos e não ser nada daquilo que o pessoal espera. Por isso as pessoas foram desistindo e a gente ficou reduzido. A gente tem que falá, a realidade é essa! (Ex-coordenador de grupo no MST e assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Os grupos eram de dez pessoas, a sete. Os grupos não eram iguais. Não eram todos de dez, nem todos de sete, era diversificado. O nosso, o meu grupo que eu comandava era nove pessoas. Desistiu quatro, ficou cinco. Esses cinco ainda tão por aqui. Como a gente montou alguns projetos, nós montamos o projeto do plantio de maracujá. Montamos um galpão de 1200 galinhas. Um projeto de banana, 1200 pés de banana, 2.500 pés de açaí, tudo isso um projeto pra 9 pessoas cuidá. Só que quando

amanhecia o dia, a gente se formava pra ir trabalhá, aí ia vê, fulano ainda não apareceu. Ia lá na casa dele tava dormindo. E nessa brincadeira a gente foi pensando o que. A gente somos nove, quatro ou três trabalhá pelo resto não tem condição. Teve gente que até hoje não percebeu porque houve todas as desistências. Não foi só no nosso não, em todos, porque na região o movimento trabalhou mal, ele queria número, ele queria massa. Ele não explicava o que iria ser o trabalho no assentamento. Às vezes, a gente se leva pela emoção (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2002).

3º Relato

Infelizmente, nosso Pronaf, nós tivemos erros no coletivo. Nós formamos primeiro grupos, depois núcleos, juntando no máximo dez famílias, porque mais não dava pé. No final os núcleos não deram certo. Muitos foi mal discutido, mal conversado, não teve como mudá. Deu errado, porque foi criado errado. *Na verdade, não era pra ser um coletivo assim, era pra ser um semicoletivo. Eu pegava o meu dinheiro, e ia plantá na minha terra o que eu quisesse. Desde o começo o que eu entendi foi isso. Nós nucleados, a terra nos lotes, a gente até poderia comprá juntos, mas quando chegasse aqui, a gente faria uma avaliação. Quantas mudas é pra cada família? 200 mudas, então toma aqui as suas mudas. Aí eu ia plantá do jeito que eu quisesse. Aí nós ia trabalhá coletivo. Um dia, juntava todos e ia trabalhá pra fulano, outro dia pra sicrano. Esse foi o coletivo que eu entendi.* Não era o coletivo de plantá todo mundo junto, porque chegou na hora começou uma loucura só. Um queria uma coisa, outro queria outra. Porque se eu plantasse o meu, na minha terra, eu sabia o que eu ia fazer. E se não desse certo eu não ia me queixar de ninguém, eu ia dar jeito de pagar. Eu não ia gastá todo o dinheiro, iria gastar só o necessário. Iria abrir uma conta, deixá no banco e ir gastando aos poucos. Mas o nosso foi uma porrada toda junta. Se eu não quisesse plantá logo o açaí, iria plantá a banana, depois o cupuaçu, o maracujá, porque o que aconteceu é que a gente ficou sem dinheiro pra nada, pra capina, pra nada. O nosso coletivo desde o começo foi errado. Não deu certo. Hoje temos uma dívida no banco, que se nove pagá e um não pagá não adiantou nada, nós vamos ficá devendo sempre. Tudo era coletivo até a terra. Até as pessoas ficaram com raiva da terra. Aí foi cortada a terra. Aí foi tirada uma área pra plantá, uns ficaram com uma área que não prestou, outras ficaram no mato. Então eu fiquei triste por causa disso. Mas o coletivo, ele é ótimo. Nós tâmo fazendo uma roça lá do outro lado do rio, é coletivo, mas não é junto. Nós leva duas pessoas pra roça, no outro dia leva mais duas. Aí quando precisa a gente vai trabalhá com eles, porque eles trabalharam com a gente. Esse é o coletivo que dá certo. Coletivo junto não dá certo (Assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Nesse item é importante fazer um contraponto com o trabalho de base realizado pelo MST para a COPAVI, em Paracity. Nessa CPA, as famílias que participaram da ocupação da Fazenda Santa Maria, sabiam exatamente que iriam fazer parte de um assentamento de produção coletiva (Camargo, 2010). De acordo com a autora, as famílias foram identificadas

pela coordenação regional e estadual do MST, no Paraná, como predispostas ao trabalho coletivo. Mesmo havendo desistências, a CPA se mantém até hoje. Com isso, não estamos afirmando que existe uma única causa para a manutenção ou dissolução da produção coletiva, mas que é fundamental esclarecer as pessoas de que elas irão participar de outra lógica de organização da produção.

Um ponto fundamental para a fragmentação dos núcleos coletivos do Mártires de Abril foi a fome. Essa questão, além de não ter sido resolvida, foi agravada. Isso se deu porque as famílias tinham necessidades diferentes em função do número de pessoas que a compunham, considerando-se a quantidade de pessoas que trabalhavam e a quantidade de pessoas que precisavam viver da produção. Com essas diferenças surgiu a situação limite de trabalhadores do próprio coletivo não podendo se alimentar da própria produção, já que sua necessidade era diferente dos outros membros do núcleo, ter que trabalhar fora para comprar alimentos produzidos pelo próprio coletivo, como pode ser visto no relato a seguir:

Tinha outras dificuldades. Por exemplo, eu tenho as minhas dificuldades e tô num coletivo de 10 pessoas, e nós tamo criando galinha, mas eu só posso tirá uma galinha pra comer se eu falá com todo mundo, pra todo mundo tirá uma também. E aquele que não tem necessidade de tirá? Por exemplo, eu tenho meu companheiro, nós estamos num coletivo de quatro. Mas aí aquele tem condições, ele não vai precisá mexer com isso aqui, então pra ele é melhor vendê pra repartir, aquela parte que iria pra cada um. Mas eu já tenho necessidade e você já tem. Aí pra tirá pra um, tem que tira pra todos. Então você vai comprá do núcleo, do coletivo, mas aí você já tem que sair pra arranjá dinheiro lá fora (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Esse relato é exemplar pois mostra a contradição entre a produção para o autoconsumo e a produção para a comercialização nos coletivos. Considerando a diferença entre o tamanho das famílias, para algumas o vantajoso era prioritariamente comercializar a produção, porque com uma família menor suas necessidades eram mais rapidamente garantidas. Para os que possuíam famílias maiores, a prioridade era a produção para a própria alimentação, pois havia mais pessoas a alimentar. Esse problema é decorrente da oposição entre os objetivos da lógica socialista de produção, baseados no aumento da produção cuja destinação é a comercialização, e a lógica camponesa que busca no trabalho garantir a satisfação das necessidades da família (Chayanov, 1974, 1981; Tavares dos Santos, 1978; Martins, 1986; Bombardi, 2004; Oliveira, 2007). Como as famílias dos núcleos coletivos eram compostas por quantidades diferentes de pessoas, não foi possível encontrar um equilíbrio entre elas.

Essa contradição fez com que o próprio MST revisse seu posicionamento sobre a produção coletiva. No acampamento localizado no município de Capitão Poço, nordeste paraense, mesmo sendo a coletivização a diretriz principal, o movimento já aceitou que os acampados realizassem uma roça familiar para a manutenção da família:

Eles produzem o coletivo e o individual também⁹⁷. Cada grupo faz uma roça coletiva, e aí cada um do grupo trabalha o semicoletivo da roça dos outros. Num dia vão na roça de um, depois na roça do outro, é o semicoletivo, trabalho cooperado. Eles fazem um coletivão, que é de todo mundo, e faz uma roça de cada um também, pra não mexê no coletivo. O individual é pra você manter a sua família. E o coletivo tem que juntá tudinho, dividi, pra tocá o mesmo tanto pra cada um. O que é do coletivo é do coletivo, o que é individual, não. Imagina aqui nós quatro somos coletivo, então nós quatro tem que botá uma roça pra nós, pra depois não tá mexendo no coletivo, pra nós não se desentendê. Porque se três põem uma roça e um não, aí o do coletivo tá bom eu mexo e vocês não vai gostá. Porque é coletivo, eu vou usufruir e vocês não vão. Então vocês vão deixá a roça de vocês e vir pra cá, porque se eu tô colhendo vocês têm o direito de colhê também. Então por isso que o pessoal põe o individual. Que tem pessoas que tem uma família grande, é sete, é oito, é nove, é dez filho, então não dá pra esperá só do coletivo. Você tem seus filhos ali que também pode tá contribuindo com a roça individual, que é pra mantê a família (Coordenador regional do MST, entrevista realizada em novembro de 2012).

Outra dificuldade em relação à produção da alimentação no coletivo foi a exigência do trabalho diário, sem a correspondência dessa produção poder ser consumida. Desse modo, havia famílias que, precisando garantir o próprio alimento, não tinham como priorizar o trabalho no coletivo, já que ela era feita prioritariamente para comercialização. As ausências eram constantes, até mesmo para que eles fossem trabalhar em tarefas fora do assentamento. Mas havia o princípio de que as faltas ao trabalho no núcleo seriam descontadas, e nesse caso, quem faltasse deveria enviar outro trabalhador para realizar o seu trabalho, tendo que pagá-lo, e não havia dinheiro para isso:

Aí tu vai trabalhá no coletivo com fome, e mesmo assim tu tem que ir, porque você não tem recurso pra mandá outra pessoa no seu lugar. Aí falta dinheiro pra comprá adubo, falta dinheiro pra tudo (assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Todos esses problemas e contradições da coletivização nos núcleos e as condições desfavoráveis do solo, desembocaram numa crise de produção que trouxe como consequência

⁹⁷ O assentado está se referindo ao assentamento do MST localizado no município de Capitão Poço.

a desistência parcial ou total do trabalho agrícola. Uma parte dos assentados retornou à condição de assalariado, exercendo atividades de cabeleireiros, vendedores de produtos químicos, pintores, domésticas. Dentre esses, alguns ainda se dedicam a trabalhar no lote aos finais de semana ou nas folgas do trabalho. Outros se dedicam a vender coco na praia. Há também assentados, que desligados totalmente da agricultura, gostariam de transferir o lote para quem desejasse produzir.

1º Relato

Então eu saí, e falei tenho minha vida pra cuidá. Aí eu inventei de vendê isso aí. Eu mando comprá isso aí. Eu faço, e quando a mulher chega a gente prepara. Tem diversas fragrâncias. Aí eu saio pra rua pra vendê. Na minha folga eu vou lá pro meu serviço trabalhá. Roçá, capiná, plantá (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Hoje eu trabalho de cabeleireiro. Eu vou pra Belém todos os dias trabalhar. Eu sou cabeleireiro (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012)⁹⁸.

3º Relato

Eu trabalho de pintor na Sagre. Vou e volto de Belém todos os dias. Eu não sou agricultor, já falei pra todo mundo. Eu tenho meu lote lá, tenho 1000 pés de açaí, tenho um montão de coco, que não sei nem quantos pés tem, 900 pés de cupuaçu enxertado. Sabe quanto tempo eu não vou naquele lote? Faz três anos que eu não vou lá. Só passo na frente. E se invadirem? Não tem como invadir. Eu tenho uma dívida no Incra. Se uma pessoa invadi ela tem que assumi a minha dívida. Eu até passaria a minha terra na hora pra ela. Toma pode ficar pra você. Eu não tô produzindo, eu não vou produzir. Minha terra vai ficá lá, do jeito que tá, igual a muita gente aqui dentro. Meus filhos não vão ser agricultor. Um trabalha comigo, o outro acabou de passar no concurso da polícia. Quem vai cuidá da minha terra? São seis hectares, lá. Eu não tenho recurso. Só tem mato, como é que eu vou cuidá disso?! Quando eu começá a capiná, que eu terminá, já vai tá tudo mato outra vez. É o meu, da minha irmã, e do meu irmão, tudo no mesmo lote assim, porque nós era do mesmo núcleo. É um bambuzal louco ali pra dentro, não dá pra entrá. Mesmo que eu tivesse trator, e não tivesse dinheiro, eu não iria cuidá. Como eu vou cuidá de seis ha de terra, eu vou comê o que? Se eu não tenho dinheiro pra poder me bancá e cuidá da terra lá. Porque aqui a gente não pode plantá qualquer coisa. Mesmo uma horta. Vai tomá o seu tempo, e vai levá um tempo pra você pode vende aquilo. Se o vizinho não levá primeiro (risos) (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

⁹⁸ A viagem de Mosqueiro à Belém leva aproximadamente duas horas, e o preço da passagem em dezembro de 2012 custava entre R\$6,00 e R\$ 9,00.

4º Relato

Aqui tem um círculo de pessoas que vivem de vendê coco na praia. Lá no meu terreno, tem muito coqueiro, lá. Vai morrendo um, vai nascendo dois. Já tô tirando coco que eu plantei lá. Nos finais de semana, na minha folga, eu trabalho mais. No dia de sábado, eu acordo quatro e meia da manhã. Eu levanto, vou pra praia, volto pra comprá gelo, volto pra fazê café, tomá e voltá pra praia de novo. Domingo também. Pode não dá muito, mas é melhor do que ficá parado. No dia-a-dia a gente vai trabalhando por aqui, trabalha no lote. Lá no meu terreno, esse ano eu fiz mais de R\$3.000,00 só de ingá. Ingá aqui é bom de vendê. Mas tem pessoa que você passa no terreno dele aí tá só o capim. Ele nunca plantou nada. Aí sobrevive do coco. As que não sobrevive do coco, tem negócio na sua própria casa. Mas muitos já saíram, foram embora, foram trabalhá em outro canto, não tá mais vindo. Aqui dentro, aquelas pessoas que eu tô falando que vieram desse tempo, a maioria já foi embora, já fizeram negócio com a casa (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

Mesmo tecendo críticas à produção coletiva, os assentados do Mártires de Abril ponderaram sobre a sua importância, durante o acampamento. A organização coletiva dispensou o pagamento de força de trabalho extra, pois atividades que ultrapassavam a capacidade de trabalho da família ou de pessoas sozinhas, podiam ser realizadas coletivamente pelos acampados. Já na área da fazenda Taba, a produção coletiva permitiu extrair o máximo de alimentos para todos, tendo em vista o tamanho restrito da área agrícola:

1º Relato

Na verdade, a menina dos olhos do MST é esse assentamento aqui em Belém. Isso aqui acho que espalhou pelo mundo inteiro. Foi bonito, o processo de início foi bonito, mas quando cada família entrou dentro do seu lote, acabou o coletivo. O coletivo durou de 2001 a 2002. Na verdade, desde 1999, deu certo o trabalho coletivo quando era acampamento (Assentada no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

2º Relato

Houve um processo inicial quando era acampamento, porque na verdade existia aquela ansiedade de conquistar a terra. Como queriam conquistar a terra, faziam as coisas, mas não com consciência de viver coletivo no acampamento, e quando virar assentamento dá continuidade. Mas no coletivo do acampamento a gente tinha pouco, tinha pouca área pra produzi, mas o pouco era dividido (Assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em novembro de 2012).

A distinção da função do coletivo durante o período de acampamento e no assentamento, sobretudo em relação à alimentação, foi também relatada na COPAVA (Thomaz, 2010), e no assentamento Palmares II, como veremos. Em todos os casos, os assentados afirmaram a necessidade da produção coletiva no acampamento para distribuir de maneira igual a escassa produção obtida, além da necessidade da divisão das tarefas.

Os núcleos coletivos do assentamento Mártires de Abril mostraram que a organização coletiva e a produção coletiva tiveram, portanto, uma função importante para a luta de resistência das famílias durante o período de acampamento. Através do coletivo compartilhou-se o pouco alimento que havia. Através do coletivo as diversas tarefas puderam ser desempenhadas, dividindo-as entre os acampados. A questão fundamental foi quando o acampamento se tornou assentamento. Nesse momento, começou-se a evidenciar o descompasso entre o projeto de agricultura socialista do MST, que tinha na produção coletiva seu objetivo de luta, tendo na agrovila a sua expressão territorial, e o desejo, e a lógica de vida e trabalho autônomo pela qual lutavam os acampados, que já tinham no lote a expressão do seu sonho:

A perda de tudo foi por ter sido de forma coletiva. Uns diziam “ah, eu quero isso”, mas não podia porque era de forma coletiva. Outros diziam, que quero é criar gado, galinha, eu quero esse tipo de produção. Então nós tivemos que escolher. Quando foi pra decidir a produção, nós sentamos e escolhemos três tipos de projeto. *Aí tinha um camarada que fazia parte do grupo e não queria, então isso já fez com que ele se sentisse mal. Já deu aquele desânimo, porque todo novo dá medo como a gente fala. Então talvez era a forma dele trabalhar uma nova forma de produção. Então, como ele não tinha o domínio, então pra ele acabou. Ele se sentia inútil. Ele se sentia incapaz, porque não era aquilo que ele tava habituado fazer. Nem tava dentro do sonho dele. Isso também foi uma das coisas que influenciou. Os nossos sonhos não foram respeitados. A direção não conseguiu compreender isso, infelizmente.* Eu só lamento. Mas os companheiros da coordenação, que nos trouxeram pra cá, que faziam parte da direção, não levaram em conta os nossos sonhos (assentado no Mártires de Abril, entrevista realizada em outubro de 2012).

Na busca de implantar a sua lógica socialista o MST não podia considerar o sonho dos acampados. Contudo, a organização coletiva da produção não foi a única causa para a crise de produção que vive os assentados no Mártires de Abril, pois como mencionamos, as condições degradadas do solo foram impedimentos à produção agrícola realizada no lote familiar. A produção coletiva no assentamento Mártires de Abril tornou relevante a discussão da agrovila

em oposição a construção da casa no lote, a contratação conjunta de créditos pelos assentados, o trabalho de base para a reunião das pessoas que iriam participar da ocupação,

Buscando uma análise mais aprofundada dessas questões, e como forma de analisar outra experiência de coletivização no Estado do Pará, apresentamos a pesquisa realizada no assentamento Palmares II. Nesse assentamento também foi feita a preparação dos acampados para a produção coletiva, com o estabelecimento de grupos, foram formados núcleos coletivos no assentamento, e posteriormente todos se dissolveram, sem terem atingido à formalização jurídica de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

3.5 Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST

Como vimos pela análise dos núcleos de família nos assentamentos Mártires de Abril e Palmares II, a coletivização agrícola no Estado do Pará não se consolidou e não avançou para a implantação das CPAs. Mas revalorizou a tradição cooperativa camponesa. Contudo, sua análise é fundamental para a compreensão das contradições da coletivização, já que foram justamente essas contradições que impediram a chegada até às CPAs. Em outros estados do Brasil, contudo, elas foram implantadas e para uma análise dos seus desdobramentos e contradições iremos apresentar três CPAs: COPAJOTA, COPAVA e COPAVI.

A COPAJOTA (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos), foi a primeira CPA do MST, no Estado de São Paulo, instalada no Assentamento da Fazenda Reunidas, município de Promissão, oeste do Estado de São Paulo (Simonetti, 1999). Ela foi desativada em 1999, e o seu conhecimento é fundamental para compreender as contradições que levam à desintegração de uma Cooperativa de Produção Agropecuária.

A COPAVA (Cooperativa de Produção Vó Aparecida), está situada na agrovila III do Assentamento Pirituba, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, sudoeste do estado de São Paulo. Essa CPA teve como referência a COPAJOTA, está em funcionamento desde 1993, sendo a única cooperativa de produção agropecuária em funcionamento no Estado de São Paulo (Thomaz, 2010). Consideramos seu conhecimento fundamental, justamente pela sua resistência como CPA, em um contexto onde todas as outras se dissolveram.

A COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), está localizada no município de Paranacity, Estado do Paraná. O conhecimento desta CPA é fundamental, porque ela atingiu o objetivo máximo do MST em relação às CPAs, que é a implantação de agroindústrias para beneficiamento da produção no próprio assentamento, e a inserção da

comercialização em nível local, com a produção de leite e derivados, até a exportação para a Europa da produção de cachaça (Camargo, 2010).

3.5.1 Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA)

De acordo com Simonetti (1999), a COPAJOTA foi criada no Assentamento da Fazenda Reunidas, que está localizado no município de Promissão, oeste do Estado de São Paulo. Este assentamento, organizado pelo MST, foi o primeiro realizado no Estado de São Paulo através do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. É o maior assentamento do Estado de São Paulo, com uma área total de 17.138 hectares, área agricultável de 12.735 hectares, 629 lotes, 10 agrovilas, 634 famílias assentadas e aproximadamente 3000 pessoas⁹⁹. Segundo Simonetti (1999) apesar de reunir assentados de 16 estados do Brasil, a maior parte é proveniente da região sudeste, e na maioria trabalhadores assalariados da região, com mais de 20 anos dedicados ao trabalho agrícola. O grupo que ocupou a fazenda era composto por ex-posseiros, ex-boias-frias, ex-rendeiros e antigos pequenos proprietários expulsos da terra pelo capital e pelo Estado. Havia também trabalhadores de origem urbana, filhos e netos de trabalhadores rurais e camponeses. Das 3000 pessoas que formam o assentamento, 370 se reuniram para formar a Comunidade Padre Josimo, onde futuramente seria fundada a COPAJOTA.

Segundo Simonetti (1999), em 1987 ocorreram as primeiras ocupações na Fazenda. Como preparação para a coletivização do trabalho, desde o acampamento as famílias iniciaram práticas de organização coletiva. Na área de 5 ha em que estavam acampados, dividiram-se em grupos para cultivar alimentos para subsistência. Em 1988, fundaram a Associação dos Produtores Padre Josimo Tavares dos Santos, com o objetivo de facilitar a obtenção de empréstimos e administrar os bens do grupo. Ao se iniciar o processo de assentamento emergencial, decidiram pela formação de 20 grupos de 10 famílias, e as decisões já eram tomadas em assembléia. Criaram uma coordenação geral, subdividida em várias comissões, como segurança, negociação, organização. Em 1991, as famílias conquistaram a terra, e continuaram desenvolvendo o trabalho coletivo. Os assentados, porém, foram desistindo do trabalho coletivo e foram se dedicar aos seus lotes, restando apenas o Grupo Margarida Maria Alves, cujos membros eram integrantes de cargos de organização do MST em nível estadual e

⁹⁹ Fonte: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/05-Assentamento%20Reunidas.pdf> – acesso em 10/10/2015.

nacional, o qual continuou produzindo e comercializando de maneira coletiva. Esse grupo, na agrovila Campinas, fundou a COPAJOTA, como parte da proposta do MST de implantar a coletivização nos assentamentos (Simonetti, 1999). Esta CPA foi a primeira do Estado de São Paulo a adotar a coletivização agrícola, servindo de modelo para outra CPA do MST, a COPAVA (Thomaz, 2010).

Para a formação da COPAJOTA, seus membros estudaram o sistema cooperativista do MST, participaram de cursos e viajaram para conhecer CPAs do sul do Brasil. Em 1992 participaram do Laboratório Experimental de Campo e após 35 dias de Laboratório, 40 famílias fundaram a CPA, em 29 de agosto de 1992, não sem tensões, como pode ser visto a seguir:

A criação da cooperativa dividiu a comunidade, pois nem todos aceitaram trabalhar dessa maneira. Alguns camponeses criaram a “Associação São Francisco de Paula” para gerir os bens que os membros da comunidade ganharam por intermédio dos padres católicos progressistas, com recursos oriundos da Bélgica. Dos 4 tratores, dois ficaram para a COPAJOTA e dois para a Associação São Francisco de Paula que congregou os camponeses da comunidade que escolheram práticas individuais (familiar) de produção, mas reuniram-se nessa associação para utilizar conjuntamente máquinas e equipamentos conseguidos pelo grupo quando ainda não haviam iniciado a cooperativa (Simonetti, 1999, p. 136).

De acordo com a autora, em 1992, das 104 famílias que formavam a Comunidade Padre Josimo, cerca de 64 famílias não aceitaram ingressar na COPAJOTA. O primeiro motivo esteve relacionado à recusa ao trabalho cativo que a CPA representava, através do controle das horas trabalhadas dos seus membros, em oposição ao trabalho livre, realizado com a família em seus lotes, razão pela qual as famílias haviam ingressado na luta pela terra. O segundo motivo foi o controle das horas de trabalho, e a negação total da autonomia do indivíduo, já que na CPA tudo deveria ser compartilhado.

O grupo de famílias que recusou a CPA formou a Associação São Francisco, sem fins lucrativos, com regimento interno e diretoria escolhida em assembléia. A associação tinha por finalidade:

[...] a prestação de serviços, onde alguns tratores, implementos e tratorista estão à disposição do associado, que pagam por esse serviço, porém a produção nos lotes é individual e é realizada junto com a família. A resistência à cooperativa e a coletivização da terra são expressas na rejeição ao trabalho cativo e controlado que ela proporciona (Simonetti, 1999, p. 144).

O grupo de 40 famílias que fundou a CPA colocou todas as terras à disposição da cooperativa. O trabalho foi organizado em oito setores: agrícola, pecuária, máquinas, horta de campo (ao ar livre), creche, cozinha, estrutura e administrativo. A idade mínima para se associar à CPA foi fixada em 16 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. A partir dessa idade, o cooperado podia participar da divisão integral dos frutos do trabalho por horas trabalhadas, podia opinar e votar nas assembleias dos cooperados. Esses jovens desempenhavam funções junto com os adultos, como o trabalho na secretaria, nas estufas, na ordenha, na inseminação artificial das vacas e com os leitões. A totalidade dos sócios se dividia para trabalhar nos diversos setores desempenhando funções como ordenha, cuidados com o gado, suínos, produção de soja, milho, feijão, repolho, cenoura, berinjela, abobrinha, morango, legumes, grãos e pastagens (Simonetti, 1999).

De acordo com a autora, na sede da COPAJOTA, ao longo de uma rua foi constituída a agrovila com as casas de 11 cooperados, e o restante preferiu viver em seu próprio lote. Na mesma rua, os cooperados construíram a creche, a cozinha comunitária e o barracão para as reuniões, o escritório, o barracão de máquinas e lavagem de verduras, a estrutura para ordenha das vacas e as estufas. A coletivização na COPAJOTA atingiu a produção, a comercialização e outros espaços da vida com a implantação da creche e da cozinha comunitária (café da manhã e almoço). Contudo, o espaço da cozinha comunitária era frequentado muito mais pelos jovens do que pelos mais idosos:

[...] a realização das refeições em conjunto, para a maioria dos cooperados, principalmente entre os jovens, é um momento de descontração. Os mais velhos se recusavam a essa atividade. Ou pegavam a comida na cozinha comunitária e comiam em casa, ou faziam a própria comida nas suas casas (Simonetti, 1999, p. 158).

As mulheres se dividiam entre as que trabalhavam na creche (para crianças de 1 a 4 anos), na cozinha comunitária, e também participavam do trabalho nas estufas, horta de campo e setor administrativo. Os homens trabalhavam nos outros setores. A gestão da cooperativa era composta por presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiros, e um conselho deliberativo formado pelo coordenador de cada setor e pela diretoria (Simonetti, 1999).

De acordo com a autora, em julho de 1994, a COPAJOTA contava com 37 famílias, ou seja, três a menos do que na data da sua criação, em 1992. Essas famílias que permaneceram iniciaram um debate sobre a organização da produção e a divisão dos frutos do trabalho, mas as discordâncias levaram a uma cisão na cooperativa, com 20 famílias deixando a CPA e indo

trabalhar em seus lotes. O motivo principal da cisão do grupo foi um desentendimento sobre a divisão dos frutos do trabalho com base nas horas trabalhadas. Pelo Estatuto da COPAJOTA essa divisão deveria ser realizada no término do ano agrícola, considerando o seguinte cálculo: primeiramente, as dívidas deveriam ser pagas, do que restasse 15% iria para o fundo de desenvolvimento, 10% para o fundo de reserva, e 1% para o fundo de reforma agrária do MST, e o que sobrasse seria dividido com base nas horas trabalhadas e na idade dos cooperados. Os que possuíam entre 12 e 15 anos, receberiam de 40% a 80% da hora trabalhada, e os com mais de 16 anos receberiam o mesmo valor por hora dos adultos. Contudo:

[...] as famílias maiores, com filhos associados e vinculados à cooperativa recebiam um montante maior do resultado produzido, em detrimento das famílias mais jovens com filhos menores, sem filhos ou as mais velhas com poucos braços, que na hora da divisão das horas trabalhadas se sentiram prejudicadas (Simonetti, 1999, p. 138).

De acordo com a autora, o problema era que no momento do ingresso na CPA, todos os sócios haviam colocado à disposição da cooperativa as terras e os recursos do financiamento que havia vindo por família. O grupo que contestava a divisão da renda pertencia à Coordenação Nacional e Estadual do MST, e propunha a divisão considerando os detentores do lote. Mas essa proposta era contestada pelo outro grupo, porque excluía os jovens e as mulheres. Colocada em votação, essa proposta perdeu e os vencidos deixaram a cooperativa.

Buscando solucionar esse impasse, representantes do setor de cooperação do MST estiveram presente na reunião, mas não houve acordo. Além disso, surgiu o questionamento sobre pagamento das mulheres no período pós-parto, doentes e idosos, bem como dos sócios liberados para as instâncias organizativas do MST, que não trabalhavam na produção, mas recebiam 80% do valor da hora trabalhada dos outros trabalhadores (Simonetti, 1999).

De acordo com a autora, os cooperados que saíram da COPAJOTA sentiram-se aliviados, mas permaneceu um certo sentimento de revolta, pois devido a uma cláusula do estatuto, tiveram que deixar tudo para a cooperativa. Fora dela, retomaram o modo de vida camponês, atestado pelas práticas produtivas próprias da agricultura camponesa nessa região. Alguns foram se dedicar à produção de grãos (milho, feijão), algodão, produtos para subsistência como arroz, abóbora, mandioca, frutas, hortaliças. Outros foram trabalhar com frutas. Houve também os que passaram a se dedicar às hortaliças e legumes em estufas. Os que ficaram com as piores terras, foram trabalhar com a produção de leite. Em 1994, algumas das famílias que saíram da COPAJOTA se uniram para criar a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Reunidas (APRONOR), com a finalidade de prestar serviços aos associados,

principalmente no uso comum de maquinário. Em 1997, transformaram essa associação na Cooperativa dos Assentados de Promissão (COAP), através da qual obtiveram financiamento para comprar tratores e implementos. Ampliando suas atividades, a COAP passou a funcionar como uma cooperativa de crédito, financiamento e produção para os associados:

Para esses camponeses, morar no lote, produzir com a família, ter sua casa, a liberdade de fazer o próprio horário e de planejar e executar com autonomia as atividades da produção é a forma de realizar o sonho da autonomia e da liberdade buscada através da luta na terra (Simonetti, 1999, p. 146).

De acordo com a autora, até 1997, permaneceram na COPAJOTA 16 famílias e 50 sócios, que diversificaram a produção e criaram novos setores. Em 16 estufas produziam pimentão, pepino japonês, tomates e verduras. No setor de suinocultura, comercializavam leitões. No setor de horta cultivavam repolho, beterraba, cenoura e jiló. No setor de pecuária, mecanizaram a produção. O setor de creche permaneceu em funcionamento, bem como a cozinha comunitária onde era servido o café da manhã e o almoço. O setor de máquinas continuou responsável pelos tratores, implementos e um caminhão. E o setor administrativo continuou responsável pelo gerenciamento da CPA. Nesse mesmo ano, contudo, após discussões internas, os membros da cooperativa decidiram manter a produção coletiva na estufa, pecuária, suinocultura e horta de campo, mas dividiram a produção de grãos em dois núcleos de famílias, por relação de parentesco, onde cada grupo produziria apenas no lote de seu próprio grupo:

Na prática cada lote retornou às famílias, que deixaram 2,5 ha para a cooperativa e 5 ha foram colocados à disposição dos núcleos. O objetivo era que a produção direta, não presa à estrutura da cooperativa, possibilitasse um retorno financeiro às famílias, que há muito não recebiam dinheiro para os gastos eventuais, uma vez que a cooperativa vinha passando por sérios problemas financeiros (Simonetti, 1999, p. 147).

De acordo com a autora, os problemas financeiros foram decorrentes das dívidas contraídas para realizar os primeiros investimentos na cooperativa. Os sócios que saíram deixaram os investimentos que haviam feito coletivamente, mas também deixaram a dívida contraída para a formação da cooperativa, a qual foi aumentando devido à dificuldade administrativa do grupo. Mesmo no núcleo de famílias, a situação econômica da COPAJOTA foi agravada porque a maior parte da produção era vendida a intermediários. Contudo, havia o desejo e a esperança de reverter a situação.

Para as famílias ligadas à COPAJOTA, a viabilidade e a permanência na terra ocorriam pela coletivização dos meios de produção e do emprego de técnicas racionais de gestão, produção, comercialização. O controle do tempo e a divisão do trabalho foram os caminhos para a maior produção e o sucesso das famílias. A educação e formação dos jovens são incentivados para garantir a continuidade da cooperativa. Eles são incentivados a frequentar cursos superiores e técnicos, tendo a oportunidade de trabalho e de realização profissional, que também favorece a reprodução material e social do grupo no assentamento. Tanto a reprodução da cooperativa, quanto dos jovens e das famílias são pensadas em conjunto (Simonetti, 1999, p. 157).

Em maio de 1999, contudo, os sócios da COPAJOTA, avaliando a situação financeira da cooperativa, que se encontrava endividada junto às instituições financeiras, decidiram pela sua dissolução. Eles venderam alguns dos bens coletivos para saldar uma parte das dívidas, e a outra parte ficou para ser saldada com o trabalho de cada família, que assumiu o seu próprio lote, e uma das 16 estufas existentes. Cada família pode optar se desejaria continuar morando na agrovila da cooperativa, e a estrutura da cooperativa se transformou em um centro de atividades sociais, culturais e de lazer para a comunidade (Simonetti, 1999).

Foram 7 anos de uma longa jornada tentando adequar seu modo de vida às práticas definidas pelos assessores – setores da Igreja e MST. Para o MST, o desenvolvimento coletivizado da produção e do trabalho podem levar à saídas mais rentáveis para esses camponeses se inserirem na sociedade capitalista, e de fato há algumas cooperativas bem-sucedidas em vários lugares do país. No caso estudado, porém, esse tipo de organização provocou uma desestruturação dos conhecimentos preservados pelos camponeses da cooperativa, cujos valores estavam centrados na autonomia e liberdade do trabalho com a terra. Por ter sido a primeira cooperativa coletivizada do Estado de São Paulo, foi um “laboratório de experiência para todos”, assentados, MST, representantes da Igreja, técnicos do governo (Simonetti, 1999, p. 167, grifo do autor).

De fato, a COPAJOTA foi uma referência fundamental para o conhecimento real de como funciona uma CPA para os membros da COPAVA que a visitaram no momento de fundação dessa outra CPA do Estado de São Paulo, cuja análise será realizada a seguir.

3.5.2 Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA)

A análise da COPAVA está sendo realizada tomando como referência a pesquisa precedente de mestrado da autora da presente tese, defendida em 2011, onde se buscou

compreender a história, a organização, o funcionamento, as contradições, os desafios e os avanços de uma CPA, em geral, e desta CPA em particular¹⁰⁰.

A COPAVA está situada na agrovila III do assentamento da Fazenda Pirituba, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá do estado de São Paulo. A conquista dessa fazenda foi um marco histórico para o MST, porque foi uma das primeiras vitórias do movimento no Estado de São Paulo, na década de 80, momento em que o MST não possuía o grau de organização alcançado posteriormente, nem estava organizado nacionalmente (Morissawa, 2001). Essa fazenda possui uma longa história de grilagem de terra iniciada em 1949, além de várias irregularidades e corrupção de funcionários públicos no processo de implantação da Lei de Revisão Agrária, em 1962, durante o governo Carvalho Pinto, irregularidades essas que acabaram culminando em conflitos entre camponeses e grileiros (Bombardi, 2005).

A fazenda Pirituba possui 17.420 ha, dos quais 6.500 hectares foram conquistados pelo MST, no período de 1981 a 1996¹⁰¹, formando seis assentamentos e um pré-assentamento. A ocupação de terra na agrovila III, área onde seria implantada a COPAVA, ocorreu em 22 de fevereiro de 1986, com 320 famílias e aproximadamente 1600 pessoas. A maioria já vivia nos municípios de Itapeva e Itararé, e em municípios localizados no entorno da fazenda (Itaporanga, Ribeirão Branco) e norte do Paraná (Sengés, Arapoti, Jaguariaíva) (Thomaz, 2010). Em dezembro de 1986, permaneciam acampadas apenas 78 famílias, pois a situação de vida no acampamento era bastante difícil, com falta de água potável e alimentos, jagunços contratados

¹⁰⁰ O título da dissertação é “O modelo socialista de cooperativa de produção agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava”. Esse estudo foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, orientado pela Profa. Dra. Valéria de Marcos e defendido no ano de 2011.

¹⁰¹ A luta pela terra na Fazenda Pirituba continua. Na madrugada de 17 de abril de 2014, como parte das mobilizações do Abril Vermelho, em memória dos 18 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás e comemorando 30 anos de MST, cerca de 200 famílias, na maioria composta de filhas e filhos de assentados na Fazenda Pirituba, mas também de bairros e municípios próximos à Itapeva e Itaberá, ocuparam uma área do Horto Florestal, localizado dentro da Fazenda Pirituba. A área é pública, pertence ao Governo do Estado de São Paulo, que a havia cedido a empresas para a exploração de pinus e eucaliptos. Contestando a irregularidade, o MST ocupou a área, reivindicando-a para a reforma agrária, apoiando-se no fato de que a exploração de pinos e eucalipto não caracteriza um Horto Florestal. Segundo o movimento, nessa área poderiam ser assentadas 150 famílias que iriam um projeto de produção ecológica de verduras e hortaliças. Em 29 de julho de 2014 a Polícia Militar executou um mandato de reintegração de posse, estabelecido pelo Fórum de Itaberá, entregando ao MST um documento que proíbe o acampamento em qualquer estrada do Estado de São Paulo. Com a expulsão, um grupo remanescente de 60 famílias ocupou a fazenda Cambará, cuja área é pública e também está sendo usada irregularmente por uma empresa madeireira para a exploração de pinus e eucalipto. Nova reintegração de posse foi determinada no Fórum de Itaberá, e as famílias foram novamente expulsas da terra no dia 22 de julho. O acampamento foi transferido para a agrovila II, do assentamento Pirituba, mas em dezembro de 2014, a maior parte das famílias já havia desistido de permanecer no acampamento (Jamil Ramos, dirigente estadual do MST do Estado de São Paulo, assentado na agrovila III, e membro da COPAVA, informação oral).

para intimidar os acampados, existência de muitos doentes e crianças que poderiam ser atropeladas a qualquer momento intencionalmente a mando dos grileiros. As condições difíceis do acampamento, juntamente com o objetivo de incentivar a cooperação no acampamento e implantar a produção coletiva no assentamento, fez com que os acampados já se subdividissem em grupos para a realização das diferentes tarefas, tais como: plantação para o autoconsumo dos acampados, saúde, educação das crianças, segurança, negociação com o Estado, busca de doações.

Cada acampado colaborava em um grupo que elegia um coordenador que tinha como uma de suas funções participar das reuniões com os outros grupos para discutir em conjunto as demandas do acampamento. Apesar da subdivisão de tarefas, tudo o que era arrecadado era repartido entre todos igualmente. Um aspecto fundamental para a organização e subdivisão dos grupos para a realização das tarefas em cooperação era a existência de lideranças no acampamento que tinham origem nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, e em sindicatos de orientação política de esquerda.

Em dezembro de 1986, as 78 famílias que permaneciam acampadas foram assentadas emergencialmente, em uma área de 870 ha, grilada pelo fazendeiro Antenor, hoje chamada de “Vila de Baixo”. A conquista de toda a área da agrovila III, até que se completasse 7 alqueires por família, durou de 1986 a 1996. Já nessa primeira área, as famílias fundaram a *Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila III*, que durou dois anos. Durante esse período, como a quantidade de terra de cada família era reduzida, o trabalho de um familiar garantia a participação de toda a família na divisão dos gêneros cultivados, geralmente alimentos, como feijão e milho.

Apesar da terra e do trabalho nas associações do MST ser realizado na lógica familiar, ficando como decisão do grupo a destinação dos investimentos (Concrab, 1997), na associação da agrovila III as famílias mantiveram a propriedade coletiva da terra e continuaram trabalhando em grupos. A divisão dos frutos do trabalho continuou a ser realizada por família, de acordo com os dias trabalhados. As faltas injustificadas eram descontadas na base de dois dias de trabalho para cada falta. O desconto poderia ser em produto, ao que se subtraía o equivalente ao dobro das faltas, ou em caso de venda da colheita, recebia-se o dinheiro já com as faltas descontadas.

Através da associação as famílias construíram um barracão, compraram um caminhão, montaram uma oficina mecânica, adquiriram maquinário agrícola – dois tratores, uma máquina para beneficiar arroz, uma niveladora, e conseguiram com que a prefeitura de Itaberá construísse um posto de saúde e uma escola na área da agrovila. Apesar das conquistas e de ser

um tempo lembrado com saudades pelas famílias, discordâncias começaram a ocorrer. A primeira discordância importante ocorreu após uma doação de arroz arrecada pela Igreja Católica. Um grupo de famílias defendia que uma parte do arroz deveria ser separado para o cultivo. Outra parte recusava essa proposta. Como havia autonomia de decisão, um grupo plantou e outro grupo não plantou, mas a relação no interior do grupo sofreu um abalo.

A discussão que culminou com o fim da associação, contudo, foi justamente as mudanças que ocorreriam com a sua transformação em CPA. O grupo que defendia a criação de uma CPA afirmava que através dela era possível incrementar a produção e o volume comercializado, aumentando a geração de renda. A renda deveria ser aumentada também com a industrialização da matéria-prima produzida na própria CPA, pois o objetivo era chegar a formar uma agroindústria, que poderia envolver a força de trabalho não absorvida pela associação, como jovens e mulheres. O grupo que recusava a CPA alegava vários motivos. Um deles era que pelo próprio estatuto da CPA a ser criada, ela só poderia garantir o trabalho de três membros da família, prejudicando as famílias mais numerosas. As famílias com mais pessoas a sustentar e menos pessoas para trabalhar, como crianças e idosos, poderiam não alcançar a satisfação das suas necessidades.

Outro ponto de conflito estava relacionado à mudança na divisão dos frutos do trabalho. Na associação, a divisão era realizada com base nos dias trabalhados, e somente as faltas injustificadas eram descontadas (as doenças eram consideradas faltas justificadas). Na CPA a divisão iria ser feita por horas trabalhadas no dia, e as faltas, mesmo em caso de doença, cujo trabalhador não apresentasse atestado médico, seriam descontadas. O grupo que questionava a divisão da renda por horas trabalhadas alegava que essa forma não funciona na agricultura, porque em uma CPA, cuja divisão do trabalho é feita por setores de produção, é impossível equiparar o trabalho entre os setores. A necessidade de trabalho, o esforço físico, e as condições de trabalho são peculiares a cada setor, e não há como haver equivalência justa. Como exemplo apontavam para a diferença entre um trabalhador do setor agrícola e um com o cargo de diretor da CPA. Comparativamente o diretor da CPA teria mais horas de trabalho porque sua função exigia representar a cooperativa, viajar, buscar projetos, mas, no entanto, poderia exigir menos esforço físico do que um trabalhador do setor agrícola que deveria realizar o seu trabalho sob o sol forte, por exemplo.

Essas discordâncias não foram superadas, e a COPAVA foi fundada em 20 de novembro de 1993, com 27 famílias, e 19 não quiseram fazer parte. O patrimônio até então construído pela associação foi repartido entre os que permaneceram na associação e os que iriam formar a CPA. Ficou acertado também que a terra da associação continuaria na “Vila de

Baixo”, e a terra da COPAVA seria situada na área de cima. Para descampar o terreno, a COPAVA contratou maquinário da prefeitura de Itaberá e criou o setor de moradia para a construção das casas, construídas lado a lado, em uma rua principal, para liberar mais espaço para as atividades produtivas. As casas ficaram prontas ao mesmo tempo. Na agrovila foi construído um poço artesiano e instalada eletricidade. Os cooperados da COPAVA se mudaram e a geografia da agrovila III foi se desenhando de forma que os trabalhadores coletivizados ocupavam a “área de cima”, e os camponeses a “área de baixo” – ver mapa a seguir:

Mapa 7 – Localização da COPAVA na Agrovila III do Assentamento Pirituba

Em 1993, ano de sua fundação, a COPAVA contava então com 27 famílias e 46 sócios, ocupando uma área de 189 alqueires de terra, resultado da soma de 7 alqueires por família. As

famílias entregaram a terra para a cooperativa, e não demarcaram os lotes, que foram colocados para uso da CPA. Na área central da agrovila, foi construído o bar, a padaria, a ciranda infantil, e um campo de futebol. Atrás desse núcleo estava o setor de pecuária de leite e suinocultura e, nas imediações da agrovila, esparsamente, as áreas agrícolas e as pastagens. Nos fundos das casas ficou uma pequena parcela, aproximadamente 10m x 30m, para uso da família.

Como relataram os sócios da COPAVA, para a sua criação foi fundamental o conhecimento da COPAJOTA. Três cooperados da COPAVA foram visitá-la para conhecer seu funcionamento. Contudo, à época da visita, em 1993, aquela CPA já enfrentava dificuldades, como foi mencionado por um cooperado da COPAVA:

Quando começamos a Copava, nos identificamos na Copajota, em Promissão, a primeira cooperativa do Estado. Ela nasceu em 1991, 1992. Quando em 1993 criamos a Copava, a Copajota começou a dar muito problema internamente, a nível administrativo. Eles começaram muito bem, mas tiveram dificuldades administrativas, devido aos setores, as pessoas não tiveram esse entendimento. Houve o desentendimento por causa dos setores e acabou. Acabou a Copajota. Não sei quanto tempo ela aguentou, mas foi muito pouco tempo (Thomaz, 2010, p. 84)¹⁰².

Os sócios da COPAVA são distinguidos entre cadastrado e associado. O cadastrado era a pessoa que possuía a concessão de uso da terra em seu nome. Podia ser a esposa ou o marido, mas nessa CPA o marido ficou como cadastrado e a esposa como primeiro membro cooperado do cadastro do marido. Associado era o membro autorizado por um cadastrado a trabalhar sob sua inscrição. Geralmente era um filho ou uma filha, mas poderia ser qualquer pessoa desde que autorizada pelo cadastrado. Não havia diferenças de direitos e deveres entre associados e cadastrados, e todos estavam submetidos às mesmas regras. O número máximo por cadastro permitido para trabalhar eram 3 pessoas baseado na capacidade de geração de renda na cooperativa. A idade mínima para associar-se era 16 anos. A divisão da renda era realizada com base nas horas trabalhadas individualmente, não podendo exceder 210 horas mensais.

A COPAVA se organizava em setores. No início de seu funcionamento, em 1993, ela se compunha de cinco setores – setor de cozinha, ciranda infantil, setor de agricultura, setor de

¹⁰² Como apontamos no item passado, a COPAJOTA durou por sete anos – 1992-1999, o mesmo tempo que durou o núcleo de família Filhos da Terra, no assentamento Palmares II, no Pará.

pecuária, setor de apicultura e setor de granja e mercado. Entre 2007-2010, período de realização da dissertação, o número de setores havia aumentado para nove, e eram compostos pelo setor agrícola, setor de suinocultura, setor de pecuária, setor de horta de verduras, setor de bar e padaria, setor de máquinas e oficina mecânica, setor de segurança, setor de administração e ciranda infantil¹⁰³.

O setor agrícola ocupava uma área de 140 alqueires, onde se realizavam o cultivo de arroz e feijão para autoconsumo dos cooperados e venda do excedente; milho, sendo uma parte para a utilização na suinocultura e outra parte para comercialização; soja para comercialização, e cana-de-açúcar para a produção futura de álcool e cachaça.

A soja era o principal cultivo da COPAVA, chamada por seus membros de *carro-chefe*, por ser a principal fonte de renda dos cooperados. Era principalmente após a comercialização da soja que os cooperados recebiam a remuneração que lhe cabiam. Para se ter uma ideia da importância desse cultivo, no ano agrícola de 2008/2009 dos 140 alqueires destinados à produção agrícola, 85 alqueires foram cultivados com soja. Para viabilizar essa produção, a CPA havia firmado contrato com a empresa Agropen para fornecimento de adubos, agrotóxicos e sementes, pagos em sacas de soja. No período citado, a CPA entregou para a empresa em torno de 60% de toda a produção, ficando em torno de 40% para a cooperativa comercializar livremente. A COPAVA conhecia os riscos desses contratos, pois havendo perda da produção, ela estaria completamente endividada com a Agropen. Contudo, de acordo com a CPA, no momento era a melhor alternativa para a geração de renda aos cooperados.

Buscando diminuir os riscos com a produção de soja através da diversificação da produção, em janeiro de 2010, a COPAVA iniciou a produção experimental de cachaça artesanal para autoconsumo e comercialização, e a instalação de uma mini usina de cana-de-açúcar para a produção de álcool. O objetivo era buscar auto-suficiência do combustível que abastecia os tratores e os carros da cooperativa. No entanto, um dos problemas que já estavam sendo vislumbrados era que com o aumento da área plantada de cana-de-açúcar haveria diminuição da área plantada com arroz e feijão para autoconsumo dos cooperados.

O setor agrícola na COPAVA era altamente mecanizado, com quase todas as etapas da produção sendo realizadas mecanizadamente, tais como o preparo da terra, a plantação, a aplicação de agrotóxicos, e a colheita, com exceção da carpa de arroz e da colheita de feijão. O desperdício de grãos havia impedido a mecanização dessas atividades, mas o objetivo era obter maquinário que pudesse sanar esse problema.

¹⁰³ De acordo com uma sócia da COPAVA, em 2015 a ciranda infantil foi desativada e não há mais o setor de creche (informação oral de uma cooperada).

Pela mecanização do setor agrícola e a menor necessidade de trabalho humano, seus trabalhadores eram na maioria solicitados de outros setores, quando havia necessidade de trabalho humano, como na carpa de arroz e na colheita de feijão. Os trabalhadores específicos desse setor eram geralmente pessoas mais idosas e aposentadas. Ao deslocar trabalhadores para o setor agrícola, se o trabalho realizado no setor de origem era prioritário, como no caso da ordenha de leite, essa atividade era realizada primeiramente, e só depois os trabalhadores do setor de pecuária iam se juntar aos outros. Contudo, havia atividades em que isso não ocorria, como a horta de verduras, que ficava totalmente sem produção no período de deslocamento de seus trabalhadores. Isso era considerado um problema para a cooperativa, e apesar dos esforços em se discutir essa questão, os cooperados não haviam ainda chegado a um consenso.

O setor de suinocultura foi criado logo no início de fundação da COPAVA, em 1993. O objetivo era comercializar a produção com os outros assentados da Fazenda Pirituba, além da região de Itararé, Itapeva e Itaberá. Os porcos inteiros eram também comercializados entre os membros da cooperativa, mas a linguiça artesanal produzida periodicamente era distribuída em partes iguais entre os sócios.

O trabalho no setor de suinocultura era realizado por três membros, diariamente, de domingo a domingo. Contudo, nos finais de semana, a jornada de trabalho era metade da cumprida nos dias da semana. As atividades realizadas eram compostas pela reprodução dos porcos, a sua criação e seu desenvolvimento até o momento da comercialização. Além disso, os membros do setor tinham a função de limpeza e higienização de toda a instalação.

Em 2009, o rebanho de suínos era composto por 30 matrizes (porcas em idade de procriar), 2 cachacos (porcos reprodutores) e 220 leitões. De acordo com os membros do setor, a produção era geralmente toda comercializada nas festas de final do ano, onde se aumentava a procura. Contudo, um dos problemas enfrentados era o alto preço das rações para alimentar os porcos, o que tornava alto os custos da manutenção desse setor. O problema do alto preço da ração para alimentar a criação de galinhas caipiras apareceu também no assentamento Palmares II, como vimos, tendo como consequência a impossibilidade de concorrência no mercado de Parauapebas.

Na COPAVA foram discutidas formas de resolver o problema do alto custo da ração, surgindo algumas ideias que acabaram sendo descartadas. Uma delas era a elaboração de toda a ração na própria CPA, já que uma parte do milho era produzido visando essa finalidade. Mas com a soja não se passava o mesmo. Na visão do setor administrativo, não era viável economicamente transformar uma parte da soja em farelo, porque além desse trabalho ter que ser feito por uma empresa, já que a cooperativa não tinha o maquinário necessário para a sua

realização, era mais rentável comercializar a soja através dos contratos firmados com as empresas. Em 2014, por informação oral de uma cooperada da COPAVA, o setor de suinocultura foi desativado, e o problema do preço da ração foi uma das razões apontadas.

O setor de pecuária da COPAVA também foi criado na fundação da CPA. O objetivo era a produção de leite para autoconsumo dos cooperados, e comercialização do excedente. O setor chegou a alcançar uma produção de 500 litros por dia, mas não conseguiu manter a concorrência com outros produtores da região, que possuíam um rebanho bovino mais puro e condições mais propícias ao beneficiamento do leite. Além do gado leiteiro, a COPAVA introduziu o gado de corte. Em 2009, estimava-se que o rebanho era composto por 350 cabeças de gado, entre gado leiteiro, gado nelore e bezerros. No setor trabalhavam quatro membros fixos, em uma jornada diária de 10 horas.

Em 2009, a COPAVA produzia em torno de 80 litros de leite diários, suficientes para o autoconsumo dos cooperados, mas não havia possibilidade de comercialização do excedente. A venda da carne também era considerada insuficiente devido à comercialização ocasional do gado. Uma das preocupações do setor era justamente aumentar tanto a produção de leite, quanto de carne para aumento da possibilidade de comercialização e viabilização dos custos de produção do setor. Os membros desse setor tinham o objetivo de tornar a pecuária o *carro-chefe* da COPAVA, ao que se contrapunha o setor administrativo, que via na soja a melhor forma de geração de renda.

O setor de horta de verduras também foi um dos primeiros criados na COPAVA com o objetivo de abastecer de frutas, verduras e legumes os membros da CPA. Era um setor onde predominava o trabalho das mulheres. No período da realização da pesquisa, seis mulheres integravam o setor, mas uma havia sido transferida para o setor de cozinha onde havia mais necessidade de trabalho.

Uma questão interessante sobre esse setor era a disputa interna com os outros setores em relação à jornada de trabalho. No momento da criação do setor ficou decidido que o trabalho na horta de verduras seria realizado de segunda-feira à quinta-feira, e mesmo sem trabalharem na sexta-feira, as mulheres desse setor receberiam a remuneração normalmente. Havia o reconhecimento de que o trabalho das mulheres era composto por uma dupla jornada, já que elas eram também responsáveis pelos afazeres domésticos. Com o tempo, contudo, essa decisão foi questionada tanto pelos homens, quanto pelas mulheres que trabalhavam em outros setores e não tinham um dia livre. Essa situação foi várias vezes debatida na CPA, e em 2010, as mulheres perderam esse direito. Além de se sentirem prejudicadas por essa perda questionavam também que o setor da horta de verduras era o mais prejudicado da COPAVA, pois sempre que

havia necessidade de remanejamento de trabalhadores, elas eram as primeiras a serem convocadas. Alegavam, com isso, que a produção da horta nunca seria suficiente para abastecer os cooperados durante o ano todo.

A ciranda infantil também foi criada na fundação da COPAVA para que as mães cooperadas pudessem ter com quem deixar os filhos durante a jornada de trabalho. No início de funcionamento, a ciranda recebeu o apoio da prefeitura de Itaberá que enviou professoras para trabalhar com alunos de diferentes séries. Posteriormente, esse auxílio foi retirado, e as próprias cooperadas tiveram que se encarregar do trabalho pedagógico das crianças. Com isso, a ciranda não pôde mais funcionar como escola. Em 2010, havia duas cooperadas trabalhando nesse setor, cuidando de 45 crianças de idade entre 3 meses e 12 anos. Assim como ocorria na horta de verduras, até 2010 não havia jornada de trabalho sexta-feira nesse setor, mas se alguma mãe necessitasse deixar o filho, um acordo prévio poderia ser feito. A exemplo de outros setores, a ciranda infantil enfrentava o problema da falta de cooperados para revezamento do trabalho.

O setor de bar e padaria foi criado em 2003, na COPAVA, para prover os cooperados de pães e incrementar a renda com a sua venda no assentamento. Era um setor onde já havia trabalhado vários cooperados, mas em 2009, ele era composto por apenas três trabalhadores. A falta de trabalhadores era um problema já que, além da fabricação de vários tipos de pães, a padaria passou a aceitar a encomenda de bolos para festas. Com isso, cresceu a demanda e a necessidade de trabalhadores, mas como o trabalho era especializado, havia necessidade de realizar treinamento para que outros cooperados aprendessem o trabalho. Consequentemente, a jornada de trabalho era ininterrupta na padaria com a organização de turnos noturnos e diurnos. A falta de trabalhadores também repercutia na impossibilidade de haver ausências ao trabalho, pois nesse caso a produção seria quase que totalmente interrompida. Outro problema enfrentado pelo setor foi que a alta especialização do setor propiciou com que um cooperado deixasse à CPA para abrir a sua própria padaria em outro lugar.

O setor de máquinas e oficina mecânica era responsável pela operação e manutenção de todo o maquinário existente na COPAVA. Além do trabalho interno, os trabalhadores do setor realizavam serviços para pessoas externas à CPA. Era uma forma de adquirir renda para buscar o autofinanciamento do setor. No período de realização da pesquisa esse setor era composto por sete trabalhadores, todos homens, reconhecidamente especializados no seu trabalho. Assim como ocorria em setores especializados, a ausência ao trabalho repercutia negativamente, e deveria ser bem avaliada pelo trabalhador, sobretudo em momentos de colheita da produção, onde o uso do maquinário deveria estar no melhor estado possível.

O setor de segurança foi implantado em 1996. No período de realização da pesquisa dois trabalhadores se revezam no setor, trabalhando das 20h00 à 1h00 da manhã, e da 1h00 às 6h00. As tarefas cumpridas por esses trabalhadores eram vigiar o maquinário e toda a infraestrutura da COPAVA, e dispender atenção especial aos suínos para ver se havia alguma porca parindo. Neste caso era necessário avisar os membros do setor de suinocultura para que arrancassem os dentes dos leitões e não ferissem os mamilos das porcas. Assim como ocorria no setor de hortas de verduras, no setor de segurança seus membros eram os primeiros a serem convocados quando havia necessidade de realização de mutirão ou substituição de trabalhadores de outros setores.

Por fim, o último setor da COPAVA era o administrativo formado pela Assembléia Geral, Setores de Produção e Serviços, Conselho Deliberativo, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. A Assembléia Geral de todos os membros era o órgão máximo de decisão da CPA, cujas decisões eram tomadas em assembleias ordinárias, previstas no estatuto para ocorrerem uma vez por ano no mês de julho, e assembleias extraordinárias, convocadas sempre que necessário. Os setores de produção da COPAVA participavam do setor administrativo através da presença dos dois coordenadores de cada setor. O Conselho Deliberativo era composto por todos os primeiros coordenadores de cada setor, e na sua ausência era substituído pelo segundo coordenador. O Conselho Diretor era formado por cinco membros eleitos entre os integrantes do Conselho Deliberativo para ocupar cinco cargos: presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro e vice tesoureiro. À Assembléia Geral cabia ratificar ou não os eleitos.

O controle das horas trabalhadas era feito pelo coordenador de cada setor, que marcava em uma ficha individual o horário de entrada e saída de cada trabalhador de seu setor. Essa ficha era entregue ao secretário da cooperativa para registro e controle de cada cooperado. Em relação a benefícios, o único benefício existente era a licença-maternidade paga por três meses à mãe, que recebia pela média das horas das outras mulheres.

A renda era dividida com base na produção realizada em um ano agrícola, cuja duração era 12 meses, entre julho de um ano a julho do outro ano. No final do ano agrícola, feita a comercialização da produção, primeiramente extraia-se a quantia destinada à saldar as despesas com a produção. Havendo sobras elas eram divididas com base nas horas trabalhadas, descontadas as faltas injustificadas. Outros descontos eram aplicados, como a solicitação de adiantamento de dinheiro. O cálculo do valor da hora trabalhada era feito somando-se a quantidade de horas trabalhadas por todos os cooperados, no período de um ano, dividido pelo dinheiro que sobrou do gasto com as despesas. O cooperado só conhecia o valor da hora trabalhada nesse momento. Além da divisão em dinheiro, havia a divisão em produto, como no

caso de arroz e feijão. Da mesma forma como se calculava a divisão do dinheiro, calculava-se a divisão em produto.

Se um cooperado desejava deixar a COPAVA recebia pelo patrimônio que ajudou a construir, pago no momento em que fosse possível para a CPA realizar o pagamento, independente se é fechamento do ano agrícola ou não. Ele deveria também saldar as dívidas que eventualmente tinha realizado em nome da cooperativa. Nessa ocasião teria seu lote demarcado pelo Itesp, mas em uma área que não traria prejuízo à produção da COPAVA. Para atender a esse objetivo, a localização do lote era determinada pelo setor administrativo. No momento de realização da pesquisa na COPAVA, sete cooperados haviam deixado a cooperativa, e os lotes mais bem localizados, sobretudo em relação à proximidade com a rodovia, já haviam sido ocupados. Isso trazia um problema para os ex-cooperados que saíam da CPA, mas desejavam continuar morando na casa da agrovila, porque sua área de produção estaria cada vez mais distante, dificultando inclusive o escoamento da sua produção.

Analisando a COPAVA foram reconhecidos um conjunto de contradições, avanços e desafios relacionados à produção coletiva. As contradições estavam relacionadas à oposição entre a lógica de trabalho coletivo socialista e a lógica familiar do trabalho camponês.

Uma primeira oposição entre as famílias que discutiram a criação da COPAVA foi a restrição ao número de membros que poderiam trabalhar na CPA. Desde o princípio, os defensores da CPA defenderam a inserção de três pessoas de cada família, com base em uma estimativa da sobre a capacidade de geração de renda na cooperativa. As famílias que se opuseram, questionavam que famílias maiores seriam muito prejudicadas, porque a maioria de seus membros não seria absorvida. Isso colocava em risco a satisfação das necessidades da família, razão da lógica do trabalho do camponês (Bombardi, 2004).

Um segundo problema debatido ainda antes da criação da COPAVA foi a disparidade do acesso aos frutos do trabalho pela divisão da renda por hora trabalhada. O cargo de presidente da CPA foi apontado como um dos que mais se beneficiariam dessa forma de divisão, devido a tarefa de representação externa e busca de projetos realizadas através de viagens. Com isso, as horas trabalhadas à disposição da CPA extrapolariam exorbitantemente as horas trabalhadas pelos demais cooperados. A COPAVA, contudo, conseguiu resolver essa questão estipulando o limite de 210 horas mensais trabalhadas por cada sócio, independentemente do setor.

Com o funcionamento da COPAVA surgiu outra contradição relacionada à divisão da renda por hora trabalhada. Apesar do grande esforço físico despendido para realização de tarefas como a carpa de arroz e a colheita de feijão, o setor agrícola era o mais prejudicado no momento da divisão da renda. Isso porque o trabalho dependia das condições do tempo, e caso

os trabalhadores ficassem impedidos de trabalhar devido às más condições do tempo, não recebiam pelas horas não trabalhadas. A comparação das condições de trabalho do setor agrícola era feita sobretudo com o setor administrativo, pois os primeiros estavam submetidos a todo tipo de intempérie, enquanto os segundos estavam sempre abrigados em uma sala. Essa era uma razão para que os trabalhadores fixos desse setor fossem aposentados, pois dessa forma teriam salário para se manter. Além da tentativa de aumento da produção, essa era mais uma razão apresentada pela direção da COPAVA para mecanizar todo o setor agrícola.

Outra contradição percebida nessa CPA foi o alto custo de manutenção da infraestrutura, e a necessidade de investimentos para mantê-la competitiva. Devido a essa necessidade, no momento da divisão da renda entre os cooperados, uma porcentagem do dinheiro ficava retido pelo setor administrativo. Os membros dos outros setores alegavam que a remuneração que recebiam já era pouca, e desejavam que a porcentagem fosse sempre menor.

Outro aspecto a ser discutido relaciona-se às disputas internas sobre qual deveria ser o cultivo principal da COPAVA. Para um grupo, a soja deveria continuar tendo esse papel devido à infraestrutura da cooperativa já estar direcionada à essa produção. Para outro grupo, contudo, a pecuária leiteira deveria ocupar o lugar de *carro-chefe*, pois já havia a possibilidade de inserção da produção de leite e derivados no mercado local, diminuindo a dependência das empresas capitalistas ligadas à soja. Apesar de há anos haver essa discussão, o grupo da soja sempre predominou, deixando descontentes os outros membros da CPA. Em decorrência surgiu um sentimento de que a cooperativa era comandada por uns poucos, os patrões, enquanto os outros eram apenas empregados.

Uma contradição que jamais podia ser desconsiderada dizia respeito à necessidade de firmar contratos para a realização da produção de soja, seu cultivo principal. Como a COPAVA não possuía recursos próprios para a produção de soja, nem auxílio governamental, necessitava dos contratos com as empresas, que adiantavam todo o necessário à produção e receberiam o investimento em sacas de soja. Pelos termos dos contratos, todo e qualquer prejuízo com a produção era responsabilidade da CPA. As empresas, portanto, se isentavam de todo risco de perda. Além disso, a autonomia de comercializar a sua própria produção era mínima, por estar atrelada a produção que restasse após o cumprimento do contrato. Desse modo, a cooperativa precisava permanentemente pensar formas de aumentar a produção. A diversificação da produção era uma delas, como forma minimizar a dependência das empresas. Contudo, a pressão sobre os cooperados aumentava, com o remanejamento de setores, assim como o controle das horas trabalhadas.

Um último aspecto importante sobre as contradições na COPAVA relaciona-se a sua busca de inserção competitiva no mercado. Como mencionamos, na busca de diminuir a dependência da soja, a CPA preparava-se para aumentar a produção de cana-de-açúcar para fabricação de açúcar, cachaça artesanal e álcool combustível. Contudo o aumento da área plantada de cana iria ocupar as áreas cultivadas com arroz e feijão. Com isso, diminuiria a área plantada com alimentos para os cooperados, aumentando a dependência dos resultados da comercialização da produção da cana e da soja para comprá-los no mercado. Consequentemente, se houvesse perda da produção voltada para a comercialização, o alimento básico dos cooperados não estaria mais garantido.

3.5.3 Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI)

A COPAVI localiza-se no Assentamento Santa Maria, município de Paranacity, noroeste do estado do Paraná. As lutas por terra nessa região remontam a meados do século XIX, e foram intensificadas na década de 1940 e 1950 devido ao aumento da concentração da terra e a consequente expropriação de grande parte da população do Paraná (Camargo, 2010).

De acordo com a autora, a ocupação no assentamento Maria, onde está localizada a COPAVI iniciou-se em 19 de janeiro de 1993, por um grupo de 16 famílias do MST. O proprietário da fazenda, Michel Sayão, havia arrendado a área ilegalmente para a Usina Santa Terezinha, pertencente ao Grupo Usaçúcar, pois a fazenda Santa Maria já havia sido classificada como improdutiva e desapropriada para fins de reforma agrária, no ano de 1988. Ao ocupar a fazenda, o MST tinha a perspectiva de colocar em prática a coletivização. Há que se considerar que em 1993, ano de fundação da COPAVI e da COPAVA, o MST estava realizando importantes reflexões sobre a necessidade de cooperação agrícola para o apoio da luta na terra, com a publicação de cartilhas e cadernos de formação com o objetivo de disseminar as ideias de cooperação entre acampados e assentados¹⁰⁴.

A luta pela fazenda Santa Maria, portanto, já tinha como objetivo a implantação de uma CPA no assentamento para servir de modelo de viabilidade da cooperação agrícola e da coletivização da produção. As famílias que se organizaram para lutar pela terra foram identificadas pela coordenação regional e estadual do MST, no Paraná, como predispostas ao

¹⁰⁴ Como exemplo, podem ser citados, o Caderno de Cooperação Agrícola Nº 01 – Uma concepção de Desenvolvimento Rural (1993); o Caderno de Cooperação Agrícola Nº 02 – Orientações jurídicas e contábeis sobre o funcionamento das CPAs - Alguns Elementos (1993); e o Caderno de Formação Nº 20 – A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (1993).

trabalho coletivo. Com o funcionamento e efetivação da CPA, contudo, houve famílias que desistiram do trabalho na CPA, preferindo o retorno à luta pela terra em outros lugares, buscando outra forma de organizar sua vida e seu trabalho (Camargo, 2010).

Como preparação para a implantação da CPA, em maio de 1993, um ano antes da conquista da terra, as famílias acampadas aprovaram em assembleia o Estatuto Interno da CPA, e em outubro do mesmo ano definiram o Regimento Interno com a aprovação do nome “Vitória” para a futura CPA. Até hoje os dois documentos são a principal referência de organização e comercialização no assentamento. Entre suas resoluções constava os seguintes objetivos:

CAPÍTULO I – DA EMPRESA

Art. 3º - A COPAVI tem por objetivo:

Ser uma Cooperativa de Produção, Comercialização e Industrialização em vista de organizar o trabalho de seus sócios.

Liberar mão-de-obra para contribuir no M.S.T e seus setores de organização;

Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social;

Dar exemplo através dos resultados econômicos e social de que a reforma agrária dá certo;

Especialização de mão-de-obra;

Garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através de gestão democrática (Camargo, 2010, p. 112).

O Estatuto Interno e o Regimento Interno norteavam os princípios que iriam reger a CPA, estabelecendo a cooperação nos seguintes moldes:

[A COPAVI] passa a estabelecer para si a cooperação em todos os níveis da produção, desde a obtenção de créditos e financiamentos e compra de insumos externos, passando pela produção, até a comercialização. Para além das atividades produtivas, ao coletivizar o uso da terra e dos recursos locais, a COPAVI tem também na cooperação a base para o relacionamento entre os assentados (Camargo, 2010, p. 113).

De acordo com a autora, com a desapropriação da fazenda Santa Maria pelo INCRA, o MST deu início à coletivização no assentamento em todos os níveis. A concessão de uso da terra permaneceu em nome do indivíduo, mas ficou sob controle da cooperativa, assim como todos os investimentos; a produção foi planejada por setores, e as moradias organizadas em

agrovila com duas ruas que reúnem todas as residências. Cada rua ou linha de casas configura um núcleo de família, cuja finalidade é propiciar um diálogo mais efetivo em grupos menores. Como os lotes não foram demarcados, o único espaço individual é uma área de 450m destinada à casa e ao jardim dos cooperados, cuja propriedade, contudo, é mantida em nome da cooperativa.

A COPAVI é organizada através de uma estrutura hierárquica, e na busca de realizar a transição para a produção agroecológica, vem a cada vez mais implantando a setorização da produção. Há divisão de tarefas entre supervisores, coordenadores, planejadores e executores. A gestão é feita por um conselho formado pela diretoria, presidente, secretário, tesoureiro e coordenadores dos grupos de famílias. A Assembleia Geral é o órgão máximo de decisão. Abaixo dela está o Conselho Fiscal com a responsabilidade de fiscalizar o Setor Financeiro, formado por três membros efetivos e seus suplentes eleitos pela assembleia geral por três anos (Camargo, 2010).

De acordo com a autora, o setor executivo é formado por três coordenações (apoio, comercial e produção) e um gerente financeiro. O setor de coordenação de apoio é responsável pelo refeitório, contabilidade, secretaria, construção e manutenção, e conta com dois trabalhadores. O setor de coordenação comercial é responsável pela comercialização da produção com o mercado e a contabilidade dos alimentos produzido na CPA e consumidos pelos membros da cooperativa. Esse setor também auxilia na comercialização da produção de outros assentamentos, e também adquire produtos de outros assentamentos para abastecer o refeitório da COPAVI, tais como legumes, raízes, cebola, batata, frutas, café, geleia e erva-mate.

A comercialização da produção da COPAVI é realizada com base em sete estratégias diferentes, divididas em mercado varejista, vendas esporádicas e mercado atacadista. O mercado varejista abrange as vendas em feiras livres semanais e em “porta a porta”, visando atender diretamente os consumidores. As vendas esporádicas ocorrem em feiras de eventos destinados à produção da agricultura familiar e agroecológicos, além de lojas de produtos naturais, lojas do MST, entre outros. O mercado atacadista abrange convênios com instituições públicas, via contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), cujo destino é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mercados e supermercados locais, além da exportação de cachaça e açúcar mascavo para a Espanha e França. Em 2005, via PAA, a COPAVI comercializou o equivalente a R\$55.000,00, o que representou uma diminuição da dependência da venda dos derivados da cana-de-açúcar:

No caso da COPAVI, a receita obtida pelo PAA é bastante representativa, principalmente quanto aos derivados da cana-de-açúcar. Neste sentido, a Cooperativa tem se organizado de modo a não se tornar dependente desta estratégia de comercialização. Esse canal é visto com expectativas pelos assentados. No entanto, eles manifestaram que estão cientes da instabilidade desse tipo de programa, e por isso precisam manter as diferentes estratégias (Camargo, 2010, p. 159).

O setor de produção é responsável pelas equipes de produção, as quais são divididas em horta e autoconsumo, leite e derivados, cana-de-açúcar e derivados, padaria e refeitório. Cada um dos departamentos do setor de produção é dividido por atividades, e possui um coordenador, cuja função é manter o bom funcionamento do setor e controlar as horas trabalhadas dos trabalhadores do seu setor (Camargo, 2010).

O setor de horta e consumo ocupa uma área de 2 hectares, metade da qual ocupada com a construção da granja, do chiqueiro e do abatedouro de bovinos, aves e suínos. Tanto as aves quanto os suínos são produzidos exclusivamente para o consumo dos cooperados, pois a sua comercialização foi suspensa por não estar adequada às normas sanitárias para o funcionamento do abatedouro. A criação de aves prevê uma produção de 4,1 mil quilos de carne para abastecimento das 23 famílias no refeitório. A horta ocupa 1 hectare de área, onde são cultivados legumes e verduras, dentre as quais cenoura, jiló, beterraba, almeirão, abóbora, repolho, quiabo, melancia, amendoim, milho, mandioca, girassol, alface, rúcula, agrião, salsão, cebolinha, salsinha, cebolinha, hortelã, acelga, repolho, mostarda, nabo, rabanete, pimentão, cuja produção anual estimada é de 60 mil unidades totais (Camargo, 2010).

Segundo Camargo (2010), o setor de cana-de-açúcar e derivados foi um dos primeiros setores que se consolidou dentro da cooperativa. A sua produção divide-se entre a usina, e o alambique, onde se produzem os derivados da cana, tais como o açúcar mascavo, o melado, a rapadura e a cachaça. A produção de cachaça iniciou-se em 1997, mas no ano 2000 o alambique foi desativado por dificuldades de obtenção do registro de comercialização. Em 2002, a COPAVI reiniciou a produção de cachaça, reformou o alambique, aprimorando a estrutura de produção e armazenamento. Em 2004 e 2005 obteve dois registros e passou a comercializar a cachaça *Camponeses* e *Liberção*. Em 2005, vendeu o primeiro lote à Espanha, e posteriormente à França, e embora haja muitas dificuldades para a inserção nesse mercado, o preço pago pelo produto acaba sendo até 4 vezes maior do que aquele praticado no Brasil. A produção de cachaça, no entanto, exige o aumento da produção de cana-de-açúcar e derivados. A COPAVI não possui nem força de trabalho suficiente nem toda a infraestrutura necessária, como a moenda que possui capacidade de processamento inferior à disponibilidade de matéria-

prima. Além disso, o aumento da produção exige novos investimentos e a reordenação espacial de todo o assentamento, que implicaria no aumento da área de produção de cana e na diminuição de outros cultivos. Em decorrência, a COPAVI passou a comprar cana-de-açúcar de pequenos produtores da região que, no entanto, não possuem certificação de produção agroecológica, o que pode ameaçar a comercialização com os países da Europa. Em 2006, o setor da cana apresentava a seguinte produção anual: 140 mil quilos de açúcar mascavo, 18 mil quilos de melado, 10 mil quilos de rapadura e 15 mil litros de cachaça (Camargo, 2010).

Segundo a autora, o setor de leite e derivados é considerado o principal setor da COPAVI pelo aporte diário de recursos, com a venda de leite pasteurizado e ensacado automaticamente, sendo a atividade que ocupa a maior extensão de área do assentamento. Na busca de adaptar-se às práticas agroecológicas para agregar maior valor ao leite, diminuindo-se o uso de insumos e agrotóxicos, desde 1999 registra-se a diminuição da produtividade por vaca. A COPAVI passou então a comprar leite de produtores vizinhos. Considerando os dados de 2006, o rebanho era formado por 200 cabeças de gado, e uma produção por cabeça de 9 litros de leite diários, 160 mil litros de leite industrializado e ensacado. Para a produção de leite, a cooperativa conta com uma ampla estrutura e equipamentos, tais como tratores, máquinas de produção de forragem, galpão, unidade de beneficiamento do leite e automação do ensacamento. O leite dessa CPA foi classificado como tipo A pela Universidade Federal de Londrina (UEL), contudo é vendido como tipo “B”, e é taxado como tipo “C” para atender à população local de baixa renda. Isso significa que o leite é vendido por um preço menor do que realmente vale.

A partir da produção do leite, a COPAVI produz e comercializa derivados, tais como iogurte, queijo branco e doce de leite, com uma produção para o ano de 2006 de 7 mil litros de iogurte, 2 mil litros de doce de leite e 1,5 mil quilos de queijo. Desse modo, a produção desse setor, apesar de não ter alcançado a meta da cooperativa, era considerada a de retorno de renda mais seguro pelos cooperados (Camargo, 2010).

De acordo com a autora, o setor de Padaria e Refeitório existe desde a fase do acampamento já que na cozinha comunitária eram produzidos pães para alimentar as famílias acampadas. Com a conquista da fazenda, essa produção tornou-se permanente no refeitório coletivo, com a fabricação de pães para o café da manhã e almoço. A partir de 1996, os cooperados passaram a produzir as “cucas” – pão caseiro com recheio doce - e gradativamente a padaria foi crescendo em importância. Com o crescimento da comercialização dos pães, a Padaria deixou de pertencer ao Setor de Horta e Consumo e passou a compor um setor próprio. No ano de 2006, foram produzidas 24 mil unidades, entre pães, bolachas eucas.

Com essa estrutura em setores, a COPAVI busca cada vez mais a especialização do trabalho, com objetivo de aumentar a sua produtividade. Contudo a centralização do conhecimento em cada atividade é considerada inadequada, já que há membros pertencentes ao MST que precisam ausentar-se do trabalho para representação do movimento. Em momentos de maior demanda de trabalho pode haver remanejamento de trabalhadores de um setor para outro (Camargo, 2010). De acordo com a autora, a decisão sobre a produção, a organização do trabalho e a jornada de trabalho, são a cada vez mais determinada pelas condições do mercado, e a produção de derivados da cana-de-açúcar é um exemplo.

A partir do primeiro lote de exportação da *Cachaça Camponeses* para a Espanha, em 2005, o setor de cana-de-açúcar e derivados foi reorganizado, com o remanejamento de trabalhadores de outros setores, contratação de boias-frias e expansão da área cultivada de cana. A maior possibilidade de escolha de setor de trabalho ocorreu no momento de fundação da COPAVI, quando a cooperativa ainda estava se estruturando. Os novos membros foram encaminhados para setores onde havia maior necessidade de força de trabalho. Após um tempo, houve consentimento para que mudassem de atividade, desde que se caracterizassem totalmente inaptos para a função, ou se um membro mais antigo do setor pretendido o deixasse, restando uma vaga. Tal situação culminou com a especialização das tarefas, que se por um lado contribuiu para o aumento da produtividade, por outro, acarretou problemas:

Segundo a lógica da COPAVI, a especialização contribui para o aumento da produtividade por um lado, porém pode prejudicar por outro, dada a concentração do conhecimento em determinados sócios, pois podem vir a falecer ou sair da cooperativa, como já ocorreu anteriormente (Camargo, 2010, p. 150).

Na COPAVI o trabalho se inicia às 7 da manhã e termina às 19h00. Dentro desse período, é obrigatório o cumprimento de uma jornada de trabalho de 8 horas diárias. Para os que iniciam o trabalho mais cedo ou terminam mais tarde, é acrescido 50% do valor da hora normal. Dependendo da atividade, há trabalho nos finais de semana, como nas atividades ligadas à criação de animais e manutenção do assentamento. A idade mínima para associar-se é 14 anos, tanto para homens quanto para mulheres. Porém, até que o trabalhador complete 16 anos, sua carga horária máxima de trabalho são 100 horas mensais. Aos 18 anos os cooperados podem solicitar sua participação na Assembleia Geral. Em relação aos direitos trabalhistas, o regimento interno assegura 30 dias de férias por ano, as quais, porém não são remuneradas. A licença-maternidade é de sete meses para as mulheres, e os homens têm 5 dias de descanso quando nasce um filho. A aceitação de novos cooperados está atrelada a uma vivência prévia

de quatro meses na cooperativa. Após esse período, a Assembleia Geral decidirá sobre a permanência ou não da família. Em caso de aceitação, a família ou o novo cooperado deve pagar o valor de R\$130,00 para a COPAVI (Camargo, 2010).

Na COPAVI, a divisão dos frutos do trabalho é realizada mensalmente, com base nas horas trabalhadas, e não leva em consideração a tarefa executada. O cálculo é feito com base nas horas trabalhadas de cada cooperado, subtraídos a utilização de itens como o gás de cozinha, as refeições no refeitório coletivo, e o consumo de produtos produzidos na cooperativa. O valor integral do pagamento, contudo, dificilmente é atingido, como pode ser visto a seguir:

Durante o campo, foi possível verificar casos em que havia apenas um membro, de uma família com sete, recebendo o valor/hora integral resultante de seu trabalho. Como saída para poder obter um rendimento que suprisse suas necessidades, este único membro da família buscava estar sempre disponível para trabalhar além do horário padrão (Camargo, 2010, p. 116).

A divisão dos frutos do trabalho por hora trabalhada gerava conflitos e era questionada por membros da COPAVI. Um questionamento relacionava-se ao fato de que o pagamento por horas trabalhadas não levava em consideração a produção, a dedicação e o esforço de cada trabalhador. Havia trabalhadores que sentiam trabalhar por “dois”, enquanto achavam que os outros não trabalhavam por nenhum, e não demonstravam interesse pela CPA (Camargo, 2010).

De acordo com a autora, há diversas outras tensões no interior da COPAVI. Uma delas está relacionada às ausências no trabalho. Quando um sócio recebe visita não pertencente ao assentamento, o regimento interno determina que ele poderá ter folga de um dia inteiro de sua jornada de trabalho, mais duas folgas em outros dois dias de metade da sua jornada. Quando esse tempo é extrapolado, prejudica-se o andamento do trabalho já que ele é dividido por setores. As ausências ao trabalho por motivo de saúde devem ser justificadas mediante atestado médico. O tempo dedicado ao trabalho é o único valorizado pela CPA, porque entende-se que o maior tempo dedicado à produção possibilita maiores conquistas econômicas. A prioridade do trabalho pode ser atestada pela decisão da cooperativa de investir o mínimo em lazer e moradia, e o máximo na produção. Para funcionar, portanto, a CPA exige uma grande dedicação ao trabalho. Houve cooperados que deixaram por quase não possuírem tempo-livre para a convivência familiar, criar os filhos, lazer.

Por norma do Regimento Interno, quando um cooperado decide deixar a COPAVI, não tem direito nem a uma parcela de terra, nem a permanecer na agrovila da cooperativa. Ele deve deixar o assentamento (Camargo, 2010). De acordo com a autora, no período em que realizou

a pesquisa, de 2004 a 2010, haviam 23 famílias na COPAVI, somando 77 pessoas, das quais apenas 9 famílias estavam desde o momento do acampamento. Essa situação gerava uma relação de empregado-patrão, já que 14 famílias mantinham sobretudo vínculos empregatícios com a CPA, sem voz ativa nas assembleias:

Há cooperados que não se sentem “voz ativa” na cooperativa, capazes de ter as suas propostas de ação acatadas, ou mesmo de sentir sua opinião sendo ouvida ou considerada pelos demais ali presentes (Camargo, 2010, p. 120)

De acordo com a autora, mesmo os espaços destinados ao diálogo entre os cooperados, como as reuniões de setor, as reuniões dos grupos de famílias, e as assembleias não garantiam a participação de todos. Havia um sentimento de opressão por parte daqueles que se sentiam leigos, e não detinham embasamento para falar e opinar. Como forma de resolução dos conflitos, alguns membros da CPA apontavam para a necessidade de formação político-ideológica, como forma de resolver o conflito entre o desejo individual, como o “meu pedaço de terra”, considerado capitalista, e a perspectiva socialista de trabalho e produção.

Outro ponto identificado pela pesquisadora foi a desconfiança com relação à estrutura organizativa e o questionamento sobre a falta de transparência de alguns setores, como no caso do setor de coordenador de apoio, que não conseguia traduzir em uma linguagem acessível as medidas relacionadas à gestão financeira. O setor financeiro também era alvo de desconfianças por falta de transparência, e o esclarecimento dessas dúvidas poderia melhorar as relações internas e aumentar o sentimento de pertença à CPA.

No item a seguir buscaremos realizar uma análise de conjunto considerando os cinco casos de produção coletiva implantados pelo MST.

3.6 Contradições da Produção Coletiva do MST

Com os cinco casos de produção coletiva apresentados (núcleos coletivos do Assentamento Mártires de Abril, núcleos coletivos do Assentamento Palmares II, Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares dos Santos (COPAJOTA), Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida (COPAVA) e Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), buscamos agora realizar uma análise de conjunto das contradições, desafios e avanços obtidos na tentativa de implantação e consolidação do modelo socialista de produção coletiva implantado pelo MST.

Uma primeira questão a ser considerada é a forma como as famílias acampadas foram reunidas para participar da organização da produção coletiva do MST. Em se tratando do assentamento Palmares II, há que se considerar que em 1994, ano de ocupação da Fazenda Rio Branco, local onde seria implantado este assentamento, o MST já estava experimentando a produção coletiva através da implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), em assentamentos da região Sul e Sudeste do Brasil. E essas cooperativas já enfrentavam problemas desde 1993 (Fabrini, 2002). De qualquer maneira, o paradigma seguido pelo movimento era a produção coletiva, com base na perspectiva da superioridade dessa forma de produção em detrimento da produção camponesa (MST, 2008).

O assentamento Palmares II está localizado no sudeste do estado do Pará, em uma área de lutas históricas de posseiros pela terra na região, com estratégias próprias de ação (Terence, 2013). Somava-se aos posseiros o enorme contingente migratório vindo para a implantação de infraestrutura para viabilização de grandes projetos hidrelétricos, mineradores e agropecuários na região (Ulisses Manaças, informação oral, outubro de 2012). Com isso foi possível realizar um acampamento com 2500 famílias. Essas famílias, contudo, tinham uma perspectiva diferente do MST em relação a forma de organização da propriedade e do trabalho agrícola. Tanto é que o movimento já havia tido que se retirar de outras ocupações pelo estranhamento das suas estratégias de ação, como ocorreu na ocupação da fazenda Canarara, em 1990, também localizada no sul do Pará. De acordo com Terence (2013), ao tentar interferir na ocupação dos posseiros, propondo justamente a produção coletiva, o MST foi perdendo força e apoio, e teve que se retirar da fazenda. Esse episódio é apontado como fundamental para a retirada do MST de Conceição do Araguaia e a transferência da Secretaria do movimento para Marabá, em 1991.

A organização do acampamento que iria formar o assentamento Palmares II, três anos após a sua retirada da ocupação da fazenda Canarana, faz parte da estratégia de territorialização do movimento no estado do Pará, e na região norte do Brasil, e da difusão de sua perspectiva socialista de organização da produção agrícola, tendo como referência as CPAs implantadas no sul e sudeste do Brasil (Jorge Neri, entrevista realizada em dezembro de 2012).

De acordo com o relato de Neri, a organização coletiva no acampamento, com a divisão das tarefas e o acesso igualitário aos frutos da produção para autoconsumo foi primordial para a conquista da terra, pela possibilidade de organização da ação e suprimento das necessidades básicas de todos. Contudo, com a criação do assentamento os embates em torno da produção coletiva foram surgindo. De acordo com Jorge Neri (informação oral), a demora em demarcar os lotes foi um deles, pois uma parte das famílias tinham na sua perspectiva a construção da moradia no lote e não na agrovila, como desejava o MST. Com

isso, não era possível determinar onde estaria situada a produção coletiva, ficando a sua definição para cada ano. Foi possível perceber que as famílias não tinham exato conhecimento de que iriam participar de uma forma de produção agrícola distinta da sua perspectiva, pois o MST teve de impor que só os assentados que participassem de alguma forma de cooperação poderiam permanecer no assentamento, conforme mostramos no item que tratou do assentamento Palmares II.

Essa organização por núcleos de família exigido pelo MST corroborou com a exigência do Banco do Brasil da assinatura em grupos para a liberação de créditos do Pronaf. Contudo, tal situação serviu para ocultar a verdadeira situação da coletivização no assentamento, pois núcleos de família que se autodeclaravam coletivos, de fato não se organizavam nessa lógica (Monteiro, 2004). De acordo com o autor, a sua pesquisa de campo mostrou que, em 2004, dos 42 núcleos de família registrados na Associação de Produção e Comercialização do Projeto de Assentamento Palmares II (Aprocpa), somente 38 realmente existiam. E desses havia uma porcentagem que se organizava em grupos semicoletivos, com apenas uma parte da produção coletivizada, enquanto outra parte dos que se declaravam núcleos coletivos já se organizava totalmente na lógica camponesa de trabalho familiar no lote.

A falta de esclarecimento real de que iriam participar de uma lógica de produção alheia à sua perspectiva de relação de produção e propriedade ocorreu também com os acampados do assentamento Mártires de Abril. O MST realizou o trabalho de base na periferia de Belém, reunindo famílias compostas de proletários, aos quais se juntaram famílias de camponeses expropriados, e com a entrada na fazenda Taba, alguns de seus trabalhadores agrícolas (Abe, 2004). Assim como no assentamento Palmares II, no Mártires de Abril, desde o acampamento o MST introduziu a organização preparatória para implantar a coletivização no assentamento, com a organização de grupos para a realização das tarefas, a formação de setores de negociação, segurança, produção, a eleição de coordenadores de setores, a divisão dos frutos do trabalho de maneira igual entre os acampados, a discussão dos problemas realizada em reuniões de grupo e assembléias. De acordo com o relato de assentados no Mártires de Abril, essa organização foi fundamental para a luta de resistência durante o período de acampamento.

Com a conquista do assentamento, contudo, começaram os embates em torno da organização da produção coletiva. Nesse momento, começou a evidenciar-se a oposição entre a perspectiva socialista de organização da produção coletiva, do MST, e a perspectiva do trabalho autônomo dos assentados. Um dos primeiros pontos de divergência foi o local da construção das moradias. A perspectiva dos assentados era a construção da moradia no lote de produção, mas a diretriz do MST era a construção da agrovila para implantação da

coletivização. Conforme relato dos assentados, desde a entrada na fazenda havia a desconfiança de que não poderiam construir a moradia no lote, ao que, em reuniões, não era esclarecido pelo MST. Contudo, a liberação do crédito-habitação não permitiu a continuidade da dúvida, e o embate entre as famílias e a militância do MST intensificou-se. Ao final, das 91 famílias assentadas, 73 construíram a casa na agrovila, e 18 enfrentando o movimento, construíram a moradia no lote, como mencionamos. Posteriormente, com a crise de produção vivida pelos assentados e a saída da agrovila, essas moradias tornaram-se um dos principais problemas do assentamento, levando inclusive à sua descaracterização.

Em se tratando das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) estudadas, o MST adotou a mesma diretriz na organização do acampamento visando a produção coletiva. Foram formados grupos para o cultivo de alimentos para autoconsumo, cuja divisão era realizada igualmente entre os acampados, foram criadas comissões para a divisão das tarefas, tais como segurança, negociação e organização, foram eleitos coordenadores e a tomada de decisões era realizada em assembléias (Thomaz, 2010; Simonetti, 1999). Em ambos os casos, houve discussões internas para a fundação da CPA, com desistências das famílias que não concordavam com a produção coletiva. Desse modo, assim como ocorreu nos núcleos de família dos dois assentamentos no Pará, as famílias acampadas tinham uma perspectiva distinta do MST com relação à organização do trabalho agrícola, mas diferentemente do que se passou nesses núcleos, no momento da criação da CPA tiveram margem um pouco maior de discussão com as lideranças do movimento, indicando inclusive contradições que vislumbravam sobre a produção coletiva para não ingressarem na CPA ou posteriormente desistirem dela (Thomaz, 2010; Simonetti, 1999).

Na COPAVI, a preparação feita no acampamento para a produção coletiva foi mais aprofundada do que nas outras duas CPAs, pois além dessa organização embrionária para a coletivização, os acampados um ano antes da conquista da terra, já aprovaram em assembléia o Estatuto Interno e o Regimento Interno da futura CPA. Quando da conquista da terra, as famílias já sabiam que iriam participar de um assentamento de produção coletiva, e que a sua permanência no assentamento estaria condicionada ao seu trabalho na CPA (Camargo, 2010).

Uma primeira ponderação a ser feita sobre a produção coletiva do MST, portanto, é a necessária transparência e esclarecimento das famílias acampadas de que no assentamento elas participarão de uma forma de organização da produção totalmente diferente da sua perspectiva. E essa forma de produção agrícola implica em um conjunto de regras pré-definidas, como a construção da moradia na agrovila, a organização do trabalho por setores, a divisão da renda obedecendo a certos princípios, como as horas trabalhadas, e/ou a produtividade do trabalho, a

existência de coordenação para os setores, controlando as horas trabalhadas, entre outros aspectos. Enfim, não se deve haver dúvida de que o assentamento não será organizado com base no sonho do acampado de realização do seu trabalho o mais autônomo possível, mas na perspectiva dos dirigentes do MST de implantação de formas de trabalho socialistas para a superação do capitalismo.

Os casos estudados mostraram, contudo, que no acampamento havia uma formação para o socialismo através do estudo do sistema cooperativista do MST, realizado com a veiculação das publicações sobre a cooperação agrícola. Em algumas CPAs, como no caso da COPAJOTA e da COPAVA, antes da sua criação, foi realizado o Laboratório Experimental de Campo, baseado nas idéias de Clodomir Santos de Moraes, como forma de vivência da estrutura e organização de uma empresa cooperativa (Simonetti, 1999; Thomaz, 2010). A prática do Laboratório, contudo, só durou até 1992, e os seus 35 dias de realização não cobririam a resolução de vários problemas surgidos com a CPA em funcionamento (Thomaz, 2010).

A formação para a produção coletiva, portanto, era insuficiente e utilizada de maneira doutrinária, pois como mostrou Jorge Neri, até os militantes encarregados de ensinar aos outros tinham muitas dúvidas sobre o que realmente era a produção coletiva. Além disso, a militância não possuía conhecimento real do que se passava nas CPAs cubanas, referência fundamental para a coletivização do MST. Pois, quando Jorge Neri viajou à Cuba, ficou surpreso ao se deparar com as diferenças entre a produção coletiva cubana, e a que seu núcleo de família realizava no assentamento.

Quanto a isso deve ser feita uma ponderação. Por um lado, deve ser feito o esclarecimento das famílias acampadas sobre as diretrizes às quais estarão sujeitas nos assentamentos coletivos. De outro, das famílias que optarem por essa forma, há que ser feita formação real sobre o que ocorre com a produção coletiva nos países socialistas que a implantaram. Se a referência de base é Cuba, é necessário o conhecimento real do que se passa com a coletivização nesse país. Pois, como vimos discutindo nessa pesquisa, as Cooperativas de Produção Agrícolas em Cuba defrontaram-se com muitos problemas, e seu número está em queda desde o ano de 1990, como efeito da crise desencadeada pela queda do bloco soviético e a entrada de Cuba no Período Especial (ver Tabela 7).

A construção da agrovila é outro aspecto importante a ser discutido com relação à produção coletiva. Como vimos, o MST (2008), elegeu a agrovila como condição para a coletivização, por possibilitar a reunião das moradias em um núcleo populacional, facilitando o acesso à infraestrutura, e liberando maior área para as atividades produtivas. Realmente, essas condições permitem o funcionamento de uma CPA, como é o caso da COPAVA e da COPAVI

(Thomaz, 2010; Camargo, 2010). Mas há que se considerar a possibilidade de acesso diário das moradias, às áreas produtivas. No caso da COPAVA, o transporte dos trabalhadores era feito em tratores e em carros da cooperativa (Thomaz, 2010). Contudo, no caso dos núcleos de família do assentamento Mártires de Abril o deslocamento diário até as áreas produtivas tinha que ser percorrido a pé, pois os assentados não possuíam transporte próprio. Além disso, até o momento da pesquisa, em dezembro de 2012, não havia transporte público percorrendo o interior do assentamento. Com isso, a chegada às áreas de produção era feita com muita dificuldade, e no período das chuvas amazônicas, chegava a ser impossibilitada. Esse foi um dos motivos para os assentados moradores da agrovila irem deixando de produzir nessas áreas, perdendo o controle sobre elas. Tais áreas foram posteriormente ocupadas por outros grupos, e em dezembro de 2012, já não mais pertenciam aos assentados do Mártires de Abril. Esse caso é um exemplo de que a organização da agrovila não deve ser uma medida inflexível ou à priori as reais condições de produção dos assentados.

Também em relação à moradia na agrovila há que se considerar qual será a resolução caso o membro do núcleo coletivo ou da CPA deseje deixar essa forma de produção, e ter demarcado o seu lote. No caso da COPAVA, os membros que saíssem teriam que negociar com a direção da CPA a localização do seu lote. Este não poderia ser demarcado de modo que prejudicasse a área de produção da COPAVA. Consequentemente, os lotes se localizavam em áreas distantes e com acesso mais precário à infraestrutura (Thomaz, 2010). No caso da COPAVI, os membros que a deixavam não tinham direito sequer de permanecer na área do assentamento (Camargo, 2010). Do mesmo modo, foi essa a norma no Assentamento Palmares durante um período (Jorge Neri, informação oral, dezembro de 2012), e do Assentamento Palmares II (Abe, 2004). Por ser um aspecto decisivo na vida de um assentado, ele deve ser totalmente esclarecido antes do seu ingresso em alguma forma de produção coletiva, pois pode implicar em uma transformação radical nas relações de propriedade no interior do assentamento.

Ainda sobre a agrovila, a construção das moradias reunidas é uma forma de liberar maior área para a produção e implantação de infraestrutura que possibilite o estabelecimento de agroindústrias que agreguem valor às matérias-primas produzidas nos assentamentos coletivos (MST, 2008). A infraestrutura, portanto, é parte fundamental da produção coletiva, contudo, o exemplo do assentamento Palmares II foi fundamental para pensar a inversão de prioridades, ou seja, pensar a infraestrutura para beneficiar a produção, sem antes pensar se haveria produção. Os assentados obtiveram um crédito no valor de 3 milhões para beneficiar a produção, mas nem haviam definido a área em que iriam produzir. Além disso, as próprias

condições ambientais da fazenda, degradada em no mínimo 70% pelas pastagens, dificultavam a produção. Com isso, todo o investimento virou sucata, como relatou Jorge Neri, e os assentados permaneceram com a dívida milionária junto ao Banco do Brasil. Algo semelhante se passou com os assentados do Mártires de Abril, pois obtiveram crédito para a produção, se bem que em um valor bem menor do que no Palmares II, ou seja, R\$11.000,00 por família, adquiriram infraestrutura para beneficiar a produção, mas também não conseguiram produzir. As dificuldades com a produção coletiva se somaram as das condições ambientais degradadas da fazenda¹⁰⁵. Ficaram endividados, e até o momento de realização dessa pesquisa, encontravam-se inadimplentes com o Banco do Brasil, impossibilitados de contrair novos créditos (informação oral dos assentados do Mártires de Abril, novembro de 2012). Os exemplos desses núcleos coletivos mostram que a prioridade na implantação da produção coletiva é o planejamento da produção. E preciso saber se haverá produção, e, principalmente, se haverá quem realize a produção, e só então pensar a infraestrutura para beneficiá-la. Além disso, a infraestrutura de beneficiamento deve estar adequada a essa produção. Pois, como ponderou Jorge Neri (dezembro de 2012), com o tempo eles foram aprendendo que não era bom ter grandes estruturas.

Em relação às dívidas contraídas para investimentos, se passou o mesmo com os núcleos coletivos dos assentamentos do Pará, e com a COPAJOTA. De acordo com Simonetti (1999), divergências internas não superadas causou uma cisão importante, acarretando a saída de uma parte dos sócios. Ao deixar a cooperativa, eles deixaram não só os investimentos que haviam realizado, mas também as dívidas feitas coletivamente. Como a COPAJOTA vendia sua produção à intermediários, sua situação econômica foi se agravando. Avaliando sua situação financeira, em 1999 os últimos membros que haviam permanecido, decidiram pela dissolução da CPA, vendendo uma parte das estruturas para saldar uma parte das dívidas.

A comercialização, portanto, é outro aspecto a ser destacado com relação à produção coletiva. Na perspectiva do MST (2008), a coletivização possibilitaria o aumento da produção, a agregação de valor através das agroindústrias instaladas nos assentamentos, e a possibilidade de concorrência no mercado. Essa é a perspectiva marxista-leninista de superioridade da grande unidade produtiva em detrimento da pequena produção camponesa (Lenin, 1982). No caso dos núcleos de família dos assentamentos do Pará, sobretudo no Palmares II, onde a produção de

¹⁰⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre as dificuldades reais que os assentados enfrentam com a produção e a consequente evasão dos assentamentos, no sul do Pará, ver TERENCE, M. F. *Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana*. 2013. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

galinhas caipiras chegou aos mercados locais de Parauapebas, a concorrência com empresas que comercializavam frango congelado não foi possível (Jorge Neri, informação oral, dezembro de 2012). Em virtude das dificuldades de produção, ou seja, as condições ambientais degradadas do assentamento, a instabilidade de localização das áreas de produção, a inexistência e posterior precariedade da infraestrutura de estradas que ligassem os lotes entre si, e possibilitassem o escoamento para o exterior do assentamento, os gastos com transporte até o mercado, os altos custos da ração¹⁰⁶ para os animais, a insuficiência de trabalhadores no núcleo coletivo, agravada pela liberação de militantes do núcleo para trabalhar em outras instâncias do MST, elevaram o custo da produção dos assentados. Com isso, quando a produção do núcleo Filhos da Terra chegou ao mercado, o preço da mercadoria das empresas, desbancou a produção dos assentados.

Nas CPAs em funcionamento, como a COPAVA e a COPAVI a comercialização da produção tomou rumos diferentes. A COPAVA possuía uma venda menor realizada dentro da cooperativa de porcos, verduras e legumes, e a venda de pães e bolos realizada dentro do assentamento. Mas a maior parte da sua comercialização era realizada através de contratos com empresas capitalistas que viabilizavam a produção da soja, seu cultivo principal. Somente depois que essa dívida era saldada com a empresa, é que os membros da CPA podiam dispor mais livremente da comercialização do excedente. O excedente era geralmente comercializado com a mesma empresa, mas por um preço superior ao que ela havia pago pelo contrato anterior, em que adiantava os meios necessários à produção e cobrava em sacas de soja. A COPAVA era, portanto, um caso onde a concorrência no mercado é possibilitada pelos contratos com as empresas capitalistas, que acabam se beneficiando muito mais do que à própria cooperativa. Pois todos os riscos são repassados à cooperativa e o preço da soja pode ser negociado por um preço maior ou menor dependendo das condições do mercado. Além disso, a perda de autonomia sobre a comercialização era reconhecida pelos membros da CPA, mas, segundo a sua direção, ainda era a melhor forma de geração de renda (Thomaz, 2010). Esse caso mostra que a tese marxista-leninista de concorrência no mercado propiciada pela grande unidade produtiva tem pontos de contestação. Nesse caso, por exemplo, se por um lado, os contratos com as empresas capitalistas possibilitavam a existência da CPA, por outro lado, ao contrário de enfraquecer o capitalismo, a CPA o fortalecia, produzindo para o próprio sistema.

¹⁰⁶ O alto custo da ração para os animais gerou surpresa no núcleo Filhos da Terra. Conforme relatou Neri, esse custo não havia sido previsto e foi um problema que se tornou sério com o desenvolvimento da produção. Com isso, o alto custo da ração é um aspecto que deve ser analisado aprofundadamente, pois, na COPAVA, foi um dos principais motivos que levaram a se desfazer o setor de suinocultura (Informação oral de uma cooperada da COPAVA, janeiro de 2014).

De todos os casos a COPAVI foi a CPA que mais atingiu os objetivos do MST em relação à comercialização. Esta CPA conseguiu uma inserção considerável no mercado, realizada de sete formas distintas (Camargo, 2010). De acordo com a autora, a COPAVI atuava no mercado varejista, vendendo em feiras livres semanais também “porta em porta”; em vendas esporádicas realizadas através de eventos, feiras, congressos e em lojas do MST; e no mercado atacadista, através de convênios com órgãos públicos, mercados e supermercados locais, além da exportação de cachaça para países europeus. O objetivo da COPAVI, já em 2005, era aumentar as vendas via convênios e contratos com os órgãos públicos, e diminuir a dependência da venda dos derivados da cana-de-açúcar.

De acordo com Camargo (2010), ainda que a COPAVI atuasse no mercado internacional, a comercialização de leite e derivados era considerado o de retorno mais seguro, pelo aporte diário de recursos vindo da comercialização do leite ensacado. O caso da COPAVI mostrou que mesmo contando com ampla estrutura de produção, a competição no mercado comporta riscos e diferentes estratégias para se sustentar.

A organização da produção coletiva apresentou outros aspectos fundamentais a serem discutidos. O número de membros que integraram os núcleos de família ou as CPAs foi um deles. Essa questão relacionou-se diretamente à forma de acesso à produção obtida, a sua forma de divisão, e a possibilidade ou não do sustento da família. Esta última questão tornou-se interessante, porque a perspectiva socialista da produção coletiva considera o assentado como um trabalhador individual, mas mesmo os que ingressaram em alguma forma de produção coletiva visavam o sustento da família, como percebemos através dos cinco casos estudados.

Nos núcleos de família do assentamento Mártires de Abril, como não havia formalização do número de membros registrados que poderiam compor o núcleo de família, já que não era uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) juridicamente registrada, o questionamento ocorreu pela distinção das diferentes necessidades de alimentos entre as famílias. Membros dos núcleos questionaram que a necessidade de alimentos de uma família com menos membros era menor do que a de famílias maiores. Com isso, caso fosse possível extrair algo da produção para se alimentar, ela poderia ser suficiente em um caso, mas não em outro. Um problema decorrente era que a produção realizada estava muito mais voltada para a comercialização, já que famílias menores preferiam vender uma parte maior da produção por não ter necessidade de se alimentar dela, enquanto famílias maiores necessitavam garantir o autoconsumo. Essa situação deu origem a um paradoxo de que um mesmo membro do núcleo tivesse que trabalhar uma parte de seu tempo produzindo alimentos e, na outra parte, tinha que trabalhar em atividades que lhe gerassem dinheiro para comprar o alimento que ele mesmo

estava produzindo através do núcleo. Além disso, a necessidade de obter trabalho fora do assentamento gerava faltas que, pela diretriz coletivista do MST, deveriam ser descontadas no momento da divisão dos frutos do trabalho. Porém, como a produção já era insuficiente, os membros dos núcleos de família acabaram dividindo por igual. Tal situação gerou descontentamento entre os que trabalhavam todo o tempo nos núcleos coletivos, e os que trabalhavam apenas uma parte do tempo.

No núcleo coletivo Filhos da Terra, no assentamento Palmares II, a possibilidade de se alimentar da produção ou tê-la garantida via projeto foi crucial. Enquanto os membros do grupo tiveram garantidas as suas necessidades básicas de alimento, fosse produzida por eles, fosse através de terceiros, continuaram o trabalho na produção coletiva. Quando a alimentação não foi mais suficiente para manter a família, o núcleo se desfez (Jorge Neri, informação oral, dezembro de 2012). Além disso, como a produção era pouca a divisão dos frutos do trabalho também teve que ser realizada de maneira igual entre todos. Nesse caso em específico, o problema estava relacionado aos militantes que representavam o movimento e se ausentavam do assentamento, mas precisavam da produção dos que ficavam para garantir minimamente seu acesso ao alimento.

De acordo com Thomaz (2010) nas discussões que antecederam à fundação da COPAVA um dos principais pontos de cisão entre todo o grupo foi justamente o número de membros da família que poderia trabalhar na CPA. Desde o princípio ficou estabelecido que três membros de cada família poderiam trabalhar na COPAVA. O grupo que discordou desse número, o fez alegando que famílias maiores sairiam prejudicadas, pois teriam mais membros a sustentar. Além disso, famílias com maior número de idosos ou crianças também seriam prejudicadas, por haver mais pessoas a sustentar e menos braços a trabalhar. A COPAVA alegava, contudo, que a absorção de três membros da família pela cooperativa já era um avanço, pois houve CPAs onde apenas um membro da família pôde tornar-se membro, como foi o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Derli Cardoso (COPADEC), também localizada no assentamento Pirituba, porém já desfeita.

Segundo Thomaz (2010), outro ponto de discussão antes da criação da COPAVA foi com relação à divisão dos frutos do trabalho por hora trabalhada. As famílias que não concordaram, alegaram que existiria grande disparidade entre os membros que ocupariam cargos de direção na CPA, já que estariam mais tempo à disposição da cooperativa trabalhando na sua representação e na busca de projetos, e os membros dos outros setores. Com o seu funcionamento, a COPAVA conseguiu resolver essa questão estipulando um máximo de 210 horas trabalhadas por cada membro da cooperativa. Posteriormente, contudo, surgiu outra

divergência com relação à divisão dos frutos por horas trabalhadas. Ao se comparar o esforço realizado pelos membros do setor agrícola, sujeitos às condições do tempo para realizar seu trabalho, e os setores que não dependiam desses fatores para trabalhar, constatou-se que eles eram os que mais se esforçavam e se desgastavam, e os que tinham menor remuneração. Isso, porque caso chovesse durante a sua jornada de trabalho, as horas trabalhadas não eram pagas. Essa situação fez com que membros mais idosos que trabalhavam no setor agrícola, deixassem a cooperativa.

De acordo com Simonetti (1999), na COPAJOTA houve a contestação de que famílias maiores, com filhos associados e vinculados à cooperativa, recebiam um montante maior do que as famílias menores, sem filhos ou com mais idosos a serem sustentados. Esse desentendimento sobre a divisão dos frutos do trabalho com base nas horas trabalhadas e na idade dos cooperados, levou à uma cisão importante da CPA.

De acordo com Camargo (2010), na COPAVI a divisão dos frutos do trabalho por hora trabalhada também gerou conflitos entre seus membros. Houve o questionamento de que essa forma de divisão desconsiderava a produtividade, a dedicação e o esforço individual. Ou, seja, trabalhando pouco ou trabalhando muito, produzindo pouco ou produzindo muito durante a jornada de trabalho, a remuneração era a mesma.

Para a compreensão da questão do número de membros que podem participar da produção coletiva há que se considerar a análise de Chayanov (1981), sobre a lógica de trabalho no interior da família camponesa ser determinada pela satisfação das necessidades da família. De acordo com o autor, o próprio grau de auto exploração do trabalho no interior da unidade camponesa é determinado pela busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho. A lógica socialista de produção coletiva, contudo, busca produtividade e competitividade no mercado e para alcançá-lo desconsidera esses elementos fundantes da lógica camponesa de trabalho. Com isso, na produção coletiva, o trabalhador é encarado como alguém que produz e consome individualmente.

Através da individualização do trabalhador coletivizado, o acesso aos frutos de seu próprio trabalho é outra questão fundamental na análise da produção coletiva. Essa discussão foi realizada por Bakunin e por Kropotkin (Marcos; Fabrini, 2010), como apontamos. Para Bakunin, o acesso aos frutos do trabalho deveria ser realizado com base nas horas trabalhadas, como forma de retornar ao trabalhador o fruto do seu tempo de trabalho. Apesar do avanço que essa forma de divisão possui em relação à remuneração capitalista, onde as horas de trabalho dos trabalhadores são apropriadas pelo capitalista, ela gerou descontentamento entre uma parte dos membros coletivizados. Alegava-se que era necessário medir também a produtividade. Isso

se dá também porque o trabalho setorizado e especializado no qual se organiza a produção coletiva possui diferentes necessidades de esforço e até mesmo de jornada de trabalho.

Por outro lado, a divisão igualitária dos frutos do trabalho, com base nas necessidades dos membros do grupo, proposta comunitária baseada nas ideias de Kropotkin (Marcos; Fabrini, 2010), também gerou descontentamentos nos núcleos coletivos dos assentamentos Mártires de Abril e no núcleo coletivo Filhos da Terra, no Palmares II. Quem produzia alegava que quem não produzia não deveria ter o mesmo direito de acesso. Vê-se, portanto, que a divisão dos frutos do trabalho na produção coletiva ainda precisa de bastante esforço conjunto para se chegar a um consenso.

A proposta de parte dos trabalhadores coletivizados de inserir a produtividade no cálculo da divisão dos frutos do trabalho é decorrente da inserção do sistema taylorista na organização da cooperativa. Como apontamos no primeiro capítulo, de acordo com Fabrini (2003), essa forma de pensar a organização interna do processo produtivo, em que cada gesto é pensado para alcançar o máximo de produtividade, no menor tempo possível, possui implicações fundamentais. Na lógica camponesa, cada membro da família possui uma função, ou seja, a mulher complementa o trabalho do homem, os filhos complementam o trabalho dos pais. O pai ocupa o lugar de chefe da família por conhecer todos os aspectos ligados ao sítio e à produção (Bombardi, 2004). Nas CPAs, a família perde as suas funções para dar lugar ao trabalhador cooperado. O pai perde o lugar de conhecedor de todas as atividades do sítio. Com isso, os idosos vão perdendo seu papel como portadores de saberes e ficam à margem das decisões da CPA. Atrela-se a isso a diminuição, até a ausência total das assembleias gerais, verificada na COPAVA (Thomaz, 2010), e a realização das assembléias onde a direção da CPA era quem realmente decidia as questões, desconsiderando a opinião de vários membros, como na COPAVI (Camargo, 2010).

De acordo com a autora, na COPAVI tal situação acarretava a desconfiança dos membros, sobretudo nas finanças, e caracterizava uma centralização das decisões em um grupo. Com isso, uma parte de seus membros sentiam que a CPA, na verdade, era uma empresa como outra qualquer, com patrões e empregados, desvirtuando completamente do objetivo político da participação real e democrática de todos.

A centralização das decisões foi um assunto bastante debatido nos núcleos do assentamento Palmares II, quando obtiveram os recursos do PROCERA (Jorge Neres, informação oral, entrevista realizada em dezembro de 2012). Como era grande o volume de dinheiro recebido, três milhões, surgiu a discussão se a administração do recurso deveria ser feita em cada núcleo ou se deveria ficar centralizada em uma associação geral. A questão central

girava em torno do fortalecimento burocrático de uma associação ou da possibilidade maior de autonomia no interior dos próprios núcleos.

Feitas essas ponderações com base nos cinco casos de produção coletiva realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, buscaremos realizar uma comparação com a coletivização realizada nos países socialistas, destacando o caso de Cuba, referências de base para organização da produção coletiva do MST.

Capítulo 4. Uma Análise da Coletivização Agrícola no Brasil e em Cuba

A análise que vimos realizando da coletivização realizada pelo Estado Socialista em Cuba, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, revela pontos em comum e divergências. O presente capítulo pretende discuti-las, buscando uma análise global, já que tratamos das contradições mais específicas a cada experiência nos capítulos correspondentes.

Buscando uma análise de conjunto, é fundamental reconhecer que a coletivização do trabalho agrícola é parte da proposta socialista de superação das relações de propriedade e produção agrícolas vigentes no capitalismo, e decorre de discussões teóricas realizadas no interior do pensamento marxista-leninista (Hegedus, 1984). A coletivização agrícola, portanto, nasce em um contexto alheio ao modo de vida camponês. A sua proposição está inserida em discussões no interior do marxismo-leninismo que tem por objetivo a superação de todos os aspectos desse modo de vida.

Como procuramos discutir no primeiro capítulo e retomamos sucintamente aqui, de acordo com Hobsbawn (2011), o desenvolvimento do pensamento de Marx está assentado no tripé representado pela crítica ao socialismo utópico e ao idealismo hegeliano, bem como à análise do surgimento do proletariado, ocorrido na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Na crítica ao socialismo utópico, Marx encontrou as bases para o desenvolvimento da análise econômica da propriedade privada. Na filosofia alemã, Marx encontrou as referências teórico-metodológicas para pensar a superação do capitalismo, criticando as categorias abstratas, a-históricas e dogmáticas de Hegel, e desenvolvendo a concepção materialista da história. Da análise do surgimento do proletariado na realidade social, Marx passou a ver nessa classe a força capaz de realizar a revolução e superar o capitalismo.

Em textos referenciais, como *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, de 1848, e sobretudo em *A nacionalização da terra*, de 1872, Marx expôs as bases do seu pensamento, opondo-se completamente a qualquer forma de propriedade privada, inclusive a camponesa. Defendeu em seu lugar a nacionalização da terra, a realização da produção agrícola em larga escala e com a aplicação de métodos científicos, como forma de garantir a satisfação das necessidades não apenas da família camponesa, mas de toda a sociedade. Tal perspectiva passou ao programa agrário dos partidos socialistas nas Internacionais dos Trabalhadores (Hegedus 1984).

Em Kautsky - *A Questão Agrária* (1899) - e em Lenin - *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) - há reforço da perspectiva teórica de Marx. Para Kautsky, o

processo de desenvolvimento do capitalismo levaria à progressiva divisão do trabalho, à proletarianização do campesinato e à propagação de todos os tipos de trabalho assalariado. Os camponeses só existiam em função de manterem em níveis mínimos a satisfação das suas necessidades, que aliás se encontravam em um nível inferior à dos proletários. O conjunto desses fatores fez com que Kautsky afirmasse categoricamente a impossibilidade da passagem de uma comunidade rural para uma agricultura moderna, pois, além de representar o interesse dos latifundiários, uma medida como essa reforçaria a condição de miserabilidade vivida pelo campesinato.

Lenin (1982) aceitou vários dos argumentos de Kautsky (1986) e, após analisar os traços do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tomando como referência o desenvolvimento do mercado interno sob o ângulo estritamente econômico, concluiu sobre a necessidade e inevitabilidade da Rússia passar pela etapa capitalista e, só posteriormente, chegar a uma sociedade mais justa. Com base nessa concepção, Lenin desenvolveu a teoria da diferenciação social do campesinato, tornando-se referência para a coletivização do trabalho agrícola dos países socialistas e do MST. Segundo Lenin (1982), a competição do campesinato no mercado levaria a apenas duas possibilidades, ou seja, caso o campesinato vencesse a competição, se transformaria em capitalista, e caso perdesse se transformaria em proletário. Com isso, a inserção no mercado atuaria de modo a destruir a existência do campesinato como classe social.

Uma primeira questão fundamental acerca da coletivização, portanto, é a passagem para o poder estatal da propriedade da terra e dos demais meios de produção. Na URSS a coletivização buscou consolidar o socialismo, realizando de vez a transformação das relações de propriedade e produção agrícolas, ao transferir o controle da propriedade da terra e da produção agrícola para o Estado, pois em 1929, quando Stálin força a coletivização, o campesinato detinha em seu poder 95% das terras do país (Flavien; Lajoinie, 1977). A coletivização agrícola foi a base para o estabelecimento dos planos quinquenais, segundo o qual o Estado Soviético objetivava transferir o máximo de força de trabalho da agricultura para a indústria, e orientar a produção agrícola para financiar o desenvolvimento industrial. A coletivização realizada nos países socialistas, com peculiaridades decorrentes do real peso político do campesinato e da disponibilidade de meios de produção e trabalho, seguiu esse modelo (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo com Dikötter (2012), na China, a coletivização radical dos campos entre 1958 e 1962, com a passagem para o Estado Chinês das terras, casas e demais meios de produção nas Comunas Populares, no episódio conhecido como Grande Salto para Frente, foi

uma tentativa de Mao Tsé-tung ultrapassar a economia da Grã-Bretanha em menos de 15 anos. A comida fracionada nos restaurantes coletivos instalados nas Comunas foi usada como arma para obrigar o povo a obedecer às ordens do Partido Comunista da China na execução desse objetivo (Dikötter, 2012).

A análise de Cuba mostra que a coletivização é parte da tentativa de transferir a propriedade da terra e o controle da produção agrícola para o Estado (Valdes, 1990). Historicamente, a coletivização também foi fundamental no comércio realizado pelo Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM ou CAME) no interior do bloco socialista, através do qual Cuba comercializava a produção das CPAs, sobretudo cana-de-açúcar e tabaco, e recebia em troca maquinário, insumos e fertilizantes. Por isso, a queda do bloco socialista e a perda de 70% desse comércio, refletiu diretamente na produção das CPAs pela impossibilidade de obtenção de meios de produção e comercialização da produção (Sorzano, 1999).

No caso do MST, como movimento sócio territorial, e não como poder de Estado, a coletivização tem que ser realizada através de um convencimento e consentimento das famílias envolvidas. Dessa forma, os dirigentes do MST não possuem direitos amplos sobre a propriedade da terra pela qual lutam as famílias que compõem o movimento, nem sobre a organização do trabalho coletivo. Na maioria dos casos, o título de propriedade ou concessão da terra de uma família que ingressa em uma CPA, permanece em poder do assentado (MST, 2008). Nesse caso, desejando deixar a CPA ou núcleo coletivo, o assentado tem direito ao seu lote de terra fora da área da cooperativa, como no caso da COPAVA (Thomaz, 2010). Mas no caso da COPAVI, como já havia um regulamento interno pré-estabelecido, só permaneceria no assentamento quem trabalhasse na CPA. Nesse caso, se o trabalhador deixasse a CPA, deveria também deixar o assentamento (Camargo, 2010).

De acordo com o MST (2008), houve casos no Sul do país em que o título de concessão da terra foi já emitido em nome da CPA, e não do assentado. Contudo, o movimento não denominou em quais CPAs isso ocorreu, e dentro dos limites dessa pesquisa não foi possível averiguar essa informação. Porém, se o título de concessão ou propriedade da terra foi emitido em nome da CPA, atingiu-se o objetivo máximo de transformação das relações de propriedade. Pois, nesse caso, não há possibilidade de retorno da família à condição camponesa naquela fazenda.

Essa perspectiva marxista-leninista sobre a propriedade da terra, seja ela camponesa ou capitalista, tem como referência a tentativa de evitar a acumulação de uma classe que possa se tornar capitalista ou especular com os preços. Na análise de Marx (1872), qualquer propriedade da terra favoreceria o desenvolvimento do capital, na medida em que criaria uma

classe de produtores que pode dispor livremente, e de acordo com seus interesses, da produção agrícola. Contudo, essa perspectiva socialista não considera aspectos internos da organização da unidade econômica do campesinato, que se diferenciam totalmente da lógica capitalista de relações de propriedade e produção, como discute Chayanov (1974, 1981).

De acordo com esse autor, tornou-se costumeiro pensar todos os fenômenos econômicos com conceitos da economia capitalista, que busca tornar máximos os lucros, tais como capital, salário e preço. Contudo, esses conceitos não podem abranger a economia camponesa, baseada no trabalho familiar, cuja concepção é bem distinta da concepção capitalista. A economia capitalista calcula lucro, após a dedução das despesas com salários e investimentos, se a soma é igual ou maior que o capital constante. Preço, capital, salários, juros e renda se determinam e estão vinculados entre si. Já a unidade agrícola familiar possui uma concepção completamente diferente, em que é impossível aplicar o conceito de lucro:

[...] o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, *o produto do seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. **Assim é impossível aplicar o cálculo do lucro** (Chayanov, 1981, p. 138, grifo do autor).

De acordo com o autor, a análise do produto do trabalho coloca a família em posição central no interior da unidade de produção camponesa. Desse modo, o grau de auto exploração no interior da unidade camponesa é determinado pela busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades da família e o grau de penosidade do trabalho.

Essa discussão é fundamental para a realização do debate sobre a coletivização com a corrente marxista-leninista, porque é um dos fundamentos para se discutir as relações de propriedade. Na discussão marxista-leninista, como a propriedade da terra é entendida como fator de acumulação que leva ao desenvolvimento do capitalismo, ela deve ser combatida a qualquer custo e colocada sob o controle do Estado, como mencionamos. Por isso, os Estados Socialistas, como uma das primeiras medidas de seus governos, realizaram a reforma agrária, expropriando os latifúndios (Flavien; Lajoinie, 1977). Contudo, nessa mesma perspectiva,

encararam a propriedade camponesa da terra, ou o desejo pela propriedade, também com desconfiança.

A análise de Chayanov (1974, 1981), portanto, considera aspectos fundamentais da lógica camponesa de vida e trabalho, os quais foram ignorados pelos marxista-leninistas. Um aspecto é a diferença da motivação para o trabalho na lógica capitalista e na lógica camponesa. Na lógica capitalista a motivação é a produção do lucro e sua apropriação. Na lógica camponesa, a motivação para o trabalho é a satisfação das necessidades da família (Chayanov, 1974, 1981; Tavares dos Santos, 1978; Martins, 1986; Bombardi, 2004; Oliveira, 2007). A propriedade da terra, em decorrência, possui relação com esse objetivo de satisfazer as necessidades da família. Aplicar o significado da propriedade capitalista da terra e dos meios de produção maquinalmente à lógica camponesa, é desconhecer a estrutura interna das unidades camponesas.

Para transformar a agricultura de acordo com a lógica socialista de relações de propriedade e produção, outro aspecto fundamental a ser destacado foi a forma como os socialistas implantaram a coletivização. Quanto a isso há duas considerações. A primeira é que os países socialistas que a implantaram possuíam sua economia predominantemente baseada na agricultura e uma população majoritariamente camponesa (Flavien; Lajoinie, 1977; Dikötter, 2012; Valdes, 1990). O MST também busca coletivizar a produção agrícola em um contexto onde as famílias em luta buscam realizar seu sonho de retornarem à terra. A segunda consideração é que a forma e o ritmo como a coletivização foi implantada nos diferentes Estados teve relação direta com a manutenção ou não da aliança operário-camponesa (Flavien; Lajoinie, 1977; Valdes, 1990).

Na ex-URSS, pós revolução socialista de 1917 e sob o comando de Lenin, a coletivização foi implantada paulatinamente, com diferentes graus de socialização dos meios de produção, tais como o toz, o artel e a comuna (Salomoni, 1995). Lenin, apesar de estar convencido de que o caminho que levaria à consolidação do socialismo era a coletivização, buscou conservar a aliança operário-camponesa, defendendo um processo gradual de acordo com o desejo dos camponeses de ingressar nas cooperativas. Para ele, o processo de coletivização total levaria no mínimo duas décadas (Lenin, 1961). O princípio da voluntariedade foi seguido até Stalin, que em 1929, executou a coletivização forçada e integral dos campos soviéticos através da implantação dos kolkozoes, processo denominado a “Grande Virada”.

De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), os métodos coercitivos utilizados para forçar os camponeses a aderirem aos kolkozoes foram amplamente aplicados no período de junho de

1929 a março de 1930. Em 1932, a coletivização atingiu metade das unidades camponesas soviéticas. Em 1934, mais de 70% dos camponeses haviam ingressado nos kolkozos.

Nos países do leste europeu que ficaram sob o domínio soviético pós-Segunda Guerra Mundial, o processo de coletivização foi implantado em diferentes tempos. De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), na Bulgária a coletivização começou a ser implantada em 1944, e o processo é realizado de maneira veloz, já que em 1952 já atingia 60% da superfície agrícola. Na Hungria, o Governo Socialista buscou implantar aceleradamente a coletivização, mas a insuficiência de meios de trabalho e maquinário não permitiu a rápida continuidade. Na Iugoslávia, a coletivização iniciou-se em 1945, mas desde o enfrentou forte rejeição do campesinato. No período entre 1953 e 1954, contudo, as cooperativas de produção agropecuárias desapareceram do campo iugoslavo, e a cooperação passou a ser realizada nos combinados agrícolas, uma empresa autônoma gerida pela assembléia geral dos trabalhadores da empresa (Flavien; Lajoinie, 1977).

Na Tchecoslováquia, a coletivização iniciou-se em 1948. Em 1960 existiam 10.808 cooperativas de produção agrícolas. Em 1973, 678.000 de hectares já pertenciam a elas, em um rápido processo de coletivização. Na República Democrática Alemã, a coletivização começou em 1952, chegando ao final desse ano com 1900 cooperativas. Em 1960, se generalizou passando por um processo de fusão, diminuindo o número de cooperativas, e tornando maiores as que permaneceram (Flavien; Lajoinie, 1977).

De acordo Dikötter (2012), a China viveu um dos processos mais radicais de coletivização agrícola. Entre 1950 e 1955, as cooperativas de produção agropecuárias passaram de 300 a 1.000.000, número ainda considerado insuficiente por Mao Tsé-Tung (Tsetung, 1977). Durante esse período, era ainda considerado o princípio de voluntariedade de adesão às cooperativas. Entre 1958 a 1962, tal princípio foi completamente abandonado, sendo impostas as Comunas Populares, com a junção de várias cooperativas de produção agropecuárias em uma só unidade. O processo foi executado de tal maneira veloz, que no final de 1958, todas as regiões da China estavam coletivizadas em cerca de 26.000 comunas (Dikötter, 2012).

Como procuramos mostrar no segundo capítulo da presente tese, a socialização da agricultura já era um paradigma dos revolucionários socialistas antes mesmo do triunfo da Revolução Socialista de 1959, como atestam diversos discursos de Fidel Castro.

Segundo Valdes (1990), a coletivização em Cuba foi implantada de maneira a não romper bruscamente a aliança operário-camponesa. Como forma gradual de transformar as relações de propriedade e produção após o triunfo da Revolução Socialista, o Estado promulgou a Primeira Lei de Reforma Agrária, em 17 de maio de 1959, limitando a propriedade máxima

individual em 30 caballerías (402 hectares). Através dessa lei concedeu a propriedade da terra a 100.000 famílias. A Segunda Lei de Reforma Agrária, promulgada em outubro de 1963, reduziu para cinco caballerías (67,1 hectares), a propriedade máxima da terra.

De acordo com Valdes (1990), o processo de socialização se iniciou de forma a criar o setor estatal agrícola, a partir das terras confiscadas dos latifúndios de cana-de-açúcar, com o estabelecimento de *cooperativas cañeras*, onde a terra não foi parcelada para não dar origem a uma classe camponesa. A terra foi entregue em regime de usufruto, os meios de trabalho ficaram como propriedade coletiva e a força de trabalho utilizada era a já existente nos latifúndios de cana-de-açúcar. Em meados de 1961 essas cooperativas haviam sido multiplicadas, contabilizando um total de 622 cooperativas, em uma área total de 872.000 hectares, e 122.000 trabalhadores.

De acordo com Valdes (1990), as diversas dificuldades enfrentadas pelas *cooperativas cañeras*, tais como o agrupamento territorial de cooperativas distantes entre si e o erro de se considerar a consciência do trabalhador assalariado superior à do camponês, fizeram com que, no Congresso Nacional de Cooperativas Cañeras, realizado em agosto de 1962, se aprovasse a sua transformação em *granjas del pueblo*. Essas granjas já haviam sido criadas através da Primeira Lei de Reforma Agrária, em 1959, nos latifúndios improdutivos dedicados à criação de gado.

As *granjas del pueblo* viveram um processo de modificação, no começo da década de 1980. Foram convertidas em empresas agropecuárias. A partir da crise da década de 1990, parte das terras das empresas estatais foi entregue em usufruto aos trabalhadores, pela Lei 300, criando as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs). Através de dados do Anuário Estatístico de Cuba, 2013, edição 2014, as UBPCs detinham 18% das terras, e o setor estatal 55% das terras do país.

Paralelamente à socialização da agricultura realizada nas terras confiscadas dos latifúndios, em que a força de trabalho era assalariada e não detinha nem a posse, nem a propriedade da terra, o Estado Socialista cubano lançou as bases para a socialização da agricultura nas terras camponesas.

De acordo com Sorzano (1999), após a promulgação da Segunda Lei de Reforma Agrária, em outubro de 1963, o Estado Socialista em Cuba experimentou diferentes formas de cooperação e socialização com a criação das Associações Camponesas, as Cooperativas de Crédito e Serviços e as Sociedades de Produção Agropecuárias.

As Associações Camponesas não colocavam em risco a propriedade camponesa da terra. Elas foram criadas pela Primeira Lei de Reforma Agrária para facilitar a convocação dos

camponeses em caso de contra-revolução. Também facilitavam a planificação, o controle e a comercialização da produção, e auxiliavam a implantação no campo de programas educacionais, culturais e sociais (Sorzano, 1999).

De acordo com a autora, as Associações Camponesas tiveram excelente acolhimento do campesinato, que se incorporavam a elas com a expectativa de melhorar suas condições de trabalho e vida. Essas Associações alcançaram um pico de existência em 1973, com mais de 4000 unidades espalhadas por todo o país. Em 1967, porém, começou a haver diminuição no ritmo de sua implantação. Esse ano coincidiu com o início do estabelecimento dos planos estatais agrícolas e a incorporação dos camponeses às *granjas del pueblo*. No ano de 1993, elas desapareceram completamente do campo cubano. O objetivo do Estado Socialista não era nem a criação, tampouco a consolidação de uma classe camponesa em Cuba, pois o objetivo do Estado era realizar a transformação socialista da propriedade e da produção.

A segunda forma preparatória para a socialização da agricultura foi a criação das Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), iniciada em 1958 ou 1961¹⁰⁷ em áreas de produção de tabaco. Essas foram as primeiras cooperativas propriamente ditas implantadas no campo cubano (Valdes, 1990; Sorzano, 1999).

De acordo com Valdes (1990) e Sorzano (1999), essas cooperativas eram as que mais se acercavam das condições socioeconômicas do campesinato. Ao mesmo tempo não colocavam em risco a propriedade da terra já que a cooperação não era realizada na produção agrícola. Tais cooperativas, contudo, foram pensadas pelo Estado como uma etapa intermediária na implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias. Por essa razão, o número de Cooperativas de Crédito e Serviços começou a diminuir, a partir da década de 1970, pois foram sendo convertidas em Cooperativas de Produção Agropecuárias. Entre os anos de 1994 e 1997, essas cooperativas aumentaram em número e área. Em 2013, elas apresentaram um número menor do que na década anterior, mas com uma superfície de área maior (ver Tabela 1). Esse fato indica um processo de fusão entre essas cooperativas.

De acordo com Sorzano (1990), as Sociedades Agropecuárias ou Sociedades de Produção Agropecuárias, criadas por iniciativa de Fidel Castro, foram as matrizes que antecederam as Cooperativas de Produção Agropecuárias em Cuba. Foi a última forma de associação agrícola criada com a Primeira Lei de Reforma Agrária, e como possuíam maior grau de socialização da terra e dos outros meios de produção, eram consideradas pelo Estado cubano superiores às outras formas de cooperação. Seus integrantes já cultivavam a terra e

¹⁰⁷ Como mencionamos no segundo capítulo há divergência entre os autores sobre o início do processo de implantação das Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), em Cuba.

comercializavam a colheita coletivamente. Os camponeses, contudo, demonstraram um interesse menor nessa forma de cooperação em comparação com as outras existentes.

Conforme Tabela 2 - Evolução das Sociedades Agropecuárias em Cuba, essas sociedades alcançaram o seu maior número em dezembro de 1963, com 411 unidades, 3.700 sócios, ocupando uma área de 52.000 hectares. Em 1977, seu número diminuiu para 43 unidades, 400 sócios, ocupando uma área de 5.261 hectares. De acordo com Valdes (1990), a diminuição registrada tem como causas fundamentais a desatenção do Estado, a ausência de apoio técnico, os erros de concepção do Estado ao criar sociedades sem continuidade territorial entre si. Devido a esses problemas, o Estado foi desativando essas sociedades e converteram as últimas 43 Sociedades Agropecuárias que haviam em 1977, em Cooperativas de Produção Agropecuárias.

De acordo com Valdes (1990) e Sorzano (1999), as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) propriamente ditas começaram a ser implantadas a partir do início da década de 1970. O Estado Cubano, portanto, levou mais de uma década entre realizar a Revolução Socialista e implantar a coletivização. Pelo regulamento das CPAs já era visível a tensão entre o campesinato e o Estado, já que ao ingressar em uma cooperativa desse tipo, o camponês cedia à cooperativa seu direito à propriedade da terra que passaria a compor o patrimônio da CPA. Em caso de saída da cooperativa, o membro não teria o direito de levar nada do que aportou no momento do seu ingresso.

De acordo com Sorzano (1999), a implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias fez parte de um momento histórico em Cuba, cujo Estado, composto pelo Governo Revolucionário, pelo Partido Comunista e pela ANAP, estabeleceram duas vias para a transformação socialista da agricultura. A primeira foi a incorporação dos camponeses aos planos estatais de produção, com a incorporação das Associações Camponesas e das Sociedades Agropecuárias às empresas estatais. A segunda via foi a criação das próprias Cooperativas de Produção Agropecuárias. A partir do início da década de 70, o objetivo do Estado Cubano era ampliar o controle sobre a produção agrícola e a propriedade da terra, já que nesse momento as terras estatais agrícolas representavam 80%, ficando os camponeses e o setor cooperativo com 20% (Sorzano, 1999).

Em se tratando do início do processo de implantação das Cooperativas de Produção Agrícolas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, observa-se peculiaridades se comparadas à forma como foram implantadas nos países socialistas. Nesses países o Estado tinha o objetivo de realizar a transformação total da agricultura para formas socialistas.

De acordo com o MST (2008), a coletivização surgiu como necessidade de fortalecimento da luta nos assentamentos, como forma de enfrentar as forças reacionárias da sociedade brasileira através do estabelecimento de outro projeto político. Foi desse modo que no período de 1980-1985, o MST intensificou os debates sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as formas de superação, com a elaboração de uma política cooperativista para os assentamentos (Morissawa, 2001). Como o projeto político era o socialismo e as referências vinham das experiências socialistas, as Cooperativas de Produção Agropecuárias passaram a ser encaradas como o objetivo da cooperação nos assentamentos. Na perspectiva do movimento, portanto, a organização da produção nas CPAs é mais avançada do que a organização da produção na lógica camponesa. Para convencer os camponeses a aderir às CPAs, o MST publicou uma série de materiais sobre a coletivização nas experiências socialistas, e em alguns assentamentos, como na COPAJOTA e na COPAVA, realizou os Laboratórios Experimentais de Campo ou Laboratórios Organizacionais de Campo (Simonetti, 1990; Thomaz, 2010) - (ver cap. 3, item 3.1.2).

Além disso, como forma de organizar as famílias para a produção coletiva no assentamento, ainda no acampamento, eram formados grupos para a setorização das atividades e divisão das tarefas, a produção para autoconsumo era distribuída de maneira igual entre os acampados, eram eleitos coordenadores, e as decisões eram tomadas em reuniões e assembléias, como mencionamos. No assentamento essa organização deveria perdurar, com a transformação dos grupos em núcleos de famílias, até o registro jurídico de uma Cooperativa de Produção Agropecuária. Há que se considerar que nas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) analisadas (COPAJOTA, COPAVA e COPAVI), não houve a formação dos núcleos de família. Após a conquista da terra, os assentados passaram já a discutir a criação da CPA.

No estado do Pará, nos dois assentamentos analisados para essa pesquisa, o Mártires de Abril e o Palmares II, o MST seguiu esse modelo. Contudo, as contradições da coletivização se acirraram ao ponto de que esses núcleos não chegaram a se transformar em Cooperativas de Produção Agropecuária. Os núcleos se dissolveram, e as famílias ou deixaram o assentamento, ou voltaram a trabalhar na lógica camponesa, solicitando a demarcação dos lotes, ou passaram a trabalhar parte do tempo como assalariadas, e parte do tempo na produção de autoconsumo, como discutimos no capítulo anterior.

As contradições encontradas nessas tentativas de chegar à formação de uma CPA resultam de um conjunto de fatores relacionados à oposição entre a lógica de propriedade e produção agrícola socialista e a lógica camponesa (Simonetti, 1999; Fabrini, 2003; Camargo, 2010; Thomaz, 2010).

Como discutimos no capítulo anterior, após a conquista do assentamento no MST, uma das primeiras decisões era a decisão da construção da moradia no lote ou na agrovila. Como vimos, na perspectiva do MST as agrovilas são construídas para possibilitar a implantação de infraestrutura e a liberação de uma área maior e o mais contígua possível para as atividades produtivas. Além disso, facilitam a implantação de infraestrutura de água, energia elétrica e rede de esgotos, por reunir as moradias em um mesmo núcleo (MST, 1993, 2008).

No assentamento Mártires de Abril, da agrovila foi motivo de controvérsia entre os assentados e a militância do MST, e ocasionou diversos problemas. As moradias ficavam distantes das áreas de produção, e os assentados tinham dificuldades de locomoção para ir e vir ao trabalho diariamente. De acordo com Abe (2004) a distância entre a moradia e a área de produção não permitia a vigilância da produção, facilitando roubos e atamento de fogo criminoso por pessoas que não aceitavam a presença do MST. Com a saída do assentamento de membros dos núcleos coletivos, as moradias tornaram-se motivos de disputa entre os que assentados.

O problema da construção da agrovila aparece de modo distinto no assentamento Palmares II. Esse assentamento ocupa uma área de 15.848 ha, e inicialmente não havia infraestrutura de estradas. Como houve certa indefinição para a indicação da localização dos lotes e dos núcleos coletivos, alguns assentados construíram as moradias na agrovila, enquanto outros as construíram no lote. De acordo com o relato de Jorge Neri (dezembro de 2012), no *núcleo Filhos da Terra*, apesar do trabalho coletivizado, algumas das estruturas de produção foram construídas nos lotes individuais de membros do grupo. Sem estradas e transporte que possibilitassem o deslocamento, os demais membros não conseguiam se transportar, ficando a responsabilidade com uma única pessoa ou família. Com o tempo, as estruturas foram abandonadas e se tornaram sucata

Nas Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST, as agrovilas cumprem a função de reunião das casas em um núcleo, para manutenção de uma área maior e contígua para a produção agrícola. Contudo, há diferenças estabelecidas no estatuto referentes à situação das moradias e à saída de membros da CPA, como discutimos no capítulo anterior. Na COPAJOTA, permitiu-se que os membros que deixaram a CPA decidissem entre continuar morando na agrovila ou não. Também na COPAVA a moradia na agrovila é propriedade da família (Simonetti, 1999; Thomaz, 2010). Na COPAVI, a moradia está atrelada ao trabalho na CPA. Neste caso, se o assentado deixar a cooperativa, deve também deixar a casa e o assentamento (Camargo, 2010).

A organização das agrovilas do MST possui características comuns aos *pueblos* cubanos construídos para reunir as moradias dos trabalhadores das CPAs. Nas quatro CPAs estudadas em Cuba, os primeiros membros das cooperativas, proprietários de terra, construíram as casas nos *pueblos* para liberar maior área para a produção. Os trabalhadores que se juntaram posteriormente às CPAs, quando detentores de recursos, construíram a casa na CPA, quando não, se utilizavam de transporte para chegar ao trabalho. Uma questão fundamental surgiu na CPA República de Chile, pois as casas foram construídas em parte com recursos do Estado, e em parte com recursos dos membros da cooperativa. Como algumas moradias não terminaram de ser pagas, os moradores não obtiveram o título de propriedade definitiva, e o reivindicavam ainda hoje. O Estado alega que o título de propriedade da casa será entregue após a quitação da dívida (informação oral do Ministério da Agricultura de Vinhales, janeiro de 2015). Nos *pueblos* das outras CPAs, as moradias foram construídas com dinheiro próprio dos membros das cooperativas, através de crédito bancário. A exemplo do que ocorre no assentamento Mártires de Abril, quando o membro deixa a CPA, a casa fica fechada.

Outra questão em comum sobre as semelhanças entre a produção coletiva nos países socialistas e a realizada pelo MST é a realização da agricultura em larga escala, e com amplo uso da mecanização. Como vimos, esse foi um aspecto apontado pelos marxista-leninistas para a transformação das relações de produção para a realização de uma agricultura moderna e racional.

As referências de coletivização estudadas, contudo, mostram que essa forma de agricultura pode ser predatória e insustentável ao meio-ambiente. Os assentados do Mártires de Abril tiveram que conviver com essa questão, pois as condições ambientais em que receberam a fazenda Taba, com esgotamento de solo devido as atividades predatórias realizadas pelos antigos grileiros, impossibilitavam várias culturas. No assentamento Palmares II, a plantação de grandes áreas com arroz e milho esgotou já no segundo ano as possibilidades de fertilidade do solo. A fazenda era grilada para atividade de pecuária e já apresentava 70% de áreas desmatadas (Bringel, 2006). Para a realização da produção coletiva, os membros dos núcleos coletivos tiveram que manter a área desmatada e realizar novo desmatamento (Jorge Neri, informação oral, dezembro de 2012). Há que lembrar ainda que esses assentamentos estão em áreas de floresta amazônica e para a implantação de uma agricultura em larga escala, com emprego de maquinário, requer a derrubada da floresta.

Em Cuba, as CPAs estudadas convivem com o problema do marabú¹⁰⁸. A invasão do marabú já ocorria em Cuba desde antes da Revolução Socialista (Valdes, 1990). Porém, sobretudo após a crise dos anos 1990, que impossibilitou a aquisição de combustíveis e maquinário agrícola, houve diminuição da atividade agrícola nas terras das CPAs, que se infestaram de marabú. Atualmente as CPAs cubanas estão buscando repassar essas terras infestadas ao Ministério da Agricultura para que as entreguem em usufruto, e sejam postas a produzir, e com isso se amenize ou elimine o problema (Membro da Junta Diretiva da CPA Fidel Rodriguez, entrevista realizada em novembro de 2014).

Outro aspecto fundamental inerente à coletivização é a necessidade de investimentos para a realização e manutenção da produção. Como apontamos, a proposta teórica de coletivização do trabalho agrícola para a transformação socialista das relações de propriedade e produção tem como objetivo realizar a produção agrícola em larga escala, aplicar métodos científicos, aumentar a produção e garantir a satisfação das necessidades de toda a sociedade. Essa transformação exige a aplicação de recursos e investimentos.

De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), na ex-URSS, em 1934, mais de 70% da agricultura estava coletivizada e o Estado deu início ao emprego de maquinário, tratores e conhecimentos agrônômicos especializados para elevar a produção agrícola. Após a Segunda Guerra Mundial, com a invasão nazista, os membros dos kolkozos foram recrutados para o exército. Milhões foram mortos e mais da metade dos kolkozos foram destruídos. A agricultura perdeu 40% de toda a sua produção. Para reerguer a economia, no período de 1953-1964, os kolkozos passaram por um reordenamento com várias medidas sendo tomadas no sentido de sua independência financeira. A grande questão era a possibilidade desse autofinanciamento, já que o Estado Soviético tinha na agricultura o agente financiador do desenvolvimento industrial e os preços pagos pelos produtos agrícolas era estruturalmente menor que os preços pagos pelos produtos industriais. Isso acarretava que a renda dos kolkozianos era sempre mais baixa quando comparada às outras atividades, e do produto global da cooperativa deveria ainda sair os investimentos.

De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), essa situação acarretou a saída de trabalhadores dos kolkozos, em busca de trabalho em outras atividades. Situação semelhante

¹⁰⁸ O marabú é uma planta invasora, que se propaga rapidamente e se adapta a todo tipo de solo, sendo resistente à seca e à alta umidade. É uma planta que foi introduzida em Cuba juntamente com a importação de gado. Ao excretar, os animais eliminavam as sementes nos campos, que germinaram infestando todas as áreas. Na atualidade, Cuba busca desmontar os campos de marabú, utilizando a madeira para a fabricação de carvão para a exportação, para a construção de cercas e móveis (Delegação de agricultura do Município de Vinhales, informação oral, janeiro de 2015).

foi verificada nos países socialistas do leste europeu, já que o modelo seguido era o soviético. Tal contexto, colocava em risco a reprodução das cooperativas, e os Estados tiveram que lançar mão de medidas que incentivassem sobretudo os jovens a permanecer nas cooperativas.

A necessidade de investimentos é um imperativo que aparece em todos os casos de coletivização, seja nos países socialistas, seja na produção coletiva do MST. Como grande unidade produtiva e busca pela agricultura moderna e eficiente, as CPAs necessitam de investimentos para obtenção de maquinário, insumos, fertilizantes para realizar a produção. Com isso, necessitam contrair dívidas para viabilizar essa aquisição. Em Cuba, antes do período especial, o Estado foi um agente financiador das CPAs, facilitando a obtenção dos meios de produção. Contudo, a queda do campo socialista, e o desaparecimento do CAME, interrompeu o comércio através do qual Cuba obtinha maquinário, insumos, fertilizantes e combustíveis. Consequentemente, para realizar a produção, as CPAs passaram a ter que autofinanciar toda a produção, contratando créditos bancários. O endividamento é um aspecto bastante discutido nas CPAs de Vinhales, pois para funcionar essa forma de produção agrícola necessita se endividar (relatos de vários membros de CPAs do município de Vinhales, pesquisa de campo realizada entre os meses de outubro de 2014 a janeiro de 2015).

Outra causa de endividamento das Cooperativas de Produção Agropecuárias é a necessidade de adiantamento de dinheiro aos seus trabalhadores, como forma de possibilitar a sua sobrevivência antes da divisão dos frutos do trabalho. Isso porque os membros das CPAs necessitavam adquirir no mercado boa parte de seus alimentos. Há que se lembrar que as CPAs cubanas se organizavam em torno de um cultivo principal prioritário, e a diversificação da produção, apesar de ter sido introduzida, só ocorria após o cumprimento do cultivo principal. Os relatos em todas as CPAs estudadas em Cuba atestam esse problema e colocam as Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs) como mais viáveis nesse aspecto, porque no contrato que o camponês da CCS firmava com o presidente desse tipo de cooperativa, já estava previsto que uma parte da produção seria para autoconsumo, e não entraria na comercialização com a Cooperativa de Crédito e Serviço (informação oral de camponeses de Cooperativas de Crédito e Serviços, pesquisa realizada entre setembro e janeiro de 2015).

Assim como na coletivização nos países socialistas, no Brasil, as dívidas contraídas com investimentos e a impossibilidade de seu pagamento é um aspecto fundamental da coletivização. Nos assentamentos estudados no estado do Pará, as dívidas não pagas culminaram na inviabilização dos núcleos de família. Como mencionamos no capítulo anterior, os assentados do Mártires de Abril acessaram o Pronaf A, abrindo uma conta corrente coletiva no Banco do Brasil para o recebimento de R\$ 11.000,00 por assentado. No assentamento

Palmares II, através do PROCERA, os assentados obtiveram conjuntamente 3 milhões de reais. Com a ausência de produção, nenhuma das dívidas puderam ser pagas, e os assentados estão inadimplentes com o Banco do Brasil, e impossibilitados de contrair novos créditos para a produção. A esse respeito, um reconhecimento vindo de Jorge Neres, ex-dirigente estadual do MST do Pará, que integrou o núcleo coletivo Filhos da Terra, é o grave erro de pensar as grandes estruturas e o beneficiamento da produção, sem pensar se haveria produção. Tal inversão resultou no fato de que os 3 milhões empregados na aquisição de infraestrutura tenha se tornado sucata

A impossibilidade de saldar as dívidas após uma cisão entre os seus membros foi a causa da dissolução da COPAJOTA, em 1999 (Simonetti, 1999). Na COPAVA e na COPAVI também há constante necessidade de investimentos (Thomaz, 2010; Camargo, 2010).

De acordo com as autoras, a divisão da renda entre os cooperados é feita após o pagamento das dívidas adquiridas pela cooperativa. Há que se considerar com isso que o montante dispendido com o pagamento de empréstimos diminui a quantidade de dinheiro distribuída aos membros da cooperativa no momento da divisão dos frutos do trabalho. Além disso, no caso da COPAVA uma porcentagem do dinheiro obtido com a produção era retido pela cooperativa para reinvestimentos (Thomaz, 2010).

A necessidade de investimentos e o endividamento, portanto, é inerente à coletivização, e a sua ausência pode colocar em risco o seu funcionamento. O pagamento das dívidas acaba por diminuir o montante distribuído aos membros da cooperativa no momento da divisão dos frutos do trabalho. Além disso diminui a autonomia das cooperativas, porque elas ficam dependentes de agentes externos financiadores. No caso de Cuba, para produzir as Cooperativas de Produção Agrícolas dependem de recursos do Estado e do sistema bancário, e no caso do Brasil, as Cooperativas de Produção Agrícola dependem também das empresas capitalistas que financiam a produção, como é o caso da soja produzida pela COPAVA (Thomaz, 2010).

Outro aspecto a ser destacado na coletivização é a comercialização da produção. Esse aspecto é bastante mencionado por lideranças do MST, que citam as vantagens de uma CPA no socialismo, onde o Estado garante a compra da produção, e no capitalismo, onde não há garantia nenhuma (Thomaz, 2010). Nos países socialistas apesar da comercialização da produção ser garantida, os preços pagos nem sempre são os esperados pelos cooperados. Como vimos, nos kolkozos e nas cooperativas de produção dos países do leste europeu, como a agricultura deveria financiar a indústria, os preços pagos pelos produtos agrícolas eram sempre inferiores aos

preços pagos pelos produtos industriais. Com isso o preço pago pela produção agrícola era estruturalmente inferior (Flavien; Lajoinie, 1977).

Nas CPAs analisadas em Cuba, os cooperados também se queixavam do preço fixado para a produção e da necessidade obrigatória de cumprimento dos contratos firmados com o Estado. Segundo eles, a dificuldade do cumprimento dos contratos tornou-se maior com a dificuldade de melhoria da infraestrutura e a perda de trabalhadores, que com os baixos salários e a diminuição dos alimentos distribuídos através da *libreta*, acabaram deixando à cooperativa para se dedicar à outras atividades.

Na década de 1970, quando as CPAs surgiram em Cuba, geralmente elas se especializavam no cultivo de um único produto. Contudo, com a crise dos anos 1990, houve crescente necessidade de diversificar a produção, e no caso de Vinhales, é bastante comum ouvir dos camponeses e trabalhadores das CPAs que eles não “comem tabaco”. Nesse caso, a garantia de comercialização, atrelada ao cumprimento dos contratos com o Estado nos cultivos que ele considerou prioritários, como o tabaco, refletiram na autonomia da escolha dos cultivos nas CPAs. Foi o que se verificou na CPA Ruben Lopez, cujo desejo de uma parte dos cooperados era produzir alimentos para autoconsumo e comercialização, mas o cumprimento obrigatório do cultivo do tabaco impedia essa flexibilidade. Com isso, percebeu-se uma tensão entre a necessidade do cultivo fundamental geradora de divisas para o Estado, e a necessidade de intensificação da diversificação da produção nas CPAs para aumento das áreas de produção de alimentos.

Já para as Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST, assim como para os núcleos coletivos, não havia garantia de comercialização da produção. No assentamento Palmares II, como mencionamos, as dificuldades levaram a um aumento do custo de produção das galinhas caipiras produzidas pelo núcleo Filhos da Terra. Com isso, quando elas chegaram ao mercado perderam a concorrência com os frangos congelados vindos do sul e sudeste do Brasil que chegavam ao mercado de Parauapebas com um preço bem inferior (Jorge Neri, informação oral, entrevista realizada em dezembro de 2012).

Na COPAVA, a comercialização da soja, seu cultivo principal, era realizada com as empresas que financiavam a produção, como a Agropen e a Bioverde, que adiantavam o necessário para a produção, e cobrava em sacas de soja. A produção, portanto, era primeiramente comprometida com a empresa. Somente o que restasse após o cumprimento do contrato, podia ser comercializado livremente pela cooperativa, como mencionamos no capítulo anterior. Houve colheitas em que se perdeu a produção e a cooperativa ficou completamente endividada com a empresa (Thomaz, 2010).

A COPAVI, para comercializar a produção de leite e cachaça, buscava por todos os meios adequar-se às normas do mercado dos agroecológicos. Ela precisava adequar-se à todas as normas para ter chances de concorrência e sobrevivência no mercado. Na luta por adequar-se, a cooperativa foi se hierarquizando, a direção foi se distanciando dos cooperados, que a cada vez sentem-se subordinados e não participantes de um outro projeto de vida (Camargo, 2010).

A divisão dos frutos do trabalho é outra questão comum à coletivização realizada pelos países socialistas e pelo MST. Nas CPAs cubanas, assim como ocorreu nos kolkozos soviéticos, estavam os mais baixos rendimentos recebidos pelos trabalhadores (Flavien; Lajoinie, 1977), (Anuário Estadístico de Cuba). De acordo com os entrevistados em Vinhales, os contratos realizados com o Estado nem sempre cobriam os custos de produção. Além disso, devido às condições atmosféricas, ao período de secas, havia riscos inerentes de perda da colheita. Somando às dificuldades com a obtenção de maquinário, combustíveis, fertilizantes, diminuiu a produção das Cooperativas de Produção Agropecuárias (membros das Cooperativas de Produção Agropecuárias do Município de Vinhales, informação oral, pesquisa de campo realizada entre outubro de 2014 e janeiro de 2015).

Com a diminuição da produção e a consequente diminuição da remuneração distribuída aos membros das Cooperativas de Produção Agropecuárias, não mais foi possível realizar a divisão dos frutos do trabalho por horas trabalhadas. Pois se a divisão continuasse sendo realizada dessa maneira, não garantiria a satisfação das necessidades dos trabalhadores. Em seu lugar foi implantada a vinculação do homem à área, ou seja, o pagamento do trabalho realizado através de uma porcentagem atrelada ao resultado final da produção que varia de 50% a 90%, dependendo do acordo feito entre a CPA e o trabalhador (Minag, 2013). Por essa forma, os membros das CPAs passaram a receber uma retribuição maior pelo trabalho, e as cooperativas continuaram a existir.

A baixa remuneração nas CPAs cubanas criou a evasão de jovens das cooperativas, que se profissionalizaram, e preferiram trabalhar fora da cooperativa. De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), problema semelhante ocorreu nos kolkozos soviéticos e nas cooperativas de produção agrícola dos países do leste europeu. A diminuição ou até mesmo ausência de jovens trabalhando nas CPAs cubanas refletiu-se na diminuição do seu número de membros. A diminuição do número de membros está relacionada também a aposentadoria e a morte dos sócios mais antigos. Com isso, a diminuição dos trabalhadores dessas cooperativas caiu drasticamente, colocando em risco a sua própria continuidade, como relatam seus membros.

A divisão dos frutos do trabalho nos casos de produção coletiva do MST também comportou polêmicas, como procuramos discutir mais aprofundadamente no capítulo anterior.

Nos núcleos coletivos dos assentamentos do Pará, houve discussões em torno da divisão por igual entre todos os membros, mesmo os que haviam sido liberados pelo MST para representação do movimento, e não participavam diretamente da produção coletiva. Na COPAJOTA questionou-se que os sócios liberados para as instâncias organizativas do MST, não trabalhavam na produção, mas recebiam 80% do valor da hora trabalhada dos outros trabalhadores (Simonetti, 1999). Na COPAVA, questionou-se que na agricultura, a divisão dos frutos do trabalho por hora trabalhada não funcionava pela formação dos diferentes setores e as diferentes necessidades de trabalho (Thomaz, 2010). Tanto nos núcleos coletivos quanto nas CPAs houve questionamentos que essa forma de divisão poderia não satisfazer as necessidades dos membros coletivizados.

Todos esses aspectos em conjunto demonstram uma questão fundamental, ou seja, qual a prioridade da coletivização, a produção para autoconsumo ou a produção para comercialização. Para o MST (2008), a coletivização como proposta de grande unidade produtiva, cuja agricultura é realizada em grande escala, com emprego de mecanização e maquinário, cuja lógica de trabalho camponesa deve ser transformada em todos os seus aspectos para dar lugar ao trabalhador socializado, tem por objetivo a concorrência no mercado. Produzir prioritariamente para concorrer e não para a satisfação das necessidades da família. Nos núcleos coletivos dos assentamentos do Pará, esse aspecto colocou em risco a própria alimentação das famílias, que além da dificuldade de obter produção, não podiam dela dispor por terem que comercializá-la. Na COPAVA registrou-se um aumento da área de cana-de-açúcar para fabricação de açúcar, álcool e cachaça nas terras onde se cultivava arroz e feijão para o autoconsumo dos membros da cooperativa (Thomaz, 2010).

No caso cubano, a coletivização foi uma forma de construção e consolidação do socialismo. Quando da existência do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), a cana-de-açúcar, o tabaco e o café produzidos nas CPAs participavam da comercialização no interior do bloco socialista. Como já apontamos, nesse momento as CPAs se organizavam em torno de um cultivo principal e a alimentação era garantida pela existência dos alimentos fartamente distribuídos pela *libreta* (Sorzano, 1999; Delegação de Agricultura de Vinhales, informação oral, novembro de 2014).

A quebra desse comércio, contudo, deu origem à oposição entre a produção para alimentação e a produção para comercialização, conforme demonstrou a pesquisa de campo nas Cooperativas de Produção Agropecuárias de Vinhales. A nova situação tornou fundamental a diversificação da produção nas CPAs, que hoje já não produzem somente um cultivo. Contudo,

ainda havia a cultura prioritária, ou seja, o cultivo principal, cuja produção contratada com o Estado, não podia ser colocada em risco.

De acordo com Sorzano (1999), esse tipo de comercialização tornou Cuba altamente dependente dos países do leste europeu que compunham o bloco socialista, sobretudo da ex-URSS. A desintegração do bloco, gerou consequentemente a crise cubana. Sem condições de produção, grandes áreas das CPAs foram ficando ociosas e o Estado reconheceu a necessidade da entrega das terras em usufruto para o cultivo de parcelas menores, com mínimos meios de produção. Para isso fez uso de sucessivas resoluções e decretos que ampliavam a possibilidade de entrega de terras em usufruto, como o Decreto Lei N.259, de 2008, substituído pelo Decreto Lei 300, de 2012 (Minag, 2013).

Como efeito da crise as Cooperativas de Produção Agropecuárias buscar a cada vez mais se comportarem como Cooperativas de Créditos e Serviços. A entrega de parte de suas terras ao Ministério da Agricultura para sua entrega em usufruto, e a vinculação do homem à área são expressões desse comportamento. Com isso, forçosamente, após 50 anos de revolução socialista e a tentativa de negação e transformação da lógica camponesa de vida e de trabalho, Cuba vem retomando o trabalho camponês, através do aumento da cooperação nas Cooperativas de Crédito e Serviços, como pode ser atestado no aumento dessa forma de cooperação nos sucessivos Anuários Estatísticos de Cuba. A comparação dos Anuários Estadísticos de Cuba, do ano de 2006 e 2013, revelaram a seguinte situação:

Tabela 17 – Propriedade da terra pelas diversas formas de produção em Cuba (2006 e 2013)

	Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)	Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs)	Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs)	Empresas estatais
2006	6%	13%	26%	55%
2013	5%	23%	18%	54%

Fonte: Anuários Estatísticos de Cuba, 2006; 2013.

Os dados mostram que as CPAs, as UBPCs e as Empresas Estatais diminuíram a propriedade da terra em seu poder. E somente as Cooperativas de Crédito e Serviços, aumentaram. Essa tendência também é verificada quando se analisa a superfície agrícola das quatro formas de propriedade da terra em Cuba:

Tabela 18 – Superfície Agrícola ocupada pelas Formas de Propriedade da terra em Cuba (2006 e 2013)

	Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)	Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs)	Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs)	Empresas estatais
2006	9%	18%	38%	35%
2013	8%	36%	27%	29%

Fonte: Anuários Estatísticos de Cuba, 2006; 2013.

Em relação à superfície cultivada, no período 2006-2013, as CPAs mantiveram a mesma área, enquanto houve diminuição das UBPCs e das Empresas Estatais. Somente as CCSs conheceram um aumento de 14%, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 19 – Superfície cultivada pelas formas de propriedade da terra em Cuba (2006 e 2013)

	Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)	Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs)	Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs)	Empresas estatais
2006	10%	26%	41%	23%
2013	10%	40%	32%	18%

Fonte: Anuários Estatísticos de Cuba, 2006; 2013.

Um dado de alerta é que todas as formas de relação de propriedade e produção em Cuba apresentaram diminuição da superfície cultivada, como pode ser visto a seguir:

Tabela 20 – Superfície Cultivada por formas de Propriedade da terra em Cuba (2006 e 2013)

	Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)	Cooperativas de Créditos e Serviços (CCSs)	Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs)	Empresas estatais
2006	54,2	66,2	51,7	30,7%
2013	50,8%	46,2%	50,7%	25,5%

Fonte: Anuários Estatístico de Cuba, 2006, 2013.

Como apontamos no segundo capítulo, em relação à produção, somente dispomos dos dados de 2006 e não podemos realizar uma comparação com o ano de 2013:

Tabela 21 – Produção Agrícola pelas diversas formas de propriedade da terra em Cuba (2006)

	Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)	Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs)	Unidades Básicas de Produção Cooperativas (UBPCs)	Empresas Estatais
Arroz	7%	15%	29%	49%
Tabaco	12%	74%	6%	8%
Viveiros e Sementeiras	2%	8%	21%	69%
Cana-de-açúcar	14%	5%	70%	11%
Café	13%	41%	21%	25%
Bananas	11%	21%	31%	37%
Cítricos e Frutas	8%	21%	31%	40%

Fonte: Anuários Estatísticos de Cuba, 2006; 2013.

Os dados globalmente analisados demonstram como as CPAs apresentaram produção inferior às outras formas de propriedade da terra, só ficando à frente das CCSs na produção de cana-de-açúcar. Também na produção de tabaco, as CPAs obtiveram maior produção do que as UBPCs e as Empresas Estatais.

Tal situação revela uma última contradição a ser discutida. Como vimos analisando, a CPA é defendida na teoria marxista-leninista como forma superior de organização da propriedade e produção agrícola, em especial quando comparada à produção camponesa, no caso de Cuba, relacionada às Cooperativas de Crédito e Serviços. Contudo, o exemplo de Cuba demonstra as dificuldades dessa forma de produção em situações de crise.

Com isso, o paradigma marxista-leninista da superioridade da grande produção agrícola em detrimento da pequena unidade camponesa não se sustentou em Cuba. Ao contrário, a pequena unidade camponesa com o trabalho realizado na lógica da família, é a mais viável em situações onde a agricultura necessita se autofinanciar. Por isso, Cuba tem encontrado na produção camponesa através das Cooperativas de Crédito e Serviços, uma forma para a saída da crise e aumento da produção agrícola.

Guardadas as diferenças entre o capitalismo brasileiro e o socialismo cubano percebemos algo semelhante com o processo de coletivização. Desfeitos todos os núcleos coletivos dos dois assentamentos do estado do Pará analisados para essa pesquisa, o Mártires de Abril e o Palmares II, as famílias que permaneceram produzindo nos assentamentos retornaram ao trabalho na lógica camponesa (Monteiro, 2004). O mesmo se passou na COPAJOTA e na COPAVA com os membros que deixaram a CPA e foram reconstruir a sua caminhada nos lotes, retomando o trabalho e a vida na lógica camponesa. Exceção feita à COPAVI, onde o ex-membro da CPA teve que deixar o assentamento (Simonetti, 1999; Camargo, 2010; Thomaz, 2010).

Não queremos negar a importância de alternativas da organização do trabalho e da produção que visem a superação do capitalismo, como é o caso da COPAVA e da COPAVI. Os membros dessas CPAs possuem o direito de se confrontar com as contradições da produção agrícola voltada para a concorrência no mercado capitalista.

Contudo, há que se repensar nas discussões teóricas ocorridas no seio do marxismo-leninismo a partir de meados do século XIX e século XX. Pois, as experiências decorrentes da coletivização implantadas a partir dessas discussões, que negaram o lugar social e econômico do camponês, forçosamente tiveram que se defrontar com a realidade de que sem o campesinato, sem a sua lógica de vida, de trabalho, de uso da terra, não teve como construir um mundo mais autônomo, melhor, mais justo e com alimentos.

Considerações Finais

A trajetória trilhada para a elaboração dessa pesquisa foi primeiramente buscar uma compreensão do debate teórico realizado no interior do marxismo-leninismo sobre a transformação das relações de propriedade e produção agrícolas vigentes no capitalismo. Em segundo lugar, buscou-se analisar a coletivização agrícola, decorrente desses debates, implantada na ex URSS, nos países do leste europeu, na China, em Cuba, e no Brasil, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Como é o real que sustenta, supera ou amplia a teoria, procuramos passar o máximo de tempo possível em pesquisa de campo para análise da coletivização. Com isso, permanecemos quatro meses no estado do Pará para conhecimento da experiência dos núcleos de família formados nos assentamentos Mártires de Abril e Palmares II. E em Cuba, permanecemos cinco meses, para conhecimento das CPAs República de Chile, Fidel Rodriguez, Ruben Lopez e Camilo Cienfuegos, as quatro Cooperativas de Produção Agropecuárias existentes no município de Vinhales. A partir desse caminho teórico-metodológico foi possível chegar a um conjunto de considerações.

A coletivização é uma proposta socialista de transformação das relações de propriedade e produção agrícolas na perspectiva teórica que tem no proletariado a única classe capaz de realizar a superação do capitalismo (Hegedus, 1984). A tese fundamental que a sustenta é a superioridade da grande unidade agrícola em detrimento da pequena produção camponesa, com a consequente extinção dessa classe no capitalismo e no socialismo.

Em se tratando das relações de propriedade, essa perspectiva enxerga uma oposição entre os interesses da classe camponesa e os da classe proletária. Com isso, interpreta o desejo de obtenção da propriedade da terra pelo campesinato como favorável ao desenvolvimento do capitalismo, na medida em que cria uma classe de proprietários livres para dispor da produção agrícola de acordo com seus interesses (Marx, 1872). Outro ponto de apoio dessa tese é a inviabilidade econômica da pequena propriedade camponesa por não possibilitar a aplicação da ciência e da técnica em larga escala. O terceiro ponto decisivo é a teoria da diferenciação social de Lenin sobre a produção camponesa no mercado. Para Lenin (1982), ao enfrentar a concorrência no mercado, só há duas possibilidades sociais para a camponês, vencer a competição e se tornar capitalista, ou perder a competição, e se tornar proletário. Com base nessa perspectiva o campesinato foi considerado uma classe sem possibilidade de sobrevivência no capitalismo, e sem possibilidade de apoiar a consolidação do socialismo.

Guiados por esse paradigma, os Estados Socialistas transformaram o modo de vida camponês e suas relações de produção centradas na família para criar o trabalhador coletivizado. Com isso, a propriedade da terra camponesa, bem como seus outros meios de produção foram direta ou indiretamente transferidos para os Estados, e a produção realizada nas cooperativas coletivas foi orientada para a construção do socialismo.

Os Estados Socialista, porém, tiveram dificuldades para manter a produção agrícola coletivizada, pois para realizar a produção nessas maiores áreas agrícolas eram necessários muitos investimentos em mecanização, maquinário e insumos. A necessidade de investimentos não era ignorada pelos Estados já que um dos princípios da coletivização é justamente a aplicação da ciência e da racionalidade técnica na agricultura, como vimos. A questão é que a ex-URSS e os países do leste europeu, através do estabelecimento dos planos quinquenais, tinham na produção agrícola a fonte financiadora da industrialização. De acordo com Flavien; Lajoinie (1977), os gastos com investimentos estavam voltados para à indústria, por isso esses Estados Socialistas tentaram tanto quanto possível transferir o financiamento da produção agrícola e os gastos para as próprias cooperativas coletivas.

Essa transferência de financiamento já demonstra uma dificuldade de manutenção desse modelo, pois a coletivização é um modelo de agricultura que exige investimentos. Sua produção pensada em larga escala e com métodos modernos gera a dependência de crédito e investimentos, além da manutenção e ampliação das estruturas coletivas.

A coletivização foi um dos pilares encontrados pelos Estados Socialistas para a construção e consolidação do socialismo. A ex-URSS, referência para todas as outras experiências, buscou na implantação dos kolkozos um dos pilares para a consolidação do socialismo dentro de um só país. Os países do leste europeu, com peculiaridades, também buscaram na coletivização uma forma de consolidação do socialismo. Cuba buscou nas Cooperativas de Produção Agropecuárias aumentar a produção de cultivos como a cana-de-açúcar, tabaco e café, para comercializar com o bloco socialista e também consolidar o socialismo. Quando o bloco soviético se desfez, as Cooperativas de Produção Agropecuárias cubanas passaram a ter extremas dificuldades para se manter pelas dificuldades de obtenção de maquinário, fertilizantes, combustíveis, e começaram a regredir no campo cubano.

Com a entrada de Cuba no Período Especial pós queda do bloco soviético, as Cooperativas de Crédito e Serviços, forma de cooperação que conserva as relações de produção camponesa, apareceram como mais viáveis, sendo hoje a forma de cooperação que mais avança no campo cubano. A tese da superioridade da grande unidade agrícola, portanto, não se sustentou, em Cuba, e a pequena unidade camponesa é a que tem se mostrado economicamente

superior. Com isso, é possível afirmar que no modelo da coletivização, há uma supervalorização do papel da ciência, do maquinário e da racionalidade técnica, em detrimento dos saberes camponeses cultivados e ampliados de geração em geração.

No Brasil, a produção coletiva do MST também demonstra dificuldades. Uma das razões é a sua dependência de crédito governamental, do sistema financeiro e das empresas capitalistas para viabilizar a produção. Além disso, voltada prioritariamente para a comercialização, coloca em risco a própria alimentação dos cooperados. Consequentemente, muitas famílias que experimentaram a coletivização no MST, voltaram a se organizar na lógica camponesa, como tentativa de permanecer na terra de maneira mais autônoma, garantindo minimamente a produção do alimento para a família. Uma parte das ex famílias coletivizadas deixaram o assentamento e voltaram à condição proletária, como vimos nos assentamentos do Pará.

Há, contudo, Cooperativas de Produção Agropecuárias que se mantiveram em funcionamento, como a COPAVA, em São Paulo, e a COPAVI, no Paraná. Seus membros continuam buscando através da coletivização um caminho para a geração de renda. Essas CPAs são uma fonte importante de conhecimento aos que desejam vivenciar relações socialistas de propriedade e produção, no contexto capitalista.

Uma consideração fundamental sobre a coletivização refere-se ao risco da produção agrícola, sobretudo a produção de alimentos, estar à serviço dos objetivos dos Estados. A coletivização chinesa é um grande exemplo de como a coletivização foi utilizada como arma para criar a fome (Dikötter, 2012). A análise dos debates marxistas que levaram à coletivização, afirmava a nacionalização da terra como forma de garantir o acesso ao alimento a toda a humanidade. De acordo com Dikötter (2012), o exemplo chinês mostrou que, na prática, a coletivização culminou com um poder estatal forte, que na busca de concorrência econômica e política com os países capitalistas, usou da fome produzida nas Comunas Chinesas, um meio para atingir seus objetivos.

Uma última consideração relaciona-se ao quanto a perspectiva da agricultura, que desconsidera o papel do campesinato na construção de outro mundo, contribuiu para a queda do socialismo na URSS, nos países do leste europeu, e a crise em Cuba. Negar o papel social, econômico e político do campesinato é negar uma lógica de vida e produção não centrada na mais-valia, mas nas necessidades de sobrevivência da família. É negar também seu papel fundamental na produção de alimentos e matérias-primas. Nesse sentido, não foram os camponeses os inimigos do socialismo ou das experiências agrícolas socialistas, mas a

perspectiva socialista dogmática, que não levou em consideração as contradições do real, e não encontrou lugar para os camponeses.

Os próprios camponeses provaram que não são inimigos da cooperação, como mostrou a adesão camponesa às Associações Camponesas, em Cuba (Valdes, 1990; Sorzano, 1999). Também nos núcleos de família do MST, as famílias apontaram a importância da organização dos acampados com princípios da coletivização, como forma de possibilitar a realização das tarefas necessárias, e do acesso de todos à escassa produção.

O questionamento gira em torno da falta de autonomia, do poder centralizado, hierarquizado, da agricultura que amplia os riscos ambientais, como grande produção mecanizada e desmatadora, da dependência de créditos e investimentos, e mesmo assim não garante a satisfação das necessidades da família. Contudo, até hoje os socialistas continuam com dificuldades para lidar com o campesinato e com um desejo de propriedade e produção autônoma. E mesmo com todas as contradições surgidas ainda há dificuldade de se aceitar a autonomia, a importância e até mesmo a necessidade do campesinato para a construção de outro mundo mais justo.

A análise da coletivização demonstrou claramente que a resposta à negação teórica e real do papel do campesinato na construção de outro mundo, paradoxalmente, veio da própria História, a partir do momento em que a coletivização da produção agrícola não conseguiu se sustentar. E, a despeito de toda a construção teórica oposta ao campesinato e à negação de seu papel social, tanto no MST, quanto em Cuba, uma parte do ex-trabalhadores coletivizados têm retornado ao trabalho na lógica camponesa, havendo inclusive uma revalorização dos saberes do qual essa classe é portadora. Logo, se a ciência e a política estiverem realmente comprometidas com a construção de outro mundo, deve voltar a análise para o real e para o papel fundamental que o campesinato desempenha na superação do capitalismo.

Certamente a construção de outro mundo mais justo passa pelo questionamento da propriedade da terra e das relações de produção. Contudo, já não é possível considerar os camponeses inimigos da justiça, pois a própria História mostrou que sem eles, sem a sua sabedoria passada de geração a geração, sem os seus conhecimentos da natureza e do trabalho agrícola, e sem a sua lógica de vida e trabalho não há um mundo melhor.

Bibliografia

- ANUARIO ESTADÍSTICO DE CUBA. *Oficina Nacional de Estadística e Información*. República de Cuba, 2000; 2006; 2007; 2008; 2013.
- ANUARIO ESTADÍSTICO DE VIÑALES. *Oficina Nacional de Estadística e Información*. República de Cuba, 2013, edición 2014.
- ANUARIO ESTADÍSTICO DE PINAR DEL RÍO. *Oficina Nacional de Estadística e Información*. República de Cuba, 2013, edición 2014.
- BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Anablume, 2004.
- _____. *Campesinato, Luta de Classes e Reforma Agrária (a lei de revisão agrária em São Paulo)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. (1º período: 1917-1923). vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, 6).
- _____. *A luta de classes na União Soviética*. (2º período: 1923-1930). vol. II, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- BETTELHEIM, C. *As comunas populares*. Edições Maria da Fonte, 1976.
- BRINGEL, F. de O. *Rumos, Trechos e Borocas: trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Centro de Ciências Agrárias. Belém. 2006.
- CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARGO, P. *Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR*. Trabalho de Graduação Individual. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.
- CARCANHOLO, M. D., NAKATANI, P. Cuba: socialismo de mercado ou planificação socialista? *Revista Políticas Públicas*, v. 10, p.7-34, jan/jun, 2006 (versão online).
- CASTRO RUZ, F. Del informe al primer congreso del Partido Comunista de Cuba. In: *Cuadernos Políticos*, número 7, México, D. F: Editorial Era, enero-marzo de 1976, pp. 79-97.
- CASTRO RUZ, F. *Informe del Comité Central del PCC al I, II y III al Congreso del Partido Comunista de Cuba*. La Habana: Editora Política, 1980.

- CASTRO RUZ, F. Informe al III Congreso del Partido Comunista de Cuba. In:
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f021286e.html>.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.
- _____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:
GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.
- COMITE ESTATAL DE ESTADISTICAS – DIRECCIÓN DE AGROPECUARIO Y SILVICULTURA. *Cooperativas de Producción Agropecuaria, relación por municipios*. República de Cuba, I semestre de 1984.
- CONCRAB. *Quatro anos organizando a cooperação*. São Paulo: Revista Concrab, 1996.
- _____. *Questões práticas sobre cooperativas de produção*. 3ª ed. São Paulo, 1997. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 21).
- _____. *Sistema cooperativista dos assentados*. 2ª ed. São Paulo, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 5).
- DEERE, C. D.; ROJAS, N. P.; GONZALEZ, E. *Cuba hoje (2) - la perspectiva desde abajo: la agricultura cubana en el “Periodo Especial en Tiempos de Paz”*. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1995.
- DEERE, C. D. et. al. *Guines, Santo Domingo, Majibacoa – sobre sus historias agrarias*. Ciudad de la Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1998.
- DEMBICS, A. et. al. *Actas Latinoamericanas de Varsóvia*. Warszawa. Universidade de Varsóvia, 1991.
- DIKÖTTER, F. *A Grande Fome de Mao: a história da maior catástrofe de sempre na China, 1958-1962*. Lisboa: Dom Quixote, 2012.
- DUMONT, R. *La China, tercer mundo?*. Trad. Angeles Pascual. Barcelona: Nova Terra, 1968.
- D’AQUINO, T. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão*. In: Encontro da ANPOCS, XX, 1996. Caxambu. 35p. (mimeogr.)
- FABRINI, J. E. *Campesinato e Questão Agrária em Cuba*. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói, 2009. (publicação online).
- _____. *A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política*. In:

- Geografia. Revista do departamento de geociências. Londrina, v.9, n. 1, jan / jun. 2000. Disponível em <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v9n1.pdf> > Acesso em: agosto/2015.
- _____. *O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato*. Terra Livre, 18. nº 19, 2002, p. 75-94.
- _____. *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- FERNANDES, B. M. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FLAVIEN, J., LAJOINIE, A. *A Agricultura nos Países Socialistas da Europa*. Lisboa: Editorial Avante, 1977.
- GORENDER, J. O Nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, K e ENGELS, F *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUERRILLERO. Município de Vinhales. 18 de outubro de 2013.
- GUIMIEIRO, A. *Uma análise das desistências das famílias associadas na Cooperativa de Produção agropecuária Vitória LTDA*. Especialização (Administração de Cooperativas). Veranópolis: CEACOOOP. UnB, UNISINOS, ITERRA: 1999
- HEGEDUS, A. A questão agrária. In: HOBBSBAWN, E. J. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 149-171.
- HOBBSBAWN, E. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1842-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KROPOTKIN, P. *La moral anarquista*. Madrid: Jucar, 1978.
- LENIN, V. I. Sobre la cooperación. In: *Obras Escogidas*. Tomo III. Moscú: ed. Progreso, 1961, pp. 414-417.
- _____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).
- LINHART, L. *Lênin, os Camponeses*, Taylor. Tradução de Daniel A. Reis e Lucia A. Reis. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MALINA, L. L. *O Campesinato e as experiências cooperativistas de produção do MST: uma análise da área 4 do assentamento Fazenda Pirituba*. TGI (Trabalho de Graduação Individual). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- MARCOS, V de. *Comunidade Sinsei: (u)topia e Territorialidade*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. *A (U)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX*. In: Caderno do CEAS, n. 177. Salvador, set-out, 1998.
- _____. *Alternative per la Produzione Agricola Contadina nell`Ottica dello Sviluppo Locale Autosostenibile*. Genova: Università degli Studi di Genova, Tese de Doutorado, 2004.
- _____. *A Construção do Território Camponês – Entre Velhas e Novas Utopias*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.
- MALINA, L. L. *O Campesinato e as experiências cooperativistas de produção do MST: uma análise da área 4 do assentamento Fazenda Pirituba*. TGI (Trabalho de Graduação Individual). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARTINS, J. de S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O Cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. *A nacionalização da terra*. In: *Obras escolhidas em três tomos*. Tradução José Barata Mouvo. Moscou: editorial Avante, 1982 – consultado a partir de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm> - acesso em 15/09/2015.
- MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MINAG (Ministerio de la Agricultura). *Aspectos básicos sobre gestión integral cooperativa – manual para productoras y productores*. La Habana, 2013.
- MINISTERIO DE LA AGRICULTURA (MINAG); ASOCIACIÓN NACIONAL DE LOS AGRICULTORES PEQUEÑOS (ANAP); CENTRO DE SUPERACIÓN, CAPACITACIÓN Y EXTENSIÓN AGRÁRIA DEL MINAG (CESCE). *Curso de Actualización para los miembros de las juntas directivas de las Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) y las Cooperativas de Créditos y Servicios (CCS)*.

- La Habana, 2013.
- MONTEIRO, D. M. C. *Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: NAEA/UFPA, 2004.
- MORAIS, C. S. de. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986. (Caderno de Formação n. 11).
- MORENO, G. de S. *Ação coletiva e luta pela terra no assentamento Palmares II, Pará*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, 2011.
- MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST. *Cartilha de Apoio I – Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos*. 1ª edição. São Paulo: PONTOCOM Gráfica e Editora Ltda. 2008.
- MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. HISTÓRICO E LUTAS. REVISTA REFORMA AGRÁRIA. (CAMPINAS), V. 13, 1983.
- MST. *Construindo o caminho*. SÃO PAULO: MST, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. IN: Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *A Geografia das Lutas no Campo*. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. Espaço e tempo – compreensão materialista dialética. IN: Santos, Milton (org). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. IN: Boletim Paulista de Geografia, n. 66. São Paulo: AGB, 1988.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U.; M. ARQUES, M. I. M. (orgs.) *O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e terra, 2004.
- OFICINA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS E INFORMACIÓN (ONEI). *Anuário Estadístico de Cuba*. República de Cuba, 2011, editado em 2012.

- PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. *Terra e Território – A questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RIZZI, F. A internacional comunista e a questão camponesa. In: HOBBSBAWN, E. J. *História do marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 219-247.
- RODRÍGUEZ, R. CPA – 100 preguntas y respuestas. Ciudad de la Habana: Editora Política, 1984.
- ROJAS, N. P. (et. al) *Guines, Santo Domingo y Majibacoa: sobre sus historias agrarias*. Ciudad de la Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1998.
- SALOMONI, A. *Lenin e a Revolução Russa*. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTOS, R. J. *CAME: Limites da Integração Socialista no século XX*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.
- _____. *La clase incómoda – sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo* (Rusia 1910-1925). Madri: Alianza, 1983.
- _____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, J. M. *China: a questão camponesa na República Popular*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SIMONETTI, M. L. *A Longa Caminhada: A (re)construção do território camponês em Promissão*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.
- SORZANO, A. H. *La cooperativa como forma de tenencia y su papel en la organización del espacio rural cubano*. Tesis (Doctorado en Geografía) – Facultad de Geografía, Universidad de La Habana, 1999.
- STEDILE, J. P. (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- _____. *O MST e a Questão Agrária: Entrevista com João Pedro Stédile*. Revista de Estudos Brasileiros, versão online, acesso em 01/10/2015.

- STEDILE, J. P.; GORGEN, S. A. A Luta pela terra no Brasil. São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. (orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis : Vozes, 1991
- TAVARES dos SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho*. São Paulo, ed. Hucitec, 1978.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: editora Atlas S.A, 1995.
- TERENCE, M. F. *Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.
- TSETUNG, M. Sobre el problema de la cooperativización agrícola. *Obras Escogidas de Mao Tsetung*. Tomo V. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1977, pp. 196-221.
- TSÉ-TUNG, M. *O Livro Vermelho: Citações do Comandante Mao-Tsé-Tung*. São Paulo: Martin e Claret, 2002.
- VALDEZ, O. *La socialización de la tierra en Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. 1990.
- ZIMMERMANN, N. de C. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. In: Medeiros, L. et. al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. P. 204-224.
- WOODCOCK, G. *Anarquismo: uma história das idéias e dos movimentos libertários*. v.2. Porto Alegre: L&PM, 1984.

Sites Consultados

- <http://www.brasilecola.com/historiag/assalto-ao-quartel-moncada-revolucao-cubana.htm>
- <http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/01/documentos/informe-central-ii-congreso-del-pcc.pdf>
- <http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>
- <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f170574e.html>
- <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f021286e.html>
- <http://www.granma.cu/> acesso em 26/05/2015
- <https://www.youtube.com/watch?v=pe09kGr8lM8>
- <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI2098504-EI8142,00-Ucrania+lembra+anos+da+coletivizacao+de+terras.html> – acesso em 25-07-2014

<http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/quest%C3%A3o-democr%C3%A1tica-o-cartismo>. Consultado em 29-05-2014.

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>)

<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/n/nova_politica_econo.htm

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_13.pdf

<http://www.midiasemmascara.org/artigos/internacional/china/12781-a-grande-fome-de-mao.html>

<http://diversitas.fflch.usp.br/files/05-Assentamento%20Reunidas.pdf>

http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Sistema_Cooperativista_dos_Assentados.pdf

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>

<http://www.incra.gov.br/assentamento>

<http://www.unesp.br/aci/jornal/251/resenhas-agricultura.php>

Anexo

Libreta de Abastecimento

Foto 27 - Capa da Libreta

Foto: Fernanda Thomaz – 10/01/2015

[illegible]

Foto 28 – Alimentos distribuídos durante dois meses pela *libreta* de abastecimento.

Fernanda Thomaz – 10/01/2015